

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Que futuro nestas ruas cheias de memórias?

A identidade histórica do espaço urbano no crescimento europeu 2020

O caso de estudo da vila de Sesimbra

Luís Filipe Pinhal Ferreira

Orientador: Prof. Doutora Maria João Baptista Neto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na
especialidade de Arte, Património e Restauro

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Que futuro nestas ruas cheias de memórias?

A identidade histórica do espaço urbano no crescimento europeu 2020

O caso de estudo da vila de Sesimbra

Luís Filipe Pinhal Ferreira

Orientador: Prof. Doutora Maria João Baptista Neto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de Arte, Património e Restauro

Júri:

- Presidente: Doutor **António Adriano de Ascensão Pires Ventura**, Professor Catedrático e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor **Virgolino Ferreira Jorge**, Professor Associado com Agregação Aposentado da Escola de Artes da Universidade de Évora;
- Doutora **Margarida Helena de La Féria Valla**, Professora Associada da Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;
- Doutor **Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora **Maria João Lopes Baptista Neto**, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientadora;
- Doutora **Clara Maria Martins de Moura Soares**, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Resumo

“Se um homem não sabe a que porto se dirige, nenhum vento lhe será favorável”.

Enunciada por Séneca no século I, esta reflexão mantém na atualidade toda a sua profundidade na assunção do cidadão a domínios fundamentais e a qualidades singulares, do saber pensar ao saber fazer, tomar decisões e lidar com a mudança, possuir aptidão de trabalho, ser autodidata e criativo, mas também, ser crítico.

Esta diegese é fundamental na leitura que se compõe quanto à relação das cidades contemporâneas com o seu legado patrimonial, perpetua dialética do passado com o futuro mediada entre a existência cultural e o programa construído, num mesmo momento em que é delineado, na estratégia política da Europa Comunitária, o futuro das cidades europeias, centros de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, onde a cultura e o património são aspetos dessa audaciosa visão cosmopolita.

O presente estudo pretende contribuir para este momento, patenteado na dialética da cidade enquanto génese histórica da vindoura Europa 2020, através da abordagem a um caso de estudo de pequena escala, uma urbe, de entre tantas que pontuam o território europeu, a vila de Sesimbra, exemplo da identidade que o património urbano carrega, seja na tipologia de edifícios seja de atores participantes nas dinâmicas quotidianas.

Tradicional póvoa de feição atlântica, em Sesimbra, a vivência da comunidade tem ditado a evolução urbana ao longo dos séculos, pautada nas últimas décadas por um maior reconhecimento quanto ao seu património, embora confrontado com a dificuldade em assegurar a preservação dessa originalidade perante o crescendo turístico, lato desprendimento em assimilar o que se assume novo e proveitoso. A relação pende entre o espaço urbano e a comunidade, entre a missão e a utilização urbana, permanente dos residentes e ocasional dos visitantes, notas que se dedilham nas pautas do futuro.

Esta dinâmica é agora revista à luz dos novos paradigmas de valorização do legado cultural, validados na clareza da interpretação do núcleo histórico urbano e do entendimento quanto à sua gestão. Aspira-se a um caráter mais humanizado, centrado na identidade local e na propagação dos seus valores materiais e ativos imateriais, bases de proporcional benefício de capacitação como de contributos justificados para a sustentabilidade da ambiência histórica urbana.

Palavras-chave para leitura: “cidades contemporâneas”, “património urbano”, “crescendo turístico”, “Europa 2020”, “vila de Sesimbra”.

Abstract

“If a man does not know to which port heads, no wind is favorable to him”.

Enunciated by Seneca in the first century, this reflection keeps today all its depth in the assumption of the citizen to fundamental domains and unique qualities, from the awareness how to learn up to how to think, take decisions and cope with the change, own ability to work, be self-taught and be creative, but also known to be critical.

This portrayal is essential regarding the lecture found in the relationship of contemporary cities with their heritage legacy, perpetual dialectic of the past with the future mediated between cultural existence and the edification program, at the same time when are outlined, in the policy strategy of the European Community, the future of European cities, centers for smart, sustainable and inclusive growth, in which the Culture and the Heritage are aspects of this audacious cosmopolitan vision.

The present study aims to contribute to this to this moment, patented in the dialectic of the city as a historical genesis of what will be Europe 2020, through the approach to a case study of small scale, a city from so many that constitute the European territory, the Sesimbra village, example of the identity that urban heritage carries, either estates types or relevant stakeholders involved in their daily dynamics.

Traditional coastal city of Atlantic feature, in Sesimbra, the community experience has dictated its evolution over the centuries, marked in recent decades for the major recognition about their heritage, though, faced with the difficulty of ensuring the preservation of this originality over the growing tourism and the broad release in assimilating what is new and useful. The relationship hangs between urban space and the community or between urban mission and its using, permanent from the residents and occasional by the visitors, marks the guidelines to the Future.

This dynamic is now reviewed in the light of the new cultural traditions valuation paradigms, validated in the clarity on the interpretation of the historic urban core and understanding about its management. Aims thus a more humanized character, centered on local identity and in the spread of its tangible and intangible assets, bases for proportional benefit for capacitating as justified contributions to the sustainability of urban historical ambience.

Keywords for reading: “contemporary cities”, “urban heritage”, “growing tourism”, “Europe 2020”, “Sesimbra village”.

Agradecimentos

Cinco anos, foi o tempo que levou a questionar, refletir e escrever todas as palavras e todas as ideias que constituem esta preleção, a qual é reflexo de simetria do que nos últimos anos tem sido a minha experiência profissional, a que se soma um envolto espírito de vocação de arqueólogo que, de formação académica, é porém génese mais antiga, continuidade do legado cultural da minha comunidade nativa *sesimbrense*. Pese embora este seja um trabalho pessoal, nele estão presentes conceções que vivenciei neste tempo com várias pessoas, para as quais, vai o meu sincero reconhecimento.

Na instituição onde trabalho, a Câmara Municipal de Sesimbra, um primeiro agradecimento ao seu presidente, Augusto Pólvora, com quem tenho o prazer de trabalhar no universo da programação comunitária, como também na fruição da coeva urbe de Sesimbra. Reconhecimento também para todos os meus colegas que acompanharam esta jornada, particularmente a João Aldeia, a André Garrau e, a Anabela Gonçalves, com o discreto condão de contribuírem pelo exemplo do seu labor.

Particular referência a um outro grupo de pessoas, igualmente discreto, mas que com o seu pessoal empenho tiveram participação importante no resultado final, um agradecimento a Susana Sousa, a Paulo Silva e a João Ferreira, pelo tempo e dedicada atenção na revisão de textos e nas suas sinceras opiniões.

No Instituto de História de Arte da FLUL, renovado reconhecimento ao corpo de docentes liderado pelo Prof. Dr. Vítor Serrão, que em acordo com os docentes externos que lecionaram no doutoramento, instruíram o necessário suporte que aliviou o carrego ao plano de estudos, e aos nossos colegas de curso, que conferiram animo. Igual menção, e muito particular, para a Prof. Dr.^a Maria João Neto, que desde o dia em que aceitou ser a orientadora desta investigação, esteve sempre presente e indiscutivelmente assertiva em benefício do programa de investigação, e da minha própria motivação.

Como parágrafo conclusivo, um agradecimento para a minha família que continuamente acompanhou todos os percursos desta longa jornada, quer da parte de meus pais e irmã como de meus sogros e cunhados. Por fim, o último, e mais emotivo agradecimento, à Sónia e à Catarina, uma vez que é a segunda tese que acompanham, e ao novato Rodrigo, que sem a compreensão desta três pessoas muito próximas, a tarefa teria sido bem mais difícil.

Em jeito final de dedicatória, uma pessoal lembrança a meu pai, que não pôde conhecer este trabalho final, mas que para o mesmo muito contribuiu.

Índice Geral

Chave das principais siglas	vi
Introdução.....	1
1. O tema em estudo	1
2. O projeto de investigação	4
3. A pertinência atual e vindoura.....	8
4. A estrutura da dissertação.....	10
Parte I. Sesimbra, a mnemónica da identidade urbana.....	13
Capítulo 1. Um território de endemismos naturais	15
1.1. A geomorfologia e as ambiências.....	15
1.2. Terras de biodiversidade.....	19
1.3. O Atlântico e seus ecossistemas	23
1.4. O vale e a baía de Sesimbra.....	25
Capítulo 2. A evolução histórica	37
2.1. A ancestralidade e a póvoa medieva.....	37
2.2. O burgo piscoso e o empório portuário	53
2.3. A época mercantilista e a era da industrialização.....	68
2.4. A contemporaneidade e a urbanidade.....	83
Capítulo 3. O contexto humanizado.....	143
3.1. A envolvimento social.....	143
3.2. A vertente económica	158
3.3. A vivacidade cultural.....	172
3.4. A orientação de governança	187
Capítulo 4. O recinto urbano	229
4.1. Uma história de evolução	229
4.2. A atualidade materializada	246
4.3. Testemunhos do registo histórico	262
4.4. A relação funcional e as vivências	279
Parte II. Sesimbra, um olhar à luz da Estratégia 2020	329
Capítulo 5. Paradigmas de abordagem.....	331
5.1. A eleição do património urbano na cidade europeia	331
5.2. A regeneração urbana integrada	345
5.3. Os fenómenos de identidade local	359

5.4. Os recintos, os equipamentos e os usos	370
Capítulo 6. Planeamento e gestão no espaço histórico urbano	409
6.1. O aperfeiçoamento integrado	409
6.2. O plano integrado de gestão	423
6.3. As ações e a programação de eventos	439
6.4. Do acompanhamento à monitorização e à avaliação	450
Capítulo 7. Propostas de intervenção de base patrimonial	489
7.1. Os espaços e a relação com os recursos	489
7.2. As dialéticas de usufruto e o evento turístico.....	500
7.3. As relações de convivência local	513
7.4. Comunicar a imagem do espaço urbano	523
Capítulo 8. Condições e condicionalismos locais.....	565
8.1. A concretização da urbe histórica	565
8.2. A reorganização do espaço e das existências	578
8.3. A cultura no crescimento integrado	590
8.4. A premência de uma nova missão urbana.....	603
Conclusão.....	643
1. Síntese do projeto de investigação	643
2. Orientações sobre o caso de estudo.....	646
3. O legado cultural nas cidades inteligentes	650
4. O ensaio da contínua renovação.....	652
Fontes documentais.....	655
Fundos de documentação escrita.....	655
Fundos cartográficos e ilustrados.....	656
Fundos fotográficos e fílmicos.....	658
Repositório de fontes diversas	662
Referências bibliográficas.....	664
Documentação de leitura formal	664
A ambiência da cidade	669
Estudos sobre espaços históricos urbanos.....	672
Monografias para o caso de estudo	673
Índice de imagens	679

Chave das principais siglas

ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
AIDT – Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial
AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AML – Área Metropolitana de Lisboa
AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal
ARU – Área de Reabilitação Urbana
CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CE – Comissão Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
CnE – Conselho da Europa
CMS – Câmara Municipal de Sesimbra
CTE – Cooperação Territorial Europeia
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EI Lisboa – Especialização Inteligente da Região de Lisboa
ENM – Estratégia Nacional para o Mar
EP – Eixo Prioritário
EPI^{EI} – Estratégia de Pesquisa e Inovação para a Especialização Inteligente
ERTRL – Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
EU – *European Union* | União Europeia
FdC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE – Fundo Social Europeu
GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
ICC – Industrias Culturais e Criativas
ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEJ – Iniciativa Emprego Jovem

ITI – Investimentos Territoriais Integrados

ORU – Operação de Reabilitação Urbana

OT – Objetivos Temáticos

OWHC – *Organization of World Heritage Cities* | Organização das Cidades Património Mundial

PAR Lisboa – Plano de Ação Regional de Lisboa

PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PDM – Plano Diretor Municipal

PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PETS – Plano Estratégico de Turismo do Concelho de Sesimbra

PI – Prioridade de Investimento

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNR – Plano Nacional de Reformas

PORL – Programa Operacional Regional de Lisboa

PROMAR – Programa Operacional Pesca

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PTI – Programa Territorial Integrado

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QEC – Quadro Estratégico Comum

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RIS³ – *Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations* | Estratégia de Pesquisa e Inovação para a Especialização Inteligente

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* | Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças

UE – União Europeia

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URBACT – Programa em Rede de Desenvolvimento Urbano

URBCOM – Programa de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Introdução

1. O tema em estudo

Num porvir em que se prefigura a elevada atratividade urbana, realidade que em Portugal avoca mais de sete milhões de habitantes a residir nas cidades, enquanto os restantes três milhões, continuam campesinos, e num momento em que se cumprem as primeiras medidas nacionais do novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020, apostado nas cidades, há que voltar a refletir sobre o espaço urbano. Foi sob este panorama que, ao percorrer as ruas enegrecidas mais recônditas da vila de Sesimbra, se insinuou a questão: Que futuro nestas ruas cheias de memórias?

Mais que uma pergunta, esta interpelação aborda um estado de questão quanto à cidade na sua evolução económica, relações sociais, capacidade de governança e lucidez ambiental, onde a génese patrimonial, surge como anel de compromisso. Será este o nosso objeto de estudo, o qual pretende em Sesimbra, através da sua identidade histórica e do seu legado societário, associar as metas programáticas Comunitárias da nova visão Europa 2020, para um *crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, com o objetivo de propor um roteiro para um programa de gestão do património urbano, linha de reflexão para o *crescimento integrado* e, para o próprio futuro de Sesimbra.

O recinto urbano é aqui abordado nos seus usos quotidianos, perante a propensão da musealização ou face às potencialidades de fruição, limites na definição do *centro histórico* e na consciência da *cidade histórica*. Considerar Sesimbra, sobrevém de afinidade pessoal de nascimento e da proficiência profissional no município, no qual ao longo dos últimos anos assisti a pontos de encontro e de clivagem entre a salvaguarda do património e o progresso sustido na reabilitação urbana. Esta experiência já havia suscitado anterior ligação académica, quanto à valorização do património, tema abordado na dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2007, então, sobre o Castelo de Sesimbra, o genoma da atual urbe, e que serviu de epígrafe de partida para a presente preleção.

A póvoa de Sesimbra emerge num enquadramento ambiental único pela singular relação de afirmação atlântica. Detentora de relevante legado histórico, encontra-se valorizada pelas recentes intervenções urbanas e por um universo de tradições ainda perdurantes na estrutura social. Porém, na atualidade, igualmente confina fenómenos de despovoamento coligados ao declínio de arquétipos económicos como a pesca e o

pequeno comércio, que segam a empregabilidade e contribuem para deslocar o recinto habitacional, no qual, prolifera um parque residencial de segunda habitação que faz decair a vivência da rua e impõem a moradia como área de socialização.

A bibliografia consultada ante o caso de estudo suscitou leituras compartilhadas, pois se ricas em dados históricos, são enfadas na aceção à urbe. Destaque para o relatório elaborado por António da Silva em 1897¹ e para a obra «Os Pescadores» de Raul Brandão, primevas preleções do quotidiano das gentes e da faina na póvoa, secundados pelos estudos históricos de Joaquim Guerra, que divisaram a afirmação da nacionalidade nos anos de 1930 e 1940. Coevo, é o estudo monográfico geoeconómico de Hernâni Bernardo, a primeira abordagem integrada do território concelhio onde a vila primava, a que se sucedem os estudos históricos produzidos por Rafael Monteiro, e em 1966, o emblemático «Pesca e Pescadores em Sesimbra» de Maria Cruz, onde se explora a relação da comunidade piscatória com o espaço urbano.

Duas décadas após publica-se «Sesimbra Monumental e Artística», de Eduardo Serrão e Vítor Serrão, reportório do património arquitetónico e artístico do concelho, em que se dedica um capítulo à vila e onde, em apêndice, Rafael Moreira ensaia a génese urbana quinhentista. Desde então advieram novas leituras, embora eminentemente históricas, seja com António Marques em torno de quotidianos passados, de João Aldeia com abordagens socioeconómicas, ou do próprio autor na evidência arqueológica da povoação, até que num recente estudo sobre a comunidade marítima, Joana Freitas aduziu nova leitura da evolução da vila ao longo da última centúria.

Com carácter mais institucional, menção aos documentos desenvolvidos pelo Município que, após uma leitura complementar, permitiu tecer a abordagem de conjunto, do Plano Diretor Municipal de 1991 às propostas para desenvolvimento do museu municipal, do mais próximo diagnóstico social concelhio até à carta educativa e ao plano estratégico de turismo, e por fim, à bem recente proposta de definição da área de reabilitação urbana no “*núcleo antigo da vila de Sesimbra*”, de 2014.

Na atual conjunção europeia, as cidades, constituem um património singular que se consolida na consciência da sua própria valorização, maturação de prosperidade económica e de inclusão social num ambiente saudável. Este entendimento tem implícitas questões teóricas e perspetivas comparativas que se aperfeiçoam no presente ensaio, consumação que o tempo não logrou apagar, do restauro do património urbano

¹ Publicado in Martins (org.), 2013.

na carta de Veneza de 1964 à abordagem pitoresca da urbe contemporânea como proposto por Gordon Cullen em 1971, até ao âmago da própria leitura, que incidiu em propostas mais recentes, para uma conspeção coetânea quanto ao entendimento da conexão de Sesimbra face às bases da *Estratégia Europa 2020*.

Foram também coligidos temas reportados à ação municipal, no cariz arquitetural do espaço público como proposto por Bruno Coussy, Sylvane Martin-Laval, Thierry Roze e Benoît Carrié, ou na intermediação das políticas culturais como tratado por Iñaki Aguilera, a que acresceu a abordagem de fatores como o progresso, revisto por Eduardo Rojas, o desenvolvimento sustentável, revisitado por Mona Serageldin ou por Donovan Rypkema e Caroline Cheong, e a identidade urbana, abordada por Francesco Siravo. Menção ainda à relação do património com a economia, como explorado por Marc Guillaume ou por David Throsby, à promoção do seu potencial, revisto por Jean-Louis Luxen ou por Jörg Haspel, e dos seus contributos por Guido Licciardi ou por Nili Shchory e Leah Shamir-Shinan, a que se aduziu o envolvimento do setor público, privado e do associativismo social, revistos por Ron Oers ou por Susan MacDonald.

A perceção da ambiência patrimonial no espaço urbano suscitou igualmente, a anotação de abordagens nacionais com paridade temática a Sesimbra, onde foram revistos temas como a identidade na fruição cultural, como formulado por Clara Soares e Maria Neto, às relações da comunidade com a memória coletiva do território, das tradições culturais vivenciadas na atualidade com Paula Pacheco e Paula Teixeira à memorização laboral na feição urbana com Artur Martins e Helena Alves. Esta leitura procurou também o recinto patrimonial, do *centro histórico* na visão de Paulo Peixoto ou de Paula Santos, ao processo arquitetónico de recuperação por José Lamas ou à reabilitação estrutural dos edifícios por Vítor Córias, até à identidade transposta por Virgolino Jorge, à associação ao monumento revista por Pedro Abreu, e aos desafios da arte pública formulados por José Regatão, a que acresce uma abordagem mais cosmopolita quanto à missão da cidade, revisitada por Ernâni Lopes.

A problematização em questão suscitou todas estas perspetivas de olhar o património histórico da cidade contemporânea, pois a conservação do círculo urbano, assenta numa teia contextual que evolui dos edifícios e recintos às funcionalidades e aos costumes. Neste trabalho, procurou-se ir um pouco mais além, ancorar a interpretação sob o olhar dos programas políticos Comunitárias para o horizonte 2020, o que suscitou análoga interpelação quanto à documentação mais institucional.

Recuou-se um pouco para entender a *civitate* histórica, da declaração da UNESCO de 1982 quanto às políticas culturais, às abordagens do ICOMOS quanto à conservação das cidades históricas, à visitação dos sítios patrimoniais e à salvaguarda das áreas urbanas históricas, bem como às orientações da OWHC quanto à relação do turismo com a vitalidade das cidades históricas e a cooperação para a sua gestão sustentável. Com o novo milénio, a leitura teórica acentua o valor do património no entendimento da sua diversidade cultural e na relação da arquitetura contemporânea na missão atual da cidade, focada na conservação da paisagem histórica urbana, como proposto pela UNESCO, às abordagens do ICOMOS quanto à preservação do espírito do lugar.

Também no contexto da Europa Comunitária, esta temática foi revisitada nas bases propostas pela convenção da paisagem europeia do Conselho da Europa de 2000, às definições de *cidades sustentáveis* ou *regeneração urbana integrada*, da agenda territorial europeia e seus desafios para as regiões e cidades, pela União Europeia, a que se associaram as perspetivas da Comissão Europeia no *desenvolvimento urbano sustentável* ou nas *estratégias de pesquisa e inovação*. Estas orientações foram vertidas em Portugal na programação publicada por instituições estatais, como a CCDRLVT no plano regional de ordenamento territorial ou na visão para a região Lisboa 2020, seus modelos de especialização inteligente e respetivo plano de ação regional, como também, assumidas pela comunidade intermunicipal da AML, com o seu programa territorial e a estratégia integrada de desenvolvimento. Na área da cultura, foram versadas as propostas de entidades como o GPEARI ou o GEPAC para a cultura e a criatividade, à definição da estratégia turística para a região como proposta pela ERTRL.

Partir destas leituras para definir o ângulo com que abordar a questão de partida e dirimir o quadro de estudo, influiu num encadeamento de raciocínio por onde sobressaem distintos níveis transpostos na análise ao espaço urbano, através da geração histórica e da inseparável dialética patrimonial. A conservação do património urbano é relevante enquanto fator de organização da comunidade e de planificação do território, elevação de um trajeto de valores participados, desde logo, no estabelecimento de decisões ou no planeamento de intervenções, sinónimo de cidadania coletiva.

2. O projeto de investigação

Na conceção antropológica do território, desde os mais recuados períodos da História que se consagrou a manifestação da criação humana no meio natural através da

adaptação a situações e da produção de soluções, onde o espaço urbano é a forma experimental mais completa desta consciência, não só pela dimensão aristotélica do lugar, mas pela criação de dinâmicas que o tornam multidimensional. O recinto histórico urbano foi entendido neste projeto de investigação sob diferentes epístolas, embora por vezes de semântica comungada algo dúbia, tal como testemunhado no romanesco *centro histórico*, enquanto materialização do sentimento de efemeridade da construção humana, ou como alicerçado na icástica *cidade histórica*, consecução da existência comunitária perseverada no quotidiano coetâneo. Será este espaço comum, qualificado e construído à escala humana, que se consubstancia a conceção pessoal quanto à abordagem do caso de estudo, o qual e antes de mais, importa compreender.

A vila de Sesimbra, sede epónima do município e do concelho, integra-se no Distrito de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, distante desses dois centros urbanos em cerca de 30 km. O município tem associada uma área territorial com 195 km² de extensão, onde residem 49.500 habitantes, em que os limites de vila confinam com os limites da freguesia de Santiago, a segunda freguesia mais antiga do concelho², que conta no seu perímetro administrativo com uma população de 4841 habitantes para uma área de aproximadamente 2 km², o que corresponde a menos de 10% da população e a pouco mais de 1% da área geográfica do território municipal.

Desponta neste agregado profícua quadrangulação piramidal entre o Económico, no contexto de atividades permanentes como o comércio *versus* as temporárias como o turismo quanto a uma economia de partilha, o Social, na coesão da comunidade local e na incorporação assertiva de utilizadores e visitantes, o Ambiental, pela eficiência de usos e pela envolvência geográfica, a Governança, pela inclusão dos atores locais e por medidas de governação participada, todas, encimadas pelo Cultural, manifesto na identidade urbana e na conservação patrimonial.

Por esta teia se vislumbra o estreito *fio de Ariadne* quanto ao percurso de futuro nessas ruas cheias de memórias, em que traçar o esquisso do que é a vila de Sesimbra, requer dois distintos planos de leitura, o primeiro desponta da noção de histórico, aplicado ao espaço urbano, dialética da *cidade histórica*, do *núcleo histórico* e do *centro histórico*, o segundo, enleia a urbe na epístola das políticas de desenvolvimento urbano, sob a perspetiva do *crescimento* associado à política de coesão 2020, proposta pelo colegial da União Europeia.

² O concelho acolhe as freguesias de Castelo (1201), Santiago (1536) e de Quinta do Conde (1985).

A limitação da sua patine de antiguidade não facilita o redimensionamento estrutural da urbe histórica, nem favorece pretensões de concorrência face a aglomerados mais recentes. Não obstante, a consciência de que o núcleo ascende além dos limites físicos da sua ancestralidade, reflete uma apelativa aptidão de encontro de lugares, pois o costumado centro histórico pode não ser coincidente com o centro industrial ou com o renovado centro habitacional, o que tem reflexos quanto ao entendimento do que é a cidade, pelo que urge clarificar a noção de cidade adotada neste estudo, a qual mediada entre *cidade* enquanto metrópole e *cidade* enquanto cidade menor ou vila. Propõem-se que o termo consultado como *citie* ou *cidade metropolitana* seja acertado para *metrópole*, definição de urbes superiores como Madrid ou Lisboa, enquanto o termo *town*, *cidade* ou *vila*, seja entendido como *cidade*, definição de urbes inferiores como Cracóvia, Toledo ou Beja, e Sesimbra³.

No cerne da abordagem à problemática em estudo, preconiza-se que a questão de base almeje superar as costumadas limitações quanto ao entendimento do núcleo histórico, apenso à conceção do centro histórico das atuais metrópoles e cidades, ao extravasar a apreensão patrimonial com questões económicas estimuladas pelo turismo, urbanísticas pela valorização imobiliária ou ideológica através das políticas socioculturais. Como produto cultural contemporâneo, o histórico espaço urbano permanece como o lugar de nascimento para a comunidade local, o seu âmago emocional de crescimento e consciência coletiva face à cividade, não à sua vivência mas ao seu progresso, assento do melhor que esta tem, a sua identidade.

A abordagem proposta para o caso de estudo procura, mais que se consubstanciar como consequência de uma aprofunda pesquisa, convergir reflexões teóricas em propostas metodológicas, face à pertinência da obtenção de resultados na especificidade de Sesimbra, repositório de riqueza e de variedade societária, na qual, a pertinência da preservação do legado patrimonial reside na primogénita expressão da *cultura arquitetural*, soma de todos os aspetos culturais, económicos, tecnológicos, sociais e ecológicos que influenciam a construção urbana. Esta orientação evita generalizações conducentes a abordagens superficiais ao focar a sintaxe nos mecanismos tendentes a reduzir a exclusão social e os efeitos da sua estratificação socioeconómica, freio à deslocação de atores e de funções vitais no equilíbrio urbano, pela qual, se orienta o compromisso quanto à promoção de um crescimento urbano integrado.

³ As metrópoles e cidades referidas decorrem de locais visitados no âmbito do projeto de investigação.

Por replicação de observação de esmero intelectual, uma construção isolada suscita a sua leitura como obra de arquitetura no espaço antes vazio, porém, quando se presencia um aglomerado de construções, está-se perante um génio gregário de consciência humana, complexo de elementos com uma ambiência própria e utilidade civilizada, onde a salvaguarda do *espírito do lugar* é crucial. A renovação de funções com atributo genesíaco, deve ser compatível com a identidade local ao concretizar a melhoria dos equipamentos e serviços públicos, beneficiar a habitação e adotar a fachada comercial em harmonia com a rua, medidas que evitam paisagens artificiais e asseguram atratividade pois, como fase histórica, a introdução de elementos contemporâneos enriquece o percurso memorial da cidade.

Pretende-se conferir nova apropriação ao recinto urbano com base no caso de estudo abordado, trajetória assente na relação do preexistente traço histórico com a regeneração urbana, conjugação que supera o comum sentido uniformizado do centro histórico, amplamente propagado e onde se conjugam análogos equipamentos e funções que porém secundam a singularidade da cidade, fenómeno evidente no definhar demográfico ou na declinação comercial, tudo fundido num espaço que embora original de identidade, acabou por no seu genoma ser manipulado pela urbanidade.

Para uma cidade como Sesimbra, propõem-se ver este estudo como um roteiro, pretexto para um *programa de regeneração urbana integrada*, onde o valor cultural e a tradição de convivência, refletem recursos capitais para a reciprocidade entre a urbe e os seus usuários. É evidente que o estado de maturidade das políticas locais deve ser animado por um grau de inovação, como de capacitação, face aos objetivos propostos ou às metas a alcançar, o que aclara a qualidade das propostas de intervenção na perspetiva da durabilidade dos resultados, pois a vivência urbana transcorre da capacidade dos seus intervenientes em usufruírem dos seus recursos.

Será de todo pertinente clarificar as competências de observação da abordagem local, aptas a identificar padrões de regulação e fenómenos emergentes que permitam registar recursos ou identificar valores, contributos para a asserção das propostas patrimoniais. Assim e face à questão, “que futuro nestas ruas cheias de memória?”, o que motiva então o presente empenho na demanda de uma resposta?

Mais que procurar uma solução milagrosa para velhas dificuldades ou uma rápida resolução para a emergência de novos problemas, mais que ampliar o campo generalista do conhecimento ou de desejar conferir novel precisão empírica a uma abordagem académica, aspira-se, nesta dissertação, a um sentido de oportunidade. A oportunidade é

perceptível no espaço urbano, piscoso burgo que mantém uma duradoura relação entre a ambiência construída e o meio natural, fenómeno que se vaticina na singularidade que, em si, as urbes marítimas encerram, limite de fronteira entre o traço do mar e o risco da terra, com particularidades resilientes que lhe conferem uma ambiência única, partilhada com fonte autêntica de potencial qualitativo. Este fenómeno está bem vincado na póvoa marítima de Sesimbra, onde a presença do mar se presente em todos os nossos sentidos, desde a epiderme fria ao vago olhar no horizonte, sentimentos que se descobrem no espaço urbano como raridades peculiares.

A conveniência do quotidiano e o pêndulo que gere o metabolismo urbano, suscitam a diferenciada ocupação desse espaço, individual como abrigo dos elementos ou coletivo como utilização social, uma dinâmica de existências com função permanente que modela a ambiência local, através de uma singular apropriação. Pelo movimento do quotidiano e pela circunscrição construída, um sentido único de intimidade e de pertença ao lugar, o qual se depreende na implantação das casas e dos arruamentos, ou evolui na localização das atividades e na relação dos usos consoante as necessidades da comunidade, em que as restrições naturais e a ação humana, moldaram na cidade, um crescimento não padronizado mas sequencial, influenciado pelas necessidades do quotidiano da comunidade até aos dias de hoje.

3. A pertinência atual e vindoura

Valorizar o património ao partilhá-lo como espaço comum, surge pela necessidade de clarificar os seus limites como pela legibilidade da sua coerente utilização, onde a integração da envolvência arquitetónica, é tão mais apropriada quanto conciliar regras de equidade perante os usos. Aqui vive a cidade histórica, o lugar e a comunidade como um todo, onde até os pormenores mais insignificantes são relevantes, pois influenciam áreas e usos no quotidiano, pelo que se confere ao património urbano, a incumbência de comunicar a cidade no curso do seu progresso, o qual abrangente nas políticas de organização territorial, também como razão histórica, tal como se concretiza no horizonte 2020 Comunitário.

É apresentado um móbil de propostas assentes no respeito pela diversidade urbana e pela sua evolução ancestral patente na identidade europeia, a qual se vislumbra na competitividade económica em bases sustentáveis ou nas competências afetas à inclusão social, nas perspetivas da empregabilidade e no apoio aos mais desfavorecidos. Estão

aqui definidas as metas do primado da coesão multidimensional urbana, onde se permitem cruzar necessidades com oportunidades para o património.

Concretizar esta estratégia, será possível através de novas metodologias de planeamento ancoradas na participação, onde se privilegia a obtenção de resultados em bases mensuráveis e, onde governação e governança são eixos horizontais à cooperação interinstitucional e transversais à tutela administrativa. Espraia-se o sintomático envolvimento da cultura na política como na diversidade de vivências, concretização da génese histórica local como momento em que a cidade já não se limita ao seu espaço administrativo, pois assume-se como complementaridade territorial, sincronismo social e económico, capacitação ambiental e cultural.

Como sustenta a UE para as *idades do futuro*, a visão tende a orientar a diversidade das cidades face às metas do *crescimento*, através da instrução dos contextos sociais e demográficas como da validação dos recursos económicos e culturais, o que se comprova na *smart specialisation* da cidade, resposta inteligente às dificuldades que enfrenta e que requerem soluções específicas. Neste desígnio, torna-se possível delinear um novel rumo na abordagem à génese histórica do espaço urbano, agora compreendido como potencial de especialização para a resolução de problemas e ativo fundamental de fomento para um crescimento integrado.

Como objeto do presente estudo, a proposta de intervenção no património histórico urbano, à luz das orientações da visão Europa 2020, faz com que o entendimento da cidade contemporânea discorra da compreensão da sua identidade, o que de direito e de facto, conduz a estratégias de gestão e à conceção de programas de ação concertados para a sua regeneração enquanto realidade dimensível.

O recinto urbano de Sesimbra, em si, não se evidencia pela presença de notáveis edifícios ou de emblemáticos espaços públicos, mas pela unidade da sua edificação enquanto núcleo habitado, consolidado ao longo dos tempos e com peculiaridades próprias contidas na implantação dos edifícios, nos recintos funcionais ou nas vivências dos seus habitantes. A sua veracidade como cidade histórica sopesa da morfológica urbana com as suas dinâmicas comunitárias, pois se os edifícios alumiam valores arquitetónicos, a sua exegese estimula uma exuberância que importa preservar.

Divisar esta relação requer conhecimento, mas também capacidade para uma conspeção diferenciadora da ambiência urbana, recinto partilhado por onde flui uma dialética quotidiana em que se ajusta a ascendência patrimonial na interpretação das preexistências e nos recursos da própria urbe, contributos para a definição de um

programa de ação rumo ao futuro concebido, com base nas realidades locais, onde a identidade cultural surge qual *pelourinho* no centro do burgo.

Concetualmente vislumbra-se o futuro na piscosa póvoa pela disposição do seu espaço urbano, leitura quer da sua geração histórica quer da sua inseparável dialética patrimonial, latente na conceção experienciada dos contributos a avocar no projeto de investigação, rumo a um porvindoiro programa de intervenção integrada. É fundamental observar o traçado urbano, o qual indubitavelmente evidencia a função primordial da cidade, a sua organização e as suas principais linhas de força, pois a ausência desta perceção suscita uma urbanidade confusa, desfasada da sua identidade e sem pretensão de evolução, pelo que a interpretação da cidade e a inteligibilidade do seu potencial, tem na génese histórica um fator indispensável.

Pela sua aptidão endógena em se manter como recinto vivo e vivenciado, apesar de em permanente mudança, o espaço histórico urbano conjuga diferentes orientações fluídas por vértices de ação que enquadram, de forma sistemática e ordenada, a identidade local, através de apetências sociais, existências arquitetónicas, dinâmicas económicas, vínculos ambientais ou programação cultural.

4. A estrutura da dissertação

A exploração do tema em análise será aqui entendida na perspetiva dialética de uma *obra aberta*, conceção que recupera os princípios definidos em 1960 por Umberto Eco, a interação entre *lógica formal e lógica dialéctica* e entre *metodologias diacrónicas e sincrónicas*, as quais atuam sobre os paradigmas da investigação. Por esta via permitiu-se traçar um percurso interpretativo que facilita a compreensão das relações no espaço urbano, entre os seus criadores históricos e os seus observadores contemporâneos, discurso que une o facto evocativo com o momento de formação, base para leituras de análise quanto às faculdades de entendimento para conjugar no espaço urbano, a reflexão da sua própria humanização.

A estrutura da dissertação está organizada em quatro grandes partes, as quais, além da introdução e da conclusão, compõem dois importantes corpos temáticos, o primeiro a incidir na contextualização de Sesimbra enquanto caso de estudo, e o segundo apenso ao entendimento do espaço urbano associado à interpretação do património urbano à luz da visão europeia 2020.

Assim, no capítulo preambular, *Introdução*, como antecomeço, é abordado o tema de estudo através da narrativa do projeto de investigação, seus conceitos metodológicos e perspectivas de abordagem focadas na temática em estudo, pela qual, se encontra delineada a estrutura do trabalho adotada.

Na primeira parte, *Sesimbra, a mnemónica da identidade urbana*, são inscritos quatro distintos capítulos para a contextualização de Sesimbra. No capítulo 1 apresenta-se o território natural, incluso na cadeia montanhosa da Arrábida e limitado pela faixa costeira atlântica, com ecossistemas próprios e de singulares ambiências. No capítulo 2 é composta a sintomática evolução histórica desde a sua ancestralidade à origem da póvoa medieval, do burgo piscoso dos Descobrimentos ao empório portuário de setecentos, da vila da época mercantilista oitocentista ao porto marítimo do século XIX, da renovação de novecentos à urbanidade contemporânea. No capítulo 3 aborda-se o contexto humanizado do espaço urbano, através das dimensões da envolvimento social, da vertente económica, da vivacidade cultural e da orientação de governança. No capítulo 4 é tratado o recinto urbano, resumo medianeiro da sua narrativa de evolução, atualidade materializada e testemunhos do registo histórico, o que permite consubstanciar a sua relação funcional e as suas vivências,

Na segunda parte, *Sesimbra, um olhar à luz da Estratégia 2020*, definem-se quatro capítulos consonantes com diferentes patamares de pensar o núcleo urbano. No capítulo 5 abordam-se os paradigmas quanto à eleição do património urbano na cidade europeia, a *regeneração urbana integrada* e os fenómenos de identidade local, os recintos com os equipamentos e os usos. No capítulo 6 quanto ao planeamento no espaço histórico será anotado o seu aperfeiçoamento integrado, o *plano integrado de gestão* com as ações e a programação de eventos, ao acompanhamento, à monitorização e à avaliação. No capítulo 7 são comentadas as propostas de intervenção patrimonial face aos espaços e à relação com os recursos, as dialéticas de usufruto e as relações de convivência local, ao comunicar a imagem do espaço urbano. No capítulo 8 revisitam-se as condições e condicionalismos locais para a concretização da urbe histórica, para a reorganização do espaço e das existências, onde se frisa a missão da cultura no crescimento 2020 e a premência de uma nova missão urbana.

No capítulo final, *Conclusão*, é enunciada a síntese dos resultados colhidos ao longo do ensaio e providas algumas orientações quanto ao caso de estudo, abordagem ao legado cultural nas *cidades inteligentes*, onde se lança o desafio da contínua renovação do espaço urbano através da sua identidade e da fruição da comunidade.

O presente estudo propiciou a pesquisa de distintas fontes documentais em arquivos de várias instituições, nas quais se identificaram fundos de documentação escrita, fundos cartográficos e ilustrados, fundos fotográficos e fílmicos, e um repositório de fontes diversas. Quanto às referências bibliográficas, de modo a conferir coerência na sua leitura face à dissertação, estas foram organizadas enquanto documentação de leitura formal, registos da ambiência da cidade, estudos sobre espaços históricos urbanos, e monografias para o caso de estudo.

No curso da leitura da dissertação são incluídos registos gráficos, essenciais para uma leitura complementar. Das informações de cariz mais estatístico em tabelas numéricas, modelos gráficos e fluxogramas de organização metodológica, de modo a coligir dados com particular incidência para o tema em estudo. Acresce documentação mais visual reportada a documentos cartográficos, mapas e plantas do núcleo urbano de Sesimbra, a que se somam ilustrações, debuxos e outras plantas parcelares de alguns projetos, complementados com planos cronológicos de evolução da urbe, elaborados sobre planimétrica trabalhada em ficheiros cartográficos e ortofotomapas (2007) do sistema de informação geográfica (SIG) municipal.

Foi também constituído um repositório fotográfico que documenta as existências arquitetónicas e os usos ao longo dos tempos em torno do património cultural urbano da piscosa urbe, registado ao longo do século XX até à atualidade, num quadro imagético de momentos e de realidades do espaço urbano na evolução dos seus quotidianos como da sua identidade. Igualmente se associaram similares contextos à escala nacional e à dimensão europeia, os quais visitados em estudo comparativo quanto ao entendimento do valor do patrimonial na vivência e no espírito dos espaços urbanos. Nos casos visitados no contexto nacional foram exploradas diferentes territorialidades, da capital Lisboa a urbes mais pequenas com registo patrimonial, de Setúbal a Palmela, Beja ou Fátima, São Miguel e Vila de Porto, a póvoas atlânticas intervencionadas no QREN 2007-2013, Sines e Peniche, ao simbólico núcleo histórico de Óbidos. No entrecho europeu, referência a metrópoles como Madrid e Bruxelas, Varsóvia e La Valeta, bem como a cidades de relevância patrimonial, casos de Ávila, Segóvia e Toledo (Espanha), Lausanne e Montreaux (Suíça), Bruges (Bélgica), Cracóvia (Polónia) e Medina (Malta).

Parte I. Sesimbra, a mnemónica da identidade urbana

Capítulo 1. Um território de endemismos naturais

1.1. A geomorfologia e as ambiências

A vila de Sesimbra, abraçada num profundo vale e numa benéfica angra natural virada para o Atlântico, é pautada pela ambiência natural única nascida da *Serra Mãe*⁴, a serra da Arrábida. Esta cadeia montanhosa é composta por uma alcantilada cordilheira a sul, fronteira ao oceano, que na sua extensão setentrional se apazigua até encontrar as margens do Tejo, configuração que marca a península de Setúbal. Na vertente austral surge um contínuo de serranias e pontuais vales, com orientação predominante de leste para oeste, ao longo de mais de 32 km, desde os limítrofes de Palmela e Setúbal até ao promontório do cabo Espichel, o que traduz no território uma ampla diversidade de fenómenos que testemunham singular narrativa geológica.

Na transição dos períodos Pérmico para o Triásico, por volta dos 250 milhões de anos, ganhava aqui contorno um processo de deposição compósita onde se acolheram sucessivas evoluções que deram origem ao oceano Atlântico, registo duradouro nas arribas fósseis do Espichel, cartela estratigráfica para a datação dos estratos sedimentares, resultantes da evolução dos ambientes e da paleobiologia em contextos de mar aberto, épocas lagunares e períodos fluviais⁵. Há 145 milhões de anos atrás, Portugal estava mais ao sul, frente ao que hoje é o Canadá e separado por um diminuto mar atlântico que evolui nos seguintes 25 milhões de anos para um pélagos oceânico, à medida que a *Lusitânia* crescia para norte e se afastava do continente a leste, princípio de uma bacia sedimentar esporadicamente acometida pelo mar, a *bacia Lusitânica*.

A paisagem evoluía, de um pântano litoral para um ambiente fluvial e depois mar profundo, que ao recuar criou uma zona de recife de corais com um mar interno de águas quentes e pouco profundas, a que se sucedeu um ambiente de lagunas salinas com subida e regressão do nível do mar, até à criação de uma planície litoral que invadida pelo oceano, acolheu novo ambiente fluvial, no mesmo momento em que o Atlântico se estendia para norte, há 110 milhões de anos⁶. Este processo teve continuidade até à fase superior do período Cretácico, quando se inicia, e que teve a sua expressão derradeira no início do Miocénico, há cerca de 20 milhões de anos com o embate das placas

⁴ Título do primeiro livro do poeta Sebastião da Gama publicado em 1945, inspirado na Serra da Arrábida.

⁵ Miguel Ramalho in Sargedas (ed.), 2014: 10, 16.

⁶ Jacques Rey in Sargedas (ed.), 2014: 23-30.

tectónicas de África e da Eurásia, o processo continuado que conduziu à dissensão da Laurásia, à definição do Atlântico Norte e à irradiação do Mediterrâneo, num contínuo movimento de compressão profunda pelo qual ascende o maciço calcário da Arrábida.

Esta dinâmica de ocorrências geológicas é perceptível na vertente ocidental da península de Setúbal, particularmente na faixa costeira do concelho de Sesimbra. Assim e não obstante a atrativa envolvência paisagística propiciada pela cordilheira da Arrábida, afigura-se aqui uma elevada influência sísmica pela proximidade à falha geológica oceânica a sul do cabo Espichel, a qual tem dominante influência na história da região, como noticiado nos eventos sísmicos de 1755, de 1858 ou de 1909⁷.

Região fronteira ao Atlântico e com dispares tenções altimétricas, na frente rochosa meridional localiza-se a mais elevada escarpa litoral calcária da Europa, a serra do Risco, sujeita a distintas formas de erosão pelos agentes associados à incessante exposição à ação marítima, talhe eólico e erosão pluvial, que conjugadas, moldaram de modo indelével os aglomerados calcários e as camadas argilosas que constituem a faixa austral do território, de falésias abruptas e baías escavadas a grutas, lapas e algares, resultado de contínuos processos de desgaste natural.

Apresenta-se assim uma composição singular onde se acoitam vários testemunhos da diacronia geológica que lhe deu origem, caso dos afloramentos de calcários dolomíticos e siliciosos de génese jurássica predominantemente de elevada densidade e de cor branca escurecida. Este valor natural é reconhecido, no registo histórico, onde se associa Sesimbra a um centro de referência na produção de *pedras molaes*, tal como noticiado por Duarte Leão em 1610 na «Descrição do Reino de Portugal», “de todas sam as melhores, & mais aluas, as de Cezimbra, Aluito, & Condexa junto a Coimbra, que fazem as farinhas mais aluas que quantas se sabem em Hespanha”⁸, justeza que mais tarde Luís Cardozo, no segundo tomo do «Diccionario Geografico», publicado em 1751, reitera, “em humas serras do Termo desta Villa, que ficaõ sobranceiras ao mar, produz muita grãa, e finissima, e achaõse nellas pedras molaes excellentes, das mais brancas, que tem o Reyno”⁹.

Este filão de calcários extremamente rijos conduziu à fixação de variadas atividades extrativas que exploraram a serra, cavas e pedreiras que hoje sobrevivem como uma cicatriz difícil de apagar mas que, em séculos anteriores, foram a origem para castelos e

⁷ Bernardo, 1941: 65-66.

⁸ Leão, 1610: 47.

⁹ Cardoso, 1751: 618.

capelas, igrejas e fortalezas. Outro exemplo desta riqueza geológica está presente em edifícios construídos por todas as povoações, tratam-se dos conglomerados de rochas ornamentais de onde se destaca, pela exclusividade regional, a brecha da Arrábida, conglomerado com características muito peculiares resultantes da sua origem em fácies do Jurássico Superior e com uma matriz estética única, complementar à ocorrência de espessos argilitos e margas avermelhadas.

Pela sua exposição oceânica, a região tem sofrido a sua contínua ação na modelação do relevo, de modo muito acentuado na frente a sul, em que as escarpas da serra, abruptamente cortadas em vertical até ao mar, acompanham a incessante constituição de fenómenos como rechãs e plataformas de antigas praias elevadas do Quaternário, resultado dos momentos de glaciação que se perpetuam na plataforma de abrasão marítima que antecede o cabo Espichel. A ligação dos agentes naturais de erosão, as condições climatéricas na escala geológica mais recente e o contexto de rochas carbonatadas que constitui a Arrábida, deu origem a uma morfologia cársica muito singular e de importância científica, a qual é comprovada nos múltiplos testemunhos do exocarso, casos das plataformas de lapiás existentes na chã dos *Navegantes*, junto ao Espichel, ou no vale fluviocársico do antigo polje conhecida por *Marmitas do Gigante*, na ribeira das *Terras do Risco*¹⁰.

Também o endocarso apresenta fenómenos singulares que merecem referência no contexto natural dos terrenos carbonatados, pois são muitas as ocorrências em grutas e algares, formadas pela ação química da chuva e corrosiva do mar, que suscitam multiplicidades e particulares de interesse que envolvem ocorrências minerais de calcite e aragonite em distintas formas. Do vale de Sesimbra, em direção a ponte, surge a gruta do *Frade* com os seus singulares espeleotemas de profícua diversidade, as grutas de galerias freáticas fósseis da lapa do *Fumo* e da gruta do *Zambujal*¹¹, que acolhem estruturas litoquímicas variáveis, e no esporão do Espichel, as grutas da *Grande Falha*, da *Garganta do Cabo* e a gruta do *Meio*, algumas com antigos níveis de praia e outras com galerias que ao nível do mar apresentam reténs de água doce.

Este enquadramento natural propiciou igualmente testemunhos de valor paleontológico, os quais manifestos na extensa plataforma de abrasão, desde o lugar do Zambujal até ao cabo Espichel, onde foram descobertos vários exemplares de fósseis

¹⁰ Coelho (coord. ed.), 2013: 94, 96.

¹¹ Classificada como Monumento Natural pelo Decreto-Lei n.º 140/79, de 21 de Maio, e posteriormente como Sítio Classificado com Interesse Espeleológico.

em áreas de cultivo, como na sua presença nas arribas fósseis, as quais associadas a jazidas de icnofósseis com trilhos de pegadas de dinossáurios.

No Jurássico Superior e Cretácico Inferior, apresentavam-se prolongados terraços litorais e faixas lagunares onde os dinossáurios passaram e que, após a deposição de sedimentos, as camadas superiores comprimiram as inferiores até formarem rochas que preservaram esses trilhos. Destas jazidas¹², são conhecidas no sítio de Zambujal o local da *Pedreira do Avelino*, pequena plataforma com vários trilhos de pegadas de diferentes espécies do Jurássico, no cabo Espichel o local da *Pedra da Mua*, associada à lenda de Nossa Senhora do Cabo, com a presença na falésia de vários conjuntos de trilhos de saurópodes em pistas paralelas e de terópodes de há 150 milhões de anos, e o local dos *Lagosteiros*, onde foram identificados trilhos associados a um ornitópode e a terópodes datáveis de há 130 milhões de anos¹³.

Por fim, outro dos fatores que marcou o território da Arrábida até aos dias de hoje prende-se com o clima, o qual apresenta particularidades que lhe conferem a conhecida feição de *características mediterrânicas*, embora, sob influência do Atlântico. As brisas marítimas carregadas de sal e de minerais, conjugadas com a proteção do maciço orográfico da serra, criam condições propícias à atratividade durante todo o ano, tal como já certificado pela Secção de Climatologia da Direção-Geral de Saúde, que na década de 1930 considerava esta como um das mais saudáveis regiões do país¹⁴.

A faixa atlântica nacional apresenta temperaturas agradáveis e de baixas amplitudes térmicas, embora chuvosa e ventosa, influenciada por uma estação estival mormente seca pelos ventos quentes ascendentes do norte de África, ao passo que a invernia influenciada pelos centros de depressão marítima, é mais amena embora chuvosa, mercê dos centros de alta pressão continentais de temperaturas frias.

A Arrábida, pela sua cadeia orográfica a sul e pela exposição abrigada dos alíseos marítimos, apresenta feição apazível e clima temperadamente húmido de tempérie constante, a qual varia nos máximos do inverno, em janeiro entre 8° e 13° C com períodos frios e húmidos, e no tempo estival, em agosto entre os 20° a 24° C com ciclos quentes e secos, o que garante uma temperatura média anual que ronda os 10° e os 20° C, com uma amplitude térmica reduzida, inferior a 10° C, de húmidas brisas de cariz

¹² Todas classificadas como Monumentos Naturais, pelo Decreto-Lei n.º 20/97, de 7 de Maio.

¹³ Vanda Faria dos Santos *in* Sargedas (ed.), 2014: 52. Na tipologia dos dinossáurios, os *saurópodes* eram quadrúpedes herbívoros com longos pescoços e caudas, os *terópodes* eram bípedes carnívoros e os *ornitópodes* eram bípedes herbívoros.

¹⁴ Bernardo, 1941: 52.

oceânico que amenizam os restantes períodos anuais. Sucedem-se primaveras chuvosas, verões de tempo soalheiro e enxuto, outonos com aguaceiros curtos mas violentos, pautados por tempo quente e elevado índice de humidade, e invernos moderados com precipitação atmosférica baixa, em que a média anual ronda os 700-750 mm, o que identifica o clima como moderadamente chuvoso, no qual ocorrem, para além de chuva e chuviscos, orvalhos, geadas, granizos, neblinas e nevoeiros.

A humidade relativa é condicionada por estas temperaturas, numa relação inversa, que aumenta de agosto para dezembro e que decresce nos meses seguintes, influenciada pelos alíseos dominantes na faixa costeira, uma realidade patente na baía de Sesimbra, com predominantes ventos de sul e de sudeste, com velocidade máxima de 10,5 km/h, mercê da proteção da serra que atalha os ventos de norte, nordeste e de noroeste. Quanto à insolação e exposição ao sol, esta atinge o pico máximo nos meses de junho a agosto, e diminui acentuadamente entre setembro e janeiro, até à nova subida entre fevereiro e março como prelúdio do crescendo até junho, o que motiva a que os índices de insolação evidenciem a existência de duas fases anuais de luminosidade, a primeira de génese progressiva de janeiro a agosto, a que se segue a segunda, de decrescente sentido, de setembro a dezembro.

1.2. Terras de biodiversidade

As conexões climáticas desta região litoral oferecem um conjunto de características muito particulares, pois que mediada entre a região de Lisboa com o Tejo e as áreas extensas da costa alentejana, a sua disposição a sul assegura-lhe uma proteção singular na costa marítima que delinea as especificidades do seu clima, ambiência detentora de características mediterrânicas. A cordilheira da Arrábida assume-se como o principal esteio de proteção da região, limite derradeiro de proteção da planície que provem desde o Tejo para sul, tida como primeiro, e quase intransponível, muramento de pedra diante dos ventos que o Atlântico sopra para norte, encontra-se envolta num microclima temperado pese embora uma das suas principais característica seja o elevado grau de humidade no ar, compassivo para o equilíbrio das espécies de flora que caracterizam a região, algumas endémicas de relevante valor mundial.

O território apresenta elevada ténpera natural que acolhe três distintos agrupamentos de flora, o euro-atlântico, de cariz fresco e húmido nas extensões mais sombrias a norte, um mediterrânico, quente e seco nas áreas mais abertas a sul, outro

macaronésio, de génese insular na linha de arribas marítimas. Aqui se concentra rica diversidade de espécies de flora natural, em cerca de 42 tipos e subtipos de habitats, dos quais nove são áreas prioritárias de conservação e uma têm caráter único, onde já foram identificados perto de 1368 táxones, repartidos por 111 famílias¹⁵.

Nas áreas férteis confinantes à serra, que se estendem pela península rumo a norte, surgem grandes manchas florestais, a típica floresta mediterrânica de bosques e arbustos em que, nas dispersas áreas de vale, são bem marcadas manchas florestais mistas com a predominância de espécies autóctones. Nos terrenos mais virados para poente, onde predominam os terrenos arenosos, e de especial pendente para a faixa costeira, surgem formas de flora bem diferenciadas em coberturas arbustivas.

Das diversas espécies de árvores de porte mais proeminentes, como de porte mais reduzido, merecem referência o Sobreiro e o Carvalho, a Oliveira, a Alfarrobeira, o Pinheiro-manso e o Pinheiro-bravo, o Zambujeiro, o Salgueiro-branco e o Salgueiro-preto, o Freixo e o Choupo. Em complemento, surgem espécies arbustivas como a *Durisilvae-laurisilvae* e o Carrasco, o Aderno e a Salsaparrilha-bastarda, a que acrescem outras de génese macaronésia como a *Withania frutescens*, a *Lavatera maritima* e a *Fagonia cretica*, a par de alguns exemplares de ligação ao sistema calcário, casos da *Orobanche rosmarina*, da *Ulex densus* e da *Chaenorrhinum serpyllifolium*.

Uma das características desta flora de génese mediterrânica prende-se com a sua grande diversidade vegetal e riqueza florística, resultado de uma longa e lenta evolução, desde o momento de consolidação da estrutura calcária da Serra, até à superação das várias épocas de glaciação. Esta vegetação, de cariz perenifólia e esclerofila, surge na sequência alongada dos prados marítimos, implantada nos limites dos afloramentos calcários e que, face aos agentes naturais de erosão, tende a surgir na forma de plantas rasteiras que, cruzadas em ramificações, formam densas moitas arbustivas.

No conjunto de diferentes espécies surge a Espanada-dos-montes e o Tojo-gatunho, o Alisso, o Tomilho, a Esteva, a Urze-vassoreira e a Murta. Alusão também a outras espécies que conferem originalidade à região pelo seu endemismo, casos da *Piptatherum coerulescens* e da *Catapodium salzmanii*, do *Narcissus calcicola*, da *Cheilanthes catanensis* e do *Convolvulus siculus*, da *Linaria melanantha* e da *Chaenorrhinum organifolium*, a que se associam na vertente floral espécies como a *Silene longicilia* e a *Arabis sadina*.

¹⁵ Coelho (coord. ed.), 2013: 32.

Com localização privilegiada nas arribas fronteiras ao mar, delimitadas entre o cabo de Ares a leste da baía de Sesimbra e o cabo Espichel, surgem duas espécies únicas nos afloramentos calcários, a *Euphorbia pedroi*, com os seus caules desenvolvidos com a função de reservatório de água, testemunho de uma primeva flora tropical que sobreveio do norte de África, e a *Convolvulus fernandesii*, idêntico vestígio vivo de uma época de recolonização do continente por espécies que subsistiram nas ilhas macaronésicas. Também nos terrenos arenosos surgem endemismos com características singulares como a *Thymus capitellatus* e a *Thymus villosis*, a par de castas igualmente raras como a *Drosophyllum lusitanicum*, a única planta carnívora ibero-marroquina, ou a *Pinguicula lusitânica* que reside em taludes arenosas e em solos ácidos.

Pela vasteza deste território pontuam outras espécies igualmente de singularidade nacional, que consagram a riqueza floral da região, exemplo das orquídeas como a *Brachypodium phoenicoides* ou a *Barlia robertiana*, ou em espécies como a Rosa-albardeira e a *Hesperis laciniata*, a Alcachofra e as Tulipas, que conferem colorido na transição do maciço calcário.

As condições climáticas, geológicas e florísticas da região da Arrábida, têm permitida a preservação de distintos habitats onde se pode encontrar uma ampla diversidade de elementos faunísticos, desde logo, do grupo dos invertebrados, onde foram identificadas 106 espécies de aranhas, 445 de escaravelhos, 61 de borboletas, 37 de formigas e quatro de tígídeos¹⁶. Destaque à existência de cinco espécies de coleópteros exclusivos da zona, dos quais merecem particular referencia, o *Geocharis boeiroi*, o Gorgulho esmeralda-rosado e o endémico caracol *Candidula setubalensis*, a Libélula, a Aranha-tigre-lobada e a cavernícola *Anapistula ataecina*, a que se associam outras espécies como a borboleta Branca-Portuguesa e a Aurora Amarela, que mantém nestas áreas as últimas existências evidenciadas no território mediterrânico.

Quanto à família dos vertebrados, são conhecidas 12 espécies de anfíbios, 17 de répteis, 197 de aves e 34 de mamíferos, alguns dos quais, são atualmente espécies em vias de extinção, caso das aves de rapina e de morcegos, o que torna esta região uma área de elevada sensibilidade em termos da salvaguarda dos ecossistemas e da proteção de espécies em risco. A existência de ambiências lagunares e a expressiva presença de linhas de água evidencia a relativa capacidade de gerar ecossistemas perenes, os quais

¹⁶ Coelho (coord. ed.), 2013: 32.

contribuem para a fixação de anfíbios como o Cágado, a Rã-de-focinho-pontiagudo, a Relã, o Sapo-de-unha-preto e o Tritão-de-ventre-laranja.

De igual modo são propícias as condições na transição para a linha atlântica, em áreas de prados e de ocorrência dunar, para a fixação de variadas espécies de répteis como a Víbora-cornuda, a Cobra-rateira e a Cobra-de-pernas-pentadáctila, a Cobra-de-ferradura, o Sardão, a Lagartixa-ibérica, a Lagartixa-de-dedos-denteados, a Lagartixa-do-mato e a Lagartixa-do-mato-ibérica.

Também as aves, sobretudo as de rapina, tem aqui elevado primado de observação, pois a região acolhe a Águia-de-bonelli que nidifica nas arribas atlânticas, o Falcão-peregrino e a Ógea que também rodeiam essas áreas de falésia, a Águia-pesqueira, a Águia-de-asa-redonda e a Águia-cobreira, o Falcão-peneireiro, o Gavião e o Peneireiro-comum, ou o Bufo-real, o Mocho-galego, a Coruja-das-torres e a Coruja-do-mato. A par destas, as vertentes e ravinas marítimas constituem-se como paragens ocupadas por outras espécies, como o Corvo-marinho-de-crista, a Gaivota-argentina e a Pardela-de-bico-amarelo, o Ganso-patola, o Pombo-das-rochas e o Andorinhão-real.

Pela localização geográfica, particularmente o extremo poente do Espichel, esta faixa é uma paragem bem documentada nas rotas de migração da avifauna, sobretudo no final da época estival, o que confere dinamismo e colorido às espécies residentes. As autóctones coabitam nas zonas de prados com influência arbustiva, como nas áreas de transição e nas florestas, universos onde abundam bagas, frutos carnudos e insetos, fundamentais para os grupos da avifauna local não só como áreas de alimento, mas também, de abrigo e nidificação. Da extensa listas de espécies possíveis de encontrar, referência ao Pisco-de-peito-ruivo, à Felosa-bilistada e à Cotovia-de-poupa, o Pombo-torcaz, o Melro-azul, o Rabirruivo-preto, o Rouxinol e o Bico-grossudo, a Carriça, a Poupa e a Perdiz-comum, o Noitibó-de-nuca-vermelha, o Guarda-rios, o Pica-pau-malhado-grande e o Cartaxo-comum, o Tordo-ruivo ou a Petinha-dos-prados.

Quanto aos mamíferos, as diferentes potencialidades de habitat naturais permitem uma dispersão de espécies que asseguram a diversidade deste território. Merecem destaque espécies predadoras como a Raposa e o Gato-bravo, a Doninha, o Toirão e a Geneta, o Texugo, a Fuinha e o Saca-rabos, a par de espécies insetívoras como o Ouriço-cacheiro, ou ruminantes como o Coelho-bravo, a lebre e o Rato-do-campo.

Ainda na vertente marítima, mas já na sua transição para as zonas planálticas do interior, onde o maciço rochoso prevalece e as grutas predominam, é possível encontrar outra das riquezas faunísticas da Arrábida, as suas diferenciadas colónias de morcegos

cavernícolas que se alimentam em redor das entradas das cavidades geológicas, nas quais hibernam e se reproduzem. São conhecidas colónias do Morcego-de-peluche e do Morcego-de-ferradura-mediterrânico, do Morcego-de-ferradura-grande e do Morcego-de-ferradura-pequeno, do Morcego-de-ferradura-mourisco, do Morcego-de-franja e do Morcego-rato-grande.

Toda esta riqueza natural, de flora e de fauna, motivou a constituição em 1976 do Parque Natural da Arrábida¹⁷. Atualmente, esta é uma extensa área de reserva ecológica nacional que se prolonga desde a cidade de Setúbal até ao cabo Espichel, e na qual, a vila de Sesimbra é a mais presenteada exceção de um espaço urbano implantado neste extenso território de biodiversidade.

1.3. O Atlântico e seus ecossistemas

A amplitude de costa virada a sul, onde Sesimbra se encontra, representa a mais expressiva alteração de linha litoral portuguesa, quebra do eixo maior de norte para sul, com uma curta, mas acentuada, inflexão de oeste para este, quando retoma a anterior longitude até ao cabo de Sagres, onde inflete para levante rumo ao Mediterrâneo. Esta beira-mar desenvolve-se ao longo de aproximadamente 26 km, definida por uma contínua escarpa calcária de elevada pronúncia, desde o promontório do Espichel até ao limite do estuário do Sado, o que lhe confere proteção contra os ventos litorais preponderantes de nortada, embora, de acentuada exposição ao suão.

A génese geológica terrestre tem continuidade no meio subaquático, através de uma outra serra abaixo da linha de água, extensa ao longo de fundos rochosos até ao limite das duas distintas linhas geomorfológicas de vales submarinos que confluem ao largo do cabo Espichel, respetivamente o *canhão* de Lisboa e o *canhão* de Setúbal¹⁸, intercalada por zonas de areal que rodeiam essas, quase que ilhas, submersas do continente. Apresenta-se assim uma topografia subaquática de ascendente rochoso, que na faixa litoral se reveste de complexa orografia, escarpas e falésias, onde se definem paredes e reentrâncias e se destaca a existências de grutas.

¹⁷ Com o Decreto n.º 355/71 de 16 de agosto é constituída a Reserva da Arrábida, a que sucede com o Decreto-Lei n.º 622/76 de 28 de julho o Parque Natural da Arrábida, reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/98 de 14 de outubro, que também criou a área marinha, com o Plano de Ordenamento ratificado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto.

¹⁸ Miguel Saldanha *in* Sargedas (ed.), 2014: 95.

A faixa costeira fronteira a Sesimbra ostenta solos submarinos arenosos até ao seu limite, por onde evoluem, vindos dos vales submersos, acéguas naturais de fluxos de ascendentes de progressão subaquática com elevada suspensão de matérias tomadas dos fundos, fenómeno que contribui para a elevada presença de nutrientes nestas águas, singular recurso para a cadeia alimentar¹⁹. Propicia-se a criação de habitats onde o ecossistema marinho se reproduz, por entre as soberbas presenças geológicas e os espaços por estas criados, ambiência que associada à contínua exposição solar, à amena ondulação e à incidência marítima, permite a fixação de uma multiplicidade de algas, invertebrados e macroinvertebrados, áreas de reprodução e fontes de alimento para uma ictiofauna rica e variada de espécies costeiras, como também de alto-mar, as quais acabam por atrair outras espécies maiores, residentes e migrantes.

Nesta costa, as águas apresentam temperaturas algo esfriadas que variam entre os 14°C e os 15°C, com índices de salinidade entre os 35‰ e os 36,5‰, influenciadas pelas tempéries oceânicas como pelas correntes vindas do Sado, que seguem toda a costa da Arrábida, existência que se altera após a transposição para norte do cabo Espichel.

A influência da torrente marítima é preponderante para se entender esta linha litoral, na qual o Espichel funciona como ocasião de transição na circulação, ponto meão na importante corrente que atravessa a costa desde o cabo da Roca até Sines, a qual, acaba por neste lugar, cruzar-se com a que provem de Setúbal. A região é marco de convergência de elementos de diferentes latitudes, com as correntes de temperatura mais frígida trazidas do norte do Atlântico e as de temperamento mais tépido, ascendentes do Mediterrâneo e do pélago confinante com o Saara Ocidental.

A relação oceânica entre as correntes marítimas, a sua temperatura e a sua salinidade, tem reflexos no estabelecimento das várias formas de vida, com o assentamento de ciclos termodinâmicos e condições propícias à fixação de plâncton que confere especificidade ao ecossistema que, em muito, beneficiou a riqueza da biologia marinha de Sesimbra ao longo da História. Esta costa acolhe um complexo ecossistema que concilia uma afinidade mediterrânica com uma preponderância atlântica, o que lhe coteja referência em termos nacionais e europeus. Aqui, registam-se 1320 espécies de flora e fauna marinha, com 37 espécies de peixes, 21 espécies de crustáceos, 21 espécies de bivalves, 76 espécies de poliquetas e quatro espécies de equinodermes²⁰.

¹⁹ Miguel Saldanha *in* Sargedas (ed.), 2014: 95.

²⁰ Coelho (coord. ed.), 2013: 156.

Nesta faixa de serra de mar que constitui a linha de litoral, surgem espécies de invertebrados como o Coral-amarelo e o Nudibrânquio, a Anémone e a Anémone-joia, a Dedos-do-mar-vermelhos e a Estrela-do-mar-vermelha. De entre as várias espécies de algas, muitas das quais nos últimos anos tem tido nova fixação com influência positiva no habitat marinho, destaque para a *Saccorhyza polyschides* e a *Gellidium sesquipedale*.

A passagem de transição para o mar alto é território de espécies que deambulam entre o estuário e a imensidão oceânica, caso da Toninha-comum, do Golfinho-comum e do Golfinho-roaz, o qual tem aqui uma comunidade residente. Regista-se também a presença de 11 espécies de elasmobrânquios, raias como a Tremelga e a Raia-lenga, e tubarões como o Tubarão-anequim e a Tintureira, a Pata-roxa e o Cação-pintado, espécies vulneráveis face à pesca e em risco de supervivência.

Do extenso rol de ictiofauna, merece referência espécies discretas como a Enguia e a Moreia, o Cavalo-marinho e o Cavalo-marinho-de-focinho-longo, mas também outras mais conhecidas que vagueiam por estas águas, casos da Sardinha e Carapau, a Sarda e a Cavala, a Faneca, o Robalo e o Salmonete, a Dourada, o Cherno e o Goraz, o Tamboril e o Linguado. Dos cefalópodes, destaque para a presença do Choco, da Lula e do Polvo, enquanto nos crustáceos, confere-se importância a espécies como a Lagosta e o Cavaco, o Lavagante, a Santola e a Navalheira. Nos gastrópodes, menção à Lapa e aos búzios como o Búzio-canilha, a *Nassarius reticulatus* e a *Gadinia garnoti*, e por fim os bivalves com conchas, como a *Nucula nucleus*, a *Glycymeris glycymeris* e a *Loripes lucinalis*, o Mexilhão, a Vieira e o Longueirão-direito.

A influência das correntes de água doce e tépidas que descende do Sado para a ambiência salina e fria do Atlântico, conjugam condições para um ecossistema singular, o que contribuiu para a criação do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha em 1998²¹, o primeiro em Portugal continental, vocacionado para a preservação da biodiversidade e instituição de uma área protegida para reprodução das espécies marinhas.

1.4. O vale e a baía de Sesimbra

Insculpida no complexo calcário da Arrábida, a enseada atlântica que alberga o vale e a baía de Sesimbra, localiza-se na base meridional de um vale aprofundado pelo mar e rodeado pela serra, factos que além de moldarem a forma da sua abrigada angra,

²¹ Com o Decreto Regulamentar n.º 23/98 de 14 de outubro.

também lhe conferiram um conjunto de particularidades geológicas únicas. Daqui se autentica o complexo da orla mesozoica que assinala o vale, no qual surgem margas infraliássicas, conglomerados, argilas e numerosas intrusões de teschenito de origem eruptiva, exemplos da depressão geológica resultado da falha de Santana, que fecha a nava afunilada a norte, resultado da quebra geológica e da reunião geográfica do monoclinal de Ares a nascente e do anticlinal diapírico do Castelo a poente.

Neste alinhamento, o vale de Sesimbra, pese embora o morro alcantilado que acolhe o castelo seja testemunho do filão geológico de calcários dolomíticos, surge como uma estreita comba que apresenta uma realidade diametralmente divergente.

Pela sua origem muito característica, é classificado em termos geológicos como *vale tifónico*, limitado por uma série de falhas e assomado por terrenos mais recentes que coroam todo o seu contorno, e lhe conferem uma forma muito específica, a qual Paul Choffat definiu como “triângulo geológico de Sesimbra”²². Limitado por essa coroa de afloramentos rochosos, de génese calcária dolomítica do Lusitaniano, que de nascente para poente compreende os cumes do Facho de Santana (232 m), de Santana (224 m), do Moinho da Forca (220 m) e do Castelo (240 m), desta elevada cordilheira descem estratos geológicos de margas gipsíferas do Infraliássico, de rochas margosas e dolomíticas de entre o Liássico e o Bajociano, e do conjunto margoso e arenítico do Neojurássico e do Cretácico, acompanhados por filões de teschenito eocénicos.

Na faixa serrana que rodeia a concha da baía surgem cerros calcários em terrenos do Neojurássico e do Cretácico, com formações oolíticas brandas de menor dureza e resistência, completares a outras formações de calcários mais rijos e resistentes de fácies dolomítica e de tonalidades cinzentas, localizam-se no seu permeio os mais imponentes maciços que servem de fundação ao castelo, por sobre o vale. Este tipo de calcário é ainda extraído em algumas pedreiras distantes do anel de coroamento do vale, e que pela variedade presente nos diferentes estratos explorados, são destinados a diversas utilizações desde a brita para construção à produção de cimento e de cal.

Também destes terrenos frente ao mar até meados do século XX extraiu-se gesso, proveniente do sítio do *Caneiro*, a nascente do areal da vila, o qual recolhido e embarcado num vapor de porão fundo que o transportava até à fábrica cimenteira no Outão²³, próximo de Setúbal e em pleno coração da Arrábida, que ainda hoje labora.

²² Bernardo, 1941: 81.

²³ Rodrigues, 2003: 169.

O vale, defendido dos ventos adjacentes dos quadrantes norte, este e oeste, embora totalmente aberto aos ventos dos quadrantes a sul, propícia, a par das riquezas minerais das encostas e do seu sopé, terrenos férteis resultantes da riqueza em cal, ácido fosfórico e potassa, propícios à expansão de flora arboresce e arbustiva, uma característica muito própria também da Arrábida, onde imperam castas de zimbros, carvalhos, medronheiros e pinheiros, a par de espécies mais de interesse hortícola, pomícola e silvícola.

A enseada de Sesimbra, limite extensível do vale que desce até ao mar, era abertura para onde pendiam seis importantes ribeiras que trilhavam os terrenos calcários maciços e os terrenos mais desagregados de génese argilosa, porém, na atualidade estas encontram-se maioritariamente encobertos pela ação humana, mas durante centúrias, foram limites naturais na ocupação do terraço frente ao areal. De nascente para poente, surgia a ribeira próxima ao cabo de Ares e a da Califórnia, a ribeira do Caninho que se juntava à ribeira da Misericórdia, a ribeira da Fonte Nova, a ribeira do Juncal e a ribeira a poente do Monte do Macorrilho, em que por alguns corriam águas ferruginosas.

Destaque para os ribeiros do Caninho e da Misericórdia, que afluíam no centro da vila com um contínuo lençol freático explorado por poços e fontes, embora na época estival o fluxo fosse menor. Também neste entrecho, particular referência à presença de águas de trato medicinal que vinham da fonte do Carvalho, no extremo superior do vale e que desciam através do ribeiro do Caninho, como regista Luís Cardozo no «Diccionario Geografico», “a [fonte] do Carvalho, em cuja agua se reconhece especial virtude contra as obstruções, e hidropezias, pedra dos rins, e áreas da bexiga”²⁴.

O desaguar de todos estes ribeiros no areal conferiu à baía de Sesimbra, angra natural de abrigo por entre arribas escarpadas, um lugar de porto seguro na costa da Arrábida, reflexo da sua orográfica oceânica. Aí se conjuga a acumulação de areias trazidas por correntes marítimas e de uma particular incidência eólica, que criou no contínuo costeiro, arribas intercaladas por esparsas aberturas, uma das quais, na abrigada baía de Sesimbra, contínuo areal limitado a nascente pelo promontório de Ares e a poente pelo promontório do Cavalo, que acolhia no seu centro, a desembocadura das várias ribeiras que segavam o areal.

Na zona de Sesimbra, de janeiro a maio e de outubro a dezembro, o período de invernia é marcado por muita chuva e vento, embora, com temperaturas amenas e ciclos de chuva pouco rigorosos. Esta realidade coordena-se com os restantes meses do ano,

²⁴ Cardoso, 1751: 619.

em que de maio a setembro, perdura um período estival que, embora muito quente, regista amena relação influenciada pelas brisas oceânicas e pela imensa cobertura florestal, as quais também reforçam as suas apetências de amenidade. A vila apresenta-se implantada neste profundo vale numa disposição altimétrica em forma de anfiteatro, não concretizado em socacos mas a acompanhar a evolução ascendente do mar para a serra, a qual, sobe a encosta urdida pelos declives naturais e pelas linhas de água que cortam os estratos geológicos argilosos do vale.

A progressão do espaço urbano, inicialmente alinhado frente ao mar, onde o terreno conferia necessária horizontalidade, foi na evolução cronológica da História, alterada pelas encostas e pela subida do vale, o que propiciou a aplicação de distintas soluções para vencer os declives, cada vez mais verticais, à medida que se evoluía para norte.

Houve a necessidade de se criarem pequenos largos, ruas estreitas e quase sempre alinhadas em paralelo ao mar, escadarias e arruamentos inclinados que passaram a deter maior centralidade mercê da sua disposição perpendicular aos eixos de circulação, o que lhes conferia uma importância fulcral no acesso de norte para sul, da serra até ao mar, na vivência quotidiana da comunidade residente e da muita gente visitante. É na plena conjugação desta envolvência que sobrevém o vale e a baía de Sesimbra, e por esta, o contexto ambiental perfeito para acolher a presença e a ocupação humana num interface singular entre a terra e o mar, entre a Arrábida e o Atlântico.



Foto 1 – Panorâmica da faixa nascente da Serra da Arrábida, com Setúbal e a península de Troia em fundo. 2006.



Foto 2 – Panorâmica da faixa poente da Serra da Arrábida, na extensa plataforma até ao cabo Espichel. 2006.



Foto 3 – O vale e a baía de Sesimbra, ponto meão de singular panorâmica na costa atlântica da Serra da Arrábida. 2012.

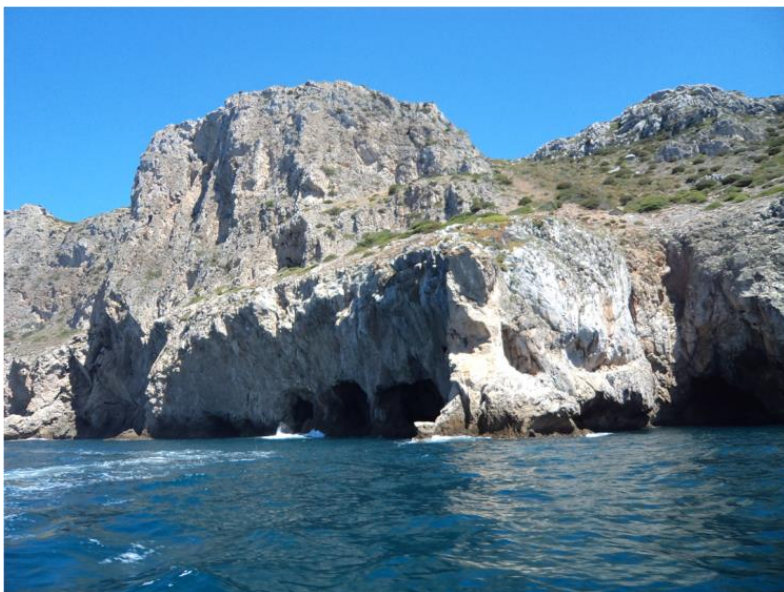


Foto 4 – Na frente costeira de arribas calcárias, limite sul do concelho, são várias as grutas e algares que descem ao mar. 2012.



Foto 5 – Perspetiva do interior da Serra com a sua flora e cobertura arbórea singular, marco dos limites norte e leste do concelho de Sesimbra. 2006.



Foto 6 – Panorâmica geral da faixa costeira que limita o concelho a oeste, com áreas dunares e a lagoa de Albufeira na transição atlântica. 2013.



Foto 7 – Trilho de pegadas de dinossáurios na jazida dos Lagosteiros (Cabo Espichel). 2012.



Foto 8 – O santuário de Nossa Senhora do Cabo, no Espichel, um dos pontos de maior interesse no concelho. 2012.



Foto 9 – O primevo burgo amuralhado de Sesimbra e o seu castelo, a génese de povoamento da região. 2012.



Foto 10 – Perspetiva panorâmica da vila em inícios do século XX, aninhada no sopé do vale e de franca ligação ao areal. S.d (déc. 1920) | AMS | EFHAM. D. B. 05. foto 2.



Foto 11 – A génese da comunidade assentava na faina do Atlântico, próxima da orla costeira e da riqueza dos seus mares. S.d (déc. 1920) | AMS | EFHAM. G. A. 02. foto 24.



Foto 12 – Na vila, a tipicidade do casario e a vivência do quotidiano dependiam da topografia disponível do vale. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM. D. G. 01. foto 5.



Foto 13 – Imagem da confluência das duas principais entradas, a norte, no antigo caminho até ao castelo e na mais recente estrada nacional. S.d (déc. 1930) | AMS| EFHAM. D. G. 02. foto 1.



Foto 14 – Perspetiva do típico sistema de ruas de Sesimbra, muito inclinadas de norte para sul e intercaladas por escadarias. S.d (déc. 1950) | AMS| EFHAM.D. G.01.foto 11.



Foto 15 – Os largos e arruamentos próximos do mar, eram mais horizontais e acolhiam a maioria das vivências urbanas. S.d (déc. 1940) | AMS | EFHAM. D. G. 02. foto 8.



Foto 16 – O contínuo de ribeiras ainda hoje marcam o espaço urbano, aqui na entrada do ribeiro da Fonte Nova que atravessava a vila no seu limite occíduo. 2015.



Foto 17 – O aqueduto de passagem da ribeira do Juncal até ao areal, no vale mais a poente do agregado urbano. 2015.



Foto 18 – O ponto de confluência das ribeiras da Misericórdia e do Caninho, funcional passagem subterrânea sob o atual largo de Bombaldes. 2007.



Foto 19 – Nos dias de hoje, o enquadramento natural da amena baía e do seu areal, são dos principais motivos de interesse na vila de Sesimbra. 2014.



Foto 20 – A relação do mar com a angra abrigada do porto piscatório, é cada vez mais um atrativo para o lazer náutico. 2012.



Foto 21 – A marginal atlântica da vila, na faixa a nascente, espaço de passeio e acesso privilegiado ao areal por sob o vale, com proeminente feição turística. 2014.



Planta 1 – Apresentação modelada da atual vila de Sesimbra. São identificados os principais equipamentos de uso público e pontos de referência no contexto de edifícios e de arruamentos, consoante com uma leitura de interesse turístico. Câmara Municipal de Sesimbra, 2015.

Capítulo 2. A evolução histórica

2.1. A ancestralidade e a póvoa medieva

Os mais antigos dados arqueológicos no vale de Sesimbra sugerem a ocupação pré-histórica dos cumes sobranceiros à baía, logo desde o Neolítico, com o sítio do Castelo, ao III milénio no sítio do Outeiro Redondo, o qual evidencia o mais antigo testemunho de ocupação organizada e disposição proto urbana do vale.

O *Outeiro Redondo*, localizado no terceiro cume a nascente do castelo, foi um povoado instalado entre 2800 e 2200 anos a.C., protegido por uma disposição de defesa natural de encostas abruptas envolventes que findavam numa muralha a sul, virada sobre o vale e a baía, à sombra da qual se albergava uma comunidade dedicada à agricultura, pastorícia e caça, pese embora a sua localização também lhe propiciasse oportunidades de comércio atlântico. Os registos arqueológicos reportam a ocupação inicial mediante cerâmicas de decoração simples, artefactos de pedra polida como machados e enxós, ou de sílex como pontas de seta, raspadores e lâminas, mas que na sua ocupação final, evidencia modelos mais complexos de cerâmicas decoradas, com motivos *folha de acácia* e *crucíferas*, a que se associa a produção cerealífera e a tecelagem, gente já conhecedora dos primórdios da metalurgia do cobre²⁵.

Na historiografia, a busca pelas origens da região é longínqua, desde os historiadores dos séculos XVI a XVIII que associam a ocupação do território de Sesimbra a povos pré-celtas, caso dos sárrios nos séculos V e IV a.C. noticiados por Florián de Ocampo em 1543 na «Chronica Geral de Hespanha»²⁶, aos mais antigos cronistas da Antiguidade que noticiaram a presença celta no cabo Espichel, o *Ákra Barbarikon* de Estrabão no século I²⁷ e o *Cepresicum Iugum* de Rúfio Avieno no século IV²⁸, com base num périplo massaliota do século VI a.C. revisto no século I a.C.²⁹. A presença dos cempsos, torna sugestiva a origem toponímica de Sesimbra como *Cempsimbriga*, a povoação dos cempsos, ou a *Zimbra* celtibera, bem como, uma possível presença turdetana, extensível desde a foz do antigo *Callipo*, o atual Sado. Mais tarde, alude-se à presença fenícia e grega, coeva a alguns dos vestígios deixados

²⁵ Cardoso, 2009: 154-155.

²⁶ Ocampo, 1791: 39-41.

²⁷ Estrabão in Pereira, 1878: 25. Mais tarde *Promontoriu Barbaricum*, o promontório dos bárbaros.

²⁸ Avieno in Ferreira, 1992: 22. Depois *Promontoriu Cempsicum*, o promontório dos cempsos.

²⁹ Avieno in Ferreira, 1992: 12-13.

por estes povos em regiões contíguas à Arrábida, de Alcácer do Sal a Troia, com referência de Filipo Alexandrino no «Lexicon Geographicum», a *Cezimbra*, uma povoação portuguesa, e a uma *Zambra*, associada a *Cisimbrum* como localidade da antiga *Hispanae*³⁰.

Porém foi na época romana que se encontram vestígios da ocupação da região, seja terrestre seja marítima, casos dos numismas identificados no sítio do Castelo³¹ ou das cerâmicas recolhidas na gruta da Lapa do Fumo, com cronologias entre os séculos II a IV. Foi no Atlântico que se recuperaram dos mais importantes vestígios da presença latina, logo no mar de Ancão, a nascente do Espichel, na sucessão de uma amena baía natural de fundeadouro que antevê a travessia do promontório, em que no seu fundo submarino foram recolhidos mais de 13 cepos de âncora em chumbo e em pedra, associados a um contexto cronológico coevo. Também na baía de Sesimbra se realizaram descobertas como o resgate, do leito subaquático, de uma imagem em bronze, associada a uma divindade da época romana³², e mais tarde, na marginal sul da vila, com a identificação de um complexo de *cetárias*, o que valoriza a importância de Sesimbra pela sua proeminência atlântica em termos económicos, seja de transporte e comércio seja de pesca e da proto indústria alimentar associada ao mar.

Na fronteira atlântica da urbe surgiu um núcleo preservado de *cetárias*, datado dos séculos I-III, complexo elevado num cerro cimeiro a um dos principais ribeiros que descia do vale, confinante ao areal e composto por sete tanques retangulares e um poço circular, revestidos por *opus signinum* de carácter hidrófugo, para garantir consistência estanque aos tanques de produção de preparados piscícolas. Com base nos vestígios recolhidos, tratava-se de preparados à base de moluscos e de peixes de pequeno porte, o *garum*, que após o processo de confeção eram vertidos para *amphorae*.

O estudo dos materiais recolhidos no local identificou as tipologias de ânforas utilizadas, com uma integração cronológica entre os séculos I e III³³, com exemplares de produções da *Bética* costeira como a *Dressel 20* associada à indústria anfórica do Guadalquivir e a *Beltrán II* produzida na baía de Cádiz, para armazenamento de vinho e de azeite, a par de modelos de produções lusitanas do Tejo e do Sado, como a *Dressel 14* e a *Almagro 51C*, para transporte de produtos de origem piscícola.

³⁰ Alexandrino, 1670: 389, 482.

³¹ Ciclo imperial de Marco Aurélio (121-180), Cláudio II (214-270) e Teodósio I (346-395).

³² Recolhida por uma rede de arrasto pelágico, está depositada no Museu Nacional de Arqueologia.

³³ Ferreira & Conceição, 2011: 301-303.

Conjugava-se assim a ocupação do sopé do vale no período imperial romano, entre os séculos I e III, época em que por todo o litoral da Lusitânia se estabeleciam unidades produtoras de uma economia do mar apoiadas por centros oleiros anfóricos, que aos modelos romanos, proviam as devidas adaptações regionais. Este centro proto industrial conserveiro funcionou influenciado pela sua posição, numa baía abrigada e abundante em água potável, num mar piscoso e numa enseada propícia a fundeadouro natural, por onde as embarcações, abastecidas nos núcleos produtores de *garum* de Troia, Setúbal, Portinho ou de Sesimbra, seguiam ao longo da costa da Ibéria uma das mais importantes rotas marítimas imperiais, a ligar o sul ao norte da Europa.

Desde então, os registos históricos não voltaram a oferecer certezas quanto ao povoamento do vale de Sesimbra nos alvares da Idade Média, ao que colmatam os dados recolhidos na investigação arqueológica na frente marítima da vila, pois na estância das *cetárias*, foi identificada, numa delas, ocupação final de transição para a Alta Idade Média, associada a um nível carbonizado onde surgiu um *oenochoe*³⁴ de feição visigótica, conexo a fragmentos cerâmicos de formas características que configuram a transição para os primórdios da presença islâmica, num local que de génese romana foi reutilizado na primeira metade do século VIII. A presença islâmica marcou assim a nova época de ocupação do vale, enaltecido pela sua proeminência estratégica terrestre, como marítima, numa época em que para além da mera identificação de povoações, como a *Shazambrah* de Joaquim Guerra³⁵, foi a presencial apropriação do território que pautou o momento histórico.

A ocupação da região progrediu apoiada pelos novos povoadores provenientes de Palmela, a principal base militar do exército omíada que conquista, no século VIII, a península na sua marcha em direção ao setentrão ibérico, confiada à Arrábida, pelo seu posicionamento atlântico, um povoamento de cunho militar. Se a construção do castelo islâmico em Palmela, permite controlar todo o vale e baixa até à foz do Sado e sua extensa planície de acesso marítimo³⁶, a ocupação do vale alcantilado da natural angra de Sesimbra, havia também que ser considerada.

Por aqui se procede à colonização inicial islâmica, graças às condições singulares propiciadas por um vale dotado de abundantes linhas de água que confluíam para uma espaçosa e abrigada baía, condições propícias ao assentamento populacional, pela

³⁴ Pequeno vaso cerâmico utilizado em contexto funerário.

³⁵ Guerra, 2006: 79.

³⁶ Onde no futuro se edificará a atual cidade de Setúbal.

presença de recursos ótimos para a agricultura e pastorícia como também para a pesca e passagem naval, importante porto de ancoragem em escala na rota atlântica. A segurança desta nova comunidade era assegurada por uma torre sobranceira no topo do vale, vigia sobre a comba e superior planura geográfica, pela qual se permitia rápido acesso em extensa linha visual com Palmela, o que lhe conferia singular posição de atalaia marítima e terrestre.

A ascensão no *al-Andalus* do emir Abd al-Rahman I, após 750 e frente ao poder califal abássida de Damasco, representou momento de maior autonomia a toda a região, embora o limite marítimo de Sesimbra permaneça-se como uma posição fronteiriça permeável, conforme atesta a presença de alguns exemplares numismáticos atribuíveis aos abássidas, encontrados numa gruta próxima da povoação da Azóia³⁷. Acresce nesta inconstância de limites territoriais, a qual acicatou o poder emiral, as investidas dos reinos cristãos provenientes do norte, caso das incursões de Afonso II das Astúrias a Lisboa em 798 ou de Ordonho II a Évora em 913, como do perigo espraído pelo Atlântico com *vikings* a protagonizarem razias como sucedeu em 844.

Tal contexto bélico condicionou o emirado omíada a implementar uma política de centralismo territorial, a que levou ao reforço da esfera militar na linha fronteiriça atlântica, sobretudo, no controlo das rotas marítimas, através da evolução de estruturas de presença territorial como os *husun* e os *rubuts*, que na região da Arrábida, estruturam numa fronteira militar ativa, estrategicamente dispersa por um sistema terrestre de edificações hierarquizadas de vigilância e defesa, associadas ao porto de Alcácer do Sal, como extensão naval da afirmação emiral. Neste quadro, em finais do século X ascende no contexto peninsular uma nova dinastia magrebina, os almorávidas, que vão impor uma projeção mais fundamentalista e com maior capacidade guerreira, que nas áreas de fronteira, se expressa no *ribat*, o convento fortificado, guarnecido pelos *murābit*, guerreiros sagrados corânicos, os defensores do Islão nos séculos seguintes.

É no enquadramento cronológico que se identifica a ocupação do topo do cume mais importante sobre o vale de Sesimbra, local onde se implantou, em definitivo, um *hisn* com proeminente valor tático, reduto de vigilância para controlo das rotas marítimas, mas também de intervenção aguerrida no planalto que se alonga a Palmela. A estrutura fortificada era composta por uma cerca adossada à primitiva torre, guarnecida por um contingente de guerreiros que, ao longo do cume, eram amparados por uma rede

³⁷ Ferreira, 2009; 28.

de povoadores que se prolongou até ao século XII. Esta realidade confirma-se no registo arqueológico que permite caracterizar esta comunidade, em que a simplicidade de objetos traduz formas de quotidianas reveladoras da sua plena aculturação islâmica.

Foram recolhidos no acentuado declive do cume, vários fragmentos de materiais de construção e de cerâmica comum de cariz utilitário, com a presença de loiça de mesa e de cozinha com panelas, tigelas, cantarinhas e caçoilas, a par de recipientes como cântaros ou talhas, e acessórios de uso particular como peças de jogo. No quotidiano desta comunidade, predominavam cerâmicas comuns de fabrico regional, na maioria alisadas e sem adorno, enquanto nas que apresentavam decoração, ressaltavam as pinturas geométricas a barbotina branca, sulcos e caneluras, incisões e impressões, que permitem balizar a sua produção entre os séculos VIII a IX e os séculos XI a XII³⁸.

Assim, intensifica-se a diacrónica ocupação do sítio e sua extensão de influência territorial entre os séculos X a XI e o século XII, marcada por um quotidiano de simplicidade que revela uma comunidade plenamente integrada nos valores culturais e materiais islâmicos, em que a ocupação do outeiro castelejo fortifica a afirmação muçulmana numa ampla estância de vertente litoral e de amplas áreas interiores. Traços desta época são percetíveis na tradição toponímica que chegou até hoje e que permite associar locais e povoações, como a lagoa de Albufeira, Alfarim, Zambujal ou Azóia, à identificação de outros testemunhos arqueológicos na linha serrana, que do vale de Sesimbra se prolonga até ao promontório do Espichel, numa cronologia balizada no século XII e numa ligação geográfica próxima do ambiente arrábido, perspectiva contemplativa protetora ao morabito enquanto guarda do *al-Andalus*, com grutas de sugestiva ascética oracional e com uma privilegiada visão para o suão.

Indiciam-se vestígios de um antigo lugarejo, através de alguns fragmentos cerâmicos na povoação de Pinheiros, a ocidente do Zambujal, de um tesouro de numismas islâmicos em prata, desde o período almorávida ao segundo reinado das *taifas* e à época almóada, na gruta da Lapa do Fumo³⁹, e por fim, de uma placa em madeira inscrita com um excerto do *al-Qurān*, com estrutura gramatical sugestiva de um fólio do livro sagrado utilizado para o ensino, escrito em estilo cúfico de génese almorávida e com linguagem de criação humilde⁴⁰.

³⁸ Ferreira, 2009: 30.

³⁹ Ferreira, 2009: 31.

⁴⁰ Carvalho, 2009: 184-187.

O texto relata a sura 48, *Al-Fath*, “A Vitória”, imbuído de uma forte componente simbólica à guerra santa, de recompensa e de sacrifício, como narra o verso 16, “Diz aos beduínos atrasados: «Sois chamados a combater gentes possuidoras de grande valor. Combatei-as ou islamizem-se! Se obedecerdes, Deus vos dará uma formosa recompensa. Se vos retirais, como vos retirastes anteriormente, atormentar-vos-á como um castigo doloroso”⁴¹. Nesta época, em que as hostes cristãs tomavam ascendente rumo a sul, cada vez mais os crentes muçulmanos encontravam-se isolados, o que teria contribuído para, face à expectante investida cristã, que o texto fosse oculto numa gruta perante a chegada dos infiéis, uma forma de assegurar que não se perde a palavra de Alá nesta terra que se queria espiritualmente ligada ao Islão⁴².

Esta realidade marcou a região de Sesimbra no século XII, agora, uma frente de fronteira marítima e terrestre entre islamitas e cristãos, pois ao aproveitar as divisões existentes entre os potentados árabes na sucessão do segundo período taifa, D. Afonso Henriques lança uma forte investida rumo a sul. Leiria é conquistada em 1145, Santarém, Lisboa, Almada e Palmela em 1147, investe contra Alcácer do Sal em 1151, porém, intento logrado até 1158 quando o castelo é conquistado pelo monarca, a que se segue a incursão sobre Beja em 1159.

Sesimbra ficou completamente isolada, cercada pelo mar de sul a ocidente e cerceada pelos cristãos do norte ao levante, várias são as hipóteses que exploram a realidade vincada destes anos. Desde logo, a menor importância do território, apartado dos principais caminhos terrestres, à dificuldade em assegurar a sua conquista, num local agreste da serra e rodeado por extensas áreas de coberto florestal, à menor presença militar islamita, a qual não causava temor à aceitação de um acordo político que salvaguardava a escusada conquista do território.

Qualquer uma das hipóteses é válida de explorar, e todas elas assumem um pouco de verdade, até que em 1165 tudo muda, como se relata na crónica de D. Afonso Henriques, “e como fossem gouernados em iustiça, e estando assi em Alcaçer, na era de nosso Senhor de mill e çemto e sasemta e çimquo annos, avemdo elRey sateemta e huñ de sua hidade, veo rrecado como Cezimbra estaua mimguada de gemte, e que a tomaria, se fosse sobre ella. A esta noua partio loguo elRey dAlcaçer com toda sua gemte, e foya combater com tamta afromta, que ajnda que a villa e castello eram muy fortes, filhouhos

⁴¹ Mamede (trad.), 1989: 142.

⁴² Carvalho, 2009: 186.

per força”⁴³. De Alcácer, D. Afonso Henriques lança-se em presúria sobre Sesimbra para tomar o bastião amuralhado, a 21 de fevereiro desse ano, a que se seguiu épica batalha nas campinas da Arrábida entre as hostes cristãs e o exército da taifa de Badajoz, em socorro de Palmela e *Sisinbriam*, o qual foi emboscado num dos largos vales, e assim debelada qualquer intenção de recuperar estes castelos.

Ofuscado o potencial militar terrestre e viradas as atenções para a campanha alentejana dos anos seguintes, a costa marítima tornou-se novo palco de embate, desta vez com as incursões navais do califado almóada que entre 1165 e 1191, fustigaram o litoral atlântico em rapina sobre as comunidades costeiras, o que resultou em nova senda de instabilidade. Em 1180 ocorreu, ao largo do Cabo Espichel, o primeiro confronto naval documentado da história portuguesa, entre uma armada almóada e a frota portuguesa capitaneada por D. Fuas Roupinho, o qual se saldou pela vitória das armas cristãs e assim permitiu considerar breve acalmia nas incursões islamitas⁴⁴.

A instabilidade da fronteira atlântica foi premonitória extensão dos teatros de guerra terrestres quando, em 1184, ocorre nova investida almóada que alcança Santarém, prelúdio do que veio a suceder em 1190-1191 quando o exército do emir Abu Yaqub Yusuf II, lança duas poderosas campanhas que fazem recuar a linha de fronteira de novo à margem do Tejo. Em junho de 1191, são subjugadas as principais linhas de defesa cristãs, com Alcácer tomada, Palmela rendida ao invasor e *Sisinbriam* abandonada, com as guarnições e as comunidades cristãs a procurarem refúgio mais a norte, em Almada, até que também esta acaba por ser conquistada. No caso de *Sisinbriam*, as crónicas de D. Sancho I referem o dano e destruição causados, porém sem esclarecer se premeditados pelos cristãos em fuga ou no desfecho da surtida almóada.

Como efeito da acometida das hostes muçulmanas, com maior pendor religioso e com igual reflexo fundamentalista, terá sucedido o ermamento da região, abandonada pela comunidade cristã, embora mantida pela mais provecta comunidade islamizada, o que terá justificado a reconquista cristã volvida alguns anos, pois se a ocupação árabe não se traduziu na militarização destas terras, a preocupação de sustentar a nova ocupação militar cristã levou ao seu repovoamento.

É neste contexto que D. Sancho I, em carta patente de 28 de maio de 1199, concede permissão aos francos para povoarem a região de *Sisinbriam*, “saibam que estes Francos vieram povoar em terra minha para minha própria utilidade e do meu filho e do meu

⁴³ Galvão, 1995: 145.

⁴⁴ Pereira, 2009: 48-49.

reino. E eu a alguns deles dei-lhes Sesimbra para povoarem, suas lezírias com seus termos”⁴⁵. A medida será consolidada com a atribuição de foral, em agosto de 1201 na cidade de Coimbra, carta de foro aos “povoadores de Sesimbra tanto presentes quanto futuros”⁴⁶. Redigida segundo o costume de Évora, a carta de foral selava o compromisso de povoamento e defesa do reino que, em *Sesimbria*, tinha a dual expressão de *finis* terrestre e *limes* marítimo, onde o povoamento era a forma mais eficaz de assegurar a definitiva reconquista, pelo que as ordens para defesa do território e a constituição de normas de conduta para a comunidade, a qual integrava francos, portugueses e árabes, foi o cunho mais expressivo desse documento fundador.

A ocupação justificou a consolidação do alcácer para segurança do termo e da sua comunidade, pois a presença franca, como contributo de reconquista, foi acompanhada pelo recobrar das incursões navais almóadas entre 1203-1210, o que justificou na escalada bélica, a consolidação do castelo de acordo com os arquétipos românicos. Para o efeito, terá sido recuperada a antiga fortificação com a sua torre, assumida a posição de torre de menagem complementada por uma cerca de abrigo, no decurso dos anos que se seguiram, e que deu ao conjunto medievo a sua forma derradeira.

Se a fundação do concelho desponta na atribuição de foral por D. Sancho I, a formalizar a ocupação efetiva da região, não só em termos estratégicos pela sua linha de defesa entregue a guerreiros francos, como também de povoamento, pela definição das normas de conduta quotidiana da comunidade, era evidente a pertinência que o poder régio conferia à necessidade de povoar *Sesimbria*. Sucede assim a confirmação do foral por D. Afonso II, em janeiro de 1218, e mais tarde a doação por D. Sancho II da vila e do castelo à Ordem Militar de Santiago, em fevereiro de 1236, a qual forma definitiva de afirmar a consolidação territorial do reino muito para além da mera apropriação de terras por colonos francos.

Conferia-se à Ordem total primazia na defesa do território, e ao mesmo tempo, de proventos económicos das suas terras, como comprova a doação por D. Sancho I dos castelos de Almada, Palmela e Alcácer em 1186, os quais confirmados em 1218 por D. Afonso II, em que *Sesimbria* permanecia fora da alçada dos freires de Santiago. Porém, com a doação de 1236, o monarca aligeira o ónus militar e financeiro da defesa e povoamento da região, agora suportado pelo senhorio da Ordem Militar que retira os

⁴⁵ Ferreira, 2009: 33. *Sciatis quod isti Franci uenerunt populare in terra mea propter utilitatem meam et filiorum meorum et regni mei. Et ego quibusdam illorum dedi Sisinbriam ut popularent ibi, aliis aleziras cum suis terminis [...]*.

⁴⁶ Chorão, 2001: p.21. [...] *populatoribus de Sesimbria tam presentibus quam futuris [...]*.

seus proventos, mesmo contra os interesses do Concelho, o que suscitou agravos entre este e a comenda da Ordem por questões de tributações e de direitos de propriedade.

Para a época e para a sua realidade militar, política e até económica, encontra-se ampla sobreposição de jurisdição, a qual entendida como um poder que era exercido por forma própria ou de forma delegada. Este é evidente traço medievo da nacionalidade que se perpetuou, associada à coexistência de diferentes entidades com distintos poderes, embora similares, que jogam uma permanente e complexa relação de forças.

A necessidade de consolidar a ocupação da região ao longo do século XIII caucionou a afirmação da povoação aninhada sob o castelo, a qual se tornou o centro administrativo e populacional do território, constituído por uma população maioritariamente rural, e por uma pequena comunidade marítima ligada ao vizinho areal e aos duráveis bancos pesqueiros. O controlo exercido pelo castelo compreendia a vigilância do vale com a baía e o areal oportuno a incursões marítimas, aos extensos planaltos que transcorriam em direção a Almada e a Palmela, terra raiana ao mar só consolidada no reinado de D. Afonso III, com o fim do processo de reconquista, pese embora ainda de indefinição de fronteiras, sejam terrestres no levante com Castela, sejam marítimas a sul e a poente face às algaras mouriscas.

Para além dos alcáceres acastelados e dos burgos vilãos amuralhados, Portugal era pontuado por preeminentes enseadas marítimas e núcleos portuários que requeriam iguais necessidades de defesa, pois se em terra surgiam nas expressões passivas dos castelos e ativas dos fossados, no mar, surdiam nas manifestações estáticas das muralhas e dinâmicas das galés. A frota naval assumia hegemonia que se cruzava com a perceção militarizada das póvoas atlânticas, nas quais se organizava a estrutura passiva e se lançavam medidas ativas de defesa e controlo das rotas de navegação, entre o mediterrâneo, a costa ocidental e as rotas para o norte europeu.

Nas terras arrábidas, estas medidas de serviço fronteiriço são movidas pelo monarca e pela Ordem, como confirmado, em termos militares, com a doação dos territórios do castelo de *Sesimbria* a 22 de fevereiro de 1255, tal como sucedeu em igual período para os castelos de Almada, Palmela e Alcácer, em termos eclesiais, pela bula «*Bullarium Ordinis Militae Sancti Iacobi*» do papa Inocêncio IV, de abril de 1252, na qual se reitera a concordância pela concessão proferida pelo bispo de Lisboa, em 1245, da igreja do castelo e da vila à Ordem. Particular referência assim ao reinado de D. Afonso III, momento em que se impulsionou a disseminação das cercas vilãs e a renovação de vários castelos, medida continuada no reinado seguinte com a adoção dos novos

modelos góticos. Foi ainda neste reinado que se pode, com alguma certeza, fundamentar a existência de uma póvoa marítima, a qual conhecida historicamente como *Ribeira de Cezimbra*, dependente da sede administrativa localizada no cume castelejo, como se depreende da bula papal de 1252, em que refere que a igreja de Santa Maria do Castelo auferia de rendimentos provenientes do mar.

No âmbito da afirmação dos territórios marítimos, D. Afonso III através de Martim Eanes, instituiu em *Cezimbra* o cargo de alcaide de mar⁴⁷, mandatário do rei com jurisdição sobre os homens do mar residentes na póvoa, dos quais, tomava os necessários para as missões de *costeira*. Esta existência, no início do reinado de D. Dinis em 1282⁴⁸, será confirmada para a *Ribeira*, então firmado território marítimo também sob as esferas administrativas da comenda e do concelho, administração à qual o mesmo monarca profere em maio de 1285 “confirmação dos bons usos e foros”⁴⁹.

A vigência deste rei marca a afirmação do estado nação português com a consagração das suas fronteiras definitivas, através do Tratado de Alcanises de 1297, e com o fomento do povoamento e crescimento económico em que as comunidades, na faixa atlântica, passaram a ser dos principais impulsionadores. Neste contexto, o monarca define os limites do termo de *Cezimbra* face a Almada a 4 de dezembro desse ano, quando o território ribeirinho a norte passou para o seu senhorio e havia que definir os limites face às terras da Ordem.

A territorialização do reino foi tomada pelo monarca, logo em 1288, na vertente política com o domínio autónomo português da Ordem de Santiago, a que se sucedem intervenções em vários dos seus castelos. Em Sesimbra, e embora ainda não tenha sido confirmado em documentação histórica, os traços arquitetónicos no castelo e cerca vilã, sugerem a realização de coevos trabalhos na torre de menagem e na torre de atalaia.

Num documento de representação do braço português da Ordem Militar de Santiago, dirigido ao papa João XXII em 1318, o mestre português, D. Pero Escacho, arrola de entre as propriedades da Ordem, de povoações fortificadas “castrum et villam” e de fortalezas “fortelitium”, o “castrum et villa de Sisinbria”, alusão à vila muralhada com as suas torres e muros, áreas urbanas e terras de cultivo⁵⁰, o que indica neste

⁴⁷ Viana, 2012: 318. Martim Eanes teve a função de *alcaide do mar e da terra*, o qual estabeleceu alcaide de mar em Cascais e em Sesimbra, e implementou a *costeira* como missão embarcada de vigia da costa realizadas pelas *gentes* locais.

⁴⁸ Duarte, 1991: 54-55.

⁴⁹ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 3v.

⁵⁰ Ferreira, 2009: 42. *Item quod eisdem temporibus per deffectum Magistrorum generalium predictorum Castrum et villa de Sisinbria Vlixbonensis diocesis in turribus, muris, cisternis, apotecis, aliisque domibus,*

momento, a importância da vila amuralhada como fator de presença no território. De igual modo, em 1325 reporta-se em registo a constituição do «Liuro do Tombo da villa de Cezimbra e seu termo, e limite de Azeitam», o qual considera como documento primevo de fundação o legado do foral, o que assim consubstanciava a firmeza do município como entidade tutelar nestas terras de distinta distribuição de tutorias de administração, de surtidas sazonais mas também de rendimentos⁵¹.

Porém no reinado de D. Dinis ainda impera o risco das incursões estrangeiras, islamitas vindas de sul pela via atlântica ou da vizinha Castela através das terras de fronteira, o que tornava imperativo a afirmação do reino português através das estruturas institucionais de administração e de povoamento efetivo do território. Entendem-se assim os esforços dedicados por este monarca na formalização do braço nacional dos espatários, logo após 1282, mas só alcançada com a bula «Pastoralis officii» do papa Nicolau IV, de 17 de setembro de 1288, e no acolhimento aos templários após 1312, com a consequente criação da Ordem Militar de Jesus Cristo através da bula «Ad ea ex quibus» do papa João XXII, de 14 de Março de 1319.

De igual modo, também o monarca olhou para a frente marítima com a instituição do cargo de almirante-mor, entregue em 1317 ao genovês Manuel Pessanha, que exortou nova vitalidade, mercê da sua prática mediterrânica, para constituição de uma frota capaz de levar a guerra até ao inimigo mouro, assegurar a defesa litoral do reino, exercer domínio na bacia exterior de Gibraltar e prover segurança às rotas comerciais atlânticas, para a qual o rei contou com o apoio do papa João XXII, que em 1320 concede, por três anos, a dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino⁵².

A defesa do reino recaía numa tripla *entente* de interesses e de intervenientes, das hostes reais em terra e no mar, aos freires das ordens militares e às milícias de nobres e dos concelhos, uma realidade que em *Sisinbria*, e mais expressivamente no vale da *Ribeira*, se tornou um triângulo de poder centrado sobre o Atlântico.

A reorganização administrativa das comendas nacionais e a disposição dos freires cavaleiros pelas praças de armas, apensa à reestruturação do braço nacional da Ordem Militar de Santiago, ordenada pelo mestre D. Pero Escacho em 26 de maio de 1327,

vineis, et terris arabilibus et aliis pertinentiis et rebus in eiusdem terminis existtentibus, necnon ecclesia ibidem existens, fuerunt adeo dissipata ae etiam diminuta quod quamquam meliorationes alique per Magistros prouinciales, uel eorum locatenentes facte fuerunt in Ecclesia prelibuta et alia, uixtamen predicta bona sic dissipata et destructa, per tria milia librarum reparari poterunt in presenti nec in pristinum statum reduci.

⁵¹ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 1v.

⁵² Viana, 2012: 316, 322.

permitiu identificar que, dos 61 cavaleiros freires arrolados, estavam destacados em *Sezimbra* um comendador cavaleiro e um companheiro, aos quais e por similitude com a norma do convento de Palmela, eram adstritos cavalos, armas e quatro homens de serviço, o que constitui uma figuração militar de dez homens sustentada pelas rendas locais da própria comenda⁵³. Na frente costeira, sob a alçada do alcaide dos navios e mais tarde do almirante, havia o alcaide do mar, autoridade portuária que na sua missão naval militar, tinha um quadro de oficiais de serviço ao rei, composto inicialmente por espadeleiros, proeiros e os petintais, a que no início do século XIV sucedem os alcaides das galés, arraizes e petintais, estes, com mestria na manobra das galés. A estrutura era secundada pelo corpo braçal de marinheiros e de remeiros, a que se aliava um último grupo que, ao não ser integrado no quadro de oficiais, era no entanto, um corpo de elite, tratavam-se dos marinheiros do conto com missão puramente militar⁵⁴.

Se a estrutura de oficiais era assegurada nos corpos especializados do comendador cavaleiro pela Ordem Miliar, e no alcaide de mar pelo mando do rei, cabia no entanto à comunidade local e ao Concelho, providenciar os recursos humanos e materiais necessários para equipar os corpos de homens em armas, fossem terrestres para apoiar a missão da Ordem e prestar serviço no arraial real, fossem marítimos para assegurar a defesa da costa e equipar a frota nacional.

Com eles se constituíam contingentes ofensivos e defensivos, contava-se com a obrigação que vinha desde o primevo foral de 1201, de prestar serviço em *fossadeira*, com o envolvimento de cavaleiros vilãos e peonagem, besteiros e besteiros do conto⁵⁵ que forneciam as milícias necessárias *pera guerreiar*. Igual obrigação se requeria também nas *coisas do mar*, em que homens e pescadores eram arrolados para prestar serviço como remadores, marinheiros e marinheiros do conto nas missões de costeira que, com o desenvolvimento da frota naval, passaram também a serem recrutados para as frotas do almirantado arrolados nas *vintenas do mar*⁵⁶.

⁵³ Ferreira, 2009: 45-46. *Item em Sezimbra aja comendador cavaleiro e tenha companhom consigo guisado de cavallo e d'armas e aja todo o di e paresse aos emcarregos.*

⁵⁴ Viana, 2012: 317, 318.

⁵⁵ Após 1331 D. Afonso IV constituiu o corpo de *besteiros do conto* recrutados nas terras do reino para em época de guerra, servirem nas suas hostes, aos quais em tempo de paz, se cometia a função de segurança dos seus lugares. Em 1422 é reformado o rol destes besteiros, o que deu origem às ordenações de D. Duarte de 1436, nas quais, se arrolava para Sesimbra 20 besteiros do conto.

⁵⁶ Viana, 2012: 334. O recrutamento de gentes nas póvoas marítimas para as funções de marinheiros e de remadores em serviço nas *vintenas do mar*, iniciou-se em 1359 sob o reinado de D. Pedro I, um modelo de prestação de serviço que em 1367 o mesmo monarca dará *ordenação*, para o recrutamento junto das povoações costeiras de 20 homens para serviço nas galés do rei.

A estrutura militar na concha da baía de Sesimbra assentava no castelo altaneiro, sobre o cume do vale, rodeado pelas muralhas da cerca vilã com os seus cubelos e a torre poente em atalaia a sul, na dependência da Ordem. No sopé, a implantação da linha de proteção era assegurada pelo alcaide do mar, enquanto representante do rei, o qual recorria à existência da uma torre de atalaia no sítio do promontório *do Cavalo* para controlar a aproximação de embarcações à baía, onde se encontravam homens e embarcações, que permitiam asseverar a sua proteção⁵⁷.

Era difícil assegurar que as gentes do mar eram, de livre vontade, arroladas para missões militares, as quais implicavam prolongados períodos de serviço no exterior, pois como residentes na fronteira marítima, aos homens da póvoa se arreigavam diferentes alçadas, se no quotidiano dependiam da sentença da autoridade municipal, em serviço à defesa da costa sujeitavam-se à jurisdição do alcaide do mar⁵⁸. A prestação de serviço nas costeiras e nas vintenas do mar era realizado por homens escolhidos por recrutamento obrigatório pelos vintaneiros ou apuradores, porém era a autoridade concelhia que cumpria o recrutamento por arbítrio dos juízes locais, que escolhiam para serviço nas galés 20 homens para função de remadores, e outros como besteiros do conto para a guarnição guerreira⁵⁹.

Com o rei D. Pedro I, a 14 de dezembro de 1367 foi lavrada *carta de ordenação* que regulamenta este arrolamento, baseado na política de defesa costeira que se vinha a implementar e que pela qual, o período de prestação de serviço, anual, ia até seis semanas, pelo que deveria cada contingente ir provido de armas, comida e bebida. Estas condições de excecionalidade conduziram à afirmação de uma elite, a qual com maior expressão nos ainda distantes séculos dos Descobrimentos nas frotas do império, e de afirmação nobiliárquica, mas que no contexto medieval, estava associada ao serviço marítimo nas galés do rei, e daí auferia privilégios de ascensão social, sobretudo a elite vilã no núcleo urbano portuário. Aí, os homens do mar respondiam perante o alcaide do mar, estavam isentos de prestarem serviço militar em terra e, eram abraçados pelo favor real com foros de nobreza⁶⁰.

No reinado de D. Pedro I consolida-se a posição da *Ribeira de Sezimbra*, quando o rei em 1360 resolve a contenda entre o comendador da Ordem e os habitantes da póvoa,

⁵⁷ Nas muralhas aterradas no sítio do forte do *Cavalo* foram em 1981 identificadas panos com seteiras.

⁵⁸ Viana, 2012: 319.

⁵⁹ Viana, 2012: 324; Pereira, 2009: 51. Cada galé tinha uma tripulação de cerca de 200 homens, sendo que cinco eram oficiais, dez marinheiros, 150 remadores e 40 soldados, dos quais 20 eram besteiros.

⁶⁰ Viana, 2012: 315, 318-319.

em favor destes⁶¹, ou, quando em 1362 o mesmo monarca intervêm na discórdia entre *Sezimbra* e Setúbal, quando esta se recusou a vender sal e trigo, o que fazia perigar a conservação do pescado para comércio e o sustento da comunidade, alusão de que “por tal razão o dito lugar de Sesimbra esta em risco de se despovoar”. Historicamente, o “conflito do sal” vai-se agudizar nas décadas seguintes numa escalada de rivalidade entre as póvoas que leva o rei D. João I a intervir, em 1393, ao mandar julgar à revelia o concelho de Setúbal a pagar 45 libras a *Sezimbra*⁶².

Nesta época, os monarcas promoviam o fomento das atividades marítimas ligadas à pesca como as almadras para atuns, delfins, toninhas e espadartes⁶³, em que as costas de Sesimbra eram valiosas, quer pela variedade de espécies quer pelos impostos arrecadados, como se regista em carta de D. Fernando I sobre os direitos a pagar à coroa por todas as baleias e baleotes que entrassem em *Sezimbra*⁶⁴. O mesmo se aplicava ao comércio marítimo, o que contribuiu para tornar a póvoa relevante porto de cabotagem, fulcral na navegação da Arrábida ao Espichel e na comunicação de Lisboa ao sul do reino, tal como registado num *rol de navagem* do século XIV⁶⁵, onde se definem os custos do transporte de pessoas e de mercadorias.

No cume do vale, o contorno da cerca vilã acompanha o desenho topográfico que rodeia o lugar desde o castelo ao topo da encosta, onde se aninha a vila, num plano adaptado às imposições topográficas, com um esboço urbano em forma de espinha, orientado pelo eixo nascente para poente, onde se entroncam ruas menores de pavimento irregular e de degraus talhados no afloramento rochoso.

A igreja indicava o centro do burgo, como dos mais antigos edifícios comunitários, onde confluíam várias ruas pelas quais se chegavam às duas cisternas, ao lagar de azeite, aos silos ou *covas do pão* escavadas no solo, ao açougue, à casa da câmara e ao *esprital*, pequeno circuito de ruas ladeados por casas. Estas, de piso térreo e de primeiro andar, dispunham-se nos terrenos nivelados ou disseminadas por socacos na encosta a sul, construídas com pedra calcária agregada por argamassa e rebocadas, nas quais se apoiava o madeiramento da cobertura de telhas claras.

No sopé do vale, o recinto poveiro explanava-se na ligação geográfica ao areal, aninhado num plano em forma de caracol que conflui do exterior para o centro, sem

⁶¹ Cruz, 2009: 25.

⁶² Monteiro, 2001: 57.

⁶³ Guerra, 2006: 65.

⁶⁴ Bernardo, 1941: 235.

⁶⁵ Bernardo, 1941: 272-273.

muralhas protetoras que não as paredes das habitações e as arribas que ladeiam a angra. A ausência de edifícios simbólicos pauta a disposição das habitações ao longo de ruas e ruelas estreitas, que numa teia, só cortada por alguns largos centrais, faz a póvoa vivenciar para si mesma, cerrada ao mar com as suas inclemências oceânicas e perigos navais, mas que dele depende em tudo para a sua subsistência. Para além dos espaços de ancoragem e varação no areal, estaleiros e cabrestantes de apoio à construção naval e abastecimento das embarcações, tal como no burgo castelejo, também na póvoa as casas exibiam piso térreo e de primeiro andar, algumas com serventias comuns, construídas com pedra calcária e algum basalto recolhidos nos maciços da baía, consolidadas por argamassa e rebocadas, para nas suas paredes se assentar cobertura de telhas.

O século XIV marcou a afirmação administrativa do território de *Cezimbra*, como regista a confirmação de D. Afonso IV dos foros e bons usos dos moradores, em 1325, decisão corroborada pelo mestre da Ordem de Santiago em 1331, e mais tarde por D. Fernando, em julho de 1367. Porém, esta época assinala também dificuldades de povoamento que decorrem da sua imposição como fronteira marítima, e do afastamento das principais rotas terrestres, referência aludida num documento de 14 de abril de 1366, revelado pelo rei D. Pedro I, no qual ressaltam dois factos importantes.

O primeiro a noticiar a romaria a *Sancta Maria do Cabo*, no promontório do Espichel, “e dos dictos lugares pera a dicta cidade [Lisboa] o que nom fazem pellos outros lugares do termo de sezimbra porque jazem em huu dos cabos do mundo e fora de todo o camjnho saluo os que uâao em Romeria a sancta maria do Cabo”. E o segundo, a elucidar da importância do castelo de Sesimbra, “hũa das boas fortalezas que há em meu senhorio [...] se guarda a mjnha terra dos jmjgos que andam pello mar des o cabo sam Vicente atta as galizas pella marisma per vellas e atalayas e sinaaes certos que antre ssy ham o que se nom pode fazer se o dicto castello for derribado”⁶⁶, o que motivou neste entrecho, o reforço da cerca vilã com barbacãs junto às portas.

A limitação de extremo geográfico que não favoreceu Sesimbra, acabou por também influenciar a exígua acumulação de riqueza pelas suas comunidades, como se infere pelo registo das rendas obtidas na Diocese de Lisboa, onde a vigararia de *Santa Maria de Sesimbra* regista, em 1331, uma coleta da décima que se ficava pelos 50 soldos, enquanto a média nas restantes chegava às cinco libras, e só em 1371 se regista maior acumulação de valores entregues, à data de 60 libras, já em linha com as

⁶⁶ Marques, 2007: 20-21; Monteiro, 1999: 29.

restantes⁶⁷. As dificuldades climatéricas e meteorológicas que assolaram o reino no início do século XIV, com impacto negativo nas sementeiras, conduziram em 1315-1317 e em 1333-1334 a períodos continuados de fome a que se sucedeu o flagelo da peste, que em 1348-1349 se expandiu, sob um manto de milhares de vítimas, a que se somou no final do século os seguintes conflitos bélicos das guerras fernandinas entre 1369-1382, a que mais tarde seguir-se-á a crise sucessória de 1383-1385, o que marcou de forma continuada o reino na centúria de trezentos.

A estabilidade territorial da linha de fronteira atlântica no final do século XIV, encontrava-se agravada após a última guerra fernandina, sobretudo, após a batalha naval de Saltes, ocorrida em julho de 1381, na qual a aniquilação da frota nacional retirou capacidade ofensiva, e também defensiva, ao litoral do reino⁶⁸, realidade que terá repercussões graves para Sesimbra volvidos três anos.

No período conturbado da crise dinástica de 1383-1385, o ano de 1384 marca o maior envolvimento de *Sesimbra* no apoio ao mestre de Avis, pois o seu castelo serviu de refúgio para as hostes envolvidas em escaramuças com os invasores que, pela sua inferioridade numérica, procuravam rápidas vias de evasão e abrigo seguro. No final da campanha de cerco a Lisboa e Almada, a armada castelhana no regresso empreendeu surtida sobre *Sesimbra*, “alçado elRei de sobre Lixboa ficou a frota por alguus dias, e quando partio chegou a Sesimbra, omde rroubarõ alguuas cousas que tomar poderom”⁶⁹, lograda a razia sobre póvoa marítima, distante do refúgio das muralhas do castelejo e sem arqueação naval para ripostar a surtida, facto histórico no rescaldo que conduziu o mestre D. João ao trono de Portugal, onde, na bula outorgada por Urbano VI a 17 fevereiro 1388, se noticia a graveza desta incursão.

A génese desse documento papal concretiza a formalização da Ordem Militar de Santiago, na qual se aceita a resignação do mestre Rui Freire e se confirma Mem Rodrigues como novo mestre da Ordem no reino, cumprimento da vontade do novo monarca. Na bula, ratificavam-se igualmente os territórios e comendas da Ordem, então com a proeminência da igreja de Santa Maria de Sesimbra com sua *parochia*, embora volvido pouco tempo, é instituída a *parochia* da igreja de São Lourenço de Azeitão, duas distintas regências eclesiásticas dentro do termo do concelho, o qual agora compartilhado entre o nascente de São Lourenço, e o poente de Santa Maria.

⁶⁷ Martín, 1996: 143-144.

⁶⁸ Pereira, 2009: 64.

⁶⁹ Ferreira, 2009: 54-55.

A reconstrução urbana e funcional da póvoa de *Sezimbra* terá sido retomada após a razia de 1384, reedificados os edifícios, aos quais se deu um caráter mais retraído, face à exposição ao sul, em que as habitações de piso térreo e de primeiro andar, são viradas para os arruamentos e pequenos largos interiores, espaço organizado de vivência da comunidade que se apresenta de fachadas cerradas para o mar, paragem de onde vinham gélidas aragens tempestuosas e veladas ameaças castelhanas e mouriscas. A tradicional afirmação da orla costeira de *Sezimbra*, como ancoradouro natural privilegiado para aguada e abastecimento de alimentos, os seus amplos mares e bancos piscosos, a plena afirmação da via atlântica do reino e das aptidões associadas à construção naval com carpinteiros, cordoeiros e calafates, a par da afirmação de uma elite guerreira e mercantil de ascendente marítimo, tornaram a póvoa, em finais de trezentos, um espaço privilegiado para o crescimento económico e a sustentação social, para a valorização cultural, a expansão populacional e o crescimento urbano.

2.2. O burgo piscoso e o empório portuário

Os alvares do século XV marcam nova era no reino de Portugal, apaziguado das guerras que nas décadas anteriores o haviam assolado, mas que ao mesmo tempo, tinham tingido uma sociedade mais sólida. O reinado de D. João I principiou uma época de expansionismo político e territorial, social e económico, cultural e intelectual que teve profundo reflexo em *Sezimbra*, muito especificamente na póvoa marítima.

Na costa atlântica, aumentam os fluxos comerciais e piscatórios, são erigidas novas áreas de trabalhos com estaleiros de construção e portos navais, e em muitas das povoações litorais, assiste-se ao crescimento urbano e à afirmação socioeconómica. Tal realidade ressaltou a pertinência de povoamento e defesa do burgo marítimo que, confinado pela serra, tinha no Atlântico ampla porta de saída e de entrada, porto marítimo pegado às principais rotas comerciais, estaleiro de construção e reparação naval, ocasião de provimento de mantimentos ou aguada, e berço de experientes mareantes vindos de uma renovada estrutura social em ascensão.

O momento documenta-se em *Sezimbra* desde o reinado de D. João I ao de D. Duarte, prolongado no século XVI nos reinados de D. Manuel e de D. João III, quando são patentes benefícios e se valoriza o ativo desenvolvimento da póvoa marítima e das suas gentes do mar, através de cartas de privilégios, da regulação de impostos e das suas devidas receitas. Data de 7 de abril de 1410, no «Livro do Tombo da Vila de Sesimbra»,

documento de Álvaro Afonso, Deão de Coimbra, a transladação das taxas das dízimas devidas a D. João, arcebispo de Lisboa, “item, os calafates paguem de quinze até vinte reis; item, os carpinteiros que fazem barcas paguem vinte reis; item, o pescador de uma barca pague vinte reis; item os ‘tailha peixe’ paguem de oito até dez reis”, e se documentam as principais atividades laborais existentes na póvoa⁷⁰.

Por outro lado, à medida que o expansionismo marítimo seguia para sul, na costa ocidental africana e na costa norte arábica, pese embora o risco das incursões de piratas e corsários no litoral nacional, a tradicional posição de fronteira foi gradualmente atenuada e a sua proeminência militarizada parcialmente diminuída. Esta realidade suscitou menor afetação dos recursos da comunidade para as questões militares, e conduziu à redução de jurisdições e de sobreposições de poderes, por exemplo, no recrutamento para *serviço no mar*, o qual passou a ter regimento distinto face ao restante para as hostes do rei, quando em 1419 foi redigido regimento para apuramento dos galiotes e serviço dos homens nas frotas, a que na década seguinte, se segue a instituição de nova dízima sobre o pescado para pagar o soldo a todos os que servissem como galiotes, em lugar dos pescadores⁷¹.

Sezimbra assumia-se como porto de provimento de gente para as armadas e ancoradouro das rotas, passagem de migrantes que, vindos das terras em redor aí acorriam, como de naturais que se adiantavam rumo a mares de pesca e a rotas de comércio ao longo das costas de Portugal, de Castela, da Europa e do Norte de África.

A relação demográfica é perceptível no antigo burgo castelejo, então em latente abandono, momento registado no contexto arqueológico em que o curto reinado de D. Duarte, entre 1433 e 1438, representa a charneira final do povoado medievo. Ao invés, assiste-se à gibosidade da comunidade marítima, a qual D. Duarte identificou como “pescadores da nossa villa de Sezimbra”, e a quem, a 20 de março de 1434, na sequência das disposição de seu pai, escusa de serem galiotes sob pagamento de dízima e de prestarem serviço militar, gentes que laboravam oito meses a um ano na faina⁷². Porém e em momento coevo, no ano de 1436 o infante D. João regista em Sesimbra a disponibilidade de 20 besteiros do conto com seus oficiais⁷³.

⁷⁰ Monteiro, 2001: 29. Referenciando o autor sobre o registo no *Tombo* renovado em 1728, com o título «sobre as conhecenças dos freguezes», fol. 41v. e 42r.

⁷¹ Viana, 2012: 336.

⁷² Dias, 1998: 259-261.

⁷³ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 70v e 70r.

Era esta a comunidade a quem em 1425 o mesmo infante conferiu alvará, “para que posão os pescadores da villa de *Sezimbra* cotar madeira que lhe for necessária da mata do Zimbral” não só para a construção de embarcações como para utilização da madeira nas casas da sua póvoa marítima⁷⁴, e a quem em 1426 se comete registo vicarial quanto às “condenações dos pescadores” revertidas em pagamentos à igreja de *Sezimbra* por pescarem aos domingos e dias santos⁷⁵. Para proteção espiritual desta comunidade foi edificada no final do século a capela de São Sebastião, santo padroeiro contra as epidemias e pestilências, secundada com a coeva construção da capela da Confraria do Corpo Santo, a qual no piso inferior acolhia um *esprital* para amparo.

O termo apresentava, em notícia de 1422, uma população com cerca de 4200 almas, a qual volvido um século, no arrolamento de 1527 se reduziu para 2256 almas⁷⁶. Os registos demográficos conhecidos para este período, e para as décadas subsequentes, controlam o intuitivo declínio demográfico da primitiva vila castelã em favor do ascendente da póvoa marítima, movimento que atingiu o seu cúmulo na transição dos séculos XV e XVI, quando são os próprios monarcas que atuam para assegurar o povoamento do burgo intramuros.

D. João II, em carta de 10 de outubro de 1492, fomenta a fixação de 50 moradores, medida continuada no reinado de D. Manuel com a instituição, a 11 de dezembro de 1496, de um couto de homiziados para albergar 30 novos residentes, “que dentro dos muros della quizerem estar e morar continuamente”⁷⁷, a que sucede a confirmação por este monarca no ano seguinte, das regalias concedidas pelo seu antecessor. Mais tarde, a 1 de janeiro de 1529, D. João III confirma os foros do couto de homiziados e reitera a insistência de povoar a região e conservar a fortaleza, pois o arrolamento de 1527 espelhava o reduzido número de almas face à extensão geográfica e produtiva do termo, facto que, em agravo, se documenta nas memórias paroquiais de 1534.

Este abandono do velho burgo era já noticiado pela Ordem de Santiago em 1516, pois na visitação ordenada pelo seu mestre, D. Jorge de Lencastre, descreve-se o estado de ruína do paço do alcaide no castelo, “e aa emtrada do dito castello a mão dyreyta estaa huñ lanço de casas em que o alcayde moor poussa-a saber huña salla boca grande e estaa mall rrepayrada de janellas e portas e em alguña parte do sobrado tem a dita salla huña escada de tijolo por honde vam a ella quebrada. [...] Aa entrada da dita fortaleza

⁷⁴ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 79r e 80v.

⁷⁵ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 43v e 44v. Neste documento é destacada a pesca da sardinha.

⁷⁶ Bernardo, 1941: 113.

⁷⁷ Moreno, 1986: 129.

aa mão ezquerda estam duas casas sobradadas com suas janellas pêra o terreiro do dito castello forradas ambas de canas e tem em baixo duas logeas que seruem dapouseamento de seruydores estão mall repairadas de portas e janellas”⁷⁸.

O mesmo documento, a «Visitaçam da villa de Cezimbra feita pelo nosso mestre dom Jorge nosso Senhor», providencia também elementos sobre a vivência que a póvoa de *Sesimbra* então evidenciava. À época, o porto de Sesimbra tinha matriculadas 70 caravelas de alto mar, e “edificado na Ribeira da dita villa”, existia um *esprital*, provido de paredes de pedra e cal, com o altar do espírito santo no piso sobrado e, por baixo, as habitações dos hospitaleiros e os leitos para os pobres, edificado no reinado de D. João II que, “sendo governador e perpetũ admenjstrador do dicto meestrado per que lhe deu licença pera aleuantarem altar na dita casa e terem o dicto capelam”⁷⁹.

Os aspetos historiográficos, os registos arqueológicos e as propostas de interpretação, quer do burgo acastelado quer da póvoa marítima, permitem sugerir que nesta época, há muito que o principal espaço urbano tinha deixado de ser o enclave castelejo para ser a póvoa junto ao mar. Se a administração promovida pelo alcaide-mor, representante da Ordem na Comenda de Sesimbra, mantinha proeminência administrativa, a figura do alcaide de mar na *Ribeira*, afirmava a tutoria real e a administração do território partilhado. Estavam organizados dois distintos poderes, a que se aduzia um terceiro, o do concelho, que embora ainda se registe o seu concílio no burgo intramuralhas em 1538⁸⁰, é no entanto crível que este já se tivesse instalado na póvoa, o núcleo urbano ascendente onde se concentrava o crescimento económico.

Com o reinado de D. Manuel I complexifica-se a administração de *Cezimbra*, pois em 1497 inicia-se a reforma dos forais, a qual se estende até 1520, a que se associa em 1512 o movimento reformador das «Ordenações Manuelinas», que instituíram a normalização por todo o reino do código de funcionamento administrativo.

A 28 de julho de 1514 foi concedido novo foral à vila de Sesimbra, código de posturas que confirma as normas do anterior foral mas, atualiza as condições para a prática económica e jurídica, nas quais se assume a proeminência do mar e dos dividendos de impostos e receitas devidas, o que permite inferir o crescendo da vila marítima, porto onde entram embarcações e pessoas, produtos da faina e bens comerciáveis, num ancoradouro piscatório e mercantil rico em rendas a cobrar. No foral

⁷⁸ Ferreira, 2009: 57-58.

⁷⁹ Conde, 2004: 66-67.

⁸⁰ Serrão, Serrão, 1997: 70. Ressalva que a data correta é 1538 e não 1528 (erro de reedição).

da vila de *Cezimbra*, regista-se, logo no início do documento, que o foral do rei D. Sancho não contemplava alguns assuntos que agora eram predominantes e, pelos quais, os novos direitos instituídos, “nam contradizem ho dito foral por respeyto do m[ar] que tem”⁸¹, numa nova relação territorial, sobretudo de direitos aduaneiros sobre o mar, uma das razões que levou ao mister do novo foral da vila.

Detalhava-se agora as “cousas do maar” e “os dir̃tos do maar”⁸² com os foros e tributos pagos ao rei e à Ordem, na forma de dízimas, que incidiam nos pescadores e no pescado, capturado nos seus mares por pescadores locais ou não, como do tomado pelas gentes de *Cezimbra* fora dos seus mares, a que acrescia o que era descarregado na vila ou fora dela, o vendido em fresco, salgado e fumado, a vinda do sal utilizado e a venda do pescado na vila, sua saída para outros locais do reino e venda em embarcações ancoradas, até aos tipo de artes de pesca então utilizados, como a “rede pee”, o “bicheiro” e o “anzollo”, a “linha”, a “sacada da foz ou do maar” e os “acedares”⁸³. De igual modo, também os mercadores tinham o seu rol de direitos a pagar, impostos sobre as mercadorias entradas e saídas através do porto, acrescidas estas, das já previstas portagens em terra, a que se somavam os direitos devidos consoante o tipo de produtos mercanciados e os diferentes artigos que circulavam nas rotas comerciais.

As décadas iniciais do século XVI marcaram a afirmação territorial de *Cezimbra*, perceptível nos rendimentos auferidos por impostos e nos benefícios concedidos pela Coroa, como, pela importância que as matas da Arrábida cotejavam ao ócio da casa real e da sua corte sucedânea, pousada de alguns dos seus destacados membros.

Memória de D. João de Lencastre, primeiro duque de Aveiro, que viveu em *Cezimbra* e fixou residência em Vila Nogueira de Azeitão, foi o fundador do Convento da Arrábida em 1542. De D. Afonso de Albuquerque, filho do primeiro vice-rei da Índia, que fomentou em 1570 a criação da nova paróquia de São Simão em Vila Nogueira. De D. Jaime de Lencastre, neto de D. João II, bispo de Ceuta e primaz de África, que teve solar na póvoa, onde foi mandatário da construção da igreja matriz de Santiago e da criação da nova paróquia em 1536. De D. Belchior Beliago, bispo do Porto, de Fez e confessor da Casa Real, que possuiu solar⁸⁴ em *Cezimbra*, próximo da “Comfraria dos Mareantes e Pescadores”.

⁸¹ Chorão, 2001: 93. Reporta-se à fl.2 do foral.

⁸² Chorão, 2001: 95. Reporta-se à fl.4 do foral.

⁸³ Chorão, 2001: 97-98. Reporta-se à fl.6v

⁸⁴ A ainda existente “*Casa do Bispo*”, ou também conhecido como “*Solar dos Frades*”.

A *villa de Cezimbra* pontuava-se então por novas e admiráveis edificações que, com a sua implantação, reestruturaram e ampliaram o espaço urbano, onde passaram a imperar os edifícios com função religiosa e assistencial, os quais, colmatavam as lacunas funcionais da povoação e das suas gentes. Edifícios como o *espiritual* e a capela do Espírito Santo, onde se acolhiam celebrações litúrgicas, e mais tarde, a capela da Misericórdia com o movimento ecuménico da rainha D. Leonor, mormente após a morte de D. João II em 1495, acompanhado pelo empenho de Frei Miguel Contreiras com a instituição de Irmandades da Misericórdia, com função assistencial junto dos mais necessitados, foram realidades que atravessaram todo o reinado de D. Manuel I, numa época em que a póvoa assistia ao expansionismo económico e urbano.

Neste contexto, um dos mais emblemáticos edifícios foi principiado em 1534, a igreja de Santiago, no término da encosta mais a norte, abençoada por D. Jaime de Lencastre e confirmada pela Ordem de Santiago sob a sua própria invocação. Data de janeiro de 1535 a bula apostólica “por honde se mandou a freguesia de Santa Maria do Castello para a Igreja nova de S. Tiago, e serventia da dita igreja”⁸⁵, para que o novo templo compraza a necessidade dos devotos em serviços religiosos, então só possíveis após a penosa subida até ao templo de Santa Maria de Sesimbra, o que contribuiu a 8 de abril de 1536 para a constituição da nova paróquia de vocação a Santiago, pese embora os trabalhos de construção se tenham prolongado até 1564⁸⁶.

A marca material, do estatuto da povoação, decorreu da sua afirmação administrativa através dos símbolos de poder municipal no espaço urbano, o paço do Concelho com a sua pedra de Armas e o seu pelourinho, três diferentes tipologias de obras edificadas que refletem o poder administrativo de incidência territorial. Estes três símbolos de poder, como a própria vila, foram instituídos no século XVI, pese embora numa sequência temporal demorada na segunda metade do século.

Na memoração local, associada à vila marítima, existia uma primeva “casa da arca” ou “casa da torrinha”, local para onde a vereação havia depositado a arca com a documentação do município⁸⁷. O registo do «Tombo da Vila» anota que em 1500, o Concelho comprou a Gonçalo Anes e a sua mulher Inês Gonçalves, um terreno para construção de um chafariz com tanque e de uma “casa da câmara”, com a escritura a ser

⁸⁵ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 95v a 98v.

⁸⁶ Serrão, Serrão, 1997: 61.

⁸⁷ Guerra, 2006: 40.

lavrada a 9 de outubro de 1521⁸⁸, para em 1538 se registar, na documentação patente no Tombo da vila associada à fundação da igreja matriz de Santiago e ao traslado da bula apostólica fundacional, o qual reproduzido na “Ribeyra da villa de Sezimbra nas cazas que seruem do passo do concelho”⁸⁹, pese embora e a título de notícia histórica, a efetiva conclusão do *Paço* do concelho só tenha ocorrido em 1572⁹⁰.

Numa outra perspetiva, cripto-histórica quanto à primitiva pedra de Armas do concelho aposta na fachada do paço, esta apresenta uma simbologia arcaica com risco coevo deste período e, quanto ao pelourinho, e pelas imagens conhecidas, sugere-se uma tipologia datada da época sebastianina. Face a tais observâncias, torna-se crível que a consolidação do poder administrativo municipal tivesse ocorrido no início da década de 1570, momento expansionista no reino que será travado abruptamente em 1575, com o desaire de Alcácer Quibir e a morte *d’el-Rei* D. Sebastião.

A antiga póvoa da *Ribeira de Sezimbra* passou então a ser conhecida como a vila de *Cezimbra*, centro das principais funções de administração e principal núcleo de incidência urbana, polo de crescimento demográfico e expansão económica, de consolidação social e modelo cultural, a sede do concelho.

Nesta mesma época, e em termos urbanos, para além das questões administrativas que o «Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos» veio em 1504 estatuir, as «Ordenações Manuelinas» de 1512 a 1514 foram regular o normativo dos métodos de construção de edifícios, onde se definiram as obras de *corregimento* e de *reparo*, de *reforma*ção e de *fortificação*, trabalhos a cargo dos mestres que sabiam quais as melhores técnicas a utilizar, face às tipologias de edifícios a construir e perante à preexistência de construções originais⁹¹. Esta medida veio numa época que, em termos de materiais, desde a Idade Média que o uso de ligantes hidráulicos naturais, como as pozolanas ou a cal hidráulica, eram tradições descoradas, pelo que a sua reutilização, acabou por não ser aplicada do melhor modo. De igual modo, a substituição da madeira pela pedra e tijolo como os principais materiais, mais resistentes ao risco de incêndio e que permitiam elevar os edifícios, aumentou a debilidade ao reduzir a resistência perante os riscos da sismicidade⁹².

⁸⁸ Guerra, 2006: 103. A referência reporta-se à pág. 115 do «*Livro do Tombo da Vila de Sesimbra*».

⁸⁹ AMS|CMS/D/01/Lv_02: fol. 95v e 98v.

⁹⁰ Guerra, 2006: 103.

⁹¹ Córias, 2007: 48.

⁹² Córias, 2007: 50, 44.

Na vila de *Cezimbra*, as novas construções de referência, como a igreja e as capelas, retinham as madeiras como estruturas mestres para as coberturas e apoio ao vigamento de caixotões madeirados, sob o perfilado de telhas exteriores. As fundações, à base de pedra calcária, eram o sustentáculo dos edifícios, das quais ascendiam paredes constituídas à base de argamassas adensadas com cal e areias finas⁹³, pedregulhos de calcário e seixos de basalto, rebocadas e caiadas ou cobertas por azulejos.

Quanto às restantes habitações, e por aquelas que se conhecem no legado de técnica tradicional, era empregue a madeira como estrutura de cobertura e em vigamentos que acolhiam o perfilar de telhas exteriores. As fundações eram mais reduzidas e quase que ao nível do solo, por onde subiam paredes com argamassas de cal compactadas por pedras calcárias e basalto, seixos rolados e areia muitas das vezes grossa, rebocadas com argamassas de traço mais fino e por fim caiadas. As casas eram predominantes de piso térreo e de andar superior, nestas com o nível inferior utilizado como armazém e loja de trabalho, enquanto os pisos superiores, por escadarias saídas da rua, tinham função residencial.

Da teia medieval mais embrenhada, e avessa ao mar, durava um circuito de arruamentos orientados de nascente para poente, ruas esconsas e sinuosas ou becos e pátios interiores para acesso a vários edifícios, traço da débil estrutura desse edificado mas da substancial proteção contra as intempéries oceânicas. Porém no século XVI, assiste-se a profunda mudança através de novos arruamentos e habitações num sistema ortogonal de ruas simétricas, orientadas num xadrez este-oeste e sul-norte, o que permitia arejar as ruas e conferir uma dinâmica normativa ao espaço urbano, à medida que este crescia pelas encostas do vale em busca de novos planos horizontais.

O perímetro da vila limitava-se a sul pelo oceano, e a norte pelo afunilamento do vale, a nascente as terras mais planas ofereciam encosta menos abruta, e a poente a pendente era ultrapassada pelo cume planáltico que descia até ao mar. Neste contexto, as ribeiras eram os principais pontos de divisão do povoado, seja no seu percurso centralizador na vila ao longo da ribeira da *Mizericórdia*, fosse nas ribeiras laterais que delimitavam o povoamento e marcavam a utilização do areal na sua foz.

O mapa conhecido da vila, atribuído à década de 1570, permite entender os contornos físicos da póvoa e da sua estrutura funcional, quer pela identificação de alguns edifícios emblemáticos, quer pela bem delineada matriz de arruamentos e largos.

⁹³ Por alusão a evidências mais recentes, por certo que em algumas situações terá sido utilizada a areia da praia, embora lavada, mas que mantinha ainda elevada concentração de salitre.

No seu núcleo mais arcaico descortinam-se as residências e os armazéns, a que acresce, com base na resenha de algumas vestígios toponímicos, a identificação de áreas funcionais como a rua das Atafonas onde se moia o cereal ou a rua do forno da Ordem onde existiu o forno. Ao perímetro atlântico, dispunham-se largos, terreiros e rossios onde se tratava o peixe pelo pescador e pelo *tailha peixe*, locais onde também se traçavam embarcações pelo labor de calafates e de *carpinteiros que fazem barcas*, com os seus cabrestantes, barracos e telheiros.

A vila, na sua localização funda no vale, apresentava problemas de higiene, realidade que era transversal à época nas povoações do reino, pese embora a sua proximidade ao Atlântico, permitisse o escoamento dos dejetos para o mar e o bafejo das suas brisas por entre os arruamentos, garantia de arejamento. Porém, esta era uma preocupação que surge numa época em que o traçado urbano assume primazia formal, não só filosófica mas sobretudo pragmática, associada aos debuxos de traçado das cidades, exercício que pautou os reinados de D. Sebastião e de D. Filipe I, mas iniciado ainda no reinado de D. João III com a vinda e contração de arquitetos italianos.

Esta realidade emerge no relato da epidemia que assolou a vila em 1580, fragilidade evidente no «Livro dos Óbitos da Freguesia de Santiago», “aos 18 de Fevereiro deste pressente anno de 1580, faleceo a primeira pessoa de peste (de que Nosso Senhor nos guarde) e durou o empedimento nesta vila até 27 dias de julho no qual dia se alevantou a bandeira da saúde dentro esta porque forão cinco meses, falecerão de peste [65] pessoas as quais se enterrarão nos adros das freguesias e pelo campo no lugar onde morrião – foram feridas 274 as quaes todas se curarão e já tornarão para a vila: Nosso Senhor por sua misericórdia, não permita, tornar-nos a castigar com tão grande mail, como é este; e nos dê graça para o não ofendermos”⁹⁴.

Regista-se neste relato o facto do surto epidémico, iniciado em meados de fevereiro e prolongado até final de julho, impediu não só o livre acesso à vila mas também a sua propagação, evidencia que não obstante os mortos enterrados nos adros das igrejas, os que foram infetados mas não chegaram ao estado terminal, foram curados fora da vila e para lá regressaram quando o surto foi dado por debelado, o que faz antever que, confinada pela serra a nascente, a norte e a poente, e pelo mar a sul, a vila enclausurada em si mesma, controlou o surto através do seu isolamento geográfico.

⁹⁴ Guerra, 2006: 280.

Na centúria quinhentista, a vila exibiu a sua vocação marítima enquanto estaleiro caraveleiro e de reparação naval, porto de cabotagem e de abastecimento às rotas marítimas num dos principais mares de pesca do reino. Os seus proventos eram então dirigidos para o mercado interno como para o externo, sobretudo para Espanha, como refere João Brandão em 1552 no «Tratado da Magestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa» e André de Resende em 1593 no «De Antiquitatibus Lusitanae» de 1593. Em André de Resende se lê, “e tal no sítio de Cezimbra, como disse, no extremo próximo do promontório litoral Bárbaro, é capturado peixe famoso, sendo um mare piscosíssimo, e também aí confluem abundantemente mercadores do interior da Hispânia”⁹⁵, realidade para uma época em que as armações iniciam o seu ascendente na forma tradicional dos “cedares”, arte de pesca então alvo de objeção por parte do concelho nas cortes de 1481-1483⁹⁶.

Na visitação da Ordem ocorrida em 1516, o porto, e estaleiro de construção naval, era cercado por densas matas sobre o vale e planalto superior, as quais forneciam continua provisão de madeira de boa qualidade, principalmente na mata do *Zimbral*, onde foi concedida autorização por D. João de Lencastre para “tomarem a madeira que lhes era necessária tanto para os barcos como para outras coisas, e também lenha para suas casas pois assim sempre se tinha feito”⁹⁷. Esta proeminência foi estendida pelos monarcas, com o rei D. Manuel I a atribuir «carta de privilégio para os que na Vila de Sesimbra mandem fazer navios» e D. João III a atribuir nova «carta para quem fizer navios não pagar dízima das madeiras».

Não obstante este período de crescimento, o ano de 1523 regista um testemunho preocupante, “nesta caravela me embarquei eu, e ela se partiu logo, e ao outro dia pela manhã, sendo nós tanto avante como Sesimbra, nos acometeu um francês corsário, e abalroando connosco, nos lançou dentro quinze ou vinte homens, os quais, sem resistência nem contradição dos nossos, se senhorearam do navio, e depois que o despojaram de tudo quanto acharam nele, que valia mais de seis mil cruzados, o meteram no fundo, e a dezassete que escapámos com vida, atados de pés e de mãos nos meteram no seu navio, com fundamento de nos levarem a vender a Larache, para onde

⁹⁵ Resende, 1593: 198 (fol.). *Tantaq & ibi & Cecimbrigæ, sitæ, vti dixi, in extimo fere Barbarii promontorii litore, nobilium piscium captura est, quum mare piscosissimum sit, vt etiam ex intima Hispania plenius viis confluant mercatores.*

⁹⁶ Cruz, 2009: 25.

⁹⁷ Guerra, 2006: 111. No estudo original é referido o infante D. João, mestre da ordem de Santiago, porém, nesse ano de 1525 D. Jorge é ainda o mestre da Ordem, sendo D. João de Lencastre seu filho.

se dizia que iam carregados de armas, que, de veniaga, levavam aos mouros”. Trata-se de excerto da obra «Peregrinação», de Fernão Mendes Pinto⁹⁸, em que pese embora o ascendente de Portugal como potência marítima, a costa do reino ainda se encontrava curvada ao perigo de piratas e corsários, tanto islamitas como europeus.

Neste período, a cadeia militar dependia ainda dos recursos dos concelhos e do recrutamento local, sem uma estrutura militar de carreira que conferia às tropas de D. João II e de D. Manuel I, uma forma irregular onde se arrolavam fidalgos, acontiadados e besteiros do conto, voluntários e degredados. Com D. João III, a situação evolui para a criação de um exército nacional com base na «lei das ordenanças» de 1549, porém, embora considera-se a afetação de soldados profissionais, ainda carecia de uma cadeia metódica de comando, que só será solucionada com D. Sebastião e as suas «leis das ordenanças», de 1569 e 1570, as quais mobilizavam as milícias concelhias sob liderança de soldados de carreira, como o capitão-mor e o sargento-mor⁹⁹.

A defesa da fronteira marítima do reino dependia nesta época de dois cenários de combate, um ativo, associado às esquadras que percorriam a costa, outro passivo, sedado nos fortes edificadas em pontos estratégicos. No ano de 1551, a principal linha de defesa dependia das “armadas de guarda da costa” asseguradas pelas populações locais, que equipavam e abasteciam estes navios, com registo, no ano seguinte, para o rei D. João III que mandou armar três navios de 25 e 30 toneladas, com a missão de vigiarem a linha marítima de Sesimbra a Sines, muito frequentada por corsários franceses¹⁰⁰. Neste reinado foram aperfeiçoadas as fortificações, com traças mais baixas, angulares e inclinadas para amortecer os impactos da artilharia e a fúria do mar, com muralhas de lajes pétreas sobre paredões de terra e adobe, obras dispendiosas fomentadas pela coroa e realizadas por construtores com materiais locais, que providas de oficiais e artilheiros profissionais, eram contudo guarnecidas pelas gentes nativas.

O risco para as comunidades litorais e a necessidade de proteção das atividades piscatória e mercantil, motivou o estudo e a construção de fortificações junto dos principais portos. Aqui se enquadra a planta de estudo da *vila de Sezimbra*, coligida por Diogo Machado e elaborada, sob anotações coevas, entre 1568 e 1570¹⁰¹ ou entre 1577

⁹⁸ Pinto, 1994: 14.

⁹⁹ Magalhães, 1993: 106-109.

¹⁰⁰ Guerra, 2006: 49.

¹⁰¹ Moreira, 1997: 187-194.

e 1578¹⁰², a qual apresenta proposta para fortificação da vila, com particular observância na frente marítima. Ainda hoje persiste a incerteza sobre a construção do traçado então proposto, o que suscitou várias conjecturas quanto à edificação de um forte e de uma linha muralhada¹⁰³, ou quanto à sua irrealizável execução pelo elevado dispêndio financeiro de tais trabalhos¹⁰⁴.

Contudo, no decurso da requalificação urbana e dos trabalhos arqueológicos ocorridos em 2007-2008 na vila, foram identificadas estruturas amuralhadas, com traça quinhentista, condizentes na localização com parte do traçado proposto na planta da «vila de Sezimbra». Em posterior planta atribuída a Fillipo Terzi, datada de 1580¹⁰⁵, e na qual se reproduzem as principais praças e linhas de defesas fortificadas no estuário de Lisboa, surge, na costa meridional da Arrábida, a vila de *Sezimbra*, com uma fortificação de quatro baluartes denominada por *forte de Ancua*, ou por *forte de Ancon*, em que a primeira grafia repete leituras históricas enquanto a segunda evidencia coerência ortográfica e fonética, a qual, de mais plausível adoção.

Com a crise política de 1580 e o ascendente de D. António Prior do Crato, tal como duas centúrias antes, *Sezimbra* aclamou o pretendente nacional à coroa, em julho desse ano, o qual, passou pelo concelho na sua jornada para Lisboa, como mais tarde, pelas florestas e penedias com os últimos partidários em fuga dos exércitos de Filipe II. A invasão espanhola, liderada por D. Fernando de Álvarez, Duque de Alba, seguiu por terra até chegar a Setúbal, e daí rumo a Lisboa através do território peninsular, acompanhada pela esquadra naval que, após embate militar e expugnação do forte do Outão, seguiu para *Sezimbra* onde aportou, e depois, para a angra da Baleeira e o mar de Ancão, último fundeadouro antes da travessia do Espichel, quando então rumou a Cascais e Lisboa onde consumou a vitória na batalha de Alcântara.

Durante o domínio espanhol, e tal como em todos os portos e povoações do reino, os crescentes encargos provenientes dos impostos contribuíram para empobrecer as comunidades locais, pese embora seja reconhecido o enorme valor que o peixe de *Sezimbra* tinha, sobretudo, a sua sardinha. Registava Duarte Nunes de Leão em 1610, na «Descrição do Reino de Portugal», a riqueza destas costas, “mas o mais para estimar, he, o q̃ se toma nas praias de Setuual o qual em sabor ecede a todo o de Hespanha, &

¹⁰² A planta apresenta traço e grafia consentâneos ao trabalho de Filippo Terzi, engenheiro italiano contratado por D. Sebastião e que em 1577 inicia o seu trabalho, com incidência na costa a sul do Tejo.

¹⁰³ Guerra, 2006: 203.

¹⁰⁴ Moreia, 1997: 192-193.

¹⁰⁵ Callixto, dez. 1979: 4.

por ventura de Europa: ou por o clima em q̃ stà, ou por o pasto em que o pescado se ceua. E assi naq̃lle mar morrem os mais regalados pescados, de quye tem o promado os salmonetes, vesugos, pexes agulhas, grandes rodoualhos, chernes, lingoados, sargos, pescadas, & sardas, & os mais pexes preciosos que se podem pedir. Neste mesmo mar se viram & se vem muitas vezes as mais desuariadas feições de pexes que em nenhũa outra parte, & muitas q̃ nũqua se viram nẽ selhes sabe o nome”¹⁰⁶.

Adianta este autor que, “no mesmo mar de Setuual & no de Cezimbra sua vizinha, ha a mais sardinha & mais saborosa q̃ se pode dar: a qual alem de sustentar o reino, se leua per mar a outras partes, & per terra ao reino de Castella para onde sae grande carregaçam ate a corte de Madrid”¹⁰⁷, notícia da importância do porto de *Cezimbra* nas rotas de cabotagem pelo Atlântico e de longo curso, do império ibérico.

Esta posição geográfica acabou por contribuir para a penúria, que se agudizou sob outro cenário, resultante da ocupação espanhola, mas de diretos reflexos no quotidiano da comunidade marítima, o aumento das incursões de piratas e de corsários, sobretudo holandeses e ingleses, como se regista no ataque de 1602, conhecido nas lutas navais anglo-espanholas como a «batalha da baía de Sesimbra». Numa pintura a óleo do pintor neerlandês Hendrick Vroom¹⁰⁸, retrata-se a esquadra de galeões ingleses liderada pelo almirante Sir Richard Levenson e pelo vice-almirante Sir William Monson, composta por cinco navios que, numa ação de rapina às rotas do atlântico, encetam a 3 de junho combate naval contra uma armada de onze galés espanholas, sob o comando de D. Federico Spínola e de D. Álvaro de Bazán, e uma carranca portuguesa sob o comando de D. Diego Lobo, que se encontravam ancoradas na baía de Sesimbra.

O final do dia saldou-se pelo incendio de duas galeras, debanda das restantes e apresamento da carranca *São Valentim* que, levada para Inglaterra rendeu em carga cerca de um milhão de ducados. Nesse confronto está assinalada a existência de um forte que protegia a baía, referência histórica ao forte de Ancon, que fustigado pela artilharia ânglica de três dos galeões, acabou por cessar a sua intervenção na batalha¹⁰⁹.

Se na costa os ataques eram direcionados para a rapina das carreiras comerciais, havia também o risco suscitado pelas incursões de piratas argelinos e turcos às povoações e às embarcações de pesca, como sucedeu em junho de 1620, quando turcos

¹⁰⁶ Nunes, 1610: 56v-57r.

¹⁰⁷ Nunes, 1610: 57r.

¹⁰⁸ Obra intitulada «Ataque a galera de tesouro espanhola», atualmente em exposição na embaixada inglesa em Lisboa.

¹⁰⁹ Oppenheim, 1913: 113-114, 179.

acometeram sobre a armação da Baleeira, e aí mataram um pescador. Estes ataques procuravam riquezas, pertences e escravos, para vender nos mercados do norte de África, num período em que vários registos no cartório da Trindade de Lisboa referem gente de Sesimbra que foi remida da venda em mercado¹¹⁰.

Pese embora estes fatores negativos, o abandono das possessões e do expansionismo que apanhou Portugal após 1580, e que acabou por também envolver Espanha, até meados do século XVII, teve outro reflexo, agora positivo, associado ao aumento da demografia na região de Sesimbra. Em 1580 eram arrolados na vila 431 fogos, que albergavam 1534 almas, para em 1640 este número ampliar-se para 450 fogos e cerca de 2000 almas¹¹¹, em que no intermeio temporal, regista Fr. Nicolau de Oliveira no «Livro das Grandezas de Lisboa» que em 1620 se arrolavam no termo cerca de 3400 moradores, a que se seguiu no recenseamento realizado em 1640, ainda sob vigência filipina, uma população que rondaria os 4000 a 5000 moradores¹¹².

A faina da pesca também provou incremento, pelo conhecimento das armações que laboravam nessa costa, registadas no século XVI a da Água Branca, no século XVII surgem as da Baleeira, do Cavalo, da Mina, do Risco e da Varanda, e no século XVIII a da Varanda¹¹³. A contínua atividade do porto de Sesimbra no tráfego de peixe fresco, em salga e fumado, de produtos comerciais e pela entrada e saída de embarcações nacionais, como também estrangeiras¹¹⁴, permitia entender a importância deste porto de aportamento de rotas como referido, em 1638, pelo capitão Manuel Farto, em petição para obter mercê de familiar do Santo Ofício. Esta realidade já era latente nos éditos reais, caso de D. Filipe I que nomeou guarda-mor do porto com autoridade sanitária¹¹⁵, ou de D. Filipe II que em alvará de 2 de agosto de 1608, criou novo imposto sobre o pescado para custear a presença de médico¹¹⁶.

A Restauração de 1640, e a prioridade na defesa da capital, conduziu ao reforço da costa de Sesimbra face a arremetidas pela península de Setúbal, então limítrofe do teatro bélico do Alentejo. Foram edificadas novas fortificações, numa sucessão que se estendia ao longo da costa, vigias e bases para acoessar o inimigo e controlar o acesso aos portos,

¹¹⁰ Guerra, 2006: 56.

¹¹¹ Monteiro, 2001: 57.

¹¹² Bernardo, 1941: 113.

¹¹³ Guerra, 2006: 67-68.

¹¹⁴ Como sugerem os numismas identificados no *esprital* do Espírito Santo dos Mareantes, dos reinados espanhóis de Filipe III e de Filipe IV e do reinado francês de Luís XIII.

¹¹⁵ Guerra, 2006: 47.

¹¹⁶ Guerra, 2006: 66.

suas rotas comerciais e bancos de pesca limítrofes, num conflito que perdurou, na frente naval com os holandeses até 1663 e com Espanha até 1668¹¹⁷.

Num relato elaborado por Simão Falónio em 1640-1641, reportam-se os poucos recursos na defesa de Sesimbra, “uma praia aberta”, protegida por um reduto de pequenas dimensões composto por duas plataformas com quatro meios canhões e cinco bocas-de-fogo em mau estado, pelo que era imperioso criar, a poente da baía, uma estrutura provisória “de terra e faxina com quatro Peças de ferro”¹¹⁸. Coevo deste relato, em 1641 Álvaro Pereira, capitão-mor da vila, envia missiva ao Conselho de Guerra onde enuncia as condições para defesa desta costa, em que na praia tinha mandado construir nesse ano, um entrincheiramento provisório que foi destruído pela invernia, o que reforçava a premência de um reduto permanente a poente da baía.

Os cuidados foram atendidos em 1642, então sob iniciativa régia no decurso da inspeção às fortificações de Lisboa e Setúbal, realizada pelo padre jesuíta e engenheiro militar holandês Joannes Cieremans, o conhecido João Cosmander, que projeta uma nova fortaleza no centro da baía de Sesimbra, a fortaleza de Santiago, com as obras a decorrer entre 1642 e 1649¹¹⁹. Nos anos seguintes, segue-se a construção, a poente, do forte de São Teodósio, concluído em 1655 sob debuxo de Sebastião de Frias, e a norte, o abaluartamento do castelo entre 1651-1653 sob orientação do príncipe D. Teodósio, que em posição altaneira, fechava as estradas vindas do vale.

Neste capítulo, e além do perigo da armada espanhola, sobrevinha a ameaça de piratas e corsários turcos, que pese embora o desfecho da batalha de Lepanto, tinham conhecimento suficiente das costas portuguesas para arriscar a rapina e o lucro frente às fortificações costeiras, com suas guarnições e populações auxiliares. Em *Cezimbra*, nesta época são conhecidos duas descrições históricas que informam sobre tal ambiente.

A primeira, pela mercê concedida a Sebastião Vogado, “dos officios de escrivão da fazenda e alfandega e guarda-mór da capitania do Espirito Santo, pelos seus serviços em Elvas e em Cezimbra onde ajudou a render um navio de turcos”, datada de 14 de setembro de 1646¹²⁰. A segunda, de duas memórias de 1655, do relato de João da Cunha, governador de Setúbal, a informar que Sesimbra privava de capitão-mor, numa

¹¹⁷ Ferreira, 2011: 2.

¹¹⁸ Callixto (jan. 1980), 3.

¹¹⁹ Ferreira, 2011: 2.

¹²⁰ AAVV, 1909: 188, 270. Foi-lhe permitido auferir de mercê, *do hábito da Ordem de S. Bento de Avis, com 30:000 [reis] de pensão*, a 4 de maio de 1648.

época de agravada ameaça holandesa, e de Luís Barreto, sargento-mor de Sesimbra, a reportar o avistamento de navios turcos na costa e a falta de recursos na sua defesa¹²¹.

A vila, e a sua faixa de mar, foi igualmente alvo de estudos nas rotas de navegação, logo em 1631 com Luís da Costa, contributo para a obra «Prática da Arte de Navegar» de 1673, e mais tarde, com Nicolau de Langres no seu compendio «Desenhos-Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal, pelo Tenente General Nicolau de Langres Francez, que servio na guerra da aclamação» de 1661.

No final do século XVII, *Cezimbra* cotejava a sua relevância expansionista iniciada com os *Descobrimentos* e com constituição do império. A sua posição fronteira ao Atlântico como ancoradouro natural, a riqueza pesqueira dos seus mares e a abundância dos recursos naturais, a disponibilidade de eirados para a edificação urbana e a capacidade de perseverança das suas gentes, foram contributos expressivos para o progresso societário e para o crescimento urbano, num campo geográfico confinado pela natureza mas que o engenho humano logrou expandir.

2.3. A época mercantilista e a era da industrialização

No registo das «Memórias Paroquiais de Santiago», elaboradas em 1759 pelo pároco António Patto, encontra-se referida uma nova linha muralhada de defesa de *Cezimbra*, “parece que foy este o motivo, porque no tempo das guerras que teve este Reino com a França, desde o lugar da villa athe o cume da rocha da parte do nascente que há pouca defesa, se mandou fazer numa cortina de meyo corpo de altura, para com Mosquetaria se reseedise a alguma evasão do inimigo, o qual muro não se acha arruinado, mas de todo demolido em muitas partes”¹²². Este cenário bélico com França tem coincidência cronológica com a Guerra de Sucessão de Espanha, ocorrida entre 1703-1712, maioritariamente digladiada ao longo da fronteira terrestre mas que tinha na faixa extrema atlântica em redor de Lisboa, uma área de interesse estratégico.

Pese embora o aperfeiçoamento do sistema de defesa, o perigo naval ainda era uma realidade que assombrava não só as rotas comerciais marítimas, mas de sobremaneira, a comunidade local, os pescadores na faina diária de armações e embarcações e os residentes da vila, sob o pendente risco de morte ou de captura como cativos para venda

¹²¹ Ferreira, 2011: 2-3.

¹²² Patto, 1759: pt. 25.

nos mercados de escravo de Marrocos, facto historicamente anotado na acometida ocorrida em outubro de 1721, em que são cativas seis jovens¹²³.

A importância de *Cezimbra* e da sua costa era afamada, a qual foi visitada pelo rei D. João V a 19 de junho de 1711, seguido pelos infantes e outros nobres da corte, “não fica distante de Azeitão a Vila de Cezimbra, aonde El-Rey passou a ver huma pescaria no dia 19 do referido mez. Para este efeito se mandou ir quatro bergantins bem equipados; entrou El-Rey na Vila com seus irmãos, estando as janelas della armadas, as melicias em duas alas, a Praça o salvou com toda a artilharia, o Juiz de Fora lhe fez uma breve fala, e o Vereador mais velho lhe ofereceu as chaves em huma salva de prata dourada, El-Rey pegando nellas, as tornou a pôr na mesma salva. [...] Passou El-Rey divertido gostando de ver as pescarias, assim pela arte, com que se dispõem, como pela grande multidão de peixe, que saíram nas redes e se recolheu a Azeitão”¹²⁴.

No registo da «Lista dos fogos e almas que há nas terras de Portugal», promovida pelo M.es de Abrantes entre 1732-1736, sob a égide do mesmo monarca, o registo dos habitantes do concelho pouco variava face aos valores anteriormente conhecidos, em que o concelho mantinha a sua extensão geográfica. Esta situação será alterada no reinado de D. José, mais especificamente em 1759, com a desanexação ao termo dos territórios de Azeitão, o que alterou a população do concelho para cerca de 2100 habitantes, valor que a «Memória Paroquial de Santiago», apresentada nesse mesmo ano, revê para a freguesia em cerca de 1965 residentes.

Neste mesmo contexto, as tarefas marítimas, sobretudo a pesca, mantém-se como das principais atividades económicas de acrescido valor na vila, como regista Luís Cardoso no seu «Diccionario Geografico» de 1751, ao referir que “o comercio dos moradores da Villa he pela mayor parte em peixe, de que se colhe não pequeno lucro”¹²⁵. Esta realidade é perpetuada, no ocaso do século, com Henrich Link na obra «Viagens em Portugal, e através de França e Espanha», ao referir que na continuidade da Serra da Arrábida, “depois segue-se o último ribeiro, com a cidade mercado de Seixal, que é a menor de todas, e por ela encontra-se o caminho para a Cezimbra, uma cidade que abastece Lisboa com uma grande quantidade de peixe”¹²⁶.

¹²³ Guerra, 2007: 55.

¹²⁴ Guerra, 2006: 71.

¹²⁵ Cardoso, 1751: 619.

¹²⁶ Henry [Henrich], 1801: 235. *Then follows the last creek, with the market-town of Seixal, which is the least of all, and through it lies the road to Cezimbra, a town which supplies Lisbon with a great quantity of fish.*

O dia 1 de novembro de 1755 marca página sombria na história local, tal como de muitas povoações em redor de Lisboa, quando ocorre o grande terramoto que na costa marítima, foi acompanhado por marmoto. Na vila, a incidência natural foi propícia a um duplo embate, confinada no sopé do vale calcário mas assente em terrenos argilosos e fronteira à invasão das marés insufladas pelo Atlântico, a povoação sofreu grande devastação, como noticia o Pe. António Patto nas memórias paroquiais da *villa de Cezimbra*, compiladas em 1759, relato do antes e do depois do cataclisma.

Como se relata, “hé esta terra huma das que padecerão mayor estrago no Terramoto de mil setecentos sincoenta e sinco, principalmente na metade da banda de nacente, aonde forão muy poucas as cazas, que ficarão arruinadas porque quase todas cahirão athe os vigamentos e alicerces, mas tambem está já quase igual o reparo com a ruina. Na outra metade tambem vieram ao chão ruas inteiras, e ainda se vê a mayor parte do estrago naquellas que precisão de mayores despezas”¹²⁷. A destruição estendeu-se aos edifícios mais emblemáticos, a igreja Matriz, a da *Mezericordia* e a do Espírito Santo, a capela de São Sebastião e a fortaleza de Santiago, a que por certo acrescerá referir a casa da Câmara e a *cortina* de muralha que enfrentou a fúria tempestiva do mar.

No curto prazo de poucos anos, tudo foi porém reconstruído, as muralhas da fortaleza, as paredes e coberturas dos templos, edifícios emblemáticos como a casa da Câmara ou as casas mais singelas dos pescadores, a frota naval foi reparada e o porto revivescido na calmaria do areal. Nestes trabalhos valeram as competências profissionais não só da comunidade, mas sobretudo dos mestres pedreiros, carpinteiros e operários, os quais tinham em seu redor todos os materiais necessários a tal empresa, da areia à madeira das matas ou da vetusta pedra calcária à cal de fornos contíguos.

No final do século XVIII, Heinrich Link, acompanhado por Johann von Hoffmannsegg, na viagem efetuada por Portugal entre 1797 e 1799, descrevem a vila de *Cezimbra*, “ainda mais para o oeste, mas no lado sul das montanhas [Serra da Arrábida], numa cavidade cercada por picos nus rochosos e íngremes, e perto do mar, está a pequena cidade de Cezimbra. O porto é pequeno e salubre, e fechado atrás da cidade, numa montanha, está um velho castelo, que é visto à distância e no seu todo. Esta parte é invulgarmente nua e estéril”¹²⁸.

¹²⁷ Patto, 1759: pt. 26.

¹²⁸ Henry [Heinrich], 1801: 254. *Still farther to the westward, but on the south side of the mountains, in a hollow surrounded by steep rocky naked summits, and close to the sea, is the small town of Cezimbra. The harbor is small and ill-protected, and close behind the town, on a mountain, is an old castle, which is seen far and wide. This part is uncommonly naked and barren.*

Foi nesta localidade que, no início do século XIX, o «Recenseamento Geral do Reino» promovido pelo Conde de Linhares, em 1801, sob égide de D. João VI, avaliou a população em cerca de 2236 habitantes, enquanto a estatística paroquial refira a existência de 2660 habitantes¹²⁹. Mais tarde, em 1820, Adrien Balbi no seu estudo «Ensaio estatístico sobre o reino de Portugal e do Algarve», noticia que “os lugares mais notáveis, Cezimbra, villa com um pequeno porto, um antigo forte sobre uma montanha, e 4255 habitantes, que quase todos vivem da pesca”¹³⁰, valor revisto em 2835 habitantes na vila, para no recenseamento de 1849 serem arrolados 1236 residentes e no recenseamento de 1864 serem apurados 3085 moradores, a que por fim cabe registar, no recenseamento de 1890, que a vila apresentava uma população de 4709 habitantes, a qual, englobava mais de metade da população do concelho¹³¹.

O início do século XIX marcou a imposição de uma nova realidade bélica, e consequentemente política, suscitada pela revolução francesa e acentuada com as invasões napoleónicas do reino, pese embora os esforços então dedicados pelo príncipe regente D. João, através da reforma do exército e da reestruturação das linhas de defesa, que porém conduziu à redução do número de praças. Em *Cezimbra*, a fortaleza de Santiago foi mantida como bastião principal da linha de costa, embora carente de recursos, como se depreende em 1805 da solicitação do governador da praça, Alexandre MacDonell, para a guarnecer de um sargento, ou volvidos dois anos, quando se noticiou a fraca capacidade de artilharia¹³².

O bastião militar foi ocupado em 1807 por um contingente do exército espanhol, então sediado em Setúbal sob o comando do general Francisco de Rozas, aliado do exército napoleónico que invadira Portugal, pelo que foram desmanteladas as unidades regulares e as milícias locais aí destacadas. Porém, em 1808, as forças espanholas retiram-se e a região fica entregue às forças francesas que, em Agosto desse ano saem de Portugal, momento em que o exército português retoma o controlo da praça costeira e para aí desloca uma companhia fixa, como se regista em 1813, para volvidos dois anos, noticiar-se o seu estado de ruína, com alguns trechos de muralhas em risco de derrocada e a necessitar do investimento da coroa para repor a sua capacidade militar¹³³.

¹²⁹ Bernardo, 1941: 114.

¹³⁰ Bernardo, 1941: 197. *Endroits les plus remarquables Cezimbra, villa avec um petit port, un ancien fort sur une montagne, et 4255 habitants qui presque tous vivent de la pêche*. Ensaio de Adrien Balbi com o título original «Éssai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve».

¹³¹ Dados recolhidos no recenseamento de 1849 e no censo de 1960.

¹³² AHM|Cx 48/3.ª dv/9.ª sc/n.ª 6.

¹³³ AHM|Cx 48/3.ª dv/9.ª sc/n.ª 11.

Em Portugal, alcançada a paz com o tratado de *Fontainebleau* de 1814, não foram porém sanadas as divergências ideológicas que singravam entre adeptos da tradicional causa absolutista e os novos arautos da causa liberal, período de instabilidade que terá epílogo no pronunciamento militar de 1820, no Porto em agosto e em Lisboa em setembro, em favor da causa liberal. Em 1821 a família real regressa a Lisboa para apaziguar o reino e, em setembro do ano seguinte ser promulgada a Constituição, jurada por D. João VI, na mesma época em que o infante D. Pedro é aclamado imperador do Brasil. Não obstante, tal levou entre 1823 e 1824, a insurreições lideradas pelo infante D. Miguel que, sem sucesso, o conduzem ao exílio, para dois anos volvidos com a morte de D. João VI, sucede-lhe D. Pedro IV que abdica em favor da filha D. Maria, ensejo em que se publica a Carta Constitucional, quando no ano seguinte são desarmadas as últimas forças absolutistas.

D. Miguel regressa a Lisboa em 1828 como consorte de D. Maria II, aclamado rei, instaura o regime absolutista que dois anos depois, combatido pelos liberais exilados na Ilha Terceira, leva em 1831 D. Maria II a sair para França e D. Pedro a abdicar da soberania brasileira para rumar à Europa, como líder do exército liberal. No ano de 1832 desembarca no Mindelo e toma o Porto, onde cercado pelas forças miguelistas, inicia a guerra civil que no ano seguinte tem inversão militar com o desembarque liberal em Alagoa e a vitória naval no Cabo de São Vicente, o que permite o avanço liberal até Lisboa, o fim do cerco no Porto e o debelar do exército miguelista para o interior até à sua derrota, quando em 1834 D. Miguel é forçado a abdicar.

Neste período fratricida, *Cezimbra* fora favorável ao poder real e partidária de D. Miguel, então em posição estratégica como sentinela nas rotas do Atlântico, como alude em 1825 o governador da praça, José Araújo, quando se reporta o disparado de salvas de aviso contra um navio que, sem pavilhão, procurava ancorar, a qual era um embarcação sueca sem intenções bélicas¹³⁴. Em 1829, sob o governo de Duarte de Almeida, a fortaleza de Santiago, com a sua ampla bateria, era capaz de aquartelar uma centena de efetivos, porém era mantida por um destacamento de artilharia real com um cabo e seis soldados, quando em 1831 foi construído o novo paiol sob o baluarte Norte. No início da guerra liberal, a praça estava artilhada com oito peças, algumas deterioradas, e com uma guarnição de 52 milicianos e um destacamento de artilharia de Elvas com sete militares, a que se juntou no ano seguinte novo destacamento de

¹³⁴ AHM|Cx 48/3.ª dv/9.ª sc/n.º 17.

artilheiros com 12 militares, mais 14 soldados milicianos de Alcácer do Sal, 11 soldados e 18 ordenanças¹³⁵.

Com o fim do conflito, a transição política fez eclodir momentos de convulsão social no concelho, com peso sobejo na vila. Após a derrota absolutista e o ulterior acatamento das penas de prisão proferidas aos seus correligionários, as terras de *Cezimbra*, rendosas em legados familiares rurais, acolheram vários desses antigos partidários, políticos e detentores de cargos públicos então desprovidos de domínio e de fortuna, mas que aos poucos, pelo seu ascendente polido e por uma rede de interesses e de apoios instalados, acabam por alcançar nova proeminência no concelho.

Fossem elementos mais reacionários que impuseram momentos agitados, como a incursão ao edifício da Câmara em 1846¹³⁶, ou entes mais diplomatas que em 1889 numa seleção dúbia de mancebos para o serviço militar, ao libertar os filhos das elites sociais e compelir os filhos das classes mais desprotegidas ao recrutamento, provocaram levantamento popular e invasão ao paço do Concelho¹³⁷, no seu âmago, conceberam a nova elite de ascendente urbano que marcou a vivência da vila, e os destinos do concelho, nas décadas seguintes.

Pese embora a redução da posição estratégica da vila, esta ainda justificou em 1843 o guarnecimento da fortaleza por três destacamentos com 22 militares para, em 1846 a guarnição comportar 18 militares e uma força de veteranos armados¹³⁸. A sua missão era vigiar o porto e as atividades marítimas, como se regista em 1855, período de abundância de peixe, quando o governador da praça, Duarte de Melo, proibiu a saída de embarcações e, admoestava a tiro de canhão as que intentavam sair¹³⁹.

Em termos civis, e de entre as medidas adotadas pelo novo governo liberal, referência à reforma administrativa geral e municipal, em que o administrador do concelho passou a ser escolhido pelo Governo a partir de uma lista apresentada pela Câmara, como também de fundo ideológico, numa sociedade religiosa e devota, com a lei de setembro de 1835 que regulamenta o enterramento nas igrejas e promove a construção de cemitérios, apartados dos templos, o qual na paróquia de Santiago, será criado no ano seguinte, numa meseta topográfica superna à igreja Matriz.

¹³⁵ AHM|Cx 48/3.ª dv/9.ª sc/n.ºs 36 a 38.

¹³⁶ Guerra, 2006: 103.

¹³⁷ Monteiro, 2011: 64.

¹³⁸ AHM|Cx 48/3.ª dv/9.ª sc/n.ºs 40 a 45.

¹³⁹ Guerra, 2006: 72.

Também na área económica, em meados do século XIX, o comércio marítimo tornou-se dos mais proeminentes eixos do desempenho económico local, quando a vila acolhia a presença de adidos comerciais de várias nações com interesse comercial, casos da Dinamarca, da Grécia, dos Estados Unidos da América e do Uruguai, o qual mantinha presença desde 1840¹⁴⁰.

Pese embora tanta inquietude política, e apesar da motivação económica que galvanizou o concelho neste meado de século, um dos momentos marcante para a comunidade, com reflexo na contextura populacional e memorial, ocorreu em 1857. Em setembro do ano anterior, sucedera em Lisboa um surto de febre-amarela, seguido por um de cólera que alcançará Almada e Seixal, a que se sucede, no ano referido, um surto de febre tifoide com horrenda marca na vila de *Cezimbra*¹⁴¹.

Na época, as deficientes condições higiénico-sanitárias pautavam o espaço urbano. Vivenciava-se em habitações sobrelotadas em espaços exíguos, pouco arejados e onde remanescia sujidade da utilização diária, aduzia-se o abastecimento de água de poços partilhados influídos pelas ribeiras que desciam o vale. Nas ruas de percursos esconsitos, juntavam-se lixos, dejetos e odores da faina piscatória, em que aragens húmidas invernais e baforadas quentes estivais percorriam ruelas e largos, com as lixeiras depositadas a céu aberto nos terrenos contíguos à vila ou espaiadas no areal, onde animais domésticos e selvagens, de cães a gatos e gaivotas se banquetevavam, o que fazia com que uma mera ocorrência, rapidamente se alastrava a um surto.

A vila, localizada no sopé do vale, tinha no mar franca porta de entrada de ténue controlo e uma dilatada via de saída, fronteira onde os cuidados sanitários eram limitados na prevenção face a estes surtos, muitas vezes, incubados nos frágeis estados de saúde de marinheiros e de mercadores que, nas suas passagens, conviviam em ruas e tabernas. Por outro lado, as vias de comunicação terrestres descendentes do planalto da Arrábida, de Santana ou do Zambujal, proporcionavam uma rápida chegada até à vila mas, uma mais difícil saída pelas mesmas estradas, que em subidas acentuadas dificultavam, logo à partida, as jornadas de viagem.

Foram estas as condições geográficas que divisaram o grassar do surto, pois ao dificultar o acesso à vila, contribuíram para que o contágio aí se mantivesse, restrito em grande parte ao anel urbano onde foi contido, embora com sombrio espectro sobre a população subsistente. A febre tifoide atacou indivíduos e famílias, crianças e jovens,

¹⁴⁰ Monteiro, 2001: 54.

¹⁴¹ Ferreira & Ferreira, 2002: 33.

adultos e idosos, para suprir os óbitos que ocorriam foi necessário, além do cemitério municipal, abrir uma extensa vala comum perto do monte do Calvário, virada para o mar ao longo da encosta, longe da vila mas perto das gentes que, no monte sobranceiro, colocaram um pequeno cruzeiro em pedra epigrafado com uma data, 1857¹⁴².

À época, a Confraria do Espírito Santo de Sesimbra, que volvidos dois anos se reformou na Associação de Socorros Mútuos Marítimos e Terrestres de Sesimbra, garantia com a sua botica, primitiva farmácia e sala de consulta, os necessários cuidados aos membros da corporação e seus diretos familiares, quando em fevereiro desse fatídico ano de 1857, também se iniciaram os registos de consultas no hospital, com espaço de farmácia e de consulta, da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, utilizado pelos fracos e enfermos que não eram assistidos na Confraria, em maioria os habitantes das áreas rurais e outra gente que de fora confluía à vila¹⁴³. *Cezimbra* conseguiu recuperar a posição de povoação populosa, onde gravitava a vida das dispersas comunidades rurais envolventes, muitas delas dependentes da vila para complemento das atividades sazonais da pesca, para o escoamento dos produtos rurais ou para o abastecimento de produtos e serviços que só um espaço urbano poderia assegurar.

Pese embora a expansão edificada, esta ainda apresentava no seu núcleo áreas de campo e de terreiros, confrontados às ribeiras que corriam em direção ao mar, espaços utilizados no quotidiano das reparações das artes de pesca ou nas atividades associadas à indústria conserveira, e que originaram novos recintos funcionais, casos do campo da Misericórdia, do largo do Tanque ou do largo de Entre Hortas, que de terreiros passaram a áreas arranjadas com pavimentos de *macadam* e depois de calçada.

No tecido de edifícios ainda se vislumbravam as antigas construções dos séculos precedentes, quase sempre de piso térreo e de primeiro andar com função residencial, as quais, acolhem no rés-do-chão *lojas de comércio* e *lojas de companhia*. Uma das características destes quarteirões residia na existência de quintais interiores e de pátios para acesso a diferentes residências. Nesta época já havia passado o influxo suscitado pela reconstrução pombalina, com a consolidação estrutural e organização arquitetónica dos edifícios, surgia uma época em que as construções eram mais funcionais e menos estruturais, pese embora até ao segundo quartel do século XIX, perdure o princípio da gaiola pombalina, que porém vai tender para diferente forma com os edifícios

¹⁴² Em 1949 o cruzeiro ancestral foi substituído aquando da fratura da cruz, sendo acrescentada à anterior 1857 nova data 1949, epigrafada no reverso da cruz. Ainda nos dias de hoje as gerações mais idosas deslocam-se ao cruzeiro para depositar pequenos ramos de flores.

¹⁴³ Monteiro, 2001: 99.

gaioleiros, num contexto em que se assiste, na vila, à disseminação de renovadas construções com maiores áreas cobertas e cada vez mais estabelecidas em altura.

Aqui prevalece o novo sistema gaioleiro, com o anterior sistema de paredes interiores de frontal a ser ultrapassado por paredes de alvenaria, maioritariamente por alvenaria de taipal, constituída por argamassa de cal aérea a aglomerar as pedras arrumadas com algum cuidado e perfiladas com fragmentos de cerâmica, a que se soma a utilização, em compartimentos interiores, de paredes de tabique constituídas por tábuas e fasquias, a que se aplica depois reboco ¹⁴⁴. Nesta mesma época, a utilização do ferro fundido passou a ser mais regular, quer em termos estruturais com os tirantes de aperto das paredes exteriores, quer em termos decorativos com os varandins profusamente decorados pela denominada *arte do ferro*.

Até então, as casas de pequenas dimensões e aglomeradas no espaço urbano, albergavam a família, de pequena ou de maior dimensão, consoante os filhos e os familiares mais próximos ao núcleo familiar, caso de avós e netos, ou, quando de dois pisos, no piso térreo o espaço comercial familiar e depósito onde se guardavam os apetrechos da pesca, para no piso superior, assistir-se à função habitacional. No final do século XIX, as novas habitações e prédios residenciais, destinados às famílias e aos negócios comerciais, ocupam áreas bem maiores do espaço de construção e ganham em altura espaço de ocupação vital, o que faz a vila crescer para norte, em direção ao campo da Misericórdia, e ao longo da rua do Espírito Santo, onde as novas residências eram a expressão mais visível e material da nova elite socioeconómica de administradores da indústria marítima.

Numa época em que o mar era a tradicional via de circulação comercial, sobretudo, para escoamento do pescado para os centros de venda de Lisboa, se a posição costeira e a abrigada angra permitiam boas linhas de comunicação, porém, a demora dos percursos marítimos, em contrassenso com a crescente velocidade com que se realizavam as comunicações por terra, tornavam a vila um ponto descentrado. Pela serra já era possível aceder à vila por diferentes estradas de percurso, embora vias de circulação ainda periclitante, na acentuada descida ao longo do vale.

Eram três os caminhos conhecidos, o primeiro a percorrer a antiga vereda medieval que se ligava ao Castelo, às zonas rurais a partir do lugar do Zambujal e por onde se encaminhava a passagem romeira até à *Senhora do Cabo*, com rumo a partir do extremo

¹⁴⁴ Córias, 2007: 72, 75.

poente da vila através da ribeira da Fonte Nova e da herdade de Palames. Depois havia o caminho que desde a aldeia de Santana, local de confluência das vias que rumavam ao Seixal e a Setúbal, iniciava percurso encosta abaixo até ao extremo norte da vila, junto à igreja matriz, e que mais tarde, em 1876, acolhe o traçado da estrada real n.º 79. Por fim, o caminho que pelo nascente descia também próximo da aldeia de Santana, até à fonte do Carvalho, seguia o périplo por sobre a cumeada de moinhos de vento que enriqueciam o cimo a oriente da vila, e descia por percurso não menos acentuado, até ao terreiro do Caninho e mais abaixo de Entre Hortas.

Os transportes terrestres fossem de mercadorias ou de passageiros, eram efetuados por carroças e diligências dirigidas a Setúbal, a Cacilhas e ao Seixal, por onde se cruzava o Tejo até Lisboa. No intermeio destes percursos, percorridos sobretudo de noite, havia algumas estalagens e cocheiras para descanso dos viageiros e muda de cavalos e de machos¹⁴⁵, pois a viagem por estradas arruinadas e poeirentas, demorava horas de incómodo desconforto nos trens de jornada.

Tal situação foi melhorada no reinado de D. Luís no ano de 1876, marco cronológico quando a 12 de agosto, foi inaugurada a estação telegráfica que ligava a Câmara do Concelho aos principais centros administrativos do reino, ano em que também se concretiza a abertura de nova estrada a ligar Cacilhas a *Cezimbra*. A Estrada Real n.º 79, na qual se centralizava a intrincada rede viária de exíguos caminhos que obrigavam a percursos colaterais, pelos quais se ligava Sesimbra à estrada que seguia rumo ao Cabo Espichel e daí a Porto Brandão em Almada, como também, a estrada que seguia em direção a Azeitão e daí para o Seixal e para Setúbal. Por esta estrada real circulavam as diligências de passageiros e as burricadas, fossem as dos almocreves com os seus produtos ou as dos peixeiros com a riqueza que do mar provia.

Neste contexto, embora em registo anterior, data de 1872 o projeto para uma linha de caminho-de-ferro¹⁴⁶, inicialmente a ligar Palmela a *Cezimbra*, mas depois alterada por novo projeto que a ligava a Cacilhas, a qual chegou a ser concessionada a 22 de abril de 1874, mas que nova alteração levou à sua não execução. Na década derradeira do século foram apresentadas novas propostas para esta linha ferroviária, complementar à estrada de Cacilhas para *Cezimbra*, quando em 1892 se projeta ligação ao Seixal, através da Arrentela e Azeitão, ideia alterada em 1894 para ligação direta que, volvidos dois anos, retoma a versão inicial, até que em 1897 se projeta envolver Palmela.

¹⁴⁵ Rodrigues, 2003: 201.

¹⁴⁶ Bernardo, 1941: 260-261.

Os municípios de Seixal e *Cezimbra* apoiaram novo estudo para a ligação entre as duas povoações, o qual apresentado ao Parlamento em maio de 1898 com o pedido para a sua exploração, se quedou pelo insucesso, a que se sucedeu proposta pela comissão técnica da rede a sul do Tejo para novo traçado, entre Cacilhas, Azeitão e *Cezimbra*, a qual também não singrou.

As limitações que afligiam a vila, sobretudo para as carreiras de peixeiros, levou a Câmara Municipal a avançar com ação própria, pelo que, a 8 de junho de 1896, é elaborado o «Projecto e orçamento para a construção de uma praça para estacionamento de vehiculos» destinada à “abertura de uma praça destinada a recolher em local proprio o grande numero de vehiculos occupados no transporte do pescado os quaes fora do periodo do serviço se acham actualmente espalhados pelas ruas e largos, pejando-os”¹⁴⁷. Foi escolhido um local próximo da estrada real, na entrada da vila, com uma área capaz de acomodar 100 carroças e assegurar a serventia das carreiras. A arrematação das tarefas de trabalho ocorreu em junho de 1898, e o auto de receção provisória dos trabalhos data de 6 de novembro, ao que a obra envolveu também uma componente de “pavimento da praça para estacionamento de vehiculos na villa de Cezimbra”, a qual foi concessionada a 13 de maio de 1899 para piso *macadam* e calçada à portuguesa, quando a 15 de julho desse ano foi concluída a empreitada.

À época, o espaço económico marítimo era fundamental para a organização socioeconómica da vila, pois a inexistência de uma estrutura portuária moderna circunscrevia o desenvolvimento local, pelo que em 1896, a Câmara Municipal argumentou junto do Governo quanto à precisão de um porto de abrigo, onde as embarcações se pudessem refugiar aquando dos temporais.

No dia 30 de abril foi ordenado um estudo para a nova construção, a cargo do coronel Adolfo Ferreira de Loureiro, e suportado pela Câmara e pela classe piscatória local¹⁴⁸, em que se projetou um molhe a nascente, entre o cabo de Aires e o pontal da Varanda, paralelo a um alinhamento de pedra que, no imaginário local, resultava de “um molhe que em tempos remotos aí existiu e que se afundou [e] que em baixa-mar e águas claras, se v[ia]m] perfeitamente uns argolões para amarrações”, mas que necessitava de trabalhos de limpeza, pois alguma pedra vinda das penedias depositara-se no leito

¹⁴⁷ AMS|FCMS/L/B/09/Cx_03.

¹⁴⁸ O qual seria posteriormente publicado em 1909 na obra «*Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*», no volume IV dedicado aos portos de Sesimbra a Vila Real de Santo António.

marinho¹⁴⁹. O projeto antevia um molhe de 55 metros sobre enrocamento natural, o qual, poderia ser continuado para proteção dos quadrantes sul e sudeste, para o que mereceu a aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, pese embora existissem algumas limitações técnicas sobre a capacidade de resistência do paredão, o que suscitou modificações que obviaram a sua execução.

A realidade marítima de *Cezimbra* era efetiva charneira da sua identidade, e foi sobre esta que em 1897, o Capitão-tenente da Marinha António Baldaque da Silva, se deslocou para um relatório sobre a sua comunidade, importante trabalho que nos permite conhecer o quotidiano em que aí se viva no final do século XIX¹⁵⁰.

A vila apresentava então várias atividades, de fábricas de conservas e de produção de guano a oficinas de serralharia, cordoaria e estaleiros de construção de barcos, estabelecimentos comerciais como padarias e mercearias, oficinas de ferradorias e cocheiras de aluguer de trens, hospedarias e estalagens, farmácias, barbearias, lojas de fazendas, sapatarias e alfaiatarias, num total de 162 estabelecimentos com perto de 3000 trabalhadores e profissionais laborais, dos quais, cerca de dois terços pertenciam à classe marítima. Esta expressão era evidente nas próprias associações de classes profissionais, instaladas a Associação dos Operários Marítimos, a Associação de Operários de Offícios Vários e a comissão instaladora da Associação dos Logistas.

A Administração do Concelho estava sedeada, a par da Câmara Municipal, no paço do Concelho frente ao largo do Pelourinho, e a Delegação Marítima e Posto Aduaneiro na fortaleza da *Praia*. Na área da educação, além da escola elementar do Conde de Ferreira para rapazes, frente ao campo da Mizericórdia, existiam aulas complementares de ensino para raparigas numa escola perto da Matriz e a outra junto ao hospital da Mizericórdia, a par das aulas lecionadas por cinco professores particulares e das aulas do prior da freguesia na sacristia, universo letivo que instruíra perto de 220 raparigas e de 60 rapazes, no qual, era preponderante a presença de filhos de marítimos.

Apesar de apenas existirem dois grupos recreativos, o Gremio Litterario Cezimbrense e o Gremio de Impressão Musical, a atividade cultural era florescente com espetáculos musicais e teatrais, o que também se refletia no apoio social, a Associação de Socorros Mútuos Marítimos e Terrestres de Sesimbra, que assegurava médico e consultas, em espaço próprio ou na residência dos associados, o hospital da Mizericórdia, contíguo à igreja dessa instituição num edifício de dois andares e

¹⁴⁹ Henrique Souto, João Aldeia, Luís Martins *in* Martins (org.), 2013: 37.

¹⁵⁰ Martins (org.), 2013; intitulado «*A indústria da pesca em Cezimbra*».

estabelecido com o apoio financeiro dos concessionários das armações piscatórias, a que acrescia ainda a associação de socorros mútuos Montepio Artístico Cezimbrense.

Na mesma época, em 1896 estavam matriculadas no porto de Sesimbra 210 embarcações para a pesca do alto e das armações, 38 botes e 39 canoas, 42 *canoas da picada* e 135 barcos diversos, as quais registavam perto de 2300 homens não só da vila e da zona rural envolvente, mas também de outras origens, do Algarve a Aveiro, e registavam-se por ano, cerca de 2000 viagens de transporte de peixe para Lisboa¹⁵¹.

Esta foi a era das armações à valenciana nas piscosas águas de *Cezimbra*, nas quais laboravam, em 1849, sete armações, a Baleeira, a Burgau e a Varanda, a Cavalo, a Torre Altinha, a S. Pedro e a Risco, algumas delas descendentes das primitivas armações dos séculos XVI-XVII, para no final do século ser assumida a ascensão da nova oligarquia de proprietários e industriais da pesca¹⁵². Das concessões atribuídas, identificam-se na década de 1870 a Remexida, a Moeda e a Agulha, a S. Penedo, Baleeira Nova e a Cavalo, na década seguinte a Risco, a S. Penedo e a Cova, a Torre Velha, a Torre, a Burgau e a Bolará, a Forninho e a Moeda, a Agulha, a Baleeira Nova e a Baleeira, a Baixas e a retomada Forninho, a Val de Covo, a Borralha, a Varanda e a Ilhéu das Gaivotas, a Cabo de Ares, e na década final de 1890, a Covada e a Cozinhadoiro, às quais se associavam potentados de génese externa como a Sociedade de Piscarias Lisbonense, e novos capitais de origem local como Alípio Loureiro, a Sociedade Frade & Rumina, a Sociedade Caldeira & Filhos ou a Viúva Roquete & Filhos¹⁵³.

Esta prosperidade foi transposta na afirmação urbana de novéis edifícios que, em si, representavam expressão material de um novo fausto social, tratava-se de residências familiares de género apalaçado, propriedade da nova elite que detinha o controlo das artes das armações de pesca e que tinha uma grande proximidade de interesse com os monopólios instalados das fábricas conserveiras. Os novos edifícios riscavam a afirmação arquitetónica bem para além dos modelos há muito padronizados na vila, construídos sob influências neoclássicas e também neogóticas, são marcados pela sua frontalidade e imposição ao espaço urbano, compostos por dois a três pisos, profusamente revestidos de painéis azulejares e por adornadas decorações em ferro, seja em janelas e varandins seja em pináculos de telhados.

¹⁵¹ Monteiro, 2001: 60.

¹⁵² Monteiro, 2001: 59, 60. São identificadas ainda outras armações, duas em Leixões, quatro na Nazaré, quatro em Cascais, duas em Setúbal e três a operar na Arrábida.

¹⁵³ Guerra, 2006: 69-71.

Assomada pela riqueza piscícola das costas da Arrábida, em 1890 inicia-se o ciclo da indústria de conservas em Sesimbra, originalmente, subsidiária das recém-instaladas fábricas de génese francesa estabelecidas na cidade de Setúbal, durante a década anterior, as quais emergentes em resultado da quebra de produção no mediterrâneo, o que levou investidores franceses a procurar nas costas portuguesas novas áreas de trabalho, atraídos pelas ricas áreas de pesca, sobretudo, de sardinha.

Foi implantado um precinto de pequenas unidades fabris, dependentes de corporações internacionais ou de pequenas empresas locais, das quais chegaram a existir catorze fábricas, associadas a destacados edifícios de perspetiva horizontal que ocupavam grandes áreas, o que as tornavam construções padronizadas, sem grande embelezamento mas que alteram a fisionomia do local, com desbaste de encostas e cobertura de ribeiros. Destacavam-se as fábricas Belavista, da firma Artur Duarte Borges (Filhos) Ld.^a, a Francesa e a Nacional de Conservas, da Societé Arsène Salpiquet Saupiquet, e a Lusitana, da Sociedade Lusitana de Comércio de Peixe, Ld.^a, associadas a monopólios nacionais e internacionais, pois os naturais da vila pouco investimento focaram neste negócio com algumas poucas exceções¹⁵⁴.

Em seu redor surgiram os primeiros bairros padronizados, utilizados pelo corpo profissional de funcionários associados à indústria, e que requeriam habitações com maior dignidade, face às exíguas condições existentes nas habitações tradicionais das famílias locais. Estes edifícios, tal como as fábricas, recorriam ao tijolo para a sua configuração, o que aligeirava o trabalho de construção, menos dispendioso e propício a levantar formas decorativas mais sóbrias, de profusa matriz industrial, standardizada e impessoal, porém, com apazíveis condições de vida, em que se destacavam as construções geminadas próximas das fábricas Francesa e Nacional de Conservas.

Outra das novidades do quotidiano prendia-se com a utilização do areal, por *gente* que não pescadores. A moda de *ir a banhos* afirmava-se com a crescente afluência de visitantes, os quais utilizavam a praia indistintamente da sua tradicional funcionalidade de ancoradouro e de venda do pescado. Ramalho Urtigão na obra «As praias de Portugal», editada em 1876, como um itinerário literário ilustrado para o banhista ao longo da costa atlântica, e das suas mais relevantes praias, porém não tece significativa importância a Sesimbra, a qual noticia como a piscosa *Cezimbra*¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Rodrigues, 2003: 45; Monteiro, 2001: 149-159.

¹⁵⁵ Ortigão, 1876: 72.

Não obstante, volvidas menos de duas décadas, noticiava-se na praia da vila a instalação de barracas de banho, o que levou a que no «Codigo de Posturas da Camara Municipal do Concelho de Cezimbra»¹⁵⁶, datado de 1893, surjam normas para a ocupação e utilização do areal, o que noticiam o contencioso de ocupação territorial da comunidade local face à utilização balnear, demarcada pela derrama de sobejos de peixe e outras imundícies e cerceada pelas embarcações e aprestos marítimos que dificultavam o acesso à praia.

A abordagem estendeu-se à utilização das ruas, largos e ruelas, às oficinas, recintos comerciais e habitações, agora partilhadas com os forasteiros, os quais, interessavam aos comerciantes locais e aos órgãos administrativos. O destaque suscitou a fratura dos interesses locais com sequela no uso do espaço, como se regulamenta no art. 55.º e parágrafo único, que limita a presença de embarcações nas ruas e rampas junto ao areal, só permitida variação em algumas áreas e aquando temporal.

Pese embora no final do século XIX o afluxo de banhistas não se equipare ao fluxo de veraneantes que, meio século depois marcará a vila, a resistência sobre a utilização da praia assomou uma nova esfera funcional e sociológica, marco do destino contemporâneo de Sesimbra. Este foi o momento social, no Portugal oitocentista, em que a elite burguesa e cidadina a conselho médico buscou a beira-mar para os saudáveis banhos terapêuticos e as longas caminhadas profiláticas para inalação dos ares marítimos, situações que suscitaram a consciência sobre as condições de saúde pública nas praias, então, votadas aos trabalhos marítimos com os seus desperdícios de aprestos e dejetos de pescado, perceção que depressa chegou também ao espaço urbano contíguo, quanto à higiene e salubridade de ruas e de habitações, em que os antigos modos de vida de comunidades clausuradas em si tinham que ser modificados.

Na transição final do século XIX, a vila de *Cezimbra* assume-se como um espaço de profundas dicotomias, onde se cruza um país progressista e um reino em profunda convulsão social, e em que uma das mais fatídicas limitações decorria da sua posição geográfica e das restrições de comunicação, que confinavam a vila face a centros urbanos vizinhos, então em pleno progresso industrial e social. Os difíceis acessos terrestres, nomeadamente quanto ao escoamento do pescado, pese embora a via oceânica e as jornadas das canoas da picada, abonassem o fluxo de saída rumo a outros mercados, e a sua proximidade geográfica com os dois grandes centros económicos de

¹⁵⁶ Joana Freitas in Martins (org.), 2013: 141.

Lisboa e de Setúbal, acabaram por condicionar o desenvolvimento da economia marítima de *Cezimbra* e dos seus limitados recursos piscatórios e industriais, com reflexos no tardio progresso da vila e da sua economia ao longo do século XX.

Intrinsecamente, ao porto marítimo associava-se uma indústria conserveira florescente, abastecida pela imensa frota de barcas da faina das *armações à valenciana*, sustentáculo económico provido pelas gentes locais mas, dependente de migrantes de outras regiões que afluíam pelas renovadas estradas criadas, reflexo também de um expansionismo urbano de matriz manufatureira, sustentado por uma elite social de burgueses dependentes das indústrias do mar. No reverso do espelho da piscosa *Cezimbra*, encontrava-se uma vila em que a sua comunidade dependia do mar para sobreviver, do qual, também não auferia grandes rendimentos financeiros, circunscrita a casas acanhadas paredes meias com as *lojas de companhas*, largos e ruas insalubres ocupadas pelo preparar da faina, em que a água provém de poços e a educação se fica pelo escalão básico, a outra face dessa mesma sociedade insipidamente progressista.

2.4. A contemporaneidade e a urbanidade

A vila de Sesimbra de inícios do século XX, procurava então vencer as limitações geográficas da concha do vale, ladeada pelo mar a sul e cercada pelo sopé dos cumes, onde se perfilavam moinhos de vento, de nascente para poente, coroados por entre arvoredos, propriedades de figueiras e de vinhas, herdades e hortas arrendadas para sementeira ou para habitações. A povoação era abastecida por almocreves que calcorreavam a estrada real n.º 79 até à praia, local onde se preparavam as carreiras que levavam o peixe ao Seixal, e daí para Lisboa, quando em 1901, foi requerida a concessão da linha ferroviária Barreiro a Seixal e Sesimbra, com extensão a Palmela ou Setúbal, mas que volvido um ano, com a alteração do programa, se limitou a projetar ligar Sesimbra a Seixal e Barreiro, a qual também acabou por não ter desenvolvimento.

À época, o mar era via de comunicação e de comércio ativa, pela qual se registava entre 1902 e 1906, embora já no declínio dos transportes marítimos, a aportagem anual no porto de perto de 140 navios, que descarregavam géneros vários e carregavam peixe¹⁵⁷. Pelo mar se marcava o quotidiano da vila, e por ele, se realizavam investimentos, tal como em janeiro de 1901 com a projeção de um novo varadouro para

¹⁵⁷ Monteiro, 2001: 54.

melhor acesso à praia e proteção das embarcações¹⁵⁸. Também por este se narra uma época de renovação demográfica, com gentes vindas dos campos próximos, ou de povos mais distantes como Ílhavo ou Murtosa, que para os períodos sazonais de trabalho nas armações acabavam por cá ficar e constituir novas famílias.

No entanto, a de 11 de junho de 1902 sobrevém funesto dia na história de Sesimbra com o incêndio da fábrica Nacional de Conservas, a maior estrutura industrial sediada no lado nascente, a qual ficou destruída e ameaçou residências e outros complexos conserveiros, o que motivou em junho desse ano, à constituição do corpo de bombeiros, a que se seguirá a construção da *estação de serviço de incêndios*, inaugurada em agosto de 1903 na entrada da vila junto da estrada real¹⁵⁹. Iniciou-se o dealbar de um novo ciclo, o qual marcou a urbe pela infraestruturação dos seus espaços como pela abundância económica e empreendimento social, o que não obstante, acabou por inevitavelmente trazer novas necessidades.

A vila regista então elevado volume de propostas para o espaço urbano, extensíveis de arruamentos a terreiros e largos, intercedida por uma ampliação regular que procurava precaver o crescimento desordenado suscitado pelas novas construções. Em fevereiro de 1906 projeta-se o novo cemitério no sítio do Calvário, o qual aproveita, a nascente da vila, as condições geológicas e a disposição privilegiada de ventos e de acessos, delineado num recinto ortogonal que, no entanto, nunca passou do esboço.

Em maio e setembro de 1905, surgem projetos para repavimentação da rua da Fortaleza e da novel rua Amélia Frade, em maio de 1906 do largo do Caldeira, em junho de 1907 da rua da Misericórdia e em março seguinte frente ao adro da igreja mesária. No final da década, desponta o projeto da rede de distribuição canalizada de água à vila, a qual então dependia dos poços e fontanários, intenção concretizada por empreitada formalizada em agosto de 1909¹⁶⁰, para a obra estar concluída em junho de 1910.

Neste alvor de contemporaneidade corria nas ruas o corrúpio diário da vida do mar, com a praia a acolher o desembarque e a venda do peixe e, além dos seus limites, estaleiros de carpinteiros e os calafates procuravam reparar todas as embarcações. Porém, a ausência de um porto de abrigo agravava a vida desta gente do mar, a qual testemunhou o desabrigo de 13 naufrágios de embarcações locais, entre 1902 e 1906¹⁶¹,

¹⁵⁸ AMS|FCMS/M/B/01/Cx_03.

¹⁵⁹ Marques, 2003b: 31-42.

¹⁶⁰ AMS|FCMS/L/B/11/Cx_02.

¹⁶¹ Joana Freitas in Martins (org.), 2013: 135.

e vários temporais ocorridos entre 1906 e 1911¹⁶² com nefastos efeitos nos ancoradouros e varadoiros.

A revolução de 5 de Outubro de 1910 e a implantação do novo regime, apesar dos sobressaltos que ocorreram pelo país, decorreu de forma serena em *Cezimbra*, o que contribuiu para que a 10 de Outubro toma-se posse o novo administrador do concelho e a comissão administrativa da Câmara Municipal. O recente executivo de convicção republicana era apoiante das classes mais pobres e oponente dos proprietários e armadores ligados ao anterior regime¹⁶³, porém, a desordem política nacional e as fações partidárias locais, vão propiciar o retorno dos dios políticos envolvidos nos partidos nascidos da cisão do movimento republicano.

Na vila, a República procurou compensar as necessidades vitais, pese embora a reduzida capacidade de financiamento suscitada pelo acordo de empréstimo que o Município, no dealbar da monarquia, assumira com as intervenções nos arruamentos e no plano de canalização de água. Pese embora os espartilhos financeiros, foi manifesta a preocupação pelo abastecimento de água, o que mereceu um conjunto de projetos elaborados entre janeiro e março de 1914, para um marco fontanário no Jardim Público, para um chafariz no largo da Fonte Nova, para um chafariz no largo do Município em substituição do pelourinho, e para um tanque com repuxo no Jardim¹⁶⁴.

Nesta época, as limitações no acesso terrestre mantinham-se, pese embora em 1912¹⁶⁵ as Câmaras Municipais de Setúbal, Seixal e Sesimbra apoiassem a criação do percurso ferroviário, o qual, acabou por não ter concretização. Destaque neste contexto para o projeto, emblemático e ambicioso numa fase de poucos recursos, que ditaram o seu insucesso, do Eng. José Abecassis de março de 1917 para a construção da avenida 1.º de Dezembro¹⁶⁶, quando a qualificação da teia urbana e o crescimento fabril periférico, conviviam com uma cércea natural de encostas, vales e ribeiras.

O projeto procurava solução para o acesso terrestre, ao valorizar a estrada nacional 79, antes desta alcançar a povoação, através de um novo percurso para poente até à angra do Cavalo, local do futuro porto de abrigo, e através do vale do ribeiro da Fonte Nova, com muitas propriedades a expropriar e um volume abissal de construção. Esta

¹⁶² Bernardo, 1941: 276.

¹⁶³ João Aldeia in AAVV, jun. 2010: 5.

¹⁶⁴ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_01.

¹⁶⁵ Bernardo, 1941: 261.

¹⁶⁶ AMS|FCMS/L/B/09/Cx_04.

proposta com visão de futuro, embora inviabilizada, influenciou as intervenções de expansão da vila para ocidente e para norte, as quais, seguiram este primevo eixo.

A afirmação política do novo regime foi um processo que atravessou a I República, na qual, uma das frentes de afirmação foi trilhada no estrangeiro, no enlevo da I Grande Guerra, desígnio político que em Sesimbra contou com o recenseamento para o contingente militar e, com a retoma da sua posição estratégica no cenário bélico do Atlântico. A inicial neutralidade lusa não ocultou a sua aproximação aos aliados, como regista o caso do contratorpedeiro *NRP Liz*, construído no final de 1914 para ser cedido, por Itália à Inglaterra, porém foi entregue a Portugal que, a 31 de maio de 1915, o cedeu à *Royal Navy*, na baía de *Cezimbra*, rebatizado como *HMS Arno*¹⁶⁷. Também nesta época, embora em diferente contexto, regista-se o naufrágio da antiga fragata couraçada espanhola *Numância*, que a 17 de dezembro de 1916, então em fim de serviço como navio de carga, que após violenta tempestade foi acometido pela ondulação rumo à baía, onde viria a encalhar, perto do areal¹⁶⁸.

A declaração de guerra alemã a Portugal em 1916, ressaltou a tradicional missão de fronteira atlântica de *Cezimbra*, natural ancoradouro para as embarcações numa costa de rotas sob permanente perigo. Exemplo desta realidade regista-se em 1918, com o término da escolta marítima à nova esquadrilha de submarinos portugueses adquiridos em Itália, composta por três submarinos e dois barcos de escolta que, após perigosas etapas no Mediterrâneo e no Atlântico, a 10 de fevereiro, alcançam a baía da piscosa¹⁶⁹. Mais tarde, em Outubro desse ano, registo de um hidroavião da marinha portuguesa que em patrulha nesta mesma costa, alertado pela presença de um submarino alemão, divisa o submarino português *NRP Hidra* em missão de proteção aos navios mercantes e de caça aos *U-boat* germânicos¹⁷⁰.

Com o fim do conflito, o momento era de reencontro numa Europa devastada, uma realidade não sentida em *Cezimbra* mas que a urbe acolheu com novos projetos de intervenção urbana, logo em agosto de 1920 com o anteprojetado para construção, na fortaleza de Santiago, de um quartel para a Guarda Nacional Republicana¹⁷¹, a que se seguiu em fevereiro de 1922 o projeto para alteração do largo *do Tanque* e abertura de uma avenida no vale do ribeiro da Mizericórdia para norte, com um novo largo e rua de

¹⁶⁷ Pinto, set./out. 2006: 19-21.

¹⁶⁸ Caleja, mar. 2005: 45-50.

¹⁶⁹ Pinto, 2008: 31-32, 129-130, 215, 319.

¹⁷⁰ Tadeu, 1984: 109.

¹⁷¹ AMS|FCMS/L/B/04/Cx_01.

ligação à estrada nacional. Em março seguinte surge a definição da variante do projeto com a cobertura do ribeiro para esse arruamento e, em momento coevo, o projeto de ampliação do largo junto à Fortaleza, com a construção de muro de suporte e trabalhos de terraplanagem para uma rampa de varar as embarcações e retretes públicas.

A crescente necessidade de equipamentos de apoio aos novos utilizadores da vila, veraneantes e banhistas, levou em 1923 a novo projeto para retretes, junto do poço da Vila¹⁷² perto da praia, para em 1929 ser inaugurada, no terreiro da corporação de bombeiros, a nova casa-esqueleto para a formação¹⁷³.

Por esta época retomou o Município a precisão de um molhe para proteção das embarcações, quando em maio de 1920 é elaborado o projeto para em setembro se iniciarem os trabalhos, os quais cerceados por alterações como pelo temporal então ocorrido, que levou à suspensão dos trabalhos e à reformulação do projeto, para que em janeiro de 1922 fossem os trabalhos retomados, até que novo temporal forçou igual atraso¹⁷⁴. A ausência do porto de abrigo era remediada com varadoiros e rampas para o areal, em 1924 projeta-se novo varadoiro a nascente¹⁷⁵, quando em 1927 e 1928, os temporais danificaram o molhe que em 1933 estava totalmente arruinado.

Também em terra o prelúdio do caminho-de-ferro foi reatado, em 1920 com a concessão da via Cacilhas a Santana com ligação a Azeitão e Setúbal, a *linha de Sesimbra*, mas que ao não descer à vila, levou ao seu abandono em detrimento da opção *Cezimbra* a Cacilhas e Setúbal, adjudicada em 1923 mas sem início dos trabalhos¹⁷⁶. No ano seguinte, a concessão foi transferida para a Companhia do Caminho de Ferro Tejo-Oceano-Sado, SARL, a qual iniciou a obra mas, perante dificuldades técnicas, em finais de 1926 teve que renegociar o contrato até que em 1927, perante novas dificuldades técnicas e discordâncias na administração, acabou por encerrar o projeto.

Em 1910 o país estava restringido pela ausência de infraestruturas, de estradas e redes de saneamento de esgoto a abastecimento de água, realidade evidenciada no IV Congresso Internacional de Turismo, realizado em Lisboa em maio de 1911¹⁷⁷, evento que impulsionou no país o potencial desta atividade. Sesimbra, na quarta edição do «Manual do Viajante em Portugal» de 1913, surge referida com discreto interesse, “villa

¹⁷² AMS|FCMS/L/B/01/Cx_05.

¹⁷³ Marques, 2003b: 49.

¹⁷⁴ Bernardo, 1941: 278.

¹⁷⁵ AMS|FCMS/M/B/01/Cx_03.

¹⁷⁶ Bernardo, 1941: 263.

¹⁷⁷ Clara & Neto, 2013: 30.

situada n'uma baixa á beira-mar, cercada de alcantiladas serras, com uma fortaleza junto á praia e um castello”¹⁷⁸. Porém, no final da década são constituídas Comissões de Iniciativa e Turismo com o objetivo de promover o interesse de visita, realidade que, após a mudança de regime político, levou em 1929 à criação do Conselho Nacional de Turismo, o qual em agosto define a região da Arrábida, a agrupar Setúbal a Palmela e Sesimbra como estância turística, a que se segue em 1937 o estabelecimento em Sesimbra da sua própria Comissão Municipal de Turismo¹⁷⁹.

O início da década de 1930 marcou na vila novo ensejo de desenvolvimento, com a ocupação de espaços a norte e a ocidente, quando a estrutura urbana alcança a periferia apoiada na utilização de novas soluções construtivas, como o betão armado, momento em que o Município apresenta, em 1933, projeto para melhorar a rede de esgotos. Uma das áreas de intervenção prioritária na vila ocorria então no campo da Misericórdia com a cobertura do ribeiro epónimo, trabalhos executados pela Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, cofinanciados pelo Comissariado do Desemprego¹⁸⁰.

Outra das áreas de intervenção ocorreu na frente marginal atlântica, com a ligação da vila à angra da ponta do Cavalo, datado o projeto de 1930 para prolongar o muro fronteiro ao areal face à tardia construção do Porto de Abrigo, obra promovida pela Câmara e concluída em 1934¹⁸¹. Ainda nesse enquadramento surge o projeto para conclusão da Esplanada Atlântico, iniciada em 1930 mas que carecia de suporte e acesso à praia¹⁸², a que se seguiu em 1935 o passadiço para peões entre duas pequenas praias poentes, resposta à afirmação turística.

Perante a insistência da comunidade e das entidades administrativas do concelho, transmitidos por petição apresentada em 1935 ao Ministério das Finanças, e em 1938 ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, *Sesimbra* encontra-se no plano de obras portuárias de 1937 com um molhe no pontal da Varanda, porém, as limitações do país no deflagrar da II Grande Guerra, tornaram de novo inviável esse investimento. Não obstante, o ambicionado progresso firmou-se no final da década com a contratualização da distribuição de energia elétrica pela Sociedade de Eletrificação Urbana e Rural SARL, que em outubro de 1937 inicia o abastecimento de energia à vila¹⁸³.

¹⁷⁸ Costa, 1913: 110.

¹⁷⁹ AMS|FCMS/T/D/02/Cx_01.

¹⁸⁰ AMS|FCMS/L/B/11/Cx_03.

¹⁸¹ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_02.

¹⁸² AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.

¹⁸³ Rodrigues, 2003: 143.

O progresso foi avocado em 1934 pelo Ministério das Obras Públicas, através do Decreto-lei n.º 24:802 e da lei dos Planos Gerais de Urbanização¹⁸⁴, a qual delineou princípios de gestão urbanística que vinculavam os municípios a planos gerais para as suas sedes, ao que em *Sesimbra*, o seu valor cumulado como sede de município e estância balnear de referência turística, motivou a pertinência no reordenamento do recinto urbano, sua estrutura edificada e morfologia funcional de vocação marítima.

Em julho de 1938 o Município apresenta as intenções de urbanização para a vila, as quais norteariam a elaboração de futuros projetos, em que o plano de urbanização, considerava uma via de comunicação central de norte para sul, uma via a marginar a praia e outra de acesso à encosta do Castelo, a par da regularização de largos e ruas¹⁸⁵. Nesta proposta, são reportados alguns estudos já desenvolvidos, como o projeto para a avenida Boa Esperança, a construção da estrada para o porto de abrigo, a estrada através do vale do ribeiro da Fonte Nova, ou a alteração do largo dos Valentines.

Perante as diretrizes legais providas por despacho ministerial, e face às diretivas do plano de urbanização, a Câmara contrata em dezembro de 1938, o Arqt. Paulo Cunha para elaborar o «Plano de Urbanização da Vila»¹⁸⁶. O plano previa a expansão da vila para poente, até ao futuro porto de abrigo, enquanto na vila o tradicional agregado descontínuo, dava lugar a uma nova disposição ortogonal, mais funcional às aspirações turísticas e racional na vivência urbana, ao conciliar a densidade populacional com as infraestruturas formalizada nos edifícios públicos e nos recintos funcionais de apoio social, educação, comerciais e industriais, sob princípios de salvaguarda de valores estéticos, de higiene, segurança e conforto¹⁸⁷.

Nas intenções do arquiteto e nos desígnios do Município, projetava-se uma grande avenida marginal à praia, cruzada pela nova alameda ao longo do vale da ribeira da Misericórdia, com o desafronto do centro da vila pela demolição de construções e arruamentos, e a urbanização do vale com espaços públicos e áreas para automóveis, limitadas a norte por uma rotunda de circulação em arco exterior. A teia de arruamentos e quarteirões era mantida, exceto na nova avenida Boa Esperança, embora fossem regularizadas ruas e largos ou estruturado o acesso a edifícios e recintos públicos. Apesar das ambiciosas diretivas do plano de urbanização de Sesimbra, as limitações financeiras e técnicas do Município cingiram-no à fase de estudo geral, embora tenham

¹⁸⁴ Decreto-lei n.º 24:802, de 21 de dezembro de 1934, Diário do Governo, I Série, n.º 299.

¹⁸⁵ AMS|FCMS/L/B/11/Cx_03.

¹⁸⁶ AMS|FCMS/L/B/11/Cx_03.

¹⁸⁷ AMS|FCMS/L/A/01/Cx_01.

sido aprofundados assuntos específicos, como a frente atlântica ou o vale da ribeira da Misericórdia, o qual teve ténue sequência com a apresentação, em 1943, do projeto da nova avenida num eixo de sul para norte¹⁸⁸.

Mais tarde, em dezembro de 1945, o plano de urbanização toma novo rumo com a contratação do Arqt. Carlos Negrão para aprofundar as principais áreas de intervenção. No «Plano geral de urbanização de Sesimbra», torna-se evidente maior análise dos fatores geográficos, económicos e sociais que influem no aglomerado, inclusive, no âmbito regional face ao desenvolvimento das indústrias, dos transportes e do turismo, com reflexos na densidade populacional e sua distribuição espacial.

No plano geral definiam-se os principais eixos de acesso, ao manter-se a costumada estrada nacional mas ao crescer nova estrada a nascente, num anel exterior de circulação que serpenteava o vale, destacado o eixo marginal paralelo ao mar e via de comunicação para os arruamentos internos, a que acrescia, a tradicional utilização da rua Cândido dos Reis, a nova avenida que atravessava o vale da ribeira da Misericórdia, expressão de um traçado de *duplo T* de circulação urbana. Mantinha-se o traçado projecto, embora com a avenida ao longo da ribeira da Misericórdia, houvesse que rasgar ruas e demolir habitações, a que acrescia nova urbanização no topo norte e alguns prédios na frente marginal, intercalados com espaços verdes e áreas de lazer, e no extremo poente com outra urbanização de novas residências panorâmicas.

Este estudo tinha pertinência formal, pois o Decreto-Lei n.º 24:802 que instituíra os planos gerais de urbanização, em 1944 fora revogado pelo Decreto-Lei n.º 33:291¹⁸⁹, que criou o conceito de *plano geral de urbanização* e expansão, e consagrou a figura do plano parcial de urbanização, para dois anos volvidos, o Decreto-Lei n.º 35:931¹⁹⁰ requerer a elaboração de estudos prévios, os anteplos, o que limitou a autonomia decisória municipal e imputou mais custos às Câmaras.

Na sociologia do espaço urbano, o dia 15 de Fevereiro de 1941 marca, nos anais contemporâneos de *Sesimbra*, um dos seus mais fatídicos dias, quando um vendaval devastou toda a frente marítima da vila. O evento, para sempre marcado na memória da comunidade local como o *Ciclone*, com a sua tempestuosa ondulação e fortes ventos acometeu sobre largos e edifícios, devastou arruamentos inteiros e engoliu a vida a três

¹⁸⁸ AMS|FCMS/L/B/09/Cx_05.

¹⁸⁹ Decreto-Lei n.º 33:291, de 5 de setembro de 1944.

¹⁹⁰ Decreto-Lei n.º 35:931, de 4 de novembro de 1946.

pescadores¹⁹¹. A destroçada frente atlântica compeliu à elaboração de novos projetos para a sua recuperação, urgente na reposição das funcionalidades do quotidiano da “indústria da pesca”, a única riqueza laboral da vila, com as propostas do Eng. Fernando Mourão e do Eng. Rogério Ferreira¹⁹².

À época, a vila apresentava uma população residente de 7086 habitantes, com ascendente populacional da freguesia de Santiago, atrativa pela economia marítima de um dos mais importantes portos de pesca do país, que acolhia perto de 2500 profissionais, dos quais, no ano de 1935 estavam matriculados 2165 pescadores¹⁹³. Das atividades associadas, menção à indústria das conservas em azeite de sardinha e carapau, porém com reduzido peso económico pela menor capacidade produtiva dependente da sazonalidade da faina, e à produção de gelo, com a primeira fábrica a surgir em 1926, que com o abastecimento elétrico foi ampliada com câmaras de congelação e de conservação, à produção de corda e cordame, atividade em expansão desde o início do século, embora em fabriquetas periféricas e à base de trabalho manual.

Desde a década de 1920 que se registam melhorias nas acessibilidades a Sesimbra, quando em 1926 a estrada nacional no troço de ligação ao Fogueteiro recebe trabalhos de reparação, que se prolongam em 1929 na vila com a adaptação da sua principal rua à circulação rodoviária. As empresas familiares de transporte de pessoas e mercadorias transformaram-se em empresas rodoviárias, para em 1927 ser atribuída a primeira concessão de transporte de passageiros no percurso *Sesimbra-Cacilhas*, a qual será na década seguinte extensível às outras povoações de génese rural do concelho. O terminal ficava junto à igreja Matriz, no largo das *Camionetas*, até à sua posterior mudança para junto do Jardim Público, num momento em que o grande fluxo de turistas e visitantes levou, na década de 1940, ao início do aluguer de automóveis para passageiros¹⁹⁴.

Quanto ao comércio, a diversidade de negócios assegurava a existência da comunidade através de lojas de tecidos e retrosarias, sapateiros e costureiras, casas de venda de louças e de vidros, drogarias e farmácia, mercearias para bens alimentares e tabernas para vinho e refeições, porém tratava-se de pequenos estabelecimentos e de lojas de diminutas dimensões, quase sempre familiares, dependentes do fornecimento exterior e localizadas no rés-do-chão de residências. A estas somava-se a *praça de rua*, diariamente abastecida por gente das aldeias rurais, que vendiam em caixas de madeira,

¹⁹¹ Marques, 2003b: 65.

¹⁹² AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.

¹⁹³ Bernardo, 1941: 195, 224.

¹⁹⁴ Rodrigues, 2003: 201, 205, 213.

hortícolas e frutas, em alcofas de verga, galináceos e coelhos, em sacas o pão caseiro e em cestas os ovos e os queijos.

Em momento coevo, *Sesimbra* elevava-se no patamar turístico, resultado firmado após o restauro do Castelo movido pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1934 e 1944 que, além de promover a recuperação do monumento milenar, deram-no a conhecer como *ex-libris* da história pátria.

Na vila surgiram equipamentos vocacionadas para a cultura, caso do Salão Recreio Popular na década de 1920 como sala para projeção de filmes e apresentação de peças teatrais¹⁹⁵, a que acrescem estabelecimentos mais vocacionados para visitantes, como cafés e cervejarias. Pela ação da Comissão Municipal de Turismo, a póvoa passou a integrar os circuitos nacionais de visitação, incluída em 1942 na campanha de divulgação das praias portuguesas ou em 1948 no roteiro para turistas franceses em visita à Península de Setúbal¹⁹⁶, com realce para a sua relação com o mar, praia balnear e vila pitoresca, com a criação do primevo parque de campismo em 1944, a que se seguirá em 1951 proposta da Federação Portuguesa de Campismo para a sua expansão, e em 1955 obras de melhoria apoiadas pela Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra.

No contexto social, o sistema corporativo estatal de apoio aos pescadores levou em 1937 à criação da Casa dos Pescadores, instituída pela Junta da Casa dos Pescadores, organização dedicada aos cuidados de previdência aos marítimos, apoio à educação dos seus filhos e sustento social das suas famílias. Em Sesimbra, a sua primeira grande ação ocorre com o *Ciclone* de 1941, quando apoiou a recuperação da frota através da construção de novas embarcações e de linhas de empréstimos.

A póvoa não tinha mudado muito desde a visita de Raul Brandão em 1923, com endémicos problemas de salubridade e sobejas constrições na habitação, como registado em 1941, “tôda a gente sabe que os pescadores não estão servidos das condições higiénicas que podiam ter; contam-se às centenas as casas humildes que mal dão para duas pessoas e onde se alojam três e quatro famílias, quando não são mais”¹⁹⁷. Se a elaboração de um plano de urbanização pretendia sanar a realidade de ruas recônditas e ruelas encobertas, foi porém a Casa dos Pescadores de Sesimbra que lançou as bases para a mudança que ocorreu nas décadas seguintes, logo no rescaldo do *Ciclone*, e com

¹⁹⁵ Rodrigues, 2003: 237.

¹⁹⁶ Joana Freitas *in* Martins (org.), 2013: 138.

¹⁹⁷ Bernardo, 1941: 217.

o envolvimento do Município, na construção de um bairro para as classes marítimas mais pobres em terrenos municipais no lugar do Calvário.

O processo foi iniciado em 1942, embora só impulsionado em 1947 com o projeto para construção do bairro e continuado, no ano seguinte, com o projeto de urbanização¹⁹⁸. Os trabalhos para “construção dum bairro de casas para pescadores” foram então comparticipados pelo Fundo de Desemprego e evoluem ao longo de 1950, seguidos pelas obras de urbanização que se prolongam por 1951¹⁹⁹.

Sezimbra beneficiou do investimento estatal também na vertente marítima, com a construção da nova estrutura portuária junto à ponta do Cavalo, trabalhos que decorreram entre 1947 e 1949, e que permitiram ampliar a área útil de ancoragem para embarcações maiores, e tornaram mais segura entrada no Atlântico. Em paralelo aumentou a frota de embarcações motorizadas e assistiu-se à transição das artes tradicionais para novas formas de pesca, caso das armações à valenciana de redes fixas, que foram superadas pelas *traineiras* de redes de cerco que percorriam a costa.

Efetivamente, a década de 1950 marca momento charneira no crescimento urbano da vila, impelido pela vertente eminentemente societária da construção de bairros para a comunidade piscatória, a que se associam medidas estruturais como a cobertura do ribeiro *da Misericórdia*, a continuação da avenida da Boa Esperança e urbanização do vale, ou com as obras no interior do porto de abrigo. Todas estas intervenções não passaram despercebidas aos órgãos de comunicação social nacional, como registam em agosto de 1951, os jornais «O Século» e o «Diário Popular»²⁰⁰, que deram particular destaque à construção do novo bairro social no lado poente da vila.

A primeira fase de construção do “bairro de casas de habitação para as classes pobres a poente da vila”, decorreu entre 1951 e 1952, sucedido pela obra de urbanização realizada por administração direta municipal, de 1952 a 1953²⁰¹, ambas comparticipadas pelo Comissariado do Desemprego. Seguiu-se nos anos seguintes a empreitada para a segunda e terceira fase de construção do “bairro de casas de habitação para as classes pobres a poente da vila”, entre 1955 e 1956, sucedidas pelas obras de urbanização de 1955 e de 1960, que também contaram com a comparticipação do Comissariado e Fundo de Desemprego²⁰². Particular menção nesta terceira fase à elaboração de um

¹⁹⁸ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_03.

¹⁹⁹ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_05.

²⁰⁰ Respetivamente nas edições de 26 e de 28 de agosto de 1951.

²⁰¹ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_06.

²⁰² AMS|FCMS/L/B/07/Cx_07; AMS|FCMS/L/B/07/Cx_06.

estudo para estabelecimentos comerciais no próprio bairro, do “lugar de hortaliça, fruta, criação e flores”, à “barbearia”, “café” e “casa de pasto”, “peixaria”, “depósito de pão” e “vinhos”, à “capelista e roupa feita” e “sapataria”, “mercearia” e “talho”, “retroseiro”, “drogaria e artigos de pesca”²⁰³, mas que porém não chegaram a ser realizados.

Os benefícios desta habitação social não passaram despercebidas, como o comprova a referência no documentário «Acção Social ao Pescador» realizado em 1958²⁰⁴, resenha da “obra assistencial à gente do mar” promovida pelo almirante Henrique Tenreiro, em que se anunciava para Sesimbra a ampliação do bairro dos pescadores e a construção de um centro de assistência e de cuidados de saúde, pois data de 1957 o projeto para 72 fogos integrados no plano de obras da Junta Central das Casas dos Pescadores²⁰⁵, impulso na aproximação da comunidade piscatória à instituição corporativa sob veros laços de apego ideológico. Acresce por fim referir que em momento contemporâneo, entre 1952 e 1955, ocorre a construção de blocos de habitação social dinamizados pelos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, também numa área de terreno doado pelo Município²⁰⁶.

O surto construtivo assumiu assim novos contornos onde, a coberto da construção social, iniciou-se uma vaga urbanística que converteu áreas periféricas em espaços de quotidiano, e onde a localização dos novos bairros para “pessoas humildes”, “casas para pescadores” ou habitações para “as classes pobres”, suscitava provocante leitura de afastamento da comunidade do centro urbano, o qual, durante séculos fora a sua residência, agora, apetecível ao interesse imobiliário e à utilização turística.

Porém, a abordagem não se deve ficar por aqui, pois em termos documentais, os bairros sociais cresceram onde a geografia o permitiu, caso do vale da ribeira da Fonte Nova e do planalto para poente, alinhado com o novo porto de abrigo, ou, onde a disponibilidade de terrenos municipais o propiciava, como a nascente.

Como efeito, mais que apartar as franjas desvalidas de pescadores do centro da vila, cabimento limitado e cobiçado pelo turismo, a vila assistiu ao revigorar dessas famílias que, mantiveram as *lojas de companhia* nos tradicionais largos e ruas como identidade viva, mas que lograram com os novos bairros, expandir a vila não só na componente urbana vale acima, mas também social, em residências com melhores condições de habitabilidade e onde o sentimento de vizinhança persistia. Com os anos, contribuíram

²⁰³ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_05; AMS|FCMS/L/B/05/Cx_02

²⁰⁴ 8000230-VHS.1/1.

²⁰⁵ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_03.

²⁰⁶ Marques, 2003: 87-89.

para a coesão local com positiva manifestação nas décadas de 1970 e 1980, aquando do crescimento económico da pesca, sustentado no trabalho das novas gerações de marítimos criados nesses bairros.

A década de 1950 principiou nova fase de evolução de Sesimbra, logo nas emergentes atividades comerciais como lojas de modistas e costureiras a cafés e cervejarias, que atraíam os visitantes e turistas não só na época balnear, mas cada vez mais ao longo de outras épocas do ano. O quinzenário cinematográfico de informação «Imagens de Portugal» apresenta em diversas reportagens a nova faceta turística, de provas desportivas náuticas a sessões de promoção, conduzidas pelas autoridades locais, junto da comunicação social em visitas a locais de interesse incluídos na “zona de turismo da Arrábida”²⁰⁷.

O aluguer de casas por famílias locais a veraneantes nacionais passou a ser fonte de equilíbrio do orçamento familiar, não obstante, o crescente número de visitantes estrangeiros, sobretudo do norte europeu, motivou a construção de modernas unidades hoteleiras, como a Pensão Espadarte em 1956, a Pensão Náutico em 1959 e o Hotel do Mar, inaugurado em 1963 e ampliado em 1966, reflexo de igual importância que, na fortaleza de Santiago, em 1959 passa a acolher um projeto para “colónia balnear infantil da Guarda Fiscal”²⁰⁸.

Data de 1952 projeto para uma nova avenida, como previsto no *Plano de Urbanização*²⁰⁹, a qual pretendia resolver o problema da comunicação à vila, ao retirar do seu centro e zona comercial o trânsito automóvel que se acumulava, através da nova alameda por sobre a ribeira da vila, o que requeria três fases de trabalho, de construção desde o troço existente até à estrada nacional, de demolição de edifícios na ligação à marginal atlântica, e de construção de serventias e de novos equipamentos desportivos.

Em 1956 surge outra proposta para intervenção na esplanada Atlântico, na frente marítima, com a edificação de novos edifícios e áreas funcionais, desde uma estação de camionagem, cinema e teatro, sociedades de recreio e lojas, habitações familiares e um edifício para o Clube Naval²¹⁰, a que acresce, volvido um ano, o projeto para a segunda fase da avenida norte, o qual previa desalojar proprietários e inquilinos num processo que implicaria indemnizações na ordem de 1.470.538\$00²¹¹.

²⁰⁷ ANIM|8000249-VHS.1/1; ANIM|8000284-VHS.1/1; ANIM|8000116-VHS.1/1.

²⁰⁸ AMS|FCMS/L/B/05/Cx_02.

²⁰⁹ AMS|FCMS/L/B/09/Cx_06.

²¹⁰ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.

²¹¹ AMS|FCMS/L/B/09/Cx_06.

Toda esta ambiência motivou à revisão do plano de urbanização em 1955, agora projetado pelos Arqt.^{os} Carlos Negrão e Pedro de Vasconcelos, que reorganizaram o espaço urbano mercê a sua atratividade turística, com singulares condições de amenidade climatérica e exposição solar, calma das marés e panorâmicas únicas, numa orla com condições exclusivas para a prática de atividades de lazer ligadas ao mar. Esta percepção implicou, na perspetiva da equipe projetista, a remodelação da frente marítima com novos equipamentos como hotéis e áreas residenciais, um clube náutico, esplanadas e restaurantes propícios ao empreendedorismo privado, pelo queurgia, na malha urbana, abrir vias de norte a sul para rápido acesso ao mar, afastar o *velho casario* das áreas de interesse turístico e deslocar a atividade piscatória para o porto de abrigo, libertar a vila e o areal para a urbe turística.

Nascia o «Anteplano de Sesimbra - Esbocete do Anteplano de Urbanização», apresentado ao Conselho Superior de Obras Públicas que, em parecer de 1956 ressaltava a relevância turística da vila, “as suas casas encavalitadas umas nas outras, as suas ruas estreitas que, junto ao mar, se transformam, muitas vezes, em varadouro ou em grandes armazéns-oficinas, formam um conjunto inédito, cheio de cor, bastante interessante, que não foge da retina fotográfica do turista encantado”²¹². O parecer, ao invés do proposto no Anteplano, propunha a manutenção do modo de ser e da identidade do lugar, com ações mínimas nos equipamentos como hotéis, pensões e restaurantes, e revisão dos novos edifícios projetados para a marginal atlântica, atavios de modernidade que deturpava a velha póvoa na sua relação com o mar, pelo que, “o plano deve ajustar-se a Sesimbra e não Sesimbra ao plano”²¹³.

O estudo, em si, também não reuniu o consenso do executivo municipal, que repudiou o apartar das áreas tradicionais da faina piscatória perante as zonas de usufruto turístico. Ao invés, propunha-se enquadrar turistas e banhistas na praia nascente e manter os pescadores a poente, separados pela Fortaleza, solução que suscitava dúvidas sobre a função da praia e levou à intervenção do Ministério das Obras Públicas, o qual proferiu despacho, no sentido de localizar as áreas da pesca a poente da Fortaleza e o porto de abrigo, para a avenida marginal a nascente ficar no uso turístico.

Tal decisão reformulou o Anteplano de Sesimbra, aprovado na reunião de Câmara de 26 de janeiro de 1959²¹⁴, onde se aceitava a permanência das artes de pesca mais

²¹² Joana Freitas in Martins (org.), 2013: 145.

²¹³ Joana Freitas in Martins (org.), 2013: 145.

²¹⁴ AMS|FCMS/M/A/06/Cx_01.

tradicionais no areal poente, mas previa a deslocação das atividades piscatórias para o porto de abrigo, e com ele, a construção de novos fogos de habitação social para as famílias dos pescadores. Para nascente propunham-se equipamentos de apoio ao turismo, hotéis e residências, restaurantes, cafés e uma piscina, com as edificações em altura construídas nos limites de modo a manter a coesão tradicional da vila.

A transição da década de 1960 evidenciou a intenção de estruturar a vila sob um novo modelo de implicação ortogonal, mais axial para nascente e para ponte, complementado no eixo de circulação a norte em duas faixas distintas, a mais tradicional na cumeeira da vila e a mais recente na base do vale, a revista planimetria do *duplo T* que marca a atual geometria urbana. Neste contexto surge em 1960 o projeto de urbanização da avenida Salazar²¹⁵, reflexo da crescente especulação imobiliária que volvidos dois anos, acolhe revisão negativa do Ministério das Obras Públicas que aprecia a construção de prédios elevados como inadequada. Porém, algumas das obras já estavam consumadas, pelo que foram aceites, então sob a ressalva de que, “ficará como padrão dum edificio perfeitamente errado quanto aos interesses de Sezimbra e que de forma alguma poderá repetir-se”²¹⁶, decisão que influenciou as novas propostas.

Este advento de contemporaneidade passa do espaço urbano para a sociedade e para a economia local, propício a alterar gradualmente a vivência da comunidade, numa década em que as armações valencianas estavam em declínio e, em que as embarcações motorizadas da pesca do anzol progrediam no alto mar. Quanto às atividades industriais, a produção conserveira alcançou o seu ocaso, realidade coeva à cordoaria que, sem novos mercados, seguiu o declínio das artes tradicionais e foi superada pela nova indústria do fio sintético de polietileno, enquanto a construção naval, de pequenos estaleiros e modestas oficinas que operavam técnicas arcaicas de construção, mantinha trabalho na conservação das embarcações em madeira de menores dimensões.

A imperfeição de infraestruturas de apoio à atividade piscatória levou a Direcção dos Serviços Marítimos, em 1958, a apresentar um programa de equipamentos para o porto de abrigo, com recinto de preparação e venda do pescado, fábrica de gelo com câmaras frigoríficas, rampa para varar embarcações e áreas de reparação naval.

Quanto ao plano de urbanização, são iniciados os trabalhos de racionalização do núcleo urbano, com a extensão da avenida a atravessar a vila do mar, para norte, à custa da demolição de vários edifícios, alteração de arruamentos e transmutação de áreas

²¹⁵ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_04.

²¹⁶ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_04.

típicas, edifícios centenários e ruelas vetustas. Em paralelo, surgem novos projetos de ascenso urbano, logo em 1962 para construção de um balneário na praia nascente²¹⁷, em 1966 para novo depósito de água no bairro dos pescadores, essencial para o abastecimento à vila²¹⁸, em 1969 com a construção do novo quartel para o corpo de bombeiros²¹⁹. Neste mesmo período são projetadas obras nos Paços do Concelho²²⁰, e por proposta da Junta Distrital de Setúbal, é apresentado o anteprojeto para o mercado municipal num terreno a nascente na avenida Salazar, o qual contudo colheu parecer negativo da Comissão Municipal de Higiene que em 1971 sugere a sua construção no espaço da antiga fábrica conserveira Francesa²²¹.

O ascendente do turismo enlevou áreas tradicionalmente ligadas à pesca, não só no areal e praia de banhos, como no próprio porto de abrigo, caso do plano de reconversão de 1958 onde surge uma zona para as atividades de desporto náutico. Acresce em paralelo, o interesse local pelos turistas, menção ao envolvimento de pescadores nas saídas para o mar durante as provas de pesca desportiva, o *big game fishing* a espadartes e tubarões, até à procura dos veraneantes por estaleiros navais para reparação de embarcações de lazer, ou na crescente prática do mergulho e da caça submarina, influenciada pelo acolhimento ao campeonato mundial de 1958²²².

A abertura da vila ao turismo aumenta com a inauguração da ponte Salazar, em agosto de 1966, ligação das duas margens do Tejo numa via rodoviária que ultrapassa as limitações geográficas e suscita ensejos de desenvolvimento para a região sul, cativa de ondas de turistas estrangeiros e de visitantes nacionais em busca do lazer balnear. Já em 1964, o quinzenário «Imagens de Portugal» noticiava a visita do ministro das Obras Públicas à *região dos três castelos*, presente nas obras das pousadas de S. Filipe em Setúbal e do Castelo em Palmela, e que em *Sezimbra*, anunciou dois novos hotéis e uma piscina, como também, e noutro momento, no âmbito da programação institucional «Abril em Portugal», as atividades da «Festa do Mar», realizadas na vila com a avenida marginal repleta de carros e a praia cheia de pescadores e visitantes²²³.

A avenida marginal tornou-se o *ex-libris* local, espaço de partilha onde a pesca e o turismo se cruzavam na exiguidade urbana, e onde se realça o crescimento urbanita,

²¹⁷ AMS|FCMS/L/B/05/Cx_02.

²¹⁸ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_03.

²¹⁹ Marques, 2003: 91.

²²⁰ AMS|FCMS/L/B/01/Cx_04.

²²¹ AMS|FCMS/L/B/01/Cx_07.

²²² Sanctis, 1958.

²²³ ANIM|8000320-VHS.1/1; ANIM|8000317-VHS.1/1.

social e económico da vila. Para essa artéria, projeta-se em 1962 a construção de um novo prédio, a nascente da fortaleza de Santiago, uma edificação de três pisos com forte presença numa zona outrora tradicional, mas que perdia a sua tipicidade²²⁴. Sucede volvidos dois anos, novo projeto para continuação da avenida atlântica sob nova perspetiva urbanística, seguido em 1966, de proposta para construção de um centro turístico na marginal nascente, novel equipamento balnear “urbano-turístico”²²⁵.

Sesimbra, como pitoresca estância de veraneio, acompanha a evolução da sociedade portuguesa, expressa na aquisição do usufruto de tempo profissional para lazer, as férias, onde famílias durante semanas procuram a vila para veraneio. Não obstante, ainda subsistiam preocupações básicas a suprir, quando em maio de 1972 ocorrem obras de urbanização no novo conjunto de fogos sociais do bairro da Misericórdia, então construído junto ao bairro dos Pescadores²²⁶, e em fevereiro desse ano, a Câmara inicia o processo para construção de uma nova escola do ciclo preparatório, a qual entrará em funcionamento em outubro de 1973²²⁷.

Após a revolução de Abril, a vila era, no espaço do concelho, a zona mais desenvolvida, o que direcionou os esforços do novo executivo da Comissão Administrativa de 1974 a 1976 como das posteriores vereações eleitas, a privilegiar intervenções na vasta freguesia do Castelo. Este território denunciava necessidades de ordenamento urbanístico face à construção clandestina e de reconversão de áreas de loteamento ilegal, de consolidar as infraestruturas básicas como vias de circulação rodoviária, extensão da rede de abastecimento de água e ampliação da rede elétrica.

Não obstante, a vila continuava a evidenciar lacunas que urgia sanar, da saída de esgotos a céu aberto na praia à remodelação da rede de saneamento, da construção e equipamento no mercado municipal a modernos projetos de habitação social. Um estudo realizado em 1978 pelos Arqt.^{os} Vasco Croft, José Fonseca e Nuno Bartolo²²⁸, regista que a vila já não dependia inteiramente da pesca, caracterizada então como centro de turismo proeminente na área metropolitana de Lisboa. Aí, a fundação de novas moradias de segunda habitação, a construção de blocos de edifícios com vários andares, a afetação de áreas de expansão na tradicional teia urbana, indiciava falta de planeamento, e principalmente, o imediatismo da intervenção em resposta ao sucesso da

²²⁴ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_04.

²²⁵ AMS|FCMS/L/B/10/Cx_06.

²²⁶ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_01.

²²⁷ AMS|FCMS/L/B/05/Cx_04.

²²⁸ Joana Freitas *in* Martins (org.), 2013: 146.

estância balnear, a qual acolhia investimentos imobiliários como, ainda em inícios da década de 1970, o empreendimento Falésia, no extremo nascente sobre a baía.

Em 1980 é elaborado o «Plano Geral do Porto de Sesimbra» para modernização das infraestruturas portuárias, com estaleiros de construção naval e unidades de refrigeração, lota coberta e posto de combustível, rampa de variação de embarcações e construção de novo quebra-mar exterior, momento coevo ao dealbar de uma década de desenvolvimento económico com base na pesca. Pautava-se o sucesso na pesca do alto ao peixe-espada, capturado no *banco* de Gorringe e em Marrocos, e nas capturas pelas traineiras de sardinha, que atraíram firmas de comércio do pescado, incluindo espanholas com compradores locais, que refloresceram a capacidade financeira local.

Assistiu-se a uma renovada época de crescimento urbano, embora sujeito à pressão imobiliária suscitada pela nova riqueza da pesca e capitalizada na atividade turística, quando famílias de pescadores investem em estabelecimentos comerciais e se assinala o crescimento demográfico, pese embora, a vila decresça face ao concelho. Surgiram então distintas atividades comerciais, de cafés a bares e restaurantes, lojas de roupa e sapatarias, talhos e mercearias, a que se associaram áreas de serviços como empresas de contabilidade, escritórios de advocacia, fotógrafos e *ateliers* de arquitetura.

Na componente sociocultural, assiste-se à difusão do movimento associativo, perpetuadas antigas associações com o nascimento de novéis que conferiam vitalidade, a que se somaram políticas municipais vocacionadas para a cultura, uma das principais áreas de afirmação do poder local com *abril de 1974*. Numa época em que a atenção do Município incidia na infraestruturização do concelho com redes de águas e de esgoto, abastecimento elétrico e estradas, inicia-se a aproximação ao movimento associativo e a promoção das tradições etnográficas, com a recuperação de eventos costumados como os santos populares e o apoio a novas atividades como o desfile carnavalesco, associada à promoção da arte pública no lugar urbano, através do mecenato municipal.

Todo este crescimento teve reflexo no volume de utilizadores da vila, a braços com constrangimentos na acessibilidade e circulação que, pese embora a mudança da estrutura urbana ocorrida nas décadas mais recentes, ainda preservava traços vinculados da primeva póvoa marítima. A expansão ocorreu nos limites da periferia, a norte e a poente além da igreja Matriz até aos lugares de Val'Paraíso, Alto de São João e Palames, e a nascente além do lugar do Calvário, subida à serra modelada por pequenas vivendas e condomínios que cercavam o ancestral limite periférico da vila. A urbanidade que singrou no concelho nas décadas de 1970 e 1980, com particular

incidência na vila epónima, levou à imposição de um Plano Diretor Municipal²²⁹, desenvolvido entre 1988 e 1991, e revisto uma década depois. Na unidade operativa que corresponde à concha de Sesimbra, e entorno territorial da vila, o plano passou a definir distintas classes de espaços que tipificam a sua especificidade.

Em primeiro plano, a classe de espaço urbano e urbanizável, com vertentes residenciais, de equipamentos e turísticas, que em termos residenciais conciliava as edificações existentes que podiam ser restauradas, mas não demolidas, com as novas construções limitadas à escala topográfica, garantia da visibilidade para o mar e de valorização do espaço público. Nos equipamentos, previam-se áreas para campo de futebol, polidesportivo e piscina, recinto escolar, espaço verde urbano com percursos pedonais e zona de estacionamento.

Para os espaços turísticos, propiciava-se a afetação de um previsto empreendimento turístico, porém, novos empreendimentos ficavam condicionados à criação de espaços verdes. A classe associada ao espaço portuário, previa o alargamento do circuito pedonal ao porto e a construção de recinto para apoio à atividade piscatória, a que se sucedia nos espaços turísticos o parque municipal de campismo junto do forte de São Teodósio e a afetação de nova área para empreendimentos.

Na classe de espaços de transição, eram definidas as possibilidades construtivas face ao novo ordenamento. Na classe de espaços naturais, a possibilidade construtiva era nula, à exceção de pequenas áreas de apoio e manutenção de edifícios. Por fim, na classe de espaços de equipamento, previa-se a ampliação de áreas e construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Qualquer intervenção nesta complexa teia urbana requeria a elaboração de planos e estudos urbanístico, planos de urbanização e planos de pormenor, os quais, deveriam atender às medidas de ordenamento dos espaços, definidas como áreas estratégicas à frente marginal, ao perímetro urbano da ligação nascente-poente, à área urbana a norte e ao limite superior da avenida e vale central. Ainda no âmbito do «Plano Diretor Municipal Sesimbra», dedica-se um caderno de trabalho a projetos estratégicos a desenvolver²³⁰, dos quais 13 incidiam na concha de Sesimbra, em áreas como a

²²⁹ Publicado o “*Regulamento do Plano Diretor Municipal de Sesimbra*” pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/98, in *Diário da República*, I Série-B, n.º 27, 2 de fevereiro de 1998, o qual alvo de posteriores alterações sendo que para o caso em estudo, se regista a Declaração n.º 271/2001 (2.ª Série), in *Diário da República*, II Série, n.º 211, 11 de setembro de 2001 e a Declaração n.º 23/2004 (2.ª Série), in *Diário da República*, II Série, n.º 31, 6 de fevereiro de 2004.

²³⁰ Plano Diretor Municipal Sesimbra, Caderno V – Projectos Estratégicos.

acessibilidades e circulação rodoviária, infraestruturas de saneamento, intervenção portuária e em praia, urbanização, habitação social e património cultural²³¹.

A década de 1990 registou a afirmação hoteleira na vila, não tanto nos tradicionais hotéis e pensões, com o Hotel do Mar a perdurar e o Hotel Espadarte a encerrar, mas nas unidades de *apart-hotels* e de apartamentos de segunda habitação, que em novas construções ocupavam lugares vagos pela comunidade, de terrenos a antigos armazéns desocupados das armações e de lojas de companhia, demolidos para dar lugar às novas construções nas avenidas marítimas.

Este mesmo ritmo pauta a valorização da frente marginal, espaço de passeio e área privilegiada de restaurantes e bares, que para além da atividade diurna, acolhiam atividade noturna de fim-de-semana, de períodos de férias e de eventos como a passagem de ano ou o carnaval. Fora destes períodos, a vila oculta-se na sua comunidade idosa, realidade que pauta a ausência das gerações jovens que utilizam a urbe pelos seus serviços, espaços de divertimento e de cultura, mas que, tem a atividade profissional e familiar noutros locais.

Decorre deste contexto um contínuo abrandamento económico, desde logo na pesca mercê da redução das capturas em águas internacionais e do abate da frota, resultado das limitações políticas de pesca da CEE e da UE, embora o ascendente do turismo dissimula-se esta realidade, em que as antigas gerações de parcas qualificações têm dificuldade em achar soluções, enquanto as novas gerações com habilitações avançadas e ramificadas por diversas atividades laborais, acabam por ter a sua atuação profissional perto dos polos urbanos e periurbanos metropolitanos, motivo de novo fluxo de emigração de gente que trabalha fora do concelho, e que reside fora da vila.

A transição para o novo milénio marca a afirmação do ascendente turístico com reflexos económicos e sociais, ambientais, culturais e sobretudo urbanos, em que o antigo casario declarado como centro histórico, pese embora o pictórico virtuoso não evidenciar concretização, revê na póvoa uma génese marítima envolvida num cosmopolitismo de desarranjo urbano, em que antigas habitações e lugares são cerceados por novos edifícios e recintos que encobrem a tradicional teia.

O fenómeno torna-se expressivo na marginal atlântica, com bares e restaurantes a ocuparem edifícios e fachadas, esplanadas que enchem passeios num sistema confuso,

²³¹ Face ao avultado investimento, alguns projetos eram passíveis de candidatura ao cofinanciamento Comunitário através da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID-PS), a entidade gestora dos Quadros Comunitário de Apoio I e II para a Península de Setúbal, instituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/88, de 19 de fevereiro, *in* Diário da República, 1.ª Série, n.º 41.

onde a busca do tradicional, não é fator de identidade mas potencial risco económico. Avança a construção de novas unidades hoteleiras, a nascente com o Sesimbra Hotel & Spa (2006) de extraordinária panorâmica sobre o mar, e o Sana Sesimbra Hotel (2000) no lugar do antigo Espadarte mas com maior elevação, a poente, o Sesimbra Shell (2008-2010) que a crise financeira deixou num vazio inacabado, um paredão de betão e vidro que amuralha o anfiteatro sobre o mar.

A transição da primeira década do século XXI ficará historicamente marcada pela profunda crise financeira e económica com contornos que marcaram, não só a vila e o país, mas a própria sociedade europeia. No contexto local, o fator agudizado da crise é sentido no setor piscatório, já em declínio, como noutros setores arautos do progresso como a construção civil, a restauração ou a hotelaria, em que a especulação imobiliária e o desequilíbrio financeiro levaram ao corte abrupto nos investimentos urbanísticos. Quanto ao recinto urbano, no casco mais antigo e suscitado pelo Município, acolhe um momento de renovação, não com a demolição de quarteirões ou ampliação de residências mas, com medidas de reabilitação e de requalificação que ao manterem a ocupação espacial, promoveram a alteração do delineamento de ruas a largos e da traça de edifícios a fachadas, numa visão para novas funções quanto à missão urbana.

O movimento incentivou a requalificação do parque edificado particular, numa época em que a construção civil atravessa declínio económico, a reabilitação surge como campo de trabalho envolvente aos agentes locais por materializar intervenções que, ao invés de promoverem a demolição e a nova construção, embora houvesse situações em que tal sucedeu, promoveram a regeneração das preexistências, pese embora muitos dos investimentos com proveito imobiliário.

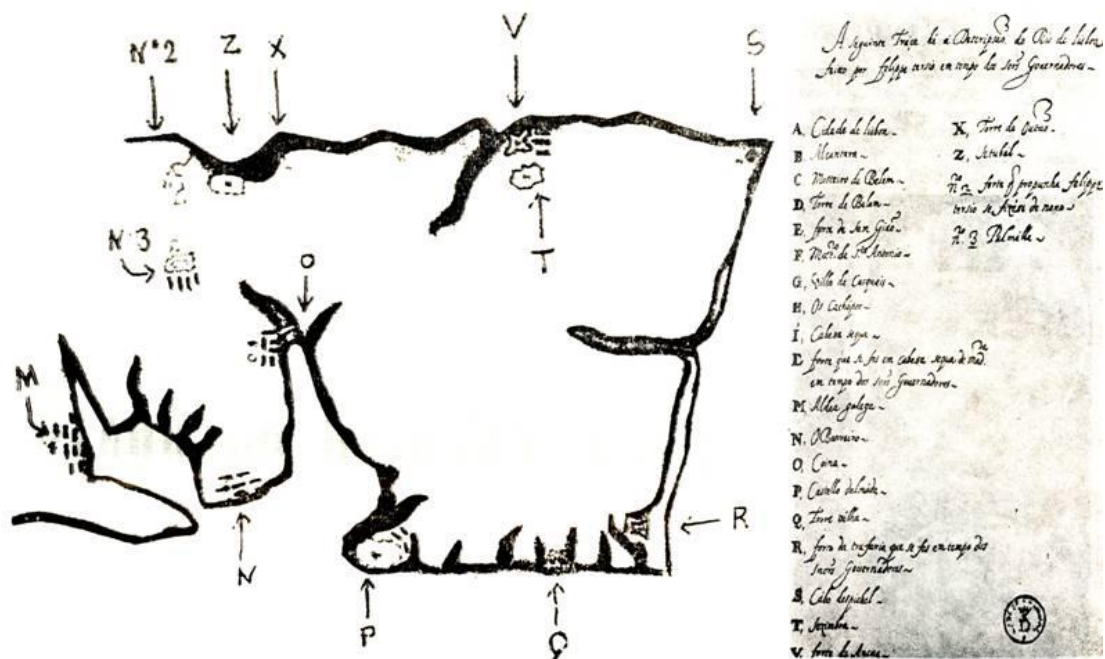
Este contexto acentua-se em 2006, quando o Município promoveu no âmbito do programa URBCOM, do III Quadro Comunitário de Apoio, a candidatura «Núcleo antigo da vila de Sesimbra. Reconversão urbanística – 1.^a Fase»²³², um programa de requalificação do núcleo central com obras em arruamentos, eliminação de barreiras arquitetónicas e promoção de percursos pedonais para revitalizar o espaço, numa perspetiva de urbanismo comercial mais próximo da comunidade. Volvidos dois anos e já no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, o Município formula a

²³² No âmbito do «Programa de Incentivos à Modernização da Economia» na Medida 2 do eixo 1, para incentivo ao urbanismo comercial dirigido à modernização dos setores de serviços, comércio e turismo e para revitalização do espaço urbano.

candidatura «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra»²³³, a qual promoveu um plano de intervenções em arruamentos, largos e edifícios históricos, a que se associaram ações imateriais de valorização da génese da póvoa e a qualificação das suas apetências turísticas, o qual se prolongou entre 2009 e 2014.

O núcleo urbano de Sesimbra, da primitiva póvoa à contemporânea vila, é um recinto de vivências que espelha distintas fases de evolução, algumas bem evidentes, mas outras submersas no cosmopolitismo, pelo que urge salvaguardar esse legado em contextos que possibilitem consolidar um singular percurso de quotidiano. Aqui, a memória assume-se como forma viva da sociedade, seus testemunhos materiais e hábitos imateriais, seus avanços e retrocessos até à atualidade, o que permite enquadrar a comunidade no perímetro edificado, clara exposição da base das relações de equilíbrio que se articularam ao longo da História.

²³³ No âmbito do Regulamento «Parcerias para a Regeneração Urbana» do Eixo 2 da “Sustentabilidade Territorial - Operações dos Planos de Ação em Zonas Ribeirinhas e Marítimas”, para promoção da sustentabilidade social e económica, cultural e ambiental em torno do espaço urbano.





Planta 2 – O primeiro debuxo de planta conhecido quanto ao núcleo urbano de Sesimbra. O debuxo de autor desconhecido, encontra-se datado para finais do século XVI (década de 1570), compilado no atlas de mapas elaborado por Diogo Machado. FBN | cart1079073.



Planta 3 – Perspetiva de localização da fortaleza de Santiago face à baía e à vila de Sesimbra. Debuxo elaborado por Nicolau de Langres em 1661, incorporado no seu compêndio de plantas das praças militares do reino. AHM | cod-7445_0081_38_t24-C-R0150.



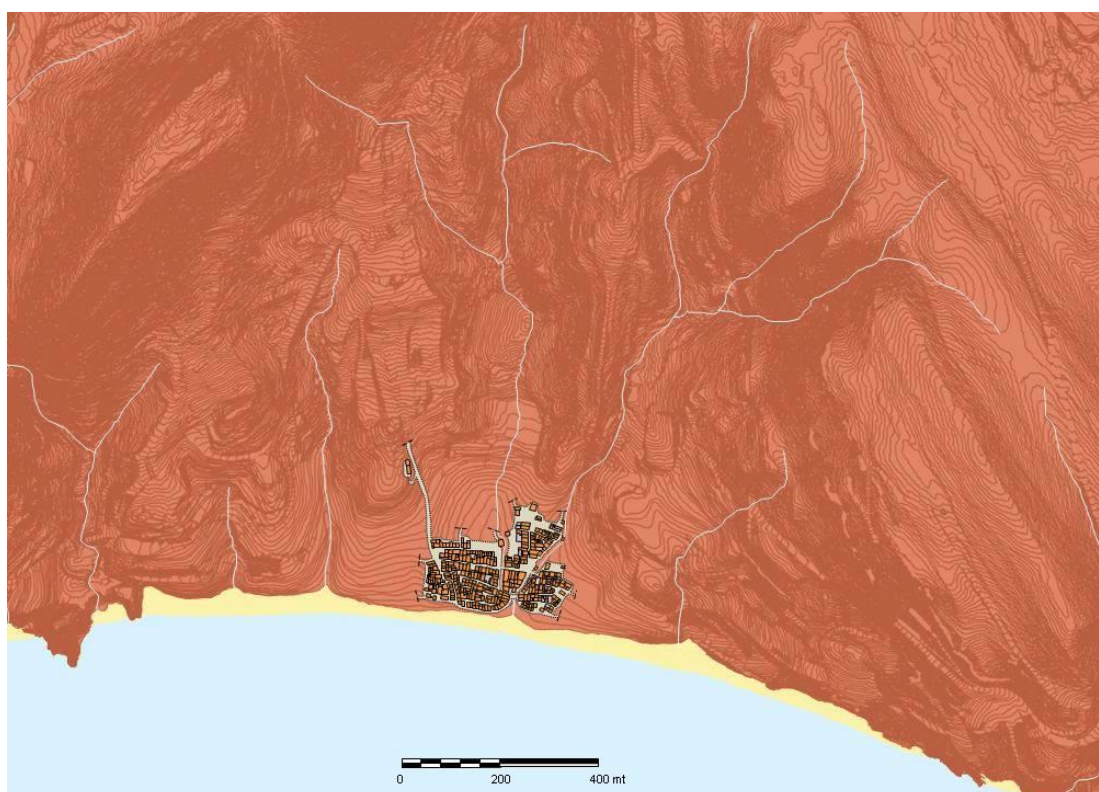
Plano 1 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XIV.

Legenda:

-Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



Plano 2 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XV.

Legenda:

-Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



Plano 3 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XVI.

Legenda:

- Troços de circulação
- Espaços abertos
- Edifícios cobertos



Plano 4 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XVII.

Legenda:

- Troços de circulação
- Espaços abertos
- Edifícios cobertos



Plano 5 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XVIII.

Legenda:

- Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



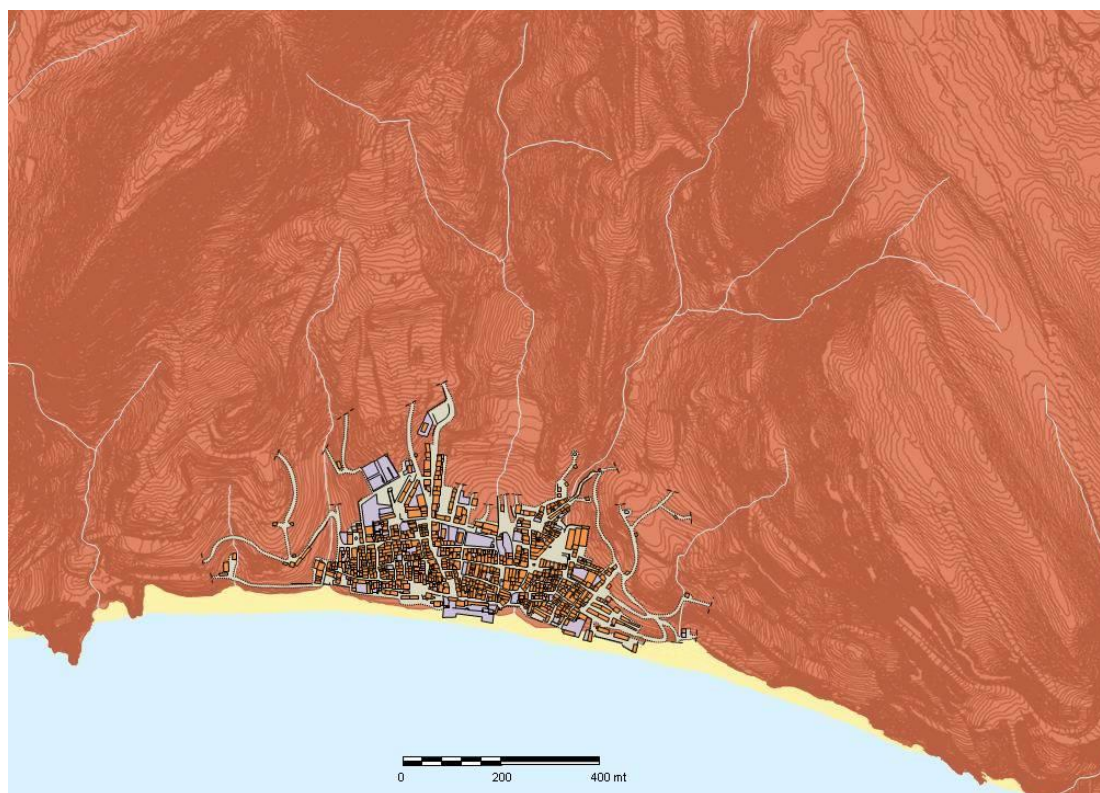
Plano 6 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XIX.

Legenda:

- Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



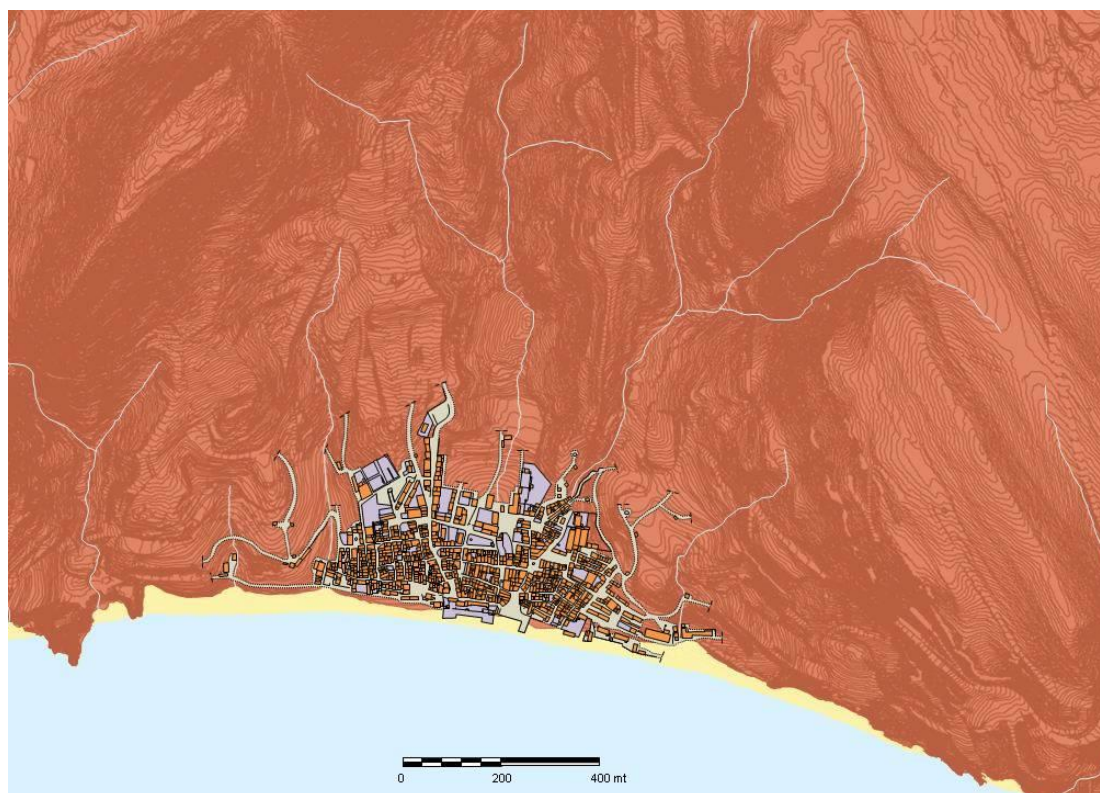
Plano 7 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1900.

Legenda:

- Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



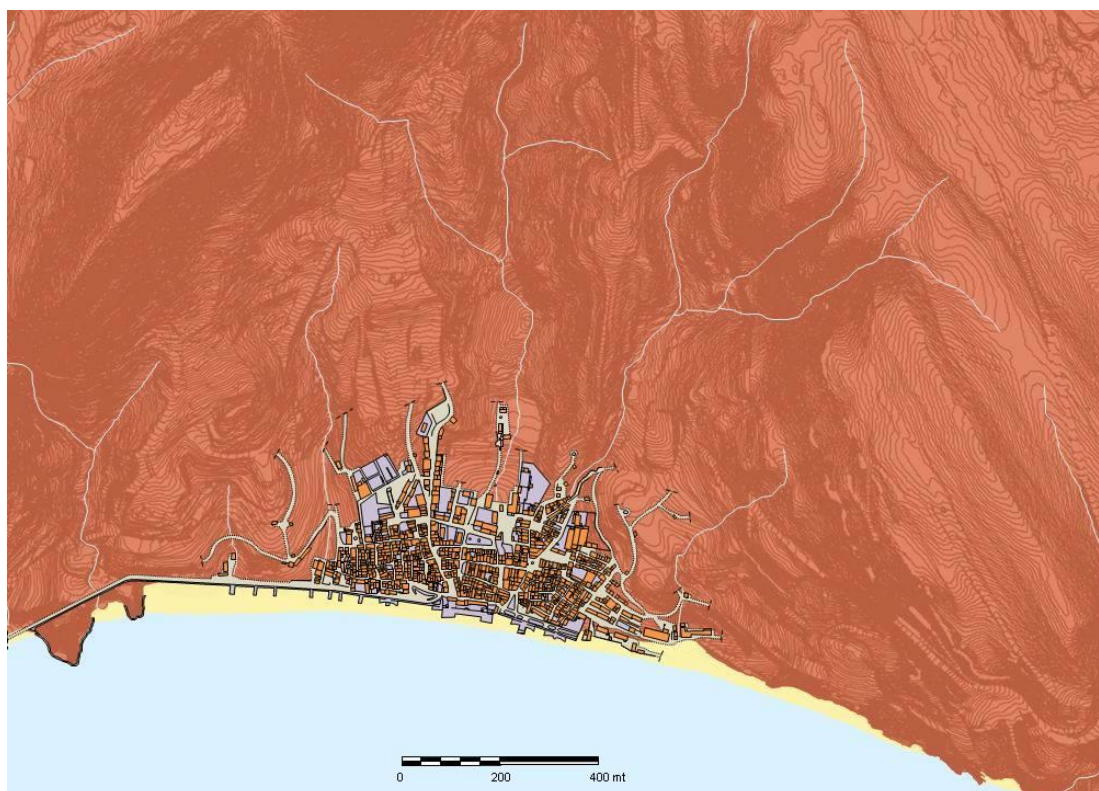
Plano 8 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1920.

Legenda:

- Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



Plano 9 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1940.

Legenda:

- Troços de circulação

- Espaços abertos

- Edifícios cobertos



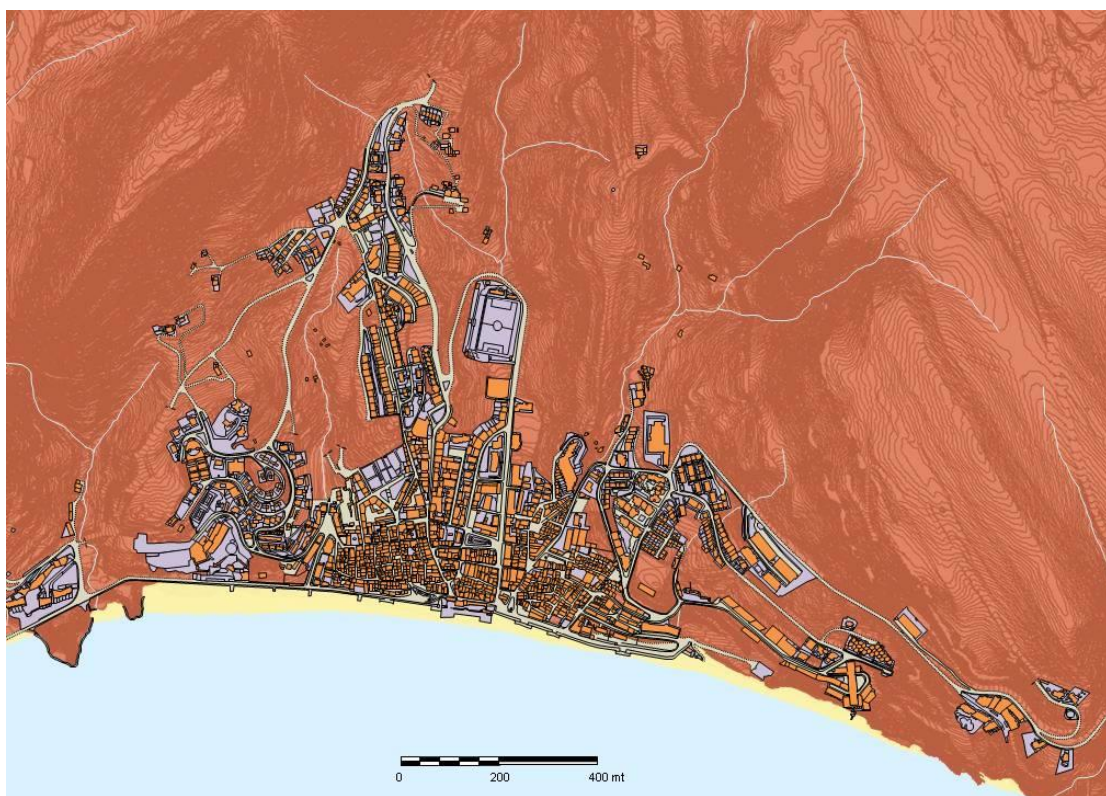
Plano 10 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1960.

Legenda:

- Troços de circulação

- Espaços abertos

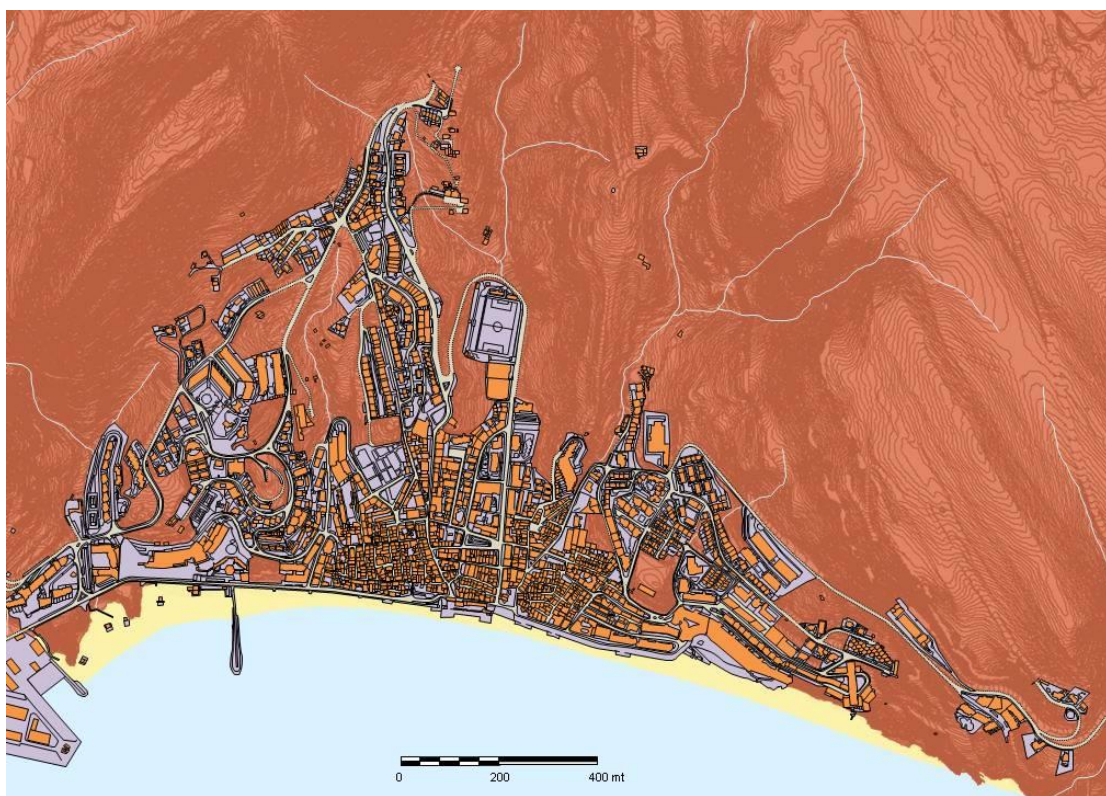
- Edifícios cobertos



Plano 11 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1980.

Legenda:

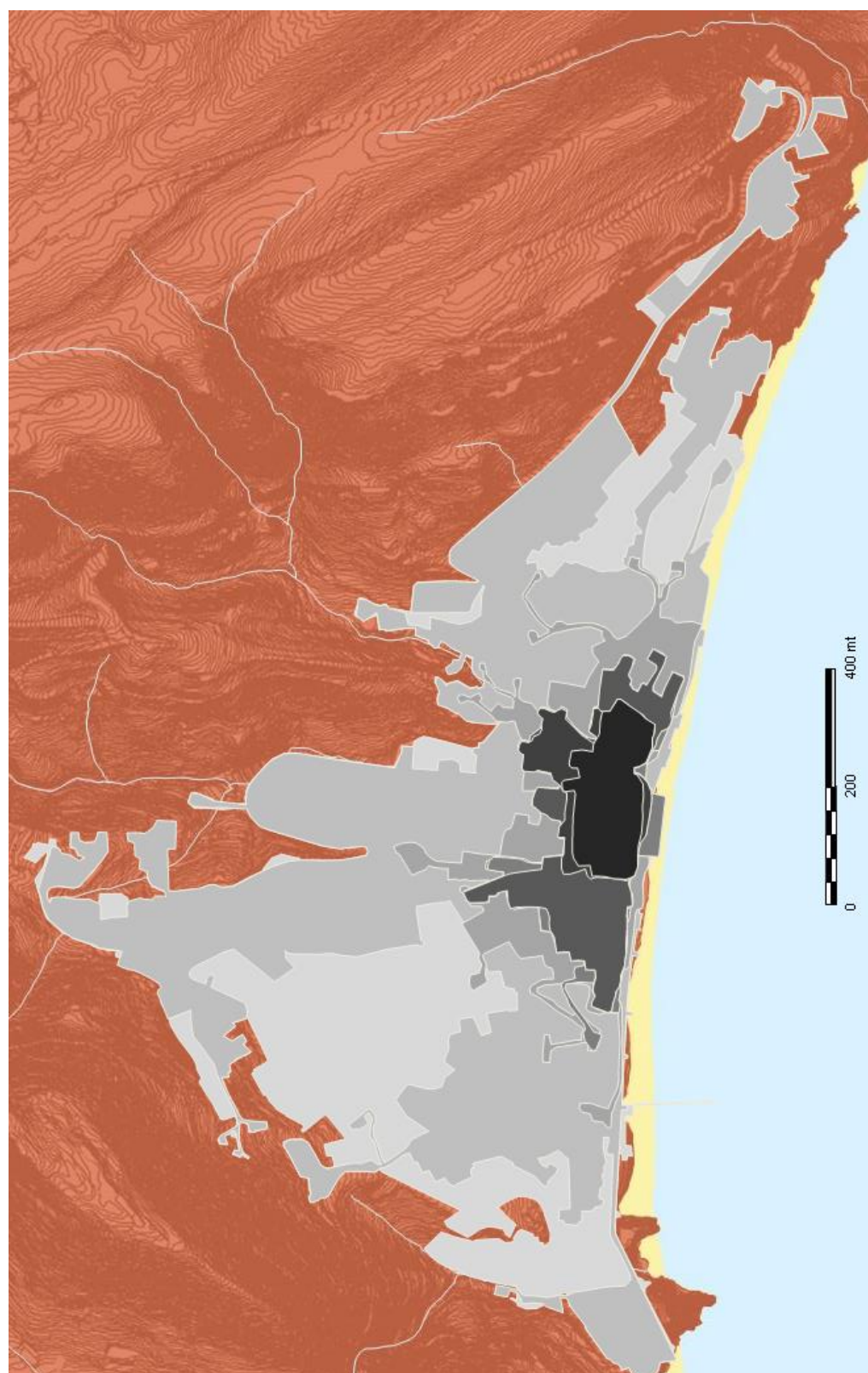
- Troços de circulação
 - Espaços abertos
 - Edifícios cobertos



Plano 12 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 2000.

Legenda:

- Troços de circulação
 - Espaços abertos
 - Edifícios cobertos



Legenda:

- Século XIV
- Século XV
- Século XVI
- Século XVII
- Século XVIII
- Século XIX
- Século XX
- Século XXI

Plano 13 – Perspetiva global da continuidade de evolução do espaço urbano da vila de Sesimbra, desde a sua génese até à atualidade. Elaborado com a sobreposição das diferentes propostas de planimetria.

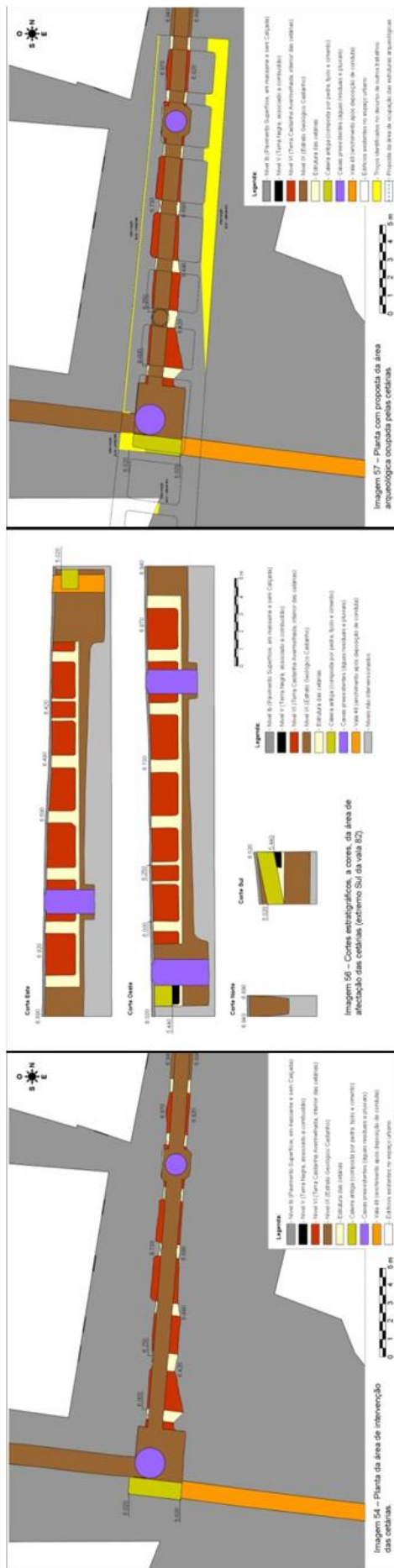


Ilustração 1 – Conjunto de plantas e de corte com registo arqueológico do núcleo de *cetárias* da época romana. Identificadas durante os trabalhos de requalificação urbana, no âmbito da operação cofinanciada pelo URBCOM entre 2007 e 2008, no limite sul da zona C. Ferreira, 2010a: 77, 79-80.





Foto 22 – A requalificação urbana de 2007-2008 identificou a génese militar da urbe de Sesimbra, desde logo com a muralha atlântica quinhentista. 2007.

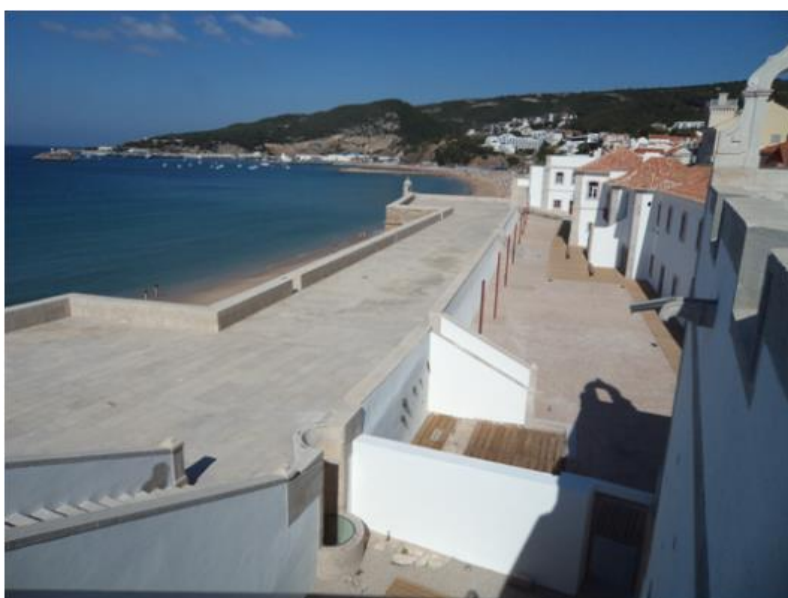


Foto 23 – Reforçou-se a proeminência da praça militar de Santiago no centro da baía, como elemento de influência na posterior construção urbana. 2014.



Foto 24 – Registo da segunda muralha de início do século XVIII que anteviu o crescimento da vila para o mar, confirmado nos séculos seguintes. 2007.



Foto 25 – No primitivo *esprital* do Espírito Santo, a escavação arqueológica dos anos de 1970 ressaltou traços pictóricos do universo marítimo. Déc. 1970 | AMS | FF. 15. 07. foto 1.



Foto 26 – Pormenor de galeão debuxado a grafite numa das paredes do antigo *esprital*. Déc. 1970 | AMS| EFHAM. D. B. 02. 03. foto 15.



Foto 27 – Outro pormenor de caravela em coluna decorativa, existente na igreja matriz de Santiago. Déc. 1980 | AMS|EFHAM.D. C. 02. 03. foto 7.



Ilustração 3 – Pintura a óleo do artista neerlandês Hendrick Vroom intitulada «Ataque a galera de tesouro espanhola». Representação da incursão naval de Sir Richard Levenson e de Sir William Monson ocorrida em junho de 1602 e conhecida como «A batalha da baía de Sesimbra». GAC 6501 in <www.gac.culture.gov.uk>.

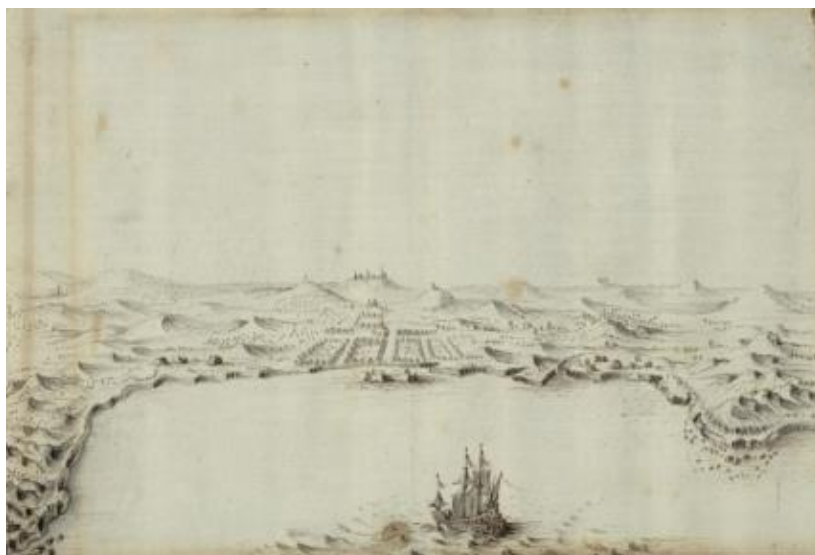


Ilustração 4 – Visão *oeil de oiseau* da baía de Sesimbra, com a vila e a proeminente imposição atlântica da fortaleza de Santiago. Elaborada por Nicolau de Langres em 1661 para o compêndio de praças militares do reino. AHM | Cod-7445_0079_37_t24-C-R0150.

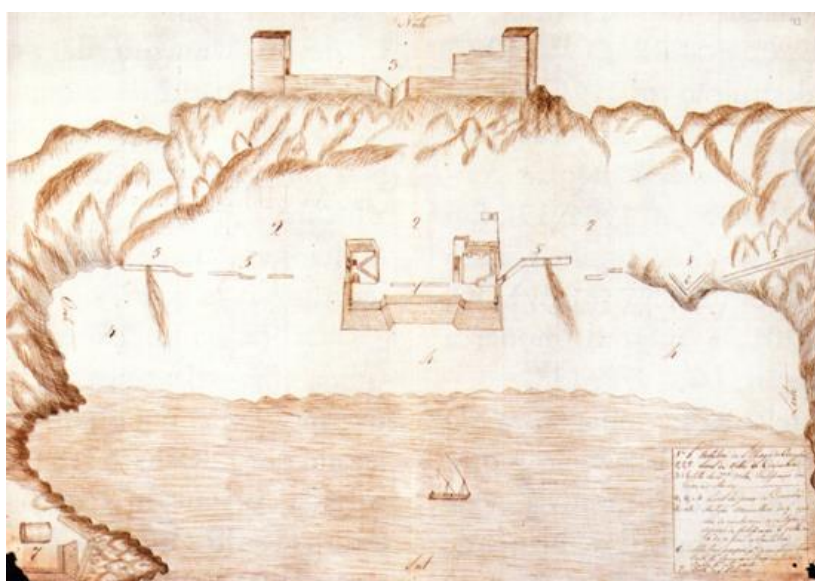


Ilustração 5 – Aspectos de observância militar elaborados em 1832 sobre as fortificações de Sesimbra. Vista desde o castelo no cume do vale à praça de Santiago e muralha atlântica. AHM | *Planta das Antigas Muralhas que serviam a Fortificação de Sesimbra.*

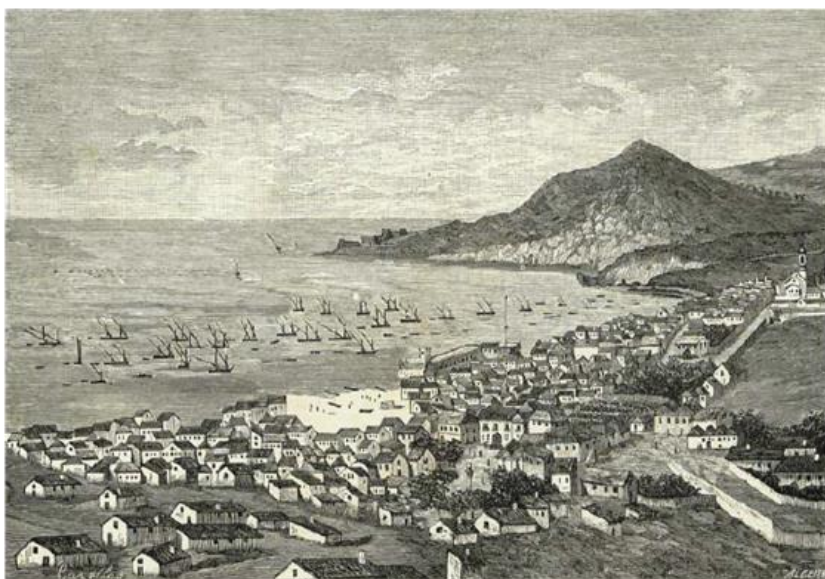


Ilustração 6 – Visão panorâmica do vale, da baía e da vila de Sesimbra em finais do século XIX. Registo das embarcações fundeadas frente ao areal, com o casario disposto pelas cumeadas. HDML | AAVV, 1884: 221.



Ilustração 7 – Imagem do primevo pelourinho, figuração iconográfica do quotidiano. Próximo dos Paços do Concelho com o fontanário oitocentista e um pescador que conserta redes. HDML | AAVV, 1890: 221.



Ilustração 8 – Olhar bucólico da baía e do areal de Sesimbra na década de 1880. Em fundo surge o forte de S. Teodósio, algumas embarcações ancoradas na baía e varadas no areal. HDML | AAVV, 1880: 84.



Foto 28 – Perspetiva do areal de Sesimbra, com restos do velho navio *Numância*, naufragado em 1916. S.d (déc. 1920) | AMS | EFHAM. A. 03. 01. foto 2.



Foto 29 – Momento de embate das embarcações, uma lança da armação, com a rebentação no areal. S.d (déc. 1940) | AMS | EFHAM.G.A.02.foto 13.



Foto 30 – A chegada da faina com o varar das embarcações, pela companhia através do areal, até junto da póvoa. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM. G. A. 02. foto 7.



Foto 31 – Trabalhos de construção do pontão do porto de abrigo às embarcações, na enseada poente da baía. C. 1947-1949 | AMS | EFHAM. B. C. 06. foto 2.



Foto 32 – Perspetiva geral do porto de abrigo construído em 1947 e que passou a acolher todas as embarcações. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.A.B.02. foto 13.



Foto 33 – Obras de ampliação do porto de abrigo em finais da década de 1980. AMS| EFHAM.D.B.02. foto 25.



Foto 34 – Perspetiva do acesso a poente até ao porto de abrigo. S.d (déc. 1960) | AMS| EFHAM.D.B.02.foto 24.



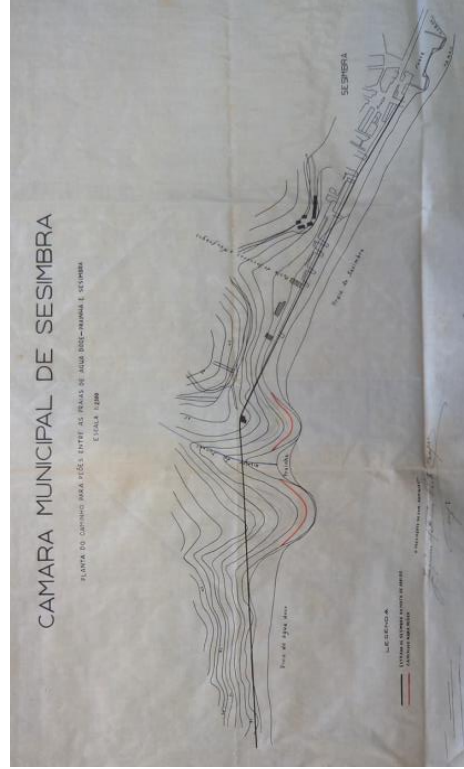
Foto 35 – A praia a poente, utilizada pelos pescadores no espaço contíguo ao porto de abrigo. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM. D. B. 02. foto 23.



Foto 36 – A mesma praia porém ocupada pelos banhistas nos meses estivais. S.d (déc. 1960) | AMS|EFHAM.E. E.02.03.foto 6.



Ilustração 9 – Projeto para ampliação do largo a nascente da fortaleza, o largo Miguel Bombarda (largo de Bombaltes), datado de março de 1922. É apresentada a planimetria de implantação e se definem em corte os aspetos mais importantes, da consolidação da muralha atlântica à passagem das ribeiras que desciam o vale e passavam pela vila em direção ao mar. AMS|FCMS/L/B/09/Cx_03.



Planta 4 – Projeto do eng. Joaquim Chagas para um caminho pedonal entre as praias a poente. 1930 | AMS|FCMS/L/B/10/Cx_02.

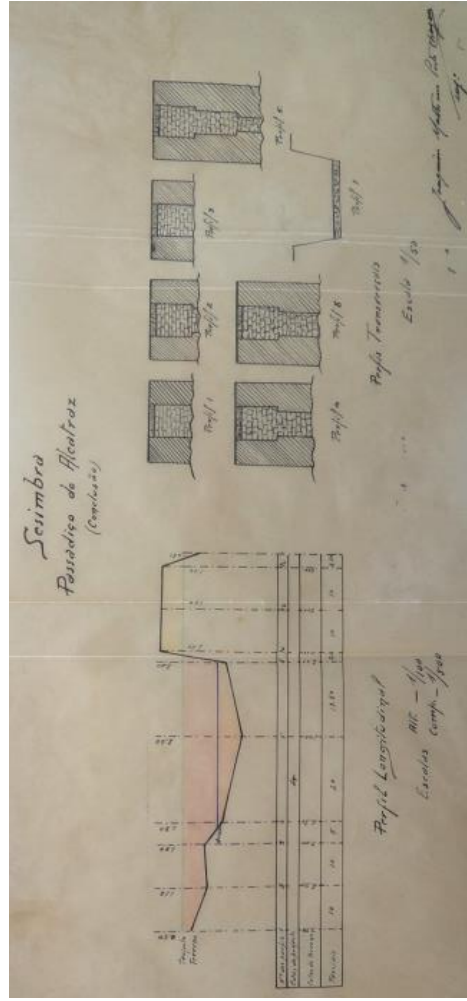


Ilustração 10 – Perfis transversais do projeto para a conclusão do passadico do Alcatraz, ligação à praia poente. S.d (déc. 1930) | AMS|FCMS/L/B/10/Cx_02.



Foto 37 – O espaço urbano na frente marítima no início do século XX, extenso areal exposto ao mar. S.d (déc. 1920) | AMS | EFHAM.D.G.01.foto 4.



Foto 38 – Visão do impacto da ondulação marítima contra o paredão de proteção da vila e a fortaleza de Santiago. S.d (déc. 1950) AMS|EFHAM.A. B.02.foto 8.



Foto 39 – Obra de prolongamento da construção do muro de proteção da vila, no troço a nascente. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.B.C.02.foto 5.



Planta 5 – Planta de implantação associada ao projeto para prolongamento do muro de defesa atlântica do largo Miguel Bombarda (largo de Bombaldes). Apresenta rampas para varadouro das embarcações a nascente, e de construção de um outro muro de defesa a poente, projeto de março de 1930 da autoria do eng. Joaquim Chagas. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_02.



Ilustração 11 – Perspetiva em planta e em corte dos pormenores do prolongamento, a nascente, do muro de proteção da vila face ao Atlântico. Regista a identificação da conduta de passagem das ribeiras da *Misericórdia* e do *Caninho*, com disposição dos varadouros e respetivos acessos ao areal. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_02.

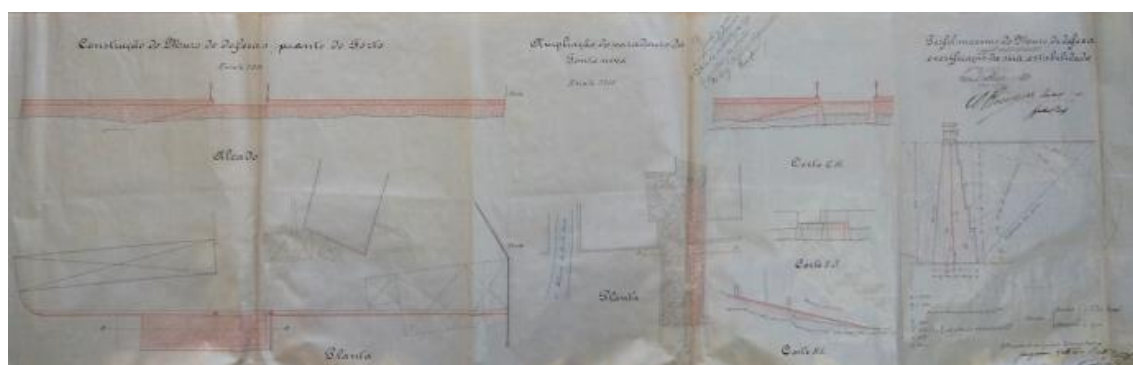
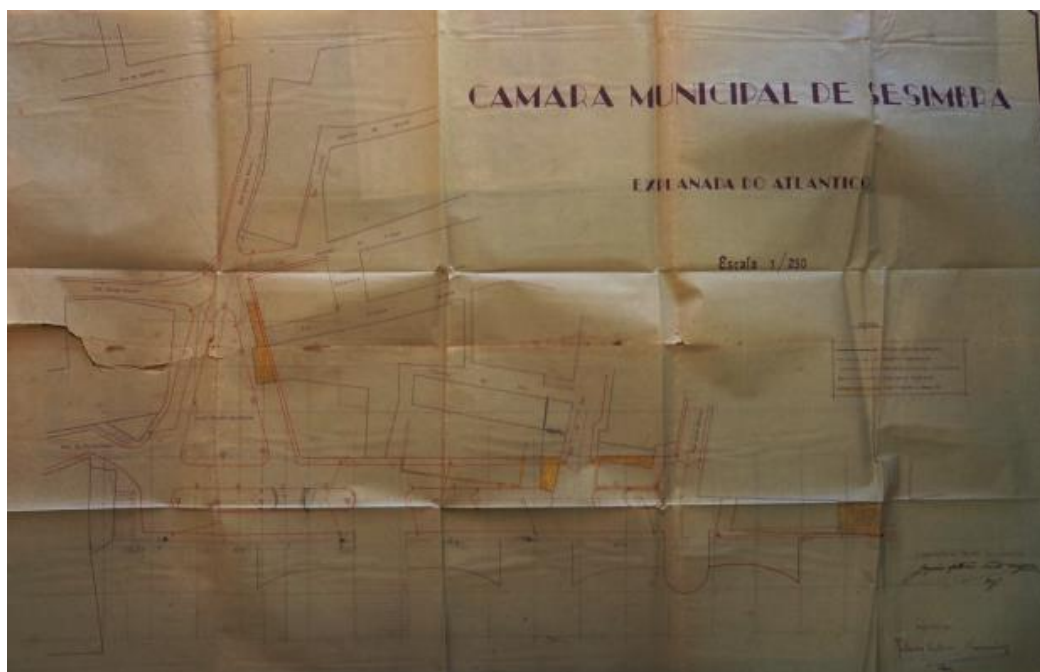
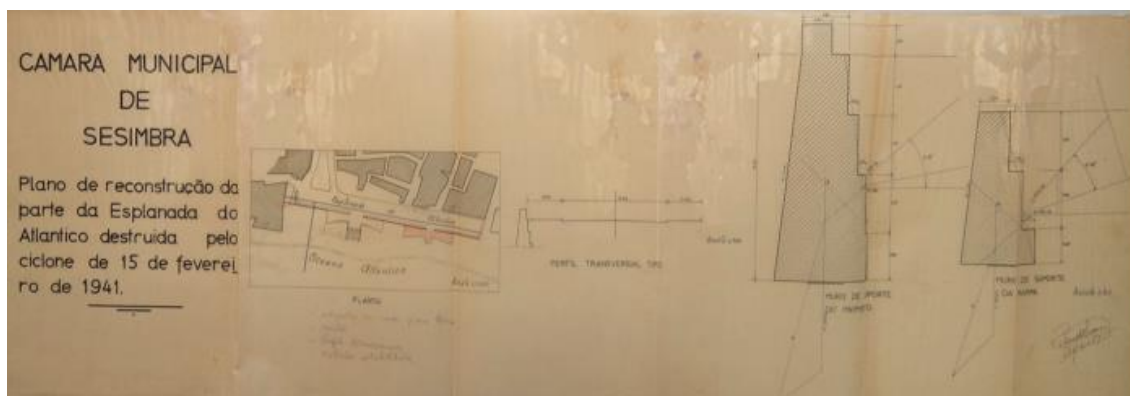


Ilustração 12 – Perspetiva em planta e em corte dos pormenores de construção, a poente, do novo muro para proteção da vila face ao oceano. Com construção da respetiva rampa para varadouro das embarcações e acesso ao areal. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_02.



Planta 6 – Planimetria do projeto da «Explanada do Atlântico». Da autoria do eng. Joaquim Chagas em 1934, criava a sul uma plataforma frente ao mar. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.



Planta 7 – Proposta do eng. Carvalho Mourão para reconstrução de parte da esplanada do Atlântico destruída pelo Ciclone de 1941. 1947 | AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.



Ilustração 13 – Proposta do eng. Rogério Ferreira, de agosto de 1947, para reconstrução de parte da esplanada do Atlântico destruída no Ciclone de 1941. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.



Foto 40 – Trabalho de alcatroamento das redes de armações, nos terreiros e nos limites do areal, antes da construção da muralha de proteção à vila. S.d (déc. 1930) AMS | EFHAM.G. A.01.foto 47.



Foto 41 – Em décadas mais recentes, na transição dos anos de 1980 e 1990 ainda se trabalhava no areal. Déc. 1980 | AMS | EFHAM.C.C.01.foto 12.



Foto 42 – As ruas e os largos, por entre as habitações, eram também locais de labor dos pescadores na preparação das artes. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.G.A.01. foto 33.



Planta 8 – Planimetria do projeto para a nova avenida 1.º de Dezembro que rodeava a vila a norte e a poente. Do eng. José Abecassis, data de março de 1917. AMS|FCMS/L/B/09/Cx_04.

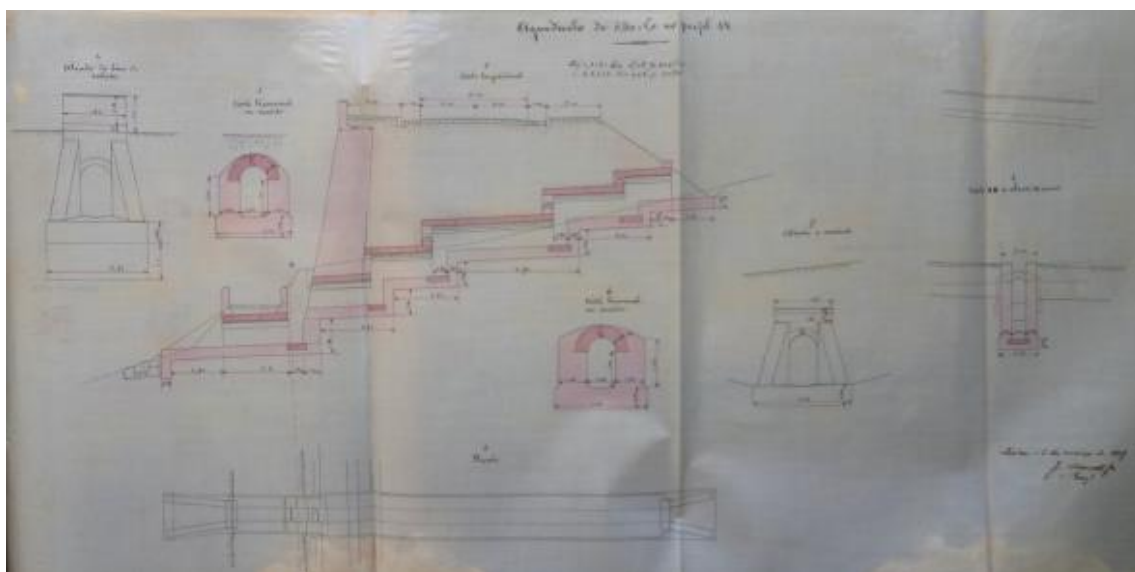


Ilustração 14 – Perspetiva do projeto da nova avenida com cortes transversais associados à construção de um aqueduto para passagem da ribeira. 1917 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_04.

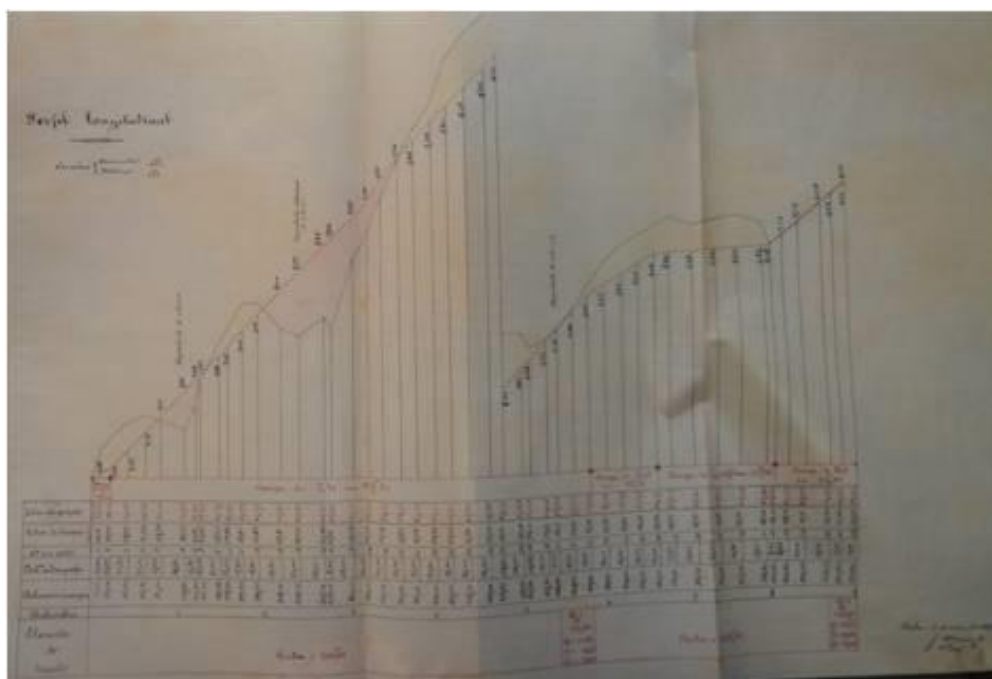


Ilustração 15 – Plano do perfil longitudinal do projeto da avenida 1.º de Dezembro, com as cotas do projeto e do terreno, e os elementos do traçado. 1917 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_04.



Foto 43 – Fase inicial da obra de abertura da nova avenida por sob o vale e ribeiro da Misericórdia, rumo a norte até à estrada nacional. S.d (déc. 1960) | AMS|EFHAM. B.C.02.foto 13.



Foto 44 – Trabalhos de demolição do casario para abertura da nova avenida de norte até à esplanada atlântica. S.d (déc. 1960) AMS|EFHAM.B.C.10.foto 2.



Foto 45 – A nova avenida Salazar que passou a ligar o interior do vale ao mar, ladeada por novos edifícios como o cineteatro e a escola, à esquerda, o entreposto com a cordoaria e edifícios de habitação à direita e ao fundo. S.d (déc. 1960) AMS|FF.21.03.02.foto1.



Foto 46 – Na atualidade ainda persistem traços de ancestralidade, os quais contudo algo ocultos, caso do antigo percurso medieval de ligação ao castelo. 2015.



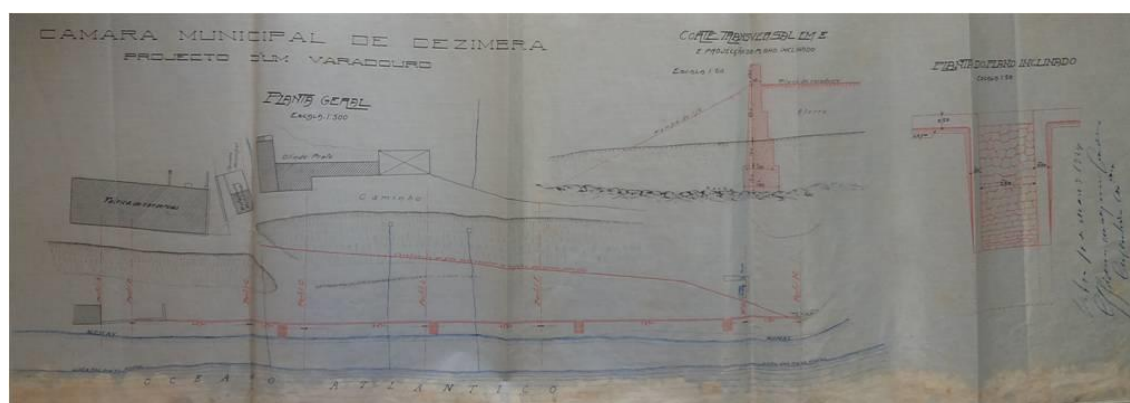
Foto 47 – Igual realidade para o antigo bebedouro no extremo norte, a meio caminho no vale antes da entrada na vila. 2015.



Foto 48 – Na cumeada nordeste uma antiga casa de água junto do percurso dos «sete caminhos» a calcorrear a crista da serra. 2015.



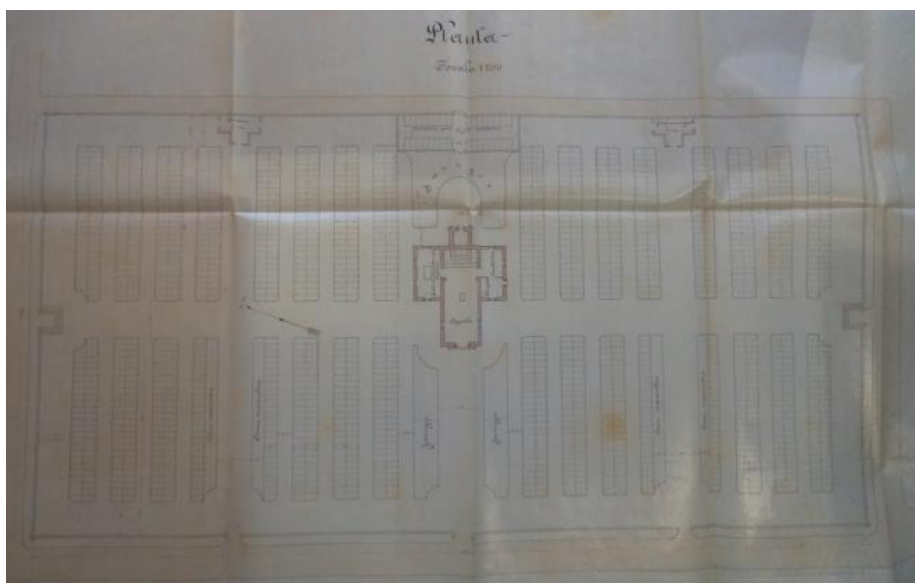
Planta 9 – Planta do terreno para a implantação da praça para carroças próxima da estrada real n.º 79. Projeto datado de agosto de 1897. AMS | FCMS/L/B/09/Cx_03.



Planta 10 – Projeto para a construção de um varadouro no extremo nascente da baía. Datado de maio de 1924, destinava-se a facilitar a recolha das embarcações então dispostas em desabrigo na baía e no areal. AMS|FCMS/L/B/01/Cx_03.



Planta 11 – Plano para um novo cemitério no sítio do Calvário. Na cumeada a leste da vila, projeto do eng. José Abecassis de janeiro de 1906. AMS|FCMS/L/B/03/Cx_01.



Planta 12 – Planta de disposição ortogonal do projeto para o novo cemitério. 1906|AMS|FCMS /L/B/03/Cx_01.

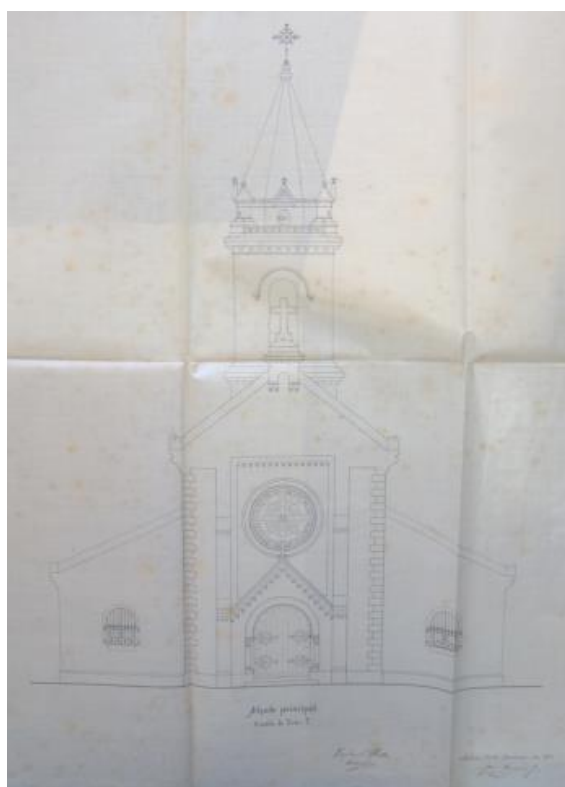
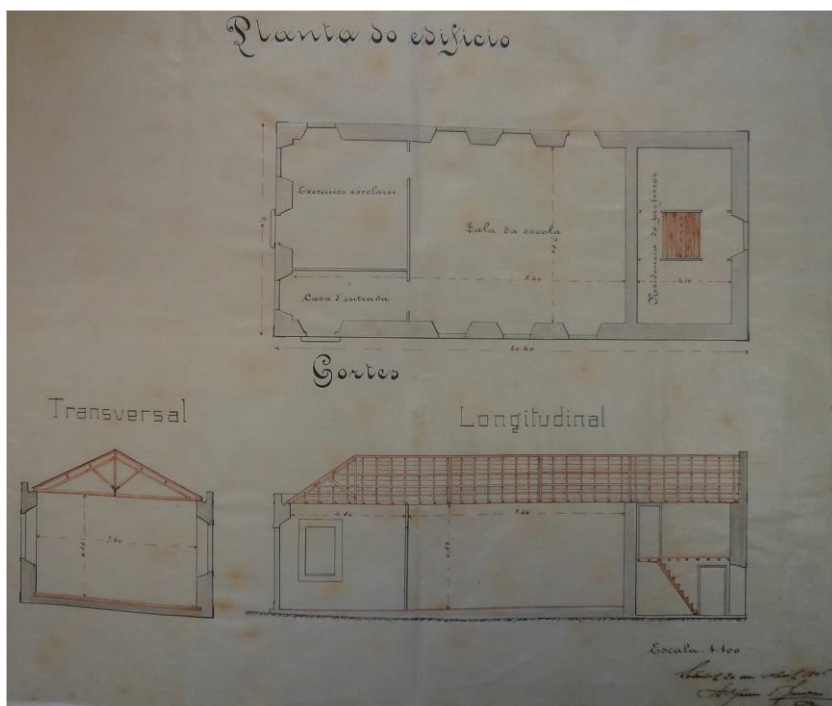


Ilustração 16 – Perspetiva integral da fachada principal da capela então projetada como complemento para serviço interno do novo cemitério. A criar no lugar do Calvário, na cumeada a nascente da vila, com o novo templo a encontrar-se disposto em posição central no interior do recinto projetado pelo eng. José Abecassis. 1906 | AMS|FCMS/ L/B/03 Cx_01.



Ilustração 17 – Visão da fachada da proposta para construção de jazigo municipal e de ossário destinados ao novo cemitério. Apresentado em projeto de janeiro de 1906. AMS|FCMS/L/B/03/Cx_01.



Planta 13 – Planta e respectivos cortes do projeto para reparação do madeiramento e reconstrução do telhado da escola do Conde de Ferreira. Projeto de abril de 1906. AMS|FCMS/L/B/05/Cx_01.

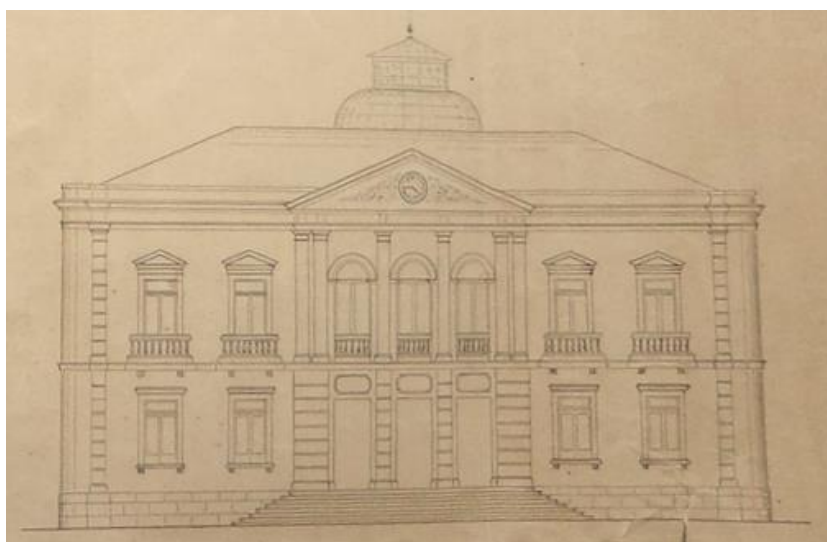
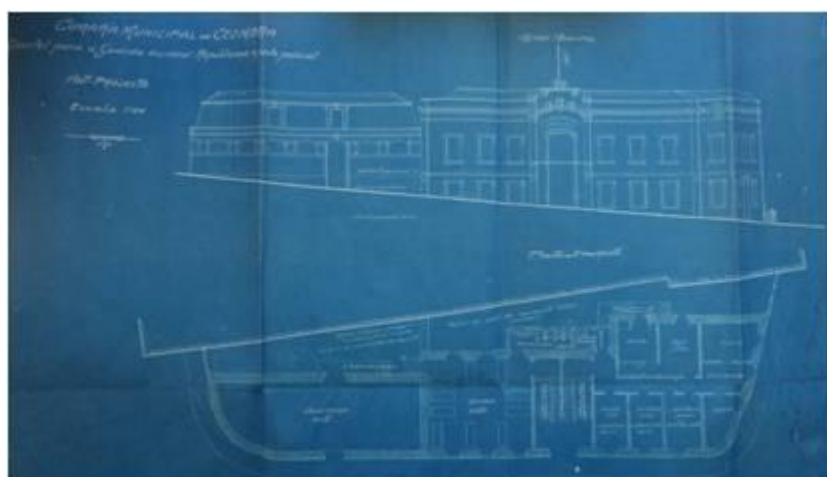


Ilustração 18 – Proposta com imposição da fachada do que seria o novo edifício dos Paços de Concelho. Projeto datado da década de 1920. AMS|FCMS/L/B/01/Cx_04.



Planta 14 – Planta com proposta da fachada do novo quartel da Guarda Nacional Republicana em Sesimbra. Anteprojeto datado de agosto de 1920. AMS|FCMS/L/B/04/Cx_01.

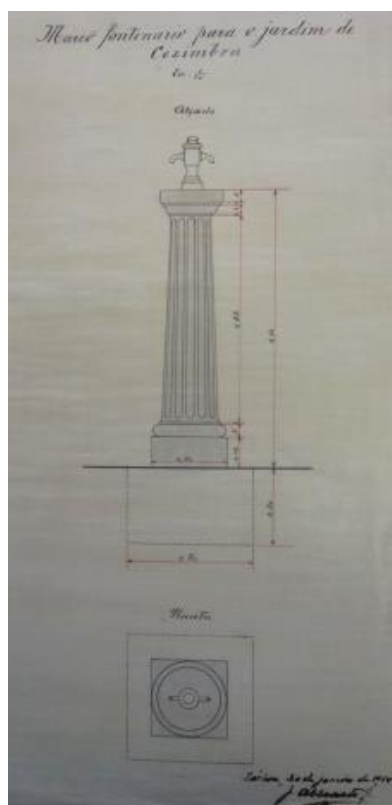
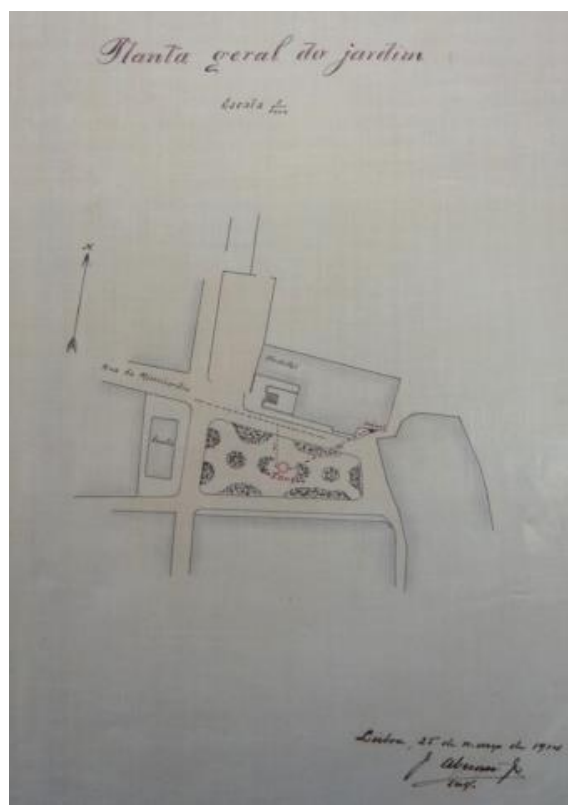


Ilustração 19 – Proposta para criação de um marco fontanário para uso no jardim público da vila. Projeto da autoria do eng. José Abecassis, datado de janeiro de 1914. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_01.



Planta 18 – Planta com disposição geral destinada a prover o enquadramento espacial ao projeto para construção de um tanque com repuxo. Projeto a implementar no espaço central do jardim público de Cezimbra, da autoria do eng. José Abecassis e apresentado em março de 1914. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_01.

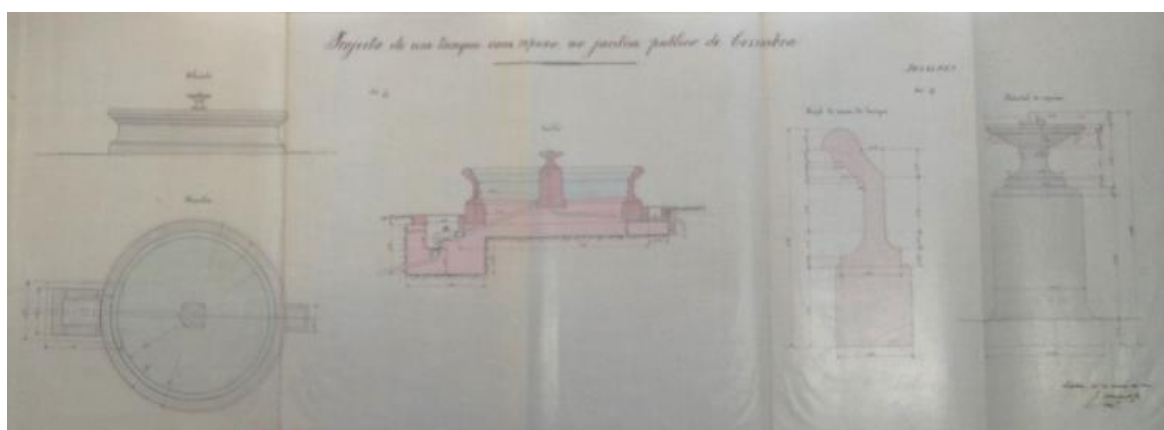


Ilustração 20 – Planos de pormenor do projeto de março de 1914 para a criação de um tanque com repuxo a localizar no jardim público de Sesimbra. Este projeto permitia conferir novo papel de centralidade do jardim no contexto urbano da vila, já considerado com a anterior proposta de colocação de um marco fontanário também apresentada à Câmara Municipal pelo eng. José Abecassis, uns poucos meses antes. AMS | FCMS/L/B/10/Cx_01.

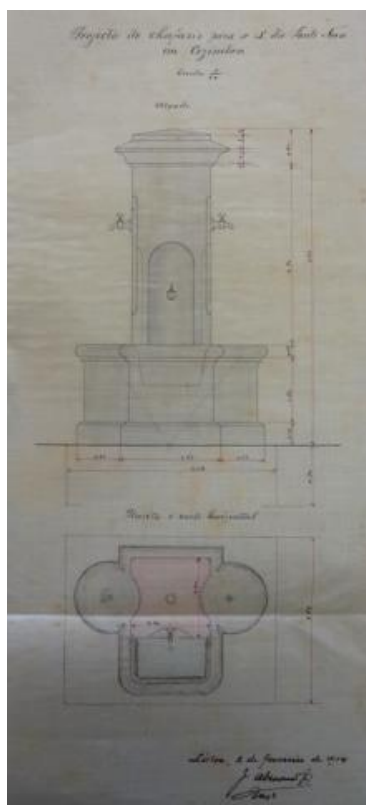


Ilustração 21 – Proposta para criação de um chafariz de utilização pública no largo da Fonte Nova. Projeto da autoria do eng. José Abecassis, de fevereiro de 1914, em que à época este largo localizava-se no extremo poente da vila, então um dos pontos mais distantes na rede de abastecimento de água. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_01.



Ilustração 22 – Proposta para a construção de um chafariz público para o largo do Município. Novo projeto do eng. José Abecassis datado de março de 1914, o qual substituíu o pelourinho e contribuiu para resolver os problemas de abastecimento de água que então ainda grassavam na vila. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_01.



Planta 19 – Projeto para a construção de um lavadouro público. O projeto data de agosto de 1922, em que este é dos recintos públicos que a vila mais carecia, pois o lavadouro existente junto ao ribeiro e ao hospital da Misericórdia já era insuficiente. AMS|FCMS/L/B/01/Cx_02.



Foto 49 – Imagem do chafariz projetado em 1914 para o largo da Fonte Nova, com posteriores alterações aduzidas. 2014.



Foto 50 – O chafariz projetado em 1914 para substituir o pelourinho no largo do Município, mais tarde transladado para o largo Eusébio Leão onde se mantém, embora recentemente danificado. 2011.



Foto 51 – Um outro ponto fontanário em ferro, localizado no extremo nascente da vila, fundamental no provecto abastecimento público de água. 2014.



Foto 52 – A imagem de desamparo que marcava a comunidade marítima de Sesimbra no final da década de 1930. AMS | EFHAM. G. A. 01.foto 52.



Foto 53 – Construção dos primeiros fogos de habitação social na cumeada a nascente, na década de 1940. AMS|EFHAM.B.C.08.01.foto 2.



Foto 54 – Construção da 1.ª fase dos novos bairros de habitação social a poente da vila, na década de 1950. AMS|EFHAM.B.C.08.01.foto 8.



Foto 55 – Trabalhos da 2.ª fase de construção de moradias para a comunidade carenciada na cumeada a poente. C. 1955-1956 | AMS|EFHAM.B.C.08.01.foto 12.



Foto 56 – Obra de construção da 3.ª fase de habitações sociais para as classes mais desfavorecidas a poente da vila. C. 1955-1956 | AMS|EFHAM.B.C.08.01.foto 5.



Foto 57 – Visita oficial à 3.ª fase do bairro de habitação social em maio de 1960, com a presença do ministro do interior Arnaldo Schulz. CMS/DCB.



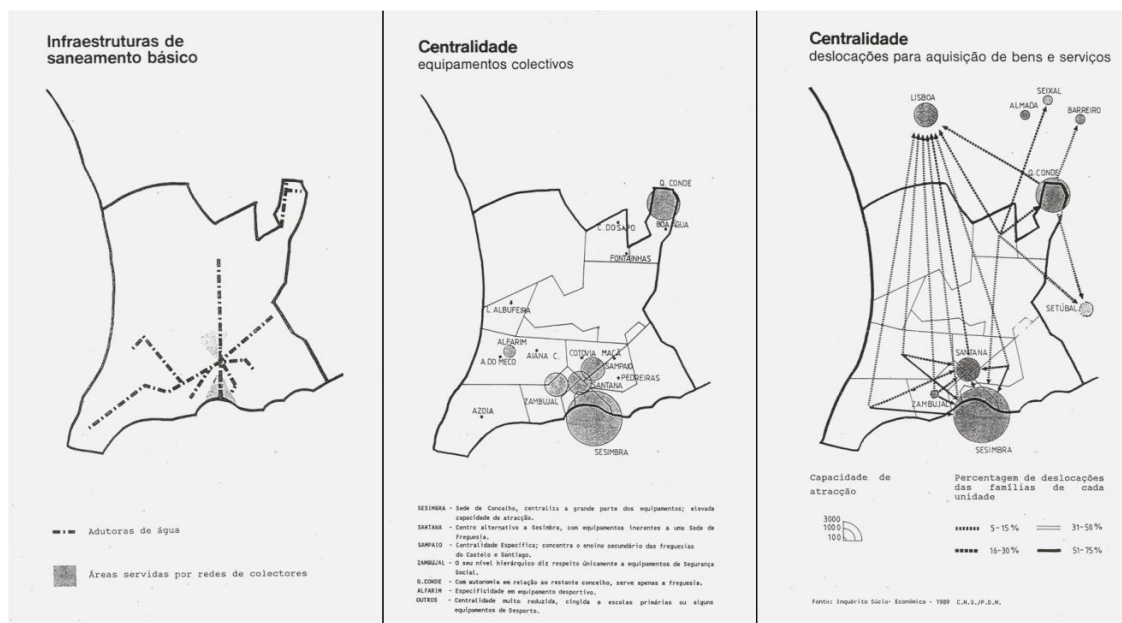
Ilustração 23 – Visão de novo edifício projetado na marginal poente, para posto da Guarda Fiscal, Alfândega e a Casa dos Pescadores. Data de novembro de 1964, da autoria do arqt. Alexandre Bastos, que no último andar acolhia o museu da pesca. AMS|FCMS/L/B/04/Cx_02.



Ilustração 24 – Proposta do arqt. Conceição Silva, de novembro de 1964, para arranjo do largo da Marinha. AMS|FCMS/L/B/09/Cx_01.



Ilustração 25 – Plano de vista geral de um estudo, datado de março de 1962, com interesse turístico para terrenos privados no vale a poente da vila. AMS|FCMS/L/B/11/Cx_03.



Mapa 3 – Mapas gerais de identificação no território do concelho da predominância do espaço urbano da vila de Sesimbra, de finais da década de 1980 e associados aos trabalhos do Plano Diretor Municipal. A vila apresentava então posição central, embora excêntrica no território, quanto às infraestruturas de saneamento básico, equipamentos coletivos e linhas de deslocações para aquisição de bens e serviços. PDM, 1991, caderno diagnóstico: 19-21.



Mapa 4 – Mapa de implantação topográfica do vale e da baía de Sesimbra, com indicação mais detalhada das principais condutas de saneamento básico que infletiam para o agregado urbano. Vislumbra-se igualmente a sua extensão até à zona de ampliação da estrutura portuária, a nascente da baía. PDM, 1991.



Foto 58 – Na década de 1980, o aumento da capacidade de pesca da frota de Sesimbra trouxe novo ascendente económico e social. Déc. 1980 | AMS | FDCI. 01. 02. 03. foto 3.



Foto 59 – Em momento coevo, assistiu-se à afirmação de Sesimbra como estância balnear e local de atratividade turística ligada ao mar. Déc. 1990 | AMS|FF. 21. 03. 01. foto 1.



Foto 60 – O crescimento urbano das décadas mais recentes levou à substituição do tradicional casario e ao aumento do novo edificado e inerente especulação imobiliária, que porém não toldaram a pitoresca ambiência. Déc. 1990|AMS|FF.21.03.01.foto 1.



Foto 61 – No espaço urbano ainda se guardam testemunhos das antigas vivências, caso de edifício outrora anexo à fábrica conserveira da Caveira, desativada em meados do século XX. 2015.



Foto 62 – Ruína de antiga construção com função de armazém, envolta por novo edifício em construção. 2012.



Foto 63 – Pormenor de argola férrea numa rampa de varadouro, na avenida nascente, utilizada no varar das embarcações para o espaço urbano. 2013.

Capítulo 3. O contexto humanizado

3.1. A envolvimento social

No campo da sociologia e da identidade coletiva de comunhão, o processo de construção coletiva da memória, como refere Isabel Vítor²³⁴, está ancorado em lugares, em cenários e em objetos como uma construção subjetiva, individual ou associada, que nasce do senso partilhado que lhe confere existência, num tempo e num espaço, sentido de “uma memória coletiva e de uma memória histórica” que se adensa em comunidades onde o quotidiano suscita uma profunda necessidade de identidade e de pertença. Esta é uma realidade patente nas comunidades costeiras, perpetuas guardiães de fronteiras geográficas e de convicções humanas, as quais, encontramos na comunidade sesimbrense ainda muito arreigada ao mar, com sentimentos ambíguos de profundo sentimento religioso e de experiências eminentemente profanas, de uma universal generosidade e de um egoísmo desmedido, de uma humildade profunda e de uma ostensiva vontade de viver. A comunidade marítima de Sesimbra ainda hoje, revê no seu quotidiano fenómenos e momentos vivenciados dessa sua memória.

Sesimbra, eterno *limes* entre a terra e o mar, entre o homem e a natureza, é lugar de gente pobre onde a pesca nem sempre proveu rendimentos avultados, pese embora a natureza rodeá-la de inúmeras fontes potenciais de riqueza que geram fenómenos de comportamento social singulares, estudados desde os primórdios do século XX, expressões da ancestralidade e do modo de ser desta comunidade.

Este tipo de registo divisamos no relatório de António Silva de 1897, “aqui, como em quasi todos os portos da costa de Portugal, e creio que de todos os paizes, os marítimos e pescadores em chegando a terra procuram imediatamente as vendas de comida e vinho, gastando despreocupadamente uma grande parte do que ganharam, ou pedindo os géneros a credito para os pagarem depois”²³⁵, ou no testemunho de Hernâni de Barros Bernardo em 1941, “o marítimo, mesmo quando nas épocas de crise vê a sua profissão não dar nada, não a abandona. Era natural que procurasse outra indústria, mas tal não acontece, talvez porque o mar exerce uma imensa fascinação”²³⁶.

²³⁴ Isabel Vítor in Martins (org.), 2013: 27.

²³⁵ António Silva in Martins (org.), 2013: 78.

²³⁶ Bernardo, 1941: 128.

A tradicional vida do pescador, e da sua família, durante séculos esteve apartada das condições de conforto e de sana higiene que tendem a caracterizar a vivência dos espaços urbanos. Limitado pelas capacidades financeiras que o mar permitia obter diariamente, poucos planos poderia realizar em prazos de vida mais alargados, pelo que a opção era consumir e gastar no quotidiano, sem a previdência no futuro, não tanto nas gerações seguintes mas na própria velhice.

A vida do mar conferia aos homens um caráter ríspido, agressivo e combativo, tornava-os potenciais agentes sociais de descontrolo que, no entanto em terra, se conformavam como homens afáveis e dedicados à família, uma característica que proporcionava um apaziguamento social onde a tutela das hierarquias mais idosas era chave, fosse em casa com as avós e as mães, fosse no mar com os antigos arrais das barcas e os mandadores das armações. A *companha*, o grupo de pescadores, assoma como o fenómeno mais conservador e tradicional na comunidade, uma família com que se disputavam as regatas de barcas, se organizavam os festejos dos santos populares na rua, se doava dinheiro para a escola, se enquadravam os mais novos na pesca, imagens tradicionais perpetuadas na comunidade sob um espírito de consciência coletiva que, na atualidade, é rebuscado nos remanescentes legados duma ordem social que se tem vindo a diluir nos rostos dos mais velhos que partem, as últimas memórias vividas.

A interpretação desta imagética é apensa ao trabalho no mar, sob todo o tipo de condições e longe do que era familiar, incute no pescador a necessidade de paridade no seio do seu grupo de trabalho, a *companha*, com normas, padrões e relações de comportamento hierarquizadas pois, no mar, todos os homens são diferentes, narrativa de um discurso recuperado pela *notional ekphrasis* com o epítome cultural e social de um quotidiano que atravessou várias épocas. O conhecido “instinto comunista”²³⁷ com que Raul Brandão em 1923 caracterizou o “sesimbrão”, foi uma expressão do modo de ser desta comunidade que ao longo do século XX se veio a desvanecer.

Hoje, mais conhecido nos estudos e resenhas históricas e cada vez menos vivenciado na relação social e de convivência, perpetua-se o apoio entre pescadores no mar, o sustento dos que em terra não podem por maleitas participar na pesca, o amparo às viúvas dos marítimos, o acolhimento aos mais velhos nas lojas de *companha*, o envolvimento das crianças entre famílias nas ruas e largos da vila, ou as relações familiares e as alianças de vizinhança. Os homens, a quem os sentimentos no mar levam

²³⁷ Brandão, s.d: 148.

a extremos, tornados tão agressivos como sentimentais, são porém algo de único, capazes de partilhar com os outros onde não há o indivíduo isolado mas há o grupo, verbalizado através da memória social que suscita um enlace de identidade onde o homem é mediador intimista do seu destino, marca que transcorre para a relação com a família, com a mulher e com os filhos, um modo de ser passado à geração seguinte e, quando a vida no mar já não lhe é permitida pela idade, o sentimento de benevolência antes oculto vem ao de cima no relacionamento com os netos.

A família é apresentada na teia social como esteio, pois apesar da relação de camaradagem intrínseca à pesca, a família é o sinónimo de proximidade para o homem e a mulher, o rapaz e a rapariga, pois ser familiar de alguém é um vaticínio do que essa pessoa pode ser, e embora menos perceptível, nesta ênfase persiste uma qualidade interior que ultrapassa a pós-modernidade, em que o indivíduo e o núcleo central da família são expressão da unidade mais lata da sociedade, transversal a um sistemas de parentesco que orienta social e economicamente, não o indivíduo ou a família, mas agregados familiares. Era esta mesma família que acompanhava o pescador na saída para o mar e aguardava o seu regresso, e no trabalho em terra era o alicerce da relação de afetividade e orgulho em torno do seu núcleo com pais, filhos, avós, netos, tios e primos, a base da relação familiar, e entre famílias, que marca a vivência comunitária, pois era a sua presença que reforçava laços e alicerçava a posição social.

Confere-se assim particular presença às mulheres, donas de casa e donas em terra, organizam a família ao compasso da vila com as conversas nos largos e com os elos de amizade que ultrapassam os círculos familiares, pois se antes a incerteza do mar comprometia a mulher em relação à família, os tempos mais recentes registam maior liberdade, sem porém olvidar a responsabilidade como cabeça da *oikos*, na educação dos filhos e filhas, na gestão do orçamento comum ou na organização de eventos festivos. Sobre a mulher assenta o governo da casa e o juízo da comunidade, para o que conta com a ajuda da mãe e da sogra, tudo perto de casa, o espaço onde vive o tempo e onde conversa com as vizinhas sobre acontecimentos que afetam a comunidade, ou sobre a vida de outrem. Tratava-se de um modo de vida baseado na vizinhança que cria um ambiente de vigilância entre as mulheres, guardiães das regras comunitárias onde, cada membro da sociedade, apesar das diferenças, é detentor de um conjunto de sinais que a identificam na estrutura da construção social.

Quanto às crianças, os elementos mais novos da comunidade e garantes da sua continuidade, recebem um misto de exigência e de ligeireza de trato, pois se em anos

atrás eram trabalhadores, apesar de a escola ser algo importante, as brincadeiras permaneciam ligadas à pesca e a estas se impunha uma educação de memórias coletivas de interação geracional, porém nos anos recentes, a criança reenquadrou-se, apesar de os rapazes ainda trabalharem, embora só nas pausas escolares, são as raparigas que ascendem pela educação na organização social e profissional da comunidade. Para as crianças, o tempo de brincadeira depois do estudo deambulava entre a rua e o largo, onde os pais e os avós, amigos e amigas moravam, sem porém se afastarem muito do espaço da residência familiar, embora estes tempos de brincadeira fossem raros, pois cedo o apelo da comunidade tira a idade da criança e faz emergir o adulto moldado pela sociedade, as raparigas nas idas à praça com a mãe e a avó, os rapazes nas visitas à loja de companhia com o pai e o avô.

Por fim os *velhos*, a geração que há muito deixou de ser a estirpe que Raul Brandão encontrou em 1924, em que o “pescador de Sesimbra, que vais às vezes muito longe, não conhece a agulha de marear. Regula-se pelas estrelas e pela malha encarnada da serra”²³⁸, pois cada um representa uma vida conhecedora que acumulou saberes, imanescentes de profundos conflitos sociais, políticos, económicos e culturais, uma transição de ensinamentos que permitem conviver no dia-a-dia com sentimentos de existência e de pertença. A abertura da vila ao exterior e a mudança de hábitos, alterou os espaços de encontro entre gerações, hoje, os velhos são memórias vivas de um passado que já não se descortina na vila. Ladeados no seu rosto pela expressividade nostálgica da vida solitária, ocultação das recordações que os homens guardam do mar ou que as mulheres calcorreavam nas intermináveis horas de angústia, uma despersonalização que pende da inclinação para criar figuras independentes, sem expressar ideias ou sentimentos mas só, o seu carácter.

O quotidiano de vida em comunidade, que durante décadas fez correr a linha temporal na vila através do corrúpio nas ruas, hoje dificilmente se vislumbra. A desertificação que o tempo criou, ou por ele foi criada, numa teia que envolve o indivíduo e a comunidade sob um programa coletivo de estímulos e sinais, influenciam o gesto com o pensamento e controlam a presença pela sua própria ausência.

Em termos sociológicos, a génese contemporânea da sociedade de Sesimbra remanesce à sua orientação para o contexto oitocentista de um Portugal de profundas alterações, iniciático enquanto defensora da causa absolutista e onde aí procuraram

²³⁸ Brandão, s.d.: 148.

abrigo políticos partidários da causa miguelista com suas famílias, libertos a quem foram confiscadas as posses, e que nas aldeias e quintas da zona rural, restabeleceram as suas residências. Da sua geração vai assomar a nova elite de líderes locais, membros do executivo municipal e donos de armações e proprietários fundiários, apoiados nas ligações pessoais ao partidarismo no eixo da monarquia constitucional.

A situação assume diferente contorno com os movimentos sociais de influência republicana e socialista que em Sesimbra acolhe adesão, mercê da instabilidade então suscitada pela oligarquia socioeconómica dos proprietários das armações e dos gerentes das fábricas conserveiras, contra a paupérrima classe piscatória, alvo de contestação popular como nas sedições de fevereiro de 1889, novembro de 1896 e abril de 1900.

Em fevereiro de 1889, foi isento do serviço militar um elemento de uma dessas famílias regentes, situação que conhecida pelas famílias desfavorecidas, forçadas ao serviço militar, suscitou contestação²³⁹. Passados alguns anos, em novembro de 1896, o descontentamento também se sente ao nível profissional, com o conflito dos pescadores perante os proprietários das armações face à vaga de despedimento²⁴⁰. Em abril de 1900 pretenderam os armadores matricular as gentes rurais nas armações para atalhar a crise rural e aplacar o movimento sindicalista, ao que os pescadores se revoltaram, acompanhados pelas famílias boicotaram durante três dias a variação das embarcações no areal, até que a 11 de abril, um destacamento do Regimento de Infantaria 11 aquartelado em Setúbal foi enviado para acabar com a insurreição, da qual resulta a morte de três pescadores²⁴¹.

A sobreposição de interesses e de personagens entre a elite social local, os proprietários das indústrias piscatórias das armações, das fábricas conserveiras e os representantes eleitos no colegial municipal, foi uma situação que na transição para o século XX gerou a dissensão social.

Contemporâneo, o movimento operário e a ascensão do socialismo assumiam contornos próprios com singularidade exacerbado em várias contendidas com relevantes consequências no futuro, nas quais, o emergente movimento sindicalista firmava posição, casos da Associação de Classe dos Lojistas Cezimbrenses fundada em 1894 ou da Associação de Classe dos Soldadores de Cezimbra de 1901²⁴². Pese embora o peso coletivo que os pescadores têm, a sua afirmação como classe só é consolidada no

²³⁹ Monteiro, 2001: 63-64.

²⁴⁰ Henrique Souto, João Aldeia, Luís Martins *in* Martins (org.), 2013: 37-38.

²⁴¹ Monteiro, 2001: 65.

²⁴² António Marques *in* Graça & Felgueiras, 2009: 49-50.

advento republicano, quando a política local consente a constituição, a 30 de março de 1911, da Associação de Classe dos Operários Marítimos das Armações da Villa de Cezimbra, a qual filiada na Confederação Geral do Trabalho, teve como principal linha de luta as questões salariais, até que com a organização corporativa do Estado Novo acabou encerrada em 1934²⁴³.

Neste âmbito histórico de um século, também as questões da educação atravessaram a sua comunidade com um forte enlace nos regimes políticos e nas incidências sociais que marcaram as várias décadas. Com a afirmação do ideal liberal, no início do século XIX, a ideia de educação assume protagonismo vertido no idealismo ateadado pela revolução francesa, e firmado pela ascensão política da sociedade burguesa que eleva a escola, “aquele que abre uma porta de escola, fecha uma prisão”, e no valor da instrução, “só ela nos ensina a desempenhar bem as nossas obrigações, e aumenta os nossos recursos e o nosso préstimo, aluminando o nosso espírito”²⁴⁴.

Os princípios despertam logo com a Constituição de setembro de 1822, seguidos com a Carta Constitucional de abril de 1826, que procurou reformar o sistema político, mas que foi substituída pela Constituição de abril de 1838, que retomou os princípios de 1822. Este momento está marcado por uma sociedade que revê valor na educação e no ensino público, influenciada pelos interesses da classe burguesa que a entendia como vantagem para os negócios e para o progresso da nação, momento propício para a constituição de uma rede de ensino moderna.

A primeira escola oficial em Sesimbra surge da herança de Joaquim dos Santos, o Conde de Ferreira, que no seu testamento dispôs avultada verba para a construção de cento e vinte casas para escolas primárias²⁴⁵, em que as Câmaras Municipais foram responsáveis pela construção das Casas Escolares, para o que contribuiu o Governo, em 1866 e sob a chancela do rei D. Luiz I, com a promulgação de Portaria de 20 de junho. A Casa Escolar de *Cezimbra* não evidencia função antes de maio de 1869, porém em 1871, no jornal «Gazeta Setubalense» noticiava-se que dois alunos da “escola Régia de Cezimbra” fizeram o exame de admissão ao liceu, sendo entre estas datas que se poderá balizar o início da sua missão letiva²⁴⁶.

²⁴³ António Marques in Graça & Felgueiras, 2009: 50-51.

²⁴⁴ “*Celui qui ouvre une porte d’école, ferme une prison*” de Vitor Hugo, e citação de João de Deus.

²⁴⁵ Odete Graça in Graça & Felgueiras, 2009: 11. Pretendia-se a construir e mobilar escolas nas cabeças de concelho, destinadas a crianças de ambos os sexos e com acomodações para o professor, cabendo à Câmara ou à Junta da Paróquia diligenciar a sua concretização até ao valor de 1:200\$000.

²⁴⁶ Margarida Felgueiras in Graça & Felgueiras, 2009: 35.

No ocaso da monarquia, o sistema escolar legislado pelo Governo mas descentralizado nos Concelhos e na ação de beneméritos locais, repercutia ainda enormes dificuldades para os alunos que, entre o trabalho, e apetrechados de poucos materiais, procuravam frequentar as poucas escolas existentes, muitas delas distantes, o que levou em 1901 à instituição das “caixas económicas escolares” nas escolas primárias, apoio às crianças com alimentos, calçado, vestuário, livros e objetos escolares²⁴⁷. Com a implantação do novo regime em 1910, sob a expressão ideológica republicana são várias as propostas de melhoria do sistema de ensino nacional, desde logo consagradas na Constituição de agosto de 1911, seja na isenção da sua aprendizagem, “o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa”, seja na sua obrigatoriedade para a formação dos cidadãos, como definido no Decreto de 29 de março de 1911, mais emblemática medida legislativa de reforma do ensino empreendida pela República.

Com o objetivo principal de combater o elevado analfabetismo vigente, a educação surgia como um método construtivo para abrir a mentalidade coletiva para a modernidade, e que para o efeito, de entre várias medidas, foram criadas Escolas Móveis itinerantes de fomento à alfabetização, expandida a rede escolar primária que passou a comportar dois ciclos de ensino primário, valorizada a formação de professores e a melhoria do seu estatuto profissional, e estabelecidos currículos pedagógicos modernos no movimento da Escola Nova²⁴⁸.

Em termos sociais de apoio aos alunos, foi dada continuidade às experiências dos Centros Escolares Republicanos, promovida a iniciativa associativa com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas no combate ao analfabetismo feminino, e instituídas as cantinas escolares para apoio às crianças carenciadas. Apesar dos esforços, o ideário republicano não logrou alcançar todas as metas ambicionadas, influenciado pelas limitações económicas como pela instabilidade política, fragilidades de uma sociedade em combate entre velhas crenças e novas expectativas, um país que se queria cosmopolita mas continuava arreigado ao regionalismo, o que limitou o sucesso das reformas no sistema educativo.

Em *Cezimbra*, a pobreza da comunidade marítima era também sentida nos seus filhos, os que podiam, frequentavam a escola, e era aí que se evidenciavam as dificuldades, o que levou no final da década de 1920, sob a missão do professor

²⁴⁷ Margarida Felgueiras in Graça & Felgueiras, 2009: 159.

²⁴⁸ Proença (coord.), 2010.

primário Manuel Leal Júnior, à instituição da “Caixa de auxílio aos alunos pobres”²⁴⁹. Esta necessidade motivou a afetação de um edifício então vago, para que em ação benemérita fossem os seus logradouros doados para escola, fundada a 5 de novembro de 1923 como Escola de Santa Joana Princesa, para educação de moças órfãs, e os seus estatutos constituídos a 30 de setembro de 1929, então Escola de Beneficência, Protecção e Assistência a Órfãs de Cezimbra, com a missão de proteger as órfãs carenciadas, contribuir para a sua educação e a sua subsistência²⁵⁰.

Também a formação profissional para o pescador na sua atividade, foi motivo de debate onde se cuidou valorizar o conhecimento empírico do homem do mar, legado de geração em geração, e não se apostou na necessidade de apoiar a sua formação como ativo de inovação. O tema é frisado em 1897, na divergência do Conselho do Almirantado quanto à criação de escolas profissionais nos principais centros de pesca, “por entender que o combate ao analfabetismo era função do Ministério do Reino e por considerar que a escola dos pescadores era a prática dos ofícios”, embora se averbe a preocupação pela instrução do ensino primário no combate ao analfabetismo das comunidades marítimas²⁵¹.

A questão da escola de pesca, no caso de *Sezimbra*, associa-se a outra ideia complacente com a riqueza etnográfica local, a qual motivou em 1926, proposta de Armando Loureiro para um Museu-Escola de Pesca, ideia que Hernâni de Barros Bernardo retoma na forma de um Museu Regional de Pesca, que porém não teve prossecução²⁵². Em momento coevo, regista-se que em 1937 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, mediante contactos do Administrador do Concelho, estabelecera prévio acordo com a Direção de Educação Popular para uma Escola Elementar de Pesca, a qual sedeadada na antiga fábrica Nacional de Conservas²⁵³, porém a intenção acabou gorada por incidências políticas.

Com o Estado Novo e a afirmação do regime de índole nacionalista, a preocupação pela educação surge não como forma de fortalecer a coesão social, e o seu dinamismo intelectual, mas como expressão de alicerce do sentimento de identidade ideológica, comum a toda a nação, de educação primária para os futuros trabalhadores que iriam produzir a riqueza do país, o que motivou a reestruturação da rede de ensino público. À

²⁴⁹ Rodrigues, 2003: 221.

²⁵⁰ António Marques in Graça & Felgueiras, 2009: 58.

²⁵¹ João Aldeia & Luís Martins in Martins (org.), 2013: 55.

²⁵² Bernardo, 1941: 201.

²⁵³ Guerra, 2006: 75.

época registava-se na vila a existência de duas escolas oficiais, nas quais em 1939 estavam inscritas 1630 crianças no ensino primário, 819 do sexo masculino e 811 do sexo feminino, em que cabia à freguesia de Santiago a inscrição de 847 alunos e a associação de quatro professores²⁵⁴. Volvida uma década, já com a escola do *Plano dos Centenários*, a vila tinha vários estabelecimentos escolares, desde a escola para raparigas à antiga do *Conde de Ferreira* para rapazes, complementadas por salas de aulas na escola de São Sebastião, na escola do Comboio ou na antiga escola das Raparigas²⁵⁵, a par de aulas particulares na residência das regentes escolares, que preparavam as crianças para as provas de admissão aos diferentes graus pedagógicos.

Neste contexto, particular menção ao Plano dos Centenários, pelo qual se constituiu uma estruturada rede nacional de escolas do ensino básico, que na idiossincrasia do Estado Novo, foi ligada às comemorações do Duplo Centenário da Nacionalidade.

O plano foi gerido pela Direcção-Geral do Ensino Primário e executado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, iniciado em 1941 com um primeiro grupo de 200 escolas, porém só implementado em 1943²⁵⁶, tinha por base um conjunto de estudos de 1935 para as escolas primárias regionais, elaborados pelos Arqt.^{os} Raul Lino e Rogério de Azevedo. Na distribuição de escolas compilada em 1936, surgia proposta para *Sezimbra* de uma escola de cantaria ou de tijolo²⁵⁷, orientação vertida em 1938 no Decreto-lei n.º 29:011 com a promulgação oficial das disposições relativas à construção de escolas primárias²⁵⁸. Porém, nesse mesmo ano o Ministério das Obras Públicas e Comunicações²⁵⁹, na relação dos novos edifícios de escolas primárias em construção, pauta a ausência de *Sezimbra*, o que evidencia que a vila não foi contemplada na primeira leva de construções.

Estes estudos de base foram revistos pelos Arqt.^{os} Manuel Fernandes de Sá, Joaquim Areal, Eduardo dos Santos e Alberto de Sousa em novos projetos que adotaram os estilos arquitetónicos e os materiais construtivos tradicionais de cada região, os quais aprovados foram vertidos em normativo institucional que conduziu à constituição do plano nacional de construção de escolas primárias aprovado pela Presidência do

²⁵⁴ Rodrigues, 2003: 215.

²⁵⁵ Rodrigues, 2003: 217-221.

²⁵⁶ Diário do Governo, II Série, de 5 de abril.

²⁵⁷ Beja, Serra, Machás e Saldanha, 1990: 328-330.

²⁵⁸ Decreto-lei n.º 29:011 de 19 de setembro de 1938, in Diário do Governo, I Série, n.º 218.

²⁵⁹ Diário do Governo, I Série, n.º 224. No Distrito Escolar de Setúbal encontram-se só referenciadas as construções das escolas do Cercal (Santiago do Cacém) e de Canha (Montijo).

Conselho em 1941²⁶⁰. Com base no estudo do Arqt. Raul Lino, o Arqt. Eduardo dos Santos gizou o projeto tipo *Região C - Estremadura* em que se enquadra a *Escola de Sezimbra*, uma escola de dois pisos com quatro salas exclusivas para raparigas. Construída com materiais da região onde a cantaria calcária assumia solene identidade, o projeto foi aprovado em 1944 e a escola inaugurada a 27 de abril de 1948²⁶¹.

Mais tarde, em 1961 é promulgada a Lei n.º 2107, onde se delineia nova execução do plano de construções para o ensino primário, de modo a suprir carências na estrutura escolar nacional, em que se previa a ampliação de edifícios e a construção de novas salas de aulas, onde se cometiam às Câmaras Municipais também responsabilidades em termos de comparticipação financeira nas obras e deveres na conservação de edifícios e logradouros nas construções escolares. Sucedem-se obras de ampliação do estabelecimento escolar da vila de Sesimbra com a ampliação de mais salas de aulas e com a composição do contígua construção ao edifício central, a denominada escola do Comboio com a sua implantação alinhada, destinada a cantina e área coberta de apoio às atividades da escola, mas que vai posteriormente também acolher outras utilizações como sede da Mocidade Portuguesa e do Corpo Nacional de Escutas.

Foi também na década de 1940 que principiou o lecionar do ensino liceal, primeiro em residências particulares, e em 1942 nas instalações do Clube Naval de Sesimbra²⁶², onde foram ministradas as primeiras aulas deste grau de ensino, a que se seguiram novos locais sempre provisórios para estas aulas. Pela ação do Dr. António Costa Marques, em outubro de 1946 foi construído de raiz um edifício para o efeito, o antigo Colégio na rua por detrás do externato Santa Joana, o qual funcionou até que em 1961 foi construído o novo Colégio, o qual agora localizado no extremo norte já em subida do vale e fora do tradicional agregado urbano.

Quanto ao ensino secundário, as aulas de preparação deste grau iniciaram-se em 1947 com período letivo diurno e noturno, embora o segundo só usufruído por rapazes, para a evolução só ocorrer muito mais tarde, por petição da comunidade local, apoiada pela Câmara Municipal, para construção de um novo estabelecimento de ensino em 1973, que acolheu o 3.º ano do Ensino Preparatório²⁶³. O sistema de escolas então

²⁶⁰ Diário do Govêrno, I Série, n.º 174, de 29 de julho de 1941. Para o concelho de *Sezimbra* foram previstas 33 salas de aulas para 18 novos edifícios, dez com uma sala, quatro com duas salas, um com três salas, três com quatro salas.

²⁶¹ Rodrigues, 2003: 218.

²⁶² Rodrigues, 2003: 225.

²⁶³ AMS|FCMS/L/B/05/Cx_04.

implantado perdurou em funcionamento durante as décadas seguintes, através do qual se assegurou não só as necessidades da população residente da vila, como do próprio concelho, até que o crescimento demográfico conduziu à construção de novos equipamentos escolares, primeiro para o ensino Secundário em 1986 e logo depois para o ensino do 2.º e 3.º Ciclos em 1989, ambos os estabelecimentos localizados no lugar de Sampaio, distante da vila mas central face à taxa de população escolar do concelho.

A política educativa local conhece nova orientação com a «Carta Educativa do Concelho de Sesimbra», formulada em 2006 sob o novo conceito de *escola pública*, “fulcro de desenvolvimento do país, não pode ser reduzida a um simples conceito, mas sim a um constante recurso de formação para a vida e de interiorização de valores para uma participação democrática e responsável das populações”²⁶⁴. Nestes princípios, foram implantados quatro níveis de educação de ascendente evolutivo da literacia básica à tecnológica, da literacia de informação à de comunicação, em que se consolida a intervenção municipal na gestão territorial do sistema educativo através deste plano que procuram promover uma identidade sustentada nos valores da cidadania, alicerçada na qualidade da oferta educativa e na promoção da formação de recursos como contributo para o desenvolvimento do Concelho. No presente, a vila de Sesimbra apresenta a menor parcela da rede escolar do concelho, mas que providencia parte importante das necessidades da comunidade, pois acolhe uma unidade de pré-escolar associada a uma IPSS e outra de ensino público, a par do 1.º ciclo do ensino básico, complementada por uma escola do 2.º e 3.º ciclo e por uma escola profissional do FORMAR, esta última com uma frequência quase inexpressiva.

Pese embora a evolução registada no historial educativo da sociedade sesimbrense ao longo de todo o século XX, esta comunidade manteve-se dependente da faina marítima, com os seus ciclos de bonança e momentos prolongados de carência. Quando do mar não se conseguia obter o quinhão com que alimentar a família, muitas vezes, as gentes subiam a encosta em busca de comida junto das comunidades rurais, pois havia que assegurar a subsistência numa época de completa ausência de estruturas de assistência social, seja por parte do Estado seja do Município.

Em momentos de maior aflição, como sucedeu, com particular sofrimento em 1932 e 1937, para minorar os efeitos da fome e extrema pobreza em que se encontravam pescadores e trabalhadores industriais com suas famílias, foi organizado um movimento

²⁶⁴ CMS, 2006: 6.

de apoio designado de *sopa dos pobres*. Em 1932 o recinto de cozinha e de distribuição foi montado no átrio exterior do hospital, custeada por uma contribuição coletiva obtida através de subscrição pública no jornal «O Sesimbrense», para volvidos cinco anos, novo período de privação levou a que o recinto de cozinha e distribuição fosse montado, desta vez com o apoio da Câmara Municipal, nas instalações da antiga fábrica Nacional de Conservas, as quais foram adquiridas em 1933 pela edilidade local²⁶⁵.

Nas décadas de 1940 e de 1950 a preocupação quanto às carências habitacionais da comunidade local motivou a construção de bairros sociais, “de casas para pescadores” e “habitação para as classes pobres”, expressão da missão corporativista de assistencialismo às gentes do mar apoiada pelo Município, mas galvanizada pela ação da Casa dos Pescadores. Nas décadas seguintes de 1960 e 1970, a proeminência turística e sobretudo a crescente especulação imobiliária, infletiram na estrutura urbana a construção de novas unidades hoteleiras, lotes e vivendas de residência secundária e de veraneio, em que o contexto da habitação social, embora ainda latente, era secundado pelos interesses de valor turístico que se refletiam na cadeia habitacional.

O culminar desta realidade ascendeu nos anos de 1980 e 1990 na imposição especulativa imobiliária e nas novas construções, despercebidas de uma visão de integração face à teia urbana consolidada, o que compeliu as gerações mais novas das famílias tradicionais a migrarem da vila para os crescentes núcleos urbanos rurais, ao passo que na vila as residências de segunda habitações e os prédios impunham-se às iniciativas do município, que procuravam condicionar o surto de urbanização e promover a construção de fogos a preços controlados, através da cedência de terrenos e do fomento ao envolvimento de cooperativas.

Nos anos mais recentes, a preocupação com a habitação social entrou numa nova etapa, influenciada pela saída de muitas famílias e de jovens do tradicional casco urbano, movimento com repercussões na estrutura económica e social. Em paralelo afirmou-se o peso imobiliário do turismo e da habitação sazonal, o que limitou os investimentos na habitação de génese social a obras de transição de antigos edifícios para novos fogos, que porém, acolhem uma comunidade envelhecida e famílias à beira da exclusão social, com reduzidos proventos e muito dependente de subsídios de inserção. Na última década, a construção de fogos a preços controlados acabou por ultrapassar a tradicional esfera da habitação social, agora proposta para atrair famílias

²⁶⁵ Rodrigues, 2003: 33.

funcionais e as gerações mais novas com capacidade financeira para, através de investimentos próprios ou por empréstimos bancários, obter a titularidade das residências, o que contribuiu para iniciar a renovação da população, embora residente em zonas de limite periférico face ao ancestral núcleo urbano.

Século após século e década após década, o espaço urbano de Sesimbra foi patente reflexo da peculiar evolução demográfica da sua comunidade, com consequências regressivas no edificado ou expansivas quanto perímetro de construções consoante os registos censitários da sua população, os quais remontam a 1422, então no computo dos habitantes do termo com 4200 almas, para na centúria seguinte em 1516 serem associados 2015 residentes no concelho e cerca de 500 na vila (25%), em 1527 o termo arrolar 2256 moradores e em 1534 registar 2025 habitantes. Em 1580 é possível obter nova relação entre os habitantes do concelho e da vila, em que para os cerca de 2100 habitantes do concelho residiam na vila perto de 1534 indivíduos (73%), para mais tarde em 1620 o concelho acolher cerca de 3400 habitantes, em 1640 o recenseamento realizado estimar no concelho uma população de 4275 habitantes em que aproximadamente 2000 residiam na vila (47%), para na centúria seguinte, em 1759 anotar-se no concelho 3765 habitantes e na vila 1965 moradores (52%).

No início do século XIX, o recenseamento de 1801 identificou para os 3898 habitantes do concelho cerca de 2236 residente na vila (57%), mais tarde o levantamento de 1820 logrou associar ao concelho 5220 indivíduos dos quais 2835 eram moradores na sede concelhia (54%), para no recenseamento de 1849 terem sido registados 4695 habitantes no concelho em que 1236 estavam sedeados na vila (26%), porém e não obstante os primeiros rácios, só no recenseamento de 1864 se pode, com maior certeza, entender o peso demográfico da vila face ao concelho, este com 5749 habitantes a que correspondiam na vila com 3085 moradores (54%). A partir de então foi possível traçar uma curva de relação direta entre o território e a sua população, quando em 1878 aos 6801 habitantes do concelho correspondiam 3720 na vila (55%), em 1890 dos 8340 habitantes eram inscritos na urbe 4709 (56%) e no ano de 1900, à população total de 9047 habitantes respondia a vila com 5135 residentes (57%), dealbar do século XX que a sede de concelho acentuou em apogeu socioeconómico e urbano.

Nas décadas seguintes assistiu-se à inversão desta tendência, uma queda de espectro ligeiro tal como evidenciava o tecido económico local, em 1911 dos 10.620 habitantes do concelho a vila apresentava 5811 (55%), em 1920 aos 11.472 totais correspondiam no burgo 6217 (54%), em 1930 no total concelhio de 13.276 eram imputados à vila

7050 habitantes (53%), em 1940 registava-se o rácio de 13.282 para 6618 habitantes (50%), em 1950 aos 14.947 do concelho correspondiam na urbe 6957 (47%), em 1960 do total de 16.837 a vila acolhia 7.567 (45%), em 1970 dos 16.650 habitantes residiam na vila 7015 (42%), momento em que se refletia grande incidência turística e plena expansão urbana. Desde então acentua-se quebra que se agudizou na atualidade, evidenciada em 1981 que dos 23.103 habitantes do concelho residiam na vila 8285 (36%), em 1991 dos 27.416 totais estavam afetos 7455 (27%), em 2001 do valor global de 37.567 correspondia a urbe com 5793 habitantes (15%), e em 2011 do total recenseado no concelho de 49.500 só residiam na vila 4841 (10%).

No Plano Estratégico de Turismo para Sesimbra, apresentado em 2009, registava-se que, “Sesimbra desenvolveu uma trajetória de secundarização face às dinâmicas económicas e sociais da Área Metropolitana de Lisboa, sem revelar capacidade para concretizar um percurso próprio de sucesso”²⁶⁶.

A vila não é tida como dormitório da grande metrópole, mas o concelho tornou-se um território adjacente de residência, pese embora o crescimento demográfico que, no entanto, não foi acompanhado por um crescimento económico, por um aperfeiçoamento social ou por um progresso cultural, com reflexos no potencial de atração de ativos ao território como de recursos trabalhados, através de medidas de apoios estruturadas para o desenvolvimento local. Se o rácio da população em idade ativa no município ronda os 66%, em linha com o registo da região de Lisboa, a vila evidencia baixa percentagem de trabalhadores com habilitação superior, cerca de 5%²⁶⁷, o que lhe comete uma posição de partida menos favorável para cumprir o triplo objetivo de crescimento da Europa 2020, o que requer medidas adicionais de qualificação dos recursos humanos.

O mesmo estudo regista uma trajetória de redução do número de desempregados, de 2006 para 2007 e de 2007 para 2008, porém invertida em 2009, consequência da crise instalada na economia nacional e que teve tendência a agravar-se nos anos seguintes, algo que a sazonalidade estival tende a amenizar. Neste índice de desemprego regista-se no ano de 2008, uma elevada majoração de desempregados com instrução escolar até ao 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, em que 30% destes desempregados, estão na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, predominância do desemprego jovem, maioritariamente

²⁶⁶ CMS, 2009: 7.

²⁶⁷ CMS, 2009: 34.

feminino, registo também de elevada incidência para os que procuram novo emprego face aos que procuram o primeiro emprego²⁶⁸.

No diagnóstico social realizado à freguesia de Santiago em 2005²⁶⁹, a sua menor área territorial e elevada densidade ocupacional acolhe um baixo índice de população residente, de contínua variação negativa, sequente à desertificação da vila e ao envelhecimento da comunidade, na qual, mais de um quarto tem idade igual ou superior a 65 anos, e onde a faixa superior aos 80 anos, tem expressão²⁷⁰. É também identificada elevada média de agregados de um só elemento, reflexo do cenário de ancianidade, a que acresce alta percentagem de elementos com formação superior na administração pública e no setor empresarial, molde da dinâmica urbanística associada a elevados custos de habitação²⁷¹.

Neste contexto passivo de *elitização* do espaço urbano, traçam-se fenómenos de polarização social, algo identificado em 2005 mas com reflexos visíveis na atualidade. A urbe mantém-se residência dos mais idosos, com parco poder económico e dependentes de medidas face ao isolamento, em que o lucro imobiliário limita a fixação de grupos sociais e económicos de rendimentos intermédios, predominantemente jovens e recentes famílias, que seriam o toque de rejuvenescência demográfica, ao mesmo tempo que alicia a asserção de grupos com capacidade financeira a adquirem residência, embora maioritariamente como segunda habitação.

No seu contexto, o território de Sesimbra reflete a tradicional capacidade de acolhimento da comunidade, sobretudo a comunidade da vila para com os forasteiros, sagacidade que se complementa com os benefícios apensos à melhoria dos níveis de formação escolar e de enquadramento cultural da população. Este é um campo onde se incorporam as tradições culturais, evidencias que nas últimas décadas tem sido redescobertas nos estabelecimentos de ensino, estimuladas por uma política de promoção da educação e da cultura promovida pelo Município, contexto que se estendeu a novas formas de apoio às instituições locais pela valorização do papel interventivo das IPSS e de outras instituições mais próximas das comunidades.

Na atualidade, a sociedade contemporânea face às suas estruturas e vivências, busca incessantemente soluções para as crises que a afligem, através de plataformas imaginativas, metáforas epistemológicas e experiências sensoriais em que *ver, sentir,*

²⁶⁸ CMS, 2009: 35.

²⁶⁹ Rodrigues, Amor, Matias, 2005.

²⁷⁰ Rodrigues, Amor, Matias, 2005: 29.

²⁷¹ Rodrigues, Amor, Matias, 2005: 43-44.

compreender e aceitar, são realidades que nas feições tradicionais permitem ascender novas relações que renunciam a hábitos psicológicos e a artifícios enraizados, reinventa-se contributos e reciclam-se culturas.

Aí, toda a comunidade humana tem natural tendência para evoluir e adaptar-se, e o espaço urbano, é o nicho onde tudo sucede. Trata-se de uma questão de princípio que suscita, em cada um de nós, o fascínio pelo passado, em que o património cultural e a sua fruição são um *modus* para acabar com o isolamento social, em que o ente material e cada sentimento incorpóreo, são decisivos para entender quem está ao nosso lado.

3.2. A vertente económica

A presença geográfica do Atlântico e a sua influência no território de Sesimbra, é elemento preponderante no contexto económico de todo o município, o que faz pender a sua dúbia perceção como limite capital e como ativo de elevado valor. Salvo o necessário distanciamento temporal até à atualidade, e a evolução que a pesca como atividade económica alcançou, a verdade é que estes balizamentos ainda perduraram nos dias de hoje, fator negativo nas povoações marítimas com limitações económicas e sociais, reflexos culturais, de governança e ambientais, pese embora todas as oportunidades que o mar propicia, de forma direta na indústria piscatória e suas atividades produtivas, e de forma indireta em atividades subsidiárias ou complementares como o lazer e o turismo, a gastronomia e a produção energética.

No documentário «Faina do Rio e do Mar»²⁷² de 1959, realizado por António Ribeiro, a imagem de Sesimbra anui sobre a sua ancestralidade piscatória e o pitoresco dos seus costumes ligados ao quotidiano do mar. A pesca surge como traço da póvoa comunitária presente na perspetiva das embarcações fundeadas na baía, nas redes dispostas em varais a secar no areal, na labuta dos pescadores nas ruas marginais ao Atlântico, na saída das companhas de marítimos para a faina, nos esforços braçais do alar das redes, na captura do peixe e na sua venda na *lota* do areal, perspetivas de olhar interessado e que cativam o provento de visita ao lugar.

A afirmação, no último quartel do século XIX, da indústria piscatória e conserveira, modificou o tradicional sistema de relacionamento entre armadores-pescadores e pescadores para um novo modelo de armadores e pescadores, consubstanciação

²⁷² ANIM|8000002-VHS.1/1.

económica numa perspetiva puramente lucrativo. As concessões estatais para operar as armações já não provinham da capacidade laboral local dos armadores mas, da capacidade económica que os novos potentados económicos de administradores, com interesses em vários locais do reino e com relacionamentos privilegiados com o governo constitucional, permitiam obter.

Em Sesimbra, o dealbar da indústria piscatória assentou neste primado, com as suas duas dezenas de armações em laboração nos mares da Arrábida, concessões deferidas de acordo com os interesses oligárquicos que se instituía em Lisboa e que se afirmavam na vila, manifesto no assentamento urbano de construção de residências apalaçadas que marcavam a ascensão da nova elite económica. A afirmação da atividade industrial conserveira balizou-se nas décadas de transição dos séculos XIX-XX, contínuo período de laboração até meados da nova centúria com relevante importância nos períodos marcantes de conflitos bélicos europeus, onde a alimentação de conserva foi procurada.

Na sua época inicial e de expansão áurea, chegaram a funcionar 14 fábricas até que em 1931, subsistiam sete, ainda com peso importante na economia local, e após 1945, com a redução da procura e com a reduzida capacidade de competitividade, se acentuou o ocaso desta atividade. A indústria conserveira de Sesimbra pautou-se durante muito tempo, sendo essas as causas que abreviaram o seu declínio, pela elevada afetação de espaços e de pessoal laboral, e pelo reduzida capacidade de utilização de maquinaria operativa, reflexo da cíclica incapacidade de assegurar o fornecimento regular de peixe²⁷³, no qual, a sardinha era a matéria-prima por excelência. Com a política corporativista seguida pelo Estado e a concorrência desregrada imposta por outros centros produtores nacionais de maior dimensão, como Setúbal e Lisboa, foram ditados os momentos finais desta indústria local.

Na década de 1960, Maria Alfreda Cruz experienciou em *Sesimbra* ainda forte presença da atividade piscatória, embora com o declínio das artes tradicionais e o ocaso das atividades complementares, como a indústria conserveira ou a cordoaria, embora a nova ponte sobre o Tejo tenha facilitado o escoamento do pescado fresco, ao mesmo tempo que a animação turística despertava, seja nos visitantes e veraneantes que procuravam a praia, seja nas áreas de apoio que surgiam com as unidades hoteleiras, marisqueiras e restaurantes, cafés e bares, sinais da influência de uma nova orientação traçada pelo plano de urbanização, onde se previa a ampliação da vila sob a coerência

²⁷³ Rodrigues, 2003: 145-146.

dessas novas premissas de progresso. Nestes anos, a vila tinha uma cadeia diversa de atividades comerciais distribuídas pelo recinto urbano, associadas a agentes económicos e a negócios específicos, que se desenvolviam ao ritmo do expansionismo residencial.

Eram várias as atividades existentes, de carvoaria a drogaria, colchoaria, farmácias, latoaria e estâncias de materiais de construção, móveis, louças e vidraçaria, áreas de combustíveis e lubrificantes, artigos de pesca, tecidos e retrosaria, tipografia, papelaria e fotógrafos, mercearias, cafés e cervejarias, hotelaria e restauração, tabernas e talhos, sapatarias e casas de costura, oficinas de serralharia, mecânica e equipamento elétrico.

A grande percentagem deste comércio tradicional era de pequena dimensão e de estrutura familiar, inábil de criar muitos postos de empregos, acolhia os jovens locais como aprendizes que, passado algum tempo, acabavam por sair da loja e procurar outras vocações. Toda esta mercancia era abastecida por grandes armazéns lojistas, sobretudo sedeados em Lisboa, os quais enviavam os seus caixeiros-viajantes para apresentar novos artigos e repor produtos em falta, ou quando estes não vinham com a necessária regularidade, expediam os pedidos a estafetas que levavam recados e pedidos de materiais, para regressarem no final do dia com os mesmos.

Quanto aos produtos e bens alimentares, os estabelecimentos, consoante as suas áreas de negócio e com exceção do peixe que era comprado na lota da praia ou nas *vendas dos caixotes* aos pescadores, abasteciam-se fora, com os animais para os talhos a virem dos mercados de Azeitão ou de Coina e de alguns proprietários da zona rural, os quais também providenciavam os produtos frutícolas e hortícolas, leites e queijos, para que das adegas da Quinta do Anjo, Palmela e de Azeitão, embora existisse produção local de alguns agricultores e taberneiros, proviesse o vinho que chegava à vila em carroças, carregadas de pipas, quartolas e barris²⁷⁴.

Para além dos estabelecimentos e das lojas, havia ainda o mercado municipal, primeiro de rua e mais tarde reconvertido pelo mercado coberto na antiga fábrica conserveira Lusitana, no qual as gentes das aldeias rurais com os seus produtos trazidos em carroças e ao dorso de burros vendiam a produção agrícola, pequenos animais de capoeira e alguns bens produzidos como queijos e enchidos.

Também na vila abundavam os vendedores porta-a-porta, conhecidos na memória popular como azeiteiros e petroleiros, que em pequenas carroças transportavam caixas e prateleiras com potassa e cloreto, sabão gordo, açúcar e sal, arroz, massa e farinha,

²⁷⁴ Rodrigues, 2003: 93.

azeite e petróleo²⁷⁵. Por vezes também o peixe era vendido individualmente por peixeiros, que em pequenas canastras o transportava em venda nas áreas mais apartadas do areal e em períplos pelas aldeias rurais mais próximas, para no sentido inverso, leiteiros vindos em carroças com bilhas de barro, e mais tarde de alumínio, vendiam rua-a-rua e porta-a-porta medidas de leite ordenhado nessa madrugada, a que não era estranho também encontrar empregados das padarias que, em cestos de vergas carregados às costas ou em cestas maiores carregados em carinhas, percorriam os largos e ruas da vila onde se juntavam mulheres e crianças para lhes comprar o pão de cada dia.

Pese embora todas as iniciativas económicas dinamizadas ao longo dos anos no espaço urbano de Sesimbra, a sua localização geográfica enquadrar, em si, um conjunto diversificado de apetências ambientais, de frente oceânica e mancha florestal, até à proximidade a importantes centros urbanos como Lisboa e Setúbal com os seus terminais marítimos, férreos e aeroportuários, fator indutor de desenvolvimento que no entanto não se tem traduzido em efetivos benefícios locais, seja no investimento económico, no favorecimento de ativos turísticos ou na promoção de estruturas fundamentais de ligação e de comunicação. Tal óbice decorre sobretudo das deficiências intrínsecas ao território que se agravaram, das difíceis acessibilidades às limitações de infraestruturas, de uma complexa gestão urbanística aos disfuncionais fluxos de residentes sazonais, o que não permitiu cativar todas as suas potencialidades.

O progresso de Sesimbra tende assim a assentar na capacidade de aproveitar a variedade de vocações locais e de capacidades regionais, encontrar soluções face ao impacto da sazonalidade que a região tem avolumado, o qual com reflexos em áreas desde a habitação à oferta turística, das infraestruturas à ecoeficiência energética, de modo a valorar as suas características endógenas, como os aspetos ambientais e paisagísticos, as potencialidades turísticas e económicas do mar, o rico registo histórico e as tradições etnográficas, uma demografia jovem e novas oportunidades de empreendedorismo. Aproveitar as realidades locais para criar um destino diferenciado onde a cultura, fonte expressiva de identidade, é terminante aptidão de inovação porquanto vantagem competitiva do território, é um esteio de crescimento integrado para o território e para a sua comunidade.

Até à década de 1940, o turismo nesta região assentava em muito na sua prevalência como estância balnear e praia de banhos, pese embora a ambiência pitoresca suscitada

²⁷⁵ Rodrigues, 2003: 82.

pela vila com a sua comunidade e atividades marítimas. Em meados dessa década eleva-se novo patamar associado ao aumento de veraneantes e banhistas, mas também, de interessados em roteiros de visita por áreas de beleza natural e sítios de interesse histórico galvanizados pela afirmação da Arrábida com o projeto turístico da «Região dos três Castelos». Impulsionada pelas intervenções de recuperação patrimonial e pela dinâmica cultural afirmada na *política do espírito* do Estado Novo, que teve o seu corolário nas comemorações do Duplo Centenário da Nacionalidade e na Exposição do Mundo Português, Sesimbra passou a acolher nas décadas seguintes, novas estruturas de apoio aos visitantes com importantes reflexos no crescimento de setores de relevância económica, como o eram a hotelaria e a restauração, ainda marcantes na atualidade.

Neste âmbito, e como se refere no PETS de 2009, a aposta de progresso atual passa pela prossecução de quatro áreas de intervenção, do envolvimento da população e das diferentes atividades económicas, à preservação ambiental, requalificação urbana e preservação da identidade²⁷⁶. O desenvolvimento proposto é conexo aos pilares de crescimento definidos na Estratégia Europa 2020 como inteligente, sustentável e inclusivo, ao promover a qualificação dos ativos humanos e a valorização das vantagens territoriais, através de modelos integrados de ação que conjugam parcerias estratégicas locais com programas pró-ativos, conscientes das limitações mas sobretudo, das competências suscitadas pelos agentes locais e suas redes de interesses.

Não obstante, o contexto empresarial de Sesimbra é fraco, sustido num universo de pequenas empresas que a crise financeira dos últimos anos ameaçou, mesmo no seu setor de atividade económica com maior expressão, o qual detinha empresas de importância regional e nacional, o setor da construção civil, o que justifica o reduzido peso que as empresas locais geram nos ativos económicos produzidos. A realidade induz similar expressão quanto às empresas ligadas às atividades de direta relação turística, sobretudo a hotelaria, a restauração e os serviços conexos, pois o desmedido peso da sazonalidade não permite uniforme possibilidade de expansão deste segmento de atividades mesmo ao considerar o potencial turístico que Sesimbra representa.

Nos últimos anos, e quanto ao emprego, o rácio do concelho confere ainda destacada importância às atividades associadas à construção civil, com cerca de 30% do emprego na população ativa, realidade que comprova o peso desta atividade, mesmo em declínio, face ao comércio e seus serviços, com uma taxa de emprego bem mais

²⁷⁶ CMS, 2009: 8.

reduzida. Seguem-se os serviços de educação, saúde e cultura, e da hotelaria e restauração que, apesar de baixas, apresentam uma média superior à regional e nacional. Nesta conjunção há a salientar a presença no contexto do emprego concelhio, de atividades ligadas à agricultura e pescas, como igualmente à indústria extrativa²⁷⁷.

No global, Sesimbra apresenta uma estrutura económica e um tecido empresarial²⁷⁸ assente na fraca industrialização, com peso expressivo da indústria extrativa pelo manancial do maciço calcário da Arrábida, e com um peso ainda forte das empresas de construção civil e atividades associadas. Segue-se a atividade piscatória, com o porto de Sesimbra a assumir relevância à escala nacional, o crescimento da agricultura, embora de reduzida expressão suportada pelas condições naturais e pela disponibilização de terras. Igualmente regista-se a afirmação dos serviços em benefício da população residente, como também de visitantes, caso dos serviços de saúde, educação e comércio, e ainda com relevante significado, o crescimento, embora frágil e de carácter sazonal, das atividades de serviços associados ao turismo, como o alojamento, a restauração ou a animação cultural e desportiva.

É também patente que a atividade económica local apresenta uma base de diversificação e de complementaridade ainda reduzida, ou até mesmo deficiente, face às potencialidades existentes. Tal é visível no peso ainda alto das atividades mais costumadas e com menos potencial de inovação, como a construção ou o comércio de bens, em detrimento das áreas de inovação tecnológica ou das empresas de prestação de serviços, a que também se associa o peso negativo, sobretudo ambiental, de algumas das principais ações de benefício económico, como a indústria extrativa, a construção civil ou o turismo de índole sazonal.

A estas, associam-se as dificuldades sociais nas atividades ligadas à pesca e ao comércio local, que no seu global influenciam a realidade empresarial de Sesimbra, pouco expressiva em termos de empresas e assente numa exígua diversidade de atividades e complementaridade de oferta, pouco dinâmica e inovadora, com manifestas dificuldades de fluidez financeira e de capital de risco para o empreendedorismo, baixo índice de qualificação em termos dos empregos e limitações de implantação, como de acessibilidade, num contexto económico cada vez mais dinâmico e competitivo.

No caso específico da urbe, para além do desordenamento funcional do espaço na regularização e coerência urbanística, ou no funcionamento estruturado do quotidiano,

²⁷⁷ CMS, 2009: 40.

²⁷⁸ CMS, 2009: 46.

sucessão das históricas dificuldades de acessibilidade ou da exiguidade de espaço edificado e da organização da circulação e do estacionamento. A pressão crescente suscitada pelo mercado imobiliário, a par da redução dos residentes e da influência menos abonatória da sazonalidade turística, limitam em cadeia a sustentabilidade da atividade económica local, o que aumenta os esforços de aplicação da vila em termos de custos energéticos, consumos desmedidos de água, agravamento da gestão de resíduos, de estruturação ordenada e da imperfeita partilha do espaço público.

No estudo do PETS, Sesimbra apresenta, “condições efectivas para que a Economia do Mar possa funcionar como motor do desenvolvimento integrado do concelho, articulando o turismo com as artes e ofícios tradicionais ligados à actividade pesqueira”²⁷⁹, porém, num contexto onde a autenticidade da vila é condição base para esse desenvolvimento, requer-se maior aposta na requalificação integrada do espaço urbano, na regeneração das atividades económicas, na reorganização da existência social, no reordenamento dos ativos ambientais e no desempenho da vivência cultural, o que numa base sistemática se pode definir como *regeneração urbana integrada*.

Em 2013 foi elaborado na Câmara Municipal um estudo de avaliação quanto à caracterização das realidades económicas do município, «Algumas ideias para a elaboração de uma Estratégia Económica para Sesimbra»²⁸⁰, o qual deu particular ênfase à abordagem em torno do tecido empresarial do concelho. Nesse estudo surge um cenário desfavorável para o território, quando comparado com a península de Setúbal e o resto do país continental, ao concentrar empresas de pequena dimensão que geram desequilíbrio entre setores produtivos, no qual, a predominância do setor da construção exibe um setor industrial transformador de baixa tecnologia, associado a uma menor capacidade de volume de negócios e inferioridade de valor acrescentado bruto, tanto por empresa como por trabalhador, os quais são trabalhadores de menores qualificações e com ganho médio mensal baixo²⁸¹.

Esta realidade requer assim reflexão para a redefinição da estratégia económica local, com particular incidência quanto ao tecido empresarial nos setores produtivos, competitividade de produtos e de serviços, empregabilidade e formação do fator humano na produção, o que motivou a definição de algumas orientações estratégicas para a operacionalização da necessária evolução no contexto local.

²⁷⁹ CMS, 2009: 46.

²⁸⁰ Aldeia, 2013.

²⁸¹ Aldeia, 2013.

Uma primeira orientação preconizava o aumento dos níveis médios de dimensão empresarial, através da qualificação do trabalho, da produtividade e do rendimento salarial em cada setor económico, até patamares comparáveis com a Península de Setúbal e com o país, de modo a estabilizar estes setores face ao evidente desequilíbrio, menor dimensão e fraco desempenho intersectorial. Havia que equilibrar a económica local, ao reorientar o peso do setor da construção, de relevância nacional embora sem capacidade exportadora e muito dependente do financiamento público, e aumentar o peso dos setores por natureza mais fortes no território, a agricultura, a pesca e o turismo.

A pesca e a agricultura eram setores tradicionais e persistentes, com baixo impacto ambiental e importantes ativos sociais, caso da pesca em que a sua produção era superior à que se registará há 50 anos atrás²⁸², e ambos, localizados na base da cadeia económica, o que os tornava decisivos. Quanto ao turismo, setor recente mas afirmado há várias décadas, evidencia perspectivas de crescimento sustentadas na valorização dos contextos intrínsecos do território, caso das ambiências naturais ou do património cultural, capazes de se conciliarem com atividades mais sustentáveis como a agricultura e a pesca, pelo que, em termos globais, não se afigurava proveitosa a diversificação das atividades económicas para além das indicadas, o que requeria recursos para estas atividades de desenvolvimento prioritário.

Uma segunda orientação ia no sentido do reequilíbrio estrutural da economia local, com redução do peso da construção e aumento do peso da agricultura, da pesca e do turismo, de modo a valorizar o reforço da capacitação de recursos humanos e de investimento financeiro acessível às empresas. Na relação dos recursos humanos, havia que apostar na quantidade e na qualidade da formação, dos níveis de habilitações e escolaridade até à formação habilitante e profissional coerente com os setores económicos prioritários, a que acrescia a aposta na organização do empreendedorismo e de princípios de gestão empresarial. Quanto aos recursos financeiros, mercê da reduzida dimensão empresarial e dos baixos indicadores de produtividade, dois freios ao crescimento e à qualificação das empresas, havia que promover alternativas moldadas face às necessidades locais que permitissem ultrapassar a sua menor dimensão, através de uma sociedade de desenvolvimento local ou regional e pela aposta em políticas de formação e iniciativas de captação de capital.

²⁸² Aldeia, 2013.

Uma terceira orientação emanava da maior qualificação dos recursos empresariais humanos e financeiros, através do investimento e da capacitação, em termos de escolaridade e nas áreas da formação profissional, empresarial e de empreendedorismo, a que se devia acrescer a captação de fontes complementares de financiamento. Esta aposta passava pelo incentivo ao associativismo empresarial, de génese local e de impacto regional, embora existissem, porém sem expressão de investimento e de capacitação, alguns polos de captação como a Associação dos Comerciantes e Industriais do Concelho de Sesimbra e a Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, ambas vocacionadas para o comércio e os serviços, a Associação de Armadores de Pesca do Centro e Sul para o setor da pesca, a Associação dos Apicultores da Península de Setúbal para as atividades de génese rural²⁸³, ou o Turifórum que, não visto como uma associação formal, obtinha representatividade dos empresários e operadores no setor do turismo. Propunha-se outra dimensão apoiada num associativismo empresarial mais diversificado, consolidado e dinâmico, estrutura funcional que capta-se iniciativas dirigidas à qualificação e ao crescimento empresarial sustentado, apto a prover pontos de articulação para o fortalecimento do “capital social” da atividade económica, ativo gerador e modelo integrador na dinâmica local.

Uma quarta orientação incidia no predisposto desse associativismo empresarial diversificado, forte e dinâmico com incidência setorial, e tal como defendido no Plano Estratégico de Turístico, sobre o princípio de afirmação do Mar como ideia estruturante para o território e para a afirmação da conjunção local. Permitia-se assim interligar atividades complementares da faina piscatória às atividades turísticas de lazer, sustentadas no pressuposto estratégico de afirmação da *economia do mar* e de uma capacidade endógena de a promover como uma “aglomeração produtiva local”²⁸⁴, de modo a permitir potenciar sinergias e agregar investimentos.

Concluía esse estudo com a definição de um conjunto de linhas de ação a implementar em cada um dos setores abordados. Para o sector da construção, considerava-se a sua variação estrutural, apostada na reabilitação de edifícios e espaços urbanos, na classificação dos aspetos operativos e laborais de qualidade e de segurança, na instituição de um *fórum* da construção, a envolver as empresas locais, propício à qualificação e promoção empresarial. Para a agricultura, propunha-se um plano de

²⁸³ A ACICS sediada na vila de Sesimbra, a ACSDS com delegação na povoação de Santana, a AAPCS sedeadas no porto de abrigo e a AAPS sedeadas na vila da Quinta do Conde.

²⁸⁴ Aldeia, 2013.

comunicação sobre a sua imagem de tradição e de sustentabilidade ambiental, capaz de harmonizar a proteção dos solos das espécies com a produção de alimentos qualificados, associados à criação da marca *produto agrícola de Sesimbra*, com o aumento da área geográfica de cultivo, diversificação da produção, apoio à agropecuária e envolvimento dos estabelecimentos comerciais para melhorar os canais de escoamento.

Quanto à pesca, propunha-se igual plano de comunicação como atividade tradicional e de eficiência ambiental, capaz de conciliar a preservação das espécies com a sua captura qualitativa, criação da marca *peixe de Sesimbra* e aumento da diversidade de espécies capturadas de modo à expansão da cadeia de valor do produto através da embalagem e da refrigeração, complementada com projetos de investigação e melhoria das condições laborais nas embarcações, a par da promoção de atividades inovadoras como a pesca turística a bordo das embarcações profissionais. Finalmente para o turismo, com a replicação do PETS, propunha-se um plano de comunicação sustentado nos produtos turísticos locais, um *core business* direcionado para a imagem turística do concelho, apostado na qualidade dos serviços e no seu reconhecimento como destino diferenciado, onde se combina a tradição com a sofisticação, num espaço atrativo onde se cotejava valor aos elementos naturais, das áreas verdes aos contínuos de areal, à própria apropriação da marca *Arrábida*.

No que especificamente concerne ao turismo, outro estudo, também realizado pelo Município em 2012 merece menção, «Turismo em Sesimbra (2000–2010)»²⁸⁵, onde na caracterização então realizada se evidenciava uma evolução dissonante face aos interesses locais. Na abordagem à capacidade de alojamento por mil habitantes, Sesimbra apresenta trajetória dissonante face à península de Setúbal, à região de Lisboa e ao país, ao registar nos quadriénios 2003-2006 e 2007-2010 acentuada descida, enquanto a Península e o país patenteavam subida moderada²⁸⁶.

Se no global o indicador do número de hóspedes evidenciava perspetiva positiva, mercê da adição dos registos de procura das unidades hoteleiras, no rácio de dormidas estabelecidas por cada cem habitantes, era porém acentuada a quebra local face ao registo regional e nacional, indicio da menor capacidade para animar a procura de alojamento e resultado de um padrão de estadias de muito curta duração. Quanto à sazonalidade, regista-se no período julho a setembro, face ao restante ano, efetivo

²⁸⁵ Aldeia, 2012.

²⁸⁶ O indicador requeria atenção face à expansão demográfica do núcleo urbano da Quinta do Conde, periférico no território do concelho mas contíguo ao complexo de golfe da Quinta do Perú.

aumento pois, em comparação entre os quadriénios 2003-2006 e 2007-2010, apresenta-se uma perspetiva negativa pela reduzida oferta de eventos e de iniciativas de atração de visitantes fora desta época alta, o que influi reflexos na dinâmica hoteleira.

No estudo base do PETS, e perante os dados recolhidos no ano de 2007 quanto aos indicadores de turismo, Sesimbra exibia melhor performance relativamente à média regional quanto à capacidade de alojamento em hotéis e à estada média. Não obstante, apresentava dependência de um reduzido nicho de mercados emissores, o português, o inglês e o alemão, os quais representavam 65% das dormidas, comparativo aos 62% da média nacional. Este facto, associado à reduzida taxa de ocupação/cama, com cerca de 39% face aos 43% de média nacional, evidencia a influência da sazonalidade que, embora os esforços de a contornar com a aposta no mergulho e no golfe, suscitava forte concentração de dormidas entre julho e setembro, na ordem dos 42% do total anual, perante os 37% de média nacional, reverso da dificuldade sentida em reter os turistas no território quando a estada média era de 2,5 dias no concelho, valor distante dos 3 dias de média nacional, mas muito próximo do padrão regional de 2,3 dias²⁸⁷.

Assim, no estudo «Turismo em Sesimbra (2000 – 2010)» com base nos dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período 2000 a 2010, regista-se, “uma deterioração da maioria dos indicadores deste sector, relativos ao Município de Sesimbra, ao longo da última década, a qual não tem paralelo, nem dos dados nacionais, nem nas regiões em que Sesimbra se integra”²⁸⁸, análise elaborada na comparação de indicadores entre este município e os seus vizinhos de Almada, Palmela e Setúbal, como igualmente, entre Sesimbra e a Península de Setúbal.

Desde 2004 que a estada média de hóspedes estrangeiros diminuía, até que em 2010, alcança valor equivalente a metade de 2003, quando esta queda se acentua em 2008 que, por comparação à média dos períodos 2003-2006 face a 2007-2010, a redução do indicador passa de 3,2 noites de estadia para 2,1.

Este contexto da capacidade de alojamento por mil habitantes, entre 2003 e 2010, regrediu de 23,1 para 16, com o valor mais baixo em 2007 que, na comparação da média de 2003-2006 face a 2007-2010, evidencia decréscimo do indicador de 21,1 para 15,8. Porém o número de hóspedes por habitante evoluiu, de 1,1 para 1,3 entre 2003 e 2010, para na comparação de 2003-2006 face a 2007-2010, evidenciar igual crescimento de 1,1 para 1,3, realidade oposta à simetria de hóspedes estrangeiros que

²⁸⁷ CMS, 2009: 49.

²⁸⁸ Aldeia, 2012: 1.

desce de 41,2 para 39, a qual, quando comparada em média de 2003-2006 face a 2007-2010, acentua redução do indicador de 40,9 para 38,7.

Quanto às dormidas em estabelecimentos hoteleiros, por mil habitantes, estas também evidenciam diminuição, registo entre 2003 e 2010 de 299,8 para 206,2 que, quando comparada à média do quadriénio 2003-2006 com a de 2007-2010, a diminuição do indicador vai de 286,3 para 224. Aqui, a estada média no estabelecimento hoteleiro desce de 2,6 para 1,6 entre 2003 e 2010, enquanto para o mesmo período, a taxa bruta de ocupação de camas decaiu de 36,2 para 35, o que em comparação entre 2003-2006 e 2007-2010, evidencia ligeira subida de 38,2 para 38,3.

Na sua maioria, as dormidas em estabelecimentos hoteleiros foram realizadas por turistas da União Europeia²⁸⁹, expressivamente no segmento de portugueses em tendência crescente, embora no global, fosse manifesto o declínio das dormidas em estabelecimentos hoteleiros. No caso dos turistas estrangeiros, a tendência de crescimento mais expressiva é de espanhóis, e mais ténue de alemães, com as restantes nacionalidades a patentear diminuição, em que o registo mais significativo está nos naturais dos Países Baixos. No seu todo, a expressiva maioria dos hóspedes são de origem portuguesa que, não obstante, diminuía quanto ao seu peso relativo face ao crescendo dos espanhóis e dos alemães.

Quanto à estada média de hóspedes estrangeiros, registou-se diminuição em termos locais de 3,3 noites em 2000 para 1,8 em 2010, que na abordagem aos quadriénios 2003-2006 e 2007-2010, revelou descida alinhada com a Península de Setúbal, a região de Lisboa e o país. A nacionalidade dos turistas que usufruem das unidades hoteleiras de Sesimbra revela diminuição do registo de dormidas, exceto nos de origem espanhola, em que dos restantes, a menor quebra foi de turistas nacionais, variável ao longo da década estudada onde se patenteava a subida dos turistas espanhóis em 55,6%, enquanto para os restantes o sentido era inverso, com os portugueses a descer cerca de 6,1%, os franceses 31,4%, os alemães 47,4%, os italianos 56,1%, os provenientes dos Países Baixos 59,0% e do Reino Unido 63,2%, a que acresce referir que os turistas com origem nos EUA registam também redução na ordem dos 50,8%.

Pese embora estes dados, a década pautou-se por uma posição positiva na procura de serviços hoteleiros em Sesimbra, balizada nos limiares por um acréscimo na ordem

²⁸⁹ Aldeia, 2012: 3. O estudo define a União Europeia pelo seu enquadramento “Europa dos 15”, com base nos dados divulgados pelo INE, respetivamente Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia.

dos 63,5% com particular incidência nos anos de 2008 e 2009, momento em que a crise económica que se afirmava na Europa suscitou a redução do padrão de férias.

Acumulou a permanência dos portugueses no país com o aumento da procura do mercado português por estrangeiros, mais atrativo e com preços mais económicos, pese embora a redução do número de hóspedes italianos em 11,2% e de provenientes do Reino Unido em 13,8%, a que acresce os dos EUA em 9,7%, contrapõe o crescimento dos restantes, caso dos provenientes dos Países Baixos em 43,8%, franceses em 47,4%, portugueses em 51,2%, alemães em 83,0% e espanhóis em 205,6%. Em percentagem global de hóspedes, os espanhóis duplicaram de 5,6% para 10,4%, secundados pelo acréscimo de outras nacionalidades de 4,5% para 7,7%, enquanto os portugueses diminuíram de 65,9% para 61%, o que não invalida acentuada diminuição da duração das estadias entre 2000 e 2010, em 50%, com os portugueses a registar menor diminuição de 38%, ao passo que os turistas provenientes da Alemanha e Países Baixos registaram as maiores descidas, de 71%.

Os dados abordados por este estudo lograram também comparação com os municípios vizinhos, de relação geográfica e dinâmica turística similar a Sesimbra, a par da realidade experienciada na Península de Setúbal e na Região de Lisboa.

Na comparação com o Município de Setúbal, regista-se que nas dormidas em unidades hoteleiras, pese embora a quebra no início da década, esta teve tendência crescente até 2007, em que a conjugação dos indicadores de evolução quanto ao número de dormidas por hóspede revela crescimento em grande parte da década até 2009-2010, quando se regista inversão desta tendência. Face ao Município de Palmela, no que respeita às dormidas em estabelecimentos hoteleiros, este apresenta um valor muito baixo que tem sido contornado por uma tendência de aumento, verificado quanto às dormidas em estabelecimentos, uma evolução positiva e regular ao longo de toda a década. Por fim e quanto ao Município de Almada, o número de dormidas em unidades hoteleiras se, no início da década, apresentava valores similares, em 2005 inicia um distanciamento com maior índice de dormidas, só quebrado em 2009, embora em termos de hóspedes a evolução mantém-se similar apesar da tendência decrescente, que porém em Almada é menos expressiva.

Na relação de ponderação face à Península de Setúbal, torna-se evidente a necessidade de conjugar as tendências assumidas nos quatro anteriores municípios, os quais representam neste território cerca de 90% das dormidas, e mais de 80% dos

hóspedes em unidades hoteleiras na Península²⁹⁰. Evidencia-se aí que Sesimbra não conseguiu acompanhar a evolução da Península, muito motivada por Setúbal e Palmela, uma evolução divergente só equiparada no que respeita ao indicador das dormidas por hóspedes, o qual resultado das quebras registadas entre 2008 e 2010, pese embora a quebra na média peninsular seja menor que a de Sesimbra.

Na comparação com a Região de Lisboa quanto às dormidas de estrangeiros, é clara a significativa diferença em que os turistas provenientes de Espanha são o registo superior com uma evolução prevalecente face ao total dos estrangeiros, enquanto os vindos da Alemanha e do Reino Unido estão numa relação de similitude, pese embora essas mesmas nacionalidades apresentem algumas oscilações quanto aos hóspedes em Sesimbra. Também é manifesta a diferença na relação de noites por hóspedes, segundo a nacionalidade, pois Sesimbra apresentava no início da década grande variabilidade entre nacionalidades e médias de noites, de franceses com uma média de mais de sete noites a italianos, espanhóis e naturais dos EUA com média acima das três noites. No final da década, a evolução é negativa em todas as nacionalidades numa média inferior a duas noites, enquanto na região de Lisboa a média de dormidas regista-se mais longa, entre duas e três noites, situação que difere aquando portugueses que apresentam estadias médias mais baixas, aí mais elevadas em Sesimbra face à região de Lisboa, até que no final da década estes valores também se invertem.

Da tradicional busca pelo *sol e mar* ao pitoresco da faina marítima, do gosto pela gastronomia do peixe à afirmação de função residencial secundária, foram vários os fatores de expansão económica que vocacionaram a atividade turística como um dos mais proeminentes vetores de crescimento local. Com os anos, tais metas não se materializaram na consolidação de fatores distintivos, ou até de uma oferta competitiva, à qual faltou uma autenticidade qualificada e uma identidade própria, diferenciada e peculiar de um território e de uma forma de vida.

Nesta perceção, a vila tem o mais recente percurso da sua identidade, não só na sua tipicidade piscatória mas, na forma como ao longo de diferentes gerações viveu o seu quotidiano, tido este como fator de atração cultural, de animação ou de divulgação, que urge entender e aproveitar para benefício local, intrínseco e indissociável do que é hoje e, do que será no futuro.

²⁹⁰ Aldeia, 2012: 16.

3.3. A vivacidade cultural

O *património cultural* é, em si, conceito que suscita um manancial de afetividade linguística que varia consoante as orientações culturais que lhe estão subjacentes, desde o *património cultural* dos países latinos à *herança cultural* dos países anglófonos e ao *bem cultural* dos países germanófilos²⁹¹, de onde ressalta em todas, a universalidade de identificação e de transmissão de valor, o património enquanto um bem e uma herança. A cultura surge aqui como expressão justificada do conjunto de todos os bens e de todos os legados, de forma material e imaterial, alvos de conservação e de usufruto que transitam de geração para geração, um processo dinâmico que se enriquece.

Mormente pela riqueza histórica, geológica, etnográfica e ambiental do concelho, a cidade de Sesimbra assenta a sua memória do passado na relação que firmou com o mar, seja pela pesca como fundamento económico, seja pela estrutura social comunitária. Conferiu-lhe desde meados do século XVIII uma tipicidade atlântica cativante à atenção do visitante, que no dealbar do século XX, suscitou a atenção do turista que converteu a vila, e a sua angra, num local prazenteiro de visita. No núcleo urbano mais tradicional ainda se consegue materializar, mercê da sua posição sobranceira ao mar e da patine envelhecida que remanesce no edificado, pese embora as alterações ocorridas na segunda metade do século XX, um carácter de paridade muito próprio com elevada incidência cultural, transposta nos edifícios e paulatinamente registada nas rotinas do dia-a-dia passadas pelos mais velhos aos mais novos.

Através da abertura das novas avenidas, em meados do século XX, ou pela construção de novos prédios, que descaracterizaram a póvoa piscatória, o seu contributo histórico encontra-se partilhado com a grandeza ainda sentida nos antigos bairros periféricos da vila onde na industrialização, se sediaram as fábricas conserveiras e os seus trabalhadores em residências geminadas, ou com os vestígios edificados de memórias coletivas como a primeva capela de São Sebastião, na via para o castelo, ou o cruzeiro que alumia a recôndita vala de 1857 onde persiste a dedicação de gente anónima, ou até ao mais recente hotel do Mar, que se tornou um ex-libris da arquitetura nacional da década de 1960, de reconhecimento internacional. O contexto urbano e a sua vivência história apresentam-se em cada momento, e em diferentes construções,

²⁹¹ Nabais, 2004: 9-10.

sem se poder qualifica-las mas, de modo a compreender a sua escala de intervenção, para que com coerência se possa entender o contexto cultural que abraça a vila.

A percepção do encadeamento da sua fruição tem génese profunda na formação da comunidade, ainda arreigada aos termos empíricos do dia-a-dia e da transmissão de entendimento entre gerações, facto que marca o ancestral carácter desta grei, como observou Raul Brandão, “se um adoece, os outros ganham-lhe o pão: recebe o seu quinhão inteiro. Se morre, sustentam-lha a viúva e os filhos, entregando-lhe os ganhos que ele tinha em vida. Dão ao hospital e ao asilo uma parte do pescado”²⁹².

Esta cultura foi igualmente sujeita a conotações e expressões de poder, onde a ascensão de novas dimensões implicou sempre a implantação de renovados valores, muitas das vezes não associados ao porte anterior, o que conduziu a modelos culturais, alicerces de um determinado período que configuravam formas de criação, de leitura e de afirmação das relações sociológicas. Refletir intelectualmente sobre esta cultura, e de modo mais particular sobre o seu património cultural, requer uma cadeia metódica de entendimento que permita compreender tão ampla sistémica, onde a comparação de modelos e a sobreposição de distintos campos de conhecimento, será a principal característica que estimula a percepção imagética.

Desde finais do século XIX que a publicação de jornais locais relançou o interesse pelo conhecimento e divulgação da história e das tradições locais, génese na ação editorial de «O Cezimbrense» (1894), do «Jornal de Cezimbra» (1899)²⁹³ e mais tarde de «O Cesimbrense» (1926). Porém, é com a dedicação de Joaquim Rumina, investigador apaixonado pela história de Sesimbra, que nasceu a ideia de criar uma liga para a defesa dos interesses de Sesimbra, a qual sem futuro, acabaria por germinar a vindoura associação para salvaguarda dos interesses culturais locais, a Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra, a qual teve os seus estatutos aprovados em 1950, devotada à conservação, estudo e valorização desse monumento medievo²⁹⁴.

No contexto letrado local, merece menção a proposta de criação de uma biblioteca pública na vila, intenção formalizada após o inverno de 1945, com a derrocada do telhado da devoluta capela do Espírito Santo, o que motivou o móbil municipal de reaproveitar o edifício para novo fim. Em janeiro de 1947 celebra-se a escritura entre o município e o proprietário, e em dezembro desse ano é apresentado por João Gouveia

²⁹² Brandão, s.d: 148.

²⁹³ Henrique Souto, João Aldeia, Luís Martins *in* Martins (org.), 2013: 37.

²⁹⁴ Jorge Preto *in* Guerra, 2006: 14.

um estudo para a sua adaptação a biblioteca, o qual evidenciava, “um sabôr antigo não descurando contudo a comodidade e a atração dos leitores”²⁹⁵.

Porém o projeto não teve sequência e volvida uma década, em maio de 1958 com base no Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, que havia constituído uma frota de bibliotecas móveis em carrinhas Citroën HY, surge a primeira biblioteca pública de Sesimbra. O sucesso desta biblioteca móvel conduziu à sua instituição de uma biblioteca fixa, a biblioteca n.º 38 da rede da Fundação, instalada na antiga capela entretanto recuperada, com o novo equipamento inaugurado em 1962²⁹⁶. O espaço funcionou, secundado por um anexo posto de turismo, até 1973, quando obras de beneficiação colocaram a descoberto o antigo *esprital*, o que motivou uma intervenção arqueológica que se prolongou até 1981, e conduziu à transferência da biblioteca Gulbenkian para a escola Conde de Ferreira, então desafeta, e mais tarde, de novo deslocada para a escola do 3.º Ciclo entretanto desativada. Em 1997 e no âmbito do Programa Nacional da Rede das Bibliotecas Pública, uma candidatura permitiu a construção da nova biblioteca municipal, um processo que se prolongou no tempo até setembro de 2005, quando então a biblioteca é inaugurada no Cineteatro João Mota, edifício desativado e devidamente reabilitado para acolher a nova função.

Se a vila é um espaço de visita em circuito cultural, ao jeito do *grand tour* logo no século XVIII, e se é registada como ponto de interesse turístico, ainda no crepúsculo do século XIX, é contudo no século XX, que a proeminência da salvaguarda, do estudo e da divulgação do património cultural local assume novas premissas, com a constituição de um museu enquanto repositório da identidade local e recinto de formação da comunidade marítima.

Nos princípios positivistas que nortearam o século XX, era defensável a importância que a tradição sociocultural e a riqueza etnográfica tinham na formação da comunidade, facto explícito na intenção de criar o museu-escola de Pesca em 1926, a que se seguiu, com a fixação da sede do Clube Naval de Sesimbra na fortaleza de Santiago em 1932, a criação de uma exposição de miniaturas de artes de pesca, ideia base para um primeiro museu que a mudança de instalações acabou por impedir²⁹⁷. Porém germinou, e mercê da relevância que o património histórico tinha na identidade nacional, influenciou mais tarde a ideia para um museu regional de Pesca, publicitada

²⁹⁵ AMS|FCMS/L/B/01/Cx_06.

²⁹⁶ João Ventura & Luís Gonçalves in AAVV, 2004: 51.

²⁹⁷ António Marques in Graça & Felgueiras, 2009: 56.

em 1941 e retomada em 1964 no ante projeto para construção de um novo “posto da guarda fiscal, alfândega e casa dos pescadores”, ao qual se associava um museu etnográfico, na avenida Mar e Sol, fronteira ao areal e ao mar²⁹⁸.

Porém só em 1981 toma forma a perspectiva de um museu dedicado à comunidade marítima de Sesimbra, pois até então o Museu Arqueológico sediado no castelo, desde 1960, era a única entidade museológica existente. A iniciativa foi principiada pelo Município que promoveu, junto da comunidade local, a recolha de objetos antigos ligados à pesca para incorporar uma primeira exposição temporária, intitulada «Sesimbra e o Mar», realizada no salão do externato de Santa Joana, e que permitiu integrar alguns dos materiais recolhidos numa nova coleção etnográfica do museu Arqueológico, o qual em 1982 foi transferido do castelo para um edifício na vila, situado na rua Dr. Aníbal Esmeriz. Em 1987 revelou nova exposição temporária, desde vez no salão do Grupo Desportivo de Sesimbra, em que se consolidou a ideia de criar um museu do Mar, o que se sucedeu em instalações provisórias, a par do museu de Arqueologia, na então desocupada escola do 3.º Ciclo, uma localização provisória que se tornou definitiva até que na atualidade, em 2006, o museu de Arqueologia regressou ao castelo e o museu do Mar foi adaptado a reserva museológica visitável sobre etnográfica marítima, a qual aguarda a sua transferência para um novo espaço a instalar na fortaleza de Santiago.

Também o movimento associativo local reproduz outra forma de entender o legado cultural, quer na sua feição material quer na sua fáceis incorpórea, fenómeno que remonta a 1853 com a primeira coletividade de génese cultural, então dedicada ao ensino musical, a Sociedade Philarmónica, que se afirmou como espaço de confraternização social e de divulgação cultural, onde se reunia a elite económica e intelectual local, o que fez desta coletividade, uma das mais preeminentes de Sesimbra até aos dias de hoje. A associação acolheu diferentes gerações de sesimbrenses e acompanhou o momento áureo das atividades industriais ligada à pesca e à expansão urbana, evoluiu mais tarde em 1872 para Grémio Philarmónico Sesimbrense, em 1891 passou a ser denominada por Grémio Literário e Artístico Cezimbrense, em 1904 foi o Grémio Cezimbrense e finalmente em 1939 ressurgiu como Clube Sesimbrense²⁹⁹.

A transição social e política de finais do século XIX teve também reflexo em contornos culturais de especificidade local, transitados na histórica desavença entre

²⁹⁸ AMS|FCMS/L/B/07/Cx_11.

²⁹⁹ Marques, 2003a: 23, 27.

coques e *trapilhas*, uma guerra quase que civil na comunidade entre estratos sociais diferenciados e entre famílias e elementos da mesma família. Na génese deste conflito estava o Grémio Philarmónico Sesimbrense com a sua primeira filarmónica, constituído por fervorosos monárquicos a que se associava a denominação de *coques* pelos seus chapéus de moda, e do outro lado, originada pela cisão de músicos do Grémio, foi em 1874 formado novo agrupamento musical, porém só estatucional em 1899, a Sociedade Recreativa Impressão Musical, acolhia novos músicos e muitos associados com ascendente republicano, que pelas suas menores posses ficaram conhecidos por *trapilhas*. Também do descontentamento de alguns dos músicos de ambas as litigantes é fundada em 1906 a Sociedade Recreio Sesimbrense, que embora de génese musical, nunca instituiu uma filarmónica mas criou um grupo de músicos e de teatro amador.

A sublevação militar e popular de 5 de outubro de 1910 com a conducente instauração do regime republicano, afirmado sobre posições de força face à resistência de uma sociedade arcaica muito subordinada à Igreja, ligação secular a um sistema de caciquismo monárquico, teve reflexo coibitivo nas instituições locais de emérita ligação realista, como o Grémio Cezimbrense ou a Real Associação dos Bombeiros Voluntários de Cezimbra, que foram alvo de isolamento. Após a instituição republicana, e embora ainda inflamados os conflitos ideológicos e sociais na comunidade local, se até então a atividade associativa refletia um eminente carácter cultural, sobretudo musical com as filarmónicas, nesta nova fase e pese embora a formação da Sociedade Musical Sesimbrense em 1914, a vila assiste à criação de novas coletividades na área desportiva. Em 1911 é constituído o Sporting Clube Sesimbrense, o qual sucedido pelo União Football Cezimbra fundado em 1915, o Bonfim Foot-baal Cezimbra surge em meados da década de 1920 mas de vigência efémera, e o Pátria Foot-ball Cezimbra nasce em 1924 embora só constituinte estatutário em 1929³⁰⁰.

No entorno temporal das décadas de 1930 e 1940, então sob um outro ambiente político e social, cultural e sobretudo ideológico, assiste-se a nível nacional à criação de movimentos associativos de eminente cunho marcial, os quais tem também expressão na vila. O primeiro com pleno pendão nacionalista está associado à criação em 1936 da Legião Portuguesa³⁰¹, uma milícia de voluntários para defesa dos ideários pátrios instituída por estrutura militarizada, na qual cabia a *Cezimbra* a sua participação como

³⁰⁰ António Marques in Graça & Felgueiras, 2009: 54-55.

³⁰¹ Decreto-lei n.º 27:058 de 30 de setembro de 1936, in Diário do Governo, I Série, n.º 230. Com a revolução de abril de 1974, a *Legião* foi extinta.

Terço, porém em meados da década de 1940, com o apaziguamento da Europa pós guerra, a instituição passou a deter uma função mais de defesa civil do que de corpo militar. Em maio de 1944 é reconhecido o núcleo sesimbrense da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, a qual instituída em 1924³⁰² como associação de caráter patriótico destinada a prover auxílio a todos os que haviam participado na *Grande Guerra* e às suas famílias, porém e pese embora a participação de elementos locais nesse conflito, a sua institucionalização como núcleo na vila é mais tardia

Nesta mesma ambiência sucede a fundação de novas coletividades eminentemente desportivas, com o Vitória Foot-ball Club Cezimbrense em 1927, agremiado como filial do Vitória de Setúbal, e com o Azes Futebol Sesimbra em 1931, para em agosto de 1947 com a incorporação do União ao Vitória, criou-se o Grupo Desportivo de Sesimbra, o único que sobreviveu até hoje. Igual menção em 1930 à criação do Clube Naval de Sesimbra, constituído por um conjunto de proeminentes interessados em apostar na valorização da vila como estância balnear marítima vocacionada para a pesca desportiva e os desportos náuticos, o que motivou a coletividade a fomentar campanhas de promoção turística da vila e da sua praia³⁰³. No entrecho cultural merece ainda referência a Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra de 1955, constituída por um grupo de entusiastas dedicados à valorização do castelo de Sesimbra, à época marco de referência histórica e cultural após os prolongados trabalhos de restauro das duas décadas anteriores, à qual se deve a criação do primeiro museu municipal em 1960, o Museu Arqueológico do Castelo de Sesimbra.

Também o movimento juvenil foi considerado no associativismo local, pese embora sob um elevado peso institucional, primeiro do Estado e depois da Igreja Católica. Nesta textura insere-se a criação da Mocidade Portuguesa em 1936, um movimento de génese nacionalista vocacionado para as crianças e jovens no ideário moral do regime de devoção à pátria e consciência católica, onde se incluía na Divisão Provincial da Estremadura, a Ala n.º 13 ou Ala de Sesimbra, que após 1959 com a Divisão Distrital de Setúbal, a Ala de Sesimbra passou a ser a Ala n.º 8. Numa perspetiva mais próxima da Igreja Católica, foi em 1970 criado o Agrupamento n.º 325 – Sesimbra do Corpo Nacional de Escutas, a versão nacional dos *Boys Scouts* nascidos no Reino Unido no

³⁰² Portaria n.º 3888, de 29 de janeiro de 1924. A Liga foi reformulada institucionalmente após 1974, sendo hoje conhecida como *Liga dos Combatentes*.

³⁰³ António Marques in Graça & Felgueiras, 2009: 55-56.

início do século, um movimento dedicado à formação social de jovens através de princípios morais e de atividades de ar livre, e que ainda hoje se mantém.

Foi no entanto com o impulso de *abril de 1974* que se regista elevado incremento à constituição do movimento associativo, não só pela manutenção das associações existentes que aceleraram a sua regeneração com a incorporação de elementos mais novos nos cargos de direção, mas mormente, pelo superior peso cívico que o rescaldo do momento revolucionário, e a abertura à maior participação social à época, suscitava.

Se nas décadas de 1970 e 1980 as novas associações tinham uma componente mais de ocupação de tempos livres, como a Associação de Numismática e Filatélica de Sesimbra (1978), de eventos lúdicos com os grupos ligados ao carnaval, as escolas de samba Bota no Rego (1976) ou Trepá no Coqueiro (1978), e mais adiante, o Grupo Coral de Sesimbra (1988), as décadas seguintes registaram maior relevância noutras áreas, caso das atividades económicas com a Associação de Armadores de Pesca do Centro e Sul (1989) e a Associação dos Comerciantes e Industriais do Concelho de Sesimbra (1993). Similarmente, de cariz mais social, surge o Rotary Club de Sesimbra (1991) e a Associação de Beneficência, Amizade e Solidariedade (1992), a que se seguiram novas áreas de ocupações de tempos livres embora, com um caráter que se acabou por tornar profissional, com o Núcleo de Espeleologia da Costa Azul (1995) ou com o Núcleo de Árbitros de Sesimbra (1998), ou que se manteve eminentemente lúdico, e aqui muito influenciado pelo carnaval que se afirmou como génese na criação de novas associações como a Tripa Associação Grupo de Olodum (1996) e a Associação Recreativa Bigodes de Rato (1999).

No novo milénio, o movimento cresceu muito pela participação jovem na formação de novas coletividades, algumas resultado de frações em entidades existentes, mas muitas *ex novo* em distintas áreas de intervenção, com particular proeminência das associações desportivas. Casos do Surf Clube de Sesimbra (2000), da Associação de Ténis de Sesimbra (2001) e do ZUCA - Clube de Pesca Desportiva de Sesimbra (2003), como também na forma de filiais de coletividades desportivas nacionais como a Casa do Sport Lisboa e Benfica em Sesimbra (2005) e o Núcleo Sportinguista de Sesimbra (2005). Associam-se também grupos mais ligados às festividades carnavalescas e que desenvolvem atividade todo o ano, caso das escolas de sambas Dá que Falar (2000), Unidos de Vila Zimbra (2005) e Corvo de Prata (2011).

No panorama cultural, e ateados pela iniciativa primogénita do *Grémio*, surgem os primeiros grupos amadores de teatro que cativaram a participação da comunidade local,

atrativos com sucesso até à década de 1940 com o Grupo Dramático União Cezimbrense, o Grupo Artístico Cezimbrense, o Grupo Dramático Augusto Formiga e o Grupo Dramático de Sesimbra³⁰⁴. As atuações performativas realizavam-se em salas com palco, no Grémio, na Sociedade Impressão Musical ou no Salão Recreio Popular, o qual também acolhia a projeção cinéfila, na Sociedade Recreio Sesimbrense antes de se converter no externato de Santa Joana, e até na mais distante casa da Ópera no santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel.

A disponibilidade de salas de espetáculo foi capital, pelo que no início do século XX surge a primeva sala de cinema, o Animatógrafo no rés-do-chão de um novo edifício fronteiro ao campo da Misericórdia, o qual será em 1918 substituído com a inauguração contígua do salão Recreio Popular, também conhecido por salão do João Mota, sala que nas décadas seguintes acolhe sessões cinéfilas e espetáculos teatrais e musicais, e que em 1929, mercê da crescente procura no período estival, é complementado por outra sala, uma esplanada ao ar livre intitulada parque Recreio Popular³⁰⁵. Em 1958 e influenciada, quer pela procura cultural quer pela expansão urbana, na nova avenida por sobre a ribeira da Misericórdia, sucede a construção do novo cineteatro João Baptista Mota, inaugurado em 1962 com 769 lugares. O cineteatro funcionou até finais da década de 1980, adquirido em 1988 pelo Município que o mantém em atividade até ao seu fecho, nove anos volvidos, até que em 2000 o imóvel é reabilitado para acolher a biblioteca municipal, trabalhos concluídos em 2005, na biblioteca, mas que se prolongam nas instalações da nova sala de espetáculos, que só será inaugurada, como cineteatro municipal, em abril de 2007.

As bandas filarmónicas também marcaram durante décadas a animação cultural, acompanhando as excursões fora da vila como as idas ao alecrim para a festa das chagas e santos populares, a subida ao *campo* na *Espiga* durante a quinta-feira da Ascensão, as participações nas romarias religiosas a Nossa Senhora do Cabo, à Senhora da Luz e a Nossa Senhora da Arrábida. Este complemento lúdico foi em 1965 alargado com a fanfarra marcial do corpo dos Bombeiros Voluntários,³⁰⁶ a qual se tornou presença icónica em todas as celebrações religiosas e momentos solenes do coletivo local.

Também as atividades profissionais foram mote para eventos que nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram na vila, casos da *Primeira Festa das Costureiras de Sesimbra* de

³⁰⁴ Marques, 2003a: 43-44.

³⁰⁵ Rodrigues, 2003: 245.

³⁰⁶ Marques, 2003b: 83.

1950, no salão de festas da Vila Amália onde várias modistas locais apresentaram os seus modelos confeccionados³⁰⁷, ou das celebrações de *Abril em Festa* de 1964, dirigidas aos turistas e onde se valorizava a relação social com o mar como ponto de interesse, através de atividades lúdicas, na icónica fortaleza, e de animação no areal e na baía³⁰⁸.

Mais tarde, na década de 1980 os valores tradicionais são mote para eventos promocionais, casos dos *1.ª Jogos Florais do Concelho de Sesimbra* de 1982, um concurso nas áreas do conto e teatro, reportagem, quadra e poesia livre sobre a temática «Sesimbra e a sua gente», às edições dos *Jogos Populares do Concelho de Sesimbra* iniciadas em 1984, que recuperaram em torneios os antigos jogos tradicionais da comunidade, aos concursos de *Poetas Populares* associados ao *Festival do Mar*, logo em 1987, como programação cultural, à retoma no final desta década da animação de rua realizada por grupos improvisados na época do carnaval, com as *Cegadas* enquanto pequenas rábulas teatrais de rua e o *Enterro do Bacalhau* no tradicional cortejo noturno cómico pelas ruas na quarta-feira de cinzas.

No entanto, eram as festividades tradicionais mais populares e de arraigado espírito comunitário que compunham parte significativa do calendário festivo local, particularmente nos memoriais meses de abastança. Destaque para as festividades dos santos populares em junho, pese embora a importância de Santo António como padroeiro dos viajantes e protetor contra naufrágios que chegou a ser celebrado na vila, ou de São Pedro como o santo pescador de homens com relevância nas comunidades ribeirinhas vizinhas, é porém São João, o pregador da esperança e batista na comunhão da água com a redenção, e São Marçal, o santo que livra a humanidade do fogo em reminiscência do cataclisma de 1755, que cativam as gentes. Estas enfeitam ruas e largos com decorações de papel, imagens e quadras poéticas, realizam caldeiradas e bailes na rua entre vizinhos, com a fogueira a iluminar o conjunto, a que em anos mais recentes se juntaram as marchas populares.

A vila assistia igualmente a distintos momentos de vivência religiosa por parte da comunidade marítima, desde os motivos processionais da Páscoa com a evocação ao Senhor dos Passos e à posterior *Via Sacra*, à alusão à Senhora da Boa Viagem com o seu périplo pelo areal e por vezes no mar, às festividades menos apelativas acolhidas por coletividades locais, da Senhora do Carmo às de Santiago ou às de Santa Cecília. Nas mais assistidas estava adito um percurso processional de rumo ancestral, pelo qual se

³⁰⁷ Rodrigues, 2003: 123.

³⁰⁸ ANIM|8000317-VHS.1/1.

calcorreavam ruas primitivas num giro de eterno retorno, perpetuado ano após ano, em estações obrigatórias como a igreja Matriz, a capela do Espírito Santo, a capela da Misericórdia e a marginal atlântica.

Tais fenómenos de devoção lograram superar os limites da vila com a participação da comunidade sesimbrense noutras celebrações mais distantes, como a Nossa Senhora da Consolação no castelo, a Nossa Senhora da Luz em Sampaio ou a Nossa Senhora da Arrábida no convento arrábido, com participação nas romarias festivas.

Haviam igualmente outras festividades locais que ainda hoje persistem, algumas vocacionadas para os mais novos que, embora sejam vistas pelo seu lado mais lúdico, tem no entanto profundo significado religioso que remonta aos princípios da própria fraternidade das *gentes do mar*. Caso da *Queima do Judas*, realizada na manhã de sábado após o dia da paixão de Cristo, em que se cria um espantalho, personificação de Judas Iscariotes, que às 12 badaladas do meio-dia é içado numa corda e queimado, com as crianças a fustigá-lo com varas até que a figura, em chamas, se desmembra no chão. Outro exemplo persiste no *Pão por Deus*, associado à celebração de *Todos os Santos*, um peditório realizado por crianças pelas ruas da vila, muito concorrido em épocas de penúria, em que com sacos de pano vão bater a todas as portas a pedir *Pão por Deus*, de que recebem pão, fruta, batatas-doces e castanhas, e em épocas mais recentes, guloseimas.

No entanto, os dois momentos de maior elevação religiosa encontram-se nas festividades dedicadas a Nossa Senhora do Cabo, em setembro, e na grande festividade em honra do Senhor Jesus das Chagas, em maio, com os momentos solenes de vigílias, procissões e liturgias, a par dos festejos mais lúdicos do arraial popular.

A especificidade do culto a Nossa Senhora do Cabo, no promontório do cabo Espichel, é singular e em alguns aspetos único, avesso à tradicional memória ritual em que primeiro surge o registo histórico e só depois a lenda imagética de devoção. Uma carta datada de 1366 refere, na passagem por *Cezimbra*, o caminho de romaria a “sancta maria do cabo”, indício de um culto de peregrinação que poderá ter a sua origem na primeva ocupação cristã, à qual foi atribuído foral em 1201, mas que pode mesmo ter origem mais remota, de ascendente islâmico ou de génese paleocristã.

A lenda remonta a 1410, quando ocorre a milagrosa aparição da virgem com o menino ao colo, no dorso de uma mua que subiu a falésia, e deixou as pegadas na

rocha³⁰⁹, visão de sonho de um velho de Alcabideche e de uma velha da Caparica que para aí se deslocaram em culto, o qual, após 1430 com a vinda dos círios peregrinos de diferentes comunidades de ambas as margens do Tejo, assumiu uma elevação regional. A devoção cresceu até que no dealbar do século XVIII, por fé do rei D. Pedro II, se associou a casa real, assídua peregrina que trouxe fausto ao favorecer a construção do santuário e a fundação da estrada real para os peregrinos, a constituição de um tesouro e as romarias da sociedade que gravitava em torno da sua corte.

O século seguinte pautou o declínio, iniciado com a penúria napoleónica e os conflitos liberais que dificultaram as peregrinações, ao ateísmo do governo liberal e do estado republicano, embora no início do século XX se assistisse à ténue reaparição, então com os círios da margem sul a vir ao Cabo, enquanto os da margem norte peregrinavam entre si a devota imagem,³¹⁰. Na atualidade, só os círios de Palmela e Sesimbra, da margem sul, mantêm a anual peregrinação ao Espichel. O círio de Sesimbra, tem a sua ligação acercada pela comunidade marítima e pelo promontório do Espichel, por onde se bolina num mar onde se pesca, culto que na sua origem remonta ao povoamento da região, com as gentes de Sesimbra a ainda celebram, no final do mês de setembro³¹¹, com um roteiro peregrino iniciado no castelo que, em épocas ulteriores nascia na póvoa, e por aí seguia na estrada medieva até ao véspero.

Na atualidade a comunidade sesimbrense reúne-se para ir em romaria coletiva ou em peregrinação individual ao santuário, promessa cumprida que anualmente continua a ser aguardada, o que lhe confere uma singular presença na memória local, a mesma que nas rotas de pesca continua a passar à sombra do Espichel.

A devoção ao Senhor Jesus da Chagas, uma das exceções aos cultos marianos que imperam na península arrábida, trata de um culto de génese varonil associado não só a atributos masculinos, mas ao padecimento e ao mar. A origem lendária desta devoção, a mais vivenciada pelas gentes de Sesimbra, remonta a 1536-1538 quando, na baía de Sesimbra por sobre uma pedra, conhecida como a *pedra alta* por nunca o mar a cobrir, surgiu prostrada uma imagem de cristo crucificado, mas há qual faltava um braço. A imagem foi recolhida pelos pescadores na capela da Misericórdia, para passados alguns dias, uma velha que recolhia madeiros na praia, ter encontrado um muito particular, o

³⁰⁹ As pegadas identificadas na pedra da Mua, correspondem a trilhos de pegadas de dinossáurios saurópodes do Jurássico Superior.

³¹⁰ Pese embora fosse classificado como Imóvel de Interesse Público pelo decreto n.º 37.728 de 5 de janeiro de 1950, e com uma ZEP definida por portaria de 29 de novembro de 1963.

³¹¹ No último fim-de-semana do mês.

qual na fogueira nunca ardia, e nele reconheceu o braço que faltava à santa imagem que completa, passou a ser venerada como padroeira da vila.

A ligação do culto à Santa Casa da Misericórdia, nascida nessa época, é registo histórico sobre a própria vila, a qual assistia ao início da construção da nova igreja Matriz e, pese embora a importância que a Corporação do Espírito Santo dos Mareantes tinha, foi de facto a Santa Casa que em plena ascensão, se tornou o local escolhido pelas gentes do mar para depositar a venerada imagem deste Cristo crucificado, na qual também já se encontrava em veneração a imagem do Senhor dos Passos.

O Senhor Jesus das Chagas é merecedor de profunda devoção que têm o seu êxtase na procissão do 4 de maio, pese embora por várias povoações marítimas de Portugal se encontrem venerações similares traçadas em vários momentos da história, como o Bom Jesus de Matosinhos, o Bom Jesus do Fão ou o Bom Jesus da Nazaré, todas celebradas em períodos próximos da evocação litúrgica da Páscoa. O calendário religioso católico avoca o dia 3 de maio à festa da Invenção da Santa Cruz, mas a data da descoberta da imagem do Senhor Jesus das Chagas assinala-se a 4 de maio, ao que a lenda alude na sua origem, lançada ao mar durante as lutas religiosas em Inglaterra ateadas pela igreja anglicana de Henrique VIII, com a imagem a vir à deriva até alcançar a *pedra alta* na praia de *Cezimbra*.

A celebração religiosa inicia-se após a Páscoa, com a ida do *Senhor* da capela da Misericórdia até à igreja Matriz, giro rente à capela do Espírito Santo, a que se seguem nas semanas seguintes novenas emotivas, até ao dia 4 de maio, quando a imagem sai em procissão pelas ruas da vila. Segue-se um percurso tradicional, evidente reminiscência da celebração do Senhor dos Passos, o qual identificado nos principais arruamentos da estrutura urbana quinhentista, o que infere coerência com o que seriam os limites da *Ribeira*. Na procissão, com o andor da imagem sobre ombros e em romaria seguem os devotos da Irmandade das Chagas, simbolizada pelas suas opas vermelhas, porém o piedoso cortejo é iniciado com um grande pendão roxo com as letras SPQR³¹², o qual transportado por homens que envergam opas roxas, sinónimo da ancestralidade da celebração do Senhor dos Passos, transmemoriabilidade que se vive na procissão do Senhor Jesus das Chagas.

³¹² Sigla de origem latina com o significado de *Senatus Populusque Romanus*, “o Senado e o Povo Romanos”, surgia nos pendões militares das legiões romanas, e mais tarde com o advento do cristianismo passou a ter uma ligação à sede pontifícia na cidade de Roma.

Pese embora a sua lendária origem, só no final do século XVIII se conhece registo histórico sobre a mesma, a qual desde 1792 que fazia o percurso da capela da Misericórdia para a igreja Matriz, então associada à festividade da Cruz no dia 3 de maio. Na atualidade, esta é sem dúvida a festa de maior expressão na vila, a festa em que todas as companhias de pescadores e todas as embarcações regressam, para encher a baía de barcas decoradas, e as ruas repletas de gente que veste os seus melhores fatos.

Festa de feriado municipal, além do calendário religioso têm também período lúdico muito apreciado pelos mais novos com o arraial de diversões, o qual data de 1908, então realizado no campo da Misericórdia e iluminado por gerador de dínamo³¹³, para nas décadas seguintes se estender ao longo da atual avenida da Liberdade e hoje, estar confinado ao seu limite mais a norte.

Na fâcies da identidade cultural local, também o turismo merece devido realce pelo seu papel na divulgação de Sesimbra, logo em 1913 no «Manual do viajante em Portugal»³¹⁴, roteiro turístico de visita ao país em percurso automóvel com passagem por *Cezimbra*, embora de reduzido interesse pelos difíceis acessos mas com pontos de interesse na *villa e praia*, na *fortaleza* e no *castello*, no *cabo de Espichel* com a sua *ermida*. Na década de 1930, o turismo assume ascendente mercê do incremento que o património cultural significou na ideologia do regime do Estado Novo, então importante condição de identidade nacional e de progresso social. Sesimbra desde finais da década de 1930 encontrava-se incluída na área de interesse turístico da *Região dos três castelos*, a qual associava o mote panorâmico desta faixa atlântica ao singular valor histórico traduzido no edificado dos três castelos, o de Sesimbra, o de Palmela, e o castelo ou fortaleza, de São Filipe em Setúbal.

A baía da piscosa apresentava-se atrativa não só pelo seu interesse paisagístico, como pela amenidade do seu clima e pela proximidade a alguns pontos históricos de reconhecido interesse nacional, como o castelo de Sesimbra ou o santuário de Nossa Senhora do Cabo, os quais reconhecidos como Monumento Natural e Imóvel de Interesse Público³¹⁵. Porém, era a vila como conjunto identitário de génese piscatória que na década de 1960 atraía o interesse, como regista o filme «E era o Mar», no

³¹³ Marques, 2003a: 50.

³¹⁴ Costa, 1913: 110.

³¹⁵ O castelo, classificado pelo Decreto de 16 de junho de 1910, em Portaria de 9 de Outubro de 1945 foi fixada a zona de proteção e por Portaria de 23 de setembro de 1960 este perímetro ser vedado à construção; o santuário, classificado pelo Decreto n.º 37.728 de 5 de janeiro de 1950, para em Portaria de 29 de novembro de 1963 ser criada a zona de proteção.

embaço a muitos visitantes que a esta se dirigiam com maior frequência, e até a personalidades singulares, caso da passagem do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira em 6 de agosto de 1960, que do aeroporto do Montijo veio a Sesimbra para embarcar no cruzador brasileiro *CII - Almirante Barroso* rumo a Lisboa, para participar nas comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique³¹⁶.

Essa autenticidade qualificada só pode advir do património identitário da vila, da herança cultural que é o seu espaço e ambiência natural, da construção urbana que é a sua própria existência. Dos edifícios construídos no perímetro urbano, como a fortaleza de Santiago ou a capela do Espírito Santo dos Mareantes³¹⁷, aos que no exterior lhe conferem relação na apropriação do espaço como o castelo de Sesimbra ou os moinhos no vale, dos edifícios costumados como a igreja Matriz de Santiago ou o paço do Concelho, às estruturas restauradas como o pelourinho ou a casa do Bispo, ou aos espaços abandonados como a antiga fábrica conserveira Francesa ou o dispensário Tuberculoso, a vila emerge como um avolumar de recintos e de momentos históricos que mantém, nos dias de hoje, a sua coerência e razão de ser.

A realidade atual revê em Sesimbra uma notoriedade arreigada ao mar, praias e sol de verão, associada à típica memória da vila marítima que ainda prevalece como espaço de passeio no fim-de-semana, local de acolhimento a eventos socioculturais, ponto de encontro obrigatório da gastronomia piscatória, a que nos últimos anos se tem associado painéis de programação desportiva e cultural de interesse, mas sempre, com um rico património histórico a visitar e com enormes atrativos paisagísticos a explorar.

Não obstante o interesse da sua valorização cultural, este tende a ser barrado por algumas das dificuldades que mais caracterizam a vila, desde as limitações de acessibilidade às dificuldades de ordenamento do trânsito e de estacionamento, da flutuação económica dos restaurantes, bares e outros espaços comerciais pela forte sazonalidade, ao pouco expressivo panorama de programação de eventos culturais que, embora distribuído ao longo do ano, está sobretudo projetado nas épocas de maior visita como no verão. Evidencia-se aqui reduzido grau de especialização, e principalmente de competências profissionais na área cultural, mercê de um parco nível de qualificação quanto a habilitações académicas ou de formação profissional, o que dificulta a inovação e a sofisticação de produtos e serviços, transpostos na limitação dos equipamentos disponíveis e na planificação de recursos para apoio à fruição cultural.

³¹⁶ Guerra, 2005: 26-27.

³¹⁷ Classificados como Imóveis de Interesse Público, pelo Decreto-lei n.º 129/77 de 29 de setembro.

Foi neste contexto que em 2008 o Município apresentou ao QREN 2007-2013 a candidatura «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra»³¹⁸, a qual consistiu num conjunto de intervenções na tradicional malha urbana da frente marítima de Sesimbra, de arruamentos a largos e edifícios, coincidente com o núcleo mais antigo da vila, a par de um conjunto de ações imateriais para valorização da ancestralidade da póvoa.

Pretendia-se prover a racionalização do espaço urbano, fomentar atividades culturais, promover o turismo como atividade económica relevante e reforçar o capital humano através do envolvimento de parcerias locais. Além das obras de construção, de requalificação dos principais arruamentos do núcleo antigo e da recuperação dos mais emblemáticos edifícios históricos da vila, associadas a novas funcionalidades culturais, a realização das operações mais focadas nos aspetos imateriais não logrou igual sucesso.

Referência à operação *Animação* que proveu alguns apontamentos de espetáculos e de animação em torno da passagem de ano, entre 2009 e 2011, sobretudo com animação de rua e fogo-de-artifício, à operação *Publicações* com a edição de um fotobiografia da vila e do concelho, e por fim como resultado da alteração suscitada pela delonga nas obras de recuperação do edifício n.º 1 da rua Dr. Aníbal Esmeriz, foi dinamizada a iniciativa *Galeria em Projeto*, a qual transformou o edifício inacabado numa galeria de *street art* que abraçou jovens artistas locais, que aí encontraram um berço de paridade, o qual cresceu com o projeto municipal de promoção turística *Sesimbra é Peixe e Arte na Rua*, que deu origem a iniciativas de arte urbana com pintura de espaços devolutos, inicialmente portas e janelas em edifícios e depois fachadas e muros, com temáticas ligadas à memória piscatória da vila.

Também no QREN, numa ampla parceria liderada pela associação Cultrede e pelo Município de Leiria com mais 17 municípios³¹⁹, um dos quais Sesimbra, foi apresentada em 2009 a candidatura «Cultrede»³²⁰. Tratava-se de uma rede cultural estruturada desde 2006, que pretendia promover ações e eventos de modo a contribuir para que a cultura se afirmasse como dimensão estruturante do desenvolvimento local. Fomentava-se o

³¹⁸ No âmbito do Regulamento Parcerias para a Regeneração Urbana, do Eixo 2 da Sustentabilidade Territorial, Operações dos Planos de Ação em Zonas Ribeirinhas e Marítimas, para promoção da sustentabilidade social e económica, cultural e ambiental em torno do espaço urbano.

³¹⁹ No total, são parceiros os municípios de Leiria, Alcanena, Alcochete, Alijó, Castelo Branco, Estarreja, Figueira da Foz, Gouveia, Nisa, Oeiras, Paredes de Coura, Pombal, Ponte de Lima, Rio Maior, Santarém, Santiago do Cacém, Seia e Sesimbra.

³²⁰ No âmbito do Regulamento Rede de Equipamentos Culturais – Programação Cultural em Rede, do Eixo 3 das Operações Inter-regionais, destinadas a apoiar a criação e fruição de serviços de proximidade dirigidos à população e de promoção da qualidade de vida e do bem-estar urbano.

envolvimento da comunidade através da difusão das artes e da criação cultural, a qual descentralizada e qualificada na oferta, apoio à itinerância de projetos artísticos e à articulação entre políticas públicas locais, propícia à disseminação de boas práticas de programação como de gestão de recursos à base das economias de escala local.

No mundo contemporâneo, a cultura apoia-se em princípios de informalidade e de indeterminação, o quase vazio nos limites de ambiguidade das obras e da sua fruição, pelo que há que compreender como é que neste ambiente se assiste à criação cultural, através da observação e da interpretação lógica na perspetiva de quem cria, com as suas estruturas formais e seus programas. A concretização dos princípios de informação cultural limitou a fruição do conceito de *obra aberta* e do seu múltiplo entendimento, ao invés, permitiu identificar o sentido por induzir patamares de comunicação e suscitar contradições face a marcadores formalistas, nos quais se valoriza a sociedade observadora, pelos efeitos da mensagem que lê e pela interação das memórias e das experiências pessoais. Esta abordagem, outro olhar à especificidade cultural na vila de Sesimbra, reforça a premissa de que em si, o espaço urbano é sinónimo de liberdade e de promoção de experiências, relação social vivida na primeira pessoa como espaço de universalidade e de existência, sem o qual, todos perderíamos.

3.4. A orientação de governança

No seio da União Europeia, na última década têm sido debatida uma nova estratégia de desenvolvimento onde as cidades são dos principais vetores territoriais. Passo inicial foi firmado com o programa de ação de Lille³²¹, a que se seguiu ampla reflexão que conduziu à Estratégia Europa 2020³²² e à Agenda Territorial 2020³²³, documentos onde se estabelecem os princípios de uma Europa de diversas regiões, inclusiva, inteligente e sustentável. Tais princípios refletem-se na governança pela participação e responsabilização, fundamentais para o êxito das políticas públicas propícias à afirmação dos cidadãos, através do seu envolvimento e pela otimização de recursos e de esforços, como pela valorização da cooperação numa abordagem integrada.

Sob tais primados, a intervenção urbana integrada surge como processo planeado, onde a cidade é um todo funcional, e as suas partes, componentes desse organismo

³²¹ Adotado em Conselho Informal de Ministros, a 3 de novembro de 2000.

³²² Aprovada pelo Conselho Europeu, a 17 de Junho de 2010.

³²³ Adotada em Encontro Informal de Ministros, a 19 de Maio de 2011.

urbano. Mercê da variedade de grupos sociais e da diversidade de funções urbanas, sintomas da sua vitalidade, há que procurar ampliar a qualificação, a atratividade e o acolhimento à cidade, peculiarmente ao seu centro e especialmente à sua periferia. Esta capacidade de governação local emerge da relação que se funde entre a ação autárquica e as entidades locais, pela qual se suscita a orientação de políticas públicas que incentivem à interpretação e à valorização dos ativos gerados pela ação dos agentes locais, enquanto atores socioeconómicos e promotores de desenvolvimento sustentável, como de crescimento integrado.

Em termos ideários, a definição de um programa de ação estratégico para uma região, um aglomerado urbano ou uma comunidade, não pode ser exclusivamente construído por uma base puramente técnica, ou militada em valores materiais de impacto económico ou de inclusão social. A abordagem a esse programa, para que possa alcançar os resultados que uma proposta integrada e inclusiva deve prever, tem que considerar ao longo de todo o processo uma capacidade de governança e de *empowerment* da comunidade, consultada sobre princípios a projetar e envolvida nas orientações a executar. Mercê da diversidade das cidades europeias, torna-se impossível aplicar soluções universais nos programas e planos de intervenção urbana integrada.

No entanto, o conceito de *património*, imanente da carta de Cracóvia, apresenta uma Europa construída na democracia e nas regiões, onde a “autonomia cultural de cada povo”³²⁴ é importante para a sua existência, e onde o património, prezado pelo seu passado e sinónimo de aperfeiçoamento, desempenha hoje uma missão manifesta no seio da sociedade e no quotidiano urbano.

Com todo o potencial de reflexão que um plano de ação pode ponderar para medidas concretas, e marcadores efetivos de observação e mensuração quer das expectativas *ex ante* quer dos resultados obtidos *a posteriori*, a sua pertinência de realização passa pelo envolvimento assertivo e participativo da comunidade. Há que envolver todas as suas franjas e captar o maior número de atores, os quais possuem uma perceção muito própria que pode condicionar a execução de planos coletivos maiores, evidência da sua perceção enquanto representantes da comunidade face às capacidades e aos recursos disponíveis, como à sua predisposição que alenta a futura concretização.

A comunidade sesimbrense, ladeada pelas agruras do mar e demarcada na expansão pelas encostas do vale, sempre potenciou um sentimento diferente de bairrismo com

³²⁴ Neto, 2002: 94.

forte componente identitária, porquanto comunidade marítima. No mar pertence-se a uma embarcação e a uma companhia, em terra é-se de uma família e de uma rua. Assim, se a faina no mar obriga os pescadores a competir entre si para obter o melhor quinhão e sustentar a sua família, transpondo vizinhos e familiares e tendo o mar como inimigo ou como aliado, nos momentos de maior periclito, o sentimento é de união de esforços para o bem comum, seja na luta contra o oceano sem fim seja na partilha dos quinhões, na convivência familiar e no sentido de vizinhança.

A estrutura social em torno do dia-a-dia confere bem o sentido de proximidade que se gera, sentido que chegou a ser retratado de forma mais poética, ou menos inspiradora, por vários autores ao longo do século XX. O trabalho principia cedo com os gritos dos *moços chamadores* da companhia que pelas ruas escondidas e sombrias pisoteiam a calçada acompanhados por um cão, para espantar os *medos* e os *lobisomens*, e batem nas portas e nos poiais a chamar os homens para o mar. Chegados à loja de companhia, espaços bafientos e recônditos onde os homens levantam-se do sono e se agrupam ao redor da luz baça e resinosa de fogachos, para prepararem apetrechos e carregarem esforços às ordens dos arrais e dos mandadores na descida ao areal onde, em pequenas aiolas ou nas grandes lanchas, se carregam as cavernas de madeira e se empurram as barcas por sulcos no areal até chegar à espuma do mar, e à saída para a faina.

Para estas gentes do mar, a saída das embarcações, apesar da calmaria da baía, era um momento de tensão e de aflição quando estas carregadas podiam adornar e alguém ser perdido na rebentação, momento conflituante também de saudade da ida para o mar e para os seus perigos. Embora se transponha nas palavras a ação e o sentimento, a *ekphrasis*, na ausência da experiência vivida, limita-se à “ilusão do signo natural”, em que a concretização deste imaginário provém da ambiguidade da interpretação onde se conjugam “categorias informacionais” com “fenómenos da comunicação”³²⁵ tal como perpetua o relato de Raul Brandão, “os homens remam em cadência e o panorama vai saindo do escuro à medida que o barco se afasta”³²⁶.

No regresso, a chegada das embarcações mantinha na baía novo momento decisivo quando o mar empurrava a embarcação, pela incerteza da rebentação, até à segurança do areal, ciclo quebrado com a atual segurança do porto de abrigo na certeza do regresso que porém, aparta das gentes em terra o momento do reencontro. Encara-se a metonímia da memória que representa o todo que é a comunidade na chegada após a viagem, e

³²⁵ Eco, 1989: 152.

³²⁶ Brandão, s.d.: 149.

sempre dependente do sucesso com o peixe, pois no momento em que o pescador atravessa a linha da rebentação passa de uma posição onde é único e irrepetível, para ser mais um no meio de tantos outros na vila, peça de um mecanismo que assinala um dos grandes progressos da sociedade evolutiva, a domesticação do tempo e do espaço, uma criação humanizada e vivida em comunidade.

O espírito de vida no mar, o ver a morte todos os dias em frente dos olhos, cria sentimentos únicos até ao ponto em que é o mar que dirige a vida, sob a índole tempestuosa das ondas, onde o pescador passa grande parte da sua existência. Ainda hoje para os velhos pescadores, o dia-a-dia vive do deambular entre a casa e a marginal marítima. Ao sair da embarcação, a imagética do homem do mar passa por um terreno deserto do qual não se apercebe, mas em que se materializa com clareza o facto de que a linha de água é mais que mera fronteira que separa o mar da terra, ela separa um mundo que o leva à exaustão de outro que o reconforta. Se todo o homem pode ir ao mar, há porém que ter uma inclinação natural para tal, base de um relacionamento que se mostra na imagem do rosto do marítimo que atesta, literalmente, a sobrevivência humana e o sentimento de pertença a uma grei.

Esta mesma consciência de receio e de partilha, de esforço e de camaradagem, é uma marca que percorre a vila e a comunidade ao longo da história, documentada em momentos que marcam a memória coletiva das gentes, casos do apresamento da embarcação corsária turca relatado em 1646, no rescaldo terrífico do terramoto de 1755, na recuperação da vivência após a grande epidemia de 1857, no combate ao grande incêndio de 1902 ou no retomar da vida após o *Ciclone* de 1941.

Nos momentos de maior pressão, o encontro da comunidade ultrapassa as diferenças pessoais e familiares, em que o *tocar a rebate* do sino da fortaleza perante os perigos vindos do mar, ou do sino da câmara para as ameaças no espaço urbano, são exemplo históricos de uma perspetiva de governação própria, e também de governança que, na historiografia portuguesa, vem das origens medievais da nacionalidade e da afirmação do municipalismo como forma de regência.

Da ancestralidade emerge a Confraria do Corpo Santo, inicialmente sedeadada na vila amuralhada e que no dealbar do século XV transita para junto do mar, onde conhecerá grande expansão nos séculos seguintes, até que a transição económica e social para a industrialização, levou à refundação da tradicional confraria. Em 1859 surge a Associação de Socorros Mútuos Marítimos e Terrestres de Sesimbra, delegação local de uma instituição nacional que, na centúria seguinte, é ultrapassada pelo novo sistema

corporativo do Estado Novo com a Junta Central e a delegação local da Casa dos Pescadores, instalada num edifício no largo do Município, a 30 de março de 1941³²⁷.

A constituição do corpo voluntário de bombeiros foi outro dos exemplos da capacidade de empreendedorismo da comunidade, no rescaldo do grande incêndio de 1902 que grande ameaça causou à vila. A primeira reunião ocorreu a 15 de julho desse ano, onde foram definidos os desígnios da futura instituição.

Para esta causa vieram contributos da comunidade local, e por contatos realizados em esferas pessoais, foi inclusive obtido o apoio mecénático do rei D. Carlos, assíduo frequentador dos mares de *Cezimbra* e muito querido pela comunidade de marítimos, o qual em agosto, por ofício da Casa Real, comunica, “encarrega-me Sua Majestade El-Rei de lhe dizer que o mesmo Augusto Senhor está disposto a dar toda a sua protecção e auxílio para a formação da associação dos bombeiros voluntários de Sesimbra, não só estar sempre disposto a proteger todas as associações que se destinam ao bem, mas por se tratar de um grande melhoramento para Sesimbra e seus habitantes”³²⁸. O terreno para a futura “estação de serviço de incêndios”, junto ao largo das carroças e da estrada real n.º 79, foi cedido graciosamente por Jacinto Monteiro e sua esposa Amália Monteiro, com o projeto de conceção da estação a ser traçada por Luís de Carvalho, chefe da 1.ª Divisão dos Bombeiros Municipais de Lisboa³²⁹.

Outro exemplo do empenho coletivo da comunidade na resolução dos seus problemas comuns, sobretudo, na perpetuação da memória coletiva das personalidades de enlevo local, encontra-se na homenagem prestada a Joaquim Marques Pólvora, professor do ensino primário que na escola do Conde de Ferreira, entre 1879 e 1929, ensinou várias gerações de crianças. Em 1934, já após a sua morte, foi proposta a criação de um memorial de dedicação, intenção que levou à criação da Comissão Pró-Monumento ao Professor Joaquim Marques Pólvora, para custear a produção do busto em bronze e do fuste em pedra.

Foi realizada uma subscrição pública que colheu contributos de particulares, das diversas escolas particulares e da escola oficial, através dos seus alunos e professores, de algumas companhias das armações e da “colónia sesimbrense residente na cidade de Setúbal”, a que acresce um subsídio da Câmara Municipal a par da coleta obtida de um desafio de *foot-ball* e das receitas do salão e parque Recreio Popular, foi possível

³²⁷ Rodrigues, 2003: 36.

³²⁸ Marques, 2003b: 29.

³²⁹ Marques, 2003b: 31, 33.

angariar a verba necessária³³⁰. O busto foi inaugurado a 22 de setembro de 1935, e entregue pela comunidade à proteção da Câmara Municipal, localizado num dos espaços centrais da vila, o largo 5 de Outubro, o largo do Jardim, frente à escola onde se dedicou a ensinar.

Em décadas mais recentes temos novo exemplo na educação, com o processo de constituição do 3.º grau de ensino básico, e consequente construção da necessária escola, um processo animado por uma petição pública assinada por 93 encarregados de educação, da vila e de algumas aldeias rurais, dirigida ao presidente da Câmara Municipal e despachada por este, a 19 de julho de 1973, a solicitar o funcionamento do ensino secundário com uma nova escola em Sesimbra, pois a que existia mais próxima está localizada em Setúbal, e era muito distante. Consciente desta necessidade, e por conferir viável expressão ao sentimento popular, a 20 de julho o Município remete para o Governo Civil do Distrito de Setúbal a exposição³³¹, o que dá início ao processo que conduziu à construção da nova escola, a expensas do município mas com o apoio do Ministério da Educação, em 1973, e a posterior instalação do 3.º ano do ensino no mesmo estabelecimento escolar em outubro desse ano.

Em tempos mais recentes, embora ainda no campo da educação mas numa vertente mais de memória, em janeiro de 2008, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou por unanimidade o programa «Escolas Conde de Ferreira. Da Casa da educação à Casa da participação»³³², destinado à identificação, estudo e valorização do legado das antigas Casas Escolares do Conde de Ferreira. Este projeto tinha por objetivos inventariar estes edifícios à escala nacional, símbolos históricos da instrução pública, contextualizados na realidade coeva pela sua perspetiva de futuro enquanto valores da envolvência urbanística, social, cultural e económica³³³. Em Sesimbra, o edifício desde março de 2000 que acolhia a Assembleia, pelo que o projeto motivou um processo participado que envolveu vários intervenientes, a nível local e nacional, e permitiu o reconhecimento do edifício da antiga escola como Imóvel de Interesse Local³³⁴ em 2009, e que levou à organização de uma conferência sobre o tema e à edição de uma

³³⁰ O monumento ficou no valor total de 12.494\$90.

³³¹ AMS|AMS: FCMS/L/B/05/Cx_04.

³³² AMssb, 25 de janeiro de 2008. Proposta “Projeto Escolas Conde de Ferreira «Da Casa da educação à Casa da participação»”. Comissão de líderes dos grupos municipais.

³³³ Odete Graça *in* Graça & Felgueiras, 2009: 13-14.

³³⁴ Classificação oficializada a 24 de março de 2009

publicação com o legado local, complementada com registos dos outros imóveis congéneres distribuídos pelo país.

Também a perspetiva da governança e da cooperação, em termos internacionais, colheu outra favorável experiência em Sesimbra, embora não devidamente fruída, através da sua inclusão no grupo *Douzelage*. Este grupo, nascido da geminação entre as cidades de Granville (França) e Sherborne (Reino Unido) no ano de 1989, permitiu constituir uma rede de contactos com outras cidades da Comunidade Europeia, que em resposta positiva, integraram o grupo dos doze membros fundadores³³⁵. Em 1991 foi assinada na cidade de Granville a carta de princípios da *Douzelage* – Associação de Geminação de Cidades Europeias³³⁶, a qual em 1993 recebeu reconhecimento europeu com a atribuição da distinção Estrelas de Ouro da Geminação, e que com os anos acabou por cativar o envolvimento de novos parceiros³³⁷.

Os seus objetivos advêm do potencial de oportunidades propiciadas pela amizade e partilha de interesses entre as cidades geminadas, onde as componentes culturais e desportivas, as áreas comerciais, do turismo e os intercâmbios educacionais, são planos distintivos da parceria. As suas linhas de ação concretizam o espírito comunitário da Europa através da geminação entre as cidades para benefício mútuo das suas comunidades, parcerias na organização de ações para financiamento e promoção de atividades que permitam prosseguir os seus princípios.

Em comum, estas cidades além da sua origem europeia de distintas latitudes, assentam a sua relação através das tradições e do património histórico, ambiência natural e potencialidades turísticas. Pese embora todo o potencial que em si a *Douzelage* agrega, não só nos princípios da comunhão do ideal europeu, da salvaguarda e da valorização do património cultural, um dos seus principais esteios, Sesimbra não têm porém colhido relevante participação. Parceira limitada aos iniciais projetos na componente educacional, turística e artística, mas que em tempos mais recentes, as questões de inclusão social e os dilemas dos sistemas de ensino assumiram a

³³⁵ As 12 primeiras cidades foram Granville (França) e Sherborne (Reino Unido), Altea (Espanha), Bellagio (Itália), Bundoran (Irlanda), Holstebro (Dinamarca), Houffalize (Bélgica), Kötzing (Alemanha), Meerssen (Holanda), Niederanven (Luxemburgo), Preveza (Grécia), Sesimbra (Portugal).

³³⁶ O acrónimo resulta da junção das palavras francesas *douze* (doze) e *jumelage* (geminação), e pese embora o número de cidades/estados-membros tivesse aumentando, foi o mesmo mantido como expressão de identidade europeia.

³³⁷ Após 1991 geminaram-se as cidades de Karkkila (Finlândia), Oxelösund (Suécia) e Judenburg (Áustria), após o processo de alargamento europeu em 2004, aderiram as cidades de Chojna (Polónia), Kőszeg (Hungria), Sigulda (Letónia), Sušice (República Checa) e Türi (Estónia), em 2007 associou-se Zvolen (Eslováquia), em 2008 Prienai (Lituânia), em 2009 Marsaskala (Malta), em 2010 Siret (Romênia) e em 2011 as cidades de Agros (Chipre), de Tryayna (Bulgária) e de Skofja Loka (Eslovénia).

proeminência da participação nacional, até que no tempo presente, transitou a sua posição de representante para uma associação local. Não obstante, a *Douzelage* continua a ser palco privilegiado para projetos de abrangência transnacional, em que uma das suas áreas temáticas premeia o desenvolvimento urbano sustentável, o que no contexto da União Europeia pode, e merece, maior rentabilidade.

Uma outra realização local que potencia efetivas apetências de ação para a governança, mas que porém não se tem concretizado, surgiu com o TuriFórum, constituído em 2006 como um fórum de encontro a envolver a Câmara Municipal e os operadores económicos locais na área do turismo, plataforma participada de reflexão e de debate sobre as melhores propostas para a valorização turística do concelho.

Não obstante, este projeto de associativismo económico não logrou ter uma ação efetivamente concreta e projetada para a realização, inclusive, por não se materializar em termos institucionais com a definição de corpos sociais ou com uma estrutura orgânica de associados, o que a torna uma quase oportunidade, aparentemente perdida, de afirmação na área do associativismo e do empreendedorismo económico e social. Este poderia ser um exemplo de governança constituído como mais-valia para o desenvolvimento e para o crescimento local, não só pela sua natureza setorial, mas sobretudo, pela sua capacidade em associar diferentes intervenientes com perspetivas diversificadas, face aos mesmos problemas e situações.

O envolvimento da comunidade local, numa perspetiva de cidadania ativa mas também de consciência política, levou ao desenvolvimento de diversos projetos de participação cívica mais ativa junto da comunidade jovem, com destaque para um programa na área do património cultural, os projetos «Cempsus» desenvolvidos pela Câmara Municipal, e sob a premissa de incentivar a cidadania ativa o projeto «Assembleia de Jovens» promovido pela Assembleia Municipal.

Os projetos «Cempsus»³³⁸, criados em 1998, consistiam na realização de campanhas de investigação arqueológica, inicialmente no castelo de Sesimbra mas depois estendidas à vila epónima, nas quais eram envolvidos jovens em períodos de férias letivas no verão, o que contava também com o aliciante de a sua participação ser remunerada através de bolsas financeiras. Os projetos eram dirigidos a jovens residentes no concelho com idades entre os 15 e os 25 anos, os quais financiados pelo Município,

³³⁸ A nomenclatura teve por base a primeva tribo celta que terá habitado a região da atual Sesimbra, os *Cempsos*, conhecidos nos relatos geográficos da Antiguidade.

acabaram por também acolher o apoio do Instituto Português da Juventude através do programa *Ocupação de Tempos Livres*.

Na vila de Sesimbra, os *Cempsus* estiveram afetos aos trabalhos de pesquisa na memorial vala comum de Vila Pinto (2001) e na campanha de investigação no *espiritual* da capela do Espírito Santo dos Mareantes (2002), para mais tarde também terem sido envolvidos no estudo dos materiais recolhidos durante os trabalhos associados ao URBCOM (2008). Os resultados deste projeto dedicado ao estudo e valorização do património local lograram envolver com assertividade diferentes jovens, ao longo dos vários anos de trabalho, num grupo voluntário que se manteve participante ao longo de várias épocas, o que permitiu criar elos de aproximação do património com a comunidade, e que inclusive, teve reflexos nas suas posteriores opções profissionais.

Também por reconhecer a importância de envolver os jovens nas decisões sobre o futuro, através da apresentação dos seus problemas e da participação ativa nas opções para benefício do município onde estudam e vivem, foi aprovado na Assembleia Municipal de Sesimbra em abril de 2002 o projeto «Assembleia Municipal de Jovens», a envolver todas as escolas do 2.º e 3.º ciclo e do secundário no concelho, incentivo a aproximar os jovens aos órgãos autárquicos através da sua participação numa análoga assembleia municipal onde desempenhavam funções de eleitos.

O projeto favorece o espírito de cidadania entre a comunidade e as instituições pela ligação entre os jovens e os eleitos, experiência de democracia para uma mais afirmativa relação entre as escolas e as autarquias, ao mesmo tempo que envolvia os órgãos autárquicos na comunicação das suas responsabilidades e competências na vida coletiva, pois cada escola elegia alunos e alunas em bancadas escolares, onde cada uma apresentava propostas temáticas a votação nas reuniões plenárias, com os resultados finais entregues aos presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal.

Na 8.ª edição (2011) foi aditada a ação *Eleito por um dia*, em que os eleitos municipais acolhem três jovens para com estes partilharem um dia de trabalho nas suas instituições, e mais recentemente, na 11.ª edição (2014) foi proposta a disponibilização de simbólico orçamento municipal a cada bancada escolar para assegurar as suas propostas, e a criação *online* da *Plataforma da cidadania Jovem* para interação entre os líderes dos grupos políticos municipais e os seus homólogos nas escolas.

Também para o global da população residente, o sentido de governança e a missão de participação na governação do Município foi consolidado na perspetiva de um fórum comunitário, as «Opções Participadas» promovidas pela Câmara Municipal. O projeto

adotou o modelo que na década de 1990 fora instituído na América Latina, e que na última década tivera replicação em Portugal, pelo qual se alargava o conceito de *democracia participativa* com o envolvimento dos cidadãos nas decisões da administração local, sob a perspectiva de maior transparência na gestão dos dinheiros públicos e na equidade da despesa pública³³⁹.

Em Sesimbra, a primeira experiência data de 2006 com o «Orçamento Participativo», em que se propunha aos munícipes que contribuíssem com prioridades a projetos ou áreas de intervenção municipal, o qual não alcançou a adesão esperada. No ano seguinte, foi adotado um novo formato onde se conferia maior protagonismo aos munícipes, através de uma lógica territorial com grupos de cidadãos representativos dos núcleos urbanos, num total de 12 fóruns, a exporem o que consideravam mais necessário para a sua comunidade.

O «Orçamento Participativo» de 2007 levou à participação de quatro centenas de munícipes, pelo que foi o modelo continuado no ano seguinte como «Opções Participadas», às quais o Município afetou 500 mil euros do orçamento municipal para viabilizar as melhores propostas. O fórum na Freguesia de Santiago decorreu no auditório municipal Conde de Ferreira e envolveu cerca de 60 munícipes que no debate de várias propostas influenciaram a execução de novos abrigos de passageiros nas carreiras urbanas, a repavimentação de duas ruas, a criação de equipamento de lazer num dos largos frente ao mar e a melhoria das instalações sanitárias no mercado municipal de peixe³⁴⁰.

Cada fórum local conta com a presença do executivo, que toma conhecimento factual das necessidades das comunidades e aquiesce ao debate cívico em torno das questões básicas de governança, o que associado à participação popular e à eleição dos delegados, alarga o conceito de *opções participadas* a mais munícipes e garante o debate de opções mais abrangentes. Se parte significativa das propostas pode ser resolvida através das «Opções Participadas», como o caso de construção de parques infantis, equipamentos desportivos, instalação de mobiliário urbano ou pequenos arranjos exteriores, outras mais complexas são vertidas para as Grandes Opções do Plano do Município, como a manutenção do espaço público, construção de redes de saneamento ou recolha de resíduos sólidos.

³³⁹ CMS, Mai/2007: 6.

³⁴⁰ CMS, Mai/2008: 13.

Promover uma maior participação dos munícipes na governação local é a principal meta das «Opções Participadas», ouvidas as populações em relação a um conjunto alargado de projetos para o futuro, definidas prioridades e abertas as possibilidades de introdução de projetos por proposta direta, garante fundamental e oportuno de envolvimento e participada *governança*.

Não obstante estas propostas, na atualidade não existe na vila de Sesimbra uma associação dedicada em exclusivo à salvaguarda da identidade histórica urbana, uma missão de cidadania assumida e realizada pelo Município, fomentada pela Assembleia Municipal e participada pela Junta de Freguesia de Santiago.

Existem sim associações locais que, pelo seu elenco estatutário, têm tido alguma intervenção nessa área, caso da Liga dos Amigos de Sesimbra, do Clube Sesimbrense, do Clube Naval de Sesimbra ou da Sociedade Musical Sesimbrense, a que se associa a ação de vários cidadãos em debates e apresentações públicas, em artigos e em estudos históricos, que materializam o interesse da fruição social e da identidade cultural. A conjugação de todos estes interesses, e intervenientes, permite criar premissas para uma nova perspetiva integrada quanto à salvaguarda do património urbano, expresso não só nos edifícios e nos espaços públicos, mas sobretudo, nas pessoas e na sua vivência quotidiana, capaz de congregar diferentes gerações num mesmo espaço de partilha.

É esta a realidade que se espelha na multiculturalidade da Europa e na diversidade de valores do seu património cultural, os quais refletem em cada comunidade local maior consciência, e ao mesmo tempo responsabilidade, na identificação e fruição desse legado de elevados princípios próprios. São esses valores que conferem singularidade ao património e à comunidade que o abraça, a qual deve por sua própria consciência, estar dotada de uma coerência de reflexão como de usufruto desses valores, entender o património como algo verdadeiramente seu, pois este seja urbano ou seja paisagístico, constitui-se por elementos que atestam a evolução histórica do gregarismo comunitário, pelo que a sua conservação é, em primeira linha um compromisso dessa comunidade.

A conservação, em termos de intervenções e de ações, como de princípios e de orientações, é um processo que requer a seleção de opções e a tomada de decisões com consequências no presente, mas também no futuro³⁴¹. Como enuncia Javier Rivera, “o património, hoje, não pertence à administração, nem aos políticos, nem sequer aos seus

³⁴¹ Neto, 2002: 96.

titulares ou mecenas, é da sociedade, e das gentes que vêem nele a sua identidade”³⁴², pelo que na atualidade, o património histórico urbano é um bem prezado, não só pelo seu passado mas também, pelo seu entendimento como mandato social, um barómetro de constâncias e de mudanças.

Neste contexto a comunidade de Sesimbra é detentora consciente da memória coletiva do seu passado, que se torna das mais responsáveis fraternidades pela identificação como pela conservação do seu património, reportório de valores que passíveis de ser alterados com o tempo, serão sempre entendidos como contributos naturais e intrínsecos, a definição das particularidades da sua identidade, da sua vitalidade e da sua própria consciência.

³⁴² Neto, 2002: 94.

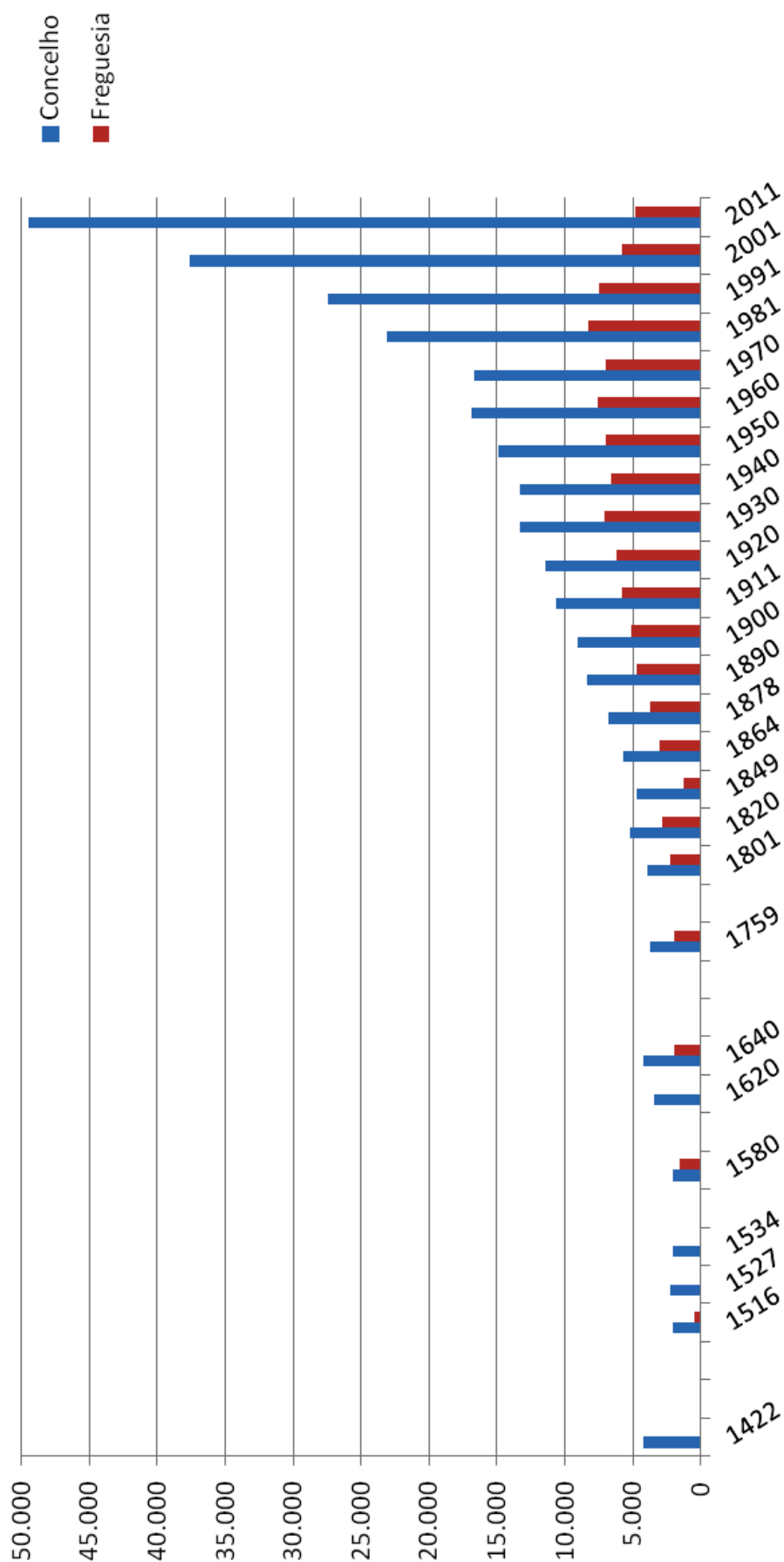
Tabela 1 – Quadro censitário com os habitantes no território de Sesimbra. Referência ao espaço administrativo do *Concelho*, continuidade do território *Concelho* e *Termo*, e à *Freguesia*, continuidade administrativa do lugar *Póvoa* e *Vila*, são abaixo registadas as fontes por onde se conjugou no quadro a informação utilizada.

Ano	Habitantes			Anotações
	Concelho	Freguesia	Rácio	
1422	4.200	---	---	Bernardo, 1941: 111; Monteiro, 2001: 58
1516	2.025	500	25%	Pimenta, 2002: 147; Guerra, 2006: 52
1527	2.256	---	---	Bernardo, 1941: 113
1534	2.025	---	---	Pimenta, 2002: 147
1580	2.100	1.534	73%	Bernardo, 1941: 113; Monteiro, 2001: 58
1620	3.400	---	---	Bernardo, 1941: 113
1640	4.275	2.000	47%	Bernardo, 1941: 113; Monteiro, 2001: 58
1759	3.765	1.965	52%	Memórias Paroquiais 1759
1801	3.898	2.236	57%	Recenseamento 1801
1820	5.220	2.835	54%	Bernardo, 1941: 114
1849	4.695	1.236	26%	Recenseamento 1849
1864	5.749	3.085	54%	Censos 1960
1878	6.801	3.720	55%	Censos 1960
1890	8.340	4.709	56%	Censos 1960
1900	9.047	5.135	57%	Censos 1960
1911	10.620	5.811	55%	Censos 1960
1920	11.472	6.217	54%	Censos 1960
1930	13.276	7.050	53%	Censos 1960
1940	13.282	6.618	50%	Censos 1960
1950	14.947	6.957	47%	Censos 1960
1960	16.837	7.567	45%	Censos 1960
1970	16.650	7.015	42%	Censos 1970
1981	23.103	8.285	36%	Censos 1981
1991	27.416	7.455	27%	Censos 1991
2001	37.567	5.793	15%	Censos 2001
2011	49.500	4.841	10%	Censos 2011

Fontes:

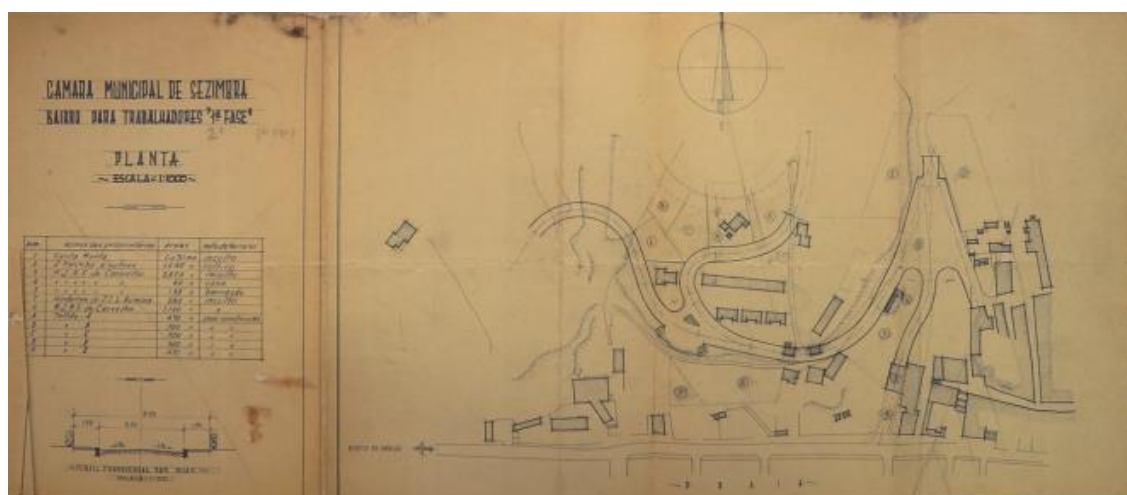
Memória Paroquiais de 1759 elaboradas pelo Pe. António Patto (Santiago) e Pe. Joze Figueiredo (Castelo)
 Dados de Recenseamentos e de Censos obtidos em <http://censos.ine.pt>
 BERNARDO, Hernâni (1941) – *Monografia de Sesimbra. Estudo Geo-económico do Concelho*. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra.
 GUERRA, Joaquim (2006) – *Estudos históricos e outros escritos*. Sesimbra, «Colecção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
 MONTEIRO, Rafael (2001) – «*Alguns mareantes desconhecidos da terra de Sesimbra*» e outros textos. Sesimbra, «Colecção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
 PIMENTA, Maria (2002) - *As Ordens de Aviz e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*. Palmela, «Colecção Ordens Militares», 1, Câmara Municipal de Palmela.

Gráfico 1 – Gráfico de colunas com a caracterização dos registos censitários associados aos índices de habitantes no território de Sesimbra. Abordagem que considera desde o mais antigo registo de recenseamento identificado até aos mais recentes censos nacionais, nos quais se reviu a direta referência do número de habitantes quanto ao espaço administrativo do *Concelho*, continuidade do território *Concelho* e *Termo*, e da *Freguesia*, continuidade administrativa do lugar *Póvoa* e *Vila*. Gráfico elaborado com base nos dados compilados na Tabela 1.

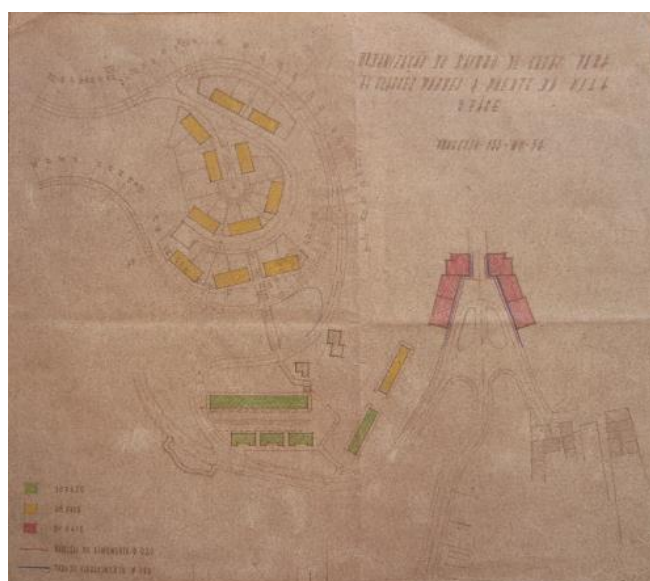




Planta 20 – Planta com disposição dos iniciais bairros de habitação social para a classe piscatória junto do lugar do Calvário, na cumeada a nascente, nas décadas de 1940-1950. AMS|FCMS/L/A/01/Cx_01.



Planta 21 – Planta com a implantação da 1.ª fase do bairro de habitação social para trabalhadores, com indicação dos terrenos a afetar. Déc. 1950 | AMS|FCMS/L/B/11/Cx_01.



Planta 22 – Proposta para urbanização da 3.ª fase do bairro de casas para as classes pobres, no vale e cumeada a poente, em setembro de 1956. AMS|FCMS/L/B/07/Cx_06.

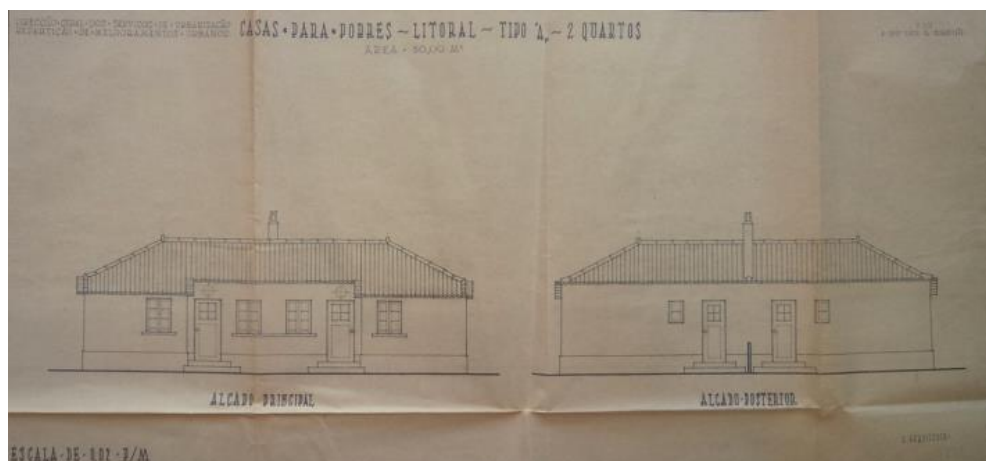


Ilustração 26 – Proposta para a habitação modelo a construir no bairro social Infante D. Henrique, entre 1962-1965. Elaborada pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização - MOP, com a tipologia «litoral tipo A». AMS|FCMS/L/B/07/Cx_08.

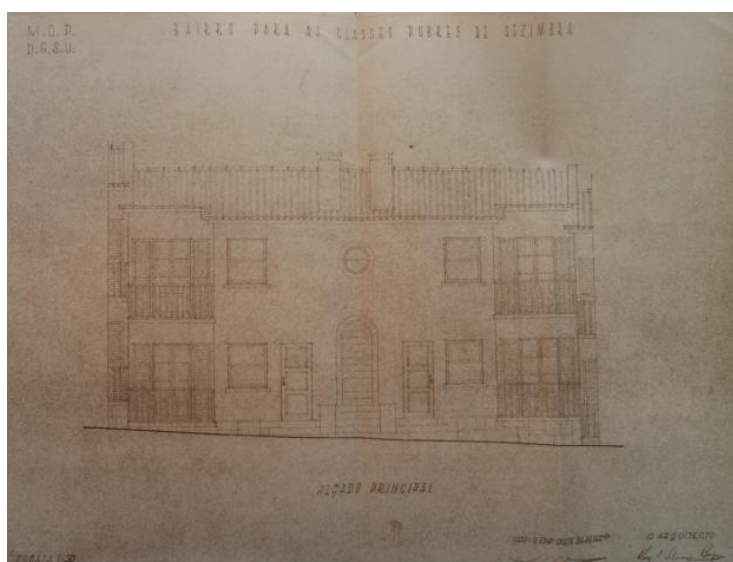


Ilustração 27 – Proposta de habitação modelo destinada a outro bairro para as classes pobres, de 1954. Elaborada pelos serviços do Ministério das Obras Públicas. AMS|FCMS/L/B/07/Cx_07.

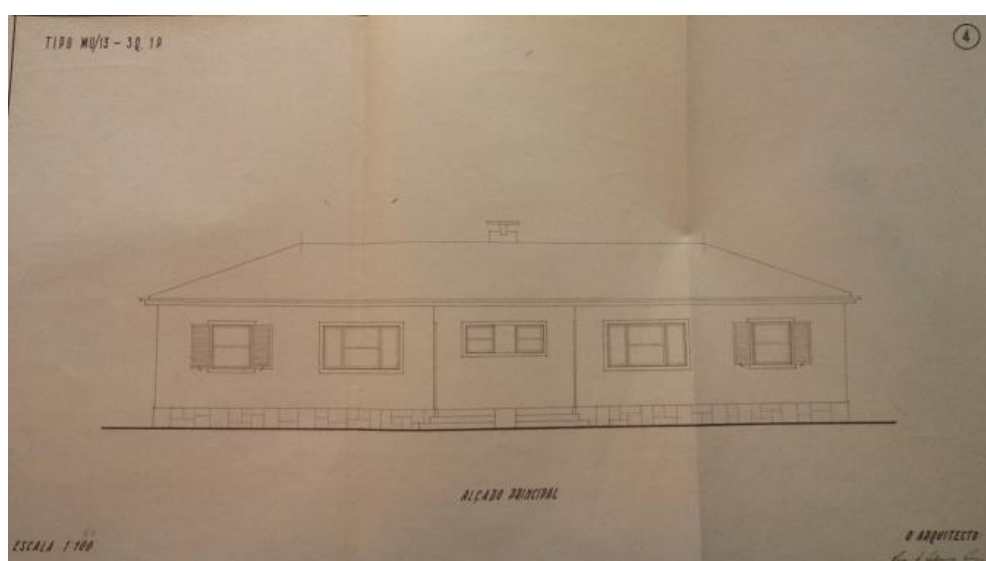


Ilustração 28 – Outra proposta de habitação modelo para construção em bairro social da classe piscatória mais desfavorecida. Modelo também projetado pelos serviços do MOP. Déc. 1960 | AMS|FCMS/L/B/07/Cx_07.



Foto 64 – Testemunho vivente das décadas de 1940-1950, associado à construção de bairros sociais, aqui o primevo bairro para pescadores a nascente. 2014.



Foto 65 – Neste caso, o bairro dos Bombeiros no eixo a norte da vila. 2015.



Foto 66 – O bairro social construída na 3.ª fase de habitações para os mais necessitados, inaugurado em 1958. 2015.



Foto 67 – Visão do mais atual bairro da Misericórdia, no limite nascente da vila. 2015.



Foto 68 – Na mesma área urbana de bairros, prédios mais recentes para pescadores edificadas no último quartel do século XX. 2015.



Foto 69 – Exemplo de outro dos edifícios que compõem o núcleo de bairros sociais a nascente da vila. 2015.



Foto 70 – No limite poente, surge outro bairro com blocos de habitação social, da década derradeira de 1990. 2015.



Foto 71 – No extremo norte do espaço urbano, surge o recente complexo de habitação a custos controlados, concluído em 2010. 2015.



Foto 72 – No limite poente, no mesmo local do antigo bairro Infante D. Henrique, surge o novo bairro social, inaugurado em 2014. 2015.



Foto 73 – A *companha* de pescadores, um dos fenómenos identitários singulares da génese comunitária local. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.G.A.01. foto 16.



Foto 74 – Membros da *companha* da armação Cova, vitoriosa na prova náutica realizada em Lisboa em 1940. AMS|EFHAM.E.B.02.03. foto 1.



Foto 75 – Bênção de uma barca após construção, momento de encontro de toda a comunidade. S.d (déc. 1970) | AMS|EFHAM. G.E.01.03.foto 2.



Foto 76 – Encontro de mulheres na avenida marginal ao areal, espaço partilhado por toda a comunidade. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.G.A.01.foto 8.



Foto 77 – Crianças a ajudar na preparação do aparelho para a pesca, uma função iniciada desde muito cedo. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM. G. A. 01. foto 37.



Foto 78 – Grupo de velhos pescadores associados à Casa dos Pescadores de Sesimbra. S.d (déc. 1940) | AMS|EFHAM. E.F.04.foto 1.



Foto 79 – No contexto atual, o fenómeno de envelhecimento da comunidade residente tem suscitado questões face à adaptabilidade do espaço urbano. 2015.



Foto 80 – O facto de muitos idosos habitarem longe do núcleo central e a limitação de transporte público, constringe a acessível fruição da urbe. 2015.



Foto 81 – Não obstante, perduram ainda alguns hábitos como a venda de pão ou de legumes porta a porta, sobretudo nos bairros sociais onde reside essa comunidade mais prolecta. 2015.



Foto 82 – No contexto educativo e assistencial, momento de refeição para as crianças carentes no externato de Santa Joana. S.d (déc. 1940) AMS|EFHAM.B.A.01.04. foto 3.



Foto 83 – A escola do Plano dos Centenários, construída na vila na década de 1940, com a sua feição original. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM. D. F. 01. foto 4.

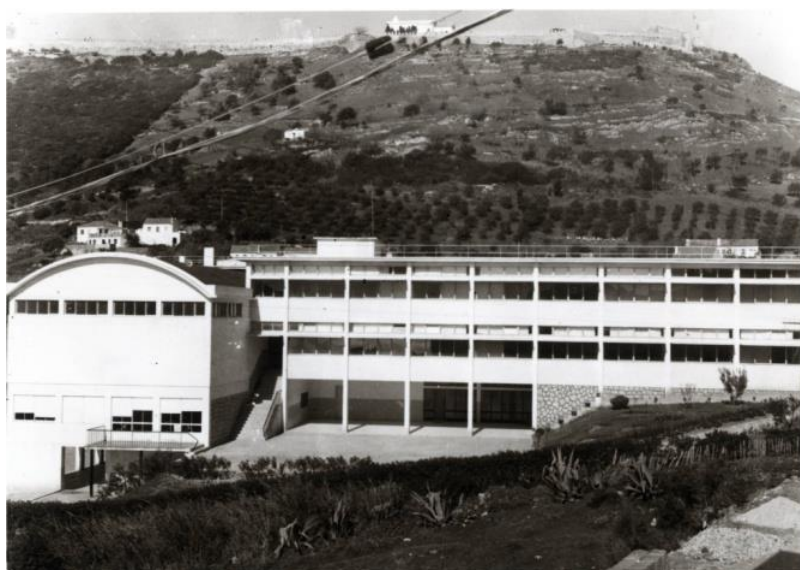


Foto 84 – O novo colégio do dr. Costa Marques, no extremo norte da vila. S.d (déc. 1970) | AMS | EFHAM. D.F.01.foto 5.



Foto 85 – Nas cerimónias mais importantes, sobretudo de índole política, as crianças das escolas eram presença assídua. S.d (déc. 1940) | AMS | EFHAM. B. A. 01. 06. foto 1.



Foto 86 – Alunos de uma das últimas turmas que utilizaram a primeira escola do Conde de Ferreira em finais da década de 1980. AMS | FF. 09. 01. 02.foto 1.



Foto 87 – A nova escola do 3.º ciclo de Sesimbra, que desempenhou missão letiva desde 1973 até aos anos derradeiros da década de 1980. AMS | FF.09.01.03.foto 1.



Foto 88 – Edifício da fábrica de gelo, localizada no terreiro do lavadouro próxima do hospital da Misericórdia. S.d (déc. 1930) | AMS|EFHAM.C. A.02.foto 5.



Foto 89 – Trabalhos na cordoaria, próxima do ribeiro da Misericórdia, com extensão dos cabos em percurso de carris. S.d (déc. 1940) AMS | EFHAM.C.A.05.foto 18.



Foto 90 – Transporte braçal de barca pelas ruas da vila, após construção num dos estaleiros localizados no seu extremo a norte. S.d (déc. 1960) | AMS| EFHAM. G. E. 01. 01. foto 31.



Foto 91 – A rua Cândido dos Reis, uma das mais importantes artérias da vila e tradicional área comercial de lojistas. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.C.A.01.foto 11.



Foto 92 – O tradicional mercado de rua das gentes que vinham do *campo*, no largo Eusébio Leão, próximo do largo do Município. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.C.A.01. foto 7.



Foto 93 – Viatura de abastecimento de peixaria de Lisboa, que vinha comprar pescado na lota de Sesimbra. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.D.B.02.foto 19.



Foto 94 – Em termos de recintos comerciais coevos, o mercado municipal é ponto de referência central na vila, o qual encontra-se atualmente em obras de requalificação. 2015.



Foto 95 – Persistem ainda primevos estabelecimentos comerciais em edifícios antigos. 2015.



Foto 96 – Em alguns dos estabelecimentos, ainda se logrou perdurar a utilização da rua como recinto do comércio local. 2015.



Foto 97 – A valorização turística na economia de Sesimbra cresceu na década de 1950, na qual o hotel do Mar, construído entre 1963-1964, é um exemplo de referência. 2015.



Foto 98 – Na década de 1970-1980, as novas construções da Sociedade ERG, junto do porto de abrigo, refletiam a atratividade imobiliária da concha da vila. 2015.



Foto 99 – A mais recente construção a nascente da vila, o complexo hoteleiro Sesimbra Hotel & Spa e o seu lateral conjunto de apartamentos, que consolidou a proeminência turística. 2015.



Foto 100 – A antiga capela do Espírito Santo dos Mareantes. No início do século XX com a sua farmácia e botica lateral. S.d (déc. 1930) | AMS|EFHAM.D.C.02.03. foto 5.



Foto 101 – O primevo quartel do corpo dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, na entrada norte da vila junto à estrada nacional. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.D.F.02.foto 1.



Foto 102 – O edifício do cineteatro de João Mota, ainda em funcionamento na década de 1990. AMS|EFHAM.D.F.03.foto 14.



Foto 103 – O coreto que se montava nos principais largos para eventos culturais. S.d (déc. 1940) | AMS| EFHAM.D.G.01.foto 65.

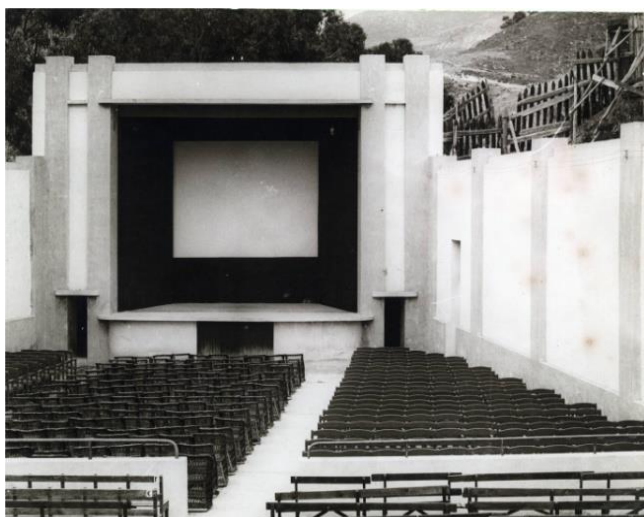
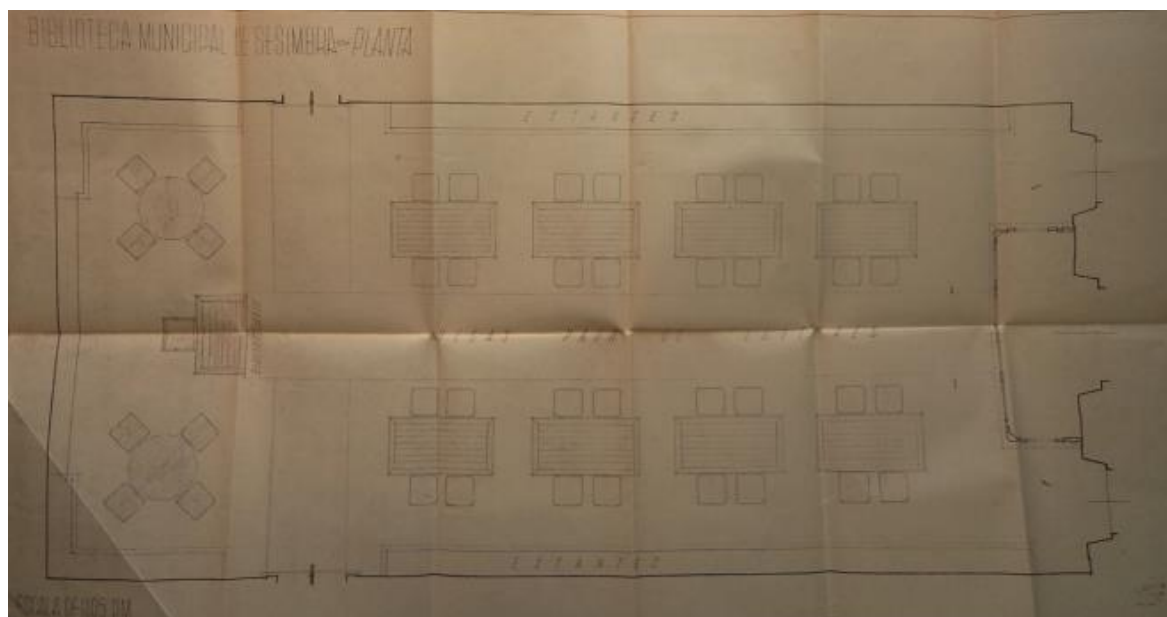


Foto 104 – Perspetiva interior da sala de espetáculos do Parque de Recreio Popular, para sessões cinéfilas. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.D.F.03.foto 8.



Foto 105 – Vista interior da primeira biblioteca pública localizada na capela do Espírito Santo dos Mareantes. Déc. 1960 | AMS|FF.GF.01. 03.01.foto 1.



Planta 23 – Proposta apresentada, em dezembro de 1947 por João Gouveia, como base de um estudo para adaptação da antiga capela do Espírito Santo dos Mareantes a biblioteca pública. Integrada no conjunto de intenções quanto à organização do espaço interior, decoração e disposição do mobiliário para melhor comodidade dos utilizadores e funcionalidade do novo equipamento de génese cultural. AMS|FCMS/L/B/01/Cx_06.



Ilustração 29 – Perspetiva do interior da futuro biblioteca pública, na qual se identificação o mobiliário em madeira a criar propositadamente para o novo uso do espaço. Associava-se igualmente uma maior cuidado quanto a motivos decorativos de pintura nas paredes como forma de prover o melhor acolhimento. 1947 | AMS|FCMS/L/B/01/Cx_06.



Foto 106 – Prova de natação conhecida como a *travessia da baía*, importante evento desportivo de escala nacional. S.d (déc. 1930) | AMS|EFHAM. D.B.04.foto 32.



Foto 107 – Prova de regata de *celhas* na baía, evento lúdico que envolvia os jovens frente à fortaleza. S.d (déc. 1960) | AMS|EFH AM.E.B.01.05.foto 5.



Foto 108 – Tradicional regata de lanchas das armações realizada frente ao areal. S.d (déc. 1940) | AMS|EFH AM.E.B.02.01.foto 17.



Foto 109 – Momento solene a envolver a comunidade na procissão do senhor Jesus das Chagas, nas ruas e largos da vila. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.F.D.01.foto 12.



Foto 110 – Festividades dos santos populares com ruas enfeitadas e caldeiras organizadas pela vizinhança, no largo 1.º de Dezembro com o presidente da Câmara. S.d (déc. 1960) | AMS | FF. 10. 05. 04. foto 2.



Foto 111 – Baile noturno de mascarados no período do Carnaval, no salão do Hotel Espadarte. S.d (déc. 1960) | AMS|EFHAM. F.A.01.01.foto 18.



Foto 112 – Iniciativa juvenil evocativa do 25 de Abril, a envolver associações locais, no caso, a Sociedade Musical Sesimbrense. S.d (déc. 1980) | AMS | FF.04.03.04.foto 2.

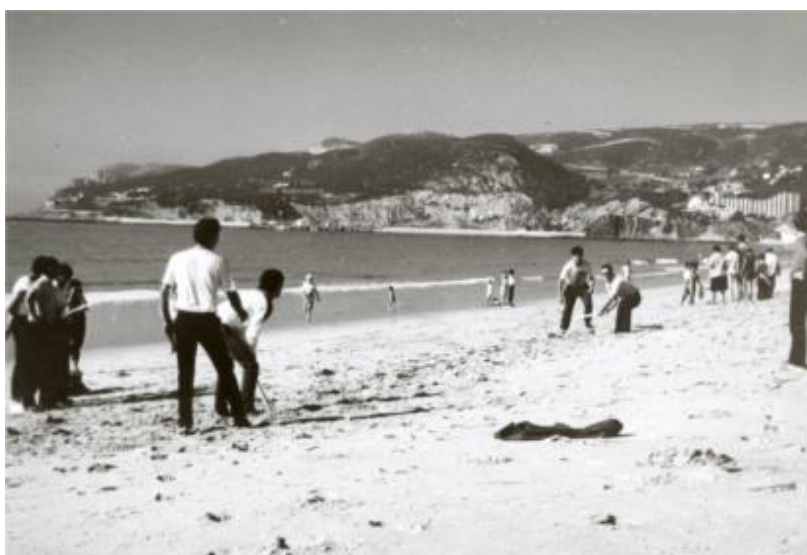


Foto 113 – Política municipal de incentivo cultural na década de 1980, com recuperação de jogos tradicionais. AMS|EFHAM.G.F.02.09. foto 2.



Foto 114 – Seleção pelo executivo municipal da proposta vencedora para o monumento evocativo ao 25 de Abril, realizada em 1988. AMS|EFHAM.B.C. 17.01.foto 2.



Foto 115 – As antigas tradições locais, como a regata de aiolas na baía, foram mantidas até aos dias de hoje. S.d (déc. 1980) | AMS|EFHAM.E. B.02.01.foto 12.



Foto 116 – Na década de 1980, a política cultural municipal apostou na recuperação das antigas tradições como jogos tradicionais. AMS|EFHAM.E.B.02.01. foto 13.



Foto 117 – Em paralelo, nessa mesma época despontaram novas tradições como o cortejo carnavalesco pelas ruas da vila. S.d Déc. 1980 | AMS|EFHA M.F.A.02.02.foto 7.



Foto 118 – Exposição «Sesimbra e o Mar» realizada em 1982 no salão do externato Santa Joana, a qual pretendia valorizar as tradições locais. AMS|EFHAM. D. D. 05. 02. foto 10.



Foto 119 – Nova exposição etnográfica realizada em 1987 no salão do Grupo Desportivo, a qual seria a génese do Museu do Mar. AMS|EFHAM.D.D. 05.01.foto 1.



Foto 120 – A exposição de 1987 procurou explorar mais as áreas pedagógicas associadas às tradições locais. AMS|EFHAM.E.D.01.01. foto 32.



Foto 121 – O antigo Museu Municipal de Arqueologia, que transitou em 1982 do castelo para a vila. C. 1982-1987 | AMS|EFHA M.D.D.02.01.foto 2.



Foto 122 – A inicial coleção etnográfica recolhida com a exposição de 1982, associada ao museu arqueológico. C. 1982-1987 | AMS|EFHAM. D.D.03.01.foto 8.



Foto 123 – O espaço do Museu do Mar constituído após a exposição de 1987, atualmente reserva etnográfica. Déc. 1990 | AMS|EFHAM.D.D.03.01. foto 2.



Foto 124 – Um dos traços da identidade de Sesimbra e da sua comunidade reside nos momentos religiosos, seja na procissão noturna da via-sacra. 2013.



Foto 125 – Na procissão, realizada em período estival pelas ruas, areal e baía de Sesimbra, da Senhora da Boa Viagem. 2013.



Foto 126 – À antiga celebração no esporão do Espichel, no final de setembro, das festas em honra de Nossa Senhora do Cabo. 2014.



Foto 127 – O auge maior da festa urbana reside na evocação ao Senhor Jesus das Chagas, celebração em maio, com a procissão solene iniciada com o primevo pendão dos Passos. 2013.



Foto 128 – A festividade reúne toda a comunidade marítima, e de outras localidades do concelho, a Igreja e as entidades oficiais e associativas, num momento de partilha único. 2013.



Foto 129 – O trajeto da procissão recorda a ancestralidade do culto na póvoa quinhentista, hoje em edifícios adornados por colchas com pessoas que atiram pétalas ao cortejo. 2013.



Foto 130 – As celebrações dos santos populares no mês de junho, momento de festa que perdura até à atualidade, patente em edifícios engalanados. 2014.



Foto 131 – Igual evocação em ruas enfeitadas com decorações de papel e alecrim, com temáticas ligadas ao imaginário e ao quotidiano local. 2014.



Foto 132 – Nessas ruas e largos, à noite, persistem os pequenos bailes e os jantares comunitários entre vizinhos, com caldeirada de peixe. 2015.



Foto 133 – Nas últimas décadas o carnaval e o desfile das escolas de samba, assumiu uma novel posição cimeira na promoção do espaço urbano. 2015.



Foto 134 – Em anos mais recentes, surgiu um novo desfile, dedicado só a palhaços, e que tem contribuído para atrair muitos visitantes. 2015.



Foto 135 – O carnaval, pelo seu peso de promoção, tem sido replicado na época estival como proposta de animação noturna, na avenida atlântica. 2015.



Foto 136 – Com as crianças e jovens, a articulação das escolas com a autarquia tem propiciado eventos positivos, como o desfile carnavalesco das escolas. 2011.



Foto 137 – Igualmente a realização anual da «Mostra de Teatro Escolar» no cineteatro municipal, é outro exemplo positivo. 2012.



Foto 138 – Acresce referir a extensão, que o agrupamento de escolas Sebastião Rodrigues Soromenho (Sesimbra) suscita, com algumas das suas atividades realizadas no espaço urbano. 2011.

Capítulo 4. O recinto urbano

4.1. Uma história de evolução

A consciência da sociedade face à paridade urbana, expressa no interesse arquitetónico, na renascença económica ou na sensibilidade ambiental, torna-se essencial pilar de identidade social e de valor cultural da cidade, patentes no seu núcleo histórico como um momento, e um fenómeno humano, que se consolida como resultado do desejo coletivo de preservar a memória dessa antiguidade, algo que, para além de pitoresco, surge como esteio de afinidade necessária no atual mundo global.

De acordo com os censos de 2011, a vila de Sesimbra acolhe 4841 habitantes, 2348 do sexo masculino e 2493 do sexo feminino, enquadrados em 2120 famílias clássicas e em 4 famílias institucionais, estas últimas, associadas a centros de apoio social. Na estrutura urbana, o parque edificado acolhe 6038 alojamentos familiares, 6032 dos quais correspondem ao modelo clássico e 6 a outros modelos, a que se somam 12 alojamentos coletivos, num total de 1467 edifícios inscritos no perímetro urbano. Nas décadas recentes foi evidente o decréscimo demográfico e o envelhecimento da população, embora o parque urbano seja mais moderno e qualificado, de múltiplas moradias nucleares que maximizam a exiguidade do espaço, enquanto, em termos económicos e face ao declínio da pesca e suas atividades símiles, emergiram as constituintes produtivas de serviços, de cariz público e de conexão turística.

Tal como ao longo da História, a comunidade local criou o seu próprio habitat, com espaços de fixação e de deslocação, imanes a costumes socializados que se impuseram à paisagem. Sesimbra, remanescente do seu núcleo primevo, torna-se exemplo desta relação entre a existência patrimonial e a utilização societária, pese embora o aspeto algo desamparado que o núcleo histórico apresenta, não pelos momentâneos visitantes mas pelos ausentes moradores, pese embora se reconheça a sua qualidade como património cultural de incontestado, e assim inestimável, valor.

Por aqui, o anelo da salvaguarda do legado urbano encontra-se em confronto com outros interesses, muitos deles de génese cosmopolita, associados a conveniências sectoriais de curto termo que se traduzem em relações que se agudizam à medida que a consciência social do património urbano se insinua no perímetro de um quarteirão, na fachada de um edifício ou no uso de um largo.

Incorre a percepção de que a necessidade de um programa de regeneração integrada permitirá volver esta relação numa dialética de exegese, estruturada por critérios de interpretação e metas de ação, pelos quais se enquadram as vivências, as permanências e as mutações, que afetam esse núcleo histórico. São depreendidas situações de ameaça à identidade urbana, induzidas por mecanismos que levam ao despovoamento e à deterioração da paridade local, caso da perda de referências históricas ou da associação da conservação patrimonial como obstáculo face a interesses individuais, realidades bem patentes no ocaso das atividades tradicionais, no desaparecimento das faixas mais idosas e no declínio da qualidade de vida, o que minimiza os objetivos de *crescimento*, com consequente perda de vitalidade e inerente sentimento de abandono face a metas comuns, como igualmente partilhadas.

Porém, existem também oportunidades a explorar através do respeito do património cultural, recurso de estímulo à comunidade medido através de objetivos comuns de governação e, incentivado pela participação nesse legado através da promoção turística, associada à autenticidade local, ou da retoma de saberes ancestrais em vivências atuais como formação social, o que permite fruir o registo histórico como possibilidade económica e potencial de parceria cívica.

A insistência em garantir que a relação entre as edificações preexistentes e as novas construções respeite o costumado traço arquitetónico, quanto à escala e aos materiais, é fundamento para ordenar o espaço público na sua vivência, pois a paisagem urbana depende tanto do grande largo como da pequena rua, do complexo mas também do trivial, dialética que lhe garante peculiaridade. A evolução do conceito de *reabilitação* tem em Sesimbra profundo enraizamento quanto ao sentido de autenticidade do lugar, um princípio de vivência bem perceptível quando lemos o documento de Nara sobre a autenticidade³⁴³, ou a declaração de Quebec sobre o espírito do lugar³⁴⁴.

A passagem da vertente ideário do edifício para a componente estrutural do imóvel, a construção, enquanto símbolo de *performance* humana em permanente evolução, reflete a cidade como o lugar de encontro, e ao mesmo tempo de embate, campo modelar de afirmação cultural da arquitetura. Aí, valoriza-se a cidade como um contínuo espacial e temporal de existências edificadas, em que a arquitetura contemporânea, quando intervêm através de novas construções ou de apropriações, deve

³⁴³ Adotado na Conferência organizada pelo governo japonês, a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS, realizada em 1994 na cidade de Nara (Japão), dedicada ao valor de autenticidade do património cultural.

³⁴⁴ Adotado na XVI Assembleia-Geral do ICOMOS, realizada em 2008 na cidade de Quebec (Canadá), dedicada à preservação do *spiritus loci*, o *espírito do lugar*, como essência de preservação patrimonial.

procurar manter a coerência do contexto preexistente, o *espírito do lugar* e a sua presença física no perímetro urbano, uma área singular de elevado interesse histórico que permite perpetuar a piscosa póvoa ancestral até aos dias de hoje.

Tal como verificado nas várias intervenções urbanísticas que ocorreram em Sesimbra na última centúria, a autenticidade do lugar está não só apensa ao aspeto material da construção e da apropriação do espaço, mas de igual modo, também à missão incorpórea imanente do uso e da função de agregador que preenche a construção na sociedade. Se no passado os limitados meios tecnológicos disponíveis justificavam que as intervenções, fossem de construção, de consolidação ou de recuperação do edificado, recorriam às técnicas disponíveis de arcaica génese, ou reutilizavam materiais originais e matérias-primas naturais, atualmente, pese embora o recurso a novas técnicas de construção, metodologias científicas de intervenção ou utilização de novos materiais criados em laboratório com capacidade de permanência superior aos de génese tradicional, conhecer as antigas tecnologias e aplicar com apuro materiais originais, será um consciente contributo para a salvaguarda do património arquitetónico urbano.

Por aqui se perpetua a lenta consolidação do edificado, sem impor excessivas intervenções e estados de tensão, muitas vezes inconciliáveis entre novos materiais e velhas construções, como de igual modo se promove uma, também lenta, consolidação da presença e significado do património cultural na contínua transição de gerações.

Assim, os projetos a implementar devem ser antecidos de estudos, não só de volumetrias construtivas, coesão geotécnica de solos ou de estruturas de consolidação, mas também, de significação sociológica do edificado no contexto urbano, de abordagens históricas e arqueológicas sobre as preexistências, ou de prospetivas comerciais de potencialidades de sustentabilidade futura. A aproximação a estes estudos não deve ser entendida como forma supérflua de desperdiçar dinheiro de investimento, mas presta-se a ser considerada como um contributo do investidor para a valorização do espaço urbano, o que lhe permite entender a ambiência em que se vai envolver e, desde logo, estabelecer parcerias a partir dessa abordagem local.

Ao reaver os princípios de intervenção propalados na carta de La Valeta³⁴⁵, “a arquitetura contemporânea deve expressar por meio de projetos que respeitem a escala dos sítios em que são implantados e que mantenham relação com as realidades

³⁴⁵ Adotada no âmbito da XVII Assembleia-Geral do ICOMOS, realizada em 2011 na cidade de La Valeta (Malta), dedicada à salvaguarda e gestão das áreas históricas urbanas.

arquitetónicas preexistentes e com o modelo de desenvolvimento desse contexto”³⁴⁶. As dimensões da fachada nos arruamentos, as perspectivas simétricas dos quarteirões no vale, os corredores de fundo para a paisagem atlântica, devem permitir entender, e por tal salvaguardar, o contínuo edificado, pois a introdução de novas referências na ambiência urbana, seja um edifício ou seja um espaço partilhado, deve ser vista na perspectiva do contexto histórico como do funcional, face à sua identidade peculiar.

Este entendimento de reificação do património desponta na Europa do século XIX com o *monumento*, o qual evoluiu até aos atuais conceitos de *bem cultural* e de *património* ³⁴⁷, os quais carregam em si significados e significantes, que requerem consciente abordagem porquanto o conceito de *património cultural* suscita acrescida responsabilidade face à mediação no espaço urbano contemporâneo. A multiculturalidade da Europa e a sua diversidade de valores, refletem em cada comunidade local maior consciência, e ao mesmo tempo responsabilidade, sobre a singularidade desse legado, o qual se define num composto de valores muito próprios, fundação de identidade num mundo hodierno global.

O património e os seus elementos compósitos são resultado mensurável de diferentes momentos históricos como de diversificados contextos socioculturais. Tal observância torna a sua conservação um propósito mediado por diferentes tipos de intervenções com impacto local, compromissos inclusos no conceito *património urbano*, uma adição orgânica de partes, com algumas aparentemente desprovidas de significado, mas que determinam o todo.

Na atualidade, a sociedade exige cada vez mais à sede epónimo do concelho, uma permanente expansão espacial mas também atualidade funcional de serviços, o que suscita dilemas e dificuldades como identifica soluções e competências, assunção de equilíbrio que urge alcançar pois nela residem os desafios e os compromissos para o futuro. O núcleo urbano numa era cosmopolita, assume-se como dos principais êmbolos de desenvolvimento do território municipal, com espaços económicos impulsionadores em termos comerciais e financeiros, e fator cultural através da criatividade e da sua relação de produção e consumo de bens e serviços, como de igual modo, é também fonte de problemáticas sociais como o desemprego, a riscos de exclusão ou a discriminação das gerações mais idosas, evidencia que se plasma na área ambiental na

³⁴⁶ ICOMOS, 2011: 10. *La arquitectura contemporánea debe expresarse a través de proyectos que respeten la escala de los sitios en los que se implantan y que guarden relación con las realidades arquitectónicas preexistentes y con el modelo de desarrollo de su contexto.*

³⁴⁷ Neto, 2002: 93.

dicotomia entre o progresso urbano e a consciência ecológica, a prioridade à eficiência energéticos ou o maior controlo na gestão dos resíduos.

A importância atribuída ao conceito de “paisagem histórica urbana”³⁴⁸ como estratificação da dinâmica urbana, emana de uma nova interação entre o meio natural e o ambiente construído, na qual a arquitetura contemporânea assume papel maior pela capacidade de comunicação entre as preexistências históricas e a sensibilidade para apropriação dos contextos espaciais. Promove-se um enquadramento organizado em função das interações suscitadas, holística acomodação do território funcional onde a conveniência do quotidiano, transcorre da utilização singular como abrigo dos elementos ou coletiva pela aplicação social, capaz de implementar dinâmicas locais que modelam o ambiente urbano numa integração discreta embora de tradição funcionalista.

Na cidade atual, até os pormenores insignificantes são relevantes, inerentes a espaços e a usos humanizados de vivência partilhada. Espaço de passagem ou de permanência, de direitos e de obrigações, a cidade centra o quotidiano na sua própria construção, fenómeno antropológico de criação que em Sesimbra se vislumbra na sua génese marítima, patente na sua linha de costa consumada na faixa do areal, territorial de limite tanto geográfico como anímico, da existência natural com a construção humana. Esta linha representa um fenómeno universal que marca a identidade das cidades marítimas, onde a presença do mar vive-se em todos os seus sentidos, da epiderme fria ao vago olhar no horizonte, uma fragância que se descobre ao longo da cidade como algo intuitivo pois, “para a cidade do litoral, o mar é a sua razão de ser, e mesmo quando os seus habitantes vivem em casinhas aconchegadas com o seu aparelho de rádio, como qualquer família do interior, nunca é uma cidade do interior; encontra-se à beira do abismo, face a um horizonte constante mas enigmático”³⁴⁹.

A vila piscosa surge como exemplo histórico do fenómeno de povoamento da orla costeira, associado às atividades marítimas e influenciada pelas ótimas condições naturais da baía serena e do vale abrigado, conjugação que atraiu a presença humana desde a antiguidade latina, com os primórdios da produção conserveira, à época medieval, numa fronteira marítima de mares abundantes, à época dos Descobrimentos, com as rotas comerciais e as rapinas corsárias, até às décadas contemporâneas da industrialização da pesca. O contemporâneo caimento das atividades tradicionais impele à urgente missão de preservação da tradição marítima, com particular pertinência no

³⁴⁸ UNESCO, 2008: 3. *Historic Urban Landscape*.

³⁴⁹ Cullen, 1996: 192.

conhecimento, conservação e reabilitação dos seus recintos funcionais, tidos agora como potenciais de investimento social e de lazer.

Assim, se as dificuldades económicas adiam oportunidades, porém também potenciam alternativas escoradas nos recursos naturais e nas tradições locais, através de projetos inovadores e de soluções de emprego que envolvam diferentes gerações, o que quebra os potenciais conflitos sociais através da criação de contributos para a empregabilidade, onde a memorização social do legado do passado, expressa na memória vivida de cada sénior e na aprendizagem de cada jovem, são mais-valias que, no entanto, têm sido desaproveitadas. Há pois que reclamar a conservação do património humano através da sua imaterialidade, ativo de reduzido custo e indutor de investimento económico, concórdia social e criatividade cultural. Neste contexto, temporal e espacial, a conservação do espaço urbano demanda uma abordagem sistemática que acautele as individualidades do quotidiano³⁵⁰, concílio para um sistema participado de governação, sustido no conhecimento e na difusão da história local, alicerces para a participação da comunidade.

A perceção, definição e aceitação da hierarquização de espaços dentro do núcleo urbano, enquadra continuidades como também ruturas, ascendências à compreensão ao eximirem a vivência histórica além da esfera convencional do centro histórico, perímetro por vezes dúbio face ao contexto urbano. O contraste da urbe cosmopolita com o núcleo histórico faz-se na própria dinâmica urbana, a qual, não se cristalizou num núcleo geracional mas cresceu em contínua evolução para além deste. A ambiência valoriza-se nessa história pela continuidade da sua razão de ser, onde o crescimento urbano não ocorreu regular em anéis concêntricos, mas condicionado pelo aglomerado fundador, motivado pela disponibilidade geográfica, por necessidades quotidianas, por ascendentes económicos, por cataclismos naturais, por devaneios bélicos ou por tantas outras causas que criam *centros* consoante os momentos históricos. Concebem-se assim núcleos de memória com caráter mais místico que o centro histórico, espartilhado entre a valorização patrimonial e o interesse imobiliário.

Desde os seus primórdios, a póvoa de *Cezimbra* foi muralhada pela natureza, confinada na grandeza do vale calcário pelas ribeiras que rasgavam o solo até ao extenso Atlântico, limite da contração urbana quando, no século XIX, o movimento de industrialização, e depois de urbanidade, levou a expansão pelo vale. Por estes

³⁵⁰ ICOMOS, 1987.

muramentos naturais se percebe a estrutura urbana tradicional, pela qual a vila e a sua teia urbana se centram num paradoxo, a estrada a norte virada ao castelo como *primeira porta de terra*, e as ruelas encaminhadas ao areal como *porta de mar*.

Na planta de finais do século XVI, o mais diosio plano cartográfico conhecido do aglomerado, o traçado ortogonal da urbe quinhentista apresenta efetivo contraste com o não ortogonal da póvoa medievá, fechada em si face ao oceano e limitada no cume inferior por duas encostas, abertas num terrado para o areal rasgado pela grande ribeira.

O crescimento urbano nesse momento seguiu para poente, através da encosta e ao longo de uma açoteia mais elevada, confinada adiante por novo vale e ribeira, mas que no descenso ao areal foi propícia à edificação de um quadriculado regular. Aproveitar os terreiros naturais que o vale propicia, subir encostas a ladear promontórios mais suaves, ou cercar e cobrir antigos cursos de ribeiro, foram políticas iniciadas nessa época e que se prolongaram até ao século XX, contributos significantes para que o perímetro urbano ganha-se espaços de crescimento ao conseguir superar os aspetos mais difíceis do entorno topográfico natural, porém, sem o obliterar ou destruir.

A memória do vale encontra-se vincada na acentuada inclinação das ruas, sobretudo dos novos bairros, em que escadarias e soleiras elevadas procuravam remediar o que a natureza impusera, como igualmente, na presença do aquífero que o sistema de galerias que se desenvolve por debaixo da vila, desde o troço do ribeiro do Caninho a nascente que se une à ribeira da Misericórdia na zona mais baixa do núcleo urbano até ao troço que confina a poente a ribeira da Fonte Nova, teia complementada pelos inúmeros poços que intervenções mais recentes descobriram, evidenciam no seu todo o ascenso do nível freático. As condicionantes da envolvência arrábida, como das incidências atlânticas, influenciaram em todos os períodos históricos a ocupação do lugar, e afoitaram condições distintivas à vila e à comunidade local, fomento a formas de apreender e de compreender o mundo que distinguem Sesimbra de qualquer outro lugar.

Por hora, ainda coexiste a tradição com a modernidade, e como noutros momentos, o porvir volta a embrincar-se na ligação ao mar, em que a memória e os costumes são novel contrato social que valoriza a identidade e o património como ativos geradores de crescimento, contributo para que atividades económicas como a pesca e o turismo sejam modelos geradores de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis, sinónimos assertivos de uma governança integrada. Hernâni de Barros Bernardo, em 1941, classificou a vila como uma “aglomeração constrangida”, um caso singular na região pela sua implantação geográfica e pela sua captação populacional, com cerca de 7000

residentes, aproximadamente 3/5 da população do concelho³⁵¹. Esta concentração marcou a asserção da urbe como centro territorial desde o século XVI, realidade que teve registo saliente no censo de 1900, em que dos 9047 habitantes do concelho, 5135 residiam na freguesia de Santiago, mais de metade da população habitava no espaço urbano, onde desde finais do século XIX se concentravam novos prédios, residências de dois e três pisos, com o aumento do volume de comércio e de serviços, com novéis condições de saneamento e de abastecimento de água.

A evolução ao longo do século XX foi muito rápida, pois se no seu perímetro de cumes ainda subsistiu, durante algumas décadas, a silhueta rústica de vários moinhos de vento, esta foi rapidamente substituída pela edificação de bairros sociais para os pescadores, aos quais se seguiu a profunda transformação no centro da vila com a abertura de novas artérias, ciclos de demolição de quarteirões antigos e de construção de recentes prédios com mais de três andares. A evolução demográfica tendencialmente acompanhou este crescimento, porém também repercutiu o decréscimo demográfico face ao restante concelho, pelo que na transição para o século XXI, o índice de relação da vila tenha assumido uma *fácies* negativa, com a quebra populacional e expressiva redução de habitantes face à população total do município.

A expansão urbana induzida pelos banhistas e pelos turistas, associada aos benefícios da economia do mar ou materializada na especulação imobiliária das décadas mais recentes, acabou por repercutir impacto negativo. O cerco que a mercancia de propriedades e a construção de apartamentos suscitou, seja no seu centro seja nas suas periferias, levou a que a tradicional comunidade residente, sobretudo as gerações mais jovens que iniciavam a sua dinâmica social, fossem compelidas a procurar residência nas povoações vizinhas de Santana, Cotovia, Quintinha e até Zambujal.

Estas antigas aldeias, junto das estradas para o Seixal, Setúbal e para a Senhora do Cabo, deixaram de ser pequenas aldeias e renovaram-se em contínuos urbanos que, exceto a permanência de serviços em Sesimbra, utilizados sobretudo pela administração pública, conseguem por si próprios suprir as necessidades da sua população residente, permanente e mesmo flutuante de veraneantes, o que os escusa de procurar a vila. Para as gerações contemporâneas da antiga comunidade marítima, a vila é hoje o local onde se vai trabalhar, tratar de assuntos junto dos serviços públicos, assistir a eventos culturais e, ir à praia onde o mar fica mais seguro para as crianças. Quanto a residir, os

³⁵¹ Bernardo, 1941: 122.

preços são elevados e o espaço cada vez mais diminuto, nada comparado com as novas zonas periurbanas em franca expansão na planície superior.

Até à profunda transformação ocorrida na década de 1960, e que alterou decisivamente a vila e o seu recinto urbano, a póvoa ancestral preservava a fisionomia de antigo agregado afrentado ao mar, materializado em cada rua e em cada habitação nas funções relacionadas com as atividades marítimas. A vila preservava a estrutura ortogonal em grande parte do seu perímetro, vinda da transição quinhentista da antiga póvoa medieval, coroada pela expansão da industrialização nos pequenos complexos fabris periféricos e nos novos prédios residenciais no seu centro, pois o conjunto de projetos e de obras que marcaram o ocaso da monarquia, previram novel organização espacial das funções urbanas, desde a construção do novo edificado ortogonal aos trabalhos de alinhamento e de calcetamento de ruas, do abastecimento de água canalizada ao ordenamento da passagem de águas pluviais.

No início do século XX, Sesimbra vivia época áurea de cosmopolitismo em termos económicos, sociais e mesmo culturais, evidenciada na elevada ocupação demográfica, superior a 50% da população do concelho, a que se associava a expansão habitacional com novos edifícios, mais humildes nas casas das famílias de pescadores ou mais abastados nas residências dos proprietários das armações e fábricas conserveiras. Similar, a abertura de novos arruamentos e o ordenamento dos existentes valorizou a afirmação do porto marítimo e centro industrial, casos do quartel dos bombeiros, dos complexos industriais e áreas residenciais, do arranjo de largos centrais e calcetamento das ruas envolventes, até à abertura do largo para veículos e carreiras a que não eram estranhos os trabalhos de abertura da estrada real n.º 79, os projetos para a construção de um molhe de abrigo no porto ou do traçado de caminho-de-ferro.

Nas décadas seguintes, sob a vigência do ciclo político republicano, os projetos e as intenções de beneficiação da vila foram estrangidas pela luta política fratricida entre correligionários dos partidos republicanos, como pelas limitações orçamentais resultantes dos investimentos executados nas décadas anteriores. As propostas desse momento dão continuidade aos dois grandes projetos, o molhe de abrigo no porto de pesca e a nova via de caminho-de-ferro, porém no meio de várias vicissitudes, ambos acabam por ser intentos logrados, pelo que a intervenção municipal na vila assentou na procura do benefício das classes sociais tradicionalmente mais depauperadas, dos pescadores e membros das companhias das armações aos trabalhadores operários e às famílias carenciadas. Por aí se compreendem os argumentos para a criação de novos

chafarizes, sentinas públicas e a reformulação das condutas de águas residuais e pluviais, mas onde também que identificou a necessidade da remodelação dos largos marginais ao mar e, a abertura de duas grandes avenidas, uma a subir o vale central com utilidade residencial e a outra a ligar a estrada nacional à angra poente.

Mais tarde, já no Estado Novo e influenciado pelo Decreto-lei n.º 24:802 de 21 de dezembro de 1934, que institui a necessidade de as Câmaras Municipais elaborarem planos gerais de urbanização nas sedes dos respetivos municípios, refletiu-se a prevalência do ordenamento no fenómeno de expansão do espaço urbano, transposto na elaboração do plano geral de urbanização para a vila.

A implementação dos anteplos e dos planos de urbanização levou a que, mais que repensar a estrutura urbana, esta fosse redesenhada num programa onde a preexistência não era tida como contributo de desenvolvimento, mas como obstáculo ao progresso que urgia ultrapassar. Para tal propuseram-se intervenções profundas, e mesmo cicatrizantes, no aglomerado de ruas e edifícios, anulação da própria comunidade num expoente idiossincrático que formalizava a necessidade de abrir a vila da serra até ao mar, em que o progresso se representava no alinhamento reto de avenida principal.

A estrutura prevalecente de *Sezimbra* consistia num quadriculado de traço irregular adaptado à topografia, nivelada a sul na disposição do vale até ao areal, e a norte pela orla de montes. Na década de 1940, plasmava-se um xadrez urbano sobre acentuados declives, visíveis na implantação dos edifícios e escadarias nos arruamentos de norte para sul, casos da escaleira de acesso ao cemitério de 1942, da escadaria para o largo do Tanque e fábrica do Gelo de 1944 ou do lanço de acesso ao largo do Calvário de 1944.

Nesta época as questões do reordenamento urbano tiveram impacto, logo em 1945 com a alteração, no largo do Município, suscitada pela transladação do antigo chafariz barroco para o novo largo do Calvário, e pela transposição do fontanário republicano para o contíguo largo Eusébio Leão, o que direcionou o perímetro urbano para a encosta nascente através da redistribuição de elementos históricos e funcionais, ao mesmo tempo que se desafrontava o largo do Município.

Se o plano de urbanização proposto em finais da década de 1930 previa a reformulação do coevo agregado, através de novas avenidas que abriam a vila e conferiam importância ao turismo, os posteriores planos de urbanização desenvolvidos na década de 1950, não só reforçaram essa premissa como, operacionalizam a alteração da preexistência fundada na génese marítima. Iniciou-se a abertura de grandes avenidas em áreas desocupadas e em quarteirões que são demolidos, alterou-se o plano

construtivo com edifícios de volumetrias largas e altivas, contrastantes com as habitações tradicionais ao longo da avenida Salazar, da esplanada Almirante Henrique Tenreiro ou dos terrenos de Palames. Marcou-se aqui o início do movimento de urbanidade, o qual atingiu o seu zénite construtivo nas décadas de 1980 e de 1990.

Em finais do século XX, a especulação imobiliário de novas construções, não tanto nos edifícios habitacionais isolados mas em complexos residenciais, em apartamentos e em condomínios, ressaltavam o interesse da estância balnear com os seus preços elevados de venda e aluguer de moradias, mas que fora do período estival, patenteava, ano após ano, o abandono demográfico das gerações mais novas e a permanência da proveta comunidade, sem capacidade financeira face a tais valores especulativos.

Foi neste contexto que na transição das décadas de 1980-1990, surgiu o Plano Diretor Municipal de Sesimbra, instrumento de planeamento do território que, para a cidade epónima, face à especulação e interesse imobiliário, formalizava diretrizes e orientações que procuravam instruir coerência ao conjunto urbano. Nesse âmbito são classificadas distintas classes de espaços funcionais, desde o urbanizável com proeminência em termos residenciais, a equipamentos, espaço portuário e espaços turísticos, espaços de transição, espaços naturais e espaços de equipamento, que procuravam estruturar um melhor modelo de gestão da intervenção urbana.

Na vila, a solidão do tradicional trabalho dos pescadores nas ruas e no areal, foi constrangida a algumas lojas de companhia e ao porto de abrigo, em que a atividade piscatória, a mais importante fonte de sustento da vila, se restringia a áreas fora do espaço urbano que, se redirecionava para os serviços e bens ligados ao turismo. A grei piscatória perdia a praia e as ruas como espaço de trabalho. A vila passou a ser um agregado de artérias com um quotidiano mais apagado, pois às possibilidades de ampliação do comércio local, só os restaurantes e bares ganharam em espaço e provento económico, onde o pequeno comércio, face à concorrência das grandes superfícies que se instalaram perto dos vizinhos aglomerados, simplesmente procurou subsistir.

A estrutura de organização urbana é um tópico de primordial atenção, não só para a interpretação da evolução histórica, como para a vivência do quotidiano urbano, tal como se atesta, em termos memoráveis, a primitiva divisão que o corpo de bombeiros de Sesimbra organizou para a vila e o seu serviço de incêndios, quer face ao abastecimento de água quer ao destacamento de viaturas³⁵². A primeira zona, a *zona*

³⁵² Marques, 2003b: 57-58.

Baixa, compreendia a marginal atlântica desde a praia e rua da Cordoaria à rua de S. Pedro, praça de D. Carlos, rua da Fortaleza e largo dos Valentes, a que se seguia a *zona Média* que abarcava o espaço urbano entre a *zona Marginal* e a rua do Forno, rua das Atafonas, largo da Misericórdia, quintal do Morujão, cordoaria do Larião e o largo da Câmara, e por fim a *zona Alta* que abrangia a restante vila a norte da *zona Média*.

Privilegiava-se uma vivência sobretudo pedonal, adaptada nos eixos maiores ao transporte molar e à circulação de viaturas rumo ao areal, realidade que o automóvel durante muitos anos não alterou até à abertura da nova avenida na década de 1960, difícil que era circular no traçado mais antigo. Durante séculos, a rua do Espírito Santo, que confluía de norte até ao mar, era a principal artéria da vila, cruzada no percurso interno com a antiga rua Direita que, de nascente para poente, ligava a povoação, qual cruzamento remanescente de um *cardus* e *decumanus* irregularmente traçados. Com a transformação urbana do século XX, a principal estrada passou a contornar a encosta setentrional até alcançar a nova avenida Salazar, o que permitia acesso direto à marginal atlântica, momento em que se cruzava com a avenida marginal, de onde se concebia um alinhamento na forma de um *duplo T*, ramificado pelos arruamentos tradicionais.

No entanto e apesar de toda a pretensão de modernidade, este duplo T urbano representa em si uma forma geométrica de ultrapassar o que foi uma das eternas limitações da vila, as dificuldades de acesso terrestre, em que a solução foi reintroduzir o tradicional eixo de ligação, patente na rua do Espírito Santo, no largo de D. Carlos e no largo dos Valentes. À rua Cândido dos Reis, ao largo de Bombaldes, então prolongado com a esplanada do Atlântico, e ao largo do Infante de Sagres, continuado com a via Mar-e-Sol, sobrepunha-se a nova avenida Salazar e a extensa avenida marginal da esplanada Comandante Henrique Tenreiro e da estrada marginal.

Num outro patamar, além das vias, a afirmação de imóveis de relevo, marcantes no espaço urbano, centrais de génese ou aglomerados por função, acabou por tornar alguns edifícios em símbolos agregadores da identidade e da vivência da comunidade, consoante a sua relação com os momentos históricos que os acolheram. Desta consonância surge a perceção que a quantidade, e sobretudo a qualidade das construções de âmbito militar ou religioso, funcional ou habitacional, emana um legado empírico do saber construir com mestres pedreiros, carpinteiros e pintores, artífices, aprendizes e serventes, que perdurou até à atualidade na atividade da construção civil, a qual engradeceu até à década inicial do século XXI. Esse experimentado conhecimento geracional permitiu que no século XVI igrejas, capelas e paços nobilitados fossem

edificados, que no século XVII, daqui partisse a robustez para a construção de fortificações ao longo de toda a costa, que no século XVIII se conseguisse com mestria a reconstrução urbana após o cataclisma de 1755, que no século XIX, o desenvolvimento socioeconómico fosse acarreado nos complexos das fábricas conserveiras ou os grandes palacetes residenciais, e que no século XX, as habitações se expandissem numa profunda alteração ao traçado de ruas e de habitações.

A segunda metade do século XIX marca a afirmação de novos edifícios de carácter socializador e habitacional, como também recreativo, nas principais ruas e largos da vila, sustentados por uma burguesia industrializada que se afirmava como a detentora do poder económico e político. Um dos exemplos emblemáticos encontra-se na sede do Clube Sesimbrense, o primitivo Grémio Philarmónico Cezimbrense, que edificado num largo menor, rapidamente se guinou num dos mais notórios espaços públicos, influenciado pela sua arquitetura revivalista de génese neoclássica onde o coroamento de pilastras no remate superior, a encimar figuras femininas alusivas às musas, além de lhe conferir relevante protagonismo, moldou o espaço envolvente de vivência.

À época, a habitação tradicional era constituída por edifícios de um ou dois pisos, no primeiro residencial, e no segundo com a área residencial a ocupar o piso superior e no piso inferior as de lojas, lojas de companhia para os aprestos e companhias marítimas ou lojas comerciais para suprir as necessidades da comunidade.

Estas residências construía-se sobre paredes de alvenaria de pedra e tijolo, com argamassa de cal em reboco, assentes em fundações pouco profundas acima dos estratos argilosos naturais, e que em décadas mais recentes, foram substituídas por paredes subidas em alvenaria, e mais tarde em tijolo com aplicação de massas de cimento. Espaços com uma só porta para o exterior, por norma estreita, apresentavam também pequenas janelas protegidas no interior da habitação por cortinas, acolhidos sob telhados de duas ou quatro águas, consoante a relação com os edifícios vizinhos, constituídos por telhas de formato tradicional dispostas em elevada pronúncia, nas quais se albergava uma existência social que pouco mudou até ao final do século XX, “estas, que na maioria dos casos não excedem os três ou quatro compartimentos, comportam famílias numerosas e por vezes mais do que uma”³⁵³.

Se expressiva parte da comunidade habitava no espaço urbano, porém, com as armações e a industrialização da atividade piscatória, começaram a surgir na periferia

³⁵³ Cruz, 2009: 99.

algumas habitações abarracadas, uma realidade que se perpetuou até bem tarde, na segunda metade do século XX, resultado da chegada de novos elementos que se iam integrando no tecido laboral da vila. Eram edificações mais humildes de composição efémera, construídas em tijolo ou em pedra ungidadas por cal, ou em meros tabiques de madeira cobertos com chapas de zinco, de planta retangular, alinhadas face ao sul, e tal como as residências no núcleo urbano, apresentavam limitações de espaço face à elevada soma de moradores que acolhiam, aspeto visível da penúria das *gentes do mar*.

Esta realidade foi combatida no final da década de 1940 com a construção dos bairros sociais para pescadores e suas famílias, medida apoiada pelo Município mas dinamizada pela *Casa dos Pescadores* e associada à obra social desta imensa corporação estatal.

Noutro plano, desde a década de 1930 que Sesimbra surgia no *grande cinematográfico* em vários documentários, os quais a apresentavam numa perspetiva de baía típica da costa portuguesa. Nestes documentários, caso do francês «Le Portugal, Terre de Lumière»³⁵⁴ e do nacional «Sesimbra» de 1933, ou numa vertente de mera divulgação como no filme «Passeio do Clube Nacional de Natação»³⁵⁵ de 1932, Sesimbra apresenta-se como uma pequena vila na Extremadura, onde a comunidade de pescadores leva uma existência aprazível e simples, aconchegada na amena baía pontuada por lanchas e barcas ancoradas frente ao areal.

As apetências do vale com a pitoresca vila, atribuíam ao turismo messiânica aura de progresso, abonada por proeminentes membros da sociedade local como Joaquim Rumina³⁵⁶, que em 1936 defendia, pese embora os críticos acessos e as necessárias infraestruturas, uma ambiência singular, “quando a vegetação recobrir novamente as nossas encostas, emoldurando a Vila, teremos em Portugal um outro Montreux. Venham até nós e se sois capitalistas, ajudai-nos a construir um hotelzinho sobranceiro ao mar, e, do Largo da Marinha à passagem do Macorrilho, a transformar a Estrada Marginal numa Avenida moderna ladeada por construções artísticas onde se abriguem e extasiem, na contemplação do mar imenso, os que não couberem no hotel”³⁵⁷.

Esta mesma linha evoluiu na década seguinte, quando em 1947 se advogou o fomento de atividades compensatórias face às debilidades da faina piscatória, com habitações salubres e melhor educação para a comunidade, um clube aprazível e a

³⁵⁴ ANIM|8000172-VHS.1/1.

³⁵⁵ ANIM|8000883-VHS.1/1.

³⁵⁶ Reputado historiador local que, entre 1936 e 1937, assumiu o cargo de administrador do Concelho.

³⁵⁷ Guerra, 2006: 29.

construção de um hotel na marginal junto à fortaleza, “seria construído na parte que ainda ficaria suficientemente ampla, mesmo que se alargasse um pouco a Rua da Fortaleza. Tudo isto contribuiria para uma perfeita urbanização de Sesimbra, na opinião de um arquitecto-urbanista, que sem isto deficientemente se fará”³⁵⁸. A relação da vila marítima com o Atlântico fora fronteira natural bem marcada, o areal e as arribas terrosas e rochosas, que no século XX se converteu de linha natural em fronteira humana, proveu alteração substancial quando as arribas foram substituídas por edifícios a cercar os largos e as avenidas marginais, o areal tornou-se indispensável eixo de atividade e polo nuclear de existência quotidiana, associado à ancoragem de embarcações e ao comércio de pescado.

O espaço da venda de peixe no areal, a *lota*, era recinto, atividade e coreografia humana, emoldurada na praia frente ao largo da Marinha³⁵⁹, limitada por rampas de pedra e, sempre à sombra do posto da Guarda Fiscal sediado na fortaleza³⁶⁰.

Ao nascer e ao ocaso do dia, chegavam as barcas que fundeavam na baía, a algumas dezenas de metros da praia, para as *aiolas da gandaia* e as *chatas*³⁶¹ iniciarem o corripio da descarga do peixe, vertido em caixas de madeira seguras por braços fortes que o espalhavam no areal, arrumado em lotes, alinhado sobre montes de areia ou em círculos rodeados por caixotes, onde os intermediários da Casa do Pescadores mediavam a venda sob o olhar da guarda, quando se iniciava a cantata numérica do pregoeiro que descia o valor até que alguém vozeava, levantava uma mão ou abanava a cabeça a arrematar o lote de peixe que, após anotado pelo guarda-fiscal, seguia para as rampas empedradas em cestas ou em caixas de madeira, no dorso de burros ou levado por homens em padiolas, até ao largo onde colocado em muares, depois carroças e por fim em carrinhas, as *camionetas de peixe*, seguia rumo a Almada, Seixal e Barreiro, e daí pelo Tejo até Lisboa, ou rumo a Setúbal e ao Alentejo.

O largo da Marinha, ligação do areal ao espaço urbano, após a década de 1940 tornou-se esplanada soalheira para outra perspetiva da *lota*, a azáfama cintilante de barulho e cheiro, algazarra das vendas e colorido de peixes e gentes que cativava

³⁵⁸ Guerra, 2006: 64.

³⁵⁹ Que ao longo dos tempos e desde a sua criação no espaço urbano, fora largo dos Valentes, largo Infante de Sagres e finalmente largo da Marinha, e pelos seus nomes mais tradicionais das gentes locais, o largo das Sentinas e o largo do Ponciano (o guarda das sentinas, sanitários públicos aí existentes).

³⁶⁰ Rodrigues, 2003: 18. A título excecional, entre 1937 e 1938 a *Lota* decorreu na praia nascente da fortaleza, pois a intervenção urbana no largo dos Valentes não permitia o trânsito nessa zona.

³⁶¹ Embarcações da tipologia do bote, embora com maior calado, características da comunidade marítima de Sesimbra que as utilizava no transporte do pescado das barcas maiores ao largo, para o areal.

visitantes que aos poucos ocupavam o espaço do areal. Na década de 1960 ainda se observa a pauta diária piscatória em lugares e funções bem vincadas, “a actual Sesimbra é nitidamente uma terra de pescadores – um porto de pesca munido de todo o apetrechamento que justifica a relevante importância que possui na nossa economia do mar. Varadas na praia ou abrigadas no molhe, as embarcações esperam o momento de partir. Estendidas na areia, nos ‘tendais’, na estrada, nas próprias ruas vizinhas da praia, redes e ‘talas’ atestam e simbolizam a vida da povoação”³⁶². Em 1974 a *lota* passou para o porto de abrigo, o qual se assumia como o primeiro porto nacional de pesca artesanal.

Em meados do século ainda ecoava nas ruas, ao raiar da madrugada, a voz do *moço chamador*, “na noite de breu, o ‘moço’, gritando, mudou-se em fantasma p’los homens chamando. Ó ‘moço’ fantasma, qual é a tua sorte: tu chamas p’r’ao mar... ou chamas p’r’à morte? No escuro da noite o ‘moço’, a gritar, não sabe se chama p’r’à morte ou p’r’ao mar!”³⁶³. O apelo chegava aos pescadores que se dirigiam para as lojas de companhia e para a faina, as mesmas *lojas* que de Raul Brandão em 1923, a Maria Alfreda Cruz em 1966, pouco se diferenciavam.

Em «Os Pescadores», “seis horas da manhã. Noite de luar claro e frio. Desço a rua ainda tonto de sono. Ao longe o moço chama: – Ó tio Julião, vamos embora... pra-a loja... – Muitos homens dormem na barraca onde se guardam os apetrechos das artes. Entro. Uma luzinha fumega. Redes, remos cabos, pedaços de velas, e sombras, tudo misturado. Remexem vultos no escuro. Sobre a tarimba mal distingo farrapos de homens deitados”³⁶⁴, para volvidas quatro décadas, “sórdido compartimento parcamente iluminado por um archote ou por um candeeiro a petróleo e onde, além dos catres, que servem de camas aos ‘moços chamadores’ e aos velhos sem família, se encontram, preparados de véspera, todos os utensílios para a labuta da noite, a ‘turina’”³⁶⁵.

Na sua dialética memorial, a loja de companhia apresenta-se como espaço escuro, impregnado de maresia e sempre húmido, atamancado pelo pescador e atabalhado pelo quotidiano, diegese visual de penumbra possível de imaginar como apelo aos sentidos no cheiro que o negro acentua em atmosfera cinematográfica, expandida quando o pescador, limitado neste espaço exíguo, era levado a trabalhar no exterior e a ocupar a rua, apropriação do espaço como manifestação etnológica de ínclito comunitarismo, pelo qual, emergia como escultura viva a ilustrar a sua imemorabilidade.

³⁶² Cruz, 2009: 26.

³⁶³ Andrade, 1996: 25.

³⁶⁴ Brandão, s.d: 148-149.

³⁶⁵ Cruz, 2009: 28-29.

Do pitoresco e dos valores culturais que conferiam identidade ao aglomerado construído e social da vila, um dos derradeiros momentos de implicação surge na década de 1980, através da dinâmica cultural de assento de obras de arte pública no recinto urbano, momento imbuído no espírito suscitado pela revolução de abril de 1974 que procurava, ainda que implicitamente, conferir coerência estética a uma vila que num tempo muito curto, se confrontava com profunda refundação de expressivos contornos económicos e sobretudo societários. Conferia-se forma ao que aparentava crescer na completa desordem, associava-se a relação humana com o exercício da razão, a limpeza do pensamento com a clareza do discurso que a democracia havia trazido e a arte expressava, numa década em que ressalta um período de euforia associado à pesca, onde a cultura, através da arte pública, teve o seu ensejo de afirmação em várias obras sob mecenato municipal, que procuraram dar coerência ao espaço público.

Esta abrangência foi explorada em obras emblemáticas que ainda hoje marcam o quotidiano e a vivência em seu redor, mas que, no seu contexto de génese, alumiarão a relação cultural do mundo contemporâneo com a sociedade e sua memória comum, onde a analogia de comunicação entre obra e a mensagem assumiu relevância.

Os exemplos surgem no monumento aos Pescadores ou no monumento ao 25 de Abril, entendidos como ação comunitária que, laureada na dinâmica ideológica que consumava a interação da cultura com a comunidade, retinha um apelo dirigido não só ao momento da revolução ou aos trabalhadores que laboravam pelo futuro da nação, mas que procuravam suscitar à reflexão sobre os problemas da nova sociedade, um ideário de futuro onde a forma estética se tornava válida no espaço urbano.

O monumento aos Pescadores, de 1982, projeto do escultor Anjos Teixeira, cresce numa superfície de placas em bronze onde figuram pescadores no labor quotidiano da faina das armações, reflexo do espírito singular da comunidade presente nesse grupo que simboliza a companhia, sobre a legenda “Aos pescadores. A quem o mar se curva e a terra aclama”, com o conjunto a ser inaugurado no dia 4 de maio, feriado municipal dedicado ao padroeiro da comunidade piscatória, e que coincidiu com a visita oficial do Presidente da República. Quanto ao monumento ao 25 de Abril, de 1985, trabalho da autoria do escultor João Limpinho, compõem-se por uma corrente de três aros em ferro pela qual, quebrada, brotam dois cravos em aço coroados por pétalas vermelhas, um programa escultórico alusivo à *revolução de Abril* representada pelos dois cravos que quebram a corrente e figuram a liberdade dos grilhões da ditadura, sinónimo da nova

geração livre e democrática, com o monumento inaugurado no dia 25 de abril, durante as comemorações do 11.º aniversário da revolução e do Ano Internacional da Juventude.

No seu périplo histórico, a utilização inclusiva, sustentável e eficiente da cidade histórica, e dos seus recursos torna-se essencial, do acesso equitativo a serviços públicos à gestão equilibrada das competências disponíveis, para o que contribui a participação ativa da comunidade local no que, no encontro de Toledo, se configurou como “uma nova ‘aliança urbana’”³⁶⁶, compromisso social enquanto perene reserva para investimentos integrados de apropriação do espaço pela vivência da comunidade. Apartar tal facto sob o pretexto da reabilitação ou da requalificação, traga-se a sua identidade como se depõem os entulhos das obras realizadas, exemplo já experimentado em Sesimbra, ao equiparar a póvoa a modelos generalistas preconcebidos de outras cidades, confinada a uma imposição de espaço com a missão da memória, algo que pode não suportar, e com isso, condená-la ao ocaso vivencial e ao declínio.

Isto não força o entendimento de que a mudança não pode ocorrer, pois se esta altera rotinas e condiciona áreas, a evolução que propicia não deve ser encarada como um ónus ou mera ameaça, pois quando inclusiva, tende a ser contributo de progresso, o que assim requer um planeamento coerente nas zonas de génese histórica, não impeditivo do seu progresso mas orientador da sua inovação.

Ressalta aqui a pertinência do *projeto de restauro* perfilado na carta de Cracóvia³⁶⁷, “antecipar a gestão da mudança, para além de verificar a sustentabilidade das opções seleccionadas, ligando as questões do património com os aspetos económicos e sociais”³⁶⁸, o que postula o conhecimento da urbe, dos elementos que a definem e dos valores que a balizam. Esta peculiaridade em si potencia o crescimento, onde a identidade cultural da comunidade se apresenta como fundamental na formulação de desafios face ao desenvolvimento, promotora de parcerias e de soluções partilhadas.

4.2. A atualidade materializada

Como estruturas humanas, os núcleos históricos urbanos vivem ao ritmo das pessoas que deles usufruem, extensões de afinidades dinâmicas que se construíram em torno do meio e da ocorrência humanizada, reservas de memórias e de materiais que

³⁶⁶ EU, 2010: 9.

³⁶⁷ Adotada na Conferência Internacional sobre Conservação, realizada em outubro de 2000 na cidade de Cracóvia (Polónia), dedicada aos princípios para a conservação e o restauro do património construído.

³⁶⁸ Neto, 2002: 97.

identificam a especificidade da sociedade e dos seus indivíduos. A estes, têm-se nas últimas décadas cometido um carácter de espaço museológico, que em anos mais recentes, se tem procurado valorizar não tanto como museu de ar livre mas como museu de interpretação do espaço, com a prioritária envolvência da comunidade na leitura urbana e na sua relação com o meio envolvente.

Emerge a aceção ao conceito da interpretação, a capacidade de suscitar a leitura da relação da paisagem com a ação humana, através da exploração da presença material e da fácies imaterial. A sensibilidade do observador com a sua aprendizagem não se limita à mera coletânea de informação, ou à explicação de espaços, mas suscita a apreensão do todo que é a conjunção urbana. A comunicação que se estabelece a partir destes signos não verbalizados, exposta no espaço urbano e nas ações que estimula nos diferentes atores, provoca relações espaciais e temporais que, no universo da museologia, são definidas como “em situação” e “em contexto”³⁶⁹, componentes comunicativas em que se exploram os códigos de interpretação para compreender intencionalmente esse meio.

A adaptação do sítio urbano na perspetiva museológica tende a assumir-se como uma intervenção contemporânea, que melhora as condições de utilização para quem reside e de fruição para quem visita, trama que promove a comunidade através do que esta têm de mais relevante, a sua apetência económica, a sua estrutura social, a sua convivência ambiental e a sua herança cultural. Assume-se o espaço histórico como um centro de interpretação participativa e comunicativa, onde a sua salvaguarda, mais que mero debitar teórico de métodos e empírico de eventos, torna-se um processo coerente, induzido pelo seu próprio substrato de existência, o património arquitetónico.

O entrecho do edificado com fatores de instabilidade estrutural e de ocaso social surge como fenómeno em Sesimbra, originado por um conjunto adverso de circunstâncias desde questões políticas a práticas de arrendamento, conjugação que reduz o estímulo à conservação. Este contexto é evidente na alteração das tradicionais utilizações, influenciado por falta de critérios de identidade com a demolição do antigo para edificação do novo, alteração de fachadas ou remoção de parcelas e novos acrescentos, ações com extensões aos edifícios contíguos e aos espaços circundantes.

Como resultado, parte importante das preexistências representam risco, perigo em termos estruturais e banalização funcional, imposição a vizinhos resilientes mas cada vez menos interventivos, muitas vezes confinados a espaços de habitação que se tornam

³⁶⁹ Lameiras-Campagnolo, 1998: 32.

decréptos e que conduzem ao ocaso da memória histórica construída, com as suas subsequentes mutações sob atuações de pretensiosa desvirtuação. O combate a esta realidade tem-se traduzido, sobretudo na última década, em ações isoladas de reabilitação não como solução mas como travão ao colapso estrutural, influenciadas pela evolução das tecnologias construtivas com aplicação de novos produtos como o betão armado, o aço, massas hidrófugas, revestimento climatizados e insonorizados.

Nos estudos sobre as intervenções realizadas nas últimas décadas na baixa pombalina de Lisboa, Vítor Cóias identifica duas das formas mais comuns, mas também controversas, da reabilitação contemporânea no edificado tradicional do núcleo histórico, dos quais, se podem igualmente recolher exemplos na vila de Sesimbra.

A primeira, a frequente utilização do betão armado, técnica que surge em Portugal na década de 1930 e que veio alterar o cenário urbano ao propiciar intervenções transformacionais da originalidade dos projectos edifícios³⁷⁰, mercê das suas rápidas propriedades físicas e aplicativas de construção. A segunda, reflete-se na utilização do aço como novo esqueleto estrutural, uma técnica que permite a manipulação do edifício mas que, face ao carregamento dos elementos que o abraçam, expõe um peso excessivo que propicia valores de rigidez diferentes da tradicional estrutura de alvenaria, concentrando tensão nos pontos de encontro³⁷¹.

Para Cóias, além dos materiais e das técnicas aplicadas nas intervenções arquitetónicas nos núcleos históricos, as metodologias de intervenção tem também expressão negativa no *fachadismo*³⁷² e nas alterações encobertas, as quais assumem a manutenção dos traços exteriores mas transformam o interior, de modo a aumentar o valor imobiliário do edifício ancestral e flexibilizar o seu uso moderno³⁷³. Esta intervenção apela ao sentido de autenticidade da construção ao manter a sua área construída e a sua fachada cénica no contínuo urbano mas, promove a demolição do interior e constrói de novo através da ductilidade do betão armado e do aço que alteram a estrutura, aprofundam fundações e propiciam, no subsolo, novos pisos funcionais.

Porém nos anos mais recentes, e mercê de algumas reflexões quanto ao benefício económico da proveta ancestralidade do edifício com função de segunda residência e

³⁷⁰ Cóias, 2007: 32.

³⁷¹ Cóias, 2007: 34.

³⁷² Termo que acompanha o movimento de renovação urbana reportado a intervenções baseadas na construção e na remodelação de fachadas sem relação funcional com os espaços interiores do edifício, o que também se associa ao mercado imobiliário e à definição de novas funcionalidades nas cidades.

³⁷³ Cóias, 2007: 27.

turística, uma dissonante busca do sentido de autenticidade, tem emergido através de novas metodologias de intervenção que assentam no primado da manutenção da preexistência. Em vários arruamentos têm-se assistido à qualificação das condições de habitabilidade e provida a consolidação estrutural, através de novos elementos com o mínimo de intrusão e o máximo de coerência, o que confere renovado olhar para uma reabilitação urbana menos impositiva, que sob a intenção de priorizar o uso, vai eleger como fundamental a salvaguarda da autenticidade, o que em termos do mercado imobiliário contribui para valorizar o imóvel como espaço funcional nobilitado, e de prestígio social para os seus detentores.

Esta reabilitação promove a utilização da alvenaria, madeira e argamassa, a par de outros materiais mais modernos, porém, não se escuda numa abordagem multidisciplinar onde os conhecimentos históricos são esteio fundamental quanto à definição de critérios de intervenção, mas cinge-se à capacidade de interpretar as funções antigas e de lhes impor um modelo atualizado de usufruto.

Não obstante o virtuosismo interessado que estes modelos de intervenção acolhem, no primado da salvaguarda da autenticidade do edifício, também devem, porém, adaptar as realidades formais construtivas às peculiares características que o mesmo possui para salvaguarda da sua singularidade enquanto preexistência de valor urbano.

Assim, e ao contrário do *fachadismo* que intervém na teia urbana através da sensibilidade da fachada mas, oblitera a função primeva, a obtenção de informação histórica e sua coerente interpretação quanto ao edifício, sua construção e utilização, tem efeitos positivos não só no processo de reabilitação, como na futura relação com o espaço urbano. A investigação ao ser moldada para a interpretação *in loco*, através de levantamentos arquitetónicos e estudos estruturais, permite identificar geometrias e caracterizar capacidades de carga, através de um levantamento sistematizado coerente para uma intervenção consciente.

Com a informação devidamente interpretada, permite-se definir modelos de análise e elaborar estudos prévios ao projeto de intervenção, focados nas questões estruturais e de implantação como nas medidas de salvaguarda e de programação da futura fruição, pois só com a junção da natureza construtiva do edifício à sua missão funcional se pode assegurar a devida reabilitação arquitetónica e a assertiva requalificação urbanística.

Exemplo desta leitura pode ser transmitida nos trabalhos sobre as paredes de alvenaria, quer nas principais quer nas meeiras entre edifícios, onde incide parte considerável dos esforços de intervenção para aumento da resistência do elemento,

através da aplicação de materiais antigos e de novos, e pela redistribuição de cargas que, no entanto, requerem um específico olhar. Acresce outro exemplo, associado ao reboco das paredes, onde a aplicação de cal aérea como principal produto nas obras de reabilitação requer o efetivo conhecimento histórico, da sua aplicabilidade e da conjugação das matérias-primas, de modo a assegurar a resistência mecânica e carácter hidrófugo na ambiência dos edifícios. Também os trabalhos nas fundações são alvo de decisão bem maturada pela sua importância quanto à matematização das forças de sustentação do edifício a partir do solo, ao que aqui tem relevo a ação da Arqueologia na interpretação do solo humanizado que influenciou muitas das causas de instabilidade estrutural, mercê das alterações históricas do terreno.

Em consonância, a reabilitação de edifícios deve assim considerar a seleção dos materiais a utilizar e a sua aplicação, não só pelo primado da autenticidade histórica para obtenção de melhores resultados, mas também pelo seu impacto ambiental na classificação da matéria-prima e dos riscos de contaminação no processo de fabrico, o que tem reflexo na sua durabilidade associada ao intrínseco conhecimento factual que o estudo histórico ajuda a consolidar. Aplica-se este conhecimento na modelação dos edifícios pela observação quanto à sua génese estrutural e propriedades mecânicas dos materiais, um antecipado trabalho de investigação que aborda não só o imóvel, como também as técnicas de construção e as alterações ocorridas, o que no projeto permite traçar modelos técnicos quanto a potenciais comportamentos frágeis, risco de degradação da resistência ou a análises comportamentais entre os diferentes materiais.

Será neste contexto que para Sesimbra urge refletir, e acima de tudo concretizar, a conservação urbana numa perspetiva sustentável integrada, onde as modificações expressam maior, ou menor consideração pelo património, através da sua materialidade transposta na identidade histórica e no seu entendimento como delimitação do conjunto urbano. No dia-a-dia da sociedade contemporânea, enfrentamos uma série de mudanças com profundos reflexos nos habitats e nos comportamentos antrópicos, em que a cidade, um dos principais ambientes, repercute no seu todo desde a globalização dos fatores económicos e as voláteis deslocalizações de centros produtivos, às alterações demográficas e os constantes ciclos de migrações entre regiões, das diferenciações de políticas sociais às divergências progressivas das competências educacionais, contexturas que criam novas constantes que afetam fenómenos de seleção exclusiva, segregação e desenraizamento.

No entendimento de Juan Lasagabaster, a análise socio-emocional das intervenções no património requer uma vinculação à cidade e à sua comunidade, num arquétipo de conservação onde o património surge como ferramenta didática para ações de ignoto resultado que se espalham no tempo. É pois importante ponderar uma unidade de gestão transversal com uma visão multidisciplinar, onde a atividade técnica é contínua e metodológica, sustida na procura de novas potencialidades, no controlo e obtenção de conhecimento, e na conservação preventiva³⁷⁴.

Concretiza-se por esta via o que se pode denominar por *restauro democrático*, interdisciplinar e socializante onde o património se apresenta como algo que não finda, um contínuo em permanente renovação onde a defesa dos valores urbanos surge como fator para o crescimento integrado. Consolida-se o rigor da conservação patrimonial com o interesse turístico, mediação inclusiva que confere vida ao espaço urbano sem o colocar numa redoma cristalizada de memórias. Assegura-se o quotidiano pela vivência da identidade nas formas arquitetónicas e nas funções diárias de atividade da urbe.

No caso do núcleo tradicional de Sesimbra, o conjunto edificado apesar das mudanças que se registaram durante todo o século XX, não só em termos de disposição na teia edificada como de metodologias construtivas, ainda consegue perpetuar um âmbito memorial, porém, sitiado por um anel urbano de novos prédios que se aperta, e num pensamento aparentemente dúbio, que implicitamente contribuiu para identificar esses aspetos pictóricos da vila qual cartela intrincada de construção espacial. Reflexo da vida do núcleo geracional, a residência ainda sobrevém como local de trabalho, virada para a rua onde quotidianamente a vida se passa, preservação da tradicional habitação comedida e chã, locução da comunidade simples dedicada à faina como dimensão cultural. A par da casa, e cada vez menos visível por raia a extinção, surge a loja de companhia, palco da vida coletiva porquanto espaço de trabalho, a primeira paragem na ida e na vinda do mar onde se reuniam as gerações jovens que aprendiam as artes e os idosos que passavam o tempo com os camaradas.

Também nas ruas e largos, evoluídos do mar para a serra, criou-se uma topografia singular de acentuada inclinação em que o quotidiano da vila, da casa até à rua e da rua até à praia, se tornou um compasso padronizado. Após as casas, as ruas são os espaços de referência quotidiana, parque de brincadeira e aprendizagem, mercado de trabalho e comércio, logradouro social, religioso e festivo, um universo iconológico de renovado

³⁷⁴ Juan Lasagabaster in AAVV, 2013b.

discurso entre o significado da imagem e a sua compreensão visual, onde se redescobrem dimensões estéticas do quotidiano em que a importância do detalhe tem significado para se compreender a conveniência diária em que a sua composição, face ao recinto habitado, constitui expressão da dinâmica simbólica do comportamento humano, pretensão de um recinto quotidiano onde se enquadra a teia social, embora sob um primado estético subjacente às regras de evolução e às relações de função.

Além das ruas, a praia e o jardim municipal, no extremo e no centro do espaço urbano, são outros espaços tradicionais de encontro da comunidade, e desta com os visitantes, onde se suscitam momentos de recato que estreitam as relações humanas e apelam à valorização da *ekphrasis*, expressão de *logos* em que a palavra, vinda da memória, foi acicatada pela imagem, que preserva o sentimento da forma material.

Nesta percepção sustenta-se o princípio de que o valor do núcleo histórico, não se estabelece por notáveis construções ou profundas variações paisagísticas, mas sim, pela sua estrutura de unidade como espaço construído em relação com o meio envolvente, consolidado ao longo dos tempos e com características singulares. Como entidade dinâmica, os núcleos históricos urbanos resultam do quotidiano da comunidade e do território, algo que merece ser estudado, preservado e divulgado numa perspetiva arquitetural e ao mesmo tempo sociológica, natural da paisagem e humana da urbe.

A exploração deste entendimento influi da semântica de como pode um núcleo histórico ser entendido como espaço funcional, em que os seus valores transcorrem de fenómenos de atração e símbolos de identidade, influenciados pela conservação como pelo usufruto em preciso equilíbrio. Assim, a manutenção da sua identidade, e consequentemente da sua atratividade, permite enquadrar políticas integradas junto da comunidade que historicamente se apropriou da paisagem como habitat.

Em momento contemporâneo, a década de 1980 marcou a reestruturação dos espaços urbanos que, por feição política, ascenderam a polos de desenvolvimento económico e social, em que a cidade foi aberta ao investimento, à empregabilidade e ao crescimento, mas também, foram cenário de ambíguas experiências culturais, casos na Alemanha do projeto artístico *horror vacui* de combate a privatização do espaço público, ou em Espanha, na emblemática Barcelona, com a vivência artística em projetos de regeneração urbana apenas ao desenvolvimento turístico e à inclusão social³⁷⁵. Em Portugal, a afirmação das autarquias locais marcou a expansão urbana

³⁷⁵ Regatão, 2010: 33, 67.

pelo envolvimento da arte pública, ao propiciar novéis oportunidades a artistas perante diferentes convenções imaginativas, “metáforas epistemológicas” ³⁷⁶ da idade democrática em que se renunciou a costumes culturais e se reinventaram contributos para novas criações como reflexo dessa época como momento histórico.

Os dilemas da contemporaneidade incutem reflexões que estimulam a atividade criativa no espaço urbano, como nessa mesma década em Sesimbra se evidenciou, pois há sempre algo a descobrir. Da escultura artística ideológica com o monumento aos Pescadores e o monumento ao 25 de Abril, até às décadas mais recentes, formas onde a cultura desafia o núcleo urbano no seu curso maquinal, com as obras de vários artistas distribuídas na marginal com o projeto *Sesimbra Art Spaces* ou com a irreverência da *street art* de *graffitis* e construções temporárias em portas e edifícios devolutos da iniciativa *Sesimbra é Peixe e Arte na Rua*, que forcem o cidadão a tornar-se observador mas também participante na apreensão da cidade como espaço de intervenção social

A justificação criadora da cultura urbana, tentativa de inquirir para descobrir e entender o lugar que assume no diário humano do quotidiano, é o mais hodierno fenómeno de relação com a atual urbe atlântica, marca de leitura em que esta ultrapassa o mero cenário como razão de ser do ato social criativo e do seu traço cultural.

Complexos edificados e valores imateriais, a continuidade no tempo e a expansão no espaço, constituem fenómenos que na Sesimbra atual conferem razão às ocupações quotidianas, aos usos socializadores dos espaços públicos, ao progresso económico, à sustentabilidade ambiental e à valorização do património. Assim se entende que esta área urbana, com relevante incidência de valores históricos, seja entendida como um organismo vivo sujeitos a constantes mudanças³⁷⁷, pese embora o conceito de *mudança* na cidade tem ambígua interpretação, emparedado pelo risco do abandono e da ruína do espaço histórico, o que motiva a que a *mudança*, entendida como forma resiliente de renovação urbana, seja fator a ser adequadamente gerido também como proporcional de oportunidades e de potenciais benefícios.

Nesta área histórica, todas as transformações deveriam assumir a condição da identidade local, quer ao reconhecerem a preexistência quer ao promoverem equilíbrios. Como já revisto, a introdução de elementos com índole contemporâneo, caso de intervenções arquitetónicas e serviços económicos ou áreas públicas de lazer, tenderia a ser melhor enquadrada com o contexto urbano, inclusive por ponderar implícitas

³⁷⁶ Eco, 1989: 34.

³⁷⁷ ICOMOS, 2011: 3.

mudanças, pois é essa continuidade evolutiva que contribui para enriquecer Sesimbra ao mantê-la viva e em contínua renovação. A percepção do valor local deve inspirar, de forma coerente e consciente, a evolução urbana na sua morfologia tradicional face ao avanço de novas funções, sem porém renunciar ao legado histórico.

São gerados novos momentos históricos, adaptados à ocupação do tempo ou do espaço, e à evolução dos valores de referência locais, de estilos arquitetónicos à sustentação económica, da fruição cultural à acessibilidade universal, da inclusão social à coesão ambiental, os quais, conferem prioridade à composição e à missão urbana no mundo contemporâneo. É na continuidade do enquadramento da mudança na cidade histórica, que a carta de Cracóvia reflete sobre o propósito do *projeto de restauro*³⁷⁸, um dos mais relevantes documentos de intervenção patrimonial no espaço urbano. Por este se antecipa e gere as transformações, através de opções de sustentabilidade que associem aspetos económicos e sociais com forças e influências de mudança, geridas mediante o controlo das suas dinâmicas como das opções de resultados, abordagem que otimiza os custos do processo e torna a conservação patrimonial, basilar nos processos de governança da comunidade.

Esta noção encontra-se revisitada na carta de La Valeta, reiterado o entendimento da carta de Washington, que “as novas funções devem ser compatíveis com o carácter, vocação e estrutura das cidades ou áreas urbanas históricas”³⁷⁹, pelo que a introdução de novos usos não deve comprometer a preservação dos costumes, mas contribuir para preservar a pluralidade cultural, elementos primígenos no contexto histórico urbano. Há assim que, em termos da mudança, ponderar potenciais interessados, a duração da sua prática ou a relação com as atividades existentes, de modo a que a novidade seja enquadrável com as necessidades do desenvolvimento local.

Entendido como um pequeno aglomerado urbano, Sesimbra em si assume-se como potencial polo de parcerias locais e regionais, nacionais ou até internacionais, mercê das suas características intrínsecas e de valores culturais prevalecentes, veículos de atração para visitantes e para investidores, o que lhe permitiu candidatar-se a programas de financiamento focados na reabilitação urbana, onde o património é ativo fundamental para competências inovadoras, elemento integrador de equilíbrios como de ativos posicionados, agora, para novos programas focados no crescimento 2020.

³⁷⁸ Neto, 2002: 97.

³⁷⁹ ICOMOS, 2011: 9. *Las nuevas funciones deben ser compatibles con el carácter, vocación y estructura de las poblaciones o áreas urbanas históricas*”.

O aumento da incidência demográfica, no contexto mundial, sobre os espaços urbanos, por vezes associada a insuficientes políticas de preservação ou à utilização sustentável do património edificado, suscita que as pressões sobre a cidade histórica assumam novos contornos que levam a que a conservação destas áreas, seja um dos campos mais pertinentes quanto às políticas de planificação das *idades do futuro*. Como expressa a UNESCO nos princípios para a conservação da *paisagem urbana histórica*³⁸⁰, os núcleos históricos urbanos estão entre as manifestações mais profusas do património cultural, moldadas por consecutivas gerações e representativas dos esforços conjuntos das comunidades, através do espaço e do tempo, na busca do bem social, cultural e económico, definido por diferentes valores culturais sucessivos sob a acumulação de tradições e de experiências reconhecidas.

A urbanização e o cosmopolitismo evoluíram a uma escala sem precedentes que, em termos globais, tem conduzindo a momentos de progresso que conferem às cidades uma essência dinâmica, pese embora associada a rápidos, e frequentemente descontrolados, períodos de progresso, que conduzem à fragmentação do legado patrimonial com impacto nos valores das respetivas comunidades. As medidas de proteção e os programas de conservação do património urbano, tem nas últimas décadas sido assumidos como eixos de gestão sustentável nas cidades, ao conciliar as preexistências com o desenvolvimento, justaposição que procura manter a identidade urbana como princípio, ao valorizar a conservação do património urbano, a promoção de programas locais e a instrumentalização de apoios para direto benefício da paisagem urbana.

A preocupação pela globalização e metropolitização da cidade tem suscitado maior cuidado quanto aos planos e projetos de grande escala, em detrimento das operações pensadas, planificadas e estruturadas num âmbito mais local. Há porém que retomar uma escala evolutiva, partir do pequeno para o grande, conceção integrada que confere sustentabilidade às pequenas urbes e ao seu uso, de modo a valorizar as pessoas em vez das estatísticas, os lugares em vez das áreas territoriais. Nesta conceção, a herança cultural da atividade marítima surge assim, como a base do legado patrimonial da vila de Sesimbra que, de forma consciente ou inconsciente, pauta os seus principais traços de identidade, embora atualmente ameaçados pelo desaparecimento das estruturas urbanas que materializavam tal singularidade, ação indutiva da indiferença dos atores locais face à mudança.

³⁸⁰ UNESCO, 2011: 2-4.

Subvalorizou-se a cultura local por não a ver materialmente identificada, e por tal esquecida, numa sociedade preenchida pela reestruturação urbana de arruamentos e edifícios ou pela reformulação de atividades profissionais e económicas, com latentes reflexos na perda da consciência coletiva e do potencial de participação enquanto sociedade democrática. Por outro lado, a atividade marítima tem impacto no património natural, uma verdade de particular tento na salvaguarda da relação humana com as componentes ambientais, um *modus* de entendimento que na piscosa póvoa suscitou particular pertinência expressa numa das suas principais fontes de atratividade, o turismo, e mais especificamente, o *sol e praia*. Tal prevalência tem nos últimos anos perdido peso face às ofertas de turismo cultural e de natureza, em que se promovem novos perfis de procura e áreas de interesse e se perfilam novas formas de fruição através do mundo digital virtual *online*.

Nesta conjuntura, Sesimbra apresenta porém um circunscrito leque de eventos e de produtos de lazer, para além das tradicionais praia e gastronomia, com uma oferta pouco qualificada e sobretudo diversificada de ativos de interesse para o visitante, realidade sentida na reduzida programação e imperfeita articulação entre operadores, com uma dimensão empresarial pequena, dependente das estratégias municipais.

Não obstante estes óbices, o atual clima socioeconómico pode, por intermédio de um programa comum direcionado a objetivos concretos e assente em parcerias locais, promover novos produtos e renovados palcos de interesse, seja na área cultural seja na área natural, ao focar a aposta no património valorizado pela proximidade à Serra da Arrábida e seu Parque Natural, ou que valorizam a amenidade da costa para a prática de mergulho e atividades náuticas. Esta orientação encontra-se no «Plano estratégico para o turismo na Região de Lisboa 2015-2019», que individualiza a Arrábida³⁸¹, território que abraça os concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra, sob o elemento agregador *Serra*, a qual, embora ainda não seja reconhecido internacionalmente enquanto rótulo turístico, pode afirmar-se como marca nacional centrada no turismo de natureza e na enologia.

Na eminência da projeção turística, em 2006 a Câmara Municipal formulou uma candidatura ao programa URBCOM, um sistema de incentivo a projetos de urbanismo comercial, com o objetivo de modernizar as unidades empresariais nos setores de serviços, comércio e turismo através da revitalização do espaço urbano³⁸².

³⁸¹ ERTLVT, 2014: 26.

³⁸² O URBCOM decorreu da Medida 2 do Eixo 1 do PRIME, afeto ao III QCA, coordenado pelo IAPMEI e pela DGAE e tendo por entidade gestora a CCDRLVT; as operações foram cofinanciadas pelo FEDER no

A candidatura, «Núcleo antigo da vila de Sesimbra. Reconversão urbanística – 1.^a Fase», da responsabilidade do Município, assumiu a requalificação do adotado centro histórico através da eliminação de constrangimentos à circulação e barreiras arquitetónicas, estímulo a percursos pedonais e à revitalização dos costumados espaços comerciais, ao que foram convidados arquitetos locais para a conceção dos projetos de arranjo das áreas públicas, com a substituição das redes de infraestruturas e a criação de condições no espaço público para revitalização económica, com o envolvimento dos agentes comerciais. Se a requalificação urbana foi alcançada com a melhoria da pavimentação e do mobiliário urbano, da iluminação pública e da sinalética, porém, a revitalização económica não acompanhou a evolução, pois os potenciais parceiros privados não se associaram à intervenção, pese embora, a melhoria de largos e de arruamentos tenha incentivado alguns a avançar com investimento próprios.

Esta campanha de requalificação urbana foi assistida por um plano de trabalhos arqueológicos de acompanhamento ao impacto sobre o registo histórico, o que estruturou ações de estudo e medidas de salvaguarda dos testemunhos identificados. Os resultados atingidos redefiniram a cronologia da vila na sua evolução desde a primeva presença romana nos séculos I a III até às alterações urbanitas de meados do século XX. Para preservação dessa memória redescoberta, foram musealizados *in situ* as novas estruturas identificadas, de troços de muralhas desde o século XVI ao poço da antiga fábrica conserveira Nacional, e reconstituída a trama de ruas e de becos demolidos nas décadas de 1950 e 1960, com o seu desenho na calçada, embora face ao risco que a sua exposta localização acarretava, o complexo de *cetárias* e um segundo troço de muralha oitocentista acabaram por ficar cobertos.

O resultado desta intervenção serviu de base para um novo plano de intervenção urbana, adito à candidatura «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra», submetida em 2008 ao Programa Operacional Regional de Lisboa no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013³⁸³. Esta operação consistiu num conjunto de intervenções na malha urbana de incidência marítima, através de obras em arruamentos, largos e edifícios, e de promoção de tradições e usos, pelas quais se pretendia qualificar a fruição da comunidade e dos visitantes num uso mais racional do

investimento elegível corpóreo em 50% e incorpóreo em 75%, sendo aprovados na RLVT 45 projetos num total de 18 milhões €, dos quais 13,3 milhões elegíveis.

³⁸³ Candidatura foi apresentada no Aviso n.º 2 do Regulamento “Política das Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana”, do Eixo 2, Sustentabilidade Territorial, incidindo em Zonas Ribeirinhas e Marítimas e destinado a promover a eficiência e a sustentabilidade ambientais.

espaço apenso à função cultural. Era conferida relevância à partilha do ativo turístico na empregabilidade e na inserção dos residentes, ao mesmo tempo que se valorizavam as componentes intrínsecas da comunidade local para combate ao envelhecimento, ao isolamento e à perda do sentimento de identidade, para que se contava com três parceiros locais. O programa de ação proposto considerava intervenções em espaços públicos e em edifícios históricos, atividades de estudo e divulgação, e iniciativas de promoção económica e social.

Nas intervenções em espaços públicos, a *Requalificação Urbana do Núcleo Antigo de Sesimbra* e a *Requalificação da Marginal de Sesimbra*, com a reformulação de infraestruturas e repavimentação de pisos, instalação de mobiliário urbano, organização da circulação pedonal e do trânsito automóvel, o *Cais de Embarque da Praia do Ouro* com a construção de um cais no molhe da praia do *Ouro* para embarcações marítimo-turísticas. As intervenções em edifícios históricos, contemplaram a *Recuperação da Fortaleza de Santiago - Museu do Mar*, a *Recuperação do Edifício Casa do Bispo* e a *Recuperação do Edifício da Rua Dr. Aníbal Esmeriz*, com o restauro arquitetónico e adaptação a novas funcionalidades com funções museológicas, áreas de apoio aos visitantes e turistas, espaços para eventos culturais e de empreendedorismo social, a núcleos de acolhimento à criação artística. Acrescem também as intervenções dos parceiros, com as *Obras na sede do Clube Naval de Sesimbra*, e as *Obras no Clube Sesimbrense*, de requalificação dos edifícios sede para reafecção a novas funcionalidades associativas.

Nas atividades de divulgação, a operação *Publicações* com a edição de um livro fotográfico de matriz patrimonial, o *Programa de investigação arqueológica* para acompanhamento às intervenções em arruamentos e edifícios, e a *Animação* com um programa de eventos culturais com o propósito de promoção deste destino turístico. Por fim, as atividades de carácter económico com a *Farinha Torrada de Sesimbra*, que constituiu este tradicional produto alimentar como marca da gastronomia sesimbrense associado ao legado cultural marítimo.

No seu global, o «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra» logrou, com proficiência, alcançar a evolução no tecido urbano mais tradicional, nas intervenções nos arruamentos adaptadas ao uso pedonal e ao encontro diário, e nos trabalhos de recuperação de edifícios de semblante histórico para novas utilizações eminentemente culturais. No entanto, do programa de ação poucos contributos sucederam quanto à consecução imaterial no quotidiano, pois à recuperação

dos edifícios não se seguiram programas concertados de fruição, e aos espaços públicos, de acessíveis aos peões acabaram por facilitar o abuso do automóvel que limitou o seu uso. Quanto às restantes ações, estas cumpriram as metas temporais e por aí se expiraram, enquanto a parceria local, de igual modo feneceu com o fim do programa de ação. Assim e como balanço final, a intervenção teve ascendente positivo no espaço urbano de Sesimbra pelo benefício que induziu na utilização, mais assertiva, dos arruamentos, com resultados proactivos na imagem turística como, na política seguida de requalificação de edifícios históricos emblemáticos, distinto motor de qualificação urbana que se repercutiu em investimento privado em momento coevo, sob um renovado surto de requalificação de prédios devolutos.

No conjunto dos princípios teóricos que reproduzem o pensamento sobre a relação do lugar histórico com a organização do sítio urbano, os conceitos de *conservação* e de *salvaguarda*, conferem enquadramento à prevalência dos interesses culturais face aos interesses urbanísticos, perceção que emana das intervenções urbanas nas últimas décadas onde se evidenciaram confrontos entre as preexistências e a sua requalificação.

Pese embora o pressuposto da requalificação, com todas as condições *ex ante* que justifiquem a iniciativa, não confira legitimidade a uma intervenção sobre as preexistências, no recinto histórico urbano, os interesses e as intervenções urbanísticas também em si não constituem um fim, porquanto são resultado de um interesse muitas das vezes suscitado por intenções de valor patrimonial que, por princípio, deveriam sanar potenciais conflitos. Esta perceção tem sido revista na legislação nacional desde a década de 1980, conquanto o seu sucesso só possa ser medido pontualmente, pois as premissas e os resultados das intervenções urbanas em espaços históricos variam, como dependem, de quem as dinamiza, maioritariamente os municípios, o que torna difusos os registos de intervenção e os resultados obtidos.

Em termos legislativos, e a título de exemplo, a lei que consubstanciou o Património Cultural Português, a Lei n.º 13/85, de 6 de julho³⁸⁴, classifica os bens imóveis como *monumento*, enquanto obras de arquitetura e composições construídas de notável interesse cultural, *conjunto*, para os agregados arquitetónicos urbanos ou rurais coesos e delimitados, e *sítio*, para as obras humanas constituídas em paisagens naturais. Aí, se os planos de ordenamento territorial, nomeadamente os de urbanização, deveriam enquadrar o património existente, estes bens reconhecidos eram delimitados por áreas

³⁸⁴ Publicado no «*Diário da República*», I Série, n.º 153.

de proteção, servidões administrativas em que quaisquer intervenções careciam de aprovação da tutela, o que consubstanciava a obrigatoriedade de proteção, conservação e valorização do património cultural, fosse considerada nos instrumentos de ordenamento e de planificação territorial.

Esta leitura repercute-se na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, a Lei n.º 48/98, de 11 de agosto³⁸⁵, com referências ao património cultural como constituinte objetivo de ordenamento do território, e do urbanismo, pelo que se tornava essencial assegurar a sua defesa através da promoção da reabilitação e da revitalização dos centros históricos e, dos seus elementos patrimoniais classificados.

Por fim, a lei que veio estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro³⁸⁶, integra no conceito de *património cultural* todos os bens portadores de valores de interesse, pois reflete memória, autenticidade e singularidade da identidade coletiva nacional na sua vertente material e imaterial. Concretiza-se aí a definição de prioridades ao nível da conservação e da recuperação, com a definição de recursos, aplicação de instrumentos de cooperação e decisão de modelos de articulação setorial, que no caso dos bens imóveis, nas categorias de *monumento*, *conjunto* e *sítio* classificados como de interesse nacional, público e municipal, o seu valor cometia à proteção face a intervenções e a mudanças de uso, sempre dependentes da competente tutela.

O enquadramento paisagístico dos imóveis merecia reparo na relação ao edificado, de modo a reduzir alterações da especificidade arquitetónica através de planos de pormenor e planos integrados de salvaguarda, os quais obrigavam os municípios à gestão do território quanto a ocupações e a usos, delimitação de áreas a reabilitar, de critérios de intervenção nos planos económico e social, quanto à requalificação urbana e paisagística. Acresce referir que, na sequência deste diploma, institui-se novo édito que consubstancia as zonas de proteção de edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico, o Decreto-lei n.º 173/2006, de 24 de agosto³⁸⁷, pelo qual se estabelecem zonas de proteção a edifícios públicos de relevante interesse com vista à proteção da sua ambiência, o que contribui para o seu valor intrínseco.

³⁸⁵ Publicado no «*Diário da República*». I Série-A, n.º 184.

³⁸⁶ Publicado no «*Diário da República*», I Série-A, n.º 209.

³⁸⁷ Publicado no «*Diário da República*», I Série, n.º 163. O diploma revogou os normativos então em vigência, o Decreto n.º 21.875, de 18 de novembro de 1932, alterado pelos Decretos-Leis n.º 31.467, de 19 de agosto de 1941, e n.º 34.993, de 11 de outubro de 1945, sem prejuízo da manutenção do previsto no Decreto-Lei n.º 40.388, de 21 de novembro de 1955.

Na atualidade, a reabilitação assume-se como um instrumento essencial na revitalização dos centros urbanos mais desfavorecidos, pois permite devolver-lhes o seu sentido de missão e as suas funcionalidades. A atual legislação que regulamenta a reabilitação urbana³⁸⁸ identifica como medida prioritária os centros históricos, o património cultural imóvel classificado e as zonas consolidadas degradadas, nas quais compete aos municípios implementar medidas de intervenção pela delimitação da área territorial e da definição da operação de intervenção.

Com base nestes princípios, na atualidade o Município de Sesimbra promoveu a constituição de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU)³⁸⁹, a qual já tem definido o perímetro urbano que justificará a futura operação integrada de reabilitação urbana. A definição da ARU, para além de corresponder a um plano coerente e consciente de requalificação urbana e de revitalização social, tem também efeitos económicos relevantes, não só quanto a benefícios fiscais associados aos impostos municipais, mas também, no acesso a apoios e incentivos financeiros para os proprietários.

A estratégia para a implementação deste modelo de reabilitação urbana tende a refletir a pertinência do compromisso público assumido, não só para a vila epónima, como para o próprio território municipal, em que no núcleo urbano se concilia o legado histórico com a crescente vocação turística, como igualmente, se pretende fomentar o incremento residencial com a adequação coetânea dos usos³⁹⁰. Estes são alguns dos desafios a encarar no perímetro de polinómios que compõem a vila de Sesimbra, em que observar as metas da salvaguarda de hábitos e de requalificação de imóveis, acalenta objetivos quanto à revitalização da comunidade e à qualificação do núcleo edificado, em que a perceção, e a valorização da identidade cultural local, são pilares fundacionais para uma intervenção integrada.

Se promover a reabilitação cabe ao município, o dever de reabilitar é encargo dos proprietários, contexto que vai correr o processo de reabilitação sequencial à atual delimitação da área urbana, com a formalização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), pois o horizonte temporal de vigência da ARU caduca ao fim de três anos, caso a ORU não seja aprovada. Enquanto a ARU delimita o perímetro de ação urbano justificado pela insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas ou dos equipamentos e espaços de utilização coletiva, a ORU, efetiva o

³⁸⁸ Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

³⁸⁹ Face ao previsto pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, e tendo por base o Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

³⁹⁰ CMS, 2014: 56.

plano descritivo dos critérios da área abrangida e dos objetivos de ação a cumprir, delimita a sua área espacial e define o quadro de benefícios fiscais. Desde logo há que estabelecer neste contexto a prioridade na formalização de parcerias, com instituições e investidores, de modo a conceber articulados programas de ação focados no bem-estar da população residente, pois por definição, o abandono do património reflete a falta de capacidade social e económica local, a qual na atual época de crise, poderá ser ampliada na perda de vitalidade e na imagem de identidade.

A leitura da vila como um espaço cultural de valor potencializa uma forma conciliada de empreender o seu progresso, em que os modelos de desenvolvimento sustentável ou de crescimento integrado, passam pela retoma de atividades tradicionais, traços da identidade coletiva vivida em comunhão partilhada no espaço contemporâneo, o seu átrio ancestral, exibidos ambos com orgulho e dedicação, pelo que, reabilitar e preservar o património edificado não é suficiente, há que regenerar o fundamento sociocultural e revitalizar a memória imaterial das gentes.

Incorre aqui a lógica objetiva da participação de todos quantos querem, e podem intervir, afirmação positiva da comunidade no espaço urbano como cultura comum multidimensional, por tal rica, que aviva memórias e partilha experiências entre gerações na preparação do futuro, senda de orgulho como de autoconfiança que só o espírito de comunidade, inclusiva e intemporal, consegue perpetuar. Mais que a preocupação de elites culturais e científicas, seus estudos e desejos de salvaguarda da lembrança de certa época histórica, torna-se importante assegurar a conservação do património no seu todo, material e imaterial, mais monumental e mais ruão, pois aqui reside a criação da comunidade e a sua capacidade de integração social, presença cidadã na valorização dos seus traços culturais. Este acervo pode ser encontrado em cada lugar e em cada pessoa no espaço histórico urbano, reunidos num perímetro *in situ*, fruído pela comunidade local e pelos visitantes através da sua comunhão.

4.3. Testemunhos do registo histórico

O primado da salvaguarda do património decorre do respeito pela tradição e pelo entendimento da sua singularidade, precinto onde convergem interesses distintos e se regulariza um fruição partilhada, harmonizada sem ser uniformizada, através da qualificação e da diversidade de oportunidades face às dinâmicas locais. Assume-se

como crucial definir os usos conscientes com a essência física e o entendimento imaterial do espaço urbano, os quais se prolongam do núcleo histórico para a periferia.

Ao longo de vários programas de requalificação urbana dos núcleos históricos, a opção tem passado pela alteração e substituição de elementos antigos, sob o pressuposto de carecer de devida conservação, substituídos por outros contemporâneos, ou omitidos com a sua substituição por outros elementos e materiais que, embora alterem a complexão física do edifício sob a premissa de que com a conclusão dos trabalhos o reboco encobre as máculas, os mesmos, são praticados. A evolução das intervenções arquitetónicas na *civitate*, ao longo dos tempos, tem sido marcadas maioritariamente pela sua funcionalidade face às necessidades de momento das comunidades locais.

Em muitos casos, essas necessidades e tais intervenções ficam lapidadas não só no registo histórico do edifício, mas também nos fundos documentais, facto intrínseco ao genoma humano de registar, o que, com a missão do historiador e do arqueólogo, permite reencontrar descrições que possibilitam compreender as tecnologias e os materiais empregues na construção.

Até ao século XX, a grande dimensão de trabalho assentava na economia de meios e na intervenção dirigida de situações, sobretudo de demolição e de nova construção, a que se adicionavam elementos de reforço complementares aos existentes e se promoviam alterações sem a preocupação pela traça original, o que contribuía para alterar os pontos de equilíbrio com o aumentar da capacidade de resistência da construção antiga, embora que, de forma algo passiva mas inevitável, eram igual contributo para o dano do edifício ancestral. A história do espaço urbano é reportório destas estórias, repetidas ao longo dos tempos por diferentes gerações que, através de alterações profundas ou de abordagens minimalistas, alteraram conceções originais e fizeram evoluir o conjunto edificado, o que conduziu a impactos que se tornavam expressivos à medida que as técnicas e os materiais utilizados eram aperfeiçoados em resposta às crescentes necessidades.

A presença física passou a ser substituída pela criação de espaços vazios, que os novos materiais colmatavam, onde o betão substitui a argamassa de cal e o aço toma a missão de sustentação antes prevista pela madeira. Perante tais realidades, a leitura e a interpretação do imóvel histórico, requer a necessária preparação de prévios estudos de investigação, contributos basilares para a criação de um modelo de capacitação da futura intervenção de regeneração integrada, sustentado num programa de ação abrangente quanto ao seu completo enquadramento. Como proposta para a salvaguarda,

valorização e fruição da identidade local, o espaço urbano convive muito em torno da aceção de propriedade, um *spiritus loci* muito próprio que, na cidade, tem na toponímia das mais presentes essências de entendimento.

A toponímia é assim uma das expressões mais presentes do alcance sociopolítico que norteia a vivência da comunidade em determinado momento histórico, uma perspectiva que se evidencia em Sesimbra, de forma singular, ao longo de todo o século XX, centúria em que se assistiu a rápidas e profundas mudanças entre regimes, do final da Monarquia à instauração da República, da sua substituição pelo Estado Novo à afirmação da Democracia, quatro diferentes ideologias de regime que deixaram testemunhos materializados nos nomes dos lugares.

Os mapas descritivos da vila que permitem explorar a sua toponímia remontam ao final da Monarquia, em inícios do século XX, em que se evidencia na hegemonia do agregado uma teia toponímica de onde ressaltam três conjunções relevantes, de espaços de feição local e usos do quotidiano, de personalidades de relevo nacional ou de importância local e de famílias congénitas, de alusões religiosas ou assistências a figuras de santos e virtudes cristãs.

A título de exemplo, na primeira associação surgia o largo da Fortaleza e o largo do Pelourinho, o largo da Torrinha ou a rua da Cruz, para, na vivência quotidiana, surgir o largo da Fonte Nova e a rua das Atafonas, a rua da Praia, a rua do Quebra-costas ou a rua da Galé. Quanto às personalidades ilustres, o largo de D. Carlos e a rua Serpa Pinto, somadas às individualidades locais no largo do Caldeira e a rua Amália, a rua Monteiro, a rua da Fialha e a travessa da Pinçôa. Por fim as alusões devocionais, na rua do Espírito Santo e rua da Misericórdia, a rua de Santiago e rua de S. Pedro, rua de S. José e rua de S. João, complementadas com as virtudes na rua da Fé, rua da Esperança, rua da Caridade e rua da Paz.

Com o advento de 1910 e a proclamação do regime republicano, a toponímia da vila, e pese embora a presença de aspetos locais que assinalam o legado urbano, assentou na entronização do novo ideário pela aposição de topónimos normativos à escala nacional, os quais se dispunham em três grupos, a aludir a momentos históricos do regime, a figuras ideológicas nacionais e a figuras locais de relevo político e social.

Por arquétipo, surge a rua da República e a rua e a travessa 31 de Janeiro. No grupo das figuras ideológicas do regime, os casos da rua Antero de Quental e rua Elias Garcia, rua Guerra Junqueiro e rua Latino Coelho, a par da rua e travessa Cândido dos Reis, largo Eusébio Leão, rua Manuel Arriaga ou da rua Brito Camacho. Quanto a

personalidades locais, a rua Joaquim Brandão e a rua Leão de Oliveira, rua Professor Joaquim Marques Pólvora e a rua Doutor Aníbal Esmeriz.

Com a mudança política do Estado Novo, com uma ideologia corporativista assente na glória dos heróis e na vivência pátria, na toponímia de Sesimbra as mudanças seguiram a orientação nacional, embora com contorno local, um processo que perdurou nas décadas seguintes e em que se evidenciou a prevalência de dois conjuntos temáticos, um associado a figuras e momentos pátrios acrescido de individualidades políticas, outro, das memórias ligadas à faina do mar e a personalidades locais.

Encontra-se assim o largo Infante de Sagres e a rua D. Afonso Henriques, a rua D. Sancho I, a rua D. Diniz e a rua Rainha D. Leonor, a que se associavam figuras do imaginário coletivo como o largo D. Nuno Álvares Pereira, largo Luís de Camões ou rua Bartolomeu Dias, e momentos históricos como o largo 1.º de Dezembro, aos distintos dignatários do regime com a avenida Oliveira Salazar ou a esplanada Comandante Henrique Tenreiro. No grupo das personalidades locais, o largo José António Pereira e o largo Duques de Palmela, a rua Conselheiro Ramada Curto e a rua Almirante Sande de Vasconcelos, a rua Dr. Peixoto Correia e a rua Amélia Frade, associadas a recintos como o largo da Fortaleza de S. Tiago ou o largo do Município, à rotina marítima no largo de Bombaldes, rua dos Pescadores e rua dos Operários Marítimos, ou à avenida Mar e Sol de vocação turística.

A revolução de abril de 1974 e a consequente declaração da Democracia foi a mais recente influência na toponímia da vila, continuidade de anteriores momentos repletos de profundas idiossincrasias mas que denominaram o quotidiano. Neste último período são entendíveis dois conjuntos, um associado à *revolução dos cravos*, com o seu ideário, personalidades e momentos evocativos, e outro, dedicado ao reportório local de fácies piscatória e de personalidades na esfera política e cultural.

Encontra-se a avenida da Liberdade ou a rua da Juventude, a avenida 25 de Abril, a rua e o largo 2 de Abril, nas personalidades do ideal democrático, a rua General Humberto Delgado ou a rua José Afonso, e de incidência local o largo João Ramada Crespo, a rua Conceição Morais ou a rua Augusto Covas. Na esfera de ligação local, a avenida dos Náufragos e a rua Mareantes de Sesimbra, a rua Varandas para o Mar e a rua dos Industriais, a rua Armação Cavalo e rua Armação Greta ou a rua Armação Cova, a que crescem personalidades históricas com a rua Navegador Rodrigues Soromenho, e contemporâneas com a rua Plínio Mesquita, rua Prof.^a Maria da Arrábida, rua Eduardo da Cunha Serrão, rua José Pinto Brás ou rua Dr. António da Costa Marques.

A preservação deste património imaterial será tão importante quanto a conservação do património construído, pois são os valores incorpóreos que contribuem para a identidade do *espírito do lugar*, determinação do carácter de apropriação territorial enquanto paisagem urbana histórica, tal como proposta pela UNESCO, “a paisagem urbana histórica é a área urbana entendida como resultado de uma disposição histórica de valores culturais e naturais e atributos, para além da noção de ‘centro histórico’ ou ‘agrupamento’ para incluir o contexto urbano e sua configuração geográfica”³⁹¹. Neste contexto, acresce ainda incluir o meio natural com a topografia e geomorfologia, linhas hídricas e valias naturais, fatores na ambiência construída e nos espaços públicos suscetíveis de influenciar as práticas e os valores padronizados de comportamento da comunidade, parte da sua dimensão incorpórea que confere identidade ao sítio.

Por aqui se retoma o ascendente natural que envolve Sesimbra, aninhada num profundo vale talhado nas penedias da Arrábida e amenizado pela tempérie do Atlântico. A sucessão alcantilada que provêm de levante prefigura, perto deste vale, o importante testemunho da serra do *Risco*, a mais elevada escarpa litoral calcária europeia, proeminência atalhada pelo *triângulo geológico de Sesimbra* com o seu vale tifónico, constituído por falhas naturais antigas e coroado por terrenos mais recentes. Este momento geológico marca a orla costeira, a qual retoma para poente as penedias numa extensa plataforma de abrasão, escanada pelos agentes climatéricos de ascendente marítimo, até alcançar o *finis terrae* do Espichel, numa singular narrativa geológica que para além dos atrativos de estudo científico, tem uma profunda atratividade paisagística.

Foi no desaguar deste vale que emerge a angra de Sesimbra, término de uma orografia terrestre mas também oceânica, que culminam na baía de extenso areal limitado a nascente pelo promontório de Ares e a poente pelo promontório do Cavalo, mar de águas esfriadas onde se encontram as frias vagas oceânicas do norte com as tépidas águas do sul, reguladas pelas correntes vindas do Sado. A baía limitada por extensos areais e de profundos vales subaquáticos, habitat de singulares condições para a reprodução e fonte de alimento para uma ictiofauna rica de espécies costeiras e de alto-mar, que fez Sesimbra merecer o título de piscosa.

Este recanto na faixa atlântica acolhe todo o ano temperaturas agradáveis e clima constante, de primaveras chuvosas e verões de tempo soalheiro, outonos de aguaceiros

³⁹¹ UNESCO, 2011: 6. *The historic urban landscape is the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of «historic center» or «ensemble» to include the broader urban context and its geographical setting.*

curtos e invernos moderados, abrigado o recinto urbano disposto em anfiteatro sobre o areal atlântico, protegido dos ventos dominantes dos quadrantes norte, este e oeste, embora pérvio aos ventos do sul.

São tais apetências naturais que cativaram a presença humana, uma relação algo difusa neste vale por onde pendiam ribeiras ladeira abaixo até ao mar e subiam arruamentos encosta acima, que no entanto nunca lograram superar as penedias finais de cinzento calcário na coroa superior do vale. Este limiar dos férteis campos dos planaltos superiores ressoa na comba uma topografia difícil de amanhar, pelo que a tradicional feição arbustiva arrábida aí persistiu, por muitos anos, até que no final da década de 1960 se iniciou o movimento de florestação, primeiro em torno do Castelo de Sesimbra, o qual conferiu ao vale, e   própria vila, uma nova coroa de arbórea que lhe concede ambiência, uma imagética que sempre pareceu existir.

A história do espaço urbano logrou pois incorporar todas estas características naturais, fatores importantes na evolução urbana gradualmente moldada desde o sopé contíguo ao areal em gradual extensão para o nascente e para o poente, e por fim vale acima, quer ao aproveitar as condições nativas de encostas e planaltos quer ao atalhar imposições a vales e ribeiras, dinâmicas que ainda hoje marcam a urbe. Sesimbra não consegue esconder a origem topográfica que houve que vencer, com pequenos largos e ruas estreitas alinhadas em paralelo ao mar, escadarias e arruamentos inclinados em sentido oposto, comunicação da zona baixa   zona alta, quadriculado difuso que conferiu experiências muito próprias que ainda hoje, se mant m no dia-a-dia do residente, e de forma apaixonada, na lente do visitante.

Na leitura desta plena identidade importa compreender uma outra abordagem, focada na *ekphrasis*³⁹², conceito de descrição originário da Grécia Antiga que reflete um misto de noção e de imaginário, pelo qual se associa a prática pedagógica   capacidade de um discurso para discorrer com vivacidade, *enargos*, sobre objetos e pessoas, eventos e lugares, com profunda sapiência, *sapheneia*, na relação que estabelece entre a palavra e o tema. Nesta representação, a *digesis* ressalta a tríade entre a criação, o criador e a sociedade, interação entre a dimensão visual e a materialidade como narrativa ampliada que não se restringe ao enunciado verbal da percepção visual e do contexto físico, o que em finais do século XVIII, se consubstanciou na narração das *artes do espaço* e das *artes do tempo*, marcantes até hoje.

³⁹² Avelar, 2006: 45.

Assim, o espaço urbano de Sesimbra evoluiu! E a génese da comunidade marítima? Ficou diferente ou persistiu, num século XX de profundas mudanças?

Estas dúvidas podem ser compreendidas, mas não de todo esclarecidas, pela observação dos testemunhos desse passado. Aqui, a literatura, a escultura, a pintura, a fotografia e o cinematografe, ao conservarem momentos, permitem resgatar mensagens visuais e imaginárias desse tempo limitado num século, o que as palavras dizem, a escultura mitifica, a pintura dá colorido, a fotografia ilustra e o filme dá motivo.

A exploração desta noção de estrutura exorta uma perspetiva fecunda, como poética, que suscita uma jornada inicial pela qual a literatura que bem se engasta como vincado na obra «Os Pescadores», de Raul Brandão, publicada em 1924, na qual o autor relata a visita que realizou a Sesimbra e a experiência que colheu na vivência da sua comunidade. Nela não se buscou um cunho etnográfico, apesar de a isso ser suscetível, mas antes uma missão poética sobre a comunidade piscatória, mediada por matizes de composição que a marcavam, do “instinto comunista” do pescador que “se morre sustentam-lhe a viúva e os filhos”, à humanidade da comunidade pois “toda a gente tem direito a ir ao mar – toda a gente tem direito à vida”. Trata-se de um cunho que a literatura contemporânea assumiu, uma arte de construção do que a comunidade assume como sua própria identidade, ao estampar paradigmas sociológicos que nos suscitam leituras metafóricas pela plenitude de asserção da palavra escrita.

No que respeita à escultura, referência à obra monumento aos Pescadores, datada de 1981 e da autoria de Pedro Teixeira, implantado no largo de Bombaldes, próximo do mar, constitui-se numa composição de placas de bronze que reproduzem pescadores na preparação da faina, epigrafa na sua legenda “Aos pescadores. A quem o mar se curva e a terra aclama”. A escultura, mais que uma empresa individual proporcionada pelo escultor, emerge como feito coletivo da comunidade que, na eufórica *pós-revolução dos cravos*, afirmou o desejo de modelação artística onde os pescadores, no labor quotidiano das antigas armações, epónima arte de pesca local, expressam a profunda camaradagem social no grupo da companhia enquanto representação da comunidade. Esta interpretação ressalta ao olhar quer nas referências à sensibilidade comunicativa quer na profundidade estética, que concilia a materialidade da imagem, em aparente movimento com o som dimensional da ondulação fronteira.

Uma outra obra logrou explorar este sentido sobre os pescadores de Sesimbra, o tríptico de pintura a óleo sobre tela da autoria de Maria Leite, revelada em 1963 na inauguração da Biblioteca Municipal, em que se retratam pescadores no labor de

preparação rodeados de apetrechos da pesca e dos edifícios, que constituem a frente marítima, com o cão da companhia e o piscoso proveito da faina. A obra suscita a interpretação de diferentes perspectivas, as quais aspergem a vivacidade de novas leituras, sem porém alterarem a sua originalidade, pois a conexão entre o projeto pensado e o resultado alcançado, mais que resultado da mente da artista que a compôs, é repositório mensurável para quem observa. Das imagens e dos valores que brilham das cores das gentes e das poses das personagens, um imaginário realista que existiu, transforma a obra em algo mais que repositório de memória, quase uma fonte de alma.

Na década de 1980, a fotógrafa canadiana Denyse Gérin-Lajoie iniciou um projeto de fotobiografia em abraço da comunidade de Sesimbra, a qual foi publicado em 2008 com a edição «Sesimbra. Retrato de uma vila piscatória». Pela fotografia, mais que imortalizar pessoas e locais, procurou alcançar-se a reminiscência da ancestralidade no quotidiano contemporâneo, através do fenómeno de adição que a informação imagética proporciona ao interpretar a imagem sempre na perspectiva de descobrir algo original. Reveste-se aqui a eterna possibilidade de paragem no tempo, como no espaço, que só a fotografia permite, o que suscita a novidade através das expectativas momentâneas da lente, do olho da fotógrafa e, mormente, do entendimento do observador.

Este mesmo sentimento encontramos quando observamos o documentário cinematográfico «Mondiali in Atlantico. Caça submarina - campeonato do mundo», realizado pelo italiano Victor de Sanctis, em 1958, um documentário sobre o campeonato mundial que decorreu em Sesimbra, mas que no primeiro quarto de hora, apresenta o quotidiano da comunidade marítima acolhedora do evento. Propício convite à noção de profundidade inclusiva que decorre, não só da obra, mas da própria comunidade e da sua expressiva capacidade de comunicação com enleio harmonioso, a montagem programada em torno das cenas do quotidiano, das caras e dos olhares das gentes, suscita cenas de estímulo à nossa própria reflexão, quando o visualizamos e imaginámos sobre essa época. Esta projeção cinematográfica permite o acesso à universalidade da mensagem sem restrições, oportuna à interação do observador através da organização sequencial, de alusões e de referências verificáveis, seja no conhecimento empírico ou na função emotiva, que suscitam reações de memórias.

Todas estas experiências memoráveis são transpostas na atualidade do género da comunidade, vivências em espaços e em relações de quotidiano, ainda perpetuadas na observação do traçado urbano na sua função essencial, organização e linhas de força de uma utilização quotidiana. A ausência desta percepção provoca um espaço urbano

histórico confuso e amorfo, desfasado da própria identidade e sem pretensão de futuro, pois da interpretação *in loco*, são entendidas tanto funções como particularidades que, na sua essência, constituem o potencial de desenvolvimento onde a génese histórica é capital. Este sentido de oportunidade torna-se mais visível quando a cidade mantém relação com o seu meio envolvente, caso paradigmático das cidades marítimas, “em que as linhas de força têm uma relação óbvia e imediata com as linhas de demarcação no sentido geográfico”³⁹³, onde se vislumbra a sua identidade porquanto, fronteira entre o mar e a terra, com características resilientes e com aspetos singulares que lhe conferem uma ambiência única, uma fonte efetiva de potencial qualitativo.

Por vezes o registo histórico se tem origem num lugar, num momento e numa comunidade, é porém no tempo futuro, noutra espaço e junto de outra comunidade, que se lhe confere reconhecimento. Este realce patenteia-se na relação que a América e a Europa acalentam, influenciada pela consciência patrimonial contemporânea que incutiu o sentimento de ancestralidade na génese familiar das comunidades americanas provenientes de agregados maternos europeus, o que motivou a procura de nomes de famílias e de lugares de nascimento, a identificação de *gentes* que vindas da Europa se afirmaram como heróis no *Novo Mundo*. Exemplo desta relação tem Sesimbra com a figura de Sebastian Rodriguez Cermeño, o nativo Sebastião Rodrigues Soromenho.

As informações conhecidas deste navegador português, ao serviço de Espanha, emanam de várias fontes documentais espanholas de finais do século XVI e de estudos providos pela historiografia norte-americana. Até às suas funções marítimas, a pouca informação disponível decorre do traslado do seu testamento, datado de 1 de abril de 1602, o qual lavrado a 11 de fevereiro na cidade do México, por onde se noticia a sua filiação de nascença em *Cicinbra*³⁹⁴.

A sua anotação histórica emerge em 1582-1584, piloto de galeão na carreira das Filipinas e nas rotas do Pacífico ao serviço de Filipe II, então Çebastian Rodrigues Çermeno, capitão e piloto-maior do *San Agustin*, que saído das Filipinas em julho de 1595, empreende viagem de exploração cartográfica à costa americana, onde em novembro alcança uma baía que tomou como de *San Francisco*. Porém uma tempestade afunda o galeão e obriga ao regresso, numa lancha construída a partir dos destroços, rumo navegado ao longo da costa para sul até que os sobreviventes alcançam o México no início de 1596, num périplo demorado pelo registo cartográfico que o navegador se

³⁹³ Cullen, 1996: 113.

³⁹⁴ Piedade, 2008: 35-38.

cumpriu a compor³⁹⁵. A este mareante se deve aprofundado roteiro descritivo da costa ocidental norte-americana, e com ele, o primeiro registo cartográfico da costa da Califórnia, à qual deu o nome da sua baía natal no areal de *Cicinbra*.

Esta memória foi recuperada no decurso da II Guerra Mundial, com a atribuição do nome de Sebastian Cermenon a um dos navios *Liberty*, embarcações mercantes de transporte militar a operar no Atlântico e Pacífico³⁹⁶. O *SS Sebastian Cermenon* foi construído na Califórnia, nos estaleiros da *Marinship Corporation*, em Sausalito, entre 7 de dezembro de 1942 e 6 de fevereiro de 1943, e destacado para o Pacífico onde após alguns meses, foi torpedeado e perdido no Índico³⁹⁷. Na atualidade, Sesimbra acolhe a memória do ínclito navegador na toponímia, a rua Navegador Rodrigues Soromenho, por sobre a praia da Califórnia, e na denominação institucional da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos, que adotou a referência de Navegador Rodrigues Soromenho.

Na sua anamnese de tradições, Sesimbra conserva como emblemático legado a arte da construção naval, remanescência histórica nas origens da póvoa e um saber que ainda hoje persiste, já não tanto na vertente de construção mas sobretudo de conservação de embarcações, que recorrem à madeira como ao ferro e à fibra, em embarcações de pesca e em barcos de recreio. Nos estaleiros, os mestres delineavam no chão o modelo, serravam com os aprendizes tábuas e barrotes para a *quilha* e a *roda da popa*, talhavam *cavernas* e produziam as peças necessárias de *bordas* a *robaletes*³⁹⁸.

Por toda a vila se disseminaram oficinas de carpinteiros navais que ocupavam todos os espaços mais amplos que lhes permitiam estender moldes, talhar tábuas e construir barcas que, eram empurradas encosta abaixo pelas ruas da vila até o areal. Foi o ocaso da pesca e redução da procura que travou esta atividade, pois privados dos braços de mestres e aprendizes, os pequenos estaleiros disseminados pelas franjas da vila acabaram, até que na década de 1960, foi criado um estaleiro no porto de abrigo, o qual em 1976 acolheu uma cooperativa de carpinteiros navais, o Estaleiro Naval União Sesimbrense, que porém não atalhou o seu declínio, pese embora, ainda hoje a atividade persistir, agora já num novo estaleiro no renovado porto de pesca.

Outra memória que perdura, nos estratos femininos da comunidade embora, só vivenciada nas mulheres mais idosas, prende-se com uma atividade económica em tudo

³⁹⁵ Piedade, 2008: 43-59.

³⁹⁶ O «*Liberty Ship*» era um navio com 441 metros de comprimento e 56 metros de largura, provido de motorização de movimento alternativo a vapor, com cinco porões de carga para 9.000 toneladas.

³⁹⁷ <http://www.usmm.org>. O navio vinha do modelo EC2-S-C1, com o casco n.º 1233.

³⁹⁸ Rodrigues, 2003: 40.

associada ao seu papel na sociedade, e que compreendia a costura, pois muitas das moças de Sesimbra desde final do século XIX, quando terminavam a instrução primária e antes de se decidirem a ser donas de casa, dedicavam-se às artes e ofícios de costureiras, inicialmente trabalhos manufaturados mas que, na década de 1920 com a representação comercial das máquinas de coser *Singer*, passou a ter uma vertente mais comercial³⁹⁹, logo com outra importância em termos sociais.

Na vila, grande parte dos trabalhos eram feitos por costureiras e alfaiates, fosse para produção de peças como para arranjos, em que as salas de costura, localizadas nas casas das maestrinas, variavam de dimensão consoante as condições financeiras das suas proprietárias, nas quais surgia uma mesa repleta de réguas e esquadros, pregadeiras e agulhas, alfinetes e giz, moldes de cartão e imensos tipos de tecidos acompanhados da inseparável máquina de coser. Eram as clientes, sobretudo mulheres, que levavam as suas roupas, e as de toda a família, até às salas das costureiras, igualmente, havia casos em que as costureiras deslocavam-se a casa das suas clientes.

Conquanto as abordagens sociológicas que se realizem à vila, na busca do seu argumento de identidade, na confissão das suas gentes e na vivência dos seus costumes, a teia de arruamentos e os pormenores presentes nos edifícios, são ainda os mais consolidados testemunhos históricos da continuidade memorial do espaço histórico urbano. São decisões tomadas há séculos que, ainda hoje, influenciam o modo como se vive, uma dialética de entendimento que requer uma limitada abordagem para entender os tempos de hoje. Pese embora se possa atribuir a origem da vila de Sesimbra às condições naturais da sua ampla baía, no sopé de um vale de águas abrigadas e de mares piscosos, ambiência que constitui o espaço e dá corpo ao seu perímetro, Sesimbra evidencia no entanto uma causa militar no seu traço urbano.

Na primeva planta quinhentista da vila⁴⁰⁰, o debuxo regista intenção de fortificação com traçado de influência arquitetural italiana, delineado através de contornos angulares bem escalonados que projetam duas linhas de defesa no perímetro da vila, o fosso de nascente a norte e poente, e os bastiões e patamares abaluartados a sul. Nessa escala planimétrica observa-se a configuração urbana, com um cariz ortogonal a poente, de pensamento racionalista, numa área que pouco mudou até aos dias de hoje, teia aberta ao mar, virada a sul, e aos propícios ares alísios marítimos, que contrasta a nascente, com um alinhamento de ascética medieval, sinuoso e menos racional, avesso ao mar

³⁹⁹ Rodrigues, 2003: 117.

⁴⁰⁰ Moreira, 1997.

como proteção dos ventos frígidos e das incursões sazonais, em que largos e becos, se viram a norte, e as ruas perscrutam o trajeto solar.

A planta de *Cezimbra* apresenta forma regular com muitos traços de simétrica, na qual, a principal linha onde aquartelar artilharia é indicada para nascente e para sul, não detida nos afloramentos da baía, os quais aproveitados no perímetro de edificação para nascente, onde se intenciona a cidadela, aberta para a vila e muralhada para o exterior, projetada num espaço de acentuada topografia⁴⁰¹ que porém, não seria elemento facilitador de edificação face à grandeza da construção, quase descomunal perante a vila, pelo que a cidadela poderiam ser bastiões unidos por uma muralha, um reduto couraçado como reminiscência medieva da cerca vilã e do castelo.

O traçado proposto sugere tratar-se de um estudo prévio quanto ao domínio do espaço urbano para uma futura fortificação, a base programática do que poderia ser o reduto rebuscado por Fillipo Terzi em 1580, uma fortificação em estrela, e que historicamente está associado ao forte de Ancua, ou forte de Ancon. Na relação deste documento planimétrico com os dados arqueológicos abordados na frente marítima de Sesimbra de 2007 e 2008 e entre 2010 e 2014, no largo de Bombaldes e na fortaleza de Santiago, pode-se esboçar uma nova leitura sobre as existências defensivas da vila na transição dos séculos XVI-XVII. Na planta quinhentista, surge no extremo nascente uma bateria com três canhões, o único registo de peças de artilharia, para no levantamento de 1580 das fortificações ao redor do Tejo, *Sezimbra* acolhe um forte de planta estrelada, fortificação identificada no relato da incursão de 1602⁴⁰² de Richard Levenson e na sua representação pelo pintor Hendrick Vroom, reduto ainda reconhecido por Simão Faleiro em 1640-1641.

O misticismo que transparece deste forte reside, desde logo, na sua toponomástica, enunciada como forte de *Ancua* ou relida como forte de *Ancon*, rasto de uma construção edificada no reinado português ou já sob a hegemonia espanhola e com uma planta de génese italianizada, o que limita a sua origem etimológica a quatro idiomas, o latim, o português, o espanhol e o italiano.

A palavra *Ancua* não é identificada claramente em nenhum destes idiomas, facto recorrente após consulta a léxicos desde o século XVI até aos dias de hoje, na busca de analogia que justifique a semântica ou a existência de palavras que possam dar

⁴⁰¹ Na interpretação que Rafael Moreira realizou ao documento.

⁴⁰² Oppenheim, 1913: 114.

entendimento ao topónimo⁴⁰³. Para a palavra *Ancon* a realidade é diferente, desde logo na expressão latina, *Ancon* representa a trave que liga paredes^A, a articulação ou o angulo de uma muralha, uma enseada e porto aberto, o remate da abóbada ou uma esquadra^B, porto histórico no Ponto e terminado em *a* é um porto no Adriático^C. No idioma português *Anco* é curvatura, cotovelo, enseada, recanto e angra^D, para no idioma espanhol *Ancon* é entre as gentes do mar a enseada, o porto na costa aberto ao mar onde se podem abrigar os navios^E, e no idioma italiano de génese toscana, surgir menção a *Anco* como o cadernal com o troço da testa no navio^F.

O provecto registo toponímico do forte foi tecido da planta de 1580, elaborado pelo italiano Filippo Terzi para o monarca espanhol Filipe II, em que a leitura paleográfica de *Ancua* também o pode ser como *Ancon*. Se *Ancua* não apresente clareza toponímica, *Ancon* traduz uma das principais características da baía que acolhia a fortificação, nos alvares bélicos do reinado de união ibérica. Acresce referir que *Ancon* tem semelhança a um topónimo na costa sesimbrense, o mar de Ancão frente à angra da Baleeira, o último abrigo antes da perigosa travessia do cabo Espichel, local onde a frota espanhola ancorou em 1580 antes de rumar a Lisboa e à batalha de Alcântara.

E quanto à localização deste forte? São três as hipóteses de estudo, a primeira no extremo nascente da vila quinhentista que hoje está integrada na avenida marginal, a segunda no largo de Bombaldes junto ao troço de muralhas descobertas em 2007, a terceira por sob a fortaleza de Santiago na fundação da praça seiscentista.

Com base na proposta mais a levante, o mapa de 1580 identifica e o debuxo da vila regista, uma bateria artilhada num local muito influenciado, posteriormente, durante a expansão urbana contemporânea que apagaram eventuais indícios de tal localização. Quanto à localização no largo de Bombaldes, as descobertas arqueológicas de muralhas atribuíveis ao século XVI, com alinhamentos de este a oeste e de norte a sul, associados a uma plataforma lajeada de dois patamares, alvitram a hipótese, no entanto, a ausência de maior detalhe histórico e a topografia do local suscita dúvida quanto a essa localização, na confluência de uma ribeira e em cota mais baixa que dificultava a visão da baía. Por fim a localização sob a atual fortaleza, surge num plano central à antiga póvoa onde existiam agregados habitacionais e arruamentos sobre uma ravina natural cimeira ao areal, facto consolidado no registo arqueológico que identificou nas suas fundações troços murados distintos associados a níveis de ocupação material desde o

⁴⁰³ ^ACardoso, 1570: 13v; ^BValbuena, 1829: 48; ^CAlmeida, 2009: 60-61; ^DAAVV, 1997: 96; ^ESalva y Pérez, 1841: 61; ^FTommaso & Bellini, 1865: 417.

século XVI, a muralhas fundacionais que pela sua disposição e largueza evidenciam intenção residencial, estruturas exsolvidas da atual e que, sobreposta à planta quinhentista, coincide com um corpo de edifícios e de arruamentos debelados para dar lugar à construção militar, fosse esta o primitivo forte ou a posterior fortaleza, o que torna a hipótese mais plausível para a localização do mítico forte.

Elevado à vila num promontório sobre a baía, um reduto de pequenas dimensões com dois baluartes, sem divisar uma edificação estrelada como esboçada em 1580 mas um reduto de planta menor⁴⁰⁴, pois a proximidade da vila não justificava bastiões a norte mas sim uma plataforma a sul, proposta abonada pela pintura do ataque de junho 1602 onde surge um forte sobre a baía, acometido por um galeão.

Conhecida como a batalha da baía de Sesimbra, foi uma das últimas expedições inglesas contra as costas ibéricas, para além do testemunho pictórico de Vroom, são ainda possíveis de avistar canhões nos areais subaquáticos da baía a que se acresce uma hipotética referência, associada ao *esprital* do Espírito Santo e seus grafitos parietais onde se reportam galeões, um disparo de um canhão terrestre e uma galé em chamas, o que se não prova que seja relato desse evento naval, a sua iconografia coeva do século XVII e a perceção que à época o edifício terá acolhido feridos espanhóis e portugueses que participaram no embate, a tal torna-se sugestivo.

A causa marítima na urbe igualmente encontra-se transposta noutros edifícios, espaços que albergam testemunhos iconográficos, sobretudo registados em templos religiosos, caso dos grafitos acima referidos nas paredes interiores do *esprital* dos mareantes com representações de galeões com portinholas de artilharia a par de uma caravela com pavilhão do *crescente*, insinuante alocação à pirataria bérbere, que são complementadas por caravelas pintadas em duas colunas na igreja matriz, em que uma tem a particularidade de representar um navio com pavilhão holandês.

Esta relação do mundo naval com o universo religioso está também vincada na história urbana da vila, desde logo, na implantação da proveta capela de São Sebastião, no que seria o limite a norte da primeva *Ribeira* e término do caminho que subia a encosta até à vila acastelada. O edifício, e a padroeira imagem ainda hoje conhecida, apresentam uma feição de finais do século XV, em que a dedicação a São Sebastião incorre da memória deste santo, padroeiro das causas castrenses e defensor contra as pestilências, realidades que em *Cezimbra* tinha no mar o seu principal sortilégio, pelo

⁴⁰⁴ Similar à esboçada pelo próprio Filippo Terzi em 1588 para o forte de Nossa Senhora da Queimada, frente à ilha do Pessegueiro.

que a capela foi edificada com orientação de norte para sul, sobre um monte a contemplar a póvoa, onde a imagem fronteia do protetor, vigiava o Atlântico.

Porém foi no século XVI que a vila de *Sezimbra* se afirmou, angra natural de ancoragem e póvoa portuária nas rotas das Índias e das Américas, de uma época de profusa construções religiosas, bem representadas na igreja Matriz, de invocação de São Tiago, e na igreja da irmandade, de avocação a Nossa Senhora da Misericórdia.

A génese da igreja Matriz remonta a 1534 e à diligência do bispo D. Jaime de Lencastre, em prover serviços religiosos a uma comunidade que há muito abandonara o abraço do primitivo templo de *Sancta Maria do Castelo*, com os trabalhos de construção a decorrer até 1560⁴⁰⁵. Do primitivo templo quinhentista, prevalece o arco triunfal interior a encimar a passagem para a sacristia, com cordame marítimo a conferir dote artístico, tal como no exterior, após a descoberta sob o reboco da fachada virada a sul⁴⁰⁶, do primitivo pórtico com o arranque da escadaria que conduzia os fiéis ao templo, por onde brota um conjunto de colunas estilizadas e arquivoltas concêntricas de solenidade, encimadas por uma vieira de Santiago, em reverência à Ordem.

Quanto à igreja da Santa Casa da Misericórdia, as fachadas deste emblemático templo revestem em si dupla perceção do ideal da misericórdia e a da capacidade de interculturalidade no Portugal quinhentista, então oculta na relação entre cristãos e cristãos novos, dialética que o edifício guarda. Na leitura da sua fachada principal⁴⁰⁷ perscruta-se um alinhamento simples que, no risco de conceção dos seus janelões e da porta, delineia uma imagética *estrela de David*, traço cultural que o responsável pelo projeto se permitiu legar no edifício católico, o qual na fachada sul, apresenta portal de influência maneirista, simples e metódico com apontamento iconográfico encimado pela vieira de Santiago e pela cruz do calvário, lateralizado por volutas que acolhiam a entrada dos irmãos misericordiosos, e na fachada poente por uma pedra de armas arcaica envolta por cordame entrançado na forma de um globo universal.

Também da misericórdia, e da memória eterna, merece menção os espaços funerários associados ao núcleo histórico, registo de ocupações culturais que ainda guardam profundo sentimento de interioridade. Se é certo que esta presença parece cotejar uma tábua cronológica no *modus* urbano, o seu imaginário e a sensibilidade de pertença da comunidade, suscita a reflexão sobre a profundidade do seu significado.

⁴⁰⁵ Serrão & Serrão, 1997: 61.

⁴⁰⁶ O qual foi tapado, até que em 2009 novos trabalhos permitiram a sua exposição pública.

⁴⁰⁷ Por proposta apresentada em 2006 pelo anterior pároco da matriz Santiago, o Pe. Sílvia Couto.

Dos primitivos espaços associados aos templos católicos da igreja Matriz de Santiago ou da igreja da Misericórdia, memoráveis em lajes epigrafadas como no legado histórico de ascese cristã, ao irmanado lajeado exterior da capela do Espírito Santo, identificado durante os trabalhos de reabilitação do edifício em 2000, quando por sob as lajes foram descobertos inumações que indiciam cronologia nos séculos XVII e XVIII. Em termos antropológicos, a presença deste último recinto suscita conspeção quanto à relação entre *os mortos e os vivos*, pois se nos espaços tradicionais os corpos são depostos no solo, abaixo do nível quotidiano de vida, na capela do Espírito Santo, o recinto funerário encontra-se abaixo da cota de entrada do templo mas, acima da cota funcional do *esprital*, com defuntos deitados no seu leito eterno por sobre os vivos no seu leito de enfermo, ambos confinados por paredes meias.

Noticia-se no ano de 1836 a criação do cemitério municipal, sob influência da lei liberal de 1835, então localizado no cume extremo da vila a norte, contíguo à capela de S. Sebastião, num terraço arejado e suficientemente distante, porém próximo, do espaço urbano e da igreja Matriz de Santiago. Quando ocorre o surto de tifoide de 1857, o malefício foi tão grande que suscitou a abertura de uma vala comum no outro extremo da vila, a nascente na encosta do Calvário, onde foram enterrados muitos dos que pereceram, espaço ritual redescoberto pela Arqueologia em 2001 durante os trabalhos de construção de um novo empreendimento hoteleiro, embora a sua memória fosse perpetuada na colina sobranceira onde foi erigido um pequeno cruzeiro em pedra. Ainda a referir que, para o monte do Calvário e seus terrenos, foi projetado em 1906 um novo cemitério municipal, o qual altaneiro à vila por sobre a baía, com devidas condições geológicas e de brisas, acolheria uma nova capela e respetivos talhões de campas, mas que aprovado pelas entidades oficiais, porém nunca chegou a ser concretizado.

Por fim nesta temática de testemunhos, um último elemento que merce referência, não pela sua grandeza arquitetónica mas como alegoria patrimonial através de um simbólico mito fundador do espaço urbano, o pelourinho municipal. Marco da reforma administrativa iniciada no reinado de D. Manuel I com o regimento administrativo, a reforma dos forais ou as ordenações que uniformizaram o funcionamento dos municípios, o pelourinho, é porém proposta edificada mais avançada, já nos anos derradeiros do reinado de D. Sebastião, o qual ainda foi rebuscado a grafite em 1890 na revista «Occidente»⁴⁰⁸ como referência a *Cezimbra*, “o seu pelourinho ainda se

⁴⁰⁸ AAVV, out. 1890: 218.

conserva de pé e é uma columna simples rematada por um capitel de phantasia, sobre o qual assenta a picota”, e fotografado no início do século seguinte, central num largo onde as gentes se abastecem de água no fontanário da Câmara.

Em 1914, a Câmara decide substituir o pelourinho por um fontanário, solução para as privações do velho chafariz barroco na fachada do paço, o qual vazava infiltrações no edifício. Na reunião de 7 de janeiro desse ano foi decidido que, “pela impossibilidade de continuação do actual chafariz e tanque no antigo local seja construído um chafariz ‘marco fontanário’ aonde o povo se abasteça d’água, demolindo o pelourinho, por não ser considerado monumento de arte, mas só símbolo da independência a Lei a isso se não opõe”⁴⁰⁹. Esta intenção conduziu à reforma do símbolo da velha monarquia pelo novo “marco fontanário”, que melhor cumpria o ideário republicano. Com o Estado Novo sobreveio o Decreto-lei n.º 23:122 de 11 de outubro de 1933, o qual classificou todos os pelourinhos como Imóveis de Interesse Público, medida repercutida na reunião de Câmara de 19 de novembro de 1936, com a proposta de remoção da fonte e reintegração do pelourinho e seus restos ancestrais, proposta aprovada mas que as limitações do erário municipal atalharam. Volvidas cinco décadas, o Município, numa política de recuperação do património histórico, promoveu a reedificação do pelourinho, expressão de autonomia do *poder local*, pelo que foi colocada no local uma reprodução em madeira e auscultada a população que aceitou a intenção, com a obra final a ser rececionada em agosto de 1988, pela qual foi também o largo do Município totalmente requalificado para, no seu centro, ser colocada uma réplica em pedra do pelourinho.

Como epílogo deste rol de memórias, em si, a identidade do agregado urbano não transcorre do mero ente material que sustenta o bem construído, mas da sua função imaterial vivenciada na consciência coletiva, noção que se define na esfera concetual do objeto protegido enquanto valor de expressão cultural, e não do mero ente material que lhe serve de suporte⁴¹⁰. O espaço urbano convida a participar no seu processo de construção através da sua identidade, a qual permanente edificação e consequente contemplação, fonte de estímulos à fruição numa implícita poética de infinitas leituras, algo como o que Norbert Wiener catalogou, “um trecho de informação, para contribuir para a informação geral da comunidade, deve dizer algo substancialmente diferente do património de informação já à disposição da comunidade”⁴¹¹.

⁴⁰⁹ Registo colhido em reprodução fotográfica do livro de atas do Município, do ano de 1914.

⁴¹⁰ Nabais, 2004: 40-41.

⁴¹¹ Eco, 1989: 133.

No caso das questões que envolvem o património edificado, e como já havia sido referido por Victor Hugo em 1832, perante as profundas transformações urbanas que se processavam na cidade de Paris, a necessidade de se preservar os bens culturais ameaçados pelas vagas de destruição, requer um sentido de distinção entre o “uso dos edifícios” para os proprietários e a “beleza dos mesmos” para a sociedade⁴¹². A relação do património com a cidade ultrapassa assim o cenário e passa a ser a causa, abertura a diferentes personagens como a novéis acontecimentos sob o princípio da transmemorialidade, ligada ao quotidiano do utilizador como do visitante anónimo. Para estes, o património foi o que se criou e o que se produziu para a comunidade, e por essa mesma comunidade, é reconhecido e valorizado.

Tratar do património histórico urbano de Sesimbra é no essencial, tratar do reconhecimento da sua existência corpórea e da sua pertença imaterial, um lugar e uma população, não entendido como imposição mas como legado que se recupera pelo usufruto. Cumpre-se assim o desígnio louvável de satisfação do interesse coletivo, pelo que cabe às entidades públicas prover a sua conservação e fruição, e à comunidade, zelar pela preservação dessa herança memorial através da sua capacidade intrínseca de o legar às gerações seguintes.

4.4. A relação funcional e as vivências

Desde os primórdios da civilização que a vivência gregária tem por pilar a urbe, e aí, o espaço público emerge como local de liberdade coletiva, envolvido por regras sociais e tradições culturais que indelevelmente o património cultural se associa, pois como analisou Alfred Whitehead, “há em cada época uma forma geral das formas de pensamento: e como o ar que respiramos, tal forma é tão translúcida, tão subtil, e tão evidentemente necessária, que só com um grande esforço conseguimos tornar-nos conscientes dela”⁴¹³. O discurso desta continuidade temporal persiste em Sesimbra através do património, sequência de imagens produzidas em épocas mais distantes ou em mais próximas, que vivem um só tema sob diferentes vias de discurso onde a sua essência, se mantém no modo como a sociedade se relaciona com o mundo.

Supera-se a mera observação pelo modo diacrónico como vê este universo, o *de populus piscatorius*, que ascende através de distintos quadros de leitura, o espaço com a

⁴¹² Nabais, 2004: 73.

⁴¹³ Eco, 1989: 34.

faina e a comunidade, o texto com a imagem e o movimento, a obra com o criador e o público, a *digesis* com a *enargos* e a *sapheneia*, catetos sobrepostos numa imagética rosa-dos-ventos que aponta os diferentes sentidos cardeais que regem os destinos do tempo e do espaço, e indelevelmente, da comunidade.

Como núcleo urbano de profundo contexto histórico, Sesimbra estruturou a sua unidade de edificação ao longo dos séculos a partir de certas particularidades, da implantação dos edifícios face às ruas, as formas e proporções de construção ou os materiais utilizados, pelo que a sua gestão deve abranger não só vertentes de vivência, mas também, harmonizar funções que permitam conciliar pessoas e espaços. A sua interpretação como núcleo histórico valoriza a contínua utilização, com significado material e valor imaterial, apensos à compreensão dos fenómenos que alberga, numa permanente adaptação de discursos e de recursos, onde a premissa do espaço urbano como centro de interpretação valoriza a comunicação entre as realidades visíveis, os agentes envolvidos, os temas presentes e as mensagens formuladas.

Nas intervenções urbanas o conceito de *requalificação* ou o de *reabilitação* surgem, invariavelmente, associados à utilização futura das construções, pelo que muitos dos projetos associados ao núcleo histórico urbano assentam particularmente em fachadas e coberturas ou em melhorias das condições de habitabilidade e de utilização, com menor importância quanto ao comportamento estrutural ou às preexistências da cultura arquitetural. Não obstante, a reabilitação de um edifício histórico, como define o código de construções históricas da Califórnia (EUA), é algo mais, é o “acto ou processo de possibilitar um uso eficiente e compatível de uma propriedade, edifício ou estrutura, através de reparações, alterações e acrescentos, preservando, ao mesmo tempo, as partes ou características que traduzem o seu valor histórico, cultural e arquitectónico”⁴¹⁴.

Porém, a realidade nacional tem sido outra, em muitos casos a evolução de um patamar que deixa de lado a observação dos conceitos e investe na intervenção do ‘génio’, onde o projeto arquitetónico e o caderno de encargos da obra não procuram soluções de adaptação à preexistência mas, forçam uma nova existência encoberta em políticas de reabilitação, no reboco caiado das fachadas recuperadas.

Nas intervenções de requalificação, preservação, salvaguarda ou de beneficiação, devem existir limites ao livre arbítrio da criação do projeto arquitetónico, e às subsequentes alterações em fase de obra, pois a excessiva intenção de protagonismo traz

⁴¹⁴ Córias, 2007: 25-26.

males que se grafam indelevelmente no edifício, “dado que o monumento é visto como a simples sobreposição de sucessivas modificações e actualizações, entende-se que isso legitima que também nós, hoje, tenhamos como missão deixar a nossa marca. Surge assim um confronto entre passado e presente em que o primeiro se torna o simples pano de fundo para a celebração do segundo”⁴¹⁵.

Independentemente da maturidade da equipe projetista, da experiência dos técnicos de fiscalização ou da secundarização de interesses pelos contratantes, as intervenções em edifícios históricos ao valorizar o primado da salvaguarda da identidade, como da reabilitação do edificado, deve tender para a compatibilidade dos materiais como concretização da permanência do edifício, conscientes de um carácter de reversibilidade que minimiza danos, e com coerência quanto aos novos usos pensados. As alterações que se impõem ao imóvel, e ao próprio espaço urbano, criam um conjunto de especificidades que torna cada edifício, um caso singular de interpretação, em que o desgaste causado pelos diferentes usos, a exposição aos agentes ambientais, as alterações impostas à estrutura, a sua história de vida, diferenciam-no face às novas construções. Por tal, o estudo prévio aos projetos de execução e suas especialidades ou aos cadernos de encargos da obra, tornou-se fundamental para entender a construção na sua génese arcaica através de estudos históricos de funções e arqueológicos de utilizações, arquitetónicos de formas, de engenharia na estabilidade de implantação, de laboratório quanto à interpretação de materiais.

Este controlo da mudança é exemplo a repercutir no todo que é a cidade, pois a mudança altera rotinas e condiciona recintos pelo que, “nas cidades a continuidade é uma característica desejável”⁴¹⁶. Não obstante, a evolução que suscita não deve ser encarada como um ónus, mas quando devidamente integrada, como um contributo para o seu apuro histórico, pensada como movimento sustentado associado ao planeamento das áreas de génese histórica mais vincada, não impeditiva do progresso mas, focada no aperfeiçoamento. Promove-se a delimitação do espaço urbano pela apropriação do seu quotidiano, pois a paisagem urbana depende tanto da permanência como da mutação, da grande praça monumental como da pequena ruela esconsa.

A vila de Sesimbra, da ancestral póvoa medieval de *Sisinbriam* ao contemporâneo porto marítimo de *Cezimbra*, cresceu paralela ao mar. Este foi o seu grande influente de identidade até meados do século XX, quando a difusão atlântica foi superada pela

⁴¹⁵ Córias, 2007: 28.

⁴¹⁶ Cullen, 1996: 18.

subida inexorável do vale, com novos eixos de circulação automóvel e novas políticas de urbanidade, que de complexos industriais passaram a bairros sociais, sucedidos pelo afluxo de novas áreas residenciais de vivendas de veraneio e novas unidades hoteleiras. A missão atual do espaço histórico torna-se capital para entender funções e usos, mas também, identificar pressões e perigos, reconhecimento do seu singular valor como de interiorização da sociedade para a consciência da sua conservação, no conjunto edificado e nos espaços de relação entre edifícios, na sua utilização ou na preservação dos seus traços de perenidade.

A interpretação do modo de vida da comunidade local é o fundamento para o entendimento da sua vivência, um contexto de *notional ekphrasis*⁴¹⁷, como proposto pela cultura anglo-saxónica no auge da modernidade industrializada e da massificação de públicos, então sob a influência do denominado *gosto dominante* da estrutura social, pois cada época possui uma estrutura de pensamento, evidente e necessária, embora recôndita no inconsciente de cada um. A linha da narração e a vontade criadora em Sesimbra está presente em caracteres comuns que a identificam no tempo, chaves de pesquisa num cenário concetual tal como transposto por Gotthold Lessing nas *artes do espaço*, as artes visuais, e nas *artes do tempo*, as artes da palavra. Parte-se da arquitetura para interpretar a comunidade local, explorar a sua relação com o espaço edificado, qual *oikós* do agregado social por onde a alma das gentes que lhes dá vida. Umberto Eco afirmou que a disponibilidade para com o mundo é essencial para o compreender e nele agir⁴¹⁸, assim será sob a perceção da nossa adaptabilidade, da nossa incerteza e das nossas soluções, que o património nos permite criar relações.

As questões colocadas ao espaço urbano, não como pura expressão teórica mas como via para, através dele, apreender a capacitação da cultura como forma socializante, seguem o princípio metodológico de questionar o edifício e de problematizar a rua através das suas linhas estruturais, não abdicar da sua sistémica mas comparar modelos de interpretação em diferentes campos do conhecimento. A dialética entre o observador e o espaço edificado apresenta-se como fulcral, pela aproximação física entre ambos e pela quantidade de informação presente na mensagem formulada do seu conhecimento, associada, ou dissonante, com os paradigmas da interpretação histórica, da observação iconológica ou do raciocínio contemporâneo.

⁴¹⁷ Avelar, 2006: 47.

⁴¹⁸ Eco, 1989: 264.

Por aqui se entende a conceção do núcleo histórico urbano como uma área de representação memorial, indeclinável limiar de desenvolvimento onde se conciliam edificações com utilizações, onde o passado e o presente se encontram, garante da salvaguarda da ambiência local em contextos que influem de maneira estática, ou dinâmica, pela expansão que refletem sobre a comunidade em termos sociais e económicos, culturais ou ambientais e da sua própria governança. Cada vez mais sobeja a preocupação pela preservação desse legado geracional, de consistência material e de elevado interesse incorpóreo, misto de sucessão tecnológica que marca o progresso como algo único que não se limita ao *fachadismo* ou ao betão, mas evolui socialmente sob a longevidade do seu valor cultural, suscitado pela revitalização demográfica, pela reabilitação económica ou pela qualificação ambiental, a *regeneração urbana integrada* como perpetuação da própria razão de ser do espaço urbano.

Se em Sesimbra o conceito de *área histórica* pretende valorizar a sua paridade, porém encontra-se compartilhado entre a especulação imobiliária e os limites da alteração arquitetónica, a pressão das atividades comerciais e as incertezas dos residentes. Por vezes, a ânsia de a valorizar induziu à mercantilização da identidade local, onde áreas notáveis tornam-se átrios de reinvenção das tradições locais, embora muitas das vezes, por quem as nunca viveu ou não percebe a plenitude da sua imaterialidade. São traduzidas perspetivas erróneas de entender a identidade do espaço urbano, onde a intenção da folclorização e do comércio de produtos e memórias culturais não são a mesma coisa que a valorização do folclore e das tradições locais, as quais, são vividas *in loco* pela comunidade que nele habita e que nelas se revê em legado vivo.

Sobre o pressuposto da União Europeia para o desenvolvimento urbano integrado, privilegia-se uma feição material apoiada no incremento económico e na organização territorial, ajustada em povoamentos compactos e estruturados, ambientalmente qualificados e de elevada acessibilidade⁴¹⁹. A pertinência da hierarquização dos aglomerados urbanos assume-se nas dinâmicas de progresso, implícitas à fixação de residentes e às apetências que as metrópoles e cidades guardam no *hinterland* urbano.

Em paralelo, a maturação dos conceitos de *governança* e de *governança* permitem encarar o espaço urbano como um conjunto de desafios, onde se equilibram as perspetivas do território com as realidades dos habitantes, concílio de metas comuns onde se medeiam conflitos e se assegura a vivência pela singularidade da paridade local,

⁴¹⁹ EU, 2011: 5.

através da convergência de interesses de todos os agentes envolvidos. Para tal contribui a definição de áreas partilhadas entre habitantes e utilizadores, abonadas como espaços comuns não uniformizados, e encorajadores de diferentes oportunidades de relacionamento. São por estas estruturadas diferentes expressões de enraizamento territorial e de relações funcionais que caracterizam uma perspectiva tão cultural como patrimonial e museológica do espaço urbano, com as suas estruturas mononucleares de centralismo plural ou polinucleadas de autonomia descentralizada, nas quais, se encontra o contexto humano entre a sua memória material.

A abordagem resgatada nas palavras de George-Henri Rivière, quanto ao conceito do *espaço museológico*, também se revê na cidade histórica como, “um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que precederam na descontinuidade ou continuidade das gerações: Um espelho que a população mostra aos seus hóspedes, para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade”⁴²⁰. A realidade do núcleo histórico urbano, enquanto interpretação do espaço, evoluiu em diferentes patamares desde as salas museológicas aos espaços de interpretação, um movimento iniciado nos países escandinavos em finais do século XIX, com os museus de ar livre, e que perante a expansão urbana, fomentou a recuperação dos aglomerados tradicionais como forma de a sociedade industrializada conservar a sua génese cultural.

Na contextualidade de Sesimbra há então que explorar as mais evidentes relações locais e aprofundar a sua articulação enquanto potencialidades do recinto urbano, ligadas a diferentes temas, e sem recorrer a notáveis edifícios ou a grandes estruturas museológicas. Percorre-se o quotidiano através do discurso focado na comunidade e no meio, em que numa congénita simbiose, cada qual molda e é moldado pelo outro. Para concretizar esta plataforma comunicacional são necessárias estruturas de informação, que permitam enquadrar os utilizadores na forma estabelecida de viajar pelas áreas de interesse, articulação de níveis de comunicação a partir de núcleos temáticos, estruturas físicas que promovem a leitura dos diferentes aspetos da cultura local, onde o contexto interpretativo, valoriza os bens expostos para quem os usufrui.

Várias são as soluções que se podem prever para essa longevidade, desde logo a revitalização demográfica, não só pela capacidade de atração das camadas mais jovens

⁴²⁰ Pessoa, 2001: 42.

da população, para efeitos de empregabilidade e habitação mercê de incentivo ao arrendamento económico, de infraestruturas de educação ou de equipamentos de lazer, mas também, de enquadramento das faixas etárias mais envelhecidas, através de espaços de convivência intergeracionais, serviços de proximidade, de apoio social e de saúde, ou de programas que promovam o envelhecimento ativo.

Se a necessidade leva à construção de um *skate park* próximo de um centro de dia, se os espaços para realizar *jogging* incluem bolsas de descanso com ensombramento natural, se os serviços de utilização pública perdem áreas de estacionamento para beneficiarem o acesso a pessoas com mobilidade reduzida ou espaços de recreio para crianças. Todas são opções que pesam no encontro entre gerações, soluções de compromisso dos poderes políticos urbanos, económicos, culturais ou imobiliários, sob o compromisso social da universal fruição que, na sua génese, é a base do próprio lugar.

A perceção sobre o património, o seu entendimento e a descoberta do espaço que ocupa no quotidiano, torna-se essencial para o compreender e, sobretudo, integrar na vivência contemporânea, uma inspiração de abertura que o permitirá colocar no centro das conexões societárias sem lhe impor desmedidas sujeições, pois enquanto fenómeno cultural, pressupõe leituras inventivas num diálogo de genialidade, muitas das vezes secretas e intemporais, entre observadores, espaços e idades. Evidencia-se assim a importância do todo arquitetónico quanto à forma e à estrutura, testemunho histórico de técnicas de construção do núcleo habitacional que, na premissa da sua salvaguarda enquanto bem, requer medidas de consolidação estrutural e uma premente preocupação em prover o mínimo de alterações, as quais a existirem, devem ser controladas para assim salvaguardar o agregado edificado.

Numa época de exegese societária onde se partilha informação em diferentes suportes, e se repercutem fenómenos que rapidamente se eclipsam como novidades, e em que do pitoresco passamos ao esquecimento, do temor do esquecimento humano passamos à memória, da assunção da memória chegámos à interpretação da cultura como reportório de lembranças face ao esquecimento humano, a simplificação descritiva é a primeira etapa para a compreensão. Sob um nível empírico de consciente observação pessoal, compreender a relação da cultura com a sociedade amplia as potencialidades da nossa própria inclusão no mundo, através do seu entendimento, pois o património para além de ornar o lugar, gera a consciência desse mesmo lugar, urbano e humano, o que deixa a cidade livre do entendimento de mero lugar no espaço para se tornar o tema desse espaço. A evolução de Sesimbra nas suas diferentes linhas de

método social e económico, ambiental e cultural, enfatiza-se por processos externos, quais agentes de mudança, que configuram um conjunto de questões sobre a manutenção ou alteração da sua identidade, sua autenticidade e sua integridade.

A conservação desta urbe histórica assenta assim na preservação da qualidade do ambiente humano, ao aperfeiçoar a dinâmica e a sustentabilidade dos usos para uma maior apetência de funções integradas para valorização do património urbano, as quais se enraízam numa relação equilibrada entre ambiente natural e a construção humana, entre necessidades e soluções. A abordagem ao núcleo histórico e à sua paisagem urbana, consubstancia a leitura de uma diversidade cultural e a interpretação da sua criatividade como ativos para o crescimento integrado local, mediado pela capacidade de governança que promove ferramentas úteis para gerir as transformações que se operam, garantindo que as intervenções contemporâneas estão integradas com o património urbano num cenário concertado, onde a abordagem à paisagem histórica, frui na capacidade de conjugar reminiscências e tradições locais com competências e benefícios, que só a evolução da cidade permite concretizar.

Como registo, “a cidade típica não é um padrão uniforme de ruas, mas sim uma sequência de espaços criada pelos próprios edifícios”⁴²¹, evidenciam-se aqui alguns dos elementos basilares de caracterização do aglomerado urbano, da individualidade da sua paisagem envolvente à sua intimidade peculiar com o sentimento de pertença, até ao pavimento de circulação e de vivência funcional que se torna um dos principais fatores de unificação da cidade. A circulação rodoviária na atualidade estabeleceu-se no quotidiano urbano, embora a sua presença surja mais como a injunção do que como evolução. Trata-se da imposição espacial da viatura, e sociológica do condutor e dos passageiros, que se apropriam do espaço e da sua utilização muito além da definição funcional da cidade e das suas vias de circulação, não das estradas, cruzamentos ou rotundas, mas das vias secundárias que passam a ser utilizadas de forma abusiva em ruas, ruelas e largos, quer para transitar quer para estacionar.

Cativo ao olhar, também o edifício no espaço urbano, mais que mera exegese sobre a convenção da arquitetura, surge como padrão escultórico monumental a indiciar o exemplo da singularidade que constitui o todo construído da cidade. Materialização de projetos filosóficos e de sistemas geométricos de construção humana, o edifício produz um singular discurso que logra envolver o entorno natural, pela sua disposição face à

⁴²¹ Cullen, 1996: 48.

paisagem envolvente como pela afetação de elementos naturais, o que o torna marco da identidade do espaço urbano, pela forma convencional como garante a comunicação com a ambiência natural e permite uma fruição partilhada.

Nas décadas de maior apogeu económico e social, sobretudo em meados do século XX, a póvoa de Sesimbra e a sua comunidade tinham um conjunto de rotinas diárias que pautavam o passar dos dias em torno de uma vivência comungada. Das atividades da faina, com o preparar de redes e de aparelhos no areal e ao longo de ruas e largos, onde homens e crianças carregavam *celhas*⁴²² redondas carregadas de aprestos marítimos ou levavam caixas e baldes repletos de peixe, até aos estridentes apitos das fábricas de conserva a anunciar a chegada de sardinhas e o início de mais um período de laboração no qual muitos homens, mas sobretudo mulheres, se dedicavam para sustento das famílias. São várias as recordações desses quotidianos que ainda perduram na atualidade, passadas como memórias vividas em primeira pessoa ou como tradições legadas de pais e de avós. As embarcações ancoradas na baía ou varadas no areal e nas ruas da vila, o arraial de armazéns e estaleiros, apetrechos e aprestos do mar, labutas de alcatroamento e de envernizamento ou de extensão das redes e reparação de aparelhos, tornavam a vila imensa loja de companhia estendida pelo espaço urbano.

Em diversos locais foram perpetuados registos arquitetónicos desses tempos, e de outros ainda mais antigos, que a função quotidiana foi reaproveitar, redescobertos com as recentes intervenções na recuperação de antigos edifícios ou na demolição para construção de novos, que tem feito surgir testemunhos de antigas edificações, paredes com grande entradas em arcaria a indiciar provectos espaços de armazém, noutras que foram épocas de apogeu do porto de Sesimbra.

A definição deste património não se apresenta como unívoca, pois está sujeita à pluralidade social da comunidade que requer, para uma leitura coerente, a adoção de abordagens adequadas à sua preservação, inseridas no contexto atual e consolidadas na singularidade da vila. A mediação passa pela afetação do espaço público para desfrute patrimonial através de áreas de lazer e de convívio que se vertem como recinto de confraternização, e subsequentemente de paridade, onde a compreensão da realidade reflete a consciência de que o lugar destina-se a ser inclusivo e utilizado em conforto.

No recinto urbano a mensagem societária torna-se complexa de comunicar, face aos existentes canais por onde fluem dados sobrevalorizados, e muitas vezes

⁴²² Grandes cestas circulares de madeira, onde se colocavam os apetrechos para a faina.

descontextualizados, o que torna muita a informação mas, de menor inteligibilidade, à qual a natural tendência humana para a desordem acaba por sacrificar. Como ilustra Elémire Zolla, “o pensamento deve compreender e não propor soluções”⁴²³, pelo que o conceito de *vanguarda cultural* no espaço urbano deve libar de modo desmistificado, pela busca da compreensão dentro do domínio da realidade, de modo a alinhar o que aparenta desordem, definir feição onde parece faltar forma, e permitir interpretar com clareza a relação da cidade com o utilizador, seja residente ou seja visitante.

O desenvolvimento urbano tende assim a ser algo de ortodoxo, reflexo da utilização do espaço partilhado que muitas vezes advêm do interesse particular de alguns sectores da sociedade local. Em pequenos núcleos como Sesimbra, a identidade cultural deve ser um ativo a explorar de modo integrado, coerente e consciente, apto a capacitar o sítio perante o seu aglomerado material de espaços e de pessoas, como de mentalidades e de usos, incomparável em contraponto ao vórtice de reabilitações urbanas contemporâneas que à sombra do património, sua requalificação e reabilitação, acabaram por tornar muitas cidades, antes diferenciados, em algo plagiado, com funções matizadas e recintos idênticos que expõem a perda da identidade, pese embora se advogue o progresso imediato e o benefício para a população residente. Coloca-se a presunção do espaço urbano como permanente para os residentes ou temporário para os visitantes, pois cada vez mais as cidades históricas tendem a transitar para esse segundo grupo, mercê da crescente influência do turismo e da rápida valorização económica.

Esta mutação está sustentada numa convenção permanente, um fundo de receitas rapidamente sugado quando esse fluxo é mensurado nos investimentos necessários para se eternizar ativos de atração desses visitantes, em que a aclamada promoção turística propende a requerer equilíbrio. Exemplo desta semântica encontra-se na década de 1970 em filmes promocionais e documentários onde se propagavam as riquezas locais.

Como adágios cinéfilos «A Cidade do Rio Azul» de 1970, promocional das riquezas turísticas da região de Setúbal onde se destaca Sesimbra com o seu núcleo piscatório propício aos desportos náuticos⁴²⁴, «Portugal 530 miles of beaches» de 1973, roteiro da costa portuguesa e suas praias com alusão ao *Cabo Espichel*⁴²⁵, a produção «VIP 87 (90) – O Magazine da Mulher» de 1973, com traços pitorescos da vila piscatória⁴²⁶, «Portugal Holiday Land» de 1976, nos atrativos turísticos de Sesimbra com a sua

⁴²³ Eco, 1989: 287.

⁴²⁴ ANIM|8000062-VHS.1/1.

⁴²⁵ ANIM|8000778-VHS.1/1.

⁴²⁶ ANIM|8000894-VHS.1/1.

original panorâmica de mar e pesca⁴²⁷, a que se associaram outras valências de recorte turístico como no documentário «As Algas. Agar-Agar» de 1970, sobre a apanha de algas agarófitas na costa do Espichel e seu encaminhamento para as fábricas da indústria farmacêutica e de cosméticos⁴²⁸, da reportagem na «Rivus Pathé Magazine N.º 4» de 1974, sobre o empreendimento *Falésia* em Sesimbra no extremo nascente da vila sobre a baía⁴²⁹, ou do documentário «Big Game Fishing Sesimbra - Portugal» de 1975, promoção de Sesimbra como centro de pesca desportiva⁴³⁰.

No outro pendulo de equilíbrio encontra-se o exemplo mais recente da valorização do espaço urbano como recinto de visita de valor turístico, fenómeno transversal à requalificação urbana no QREN, pelo móbil de interesse direcionado para recintos públicos de patente alocução turística, de avenidas e largos fronteiros aos mares a ruas contíguas e edifícios de interesse histórico com relevância para a visita de Sesimbra. Não obstante o interesse, a intervenção deve requerer investimentos de base mais integrada e não dependentes das temporadas turísticas, aposta numa continuidade de longa duração e de resultados que não se obtém no imediato, mas que requerem acompanhamento para se tornarem sustentáveis.

Embora a contemporaneidade tenha procurado harmonizar a vivência moral e física dos cidadãos, o lugar urbano tornou-se contudo fragmentado, propenso ao isolamento e ao desacerto social, em que a sua excessiva racionalização constrange hábitos para uma vivência salutar, espaço incitador ao *stress* que assola os grandes aglomerados e à alienação do indivíduo face à vizinhança. Cabe assim ao património cultural urbano criar novas vias de dialética de modo a tornar a urbe um espaço de livre acesso, pensado como cenário de atuação social, mutável ao cidadão pelo seu maior protagonismo, encantador palco onde se encena a talento da socialização.

A descoberta do espaço no quotidiano humano permite integrá-lo no nosso mundo, em vez de nos imiscuirmos na sua orbe, pois garante a sua fruição num contexto que, a aculturação contemporânea, procura alcançar com indicadores digitais, mas em que o mais importante decorre da aptidão do *conceber* e não do *descarregar*, do *sentir* em vez do *tátil intuitivo*, do *observar* muito além do *visualizar*. A nossa disponibilidade para com o mundo é essencial para o compreender e nele conseguirmos agir, pois as dúvidas sobre as relações e a perceção de que a adaptação à evolução pode traduzir-se em

⁴²⁷ ANIM|203990-Bobine.

⁴²⁸ ANIM|204777-Bobine.

⁴²⁹ ANIM|8000790-VHS.1/1.

⁴³⁰ ANIM|201850-Bobine.

fracasso, sobretudo quando olhamos para o passado, são fatores essenciais para esta relação que em tudo é, somente humana.

Os “valores estéticos não são qualquer coisa absoluta, isenta de relações com a situação histórica no seu todo e com as estruturas económicas de uma época”⁴³¹, pelo que conceber a presença do património leva à compreensão da harmonia no valor cultural urbano, em que a comunicação resulta de uma relação unívoca entre significante e significado, cada um definido e concreto. Por tal, a enunciação da matriz histórica toma-se como pertinente face às manifestações de contextualização, ao afetar edifícios com cariz histórico e monumental, por combater o seu abandono e criar espaços de reunião social, mediação de um programa que envolve equipamentos e recursos na resposta às necessidades, mas que também permite soluções, em que o residente e o visitante beneficiam desta interatividade pelas opções de explorar itinerários desenhados à sua medida, expressão das ofertas existentes e disponíveis.

Podem-se assim explorar diferentes contextos, por toda a malha urbana, pautas de cada fase histórica de expansão latentes em pontos de orientação no aglomerado, marcas de um tempo e de uma vivência que hoje, face à alteração da sua funcionalidade ou, pelo seu encobrimento, são minorados, mas ainda perpetuados no quotidiano. Na sua viagem a Sesimbra em fevereiro de 1923, Raul Brandão escrevia, “a carripa vai descendo para Sesimbra pela estrada em torcicolos, entre dois montes que se abrem, um com moinhos velhos afadigados lá no alto, outro com o castelo em ruínas como um queixal cariado”⁴³², a tela de velas brancas enfunadas pelos ventos que por sobre a serra pontuam à medida que o vale desce, foi um dos elos de ligação do mundo rural à vila piscatória. Este anel de moinhos, desde a povoação de Santana até aos sítios de Palames e do Calvário, permanecem hoje, ruínas desse passado em paredes cinzentas derruídas no cimo de montes, panorâmicos sobre o vale, em que alguns acabaram por ser tragados pela expansão urbanita da vila, caso da urbanização do bloco do Moinho com o moinho do Faria ou o bairro dos Pescadores com o moinho do Amora.

A intervenção no contexto edificado não se centra só na proteção e reabilitação do património, esta requer uma tarefa no quotidiano intrínseca à simbólica e à história local, capaz de colmatar necessidades nas zonas mais desfavorecidas, em que a deterioração do edificado e do espaço público evidencia a desconexão da cidade progressista. Por aqui se deve conter o despesismo suscitado pelos visitantes, tomar

⁴³¹ Eco, 1989: 43.

⁴³² Brandão, s.d: 147.

como importante a salvaguarda da vitalidade local através do seu património, algo valorizado quando partilhado, onde cada um tem responsabilidade. A noção de identidade está apegada ao conceito de *interpretação*, em que compreender o legado é essencial, pois conhecê-la e apreendê-la torna-se algo subjetivo e muito pessoal.

O estabelecimento de parcerias locais, promotoras de interação comunitária, assume-se porquanto fundamental no reforço do discurso social para novas essências económicas e orientações ambientais, traduzidas na fruição quotidiana do edificado como fator de qualificação urbana e de habilitação da comunidade, de valorização da paisagem natural e de acreditação do recurso humano, mobilizador do património cultural como orientação para a competitividade. Há que superar uma imposição que tem toldado a sociedade contemporânea, apensa à noção de que o indivíduo tem que estar harmonizado com o tempo diário do relógio e das suas obrigações sociais, porém, cada vez mais o *tempo social perfeito* não é passível de harmonizar com o indivíduo nem com o espaço, o qual agora mensurado pelo tempo necessário para o percorrer.

Como reflete André Leroi-Gourhan, “o tempo socializado implica um espaço humanizado, integralmente simbólico, de modo a que o dia e a noite ocorram a horas fixas nas cidades, em que o Inverno e o Verão estejam reduzidos a proporções médias e em que as relações entre os indivíduos e o seu local de acção sejam instantâneas”⁴³³. Em Sesimbra, até tempos bem recentes, as conversas das mulheres na rua, a labuta dos homens de sol a sol, as idas e sobretudo as vindas da escola ou a visita à praia, eram momentos temporais que faziam evoluir o espaço partilhado.

Torna-se pois fundamental retomar essa exploração do tempo, essência do património urbano como percurso para um crescimento inclusivo, não só da vila mas da própria comunidade, pese embora ambas sejam indissociáveis, quer pelas formas ambientais e culturais quer pelas experiências económicas e sociais, pautas da evolução do recinto de edifícios e do perímetro de arruamentos. A história de Sesimbra, e a sua relação temporal no espaço urbano, refletem momentos íntimos entre lugares antigos e modernos, o espírito do lugar repercutido na construção da teia habitacional a partir de polos centrais, embora se questione que centralidade? Urbana, funcional, social, histórica, económica? E de que forma? Originária, ou não, do núcleo primitivo, em que a expansão se concretizou por anéis espaciais e temporais não concêntricos e desconexos, embora, centrados nas necessidades de povoamento?

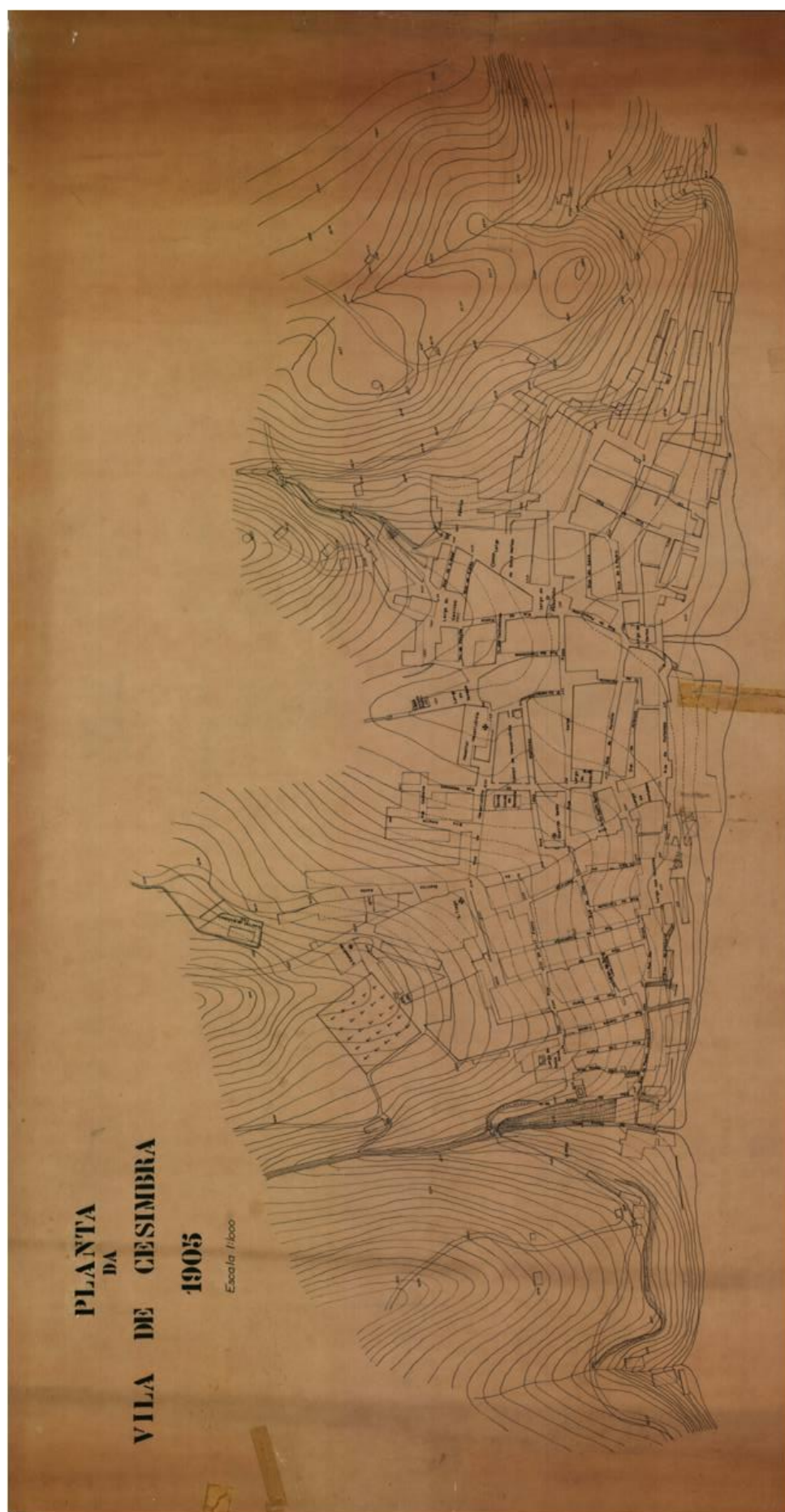
⁴³³ Leroi-Gourhan, 1987: 128-129.

Na cidade contemporânea, tal como em todas as facetas do seu planeamento e gestão, sejam urbanísticas, viárias ou económica, o património é um compromisso que deve ser entendido como essencial para acompanhar o processo de mudança que o território suscita, quer na definição de recursos quer na coerência de resultados⁴³⁴. Na plena aceção deste conceito, “a cidade típica não é um padrão uniforme de ruas, mas sim uma sequência de espaços criada pelos próprios edifícios”⁴³⁵. A definição da génese histórica do espaço urbano contemporâneo requer um modelo de conceção, e um plano de gestão, onde a formação urbana e as funções de vivência, contribuem para harmonizar o seu quotidiano, propícia à integração discreta dos pormenores que cativam o olhar e trazem a nostalgia da sua memória.

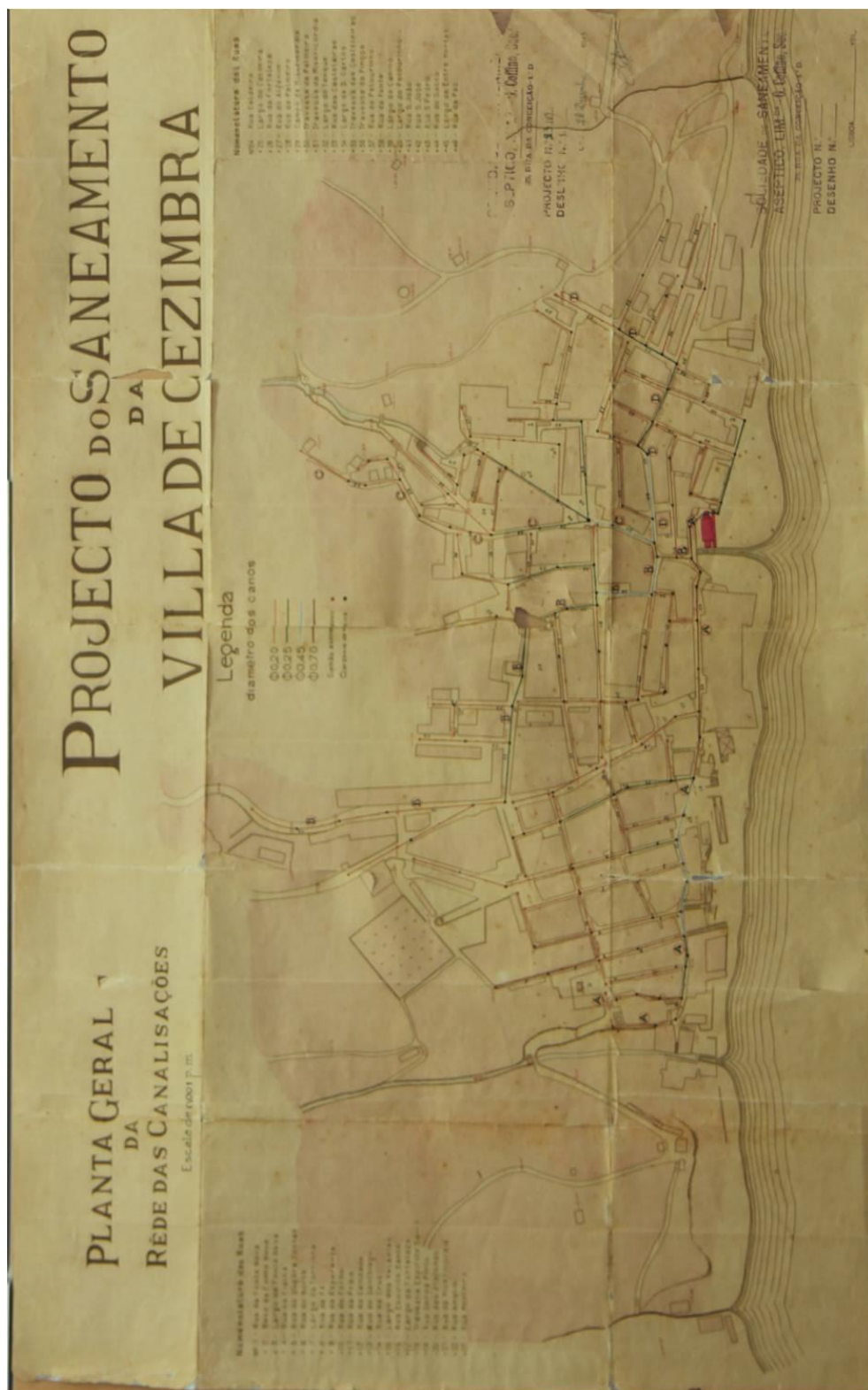
O valor peculiar de Sesimbra alia-se à singularidade do seu património, fenómenos que congregam vivências no que se define como cultura urbana, espaço civilizacional de tolerância e de coabitação alicerçado na sua história. Como princípio básico, há que ajustar a qualidade de vida dos habitantes com a identidade do sítio, premissa que permita conciliar a comunidade com as potencialidades de sucesso, onde o arbítrio político se apresenta como essencial difusor de disposições aptas a mobilizar cada um dos atores socioeconómicos, numa perspetiva de governança e de previsão de sustentabilidade, patente na conservação da matriz histórica edificada.

⁴³⁴ Neto, 2002: 97.

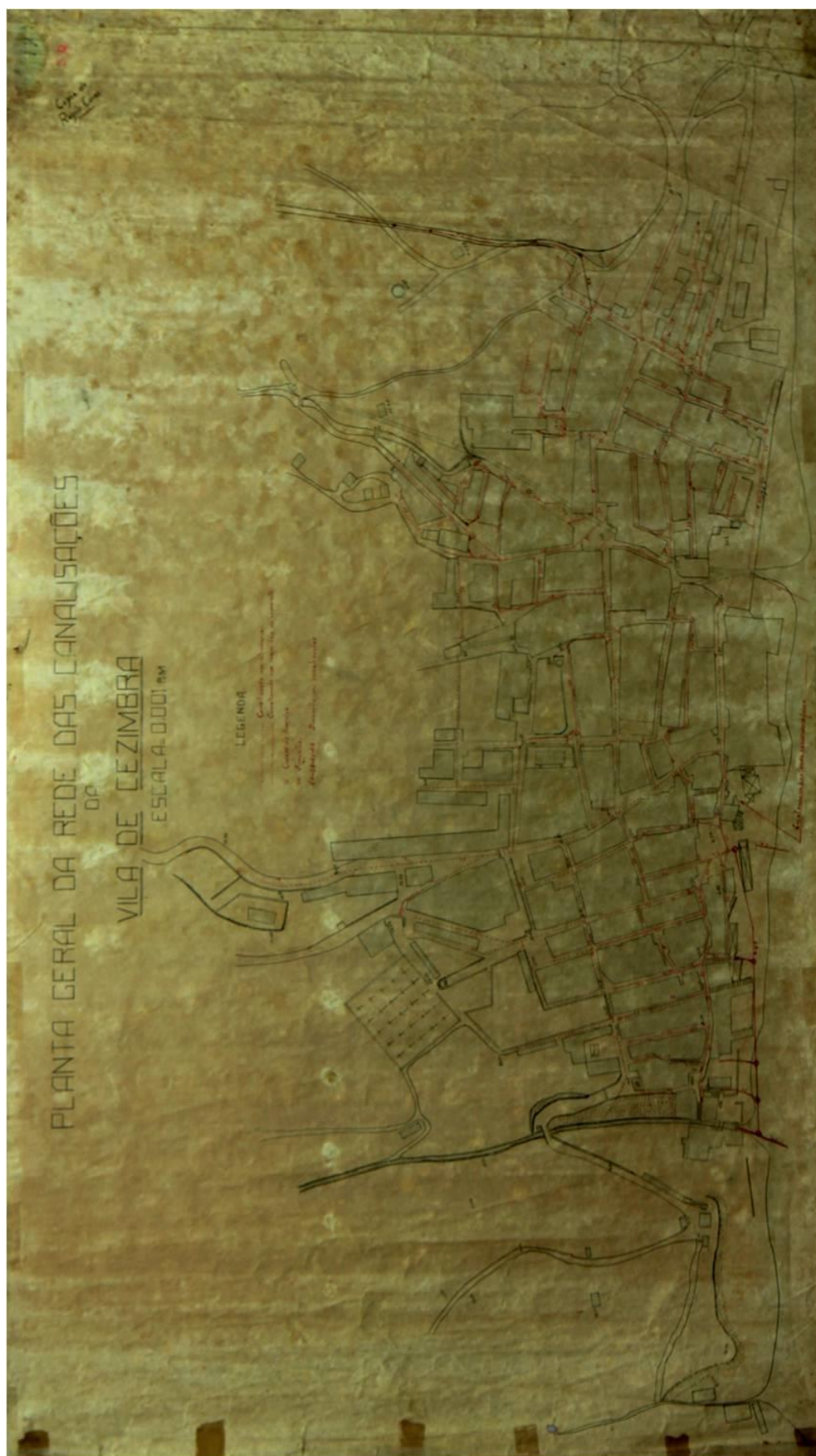
⁴³⁵ Cullen, 1996: 48.



Planta 24 – Planta da vila de *Cesimbra* datada de início do século XX (1905). Registo da disposição topografia de implantação da vila no fundo do vale, fronteira ao areal e ponto de confluência de várias ribeiras, com a identificação da teia urbana, seu casario e sua toponímia, pese embora se registem pontuais incorreções de identificação em alguns dos arruamentos. AMS |AHM_Gaveta 15.



Planta 25 – Planta da vila de *Cezimbra* assente numa abordagem espacial geral do aglomerado urbano, em termos de arruamentos e de quarteirões construídos. A planta encontra-se incorporada no projeto de saneamento planificado na década de 1920, onde se visualiza como principal orientação o encaminhamento da rede de saneamento para o troço final de confluência da ribeira da *Mizericórdia* com a ribeira do *Caninho*, a nascente da fortaleza de Santiago. AMS |AHM_Gaveta 15.



Planta 26 – Planta geral da vila com a disposição da rede de canalizações transposta ao longo dos principais arruamentos. Apresenta uma solução de intervenção para o limite sul no lado nascente da vila, a qual se incorpora na planificação projetada para o espaço urbano na década de 1920. AMS |AHM_Gaveta 15.



Planta 27 – Planta da vila datada de 1929 e onde já se antevia, no extremo a norte, a constituição de um novo alinhamento de expansão do espaço urbano. Encontra-se representada uma avenida a criar por sobre a ribeira da *Mizericórdia* desde o limite então vigente do perímetro urbano, e consequente organização do espaço confinante a essa área, inclusive com proposta de construção de novos arruamentos, escadarias e blocos edificáveis a poente. AMS |AHM_Gaveta 15.



Planta 28 – Planta da vila com a disposição urbana vigente na transição das décadas de 1930-1940 (1939-1941). Repercutia-se a primazia da nova frente marítima a sul organizada com a criação da grande avenida marginal de nascente para poente, com as novas rampas para variação das embarcações e direto acesso ao areal, com proposta de extensão desta linha ainda mais para nascente. Bernardo, 1941: 280-281.



Planta 29 – Planta da vila com a trama de arruamentos e quarteirões edificados. Os traçados predisõem-se face às principais vias de acesso vindas do vale e paralelas ao areal, com a delimitação da marginal atlântica e a identificação, a nascente, das primeiras habitações sociais para a classe marítima. Déc. 1950 | AMS|AHM_Gaveta 15.



Planta 30 – Planta da vila na década de 1960 (1964-1966), com identificação dos principais espaços de referência no quotidiano da comunidade marítima. Cruz, 2009: mapa apenso.



Planta 31 – Proposta de extensão espacial da vila articulada com o «Plano de Urbanização da Vila», da responsabilidade do arqt. Paulo Cunha em 1941. Bernardo, 1941: 272-273.



Planta 32 – Planta global de trabalho associada ao «Plano Geral de Urbanização de Sesimbra», apresentada pelo arqt. Carlos Negrão em 1950. Surge aí a definição das principais propostas de intervenção no espaço urbano, sobretudo, em termos de novas imposições de traçado quanto a arruamentos e avenidas, como de reconversão de quarteirões edificados, de construção de blocos funcionais e de novas áreas de interesse turístico. AMS
|FCMS/L/A/01/Cx_01.



Planta 33 – Proposta de projeto, da autoria de Ruy Borges, de inícios da década de 1950, com planta geral para a nova «avenida da Boa-esperança». A avenida expandia para norte, através do vale e do ribeiro da Misericórdia, o espaço urbano da vila. AMS|FCMS/L/B/09/Cx_02.

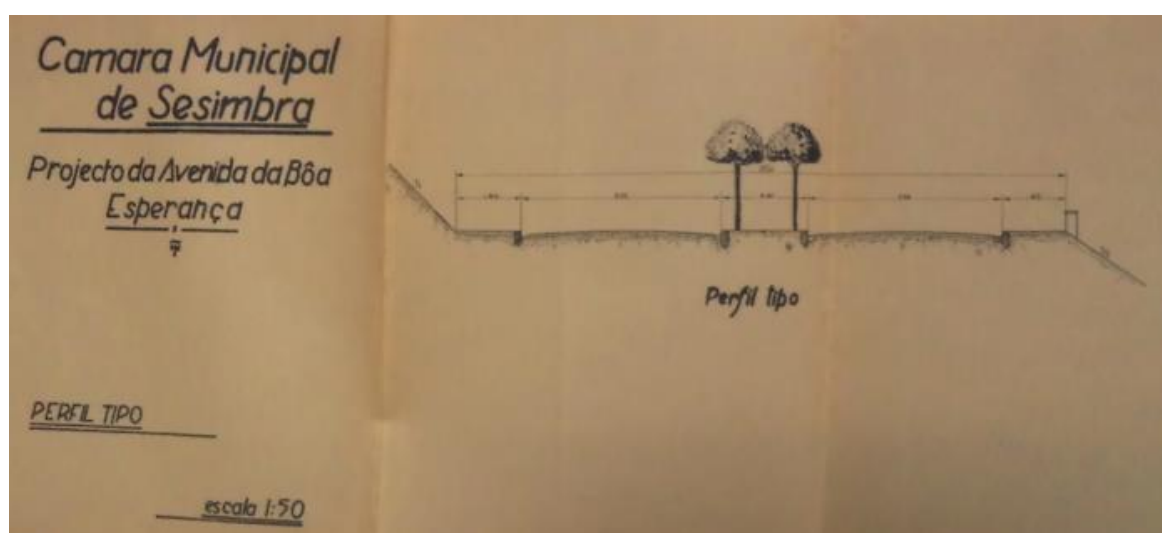


Ilustração 30 – No âmbito do projeto da nova «avenida da Boa-esperança», perfil tipo quanto à definição do traçado a seguir pela nova avenida. Talhada na leve encosta e por sobre a ribeira, com apontamento de arborização central. Déc. 1950 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_02.



Ilustração 31 – No mesmo projeto de Ruy Borges, proposta para construção de habitações em elevação vertical com vários pisos e varandas com postura panorâmica, que ladeavam a nova avenida na sua subida pelo vale. Déc. 1950 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_02.

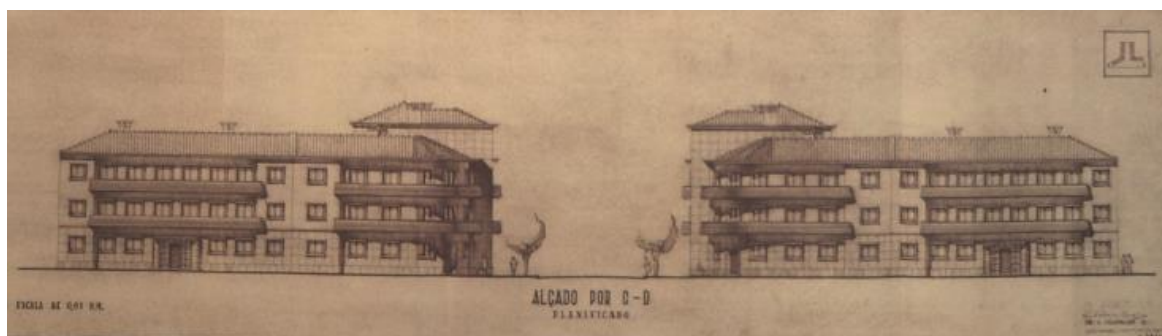
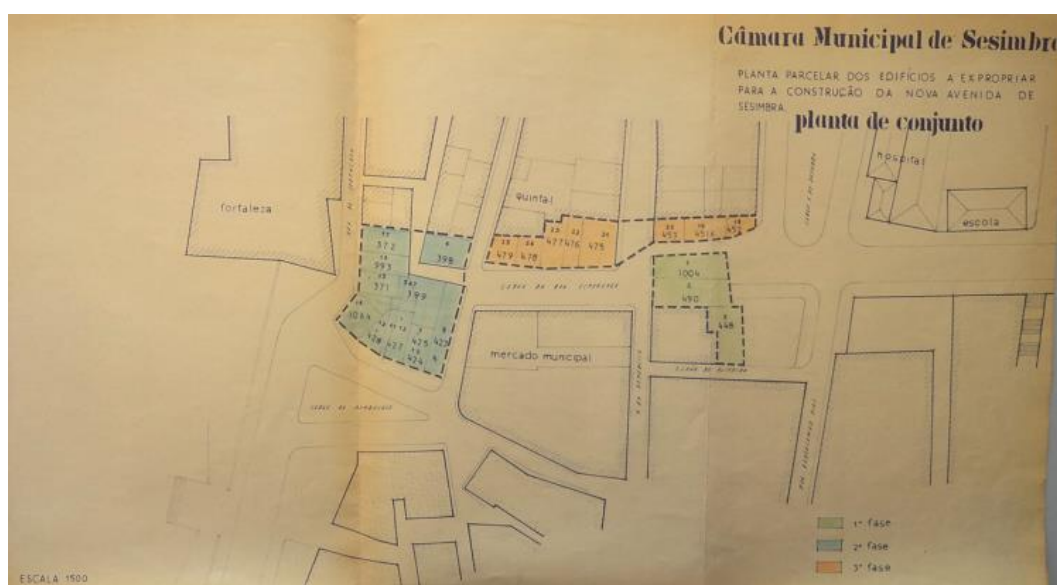
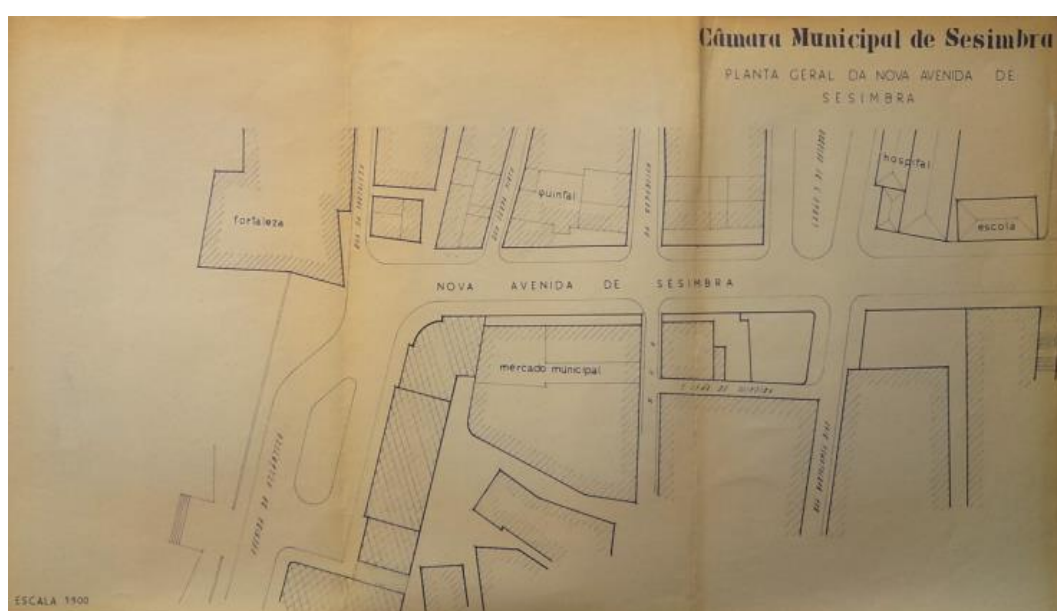


Ilustração 32 – Perspetivas de alçados laterais dos edifícios propostos por Ruy Borges a ladear a nova «avenida da Boa-esperança». Déc. 1950 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_02.



Planta 34 – Planta parcelar dos edifícios a expropriar para demolição, no âmbito de um projeto apresentado pelo eng. Joaquim Júnior, em janeiro de 1958. Preconizava-se a abertura de nova avenida a ligar a esplanada atlântica com o vale a norte. AMS|FCMS/L/B/09/Cx_06.



Planta 35 – Proposta em planta geral do traçado final da nova avenida no espaço urbano, na qual se privilegiava a sua ligação até à esplanada atlântica. 1958 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_06.



Planta 36 – Planta parcelar com planimetria da nova avenida, associado ao projeto apresentado pelo eng. Joaquim Júnior em janeiro de 1958. Esta estava conforme o plano de urbanização da vila, ao subir o vale rumo a norte, por sobre o traçado do ribeiro da Misericórdia. AMS|FCMS/L/B/09/Cx_06.



Planta 37 – Proposta associada ao projeto do eng. Joaquim Júnior, com o esquema dos trabalhos associados à abertura da nova avenida. Disposta ao longo do vale e por sobre a ribeira da Misericórdia, no extremo setentrional contornava o vale em direção à estrada nacional. 1958 | AMS|FCMS/L/B/09/Cx_06.

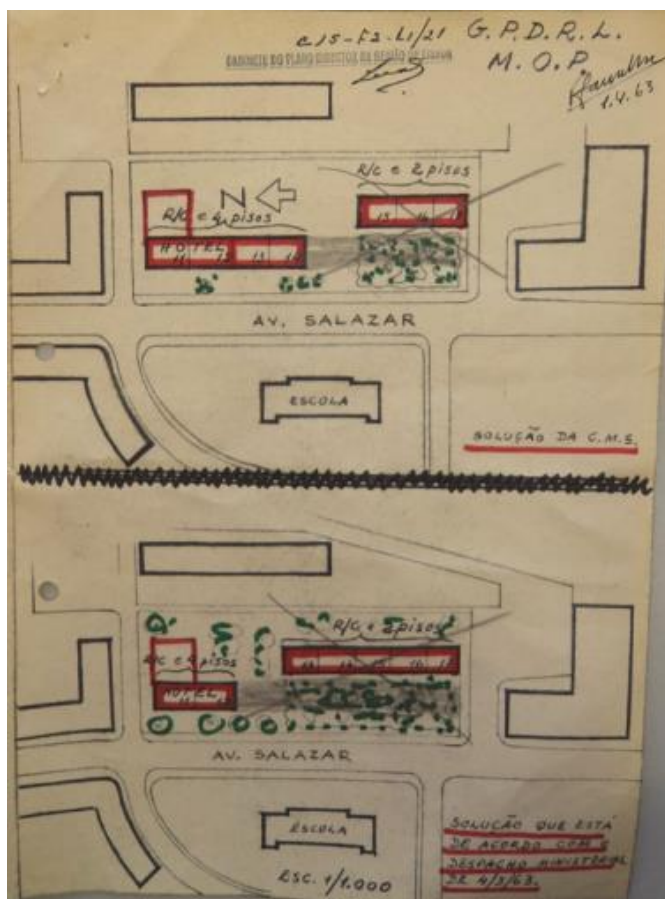


Ilustração 33 – Esquízo com anotações elaboradas pelos serviços do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa do MOP, de abril de 1963, quanto às soluções para construção na nova avenida (avenida Salazar). AMS|FCMS/L/B/10/Cx_04.



Planta 38 – Planta com o plano de situação do arranjo da avenida Salazar. Proposta do construtor Virgílio Lopes da Sociedade de Construções ERG, Lda., de inícios da década de 1960, quanto à organização e construção de novos edifícios e consequentes utilizações em torno da avenida central. AMS|FCMS/L/B/11/Cx_01.



Planta 39 – Planta geral do estudo imobiliário, com plano de urbanização turística no vale poente. Prevê no aldeamento várias valências urbanas, de edifícios públicos a espaços comerciais, hotel e pousada, igreja e áreas arbóreas. 1962 | AMS | FCMS/L/B/11/Cx_03.

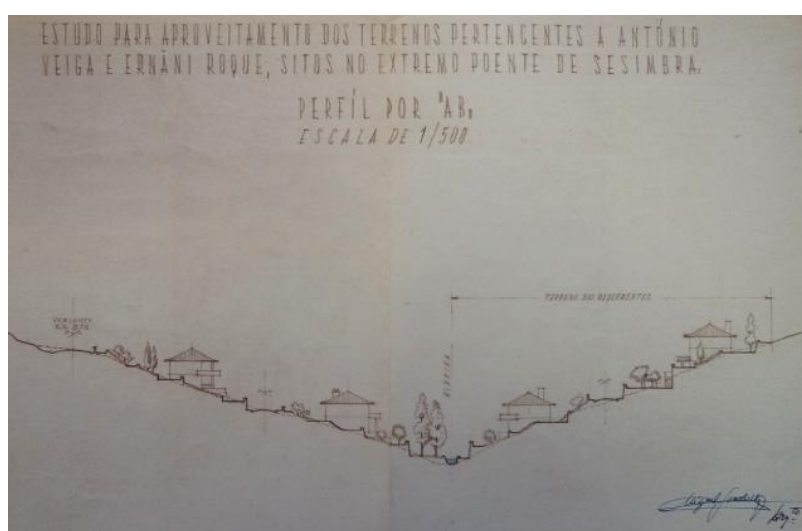
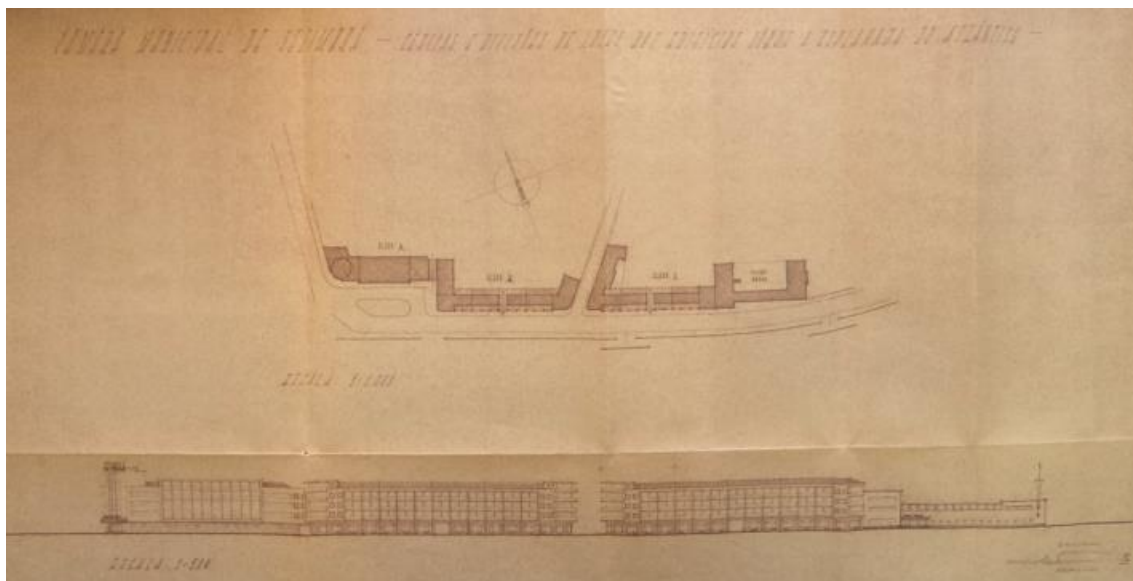


Ilustração 34 – Perfil com a implantação do projeto no vale, e sua associação ao ribeiro, com disposição em socacos ao longo das encostas. 1962 | AMS | FCMS/ L/B/11/Cx_03.



Planta 40 – Plano de arranjo no extremo da marginal nascente. Projeção de blocos de apartamentos, hotel e apart-hotel de vocação turística, datado de outubro de 1967. AMS| FCMS/L/B/10/Cx_06.



Planta 41 – Proposta de projeto para intervenção na marginal de Sesimbra, datado de abril de 1956. Da autoria do arqt. António Lino, apresenta perspetiva focada nas cérceas e divisões dos lotes dos edifícios a construir na esplanada do Atlântico, com identificação do espaço físico e da imposição em altura do novo edificado projetado. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.

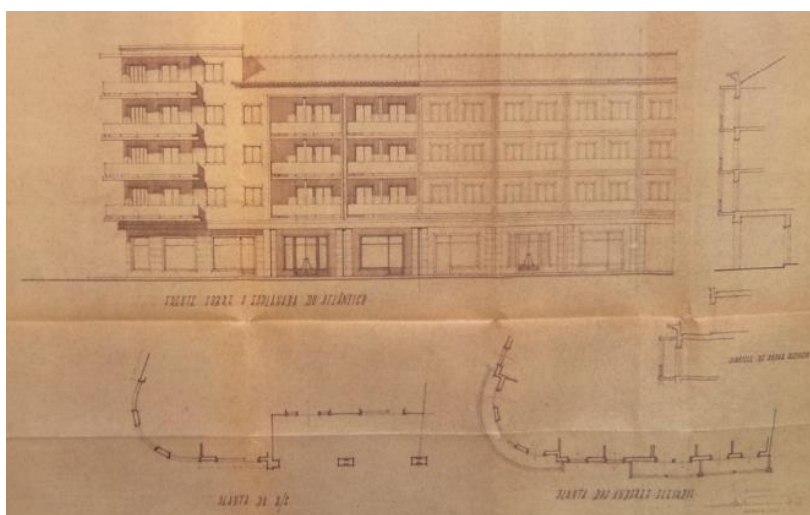


Ilustração 35 – Fachada principal para novos edifícios na marginal. Proposta associada ao projeto do arqt. António Lino. 1956 | AMS | FCMS/L/B/ 10/Cx_03.



Planta 42 – Planta de implantação do projeto de prolongamento e arranjo da esplanada do Atlântico ao longo de todo o seu extremo a nascente, datado de março de 1978. Focado na atratividade turística, enquadrava novos equipamentos como cafés, restaurantes e lojas a instalações hoteleiras, desportivas e recreativas. AMS|FCMS/L/B/10/Cx_03.



Foto 139 – Fase de construção de novos prédios e moradias no extremo norte da avenida Salazar (avenida da Liberdade), na transição de 1960-1970. AMS|EFHAM.B.C. 08. 02.foto 1.



Foto 140 – Nas décadas de 1960 e 1970, a expansão alcançou-se com a construção de novos prédios ao longo do vale, quer para a crescente população residente quer como segunda habitação para veraneantes. MS|FF.12. 05.01.foto 1.



Foto 141 – Nas mesmas décadas, os novos edifícios que surgiam na marginal eram reflexo do turismo e do fenómeno da segunda habitação. Déc. 1970 | AMS | EFHAM. B. C. 08. 02. foto 4.



Foto 142 – Trabalhos de pavimento e calçada na extensão da avenida marginal atlântica para nascente, na transição das décadas de 1960-1970. AMS|EFHAM.B.C. 02.foto 19.



Foto 143 – Construção do edifício Atlântico no extremo leste da avenida marginal, com apartamentos e lojas comerciais. S.d (déc. 1970) | AMS|EFHAM.B. C.08.02.foto 2.



Foto 144 – Perspetiva da vila vista de mar na década de 1980, onde os empreendimentos marcam a frente atlântica. AMS|EFHAM. D.B.03.foto 1.



Planta 43 – Planta da intervenção de requalificação urbana, zona A, da operação cofinanciada no âmbito do URBCOM, entre 2007 e 2008. Ferreira, 2010a: 59.



Planta 44 – Planta da intervenção de requalificação urbana, zona B, da operação cofinanciada no âmbito do URBCOM, entre 2007 e 2008. Ferreira, 2010a: 59.



Planta 45 – Planta da intervenção de requalificação urbana, zona C, da operação cofinanciada no âmbito do URBCOM, entre 2007 e 2008. Ferreira, 2010a: 59.

Tabela 2 – Quadro financeiro referente à execução das operações do «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra». Intervenção no âmbito do QREN 2007-2013, em que a identificação dos investimentos realizados foi elaborada com base nos dados disponibilizados na plataforma do PORL <www.porlisboa.qren.pt>.

Operação	Total Financiamento	Elegível Aprovado	Fundo Executado	% Fundo	Contrapartida Nacional	% Nacional
Município						
Recuperação da Fortaleza de Santiago - Museu do Mar	1.454.125,80	1.454.125,80	1.060.493,95	72,93%	393.631,85	27,07%
Recuperação do Edifício Casa do Bispo.	324.143,73	324.143,72	210.693,42	65,00%	113.450,30	35,00%
Requalificação Urbana do Núcleo Antigo de Sesimbra	648.004,83	648.004,82	421.203,13	65,00%	226.801,69	35,00%
Recuperação do Edifício da Rua Dr. Anibal Esmeriz	162.093,60	156.482,25	101.713,46	65,00%	54.768,79	35,00%
Requalificação da Marginal de Sesimbra	2.178.012,37	2.178.012,37	1.398.066,14	64,19%	779.946,23	35,81%
Farinha Torrada de Sesimbra	1.997,11	1.728,31	1.123,40	65,00%	604,91	35,00%
Cais de Embarque da Praia do Ouro	158.682,01	158.682,00	103.143,30	65,00%	55.538,70	35,00%
Publicações	33.810,02	33.810,02	21.976,51	65,00%	11.833,51	35,00%
Sesimbra Criativa – Dinamização de actividades de economia criativa	Rescindida	---	---	---	---	---
Programa de investigação arqueológica.	28.011,16	28.011,15	18.207,25	65,00%	9.803,90	35,00%
Animação	91.170,68	87.055,52	69.644,42	80,00%	17.411,10	20,00%
Parcerias Locais						
Obras na Sociedade Musical Sesimbrense	Desistida	---	---	---	---	---
Obras na sede do Clube Naval de Sesimbra	49.843,68	49.843,68	32.398,39	65,00%	17.445,29	35,00%
Obras no Clube Sesimbrense	12.870,00	10.300,00	6.695,00	65,00%	3.605,00	35,00%
Total	5.142.764,99	5.130.199,64	3.445.358,37	66,84%	1.684.841,27	33,16%

Tabela 3 – Quadro com a realização cronológica das operações do «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra». Intervenção no âmbito do QREN 2007-2013, em que a identificação dos calendários temporários foi elaborada com base nos dados disponibilizados na plataforma do PORL <www.porlisboa.qren.pt>.

Operação	Execução Temporal	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Município							
Recuperação da Fortaleza de Santiago - Museu do Mar	24/01/2011 a 13/06/2014						
Recuperação do Edifício Casa do Bispo.	03/09/2009 a 06/12/2012						
Requalificação Urbana do Núcleo Antigo de Sesimbra	01/07/2010 a 29/07/2013						
Recuperação do Edifício da Rua Dr. Anibal Esmeriz	03/09/2009 a 03/09/2013						
Requalificação da Marginal de Sesimbra	01/10/2009 a 30/09/2013						
Farinha Torrada de Sesimbra	19/05/2010 a 19/05/2012						
Cais de Embarque da Praia do Ouro	12/05/2010 a 06/12/2011						
Publicações	20/08/2009 a 09/08/2010						
Sesimbra Criativa – Dinamização de actividades de economia criativa	Rescindida						
Programa de investigação arqueológica.	28/02/2011 a 01/01/2013						
Animação	18/06/2009 a 31/08/2012						
Parcerias Locais							
Obras na Sociedade Musical Sesimbrense	Desistida						
Obras na sede do Clube Naval de Sesimbra	01/03/2010 a 31/12/2012						
Obras no Clube Sesimbrense	16/12/2010 a 16/06/2012						
Total	18/06/2009 a 13/06/2014						

Gráfico 2 – Gráfico de barras com a execução das operações do «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra». Gráfico elaborado com base nos dados tratados na Tabela 2.

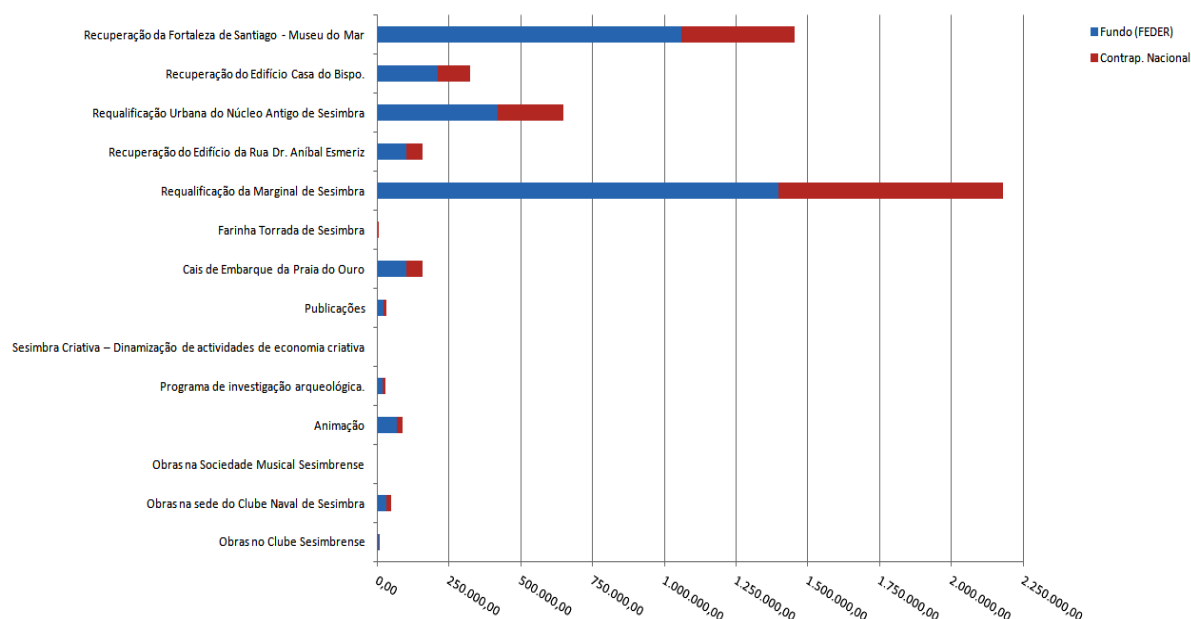


Gráfico 3 – Gráfico circular com a relação percentual de execução do PIVFMS de acordo com a definição das tipologias de intervenção concretizadas.

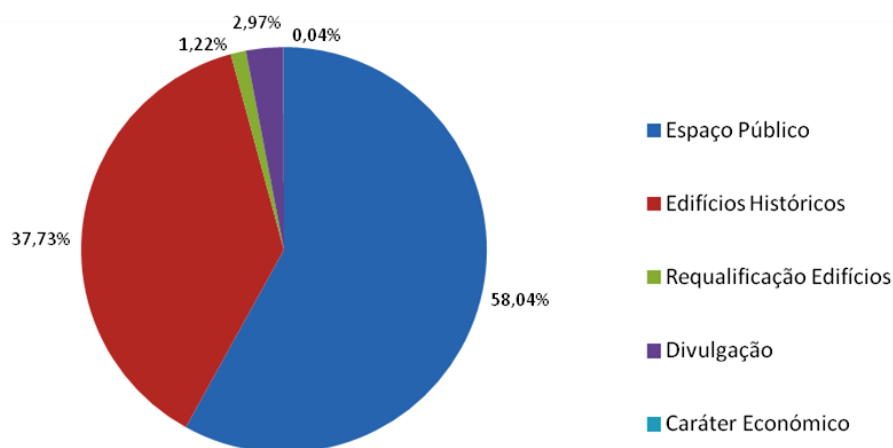


Gráfico 4 – Gráfico de barras com o financiamento do Fundo (FEDER) e da Contrapartida Nacional face às tipologias de intervenção.

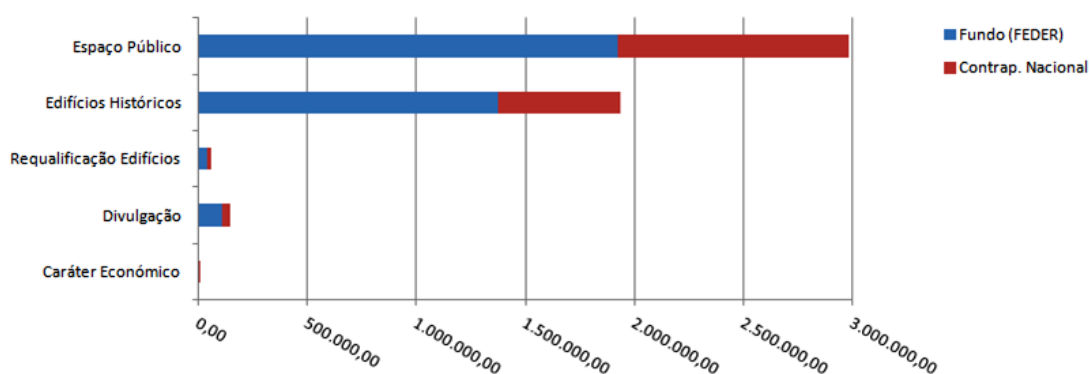




Foto 145 – A vila guarda primevos edifícios históricos, os mais antigos ainda do século XV, caso da capela de São Sebastião, com detalhes arquitetónicos ainda perduráveis. 2015.



Foto 146 – Da mesma época surge a capela do Espírito Santo dos Mareantes, com característica fachada ondeada. 2015.



Foto 147 – Tal como a posterior igreja da Misericórdia, do século XVI, mas que mantém a sua frontaria primeva. 2015.



Foto 148 – Estes ancestrais recortes de fachadas ondeadas ainda se perpetuam em edifícios residenciais. 2013.



Foto 149 – Alguns desses edifícios recuperados e que mantiveram esse traço. 2015.



Foto 150 – Outros imóveis conservados também lograram manter essa identidade de frontaria. 2015.



Foto 151 – A segunda metade do século XX evidenciou a dicotomia urbana, caso das habitações precárias de gente pobre, no extremo nascente da vila. S.d (déc. 1960) | AMS|EFHAM.D.G.03.03. foto 2.



Foto 152 – Igual visão nos exíguos edifícios habitacionais e *lojas de companhia*, no núcleo urbano mais central. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM. D. G. 02. foto 5.



Foto 153 – O ocaso das *armações à valenciana* deixou devolutos antigos edifícios na marginal, o que nas décadas de 1970 e 1980 influenciou a expansão urbanita da vila. S.d (déc. 1970) | AMS| FF.21.03.01.foto 1.



Foto 154 – O surto industrial na transição dos séculos XIX-XX impôs novas habitações padronizadas em simetria, como as residências para os funcionários das fábricas conserveiras, estas perto da fábrica *Francesa*. 2015.



Foto 155 – Este complexo residencial encontra-se próximo de onde esteve localizada a fábrica conserveira *Nacional*. 2015.



Foto 156 – Este outro edifício encontra-se também contíguo à localização da antiga fábrica conserveira *Nacional*. 2015.



Foto 157 – Dos testemunhos dos bairros para pescadores e para “gente pobre” da década de 1950, estes lograram persistir até há poucos anos. 2013 | Joaquim Ferreira.



Foto 158 – Em momento mais recente, os edifícios de piso térreo e os de primeiro andar, foram na sua maioria demolidos. 2015.



Foto 159 – A substituir essa habitação social demolida, no momento, foi o espaço ocupado como área de parque automóvel. 2015.



Foto 160 – O largo dos Valentos (largo da Marinha), principal recinto frente ao Atlântico e espaço de dialética societária. S.d (déc. 1940) | AMS|EFH AM.D.G.03.05.foto 2.



Foto 161 – Era este o principal ponto de chegada dos autocarros com turistas e visitantes à vila. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM. D. G. 03. 05. foto 7.



Foto 162 – Era esta também a galeria onde se observava a chegada dos forasteiros que alteravam as rotinas quotidianas da póvoa. S.d (déc. 1950) | AMS| EFHAM. E. E. 02. 01. foto 4.



Foto 163 – Perspetiva da esplanada do Atlântico decorada para o evento promocional «Verão turístico». S.d (déc. 1930) | AMS|EFH AM.E.E.02.02.foto 3.



Foto 164 – O hotel Espadarte, criado no final da década de 1950 no limite da esplanada do Atlântico, *ex-libris* da estância balnear. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.C.A.03.foto 2.



Foto 165 – Espadartes capturadas em evento de *big game fishing*, expostas frente ao Hotel Espadarte, na década de 1960. AMS| EFHAM. E. E. 01. 01. foto 2.



Foto 166 – Ocasional prova desportiva de motociclismo realizada nas ruas da vila, frente ao mar. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM. E. B. 06. foto 1.



Foto 167 – A atratividade turística na década de 1960 levou à criação de novos estabelecimentos comerciais, destinados a turistas e visitantes. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM. C. A. 01. foto 2.



Foto 168 – Momento festivo com a equipe italiana, vencedora do concurso internacional de pesca submarina ocorrido em Sesimbra no ano de 1958. AMS| EFHAM.E.C.05.foto 4.



Foto 169 – Empreitada para construção do novo mercado municipal, na década de 1970. AMS|EFHAM.B.C. 07.foto 4.



Foto 170 – Trabalhos de alcatroamento nas ruas da vila realizados na década de 1980, para facilitar a circulação automóvel. AMS|FF.12. 07.01.foto 1.



Foto 171 – Criação de parques infantis nas décadas de 1970-1980, como este no largo do Calvário, a nascente, face ao crescimento demográfico dessas décadas. AMS | FF. 12. 02.05.foto 1.



Foto 172 – No quotidiano persistem ainda aspetos ancestrais da génese marítima da póvoa, caso dos estendais onde se seca o peixe. 2012.



Foto 173 – Também a adaptabilidade do comércio local permanece, como durante as obras de requalificação urbana de 2008.



Foto 174 – Tal como evidenciou a própria comunidade nessa mesma época, na permanente utilização dos seus espaços de encontro. 2007.



Foto 175 – O memorial espaço da loja de companhia, onde se reuniam os pescadores para preparar a faina. S.d (déc. 1960) | AMS | EFHAM.G.A.01.foto 38.



Foto 176 – Nas décadas de 1980 e 1990, as lojas de companhia ainda eram fundamentais no quotidiano urbano. Déc. 1980 | AMS | EFHAM. C. C. 01. foto 14.



Foto 177 – Em muitas das lojas de companhia, a quantidade de funções e de homens obrigava a que o trabalho passa-se também da loja para a rua. Déc. 1990 | AMS | FDCI.01.02.03.foto 2.



Foto 178 – A venda de peixe no areal, a lota, realizada a poente da fortaleza de Santiago. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.C.B.01.foto 13.



Foto 179 – Realização da lota no areal durante o período da noite. S.d (déc. 1950) | AMS | EFHAM.C.B.01.foto 27.



Foto 180 – Iniciativa de reconstituição da antiga lota noturna no areal, realizada no início da década de 1990. AMS| FF.GF.01.02.04.foto 1.



Foto 181 – Quotidiano da vila nos inícios do século XX, com o chafariz no paço do concelho e o primevo pelourinho. S.d (déc. 1910) | AMS|EFHAM.D. E.01.foto 3.



Foto 182 – Imagem do largo do Município na década de 1930, sem o pelourinho substituído pelo chafariz da época republicana. Bernardo, 1941: 48-49.



Foto 183 – Reprodução em madeira do pelourinho criada para a consulta pública realizada em 1988, com o fim da sua reedificação *in loco*. AMS | EFHAM. D. E. 01. foto 2.

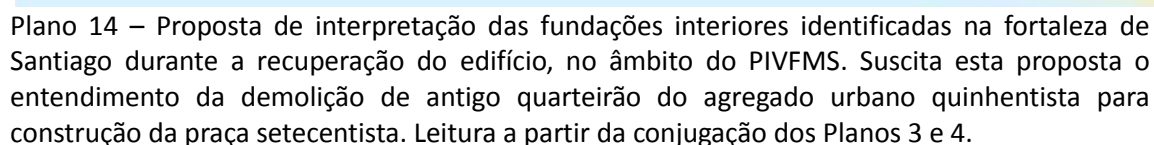
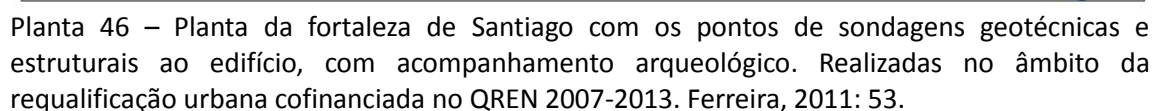




Foto 184 – Os recentes trabalhos arqueológicos tem contribuído para valorizar o legado patrimonial urbano, como o núcleo de *cetárias*, na frente marítima. 2008.



Foto 185 – Os vestígios de fundações no interior da fortaleza, que induzem a hipótese de testemunho do primevo contexto urbano quinhentista. 2014.



Foto 186 – O estudo da vala comum de enterramento situada no lugar de Vila Pinto, relembrou o trágico surto epidémico de 1857. 2001.



Foto 187 – Alguns testemunhos do antigo sistema de saneamento de inícios do século XX, acabaram porém por ser debelados. 2008.



Foto 188 – Noutros casos dentro de imóveis, caso de antiga calçada nas fundações do edifício que acolhe a «Galeria em Projeto», em que o registo foi ocultado. 2014.



Foto 189 – E outros testemunhos, como este lajeado no largo de Bombaldes, foram incorporados na estrutura do novo edifício construído. 2014.



Foto 190 – Registo da orientação dos monumentos na estruturação urbana, caso do busto ao Prof. Joaquim Marques Pólvara, de 1925, no jardim público. 2013.



Foto 191 – O monumento de homenagem ao corpo de bombeiros, inaugurado em 2003 no centenário da corporação. 2014.



Foto 192 – O recente monumento aos Combatentes, envolto num ambiente provisório suscitado por variações que tem pautado o espaço público. 2014.



Foto 193 – O carater filiado do monumento, aqui, dedicado aos pescadores, trabalho de arte pública de 1982 e marco iconológico da identidade local. 2014.



Foto 194 – O monumento ao 25 de Abril, datado de 1985, é outro exemplo da afirmação política no espaço urbano, aqui na entrada principal de Sesimbra. 2014.



Foto 195 – O pelourinho, coeva reintegração de 1988 do primevo elemento destruído em 1914. 2015.

Parte II. Sesimbra, um olhar à luz da Estratégia 2020

Capítulo 5. Paradigmas de abordagem

5.1. A eleição do património urbano na cidade europeia

Na atualidade as cidades europeias apresentam qualidades culturais e arquitetónicas únicas, demonstração da capacidade de inclusão social e de oportunidades para o fomento económico, porquanto centros de conhecimento e fontes de inovação. No entanto, nestas também emergem problemas demográficos, desigualdade social e conflitos ambientais com reflexos negativos numa ótica sustentável de progresso inclusivo e de crescimento económico, como preconizada na Estratégia de Lisboa⁴³⁶, o que requer, no imediato, o equilíbrio societário, a preservação da diversidade cultural e a fixação de padrões qualitativos no planeamento urbano.

Esta perceção motivou na União Europeia a elaboração de declarações reflexivas quanto aos futuros mecanismos de intervenção temáticos⁴³⁷ e, de conselhos informais de ministros, saíram documentos programáticos como o programa de ação para assuntos urbanos (Lille, 2000), o acervo urbano para a coesão territorial (Roterdão, 2004), o acordo para comunidades sustentáveis (Bristol, 2005), a carta sobre a sustentabilidade das cidades europeias (Leipzig, 2007), ou a declaração para um panorama de referência sobre cidades sustentáveis (Marselha, 2008). De igual modo foram adotados pelo Conselho Europeu visões mais estruturantes, como a «Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE» (2006) e a «Estratégia Europa 2020» (2010), a que se associam outros textos doutrinários como a «Agenda Territorial da UE - Rumo a uma Europa mais competitiva e sustentável de diversas regiões» (2007) ou o «Livro Verde sobre a Coesão Territorial: Transformar a diversidade territorial numa força» (2008).

No planeamento urbano quanto ao ponto de vista arquitetónico e cultural, as cidades e o seu património são elementos-chave enquanto repositórios da riqueza histórica da Europa, a qual se assume cada vez mais como um “museu do mundo”⁴³⁸. As atuais prioridades de preservação do património, especialmente o arquitetónico e a *cultura arquitetural*⁴³⁹, são assumidas como forma de preservar a memória coletiva do modelo

⁴³⁶ Adotada no Conselho Europeu realizado em março de 2000 na cidade de Lisboa (Portugal), e que marcou a convergência das políticas comunitárias para uma futura economia baseada no conhecimento e na competitividade como potenciais de crescimento económico, emprego e de coesão social.

⁴³⁷ EU, 2010: II.

⁴³⁸ António Pimentel *in* AAVV, 2013b.

⁴³⁹ EU, 2010: 4. Na sua origem com a designação de *Baukultur*.

de cidade europeia que, além da proteção do ponto de vista edificado, requer garantias da sua atratividade face ao mundo contemporâneo. Nesta perspetiva, emerge o conceito expresso pela União para a definição de um desenvolvimento urbano sustentável integrado, pois as cidades e as suas regiões metropolitanas enquanto “dínamos da economia europeia”, são nos dias de hoje espaços privilegiados para a criatividade e a inovação, ao acolherem cerca da 68 % da população europeia e ao gerarem aproximadamente 67 % do PIB comunitário⁴⁴⁰.

O contexto europeu revê nessas cidades recintos de expetativas e de desafios onde a evolução demográfica, a estabilidade social, o risco da imobilidade económica, a manifestação criativa das gerações jovens, as potenciais alterações climáticas ou a renovação da culturalidade, são rotas para o desenvolvimento integrado e sustentável.

A experiência acumulada pela Comissão em anteriores estratégias, identificou que as regiões careceram de uma perspetiva transregional muito além dos sistemas económicos considerados de forma isolada, em que não se promovia a sintonia entre o tecido industrial e económico da região, com reflexo no excessivo envolvimento do setor público, e carecia análise aos ativos regionais, o que suscitava propostas de ação duplicadas a partir de outras regiões com melhor desempenho, porém sem atender às especificidades locais. Para alterar esta perspetiva, a elaboração de uma visão global para o futuro da região assume-se como passo fundamental, o que torna a visão 2020 um projeto igualitário e partilhado, convincente e realista face ao potencial de crescimento apenso a um rumo a assumir, suscitado pelo seu posicionamento territorial.

Como projeto eminentemente político, o seu valor reside não na obtenção de validação na fase de conceção ou na fase de implementação, mas sobretudo, na sua concretização como estratégia local, pois “a principal qualidade de uma Visão é o seu poder de mobilização: deve atrair atores regionais em torno de um projeto comum, um sonho, que muitos sentem que podem contribuir e beneficiar”⁴⁴¹. Com a declaração de Marselha⁴⁴² surgiu a necessidade de se apoiar o desenvolvimento urbano sustentável

⁴⁴⁰ CE, 2011:2.

⁴⁴¹ CE, 2012: 45. *The main quality of a Vision is its mobilising power: it should attract regional stakeholders around a common bold project, a dream, which many feel they can contribute to and benefit from.*

⁴⁴² Adotados na Reunião Informal dos Ministros da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Regional, e Política de Coesão, realizada em novembro de 2008 em Marselha (França), dedicada ao quadro de referência sobre cidades sustentáveis.

numa abordagem integrada, consubstanciação dos princípios da carta de Leipzig⁴⁴³ na constância da realização a nível local, o que consentiu um protótipo para o Quadro Europeu de Referência para Cidades Sustentáveis, estabelecido em 2009-2010, instrumento operacional específico para as cidades de média e pequena dimensão⁴⁴⁴.

Mercê da necessidade de se consolidar uma agenda urbana europeia para o futuro, defende-se o reforço da dimensão urbana na política de coesão, onde as cidades surgem como fontes de valia para alcançar os objetivos *Europa 2020*, propósito que a declaração de Toledo⁴⁴⁵ consubstancia no contexto da regeneração urbana integrada, relevante potencial estratégico para um desenvolvimento urbano mais inteligente, apostado no conhecimento e na inovação, mais sustentável pela maior eficiência de recursos como fator competitivo, e socialmente inclusivo como promotor da empregabilidade e da coesão social⁴⁴⁶. Neste encadeamento a União Europeia estabeleceu cinco objetivos centrais, afetos aos domínios do emprego, da inovação, do clima/energia, da educação e da inclusão social, e assumidos até 2020 por cada um dos Estados-Membros através das suas políticas nacionais⁴⁴⁷, consideradas estas como impulsos para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Mas em si, o que representam estas três principais vias para o crescimento?

O *crescimento inteligente*⁴⁴⁸ representa o primeiro pilar, associado à ampliação da competitividade da União através de melhores performances na área da educação e da aprendizagem, na atualização de competências de investigação e da inovação com novos produtos e serviços, apoio ao emprego e envolvimento na sociedade digital através das tecnologias de informação e comunicação. O *crescimento sustentável*⁴⁴⁹ procura tornar a Europa uma das economias mais verdes do mundo, com sistemas produtivos de baixo carbono e uso sustentável dos recursos, protetora do meio ambiente pela aposta na redução das emissões, contributo para as escolhas dos consumidores e para vantagem competitiva das PME no reforço da liderança europeia nas tecnologias verdes e em redes de eficiência. O *crescimento inclusivo*⁴⁵⁰ reflete-se no aumento das

⁴⁴³ Adotada na Reunião Informal dos Ministros do Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial, realizada em maio de 2007 em Leipzig (Alemanha) sobre cidades europeias sustentáveis.

⁴⁴⁴ EU, 2010: V.

⁴⁴⁵ Adotada na XVIII Reunião Informal dos Ministros da Habitação e Desenvolvimento Urbano, realizada em junho de 2010 em Toledo (Espanha), sobre a renovação do parque habitacional.

⁴⁴⁶ EU, 2010: 1.

⁴⁴⁷ EU, 2012: 10.

⁴⁴⁸ EU, 2012: 27-28.

⁴⁴⁹ EU, 2012, 35.

⁴⁵⁰ EU, 2012: 46.

taxas de empregabilidade com mais e melhores empregos, ao privilegiar a inclusão das mulheres, dos jovens e dos trabalhadores séniores, contributos para ajudar os cidadãos a antecipar e a gerir a mudança através do investimento nas competências e na formação, a par da modernização dos mercados laborais e dos sistemas sociais.

A Estratégia Europa 2020 requer que todos os Estados-Membros preparem o seu próprio Programa Nacional de Reformas (PNR), documento análogo ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) mas, direcionado às políticas estruturais de resposta socioeconómica nas áreas da estabilidade financeira, equilíbrio e competitividade, emprego, proteção social e inclusão.

Pretende-se que o PNR sustente uma estrutura de coordenação governativa multinível, em que as regiões e as cidades estão comprometidas na amplitude de valorização territorial nacional e europeia. Nesta conjunção, a carta de Leipzig surge como um compromisso político em torno dos princípios e das estratégias para o desenvolvimento da sustentabilidade das cidades europeias, premissa para valorizar instrumentos de desenvolvimento urbano integrados, enquanto contributos para ponderar as estruturas de gestão associadas a uma organização territorial equilibrada, focada numa estrutura urbana policêntrica. A promoção deste crescimento urbano sustentável assenta no desenvolvimento de instrumentos integrados, associados a políticas de múltiplos níveis para consecução das estratégias urbanas face aos desafios que as cidades europeias enfrentam no futuro.

As propostas da Comissão para a Política de Coesão 2014-2020, pretendem assim fomentar políticas urbanas associadas à rota do crescimento integrado como fator capital para o fortalecimento da missão da cidade⁴⁵¹. Para alcançar tais metas, preconizam-se planos de investimento em que os fundos financeiros de apoio vão incentivar o desenvolvimento sustentável face aos repto económicos, ambientais, climáticos e sociais das cidades, nas quais, se concentram recursos de resposta face aos diferentes desafios, sejam globais sejam locais, e onde os fundos concedidos vão favorecer áreas urbanas alinhadas com os objetivos da Estratégia 2020.

No novo período 2014-2020, os fundos de investimento a alocar pelo orçamento Comunitário, em plena sintonia com as metas da Estratégia Europa 2020, são dispostos por cinco instrumentos de financiamento, os Fundos Europeus Estruturais e de

⁴⁵¹ CE, 2011: 2.

Investimento (FEEI) que para Portugal, no novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020, consideram uma dotação global acima de 25 mil e 900 milhões de euros⁴⁵².

Os FEEI consideram o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), destinado à inovação e investigação, promoção da agenda digital e apoio às pequenas e médias empresas como premissa para uma economia de baixa emissão de carbono e no desenvolvimento urbano sustentável. O Fundo Social Europeu (FSE), orientado para o emprego e a mobilidade laboral, inclusão social e combate à pobreza com investimento na educação, qualificação e aprendizagem ao longo da vida, contributos para a capacitação e eficiência da administração pública. O Fundo de Coesão (FdC), dirigido às redes de transportes, ao ambiente nas componentes de energia e de mobilidade com benefícios ambientais e de eficiência energética, energias renováveis, transportes ferroviários, intermodalidade e transportes públicos.⁴⁵³

Em complemento, surge o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), fomento à inovação nos setores agrícola e florestal, a competitividade e a viabilidade das explorações, as cadeias alimentares e gestão de riscos climáticos, de modo a preservar os ecossistemas e promover a eficiência de recursos de baixo carbono, promotora da inclusão social e do desenvolvimento económico das zonas rurais. O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), promotor da competitividade da pesca e da aquicultura, consolida a política marítima integrada em complemento à política de coesão, para um desenvolvimento equilibrado e inclusivo das zonas de pesca consonantes com a Política Comum das Pescas⁴⁵⁴.

O Acordo de Parceria, subscrito entre Portugal e a Comissão Europeia, o «Portugal 2020», adota no contexto nacional os princípios da Estratégia Europa 2020 para o crescimento integrado, com a definição das prioridades dos FEEI em quatro domínios temáticos, a competitividade e internacionalização, a inclusão social e emprego, o capital humano, a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, a que acrescem dois domínios transversais, a reforma da administração pública e a territorialização das intervenções. Neste círculo europeu, as cidades portuguesas são pois convocadas a integrar uma dimensão urbana organizada em torno das grandes metrópoles, contextualizada na história europeia e arquétipos de construção da identidade, alinhados na estratégia das Cidades Sustentáveis 2020, contributo para a estruturação urbana do

⁴⁵² SEDR, 2014: 152.

⁴⁵³ O FEDER aloca 10.773.000.000,00 €, o FSE aloca 7.547.000.000,00 € e o FC aloca 2.862.000.000,00 €. Acresce a *Iniciativa Jovem* 160.800.000,00 € e a *Cooperação Territorial Europeia* 129.000.000,00 €.

⁴⁵⁴ O FEADER aloca 4.058.000.000,00 € e o FEAMP aloca 392.000.000,00 €.

território e para a qualificação da vida das populações, apostadas na inteligência e competitividade, na sustentabilidade e eficiência, na inclusão e capital humano, na territorialização e governança.

Os Estados-Membros usufruem assim de apoios destinados ao emprego e à educação, à inclusão social e à capacidade institucional, com a projeção de programas sustentáveis no futuro, em que promover estratégias urbanas inovadoras e fomentar novas soluções para o desenvolvimento urbano sustentável, são dimensões básicas da iniciativa do FEDER, o qual aloca fundos para programas de desenvolvimento urbano sustentável. Esta programação, num mínimo de 5 % do FEDER para cada Estado-Membro⁴⁵⁵, dirige-se a novos mecanismos de execução como os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), onde a governação é delegada às cidades, às instituições e às comunidades locais.

Os desafios da Europa 2020 são assim colocados não só aos Estados-Membros, mas também às Regiões. Exige-se o envolvimento direto de todos os seus atores na conceção, implementação e avaliação da estratégia a seguir, meta que em Lisboa foi adotada no «Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020» (PAR Lisboa 2020) e na estratégia de «Especialização Inteligente da Região de Lisboa 2014-2020» (RIS³ / EI Lisboa 2020), os documentos de base à execução do Portugal 2020 na grande Lisboa.

Foram aí nomeados como domínios prioritários, o turismo e hospitalidade, a mobilidade e transportes, os meios criativos e indústrias culturais, a investigação, tecnologias e serviços saúde, a prospeção e valorização de recursos marinhos, metas numa região em que o património natural e cultural são aspetos valorizáveis porquanto elementos de promoção internacional, em que a concentração e a qualificação dos recursos humanos, lhe confere um singular “ambiente criativo”⁴⁵⁶.

A competitividade do território regional passa pela aposta na regeneração urbana, com a reabilitação dos espaços desqualificados e revitalização das comunidades debilitadas, atrativos para incentivos produtivos e dinâmicas de lazer na afirmação internacional da região. Por esta composição, a cultura e a criatividade urbana são elementos fundamentais, promotores de inovação económica e geradores de conhecimento, dimensionados para criar ambientes criativos e atrativos à fixação de pessoas e de empresas, promotoras da especialização e de valor diferenciador.

⁴⁵⁵ CE, 2011: 3.

⁴⁵⁶ CCDRLVT, 2013: 20.

Com base no PAR Lisboa e na EI Lisboa 2020 foi constituído o «Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020» (PORL 2020), o qual almeja as metas do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, documento estratégico para a coesão económica, social e territorial, que capacita Lisboa como região competitiva e cosmopolita, coesa e conectada como capital euro-atlântica. No PORL 2020⁴⁵⁷, os investimentos são direcionados à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, à inovação e competitividade empresarial, para a eficiência energética e promoção do património natural e cultural, para a sustentabilidade e qualidade do emprego, a inclusão social, a educação e a formação de competências e, para o desenvolvimento urbano sustentável. Sob este enquadramento surgem as Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (AIDT), instrumentos essenciais no modelo de crescimento com um financiamento de base territorial, escala que permite assegurar a coesão, através de um modelo operacional de dimensão sub-regional em que se destacam as abordagens estratégicas de ITI e AIDUS, mas também de DLBC.

Os Investimentos Territoriais Integrados concretizam-se através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), documentos de parceria entre parceiros públicos, privados e associativos, numa base territorialmente integrada para investimentos destinados à utilização de recursos e valorização da sustentabilidade territorial dos municípios, consideradas as metas de cofinanciamento multifundo que envolvem os FEEL.

As Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável correspondem à concretização dos ITI e dos PDCT nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, são propostas instrumentais destinadas à prossecução dos objetivos temáticos e prioridades de investimento face às particularidades dos territórios metropolitanos. Pretende-se dinamizar o crescimento e o emprego, a competitividade e a inovação, a sustentabilidade e promoção da qualidade de vida, assentes numa estrutura de operações específicas de desenvolvimento segundo a estrutura dos ITI, de vocação urbana.

No caso do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, pretende-se promover em territórios específicos menores a concertação entre parceiros, focados no empreendedorismo, mediante diferentes níveis de atuação em resposta aos elevados níveis de desemprego e crescentes índices de pobreza, ao assumir como prioritária a

⁴⁵⁷ No total, está alocado ao PORL 2020 um montante de 833.334.547,00 € repartido entre FEDER E FSE, pelo qual se espera associar uma comparticipação nacional de 1.020.546.177,00 €, permitindo gerar na região de Lisboa investimentos na ordem global dos 1.853.880.724,00 €.

dinamização da economia local, através da revitalização e diversificação de mercados, e do estímulo à inovação social em territórios desfavorecidos e comunidades fragilizadas de génese.

No seu todo, o desafio baseia-se na implementação de ferramentas de ação melhoradas a partir dos planos de ITI/AIDUS e de DLBC, estratégias de realização alicerçadas na conjugação do financiamento multifundo, de distintos objetivos temáticos e de referentes eixos de prioridades, propícios a intervenções multidimensionais e de transversalidade sectorial como inovador conceito para intervir no espaço urbano. Neste enquadramento, a Área Metropolitana de Lisboa preparou o «Plano Territorial Integrado» (PTI-AML), modelo estratégico desenvolvido para reconhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), base do futuro Pacto, o qual evoluiu para a «Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020» (EIDT Lisboa 2020), instrumento de planificação com os objetivos e as intervenções à escala metropolitana.

A EIDT Lisboa 2020 estrutura-se em torno de quatro enfoques temáticos, o desenvolvimento urbano e suas estratégias de revitalização, a articulação territorial das competências municipais nos serviços públicos, a competitividade económica com os sistemas de transportes e o emprego, a inclusão social e combate ao abandono escolar. Aqui, a regeneração urbana surge como desafio territorial, destinado a animar os centros históricos sustida numa teia regional que beneficia investimentos e intervém em zonas sensíveis, caso de bairros degradados ou de territórios parcialmente infraestruturados, de modo a prover novas respostas sociais e empresariais. Em particular, a ênfase na reabilitação urbana das frentes ribeirinhas permite redimensionar os potenciais existentes, por acolher indústrias criativas ou ao atrair população jovem, de modo a valorizar a tradicional proximidade destas aos centros históricos.

Para tal, o compromisso das cidades reside na combinação de prioridades de investimento sectorial como a promoção de estratégias de redução das emissões de carbono, a melhoria do ambiente urbano e a promoção de medidas de mobilidade sustentável, o fomento à inclusão social ou o apoio à regeneração física e económica de áreas degradadas, ações incorporadas em estratégias de desenvolvimento urbano integrado. Esta conceção de intervenção encontra-se igualmente plasmada em estratégias de âmbito sub-regional, no caso de estudo focados no território da Península de Setúbal, os quais procuram aprofundar conceitos mais próximos dos territórios e das comunidades sobre as premissas da Estratégia Europa 2020 e do Portugal 2020.

Neste entrecho, e sob a premissa da valorização dos recursos humanos, dos contextos naturais e dos ativos produtivos, surge a visão proposta pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) no «Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Península de Setúbal 2014-2020», pelo qual se afirma a sub-região como plataforma de internacionalização da área metropolitana de Lisboa. Setúbal surge como território industrial, sustentado no *cluster* da mobilidade, nas indústrias mecânica, naval e de sistemas de informação, conectada à *economia do mar* e à sustentabilidade dos ambientes marinhos, promotora de atrativos turísticos e de espaços agrícolas inovadores, ativa na governação participada e mobilizadora de parcerias. São previstos como eixos estratégicos a qualificação das pessoas, o potencial de localização dos investimentos, o estímulo à iniciativa empresarial, a valorização dos recursos territoriais, a qualificação dos sistemas urbanos, das acessibilidades e ativa governação.

Outra perspectiva de abordar este mesmo território, mas na perceção de distinta leitura de ativos, surge na «Estratégia de Desenvolvimento Local para a Península de Setúbal 2014-2020» proposta pela Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal (ADREPES), na qual se designam como objetivos a promoção da qualidade de vida e apoio à competitividade empresarial, dirigidos à valorização do património ambiental e preservação da identidade cultural da Península. Como metas previstas, pretende-se valorizar a orla costeira e os recursos providos pela costa atlântica e pelos estuários do Sado e Tejo, ao nível da pesca e da biodiversidade, com apoio à *economia do mar* através da eficiência da atividade pesqueira, da aquicultura e das potencialidades turísticas, contributos para valorizar os ativos materiais do território e suas vivências comunitárias ao nível do património e da coesão do território.

No âmbito Comunitário, são incentivados os Estados-Membros a usarem os novos instrumentos financeiros para o desenvolvimento urbano sustentável, o qual de conceção mais ampla, direcionada aos objetivos temáticos e às prioridades de investimento da Estratégia 2020. Neste campo, são ainda propostas, como programas complementares, redes de Cooperação Territorial Europeia (CTE), transpostas em completivos programas de cooperação inter-regional, como o URBACT III, onde o intercâmbio e a aprendizagem propiciam oportunidades de parceria para a implementação e partilha de boas práticas para o desenvolvimento urbano.

Do ponto de vista social, as cidades concentram parte significativa da população europeia, o que as tornam lugares onde os desafios da demografia, da inclusão social, da integração de imigrantes, do desemprego, da educação, da pobreza ou da

multiculturalidade, se fazem sentir intensa e diariamente. Com base nesta perceção, um dos pontos fundamentais da ação da Comissão Europeia, como reiterado por Lowri Evans⁴⁵⁸, foca a perceção de que, “a chave para a sustentabilidade económica e social é a sustentabilidade ambiental”, uma realidade muito evidente no caso das comunidades costeiras. Na abordagem às regiões marítimas, é fundamental promover o seu desenvolvimento combinado com a sustentabilidade ecológica, ao qual, não pode ser omissa a aproximação das autoridades públicas, dos agentes privados e sociais.

Nas duas últimas décadas consolidou-se a consciência quanto à governação dos oceanos e à gestão das zonas costeiras numa perspetiva de sustentabilidade, tema que agora toma novo corpo, em Portugal, com a «Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020» (ENM 2013-2020), a qual expressa a prioridade da proteção do oceano e da sua exploração eficiente como potencial de longo prazo para o modelo de *crescimento*. Assume-se a economia do mar como compromisso de progresso, suportado no conhecimento e no uso eficiente dos recursos, na valorização do emprego e na promoção da coesão social como modelo competitivo, em que o Mar, como marco referencial na história nacional e plataforma basilar para o desenvolvimento do país, confere um traço de forte expressão cultural pelo qual se valoriza a revocação de nação marítima e tradicional porta de mares profundos de ligação à Europa.

Neste contexto surge o Programa Operacional Mar 2020 (Mar 2020), cofinanciado pelo FEAMP, que reflete no setor das pescas as metas do crescimento inteligente baseados no conhecimento, sustentável na utilização eficiente dos recursos, e inclusivo na diversificação do emprego, concurso para as metas comunitárias da Política Comum das Pescas e da Política Marítima Integrada. O desenvolvimento das zonas costeiras entende-se como mote para o *crescimento azul* e para a *economia do mar*, ao conferir prioridade às estratégias das comunidades locais para criação de oportunidades e diversificação de atividades, capazes de atrair as gerações mais jovens como igualmente de as qualificar com competências transversais.

Em paralelo, e num campo bem mais alargado, encontra-se o Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico 2014-2020 (Espaço Atlântico 2020), o qual envolve os Estados-Membros França, Irlanda, Portugal, Espanha e Reino Unido. O Espaço Atlântico 2020 define como principais metas o progresso de setores-chave da economia, através da cooperação e de modelos de intervenção avocados para robustecer

⁴⁵⁸ AAVV, 2012a: 16. *The key to economic and social sustainability was environmental sustainability.*

a capacidade de gestão de riscos e a promoção das energias renováveis, contributos para melhorar a proteção ambiental e a gestão dos recursos ecológicos, como para valorizar os ativos naturais e culturais com as comunidades locais.

Nesta ambiência, a governança consolida-se através de uma cidadania plena, participativa e socialmente sustentada, assente em princípios de abertura, participação, responsabilização, eficácia, coerência e subsidiariedade que a tornam chave de sucesso nas políticas públicas, através da alocação mais eficiente dos recursos locais, expressa no envolvimento participativo em resposta às necessidades sociais, na otimização de recursos e de esforços, ou na promoção da cooperação numa consonância inclusiva.

No centro de todas estas perspetivas programáticas Comunitárias, evidencia-se que a aplicação de qualquer destes mecanismos favoráveis à coesão territorial integrada deve ser apoiada em abordagens experimentais, ponderados os diferentes contextos dos territórios e apropriado o envolvimento de todos os agentes. Ressalta aqui a importância de uma programação flexível e continuada, não fechada por calendários mas associada a medidas de trabalho em diferentes âmbitos, suficientemente maleáveis para evoluir face às especificidades regionais e aos objetivos de cooperação territorial.

Um dos principais desígnios da Agenda Territorial 2020 elege a competitividade global das regiões através de economias locais fortes, em que o reforço da investigação, do capital humano, da capacidade de inovação e de produção de ideias como algo essencial. Aí, a integração das potencialidades locais, intrínsecas e tradicionais face à economia global, assume-se como importante para o fortalecimento de respostas capazes de reduzir a vulnerabilidade face às pressões externas, contributos para melhorar as microeconomias apoiadas no desenvolvimento de mercados e de produtos locais ou de ambientes de negócios e orientação formativa, onde a capacidade para compor comunidades coesas, é instrumento eficaz para preservar, e ao mesmo tempo reforçar, a capacidade de inovação do crescimento local.

Foram assim desenvolvidas abordagens replicativas, com base em exemplos de boas práticas europeias, em áreas como o desenvolvimento integrado e a sustentabilidade urbana, que incidiram em intervenções junto de zonas desfavorecidas ao nível da valorização ambiental, do reforço da economia local e do emprego, através de políticas de educação e formação, de modelos de transportes e plataformas modais, propostas decorrentes das bases programáticas emanadas dos encontros de Lille, de

Roterdão ou de Bristol, de modo a promover os espaços urbanos sob patamares de desenvolvimento sustentável⁴⁵⁹.

Os desafios da integração crescente das regiões europeias suscitam melhores perspectivas de conectividade, de modo a ultrapassar as tradicionais barreiras de integração a nível regional e local, propícias à subutilização de recursos e ao aumento exclusivo da sua periferia. A diversidade territorial arreiga assim desafios complexos para as comunidades locais, desde o envelhecimento demográfico ao despovoamento territorial, com repercussão na coesão social, no emprego e na habitação, na secundarização das acessibilidades, no fraco desempenho económico, na falta de oportunidades educativas e sociais ou noutras privações que tornam essa comunidade, ou parte dela, grupo vulnerável limitado aos recintos urbanos, com graves problemas não só estatísticos mas reais de integração.

A visão da Estratégia Europa 2020 sobre o futuro da cidade europeia considera quatro perspectivas quanto ao seu entendimento, “um lugar de avançado progresso social, com um elevado grau de coesão social, uma habitação socialmente equilibrada e serviços sociais, de saúde e de ‘educação para todos’; uma plataforma para a democracia, o diálogo cultural e a diversidade; um espaço de regeneração verde, ecológica ou ambiental; um espaço atrativo, motor de crescimento económico”⁴⁶⁰. Referencia-se aqui a sintomática presença da Cultura, patente na democracia, na política ou na diversidade de vivências e sua génese identitária, mas latente na caracterização da cidade que privilegia uma feição física nos princípios do progresso urbano, no crescimento económico, na organização territorial policêntrica da região metropolitana, nas acessibilidades e na qualificação ambiental dos perímetros urbanos.

A perspectiva de especialização inteligente, sustentável ou inclusiva, reside na promoção local da *visão 2020*, construída por cada região com as suas próprias forças, orientada para a definição das prioridades nas estratégias nacionais e regionais, e promotora da cooperação transfronteiriça quando apropriado⁴⁶¹.

Este crescimento exige uma forte capacidade de coesão que se estrutura na capacitação da governança, mais eficiente a diferentes níveis de relação, onde nas regiões, e sobretudo nas cidades, o envolvimento das instituições públicas, agentes privados, organizações não-governamentais e cidadãos, é fundamental na conceção dos

⁴⁵⁹ EU, 2007: 2.

⁴⁶⁰ AAVV, 2011a: 5.

⁴⁶¹ CE, 2012: 8-9. Reporta-se às conclusões do Conselho da União Europeia (Bruxelas, 2010) sobre União de Inovação para a Europa no âmbito da 3049.ª reunião do Conselho Competitividade.

programas de reformas que podem conduzir ao sucesso. Por esta governança se alcança clareza quanto às necessidades e às proficiências locais, ao mesmo tempo que se estruturam grupos de parceria agregados por interesses comuns que, mais que criar soluções, antecipam e implementam medidas estruturais e mecanismos de apoio conducentes ao *crescimento*.

Neste contexto, a definição da Estratégia de Pesquisa e Inovação para a Especialização Inteligente (EPI^{EI})⁴⁶² associada ao desafio urbano, apresenta-se como um exercício que labora sobre as políticas projetadas pelas autoridades públicas, numa dimensão multinível enquanto forma de promover mecanismos capazes de incluir todas as partes interessadas, na mediação do estabelecimento de ligações e na partilha de decisões conjuntamente com diferentes agentes e diferenciados instrumentos, de modo a alcançar resultados comuns. A identificação de prioridades para a especialização, e o envolvimento de escolhas inteligentes para o crescimento, facilitam o processo de seleção dos recursos a investir e aligeira os momentos de tomada de decisão, situações com reflexo na sociedade e na economia local.

De modo a dispor maior coerência à agenda urbana, e promover a sua dimensão no contexto da coesão territorial, há que nas cidades evidenciar a aposta nas relações de parceria a escalas mais amplas, mediante a promoção da investigação e do conhecimento, apoiados em intercâmbios e na divulgação das melhores práticas, como já iniciado em 2010 com a URBAN-NET⁴⁶³.

Na pluralidade das cidades europeias, com a sua diferenciação geográfica e diversidade de contextos populacionais, dificulta a aplicação de soluções comuns nos programas de intervenção urbana, os quais devem beneficiar o desenvolvimento local através das suas especificidades regionais, nomeadamente em termos de estímulo à participação. Há assim que configurar uma *aliança urbana*, compromisso para a regeneração urbana integrada onde os desafios se tornam potenciais de crescimento e os aspetos territoriais são força de alma, valorização dos contextos patrimoniais e dos legados culturais face à exposição, e crescente vulnerabilidade, suscitada pela globalização, metamorfoses estruturais do mundo contemporâneo.

As cidades e as regiões metropolitanas são importantes ativos para o progresso do território europeu e para superação da crise que o afeta, pois diferenciam a colaboração

⁴⁶² CE, 2012: 34. Do original *Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations (RIS³)*, para *Estratégias de Pesquisa e Inovação para Especializações Inteligentes (EPI^{EI})*, conceito apenso à Plataforma de Especialização Inteligente criada pela Comissão Europeia em 2011.

⁴⁶³ EU, 2010: VII.

em rede nas diferentes regiões. Como móbil de dinamismo na procura de condições partilhadas de coesão territorial, permitem ajustar os respetivos níveis nacional, regional e local, através de planos de ação compostos sob a Estratégia Europa 2020, mote para as regiões, as cidades e sobretudo as comunidades, adotarem planos adequados às realidades, necessidades e potencialidades locais.

Perante as especificidades preconizadas para as regiões e suas áreas marítimas, estes espaços de identidade são essenciais para a estratégia de coesão territorial europeia, não só pela sua ancestralidade histórica, mas pelas capacidades de investimento económico e de desenvolvimento social. Estas são áreas que requerem particular atenção na Estratégia Europa 2020, a qual as entende como áreas alvo de um planeamento integrado que assegure a sua sustentabilidade, em estreita relação da terra com o mar, num território peculiar.

A coesão territorial e a premência da missão da cidade são singulares objetivos a alcançar para um maior equilíbrio e harmonia, assumido identicamente com a Agenda Territorial 2020, sob a orientação para estratégias de crescimento focadas na coesão territorial, na integração de diferentes políticas e na inclusão de distintos níveis de governação. Fundadas nos objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, as variáveis de oportunidade para as diferentes regiões europeias requerem equilíbrio entre a sustentabilidade, a competitividade e a coesão social, o qual só pode ser alcançado através do desenvolvimento territorial integrado⁴⁶⁴. Quanto às cidades, o seu modelo de capacitação vai diferir consoante os acordos institucionais entre a Comissão e os Estados-Membros, versatilidade que permite diferentes modelos de ações integrados de desenvolvimento urbano sustentável, embora todos de gestão delegada.

Funda-se assim uma plataforma a uma escala de envolvimento europeu, na qual se prevê envolver, através dos Pactos (PDCT), cerca de 300 agregados urbanos de escala metropolitana, incentivo orientado para as políticas de crescimento não como mero instrumento de financiamento, mas como mecanismo viabilizador do papel das cidades na Política de Coesão e na Estratégia Europa 2020, através do incentivo a ações inovadoras. Neste universo, a cultura, a criatividade e a inovação, são motores de crescimento e de qualificação do território e da sociedade, pois contribuem com influências positivas sobre os agentes intervenientes de modo a aumentar o leque dos fatores de atratividade das regiões, pois valorizam os recursos humanos com resultado

⁴⁶⁴ EU, 2011: 3.

positivo no atual contexto de globalização, e proporcionam oportunidades empreendedoras para o aperfeiçoamento de novos setores diferenciados nas cidades.

5.2. A regeneração urbana integrada

A cidade, enquanto sinónimo de interculturalidade e de miscigenação entre culturas, deve acolher uma política cultural que respeite as diferenças existentes entre grupos sociais, credos religiosos e origens étnicas. Em si, permite-se a criar um ambiente propício à integração de diferentes escalões etários de utilizadores num sentido plural da sociedade, proposta para a edificação da identidade coletiva do espaço urbano centrado não na diferenciação, mas na avocação da diferença como fator de inclusão social. Em tal argumento, há que procurar assegurar o equilíbrio entre os diferentes sectores socioculturais, quer no acompanhamento aos atuais fenómenos culturais quer na não marginalização das áreas de aparência menor.

Valoriza-se pois, “uma política cultural para todos”⁴⁶⁵, dirigida aos agentes e criadores culturais através de estímulos à livre criação e plena fruição, inclusive de setores tidos como menores, mas com o reconhecimento do papel de todos, o que assegura que a fruição cultural não se sobrepõe a um prévio trabalho de base, o qual, reside na abordagem inclusiva à participação do cidadão ou à promoção do associativismo, potenciais fontes de consensos alargados, quais dimensões de ação para uma política cultural de longo prazo. Nesta perspetiva mais humana do núcleo histórico da cidade, a conservação do edificado não pode ser encarada como mera reparação da ruína arquitetónica, pois em muitas realidades essa ruína nasce da degradação social e das limitações económicas, pelo que a conservação do património urbano deve ser encarada como desafio para a coesão social, bem como para a vitalidade económica.

Por norma os investimentos na reabilitação urbana são elevados, muitas vezes dependentes de subsídios externos à cidade e ao seu tecido socioeconómico, o que, para consolidar a estabilidade das futuras intervenções, demanda uma estratégia transversal de incentivo aos habitantes e aos investidores locais, para participarem numa perspetiva partilhada de futuro que todas estas intervenções propiciam, não só em termos de investimento financeiro, como igualmente na elaboração de um programa de regeneração integrada. Tal estratégia, ao envolver entidades públicas e privadas, tende a

⁴⁶⁵ Aguilera, 2000: 55. *Una política cultural para todos*.

ultrapassar o simples calendário do mandato político ou eleitoral, assumida como uma solução de compromisso que integra as características históricas nos planos de urbanismo, valorização das particulares locais como fatores geradores de receitas e de futuros investimentos com interesse coletivo.

É pois entendível que parte significativa da inação da cidade, face às suas qualidades, decorre do seu próprio funcionamento. Os desequilíbrios patenteados no quotidiano têm diretas repercussões no património e nas áreas históricas, onde o funcionamento de serviços, em domínio sobre áreas urbanas centrais, cria disfunções habitacionais pelo seu limitado horário de funcionamento, caso de serviços de administração, onde o elevado interesse económico suplanta as virtuais apetências de habitação ou de comércio tradicionais. São por esta via deslocados os normais modos de vida, aumentam as rendas de imóveis, reduz a oferta de horários comerciais alargados, aumenta a insegurança em períodos além do expediente e implica-se maior impacto poluente, conjugação que conduz à contínua degradação da vivência urbana.

As consequências ferem a relação funcional da cidade contemporânea com o seu casco mais tradicional, pois suscitam áreas de utilização temporária que se transmutam em recintos vazios no ocaso do quotidiano, reflexo de uma incomensurável incoerência que favorece uma evolução casuística, mas inócua. Nesta circunstância, toma-se consciência da privação do legado histórico no espaço urbano, o qual materializa uma existência que evolui ao longo dos tempos, dos espaços e das utilizações, contorno que confere identidade à lógica funcional enquanto orientação para o futuro.

Não obstante, as realidades do financiamento do património tem, irremediavelmente, que decorrer das conjunturas locais, as metas de cativação desse investimento, a par das perspectivas de retorno que o mesmo potencia, seja nas entidades seja nos parceiros credores de concessão financeira. Mais que a mera especulação de mercado entre investidores e credores, de um lado, e utilizadores e devedores, do outro, o financiamento do património inspira um conjunto de práticas económicas e de medidas financeiras que ultrapassam os saldos contabilísticos, ao atingirem a imaterialidade do que é a cultura.

Como regista Jean-Louis Luxen⁴⁶⁶, o património e os seus paralelos valores culturais são um efetivo recurso económico embora, “frágil e muitas vezes insubstituível”, mas que em seu torno, gera importantes efeitos que se disseminam em

⁴⁶⁶ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2012b:22. *It is a fragile and often irreplaceable resource [...]*.

investimentos e se repercutem em ativos geradores de ganhos, quantitativos e qualitativos, consignados à sociedade. Uma medida mais assertiva passa, como enuncia Luxen, por uma postura em que, “o Estado ou as autoridades públicas podem limitar as suas intervenções ao subsidiar atividades ligadas ao património, sem assumir responsabilidades de gestão direta” ⁴⁶⁷, um apoio financeiro como garante da responsabilidade do interesse público, forma proactiva de conduzir regras pelo exemplo da participação formal no esforço partilhado da sociedade.

Na vertente económica do financiamento das intervenções no património, a pertinência dos potenciais retornos de investimento apresenta-se fulcral, não só como garantia que capacita o investimento, mas como complemento para obter proveitos de curto ou de longo prazo, contributos para sustentar as aplicações realizadas, caso da amortização futura de empréstimos contraídos, a justificar custos de oportunidade ou fatores críticos de sucesso, ou a gestão de novos capitais para manutenção de espaços, com redução dos gastos a médio prazo. Neste ponto reitera-se o princípio de que um subsídio é um complemento importante, mas não, uma fonte de financiamento exclusivo para se intervir no património, isto é, a intervenção só terá sentido com a obtenção de um subsídio. Os subsídios devem ser vistos como complemento ao financiamento, por norma aplicados na fase inicial ou em fase final de trabalhos, direcionados para completar os recursos próprios dos promotores obtidos através de meios autónomos, como empréstimos ou outras subvenções mecénicas, em que para os investidores, sejam públicos ou privados, a obtenção de empréstimos a taxas de juros mais baixas ou bonificadas, será a primeira opção a considerar logo após se ter a noção que a capacitação autónoma, não permite prover a totalidade do investimento necessário.

É neste contexto que a presença do Estado, mesmo na forma de não atribuição de subsídio direto, pode ter pertinência através da negociação, ou de legislação que permite abraçar as entidades bancárias nas questões da conservação patrimonial, tal como já sucede nos programas de financiamento Comunitário, ou, ao aliviar o esforço do investimento através de medidas de incentivo, da dedutibilidade fiscal ao apoio à contratação e emprego, da isenção temporalmente limitada de impostos de propriedade à redução de taxas de rendas e de exploração futura dos edifícios. Como refere Robert Pickard⁴⁶⁸, são várias as experiências europeias no que se refere ao financiamento do

⁴⁶⁷ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2012b:24. *The state or the public authorities may limit their interventions to subsidising heritage activities, without taking on direct management responsibilities.*

⁴⁶⁸ AAVV, 2012b: 55.

património cultural que envolvem medidas administrativas em políticas de gestão, caso de *fundos rotativos* e de programas sociais de melhoramento habitacional, secundadas por medidas financeiras com benefícios fiscais, empréstimos a juros bonificados ou cobrança de anualidades, e complementadas por medidas de patrocínio como doações, mecenato e outras subvenções associadas a incentivos fiscais.

Em termos económicos, pode-se entender o património cultural como um expediente envolvido por um conjunto de características muito próprias, pois se a este se podem aplicar conceitos economicistas de *ativos*, *custos* ou *mais-valias*, porém em si, apresenta um carácter não renovável, pois confina bens que não são alvo de produção repetitiva, nem de substituição genérica por outras produções. Contudo é essa sua presença corpórea, no seio da atividade humana, e imaterial, como veículo de formação das sociedades, que o tornará uma ocorrência económica.

Nesta linha, os conceitos de *valor* e de *ativo* tornam-se particulares na economia do património, pois os meros princípios materialistas são rapidamente ultrapassados pela intangibilidade da cultura. Tal intangibilidade não impede a sua materialização como ente mensurável e finito, pois só aí é que pode efetivamente ser fruído, onde valores culturais e ativos económicos não são entendidos como opostos mas como diferentes perspetivas de olhar para o mesmo bem.

Caso modelar no espaço europeu surge na Alemanha onde, como regista Jörg Haspel⁴⁶⁹, tem-se desde 2000 vindo a reduzir o montante de apoios públicos para preservação e restauro de monumentos, e em momento coevo, assistiu-se ao crescente número de fundações que intervêm nestas áreas, embora só parcialmente compensem o declínio evidente do financiamento público. Na conjuntura alemã, a legislação fiscal foi equilibrar o envolvimento privado através da redução de tributação, o que permitiu alocar apoio financeiro na forma de incentivos fiscais aos investidores privados, os quais, e como referencia Haspel, foram introduzidos na conservação também por razões económicas e urbanas enquanto ferramentas de gestão.

No entanto, tal situação pode ser comportada na sociedade e na economia alemã sob modelos muito próprios de políticas integradas de desenvolvimento, mas que todavia, não são passíveis de transposição para as realidades económicas e sociais, ou mesmo políticas e administrativas, do sul da Europa, pois se a redução de impostos permite capacitar o investimento privado, a atuação pública não deve porém residir na atribuição

⁴⁶⁹ Haspel, 2011: 905.

de subvenções mas na redução do peso coletor do Estado na atividade económica, inclusive como face de governança social. Na realidade portuguesa, esta posição afigura-se inquestionavelmente mais complexa quando a redução da carga de impostos não se afigura exequível, nem a capacitação dos investidores privados em assumir o protagonismo financeiro face ao Estado, além de que, a cultura social pouco se identifica com as orientações que decorrem da descentralização de investimento, por parte das entidades públicas, e no assumir da responsabilidade privada, por si própria.

Em distinto campo, mas de igual pertinência para o espaço urbano nas questões estritamente ambientais, a reabilitação do património edificado urbano, alcançado por intervenções com o mínimo de novos impactos em preexistências, acolhe em si, o princípio da menor utilização de materiais e da menor afetação de resíduos, consequentes de trabalhos de demolição, o que promove a sustentabilidade ambiental nos princípios do desenvolvimento integrado urbano. Esta gestão mais eficiente assenta na preservação de recursos e na menor produção de resíduos, através de medidas inovadoras de construção e de planos de trabalho mais programados, face às realidades no terreno, com menores limites de utilização de maquinarias e outros equipamentos produtores de monóxido de carbono, menos resíduos construtivos criados e redução de impactos nas zonas destinadas a aterro, situações mensuráveis que refletem a proteção do meio ambiente natural e sobretudo, do próprio ambiente urbano.

Emergem assim contributos positivos para a proteção dos recursos naturais, mormente os não renováveis, associados às matérias-primas utilizadas na construção civil, de modo a evitar a sua exploração excessiva e promover a reutilização de materiais, contributo para tornar as intervenções no espaço urbano mais consentâneas com o princípio da menor alterabilidade das preexistências e da aplicação de materiais compatíveis com os existentes. No futuro, todas estas medidas de ecoeficiência e de gestão consciente de recursos, acabavam por se tornar geradoras de outras ações, em fase de pós-intervenção, caso de sistemas energéticos de baixo consumo, melhor gestão da água, redução de fluxos automobilísticos, restrição de desperdícios e programas da reutilização de materiais, ou aperfeiçoamento da recolha seletiva de resíduos urbanos.

No mundo atual em que o progresso tecnológico permitiu a melhoria das condições de vida e de habitabilidade, as cidades históricas, tal como todas as restantes, pelo seu valor memorial de materialidade devem ser alvo de medidas especiais de proteção contra os efeitos ambientais negativos, sobretudo de resiliência às mudanças climáticas e aos cada vez mais frequentes infortúnios naturais. Este fenómeno assume

consequências globais que porém, tem o seu maior impacto em termos locais, com desfechos devastadores para as cidades e áreas urbanas históricas, sejam estas nas margens do Pacífico ou nas enseadas protegidas do Mediterrâneo, pois à antiguidade da sua localização associa-se a fragilidade da resistência estrutural de muitos dos seus edifícios. Daqui se entende que as atuais intervenções nas cidades históricas se, por um lado, enformam o respeito pelas preexistências materiais e os valores imateriais, por outro, e de forma prioritária, tendem a incidir na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e na consolidação dos edifícios.

Pela existência de um programa de gestão, como pela definição de planos de salvaguarda do espaço urbano, assegura-se essa capacidade de prever e antecipar riscos, como de preparar e implementar soluções que devem obrigatoriamente considerar o entorno natural da cidade, ao mesmo tempo que numa política de sustentabilidade, são promovidos princípios de apropriação ambiental. Estes princípios passam pela implementação consciente de medidas, através da reutilização de materiais não renováveis e da reciclagem de outros em ações de reabilitação arquitetónica, pela melhoria da eficiência energética no quotidiano dos edifícios privados, dos equipamentos e espaços públicos. São igualmente requeridas fontes de energia renováveis, redução de poluentes associados à circulação rodoviária, melhores medidas de gestão na seleção e disposição dos resíduos urbanos, disseminação de mais espaços verdes e corredores de circulação suave dentro e para o seu exterior envolvente como combate ao efeito estufa.

As áreas urbanas, com uma incidência muito particular nas áreas históricas, pela sua ancestralidade, compreendem a existência de múltiplas propriedades e de inúmeros proprietários, arrendatários e interessados no plano imobiliário, o que demanda áreas de consensos viáveis para uma intervenção de regeneração urbana integrada. Todas as diretivas de ação e os capitais de investimento a afetar requerem, em primeira linha, a clara identificação dos valores em presença e dos interessados a estes associados, sejam proprietários locais ou investidores externos, pois o envolvimento destes torna-se vital para a comunidade local, induzido pelo seu potencial de gerador de parcerias.

Por aqui se permite explorar a teoria económica que, nas últimas décadas, tem abordado o conceito de *capital cultural*, forma de mensurar os bens patrimoniais com interesse cultural, por se lhes conferir valor financeiro, seja num bem imobiliário seja num serviço utilitário, através da perspetiva pura do valor económico de génese física com proporção mensurável, mas que em igual modo, considera a distinta característica

de valor imaterial inerente à sua relevância cultural, consentida no reconhecimento da sua importância e das qualidades de fruição que oferece.

Como aclara David Throsby, “o capital cultural expressa-se numa linguagem que ambos os lados compreendem, utilizando conceitos comuns como *investimento* na conservação, *depreciação*, *ganhos potenciais* e *rendimentos*”⁴⁷⁰, afirmação que, quando revista na perspectiva defendida por Eduardo Rojas quanto à fruição do património como fator de sustentabilidade social, regista que, “no entanto, uma gestão eficaz dos sítios patrimoniais urbanos não é possível sem um amplo consenso sobre os valores do sítio patrimonial e as perdas económicas que a comunidade está preparada para assumir com o objetivo de preservá-los”⁴⁷¹. Trata-se de uma perspectiva transversal do capital cultural, entendido como potencial nas políticas de planeamento urbano de combate à exclusão e de integração de faixas mais desprotegidas, interveniente num ambiente urbano estável e sustentado em contextos económicos propícios ao envolvimento comunitário.

Com o enquadramento do conceito de *integrado*, as economias informais das cidades onde o património assume relevância, começam a incluir empresas e a renovar recursos humanos nas áreas da inovação e do empreendedorismo. São aqui capitalizadas áreas como a moda, a animação, a arquitetura, a investigação ou o artesanato, formas de progresso cultural que rapidamente emanam benefícios porquanto opções de entretenimento, possibilidades de residência, renovação demográfica, perceção ambiental e desenvolvimento económico, que arrastam o interesse de novos investimentos e induzem sinergias populacionais, o que torna a cidade uma incubadora para empreendimentos inovadores.

Ao longo de diferentes estudos que têm sido realizados quanto aos impactos económicos da conservação do património cultural, numa abordagem global, como proposta por Donovan Rypkema e Caroline Cheong⁴⁷², são identificadas quatro categorias principais de efeito destas incidências, as quais passam pelo emprego e receita familiar, pelo património turístico, pela revitalização dos núcleos urbanos e pela valorização da propriedade. Estes efeitos, transformados em indicadores, permitem numa escala mais ampla abordar o progresso, ou o declínio económico, dos espaços

⁴⁷⁰ David Throsby in AAVV, 2008: 24. *El capital cultural se expresa en un idioma que los dos lados pueden comprender, recurriendo a conceptos comunes como la inversión en el mantenimiento, la depreciación, las ganancias potenciales y los rendimientos.*

⁴⁷¹ Eduardo Rojas in AAVV, 2008: 39. *Sin embargo, una gestión eficaz de los sitios patrimoniales urbanos no es posible sin un vasto acuerdo con respecto a los valores del sitio patrimonial y a las pérdidas económicas que la colectividad está preparada para asumir con el objetivo de preservarlos.*

⁴⁷² Rypkema & Cheong, 2011: 755.

históricos urbanos, através de metodologias de recolha e de tratamento de dados que, pela observação direta apensa à criação de cenários interpretativos, permite registar os potenciais efeitos de custo e de benefício económicos da conservação patrimonial nas cidades, contributo para a criação de modelos econométricos essenciais para suportar a contínua realização de investimentos.

A *regeneração* das áreas urbanas históricas tem relevantes benefícios económicos que ultrapassam a inicial preocupação da salvaguarda do património cultural, visíveis no florescimento de novos negócios, na criação de emprego, na ligação de linhas financeiras, na distribuição de custos e de proveitos ou na indução de fatores de empreendedorismo. Os investimentos realizados no espaço histórico urbano, quer públicos quer privados, conjugam-se num efeito catalisador em medidas integradas de revitalização e de intervenções de reabilitação, mote de parceria entre vários atores como de promoção de contributos históricos, úteis para a renovação de infraestruturas ou para o fomento de atividades locais dinamizadoras da promoção económica e do estímulo a novos investimentos.

Noutro campo de abordagem, aqui mais diferenciado quanto à relação da conservação do património histórico urbano com a sustentabilidade ambiente, regista-se uma abordagem de impacto concebida numa matriz bem diferenciada, pois enquanto o impacto económico se expressa em financiamento realizado, o impacto ambiental é mensurado em despesa poupada. Como princípio de leitura, quais são então as consequências das novas construções e das operações de edificação recentes face à opção de conservar áreas utilizadas e requalificar edifícios preexistentes?

A questão tem um cunho muito específico na relação com a gestão ambiental do espaço urbano, a qual se baseia não tanto na aplicação de modelos de ação mas nos resultados visíveis da sua execução, mediante o envolvimento de distintas realidades como a redução das áreas de construção e impacto no solo pela requalificação de edifícios preexistentes, à aplicação de modelos de reabilitação ambiental e contratos de performance energética com redução de consumos em edifícios privados, à criação de planos de ação para energia sustentável em instalações e espaços públicos, à própria restrição da circulação automóvel com redução de motivos poluidores como as emissões de CO₂ e a minimização sonora na utilização do espaço público.

A eficiência energética, a utilização racional dos recursos naturais e a eficácia económica dos serviços públicos, são pressupostos fundamentais para a sustentabilidade e motivos para que as cidades se adaptem face aos riscos das alterações climáticas. Tal

meta de adaptação é alcançada através da melhoria da eficiência dos usos quotidianos, pois o habitat urbano requer uma utilização ordenada, eficiente e sustentável ao nível dos seus recursos, de modo a limitar a dispersão e o desperdício pelo controlo da procura ou pela organização da oferta.

A melhoria da imagem do sítio, e a qualificação das funções urbanas, além de apoiar o assentamento residencial dos vetustos moradores permite cativar residentes e suscitar condições para atrair novas orgânicas funcionais, inclusive, na área da criatividade cultural e da inovação social, com reflexos nos determinantes de desenvolvimento da cidade. Esta premissa conduz a permanentes renovações do espaço urbano, empreendidas pelos seus ativos na consolidação da proeminência patrimonial enquanto fator de distinção.

Pese embora se associe a uma imagem algo arruinada e de latente abandono, muitos dos núcleos históricos, sobretudo quando se apelidam de centros históricos, estão conotados a situações continuadas de abandono demográfico, incúria de manutenção do edificado, redução da capacidade financeira local, permanentes limitações legais de transformação de existências, menores índices de conservação de infraestruturas ou de aumento da insegurança. Os núcleos históricos, por sob esse manto paupérrimo, permanecem como cativos do seu património cultural, singular e único, persistente ao longo de séculos e que lhes valeu presença.

Assim e se por princípio se impõe que todas as intervenções nestes espaços urbanos tenham por base programática a conservação do edificado, e a requalificação da sua utilização, salvaguardar este carácter intrínseco, pese embora as necessidades contemporâneas face à habilitação das condições de usufruto, é um primado em que se deve respeitar as conceções originais existentes, realidades em que os modernos equipamentos, técnicas de intervenção e materiais utilizados, longe de serem elementos intrusivos no edificado vetusto, podem ser entendidos como inovações que perpetuam o conjunto edificado. A reabilitação do património urbano está muito associada à sua intrínseca relevância societária como fator de sustentabilidade cultural, fação de interesse turístico, contextura do incentivo económico a atividades geradoras de retorno em termos de comércio e de serviços, como pelas possibilidades de valorização do parque imobiliário associadas a taxas e impostos para o erário público.

Não obstante, e antes de tudo isto, afigura-se pertinente ponderar que a reabilitação do património histórico urbano deve ser também direcionada para programas de melhoria habitacional e de acolhimento a residentes. Como forma saudável de reabilitar

o espaço e requalificar a sua vivência, os programas de melhoria habitacional são a prospectiva mais equitativa de combinar a assistência financeira pública com a capacidade privada, em benefício da comunidade e do espaço urbano, através da requalificação do parque habitacional e da consolidação de áreas públicas de utilização comum. Propiciam-se estímulos à aproximação de residentes, antigos ou novos moradores, à criação de contrapartidas para medidas mais inclusivas de arrendamento, à relação entre o arrendatário e o proprietário pelo favorecimento de acordos bilaterais para a refuncionalização de edifícios degradados.

Outro vértice que se deve ampliar na reabilitação do património histórico urbano, prende-se com a criação de emprego. Este assenta em metas de empregabilidade direta, maioritariamente de curta duração mas que permitem renovada formação, e de empregabilidade indireta, de curta e média duração mas com potenciais de longo prazo pela evolução de oportunidades a envolver diferentes faixas etárias e estratos sociais.

No que se remete para o potencial de empregabilidade direta associada à reabilitação urbana, desde logo, a constituição das equipas projetistas e a prestação de serviços de estudos prévios e anteprojetos, por onde decorrem valias que mais que a componente de arquitetos e desenhistas, engenheiros e medidores orçamentistas, são extensíveis aos estudos de enquadramento histórico na consolidação dos programas de intervenção ou de abordagem arqueológica nos estudos de impacto prévio, perspetivas não displicentes na intervenção arquitetónica e de engenharia estrutural face ao passado funcional dos edifícios. Quanto à empregabilidade indireta, esta tende a assentar em fases distintas de resultados que, apensos à fruição patrimonial nas vertentes da museologia ou no enquadramento profissionalizante, quanto a planos de ação na comunidade com a inclusão de desempregados em replicação de técnicas tradicionais de trabalho, execução de projetos de acompanhamento à reabilitação do espaço urbano.

Também para o setor privado a empregabilidade é um tema importante, mormente o pequeno comércio vocacionado para o turismo, o qual se baseia nas necessidades quotidianas da comunidade e que muito ganha se essa atividade estiver em permanente interação com a identidade patrimonial. Acresce referir igualmente os serviços de restauração, hotelaria, transporte particular, lojas de equipamentos digitais e de novas tecnologias, livrarias e papelarias com serviços ocasionais, cafés diurnos e bares noturnos, áreas de combustíveis e oficinas de reparação automóvel.

O espaço urbano inclinar-se-á a conjugar o património edificado reabilitado com condições contemporâneas de qualificação, desde a existência de vias acessíveis e bem

ordenadas de circulação, à disponibilização de áreas para estacionamento de viaturas e de encontro de pessoas, da afirmação de corredores verdes entrosados na paisagem urbana como atrativos para residentes e atividades económicas, a serviços de indústrias criativas e avançadas com corpos profissionais qualificados e empenhados. O conjunto do lugar urbano, composto de *branco, cinzento e verde*, branco dos edifícios delimitados pelo cinzento dos arruamentos e pela moldura verde das áreas ecológicas, torna-se elemento valorizado no momento de avocar a localização de empresas e recintos de ensino, o que lhe confere renovada capacitação de vivência.

Para além de tudo o que a reabilitação de edifícios históricos representa, as potencialidades que surgem no futuro estendem-se à beneficiação de acessibilidades, a equipamentos e serviços públicos, o que torna estas zonas de *ilhas isoladas* no mar urbano em *penínsulas* de ligação urbana, compartilhados por áreas de lazer contíguas e por equipamentos com serviços de proximidade.

Criam-se condições propícias à boa vizinhança ao abraçar novos residentes, principalmente jovens casais, de modo a fixar novas empresas com os seus colaboradores, o que induz peculiaridades que salientam a sua atividade socializadora, “acima de tudo, a popularidade dos bairros urbano com suas tradições, e conjuntos de edifícios classificados aumentou, mesmo em comparação com o lazer artificial e recém-criado dos ‘shoppings’”⁴⁷³. Esta atração assume-se como uma das principais maneiras de captar turistas, os quais cada vez mais procuram espaços para novas experiências e convivências, algo que *resorts*, praias privadas ou monumentos no meio de brenhas cativam, mas que o aglomerado urbano suplanta, pela sua capacidade de conforto gregário que suscita a cada turista e a cada explorador.

No foco mais social, ainda junto da comunidade local e do seu benefício no espaço urbano, a perda, ou a substituição, de funções e usos enquanto expressões de convivência em sociedade, compêndios tradicionais dessa comunidade, tem impacto negativo na cidade ao contribuir para aumentar os riscos de abandono e de desertificação nas áreas mais históricas. Estas realidades conduzem, em espiral recessiva, à migração demográfica e económica, ao aumento da insegurança, ao agravamento das condições higiénicas e à redução dos motivos de visita, o que transforma a urbe num recinto enclausurado, um potencial de futuro que nunca se

⁴⁷³ Haspel, 2011: 908. *Above all, the popularity of city neighborhoods with their own traditions, and ensembles of listed buildings is increasing, even in comparison with artificial and newly created leisure and shopping worlds.*

realiza perante o abandono do presente, reflexo da perda da sua singularidade identitária. A salvaguarda da cidade histórica requer investimentos na manutenção integrada de usos tradicionais e na proteção da estrutura social, os quais assegurem a existência para que a vivência do dia-a-dia, e a promoção do espaço urbano, sejam as melhores formas de prevenção face aos riscos que ameaçam estes núcleos.

São evidentes os processos de elitização subjacente ao aumento do valor de arrendamento habitacional, o que conduz ao devoluto residencial por parte de famílias e de elementos mais jovens na faixa demográfica, à criação de guetos e consequente aumento da criminalidade e exclusão social. Propicia-se a desqualificação do espaço e dos serviços públicos, a deslocalização de fontes económicas com redução na criação de riqueza em atividades produtivas e comerciais.

Manter a identidade local, torna-se princípio fundamental para a regeneração integrada da cidade histórica, apostada na sua diversidade e nas competências tradicionais de vivência comunitária face, à preservação do local e à criação de ativos, fenómenos de atração que evitam os extremos do abandono urbano ou da sua fruição como consumo de massas. O potencial de empoderamento da comunidade e das instituições locais, será um dos mais importantes eixos de intervenção, pois é através de boas formas e de práticas eficientes de governança, que se torna possível ordenar consensos em torno dos interesses locais, de modo a envolver todas as partes potencialmente empenhadas em participar nesses ganhos.

Esta partilha é um precioso contributo para o sucesso das premissas de conservação, como para os objetivos de salvaguarda e de promoção do desenvolvimento sustentável das áreas urbanas históricas, e com este, da própria comunidade, através da participação consciente e informada da sociedade local que observa, pondera e dinamiza ações concertadas em benefício próprio, mas plenamente adaptadas às realidades locais. Como enunciado nos princípios de La Valeta⁴⁷⁴, “o planeamento nas zonas urbanas históricas deve ser um processo participativo que envolve todas as partes interessadas”⁴⁷⁵, garante do assertivo envolvimento de entidades e cidadãos que beneficiam claramente da existência de encontros regulares e de planos de informação credíveis, disponibilizados em tempo útil, propícios à sensibilização e à participação.

⁴⁷⁴ Adotados na XVII Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em novembro de 2011 em La Valeta (Malta), dedicada à salvaguarda e gestão das povoações e áreas urbanas históricas.

⁴⁷⁵ ICOMOS, 2011: 12. *La planificación en las zonas urbanas históricas debe ser un proceso participativo en el que se impliquen todas las partes interesadas.*

Durante séculos, a necessidade da proteção dos espaços edificados assentou numa perspectiva muito empírica que se traduziu na manutenção de edifícios em permanente uso, afetos à funcionalidade e aos seus utilizadores. Se o interesse público tinha enorme margem de funcionalidade nessa preservação, foi porém o interesse privado que valorizou os edifícios nos espaços históricos urbanos, até ao momento em que o seu abandono se tornou, não mera fase da história da cidade, mas, realidade que se propagou em preocupações ideárias quanto ao património histórico edificado. Mais que propiciar o investimento privado ou fomentar a sua complementaridade face ao público, a intervenção nas cidades históricas assumiu o compromisso dos interesses locais coincidentes, medida revista nas políticas públicas coerentes com as necessidades do local, e nas medidas de intervenção privada sincrónicas com soluções reais, pois ao requalificar espaços públicos, como ruas e áreas de lazer, deve-se também reabilitar as habitações e os estabelecimentos comerciais, os quais asseguram a sua envolvente.

Não existem medidas de causa e implicações de efeito, umas não são prioritárias face às outras, ambas seguem igual entendimento de, como valorizar o espaço urbano. Susan MacDonald aprofunda esta relação entre o privado e público quando revê o porquê do verdadeiro interesse das parcerias que envolvem o sector privado, ao definir na sua leitura os principais fatores-chave que mobilizam esse interesse nas intervenções em recintos patrimoniais⁴⁷⁶.

A clareza, sobre quais os elementos importantes, as necessidades de salvaguarda, as normas de conservação, o nível de mudança apropriado e as áreas de reconstrução, a certeza, face ao quadro regulamentar e ao modo de trabalhar com as autoridades, a coerência, na aplicação dos regulamentos, e a consulta, transposta na comunicação acessível entre os intervenientes. A capacidade institucional de formalizar parcerias torna-se importante para o investimento privado, pois este, por norma, necessita de financiamento de terceiros, sobretudo de entidades bancárias, o que torna a parceria um garante, mas não uma garantia, de que o investimento alcançará os resultados previstos, e que por tal, haverá efetiva hipótese de o mesmo ser cumprido e reembolsado.

No contexto europeu, e para promover a competitividade face às empresas de alta tecnologia que assumem a primazia no desenvolvimento urbano, as cidades europeias tem investido na qualificação do espaço e da vida urbana através da utilização dos recursos culturais como vantagem de atratividade, e medida patente no investimento na

⁴⁷⁶ MacDonald, 2011: 901.

preservação e revitalização do património como objetivo estratégico para o desenvolvimento⁴⁷⁷. As comunidades e as instituições urbanas, cientes das muitas dimensões dos valores em presença, da utilização e da não-utilização do património, tendem a proteger os núcleos históricos e a sua identidade face à sua competitiva utilização, mediante investimentos de reabilitação e ações de apoio à procura turística.

Esta realidade tem nos últimos anos evoluído noutro sentido, quando os usuários começaram a apreciar os benefícios de trabalhar e viver nesses núcleos históricos, e iniciaram um movimento de arrendamento e compra de imóveis reabilitados, incentivo ao investimento na reabilitação patrimonial com fins residenciais e comerciais⁴⁷⁸. Para manter esta orientação, é indispensável que os poderes locais criem programas dinâmicos de preservação e revitalização do património histórico urbano, os quais promovam não só a recuperação de monumentos, ou a revalorização de espaços públicos, mas que, consigam cativar a instalação de atividades comerciais e a permanência de novos residentes, os quais conferem animação e funcionalidade aos núcleos históricos de modo a envolver os esforços de preservação, como fator positivo de crescimento urbano sustentado.

Esta abordagem materializa os valores de uso direto, ao nível da fruição social, seja residencial, comercial ou recreativa, onde todos os investimentos são pesados em termos dos impactos sociais que suscitam, ou que induzem. Muitas vezes, o sucesso económico leva a processos de elitização que conduzem à migração de moradores e à alteração da identidade tradicional, através da flutuação superior dos preços das habitações, e respetivas rendas, o que inibe o acesso a inquilinos com menor capacidade financeira e reduz o alcance de emprego, com reflexos no agravar da tensão social e no minar da evolução do processo de preservação.

As medidas a prover devem entrosar a ocupação social do espaço, não pela exclusão ou por uma abordagem meramente oportunista, mas, através da inclusão seletiva, assente nas capacidades de formalização de políticas de arrendamento equilibradas, de normas de utilização e de conservação dos imóveis, de medidas de empréstimo específicas para a manutenção ou aquisição de imóveis reabilitados, de incentivos fiscais que promovam a ocupação residencial e contenham o abandono. Podem igualmente estas medidas passar por uma ação mais direta do setor público, no caso específico municipal, com a disponibilização de acompanhamento técnico nos

⁴⁷⁷ Mona Serageldin in AAVV, 2008: 30.

⁴⁷⁸ Eduardo Rojas in AAVV, 2008: 40.

processos administrativos para agilizar processos, reduzir a burocracia e minimizar ou isentar taxas, como na execução de intervenções de reparação de habitações em termos estruturais e infraestruturais, a par da implementação de planos de eficiência energética.

A revitalização das áreas históricas urbanas tem profundos reflexos no benefício social, muito para além da salvaguarda e conservação dos bens e do património. A sua conjugação, no quotidiano da comunidade, proporciona um sentimento de partilha, de afetividade e de identidade para com o lugar, raiz do que caracteriza o espírito comunitário sob a rotina do encontro no trabalho, no espaço público ou em eventos, o que permite aprender os traços da identidade cultural da cidade, e interiorizar novas feições distintas que evoluem desse legado memorial, refuncionalizado através de um olhar de *regeneração urbana integrada*.

5.3. Os fenómenos de identidade local

A cidade é por natureza o exemplo de encontro e de trabalho, defronto de ideias e de interesses, de afazeres de competências e de socialização, logo, um espaço de criação e consumo, de procura e de oferta. Neste preâmbulo difunde-se uma cadeia de situações, qual rede complexa de relações, onde no contexto local os municípios são árbitros na relação de direitos e deveres, recursos e custos, que a cidade concebe.

No caso específico da política cultural local, o município é em si um agente criador e interventivo, pese embora em muitas situações se devesse remeter ao papel de mediador que acompanha as cadeias de evolução que a democratização da cultura gera no contexto do lugar, pois não deveria o poder público, no caso supra local do Estado ou no caso mais próximo do Município, ter por aspiração a primazia na determinação tutelar da cultura. O primado da riqueza, da diversidade cultural ou da multiculturalidade, encontra na cidade uma fonte insofismável por envolver livremente distintos intervenientes que interagem com interesses próprios que, mais que os afirmar os pretendem disseminar, o que por génese não sucede nos poderes públicos, que procuram mais afirmar a sua presença que a disseminar.

Em Sesimbra, o papel da autarquia tem sido tão complexo como apelativo, não por afirmar ou negar mas por procurar alinhar respostas face ao entendimento das realidades coevas e não à compreensão das necessidades culturais, o que requeria a mediação de todos os recursos e meios disponíveis, públicos ou privados, individuais ou coletivos. Aí, direitos e deveres conjugar-se-iam num só propósito, o do serviço público, onde

caberia ao município liderar o movimento de governança cultural. O papel da cultura assume-se como fundamental para a identidade, com o património a ser entendido como um fator de inclusão e não um mote de fricção, pois valorizar a singularidade é, de certo modo, categorizar o benefício que hoje em dia o facto de existir na *internet* permite, focada a ação primeiro na comunidade, e só depois no turismo, pois o valor económico surge sempre como instrumental enquanto o valor cultural é intrínseco⁴⁷⁹.

Se como paradigma motivacional de intervenção no património urbano a recuperação de edifícios e o restauro de monumentos promove a sua salvaguarda, e assegura a sua fruição económica através do turismo, no entanto, o complexo habitacional que constitui a cidade, em quantidade superior aos espaços monumento, acaba por ser sempre maior e por envolver mais utilizadores, seja para habitação ou seja para comércio. Porém, nem sempre esta conjunção prefigura-se prioritária para as intervenções de requalificação, as quais acabam por ficar num plano secundário após edifícios, monumentos e espaços públicos. Contudo este será o principal aspeto que confere singularidade ao monumento enquanto usufruto público, pois é a complexa teia urbana de arruamentos e de edifícios, com funções e com pessoas, que concretiza a vivência da identidade local, pelo que estas estruturas, arquitetónicas e sociais, devem ser igualmente salvaguardadas.

A cultura, como turismo ou como desfrute, tende a ser entendida enquanto recurso notável para a comunidade sesimbrense através de programas de ação nos quais, a intervenção de regeneração urbana não leve à elitização social ou ao abandono económico, mas promova a inclusão social e os benefícios económicos partilhados. Pretende-se capitalizar exemplos de sucesso numa perspetiva de *benchmarking*, um processo sistemático de avaliação de produtos ou de serviços, de processos e de organização, onde se reconhecem as melhores práticas com a finalidade de introduzir esse conhecimento nos objetivos locais de avaliação, ao mesmo tempo que se promovem novas formas de governança e se implementam planos de gestão adequados.

A classificação de um edifício, ou de um sítio, como área de interesse público, mais vulgarmente *monumento*, não deve ser um contributo para o seu encarceramento, pois a arbitragem desta institucionalização não obriga a ser um sofisma que lhe cometerá, no futuro e sob o primado de valor único, insuficiente manutenção ou assoberbada

⁴⁷⁹ Anna Mignosa in AAVV, 2013b.

valorização que ocultam a sua degradação. Como questiona José Carvalho⁴⁸⁰, quanto vale o estatuto de património mundial e como se propícia a sustentabilidade local? A resposta reside na utilidade de alicerçar o património como um valor local e como um fator de coesão, sem cair no erro de tornar o património classificado como algo por si sustentável, que não pode ser tolhido pelo seu valor prevalecente mesmo perante o conceito contemporâneo da comunidade.

No caso de Sesimbra, o contexto territorial, as questões subjacentes à pressão urbanística e imobiliária, a tendência para a musealização excessiva, a latente limitação de usos ou a correção da inovação, são potenciais riscos que podem arrastar este ente patrimonial para um desequilíbrio quanto aos usos suscitados pelas tendências da evolução contemporânea. Nesse sentido a designação conferida ao espaço urbano tem em si enorme potencial de influência sobre a sua fruição, caso de Óbidos, a emblemática *vila museu* que qualificou o recinto do velho burgo medieval e que serve de inspiração à sua atratividade, pelo seu mote ideário patrimonial. Porém, como reflete Ray Bondin, recuperado por Clara Soares e Maria Neto, para este exemplo concreto, “proteger não significa criar cidades-museu. Significa respeitar aquilo que os nossos antepassados fizeram”⁴⁸¹.

No mundo atual, a precedência industrial e o desenvolvimento tecnológico valorizam a materialidade, a visibilidade e a inteligibilidade do que se consegue mensurar, o que em si, reflete no património a premência do corpóreo e do palpável. No entanto, este mesmo mundo também é comunicação virtual, inteligência artificial e crença no simbolismo das ideias percetíveis na realidade material. Nesta dupla e ambígua leitura do presente, reside a relação que a sociedade gera com o património, não uma relação de amor e de ódio, mas uma relação de esquecimento e de recordação, em que a materialidade do património encontra-se valorizada quando o mesmo desaparece, enaltece-se a sua conservação simbólica e reprova-se a sua conservação material, enunciam-se vivências em torno do património e não se apercebe do quotidiano que sobre o mesmo gravita.

A conservação do património não se limita à conservação dos restos do passado, mas também à preservação do legado incorpóreo, a dupla meação do que se entende

⁴⁸⁰ José Carvalho in AAVV, 2013b.

⁴⁸¹ Soares & Neto, 2013: 135.

como o *spiritus loci*, o *espírito do lugar* que a declaração de Quebeque⁴⁸² aclara. Esta ideia, marcante para o património cultural, sobretudo para o património cultural urbano, surge numa declaração de princípios do ICOMOS para proteção do património tangível e intangível, em que de forma inovadora se promove o desenvolvimento sustentável⁴⁸³.

No decurso de anteriores declarações de reflexão⁴⁸⁴, a declaração sobre o espírito do lugar considera uma definição, através dos elementos tangíveis como edifícios, paisagens, rotas e objetos, e dos intangíveis como memórias, rituais, oralidades e fragrâncias, elementos materiais e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. Esta relação assume no tempo um carácter plural sob diferentes peculiaridades, as quais suscitam sentimentos de mudança ou de permanência nas sociedades que os vivenciam, dinâmicas próprias do património.

Tal como a génese intrínseca ao espaço urbano o torna uno na abordagem à sua consciência, a cidade, é um processo de constante construção face às necessidades de permanência ou de mudança da comunidade, fenómenos sociais que variam ao longo do tempo, influenciados por práticas de memória comum que o lugar acumulou e que deste se emanam em partilha. Cria-se aqui um espaço corpóreo e um tempo imaterial que concretiza a cidade enquanto lugar histórico urbano, no que nesta foi, no que é e, no que poderá ser no futuro. Esta perceção tem por *ex libris* o património cultural, com profundos reflexos na vivência residencial e na teia de relações pois, ao crescente valor que o património coloca no núcleo urbano, assiste-se ao decréscimo da normal convivência funcional na função quotidiana da cidade.

Em Óbidos (Portugal), a sua valorização como “cenário privilegiado de teatralização” concorreu para que a população residente no antigo núcleo urbano, fosse gradualmente distanciada para outras zonas menos expostas e mais propícias ao quotidiano residencial, inclusive para outros centros urbanos⁴⁸⁵. Em Ávila (Espanha), o interesse histórico da cidade não assistiu às aspirações contemporâneas dos residentes que viam a cidade prosperar longe das muralhas históricas, quando se dotou a periferia de equipamentos, infraestruturas e serviços para novos habitantes, que porém perigavam a identidade do tradicional núcleo histórico, “por tal é preciso tomar medidas para que

⁴⁸² Adotada na 16.ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em outubro de 2008 na cidade de Quebeque (Canada), sobre o tema da preservação do espírito do lugar.

⁴⁸³ ICOMOS, 2008.

⁴⁸⁴ ICOMOS, 2008: 1. Referência à Declaração Kimberly (2003) e os valores intangíveis nas comunidades locais, à Declaração de Xi'an (2005) na conservação dos contextos enquanto formas e práticas, à Declaração de Foz do Iguaçu (2008) nas componentes tangíveis e intangíveis do património.

⁴⁸⁵ Soares & Neto, 2013: 142.

Ávila, o seu centro vital, o seu ‘casco histórico’ não fique vazio e reduzido a um destino exclusivamente turístico, e dotá-la de novas razões de vida e evitar que se converta num museu fechado e silencioso nas noites, só animado pela passagem dos turistas durante o dia”⁴⁸⁶. Em Rochefort (França), as recentes décadas de urbanidade e a fixação de novas infraestruturas afetaram a tradicional malha territorial, onde a ocupação da periferia e a procura de edifícios mais confortáveis, face aos vetustos imóveis da densa teia urbana, levou à migração da população para novas áreas, com despovoamento e degradação dos bairros antigos, “o centro histórico, excêntrico geograficamente, perdeu gradualmente a sua substância e viu diminuir o seu papel dinâmico na cidade”⁴⁸⁷.

O desenvolvimento integrado nos núcleos históricos requer o primado da conservação patrimonial e, em igual percentagem, a sua qualificação para utilização quotidiana, pois só assim se consegue prover a sustentabilidade. Pese embora os monumentos e o património cultural conservado para esse fim, sejam fontes de benefício incluídos na teia da cidade, estes estão porém sujeitos à contínua utilização, latente nos edifícios reconhecidos como pecúlio e não na consubstanciação do edifício patrimonial. Ao aceitar a preexistência e apreender a adaptação que se consegue em consciência viabilizar, a conservação do património edificado assegura a continuidade da sua missão no seio urbano pois, “conservação é sobre a gestão cuidadosa do local e da forma de o preservar, sustentar e interpretar com significado patrimonial”⁴⁸⁸.

O conceito intrínseco que a durabilidade do património suscita em Sesimbra, é igualmente um paradigma da conservação, reconhecido na integração de múltiplos interesses como na diversidade de atores envolvidos, ambos com diretos reflexos no processo urbano, seus custos e seus benefícios, seja a curto, médio e longo prazo, pois o património, por princípio, afigura-se exemplo de antiguidade e de continuidade. Esse sentimento de continuidade torna-se essencial na salvaguarda do edificado ancestral, onde o sentido de identidade é um embrião de potencialidades geradoras de benefícios que se reforçam mutuamente, mercê dos diferentes elementos que constituem a teia

⁴⁸⁶ Díaz, 2001: 385. *Ante ello es preciso tomar medidas para que Ávila, su centro vital, su «casco histórico» no quede vacío y reducido a un destino exclusivamente turístico, y dotarla de nuevas razones de vida y evitar que se convierta en museo cerrado y silencioso por las noches, sólo animado por el paso de los turistas durante el día.*

⁴⁸⁷ Coussy, Martin-Laval, Roze, Carrié, 1998: 17. *Le centre historique, excentré géographiquement, perd progressivement sa substance et voit diminuer son rôle dynamique dans la Ville.*

⁴⁸⁸ MacDonald, 2011: 894. *Conservation is about the careful management of the place in ways that preserve, sustain and interpret heritage significance.*

patrimonial da cidade e da sua comunidade, o que no contexto europeu, se torna reconhecível como objetivo estratégico para o crescimento.

O interesse pelo património cultural, e por acréscimo pelo legado histórico urbano, perfila num rumo ascendente aos interesses e às expetativas dos utilizadores urbanos, sejam residentes sejam visitantes, na busca de vivências pacatas como de novas experiências que aliam o utilitário com a diversão, em momentos memoráveis e compensadores. Cada vez mais a visita à cidade não se rege só por necessidades de bens ou de serviços, a qual está influenciada pela oferta cultural e pelo lazer que esse espaço tem para oferecer, uma das principais motivações para a visita. Não obstante, se como referem Bob MacKercher e Hilary du Cross, o “turismo é conduzido pelas atrações”⁴⁸⁹, a fruição do espaço histórico urbano e a valorização do turismo cultural associado, o pitoresco do lugar e a sua lotação, permitem gerar motivos de interesse que tendem a ser orientados numa perspetiva integrada.

Apostar na criatividade e no estímulo de novas sensações, através da associação de equipamentos de lazer e da implementação de iniciativas de desfrute, permite criar um parque temático ou implementar um recinto de festa. Porém, não pode ser esta uma meta objetiva imposta ao espaço urbano e à sua comunidade residente, dentro do que se define por núcleo tradicional ou por centro histórico, sob o risco de se promover a descaracterização do lugar e distorcer a sua existência atual. Eugenio Yunis⁴⁹⁰ realiza uma abordagem mais profunda em torno destas questões, a qual subjacente ao relacionamento entre o turismo e o património em cinco perspetivas de interpretação.

Na primeira, o turismo não é suficiente para afiançar a conservação do património, pois os benefícios imediatos favorecem os operadores privados que porém, não concorrem para a conservação, além de que a administração local só auferir de retorno indireto de recursos fiscais sobre o investimento. Na segunda, a concentração turística em certos períodos do ano dificulta o retorno, o que exige uma extensão desses períodos de afluência e o envolvimento de produtos e de públicos mais diversificados. Na terceira, o turismo assume-se como fator importante para o desenvolvimento de pequenas empresas, criação de emprego e vitalidade socioeconómica. Na quarta, a promoção do património cultural prefigura-se fator de qualificação para a imagem da cidade e de atração para investidores, na qual, surge o turismo como elemento central na estratégia de imagem urbana. Na quinta, a estrutura tributária e a distribuição das

⁴⁸⁹ Soares & Neto, 2013: 142. *Tourism is driven by attractions*.

⁴⁹⁰ Eugenio Yunis in AAVV, 2008: 66-67.

receitas fiscais entre o Estado e as autoridades locais é tema basilar, pois as receitas vindas do turismo beneficiam essencialmente a administração estatal.

O primado formalista de considerar o núcleo histórico urbano como *museu aberto*, assume contornos adversos à visão inicial de salvaguarda patrimonial, pois atalha a construção da população residente e limita a empatia de novos espaços comerciais, o que acaba por suscitar zonas vazias e áreas devolutas, que atraem residentes deslocados e atividades menos lícitas. Com o tempo, os proprietários nesses núcleos históricos são um punhado de moradores recenseados e donos de lojas, grande parte elementos idosos que não asseveram uma comunidade interessada em revitalizar o núcleo urbano, sem disposição anímica para proteger o seu próprio património, o que torna estes espaços, *ilhas* no perímetro urbano.

Esta situação pode evoluir para outro patamar mais complexo, a exclusão social proveniente de fora ou, mesmo vinda de dentro da comunidade, pois o núcleo histórico tem áreas quase que dedicadas a visitantes e turistas, com serviços especializados e de acesso mais encarecido face às capacidades financeiras medianas da comunidade local, o que leva a que passem a existir serviços que se vinculam quase em exclusivo para a comunidade local, e onde o turista não é tão bem acolhido. Deixa de existir um interface de comunicação no histórico espaço urbano, mais visível ao anoitecer quando os espaços turísticos estão vazios e os recintos de utilização local, permanecem em uso, iluminados por luzes difusas e ambientes marginais.

Para Jesús Recio⁴⁹¹, o património é parte integrante da comunidade, pois transmite a sua identidade ao território, o que para a correta fruição desse legado, requer-se um programa estratégico para a sua sustentabilidade na forma de um plano de gestão integrada para a unidade do território, aplicado a sistemas patrimoniais e a projetos culturais, como sucede com o PAHIS, para o património histórico de Castela e Leão⁴⁹².

A aposta reside assim no envolvimento de todos os intervenientes no espaço urbano, atores que compreendem a dinâmica da cidade, a sua natureza, as suas funções e a sua identidade, e que permitem corporizar relações que diariamente se entrecruzam em primeira linha com as tendências de mudança. Esta teia de relacionamentos apresenta-se imprescindível para construir a estrutura social que vai apoiar a conservação do património histórico urbano, onde os líderes sejam políticos sejam mentores vindos do

⁴⁹¹ Jesús Recio in AAVV, 2013b.

⁴⁹² O *Plan PAHIS 2004-2012*, atualizado no *Plan PAHIS 2020*, é um plano de gestão sustentável do território e das populações, implementado pela Junta de Castela e Leão (Espanha) para proteger e conservar o património histórico comunitário, fomentar o seu conhecimento e promover a sua difusão.

seio da comunidade, são elementos-chave no sucesso desse processo pois, “a sua capacidade de agir repousa sobre a capacidade de envolver os cidadãos na construção e partilha da compreensão de valores, problemas, objetivos de longo prazo e escolhas para as decisões, incluindo aquelas que exigem sacrifício ou paciência”⁴⁹³.

Mais que prever uma ordem de especulação e de interesses em torno dos recursos patrimoniais, há que preparar uma fruição controlada e sustentável do património urbano, um desafio que se quer societário, amparado por um planeamento responsável estruturado não só em linhas de orientação social e económica, mas também, ambientais e de governança, pedagógicas e lúdicas. Em tal envolvimento permite-se ao património cultural concorrer para uma economia social, capaz de mobilizar os recursos da comunidade perante objetivos reconhecidos, não só como resultado de fatores objetivos ou quantificáveis, mas como expressão do sentimento de pertença a uma cidade, a uma identidade e a um património coletivo, que é o seu.

A questão torna-se mais relevante quando se questiona o futuro da atual cidade portuguesa, não só em termos do seu desenvolvimento sustentável mas, sobretudo em termos da sua identidade, transposta nas relações que se criam com o património urbano. A análise complexifica-se quando nos aproximamos das premissas de crescimento da União Europeia, face à realidade nacional, quer na situação económica e social quer na equidade ambiental e valorização cultural. Se os princípios de cultura europeia assentam na igualdade dos géneros, na empregabilidade, no envolvimento da formação e educação cívica, na governança e no empoderamento, reflexos de uma experiência coletiva rumo à cidadania plena, estas porém são realidades que ainda não frutificaram no extremo ocidental do continente.

Neste contexto, o núcleo histórico apresenta-se como consciência coletiva da própria urbe e do seu progresso, mais que uma meta de afirmação política local, o qual se transforma, quando não integrado no espaço urbano, num precinto de contradição e de difícil convivência. Entendido muito para além de mero travão à interposição contemporânea, a sua permanência representa a manutenção do melhor que a cidade pode ter, a sua identidade e a sua singular história social. Por tal, as tradicionais áreas históricas estão muitas vezes associadas a realidades de carência e de abandono, onde estabilizar a vida económica, propiciar a integração social, assegurar ambientes

⁴⁹³ Dinu Bumbaru in AAVV, 2009: 70. *Their capacity to act rests on their ability to engage their constituency and citizen base in the building and sharing of an understanding of values, issues, and long-term goals and choices for decisions, including those which may require sacrifice or patience.*

qualificados, promover animação cultural e cultivar princípios de governança, são fatores que permitem aumentar as hipóteses de a cidade perseverar através do seu legado patrimonial.

Este entrecho requer indispensável margem financeira que permita a estabilidade a longo prazo das medidas a implementar, sem ver estas zonas desfavorecidas como um problema, mas antes, como uma fonte a explorar de capital urbano e de talento comunitário, um nicho de potencialidades a apoiar como contributo para o crescimento da cidade no seu todo. Tal observância torna de todo pertinente reenquadrar um outro tema, refletido na declaração de Toledo, o qual decorre da necessidade de refrear o crescimento ilimitado da cidade, a denominada expansão urbana, que se regista em sociedades com demografia basicamente estável ou recessiva.

O fenómeno está patente em muitas das cidades europeias, onde o crescimento suburbano é alimentado pelo aumento dos preços de habitação, pela descentralização do emprego, dos serviços e de instalações, o que induz, de forma contínua, o declínio da qualidade de vida de algumas zonas da cidade⁴⁹⁴. Mercê da variedade de grupos sociais como da diversidade de funções, sintoma de vitalidade urbana, há que estender a qualidade de vida, a atratividade e o acolhimento a todas as realizações da cidade, com particular incidência no seu centro, e especialmente nas áreas residências.

Noutros casos, e de modo muito particular nos núcleos históricos, assume-se a necessidade de implementar mecanismos conducentes à redução da exclusão social, de modo a minimizar os efeitos das mudanças suscitadas no plano residencial pelas intervenções de reabilitação, as quais podem contribuir para a elitização com consequente migração de estratos residenciais, e do seu modo de vida, vitais para o equilíbrio do espaço urbano. A coordenação das entidades públicas nos programas de regeneração urbana torna-se fundamental, não só por assegurar a sua solidez financeira mas, para garantir objetivos sociais e metas ambientais, através de premissas inclusivas de intervenção e da definição de áreas de parceria com agentes privados, quer na capacitação de competências quer no potencial de investimentos a realizar, o que certifica a promoção do primado da sustentabilidade integrada.

O património urbano, em todas as suas expressões, constitui um recurso, embora finito, amplo e diversificado que se torna fundamental no reforço das condições de habitação e de prestação de serviços nas cidades contemporâneas, pois “como o futuro

⁴⁹⁴ EU, 2010: 6-7.

da humanidade depende de planeamento e gestão de recursos, a conservação tornou-se a estratégia para o equilíbrio entre o crescimento urbano e a qualidade de vida de forma sustentável”⁴⁹⁵. Neste âmbito, o estudo em torno dos núcleos, da paisagem e da cidade histórica, é um instrumento imprescindível não só para a perceção dos seus valores e da sua identidade mas, face à complexa implementação das políticas de gestão, conferir consciência às realidades presentes pelo entendimento do seu significado, comunicado de forma legível a todos os intervenientes no espaço urbano.

As potencialidades suscitadas pelo apoio aos investigadores locais, pelo envolvimento de centros de estudo ou pelas parcerias com instituições universitárias, são dos primordiais desígnios que se permitem alcançar, enquanto abordagem metodológica à paisagem histórica urbana que documenta, mapeia e aborda de forma global, as áreas urbanas e a sua evolução, base indispensável para enquadrar futuras propostas de intervenção. A conservação do património tende pois a ser uma das vias mais prementes para o crescimento integrado do espaço urbano, pela sua capacidade de gerar benefícios na economia local, em termos de rentabilidade financeira e de oportunidades de emprego, a qual tem de igual modo que ser entendida como veículo de promoção das competências sociais e plataforma de inclusão dessa diversidade.

Ao revisitar tal interpretação, “este reconhecimento tem ditado uma atitude e um curso de ação baseado numa abordagem de planeamento estratégico urbano, que fisicamente contém o tecido urbano e seus vários sítios, ao contrário da abordagem restrita que incide sobre a conservação de edifícios individuais ou sítios”⁴⁹⁶, o que permite incorporar as lideranças e os atores locais como pares em todas as fases do processo, da definição analítica das metas à implementação dos mecanismos e à monitorização dos resultados. Concede-se à comunidade a primazia das suas competências de governança, e daí, de governação.

A governança implica a participação e a perceção de que existe o direito garantido a participar, através da clareza do âmbito e do objetivo dessa participação. Expressa-se uma relação dialogante com todos os intervenientes, de modo a assegurar o envolvimento dos necessários atores chave e agentes locais com relevância, onde se

⁴⁹⁵ UNESCO, 2011: 5. *As the future of humanity hinges on the effective planning and management of resources, conservation has become a strategy to achieve a balance between urban growth and quality of life on a sustainable basis.*

⁴⁹⁶ Shchory & Shamir-Shinan, 2011: 920. *This recognition has dictated an attitude and course of action based on an urban strategic planning approach, which physically contains the urban fabric and its various sites, as opposed to the narrow approach that focuses on the conservation of individual buildings or sites.*

prioriza-se, com realismo, as abordagens estratégicas numa perspetiva de longo prazo, intimamente direcionadas para um objetivo final, o afirmar de uma visão estratégica para o crescimento integrado no horizonte 2020.

Estas áreas prioritárias devem ser vistas não de forma genérica ou ambígua, mas como vantagens competitivas. Devem ser credíveis, efetivas, precisas, eficazes e adequadas ao concreto, para que os potenciais riscos de tal especialização sejam mensurados, na perceção das respostas a criar. Como refere a Comissão Europeia⁴⁹⁷, há que evitar riscos e erros do passado ao conter o financiamento aos *lobbies* mais influentes, ao reduzir as prioridades e ao findar com o *status quo* oportunista, há que cessar com a tendência de imitar outras regiões e apostar na criação específica de cada região, alicerçada nas suas próprias capacidades.

O estudo do «Plano Estratégico de Turismo para Sesimbra» preconiza uma perspetiva da evolução da vila como espaço moderno e sofisticado, onde se valorizam as suas raízes históricas e culturais através de uma vivência de comunicação entre a modernidade e tradição. Constitui-se este como um lugar atrativo e de expansão internacional, apoiado num elevado padrão de oferta turística e suportado na criação de produtos associados, o que requer investimento dos agentes privados na qualificação das ofertas com elevados padrões profissionais⁴⁹⁸.

Nesse estudo indicava-se um exemplo modelar a seguir, o de Capri, povoação situada numa ilha na costa italiana, tradicional destino turístico com características muito próximas a Sesimbra, com um porto marítimo e uma história antiquíssima, numa área de 1000 hectares e com uma população na ordem dos 13.000 habitantes, dos quais, 7000 são residentes na urbe. Trata-se de um destino consolidado, associado ao mar e vocacionado para as atividades náuticas de lazer, o qual acolhe cerca de 500 mil dormidas por ano, dominadas pelo turismo interno com perto de 50%, sustentada numa oferta hoteleira variada, desafio na conexão entre a modernidade e o tradicional, patenteada na valorização natural do mar Tirreno e do monte Solaro, complementada pela aposta na economia marítima e no mercado doméstico⁴⁹⁹.

Com base nesta abordagem, a visão local de Sesimbra deve ser a primeira disposição para agir no desenvolvimento da região, sustentada num amplo consenso e preparada para as futuras etapas de execução, ao acomodar prioridades realistas e traçar

⁴⁹⁷ CE, 2012: 52.

⁴⁹⁸ CMS, 2009: 104.

⁴⁹⁹ CMS, 2009: 106.

percursos específicos que justifiquem a sua relevância face aos desafios que afetam o porvir. Há que facilitar diferentes abordagens de compreensão social, novas linhas de fomento económico, perspetivas suportáveis de orientação ambiental, diretrizes inovadoras de importância cultural e alinhamentos participados de governança.

Cumprir este desígnio, requer capacidade de análise de resultados através de mecanismos de acompanhamento, monitorização e de avaliação, que permitam ir além da mera observação de custos e benefícios, ao identificarem leituras transversais a partir de indicadores em várias áreas temáticas, inseparáveis do crescimento integrado. Implementar esta abordagem não requer saberes especiais ou extraordinários, o básico reside no conhecimento das realidades e das capacidades locais, dos agentes empreendedores e das oportunidades de desenvolvimento.

Estratégias inteligentes, sustentáveis e inclusivas, exigem uma especialização inovadora capaz de abordar a alocação de prioridades, como de recursos, intrínsecos ao território e à sua população, através do envolvimento de todos os interessados num processo partilhado e participado, o qual garante por meios próprios a afirmação de uma norma de priorização orientada para o entendimento do processo de regeneração urbana integrada como um desígnio coletivo.

5.4. Os recintos, os equipamentos e os usos

No mundo atual, o património histórico representa um momento de reflexão quanto à valorização da sociedade na busca do seu maior aprofundamento civilizacional, quer face ao indivíduo quer perante o coletivo, pois a fruição patrimonial incrementa o nível cultural e qualifica a vivência em sociedade. Raia hoje como legado que urge assegurar sob o primado da sua salvaguarda, o legado do bem cultural para a geração seguinte, em que mais que medidas teóricas, e declarações de intenções, requerem-se planos orientadores e intervenções locais coesas que contribuam para manter a autenticidade como igualmente promovam o empreendedorismo, de modo a permitir com sustentabilidade assegurar o futuro.

Falar de crescimento e de qualidade de vida, mesmo reportado à especificidade do património urbano, abordar sempre a dimensão económica, com o turismo cultural, e a social, com a inclusão dos mais necessitados, a ambiental, com a redução da pegada ecológica, a cultural, com a universalidade da fruição, e a governança, com o envolvimento das comunidades. Todas têm impacto direto no crescimento integrado, o

qual, por sua vez, têm binómios específicos para o espaço urbano como a gestão imobiliária, a beneficiação de acessibilidades, a gestão de resíduos, os eventos lúdicos ou os conselhos locais.

São vários os casos de conjuntos edificados em que se entendeu a dinâmica do património cultural, utilizada como motor de desenvolvimento, medida que foi benéfica quando logrou valorizar a *entente* entre a sociedade moderna e o património. Exemplo desse desígnio, muito ligado às estruturas de incidência turística, encontra-se em Espanha com a Junta de Paradores y Hosterías del Reino que em 1928, inaugura a sua rede de *paradores*, pousadas estabelecidas em monumentos de interesse histórico e cultural, como o *parador de Gredos* (Ávila), o primeiro a ser instituído, conceção de uma rede de atratividade onde se combina a história e a paisagem nos monumentos como repousos de tradição. Em Portugal, o figurino foi adotado pelo Secretariado de Propaganda Nacional que em 1940 apoia a estalagem do Lidador (Óbidos), iniciativa que em 1946 foi substituída por um novo projeto de pousadas em monumentos nacionais que se inaugurou em 1950 com a pousada do Castelo de Óbidos⁵⁰⁰. O exemplo ibérico será mais tarde replicado noutros países europeus, onde se promoveu a associação de pousadas a monumentos de interesse histórico, na Áustria com os *Schlosshotels* (1965) e na Irlanda com a *Ireland's Blue Book* (1974), em França com os *Châteaux & Hôtels Collection* (1975), na Grã-Bretanha com a *Pride of Britain Hotels* (1982) e em Itália com *Abitare la Storia* (1995)⁵⁰¹.

Emerge por esta via o benefício da valorização de imóveis projectos como novos equipamentos de conforto, em que se adaptam as realidades construtivas que os edifícios mais antigos possuem, a projetos de empreendedorismo e de inovação tecnológica que renova as edificações quanto à sua funcionalidade. Esta estima torna-se mais profícua quando o imóvel se enquadra no todo da cidade, estrutura orgânica onde as relações funcionam num sistema de interesses partilhados, autónomos entre si mas coincidentes na utilização. Aí, a cultura tem maior relevo quando, pelo seu valor como ativo, é entendida como parte fundamental de um plano de ação que coordena vários escalões como os recursos humanos e os equipamentos, as iniciativas e a divulgação.

As alterações ao espaço urbano e as significativas mudanças arquitetónicas e estruturais que se configuram em Sesimbra, antes de serem evitadas, deveriam ter sido claramente refletidas, de modo a antever o seu contributo para benefício do espaço

⁵⁰⁰ Soares & Neto, 2013: 104, 111.

⁵⁰¹ Soares & Neto, 2013: 111.

urbano e dos seus valores intrínsecos, não só culturais e patrimoniais, mas também ambientais, sociais e económicos. Patenteia-se o efeito negativo que as alterações não ponderadas tem na atualidade, momentos de expansão por extensão espacial do centro para a periferia ou de interesse imobiliário da periferia para o centro, fenómenos que uma antevisão permitiria minimizar impactos futuros ao identificar situações e padrões de análise, e ao associar soluções para salvaguarda da sintaxe urbana. Nessa linha, o plano cultural tende inevitavelmente a considerar os equipamentos e os recursos, as intervenções face às metas, onde questões como a proximidade, a centralidade ou a difusão, são essenciais quanto ao inventário de recursos e aos equipamentos existentes. A distribuição espacial e as apetências de ação quanto à missão urbana, os pontos fracos que se identificam e os pontos fortes que se salientam, os potenciais riscos e as potencialidades de sucesso, são linhas objetivas que permitam racionalizar uma cultura de memória e de inovação, apenas a espaços de referência.

Ao verter o entendimento do espaço urbano sob a epístola pedagógica de que formar será mais que ministrar ensinamento, promovem-se aptidões e desenvolvem-se competências, onde os equipamentos ligados à cultura podem ser recintos inclusivos na mediação do quotidiano, enquanto confluência de sentimentos de realidades em que efetivamente, o património é marca presente. Esta será uma leitura que, no caso de Sesimbra, merece um novo olhar quanto aos equipamentos atualmente existentes, os quais, dispersos pelo aglomerado não logram porém, alcançar todo o seu protagonismo na sua função social de mediadores culturais e espaços intermediários, porquanto insulas onde se permitem cruzar campos experimentais para o conhecimento e a aprendizagem com apetências de lazer e bem-estar, que valorizam o papel da cultura no espaço urbano, em que envolver diferentes formas de expressão e acolher diversificados utilizadores, propicia um desfrute racional que se experiencia no subconsciente.

Na primeira abordagem indica-se o arquivo histórico, comumente entendido como um depósito de documentos e registos. Embora seja esta a mais conhecida valência da sua atividade, o inventário e a catalogação de documentos, em si potencia um conhecimento imanente da sua missão de arquivo de espólio enquanto legado de memoriabilidade, o que assim, mais o promove enquanto edifício funcional na vivência da cidade, com um papel que se quer mais relevante na gestão de fundos históricos, propício repositório do contexto local com reflexos na própria gestão do quotidiano.

Noutro plano o museu, o mais paradigmático exemplo patrimonial que, na atualidade com a massificação da cultura, tornou-se um equipamento equívoco com

áreas de ação desde o tradicional legado de objetos ao renovado papel de inovador social. A requalificação urbana do núcleo histórico e o realçar do turismo cultural, tornaram o museu centro de abordagem ao património, porém, como paradoxo, onde, “a preocupação com a arte ou com o património foi substituída pela criação de uma indústria museística como principal lógica de base para a promoção do museu”⁵⁰², aqui com o seu grau de inovação preso à rentabilização da imagem e da cativação de públicos com base na anástrofe local, busca que procura enlevar o interesse do visitante nos atrativos culturais e não na conservação do legado cultural.

A biblioteca é atualmente o espaço mais central na teia urbana, não só pela sua localização como pela sua função, local onde se guarda o conhecimento da escrita e onde se encontram gerações. De casa do conhecimento, a biblioteca evoluiu até ao estatuto de casa da cidadania, onde se acede a diferentes níveis de informação e se congemma a própria socialização, pois na sua missão no espaço urbano, a biblioteca apresenta-se como o local de depósito e consulta de livros, mas também o local onde o conhecimento se prepara, e com este a participação social através do legado da escrita como comunicação de ideias e transmissão de conhecimentos. Tal facto torna-o um equipamento central, universalmente acessível a diferentes públicos num mesmo nível ordenado que permite satisfazer as necessidades dos utilizadores, não só pela utilização do equipamento, mas pelo acesso à informação, luzeiro cultural da comunidade.

Também o cineteatro enquadra os esforços de fruição cultural no espaço urbano, em que se o teatro e o cinema são duas artes diferentes, o mesmo palco que os acolhe, une-os numa dimensão que vive da procura e não da oferta. Como refere Iñaki Aguileta, “sociologicamente, o gosto pelo teatro é um fenómeno urbano, diretamente relacionado com o tamanho da população, e que aumenta conforme o nível de estudos que se possui”⁵⁰³, enquanto o cinema, como explana Inês Gil, suscita uma atmosfera única, “porque um filme exprime sempre ‘qualquer coisa’ que vai para além da mera representação e que está, no domínio psíquico e afectivo, percebido pelo espectador”⁵⁰⁴. A dimensão deste equipamento requer elevado nível de apoio à produção, sem que tal porém previna um minorado nível de rentabilidade, pois o seu maior potencial reside na

⁵⁰² Aguileta, 2000:103. *De manera que la preocupación por el arte o el patrimonio ha sido sustituida por la creación de una industria museística como principal razonamiento de base para el impulso museístico.*

⁵⁰³ Aguileta, 2000: 133. *Sociológicamente, la afición teatral es un fenómeno urbano, directamente relacionado con el tamaño de la población, y que aumenta según lo hace el nivel de estudios que se posee.*

⁵⁰⁴ Gil, 2005: 17.

vocação de envolver distintos agentes culturais. O fator fundamental é assim a sua constância na existência quotidiana, o que permite enquadrar públicos em eventos costumados mas pouco assistidos, como em iniciativas pontuais, eventos de elevada assistência que centram em si o momento urbano.

Quanto ao auditório, repartido entre a missão cultural e a afetação funcional à Assembleia Municipal, surgem num momento em que as necessidades culturais conduziram à sua criação como forma de aproximação do cidadão. Espaço de encontro e partilha com diferentes cânones face ao tradicional museu e à biblioteca, reflete uma relação de universalidade que acolhe distintos projetos culturais e diversos públicos espetadores. A sua implantação no espaço urbano ocorre igualmente central, estruturado como área versátil agregadora de diferentes funções e serviços disponíveis à participação pública, em que mais que um equipamento cultural, assume-se como um espaço de socialização que contribui para identidade através da participação cidadã.

A galeria, por natureza espaço de exposição artística, no momento associada ao projeto temporário *Galeria em projeto* de arte urbana, apresenta uma faceta de cariz momentâneo, apartada da tradicional dimensão económica pela qual se valoriza a cultura e a arte como um ativo expositivo. A sua função de exposição está consubstanciada na promoção de jovens artistas e de eventos temáticos nascidas do associativismo local, ao acolher projetos de arte urbana como *grafittis* a obras de arte efémera, a par de mostras de escultura ou pintura, artesanato e *hands and craft*, em que o leque de potencialidades é tão maior quanto maior é a receptividade cultural local para essas experiências. A oferta aqui formulada assenta na inovação e no risco de novos modelos que procuram, pelo caráter audacioso da criação jovem, promover uma assertiva relação de dialética entre criadores e públicos, o que permite apresentar tendências diferentes e apoiar o potencial de promoção da criação cultural.

Nas cidades contemporâneas, muitos dos edifícios e sítios de interesse patrimonial reconhecidos estão sob a propriedade da administração pública, nomeadamente estatal, pese embora os municípios alcancem a sua gestão. Da fruição desses recintos resultam receitas públicas que, no caso dos municípios, entram no conjunto geral das receitas municipais sem redireccionamento concreto para esses mesmos locais. Daqui se depreende que os interessados pelo património cultural vejam duplicadas as suas contribuições financeiras, estas vindas não só dos impostos que todos os cidadãos pagam e que custeiam o património cultural reconhecido, mas também pelo facto de o interesse pelo seu usufruto levar a pagar a sua própria fruição.

Coloca-se aqui a questão do utilizador-pagador, que por princípio se prefigura como uma postura que tem sido aceite como forma de medir a sustentabilidade do património cultural. No entanto, esta medida não é tão expressiva quanto à conservação, pois os riscos de destruição, de vandalismo ou de deterioração, decorrem de agentes que não contribuem conscientemente para o património, mas que acabam por envolver toda a capacitação disponível em termos financeiros, caso dos agentes atmosféricos e nomeadamente dos atos humanos. Do usufruto do bem público com o beneficiador-pagador peregrina-se para a sua conservação com o cidadão-mecenas, em que a questão prende-se com a afetação de verbas nos orçamentos públicos para o património cultural, pois em muitos casos, os edifícios e os sítios históricos não conseguiriam sobreviver só com os recursos por si gerados, por tal, qualquer alocação específica será de facto incoerente com o princípio da subsidiariedade da cultura pelas entidades públicas.

Tal como no caso dos utilizadores, o financiamento do património cultural tem essa vertente compulsiva que resulta das verbas da administração pública, cativas em impostos que se aplicam indiretamente no património, incentivo que no caso das parcerias entre investidores públicos e privados, surge no início do processo como garante da subsistência financeira. Com o cidadão-mecenas, cabe à gestão patrimonial aprimorar os seus investimentos próprios ao capitalizar verbas que podem ser utilizadas diretamente. Gera-se um efeito positivo na captura de futuros investimentos pois, o retorno provido pela fruição cultural efetiva-se e tem tendência a crescer, em sentido progressivo, face à capacidade de investimento público.

Este entendimento, embora noutro contexto conexo, está refletido na preservação de edifícios antigos e na conservação de bairros tradicionais para a continuidade dos habitantes, pois convertem-nos em locais mais agradáveis⁵⁰⁵, atrativos a visitantes e acolhedores a novas atividades, o que enquadra a conservação do património edificado como parte do processo de planificação da cidade. Associa-se aqui a habilidade para formulações claras de como os benefícios da conservação e da valorização patrimonial se difundem na melhoria da qualidade de vida da comunidade local, principalmente, quanto a avaliadores sociais, económicos, ambientais ou de governança.

Para Sesimbra, o conceito de *reabilitação* deve assim ultrapassar o simples restauro de edifícios e de fachadas, a reformulação de pavimentos e de infraestruturas, a criação de espaços de lazer ou a promoção de valências turísticas. Assume-se que ao seu núcleo

⁵⁰⁵ David Throsby in AAVV, 2008: 24.

histórico deve estar associado um conceito de *regeneração integrada*, contexto transversal de coerência com o lugar, onde são desenvolvidas utilizações e qualificados espaços que conferem dinâmica, sem adulterar lugares ou reinventar quotidianos. Funcionaliza-se sem recorrer à uniformização de um modelo tratadístico para o núcleo histórico, como sucede com o centro histórico, propagado por diferentes cidades com um conjunto de equipamentos e de funções, de usos e de recursos, replicados em tantos outros centros históricos, sem apreciar a singularidade da própria cidade.

Em tal paradoxo, com o sector privado surgem novéis interesses na valorização do património edificado urbano, inclusive, e em certa medida, mais que o interesse público, quando a cidade é provado espaço de desenvolvimento onde cabe, por missão ao interesse público, conferir vivacidade a tais particularidades. Se por um lado o financiamento público tem tendencialmente maior propensão de captação e de continuidade, por outro, o investimento privado tem formas positivas de capacitação que superam as do público. Desde logo, a habilidade de negociar financiamentos com entidades bancárias, a agilidade e celeridade nos procedimentos de contratação, a detenção de conhecimentos específicos de trabalho nas áreas da construção e da exploração comercial, a conveniência em assumir intervenções rápidas e eficientes para célere retorno do investimento.

São estas algumas das mais-valias que a intervenção privada pode beneficiar para a estratégia de conservação urbana, ao propiciar resultados partilhados com as intenções da administração pública. Outra das premissas da intervenção privada decorre da análise ao risco, da sua incidência no investimento e como pode o mesmo ser minimizado, pois se o risco for uma constante em todo o investimento, é no setor privado que a sua relevância será mais exacerbada, pelo que se procura sempre minimizar, ou partilhar esse potencial, através de parcerias como forma de aplacar a incerteza. Neste campo e como ferramentas tradicionais, existem os apoios e subsídios por parte da administração pública, que partilham de forma direta a despesa, pese embora, essa opção suscite dúvidas sobre a proteção do interesse público face à coerência do interesse privado, pois se permite minimizar o risco privado, em análogo, aumenta o risco público através de mais despesa em favor do investimento privado.

Porém existem formas complementares de minimizar o risco privado através de outras plataformas de entendimento, essencialmente indiretas por parte da administração pública mas com repercussões diretas no investimento privado. Casos da regulamentação legal e normativa, pese embora as disposições legais dependerem

sobretudo do Estado, o que requer um nível mais elevado de enquadramento face à legislação existente, ao passo que os normativos estão em quase tudo dependentes dos planos municipais de gestão do espaço urbano, o que permite convenções de entendimento face a objetivos comuns. Outra das formas de conciliação passa pelos procedimentos administrativos, pese embora o mecenato tenha legislação específica, através do incentivo financeiro transposto na redução de taxas e de impostos, a que se soma a diminuição da carga burocrática, a valorização da transparência e a confiança na elaboração e aprovação de projetos, ou o acompanhamento técnico desde os estudos prévios, anteprojetos e projetos até à execução em obra e subsequente fiscalização.

A perceção da utilização, como da não utilização, do património histórico no perímetro urbano, sente-se no seu quotidiano através da evolução da cidade histórica, criada com uma determinada dimensão e muitas vezes função, mas que na atualidade se vê ultrapassada pelo avanço demográfico e pelas mudanças de utilização do seu espaço e da sua missão enquanto núcleo agregador. Neste contexto particular, requerem atenção as áreas urbanas mais desfavorecidas, as quais muitas das vezes associadas a núcleos históricos, onde emergem desafios inerentes às mudanças nas estruturas económicas e sociais suscitadas pelo mundo contemporâneo.

Como se defende na carta de Leipzig, uma política de habitação social bem concebida constitui meio eficaz para a coesão social e para a integração do espaço urbano, pois habitações salubres, condignas e a preços acessíveis, tornam as áreas marginais mais atrativas para os jovens como para as pessoas idosas⁵⁰⁶. Este apresenta-se como um outro legado da memória urbana, pois com Francesco Siravo, “apesar da situação atual, as cidades históricas são os únicos modelos bem-sucedidos de espaços humanos equilibrados e sustentáveis; e os únicos que podemos com confiança passar às gerações futuras como repositório de uma tradição ininterrupta de construção da cidade, relevante até este mesmo dia”⁵⁰⁷.

São assim entendidos como contributos para a equidade no espaço urbano a existência de uma rede de transportes eficiente e a preços razoáveis, um sistema de saneamento com recolha seletiva e tratamento dos resíduos domésticos, uma rede de abastecimento energético de baixos custos, medidas padronizadas de sustentabilidade de

⁵⁰⁶ EU, 2007: 5.

⁵⁰⁷ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 25. [...] *in spite of their current plight, historic cities are the only successful models of sustainable, balanced human settlement we have; and the only ones we can confidently pass on to future generations as the repository of an uninterrupted tradition of city building that continues to be relevant to this day.*

edifícios particulares e espaços públicos com oportunidades universais de acessibilidade, tudo fatores que tem iguais, e bem evidentes reflexos no benefício do recinto histórico das cidades.

Deste ponto de vista, e considerada para Sesimbra a otimização de recursos e a sustentabilidade do investimento, a reabilitação do património edificado potencia que muitas das deficiências existentes no atual parque urbano possam ser superadas, particularmente as que resultam de arquiteturas antigas com padrões construtivos de baixa qualidade, através de modelos de regeneração que melhorem a funcionalidade dos imóveis face às necessidades atuais de habitabilidade. Em paralelo, requerem-se condições de concordância para implementar medidas de eco-eficiência, solucionar problemas de acessibilidade, consolidar a congruência arquitetónica ou fomentar a contínua identidade funcional através da qualificação do ambiente urbano.

Assegurar estas metas requer um programa de regeneração integrada que considere o espaço urbano como um todo, através do estabelecimento de diagnósticos de problemas e de perspetivas de oportunidades, pelas quais se determinam ações a aplicar e se coordenam sinergias que assegurem consensos. Melhorar a conectividade territorial com a comunidade e os potenciais agentes promotores, através de serviços qualificados e da minimização das barreiras infraestruturais, melhora a eficácia urbana e reforça a competitividade no quadro do crescimento das cidades europeias.

A prossecução desta estratégia integrada reclama a correlação entre atividades económicas e investimentos, assente na qualificação de infraestruturas modernas e eficazes. Tal desígnio pode ser alcançado através da melhoria do parque imobiliário, nomeadamente dos espaços degradados quanto a conceções espaciais ou à conservação do edificado, pela eficiência energética e aposta na criação de recintos com espaços multifuncionais para habitação, atividades profissionais e áreas de lazer, integrados contributos para aumentar a sustentabilidade e estruturar os investimentos realizados, com o objetivo da melhoria do ambiente urbano numa estratégia de longo prazo.

Áreas ricas em paisagens naturais e culturais requerem uma atenção muito especial sobre o melhor uso desses ativos, onde a criação de empregos com padrão ambiental e o reforço dos aspetos recreativos, complementam o primado da conservação do perímetro urbano através de uma abordagem que melhora a identidade local na consciencialização assumida pela comunidade quanto às suas paisagens enquanto legados partilhados. A gestão dos recursos naturais e a ligação aos valores culturais, ressaltam uma eficaz conciliação do sistema ecológico a uma coordenada valorização do património,

condições importantes para o desenvolvimento sustentável de longo prazo. Porém, tal só será possível com uma gestão territorial de ampla escala, com a planificação, por exemplo, de acessos facilitados em termos rodoviários e ferroviário, apoiados em portos e terminais aéreos, complementados por uma política concertada de infraestruturas energéticas no consumo como na produção. Requer-se assim uma gestão oportuna de benefícios e oportunidades, consequente com as especificidades territoriais, desde logo, ao nível metropolitano.

Quanto ao nível local, plasmado no contexto da piscosa póvoa, o envolvimento da construção no espaço urbano deve conciliar o envolvimento dos diretos interessados, não só promotores e administração municipal, mas também associações de residentes e investigadores dedicados à interpretação histórica da cidade, de modo a permitir uma abordagem onde se valoriza a compreensão da nova intervenção arquitetónica com a paisagem histórica urbana. Não se trata de sufragar as competências profissionais e estéticas do promotor e dos seus projetos, trata-se de fazer interagir quem propõe, quem valida, quem enquadra e quem utiliza o espaço urbano num processo inovador de colaboração, pensado em favor do investidor que promove, desde cedo, uma relação de partilha de interesses na utilização futura do novo edifício.

A eficaz capacitação desta metodologia permite aperfeiçoar a estratégia local de governação, suas redes de decisão e seus mecanismos de mobilização de recursos. Permite-se aos profissionais explorar a componente estética, científica e de *design* da intervenção arquitetónica, a qual valoriza a novidade construtiva e o empreendedorismo intelectual para enquadrar na cidade os exemplos de evolução, em espaços residenciais como em áreas públicas, com pleno respeito pela coerência dos padrões preexistentes e sob o fomento a metodologias de intervenção que contribuem para a conservação do património local.

A renovação das redes de infraestruturas, o incentivo à fixação de serviços de proximidade ou a qualificação das estruturas de acolhimento, são áreas de interesse comum que, apesar das limitações por motivos orçamentais, tendem a ser promovidas pela sua importância estratégica, embora por vezes despercebida no bom funcionamento do quotidiano urbano. Por aqui se mede a adaptabilidade da cidade histórica ao advento da contemporaneidade, ao permitir adaptações coevas para o bem-estar dos cidadãos, sem porém, ambicionar a perder os seus traços de identidade singular.

Torna-se pertinente que os sítios que contêm valores históricos devem ser áreas de interesse, para que os responsáveis, e todos os interessados, desenvolvam iniciativas

interdependentes na estrutura urbana, o que permite alinhar a área histórica da cidade como um recinto onde se promove a utilização integrada. Concentram-se aqui ativos que suscitam o interesse na conservação patrimonial através da promoção dos valores de utilização expressos na atração de novos residentes e utilizadores, sobretudo jovens, seja na compra ou no arrendamento de imóveis reabilitados, a preços acessíveis e com condições de beneficiação da qualidade de vida, próximos de espaços verdes, com acessos organizados e programas de lazer ou de entretenimento cultural. Criam-se assim novas plataformas de entendimento social, em que pela utilização de áreas comuns e de equipamentos partilhados se promovem iniciativas de criatividade e plataformas de participação, firmam-se linhas de governança que incentivam os cidadãos a envolverem-se na gestão da sua cidade, e com isso, contribuírem diretamente para o crescimento local e para a melhoria da qualidade de vida.



Foto 196 – No panorama europeu, a cidade expressa uma relação de identidade singular com o seu meio ambiente, aqui o mar enquanto fronteira. 1998 | La Valeta | Malta.



Foto 197 – O contexto natural é assim fio condutor da própria evolução do espaço urbano, sobretudo nas urbes de pendor fluvial e marítimo, com as suas frentes de água. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 198 – São também esses espaços de fronteira que se tornam apelativos à visita e sobretudo à construção humana. 2014 | Montreaux | Suíça | Ana Ferreira.



Foto 199 – A manutenção dos traços pitorescos no edificado residencial é relevante contributo para a identidade urbana. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 200 – Os espaços verdes na cidade são recintos de encontro da comunidade com os visitantes, atrativos para desfrute de tempo de lazer. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 201 – A conservação do edificado em relação com o meio envolvente é fulcral para o futuro da cidade património. 2014 | Bruges | Bélgica.

Tabela 4 – Quadro com a identificação dos valores de financiamento comunitário previstos no âmbito do Quadro Estratégico Comum 2014-2020. Quadro indicativo para o *Portugal 2020* com a afetação dos cinco principais Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), com identificação dos 11 Objetivos Temáticos (OT) associados às prioridades nacionais de intervenção e com as três ações complementares previstas, que estruturam o cumprimento nacional da *Estratégia Europa 2020*, com base nos dados tratados a partir da informação disponibilizada no Acordo de Parceria *in* SEDR, 2014: 181.

Objetivos Temáticos		FEEI					Total
		FEDER	FSE	FdC	FEADER	FEAMP	
OT 1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	2.328.812.052,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.328.812.052,00
OT 2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	294.924.687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	294.924.687,00
OT 3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura	4.509.808.033,00	0,00	0,00	1.285.653.348,00	214.228.847,00	6.009.690.228,00
OT 4	Apolar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	833.114.998,00	0,00	757.000.000,00	391.187.629,00	11.000.000,00	1.992.302.627,00
OT 5	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção e a gestão de riscos	31.800.000,00	0,00	401.242.164,00	757.242.145,00	0,00	1.190.284.309,00
OT 6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	791.020.771,00	0,00	1.045.000.000,00	1.115.105.448,00	106.781.617,00	3.057.907.836,00
OT 7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	236.113.500,00	0,00	609.000.000,00	0,00	0,00	845.113.500,00
OT 8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	152.000.000,00	1.692.026.507,00	0,00	22.645.490,00	37.000.000,00	1.903.671.997,00
OT 9	Promover a inclusão social e combater a pobreza	529.821.585,00	1.630.789.998,00	0,00	408.982.493,00	0,00	2.569.594.076,00
OT 10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	481.488.271,00	3.845.767.381,00	0,00	0,00	0,00	4.327.255.652,00
OT 11	Reforçar a capacidade institucional e promover uma administração pública eficiente	0,00	249.696.283,00	0,00	0,00	0,00	249.696.283,00
AT	Assistência Técnica	468.910.000,00	128.252.100,00	49.500.000,00	76.971.821,00	23.475.000,00	747.108.921,00
RUP	Dotação específica das Regiões Ultraperiféricas	115.681.815,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.681.815,00
Subtotal FEEI		10.773.495.712,00	7.546.532.269,00	2.861.742.164,00	4.057.788.374,00	392.485.464,00	25.632.043.983,00
IEJ	Iniciativa Emprego Jovem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.772.169,00
Total		10.773.495.712,00	7.546.532.269,00	2.861.742.164,00	4.057.788.374,00	392.485.464,00	25.792.816.152,00

Tabela 5 – Quadro com definição dos nove Eixos Prioritários de intervenção alocados ao Programa Operacional Regional de Lisboa (PORL 2020) no âmbito do Portugal 2020. Associação aos OT e aos FEEI, com a identificação dos investimentos quanto ao Fundo Comunitário, à Contrapartida Nacional e ao Investimento total a alcançar até 2020, com base nos dados disponibilizados no portal 2020 <www.portugal2020.pt>.

Eixo Prioritário		Objetivo Temático	FEEI	Fundo	Contrapartida Nacional	Investimento
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	OT 1	FEDER	171.710.983,00	257.566.024,00	429.277.007,00
2	Reforçar a competitividade das PME	OT 3	FEDER	202.713.177,00	304.069.766,00	506.782.943,00
3	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	OT 4	FEDER	55.000.000,00	55.000.000,00	110.000.000,00
4	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	OT 6	FEDER	15.000.000,00	15.000.000,00	30.000.000,00
5	Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego, apoiar a mobilidade dos trabalhadores	OT 8	FSE	74.010.864,00	74.010.864,00	148.021.728,00
6	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	OT 9	FEDER	47.000.000,00	47.000.000,00	238.000.000,00
			FSE	72.000.000,00	72.000.000,00	
7	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	OT 10	FEDER	32.933.477,00	32.933.477,00	195.259.046,00
			FSE	64.696.046,00	64.696.046,00	
8	Desenvolvimento urbano sustentável	OT 4	FEDER	30.000.000,00	30.000.000,00	148.000.000,00
		OT 6		19.000.000,00	19.000.000,00	
		OT 9		25.000.000,00	25.000.000,00	
9	Assistência técnica	AT	FEDER	24.270.000,00	24.270.000,00	48.540.000,00
Total				833.334.547,00	1.020.546.177,00	1.853.880.724,00

Tabela 6 – Quadro de execução do PORL 2020 com a definição dos nove Eixos Prioritários em associação aos respetivos Objetivos Temáticos, aos FEEI e aos Mecanismos de Execução Territorial. Os Mecanismos de Execução Territorial são a base institucional para a execução da Estratégia 2020 no contexto territorial metropolitano de Lisboa, abordagem com base nos dados disponibilizados no PORL 2020 in CCDRLVT, 2014b.

Eixos Prioritários		Objetivo Temático	FEEI	Mecanismos de execução territorial			
				PORL	ITI PDCT (Área Metropol.)	AIDUS PEDU (Municípios)	DLBC (Comunidades)
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	OT 1	FEDER	171.710.983,00	0,00	0,00	0,00
2	Reforçar a competitividade das PME	OT 3	FEDER	202.713.177,00	0,00	0,00	0,00
3	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	OT 4	FEDER	43.000.000,00	12.000.000,00	0,00	0,00
4	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	OT 6	FEDER	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00
5	Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego, apoiar a mobilidade dos trabalhadores	OT 8	FSE	68.010.864,00	6.000.000,00	0,00	0,00
6	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	OT 9	FEDER	33.000.000,00	3.000.000,00	0,00	11.000.000,00
			FSE	38.000.000,00	21.000.000,00	0,00	13.000.000,00
7	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	OT 10	FEDER	11.933.477,00	21.000.000,00	0,00	0,00
			FSE	54.696.046,00	10.000.000,00	0,00	0,00
8	Desenvolvimento urbano sustentável	OT 4	FEDER	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00
		OT 6		0,00	0,00	19.000.000,00	0,00
		OT 9		0,00	0,00	25.000.000,00	0,00
9	Assistência técnica		FEDER	24.270.000,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal temático de execução territorial				647.334.547,00	88.000.000,00	74.000.000,00	24.000.000,00
Total				833.334.547,00			

Gráfico 5 – Gráfico de barras com o financiamento do Portugal 2020. São alocados os principais Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e associados os Objetivos Temáticos e ações complementares, dados trabalhados com base na informação tratada na Tabela 4.

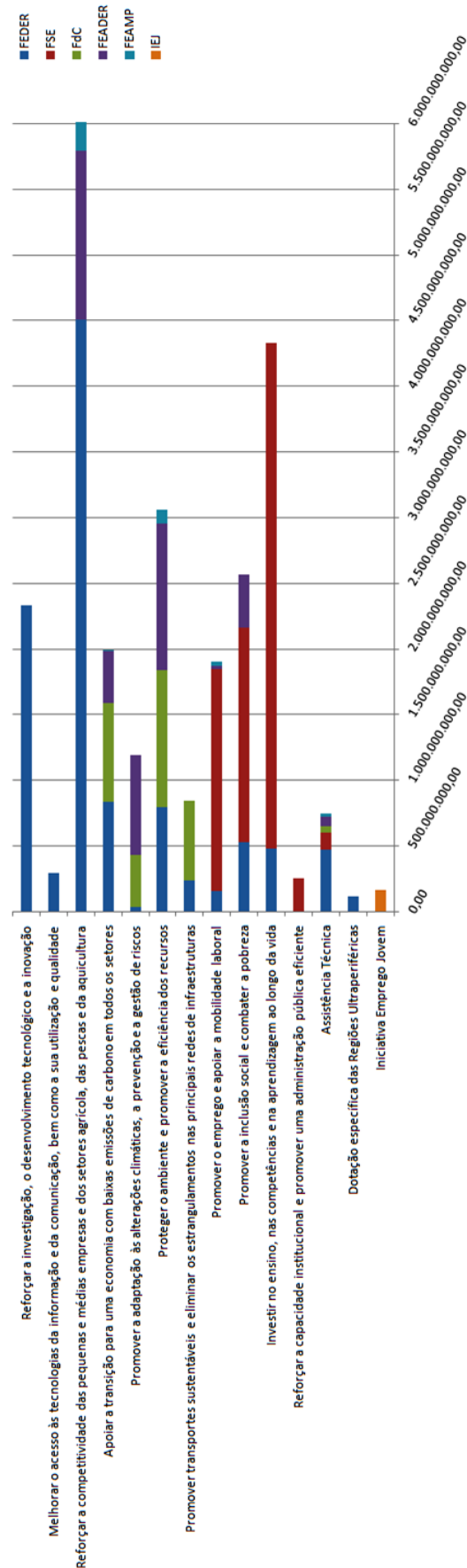


Gráfico 6 – Gráfico de barras com o financiamento previsto para executar no âmbito do PORL 2020. São identificados os montantes do Fundo Comunitário e da Contrapartida Nacional, associados aos nove Eixos Prioritários, gráfico elaborado com base nos dados tratados na Tabela 5.

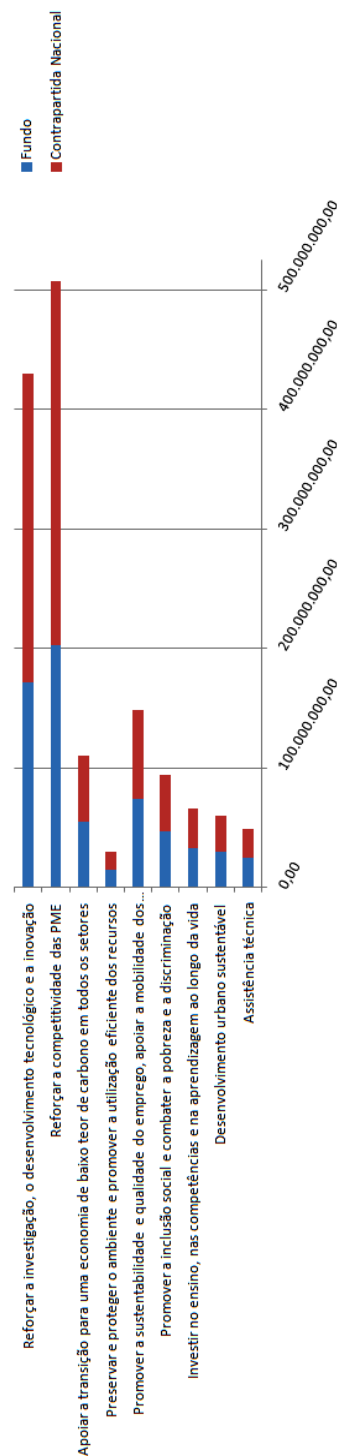


Gráfico 7 – Gráfico circular com a relação percentual de financiamento a afetar aos Mecanismos de Execução Territorial do PORL 2020. Gráfico elaborado com base na Tabela 6.

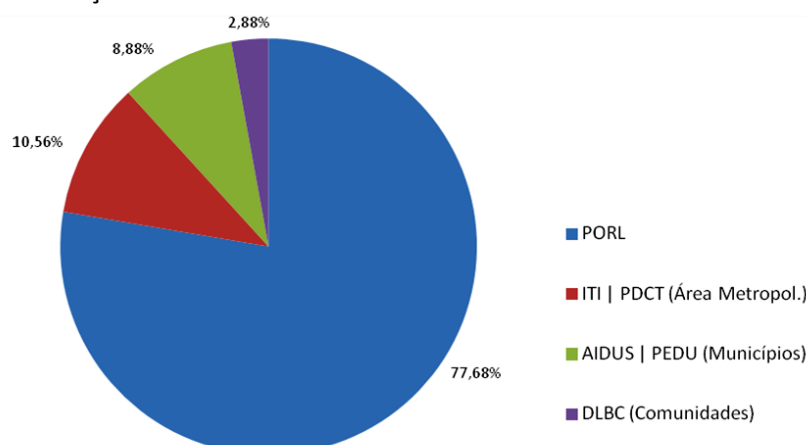
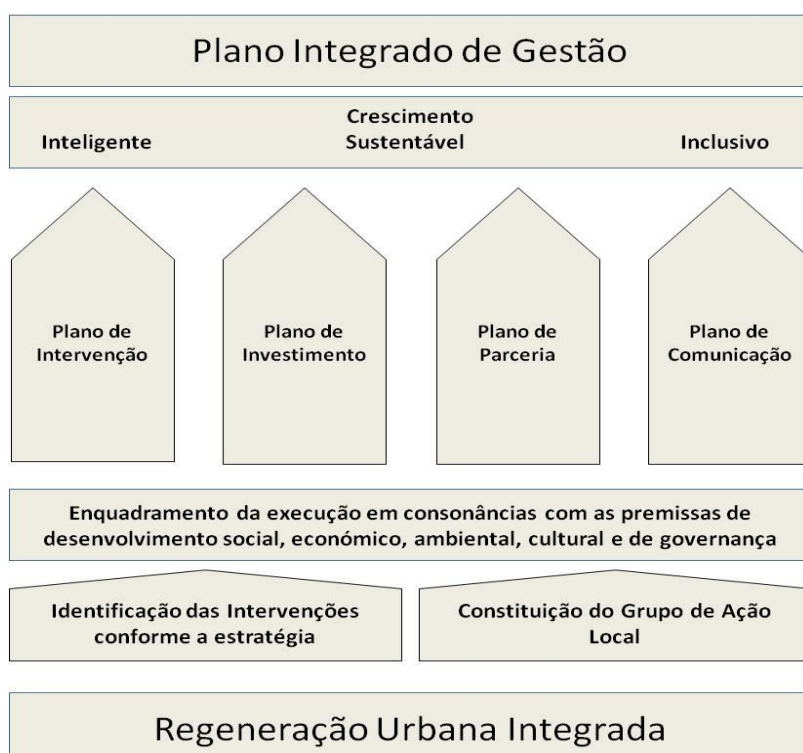
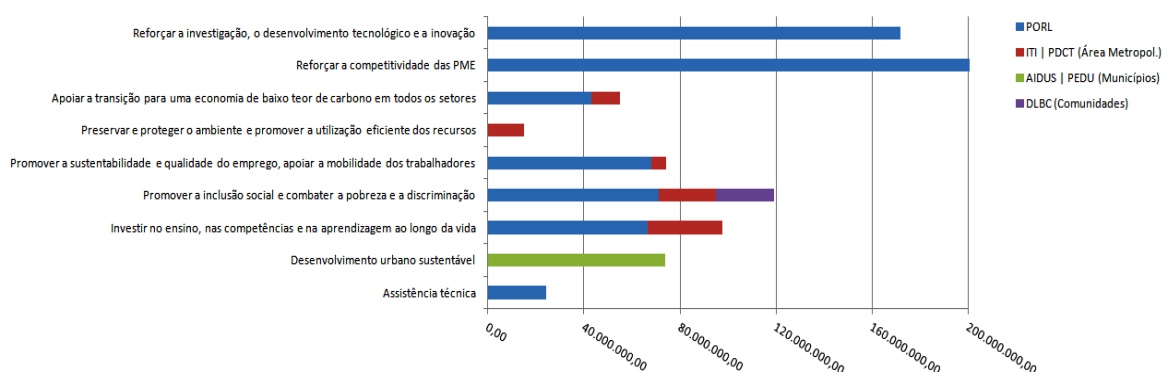
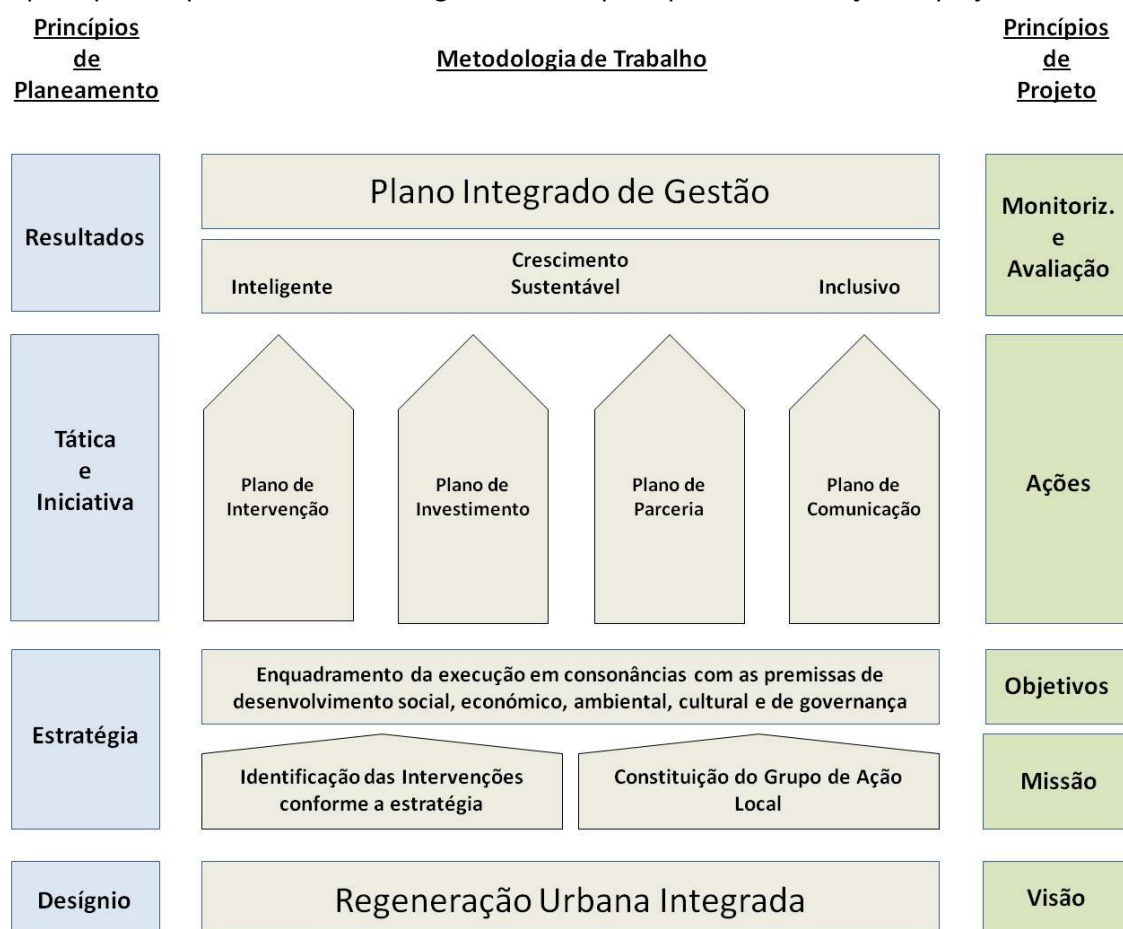


Gráfico 8 – Gráfico de barras com a alocação dos financiamentos a afetar aos Mecanismos de Execução Territorial do PORL 2020. Gráfico elaborado com base na Tabela 6.



Fluxograma 1 – Plano estruturado para construção do modelo de intervenção proposto no caso de estudo. Este assenta num programa de *regeneração urbana integrada* que se desenvolve até alcançar um futuro *plano integrado de gestão*, concretização dos princípios da estratégia *Europa 2020* quanto ao crescimento inteligente sustentável e inclusivo.

Fluxograma 2 – Correlação da metodologia de trabalho do caso de estudo, em comparação com os princípios de planeamento estratégico e com os princípios de elaboração de projeto.



Fluxograma 3 – Modelação, a partir do modelo de intervenção proposto no caso de estudo, para a interpretação do espaço urbano como construção cultural de génese patrimonial.

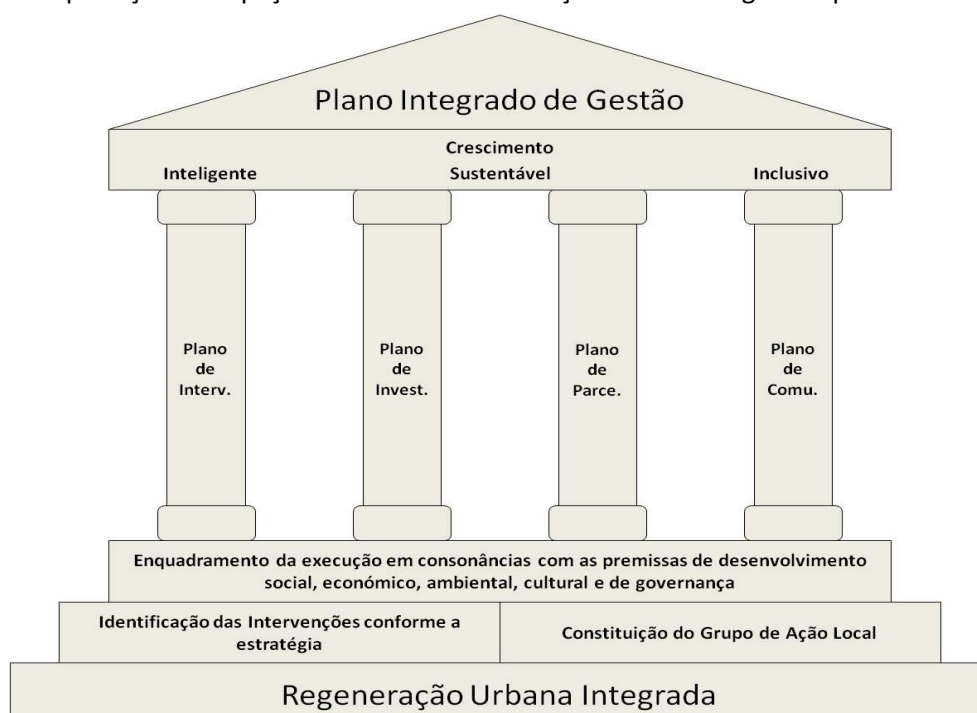




Foto 202 – As cidades são ancestrais espaços de confluência da sociedade, em que o espaço público é um dos seus principais legados. 2014 | Setúbal.



Foto 203 – Na cidade, o património edificado e o arranjo dos espaços envolventes são motives de atratividade à visita. 2013 | Lisboa.



Foto 204 – Porém cada espaço urbano tem as suas particularidades e histórica razão de ser, e aí reside a sua identidade. 2012 | Fátima.



Foto 205 – Até meados do século XX, Sesimbra manteve a sua estrutura de póvoa marítima, com espaços comuns partilhados pelo quotidiano da faina. S.d (déc. 1940) | Sesimbra | AMS | EFHAM. G. E. 01. 01. foto 2.



Foto 206 – Desde então, o crescimento do fenómeno balnear e depois turístico mudou o usufruto dos espaços, desde logo o areal. S.d (déc. 1940) | Sesimbra | AMS | EFHAM. E. E. 02. 03.foto 8.



Foto 207 – Com a década de 1960, o turismo carregou novas realidades na trama urbana, renovados edifícios e avenidas viradas para a marginal atlântica. S.d (déc. 1960) | Sesimbra | AMS | EFHAM.D.G.01.foto 41.



Foto 208 – Imagem de estaleiro temporário de construção naval frente ao Parque Recreio Popular. S.d (déc. 1950) | Sesimbra | AMS|EFHA M.D.G.03.07.foto 3.



Foto 209 – A relação de proximidade do areal dos banhistas com as áreas piscatórias, a conferir caráter pitoresco à vila. S.d (déc. 1940) | Sesimbra | AMS|EFHAM.E.E.02.03. foto 24.



Foto 210 – Os espaços comuns de ruas e largos, eram locais privilegiados para o labor dos pescadores em terra, sempre com o mar visível. S.d (déc. 1950) | Sesimbra | AMS |EFHAM.G.A.01. foto 1.



Foto 211 – Vestígios atuais do edificado de habitação tradicional, de início do século XX, com dois pisos. 2015 | Sesimbra.



Foto 212 – Da mesma época, outra habitação com maior composição na volumetria de fachada. 2015 | Sesimbra.



Foto 213 – Em alguns arruamentos ainda persistem habitações arcaicas. 2015 | Sesimbra.



Foto 214 – Para vencer os declives naturais, nos arruamentos muitas vezes recorria-se a escadarias suaves. 2013 | Sesimbra | Joaquim Ferreira.



Foto 215 – Noutras situações de inclinação mais íngreme, surgem escadarias acentuadas. 2015 | Sesimbra.



Foto 216 – Algumas das escadarias conferem nobre sentido estético ao espaço público. 2015 | Sesimbra.



Foto 217 – Um dos traços pitorescos da vila prende-se com a riqueza azulejar de muitos edifícios, realidade de finais do século XIX nas principais artérias urbanas, caso da rua da República, a nascente. 2015 | Sesimbra.



Foto 218 – Outro exemplo na rua da República, mais a poente. 2015 | Sesimbra.



Foto 219 – Outro exemplo da decoração azulejar na rua Cândido dos Reis (antiga rua do Espírito Santo). 2015 | Sesimbra.



Foto 220 – A arte de decoração em madeira logrou preservar alguns exemplos, como a fachada desta antiga cocheira. 2015 | Sesimbra.



Foto 221 – Chale emadeirado por sobre a marginal atlântica, no seu troço poente. 2013 | Sesimbra | Joaquim Ferreira.



Foto 222 – Recente espaço de madeira na esplanada sobrelevada do Hotel do Mar, na marginal mais a poente. 2015 | Sesimbra.



Foto 223 – Igualmente a arte decorativa do ferro mantém pormenores pitorescos, sobretudo em varandins associados a prédios azulejares. 2015 | Sesimbra.

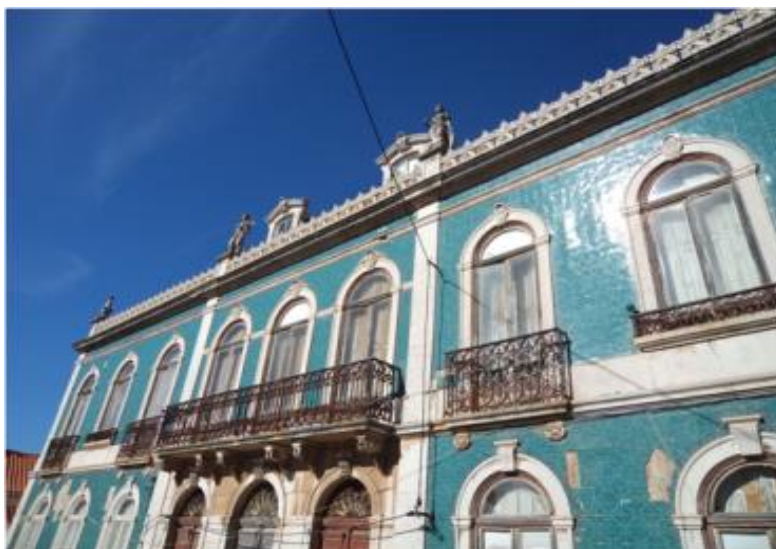


Foto 224 – Alguns deles, testemunhos das antigas residências da classe económica ascendente em inícios do século XX. 2015 | Sesimbra.



Foto 225 – Outros em prédios de gente mais comedido, integrados em ruas secundárias. 2015 | Sesimbra.

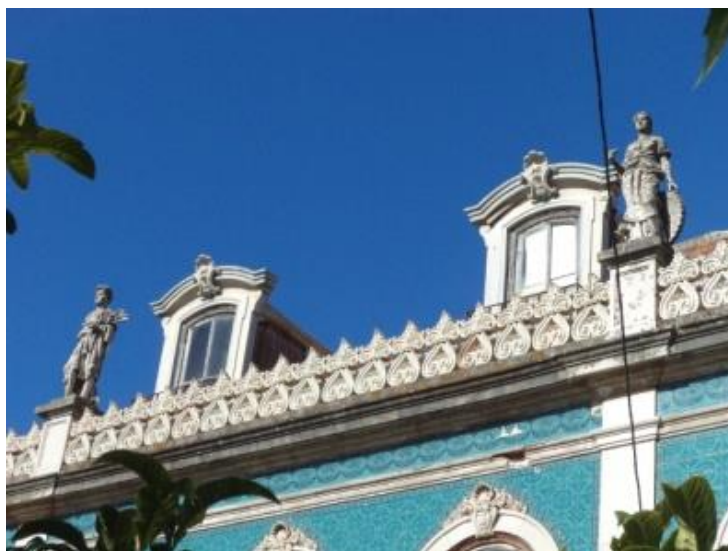


Foto 226 – Também a estatuária a encimar edifícios, é foco de atratividade na observação evocativa dos edifícios. 2015 | Sesimbra.



Foto 227 – Caso presente no imóvel que acolhe o Clube Sesimbrense. 2015 | Sesimbra.



Foto 228 – Outro exemplo em edifício familiar, menos proeminente na atualidade, mas que o foi em décadas mais recuadas. 2015 | Sesimbra.



Foto 229 – A decoração azulejar propõe também aspetos peculiares, como esta evocação de génese marítima presente numa habitação de veraneio. 2015 | Sesimbra.



Foto 230 – Painel de azulejos a retratar a maior atratividade turística da vila nas décadas de 1960 e 1970, o qual surge numa casa de veraneio. 2015 | Sesimbra.



Foto 231 – Este painel de azulejos com temática marítima, mais recente, está associada à residência de uma família ligada à atividade piscatória. 2015 | Sesimbra.



Foto 232 – Quanto aos edifícios públicos de relevância cultural em Sesimbra, o arquivo municipal no seu extremo norte junto à estrada nacional. 2015 | Sesimbra.



Foto 233 – O museu localizado no edifício da capela do Espírito Santo dos Mareantes. 2015 | Sesimbra.



Foto 234 – A biblioteca municipal confinante com a principal avenida vinda de norte, a avenida da Liberdade. 2015 | Sesimbra.



Foto 235 – O cineteatro municipal, fachada posterior do edifício da biblioteca municipal. 2015 | Sesimbra.



Foto 236 – O auditório, a funcionar também como sede da Assembleia Municipal, junto do jardim público e numa posição central. 2015 | Sesimbra.



Foto 237 – A galeria, provisoriamente ligada ao edifício reabilitado como «Galeria em Projeto», contíguo ao jardim municipal. 2015 | Sesimbra.



Foto 238 – A cidade histórica contém em si um conjunto de peculiaridades que são únicas, muitas expressas nos próprios arruamentos. 2014 | Óbidos.



Foto 239 – A relação da rua com o edifício é assim um fator de identidade local do espaço urbano. 2014 | Óbidos.



Foto 240 – As intervenções a realizar devem procurar preservar essa paridade local. 2014 | Óbidos.



Foto 241 – No espaço urbano também conflui o risco de abandono do património, sobretudo de propriedade privada. 2015 | Setúbal.



Foto 242 – Também as medidas incompletas de intervenção urbana suscita a ruína de edifícios, e sobretudo o abandono de funções. 2014 | Peniche.



Foto 243 – Igualmente o encerramento de recintos e lojas comerciais reflete o estado devoluto da vivência física no espaço urbano. 2013 | Lisboa.



Foto 244 – Nas cidades são desenvolvidas medidas de alerta quanto à necessidade de recuperação dos imóveis devolutos. 2014 | Lisboa.



Foto 245 – Igualmente existem programas de apoio financeiro à reabilitação de imóveis. 2013 | Lisboa.



Foto 246 – Há que apostar na afetação dos usos mais adequados no edifício reabilitado, seja em funções residenciais ou até comerciais. 2012 | Amadora.



Foto 247 – O espaço urbano acolhe em si os aspetos principais da sua história, caso de personagens ilustres. 2013 | Sines.



Foto 248 – Igualmente algumas preexistências edificadas assumem-se na atualidade marcos únicos da identidade local. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 249 – São os edifícios monumentais que no entanto, conferem imagens únicas que permitem identificar a cidade. 2014 | Peniche.



Foto 250 – Na atualidade, a fruição do património histórico é um dos principais pontos de atratividade turística. 2013 | Lisboa.



Foto 251 – É a conjugação de distintos legados que reforça a identidade urbana, aqui na evocação dos 120 anos do nascimento de Fernando Pessoa, no edifício que o acolheu. 2008 | Lisboa.



Foto 252 – Na cidade também se preservam memórias distantes da própria História, aqui num troço do muro de Berlim exposto em público. 2012 | Fátima.



Foto 253 – As urbes, num fenómeno mais vivenciado nas pequenas, acolhem comunidades com traços únicos, muitos deles avivados em momentos de festa, caso das “largadas de touros à corda”. 1997 | Ilha Terceira - Açores.



Foto 254 – São as festividades religiosas que porém conferem maior sentido de identidade local nas pequenas povoações, como nas festas do Império em honra do Espírito Santo. 2012 | Vila de Porto - Açores | Joaquim Ferreira.



Foto 255 – De igual modo são as festividades religiosas que alteram a vivência das urbes maiores, como nas festas do Santo Cristo dos Milagres. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 256 – A cidade continua a ser ponto de multiculturalidade que reforça a sua própria identidade. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 257 – A capacidade de teatralização da ancestralidade urbana é importante para a validação da cidade histórica. 1998 | Medina | Malta.



Foto 258 – As festividades religiosas são marcos de identidade com caráter singular, porquanto congregam toda a comunidade. 2006 | Varsóvia | Polónia.



Foto 259 – A transposição da identidade urbana para o interior dos espaços comerciais é motivo de reforço da identidade local. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 260 – A ocupação dos espaços públicos pelos estabelecimentos comerciais é resultado direto da proeminência turística. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 261 – As lojas de comércio locais devem procurar privilegiar a produção e a venda de produtos coerentes com a identidade local. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 262 – O peso dos visitantes no quotidiano urbano é um fenómeno a acompanhar com rigor. 2014 | Lausanne | Suíça | Ana Ferreira.



Foto 263 – Os espaços comerciais são recintos fundamentais na relação do sítio com os seus visitantes. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 264 – As ruas e largos no espaço urbano são áreas partilhadas de usos, e por tal espaços privilegiados na relação com os visitantes. 2014 | Bruxelas | Bélgica.

Capítulo 6. Planeamento e gestão no espaço histórico urbano

6.1. O aperfeiçoamento integrado

O património cultural desponta como realidade atualmente marcante no contexto nacional português, em muito patente nas competências dos municípios, que porém privilegiam o investimento na realização face à planificação. Aí, os serviços municipais afetam parte considerável dos seus recursos mais na operacionalização de ações e projetos do que, na elaboração de modelos estratégicos de programação ou na análise metódica de indicadores de resultado. Reclama-se pois uma nova reflexão não só quanto à necessidade de rigor na gestão dos recursos públicos, mas sobretudo, no primado da planificação com eficiência e da programação com eficácia, o que requer tempo e meios, no seu amago, uma outra dinâmica de pensar e gerir o território.

Na cultura, são cada vez mais os campos de abordagem que se devem ponderar, face à atual rapidez de comunicação e de difusão de ideias, associada ao aumento do tempo livre e à disponibilidade da sociedade para a entender como principal móbil de desfrute. Por aqui se entende a consolidação do emergente fenómeno das indústrias culturais, com maior impacto sobre os tradicionais serviços públicos culturais, como o património, embora paradoxalmente, de maior dependência a subsídios das entidades estatais e municipais, mas que em si alberga potencial para a futura redução desse investimento público através da capacitação que a iniciativa privada procura assumir.

A cultura surge pois como um campo economicista, onde a procura dos melhores resultados e a busca do lucro pelos agentes culturais, leva à imposição latente de princípios de lei de mercado, onde a prioridade reside em cativar o cliente e inovar o produto ou o serviço, através de uma melhor gestão de recursos e diversidade de oferta, embora, muitas vezes dependentes do arbítrio do financiamento público.

Nesta ambiência de contemporaneidade o património, enquanto tradicional formato cultural, está incluso num universo paralelo sujeito à capacidade financeira para a sua fruição, onde o seu valor cultural se vê ultrapassado pelo seu capital económico, e onde a sua capacidade de estar em consonância com as fontes de informação globais, lhe confere maior relevo que a mais profunda génese civilizacional. Por tal, e num contexto agora mais local, prefigura-se necessária a presença de um árbitro capaz de gerar consensos como de propiciar condições que assegurem a sua plena fruição. Aqui, os municípios, através de políticas coerentes, seja em termos culturais ou em contextos

urbanísticos, permitem com assertividade a profícua inclusão do plano patrimonial no quotidiano do espaço urbano.

Identificam-se assim duas linhas a seguir quanto ao património urbano, sob esta premissa de ação. A primeira reside num carácter público não dependente do espírito concorrencial mas que se permite inovador, reflexo da vitalidade de contexto social através do incentivo a novos projetos com baixas perspectivas de ganho financeiro mas, suportados numa visão de ampla missão cultural pela sua associação a equipamentos complementares e a programas financeiros. A segunda prende-se com a capacidade de inter-relação entre o público e o privado, na coordenação dos recursos face a propostas de ação orientadas na expectativa de metas comuns onde a criatividade e a inovação, permitem traçar o percurso para lá chegar. A consecução destas duas perspetivas tende pois a considerar a revisão do serviço público, particularmente no âmbito municipal, onde no espaço urbano este tem que se assumir como agente gestor, o qual promove medidas e apoia iniciativas, com razão especialmente nas condições existentes e nas necessidades que urge sanar.

Por tal entendimento, e face ao enquadramento de Sesimbra, cabe ao município a atribuição de estudar, investigar e interpretar as realidades evidenciadas no quotidiano, através da análise com base na informação recolhida e propicia a cenários de leitura, onde se patenteiam os aspetos positivos e negativos, as suas necessidades e potencialidades. Reforça-se assim o papel como observador de impactos e indagador de resultados ou analista de esforços, capacitado para entender os custos e os proveitos afetos para voltar a refletir nos aspetos positivos e negativos, nas carências e potencialidades, num contínuo eixo de evolução, não de eterno retorno mas de espiral que gira e, sem ilusão de ótica, segue o seu percurso em benefício conjunto do território e da comunidade.

Esta posição pretende o abandono de conceitos mais enclausurados suscitados pelas políticas municipais, ao demandar a inovação e a inclusão como dois dos *cilindros* essenciais para o *motor* cultural, que numa perspetiva empreendedora, abona os aspetos positivos e aprende com os negativos, sob o propósito de valorizar não só novos paradigmas, mas uma organização de interesses partilhados. Como se depreende na leitura de Jean-Louis Luxen, o “património é cada vez mais visto como um recurso a ser usado não apenas para a promoção cultural, mas também para o desenvolvimento social

e bem-estar das populações”⁵⁰⁸, meta para onde se canalizam os esforços de investimento e as dimensões de participação, e nas quais a conservação do património urbano permite resolver problemas habitacionais e legitima a sua dimensão social, através do reforço na identidade local da pertinência da sua salvaguarda.

O património converte-se em capital cultural, onde a análise dos benefícios permanentes e a perceção dos custos de oportunidade, tornam a sua conservação um provado investimento que requer a adoção de métodos económicos e de instrumentos financeiros, convergem a dinâmica patrimonial no ambiente urbano. Como referem Clara Soares e Maria Neto, a propósito de uma preposição de Francisco Zamora quanto à dinamização do património cultural, “transformar os bens culturais passivos em recursos activos com a capacidade de gerar receitas e contribuir desta forma para a sua própria conservação”⁵⁰⁹.

Identificar indicadores apropriados, capazes de abranger aspetos culturais, económicos e sociais, adaptados a cada situação e que possibilitem acompanhar a sua evolução ou, organizar análises económicas e estratégicas facilitadoras do processo de tomada de decisão, converte-se num instrumento indispensável para concretizar o investimento público enquanto impulso para o investimento privado. A fim de se criarem condições favoráveis para um programa de intervenção patrimonial no espaço urbano, de acordo com a metodologia proposta por Robert Pickard⁵¹⁰ há que adotar uma estratégia de ação que envolva investidores e capte recursos, através de uma avaliação financeira estruturada e de um plano de regeneração conciliador entre o progresso e as preexistências, os quais, associados a uma equipe de trabalho pluridisciplinar onde se envolvem parceiros públicos e privados, focados numa política de gestão urbana que incentive o investimento integrado.

O *programa de regeneração urbana integrada* proposto para Sesimbra deve assim ter em conta a especificidade do lugar, no qual se podem privilegiar simples medidas de conservação ou profundas ações de reabilitação, as quais valorizam a função sociocultural dos edifícios no intuito de promoverem a utilização inclusiva ou de, em contínuo, suscitarem possibilidades de geração de capitais de reinvestimento. A coerência deste programa emana de um subsequente *plano integrado de gestão*, no qual são definidas as medidas que permitem minimizar riscos nas políticas de organização

⁵⁰⁸ Luxen, 2012: 5. *Heritage is increasingly being seen as a resource to be used not only for cultural promotion, but also for the social development and well-being of populations.*

⁵⁰⁹ Soares & Neto, 2013: 141.

⁵¹⁰ Pickard, 2012: 70.

urbana, no apoio técnico ou no suporte financeiro capacitado para envolver instituições de crédito e planos de empréstimos específicos sob a garantia da parceria pública.

Devem pois ser ponderadas medidas de incentivo, desde logo em termos de contribuições fiscais específicas que aliviam os empreendimentos privados e a longo prazo asseguram novas receitas fiscais, como de igual modo, adotadas condutas administrativas menos burocráticas e mais direcionadas para soluções.

Potenciam-se por esta via, parcerias motivadas que se ampliam à medida que os investimentos se tornam mais apelativos, por exemplo, através de contratos de concessão ou de direitos de usos sobre as mais-valias económicas alocadas à conservação do património. Retoma-se aqui o exemplo da lei Malraux francesa de 1962, que consolidou o conceito de *gestão conjunta* do espaço urbano, através de acordos com os proprietários imobiliários face ao uso desses bens patrimoniais com funções habitacionais, mediante a sua requalificação ou através de exploração comercial, o que permitiu refletir uma taxa de uso direto em benefício da atividade comercial e de uso indireto no usufruto da imagem comercial, em que as verbas provenientes dessas taxas foram reaplicadas de modo partilhado na conservação patrimonial.

Na realidade portuguesa, e como referenciado por Paulo Pais relativamente à reabilitação urbana de Lisboa⁵¹¹, no espaço urbano e quanto à intervenção arquitetural, há que procurar preservar a implantação do espaço público de tradição mediterrânica, apartado dos automóveis, aberto ao peão, tal como realizado com o projeto da Ribeira das Naus, a que se pode também associar a implantação de espaços verdes, como no caso do Parque das Nações. Se em termos estritamente económicos “investimento é o processo que mantém e desenvolve qualquer forma de capital”⁵¹², no património cultural, e na especificidade do património urbano, o investimento repercute uma ótica continuada de geração de riqueza, a qual emana não só da mera perspetiva financeira de lucros monetários e de bens de consumo, mas também, da capacitação económica, da promoção social e da inovação ambiental.

A gestão integrada permite direcionar investimentos para a conservação e automatizar a economia cultural do espaço urbano, seja no quotidiano ou seja no progresso futuro, por manter o património como um valor intergeracional, pese embora agora indubitavelmente mensurável e tangível. Assim, identificar um capital ou alocar

⁵¹¹ Paulo Pais in AAVV, 2013b.

⁵¹² Christian Ost in AAVV, 2012b: 91. *Investment is the process that maintains and develops any form of capital in the economy.*

um ativo, permite considerar perspectivas utilitaristas para o património em termos económicos, caso da locação dos investimentos públicos e privados, ou a definição de mercados e de incentivos de consumo.

Na perspetiva de um olhar mais focado em Sesimbra, apoiar as ações de conservação do património, para além de permitir usufruir de medidas públicas específicas de apoio e de não promover dúbias alterações aos espaços e funções urbanas, possibilita animar a economia local e o mercado do emprego. Esta proposta está demonstrada nos resultados de um estudo internacional referido por Jörg Haspel⁵¹³ e publicado pela Associação Europeia do Artesanato, Pequenas e Médias Empresas, onde se verifica que o efeito da conservação patrimonial sobre o emprego pode ser duas vezes maior que o de novas construções de edifícios, onde em média, por cada cinco postos de trabalho permanentes no sector da construção existem outros três indiretos, casos referidos do artesanato e das empresas de construção de média dimensão.

A conservação das áreas históricas urbanas deve, no mesmo espírito de universalidade, ser baseada na colaboração entre diferentes disciplinas e áreas de conhecimento, através de abordagens multidisciplinares de modo a constituir plataformas amplas de consensos fundamentais nas fases de análise e tomada de decisões, seja em termos dos responsáveis políticos, dos agentes económicos ou dos intervenientes sociais. Como refere a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, e reiterado na Agenda 21 para a Cultura, a diversidade cultural é uma das mais presentes formas de património, resultado da evolução ao longo de décadas como produto humano e contributo coletivo de várias gerações, através das suas criações e das suas práticas, que adotaram formas distintas porquanto modelos dinâmicos de relação entre a sociedade e o território, e que na atualidade, tem uma pertinência muito própria na transformação das realidades urbanas⁵¹⁴. As administrações públicas, sobretudo as de carácter local, enfrentam crescentes desafios, e maior peso crítico por parte da opinião pública, quanto à gestão do património urbano face aos recursos necessários para assegurar esse primado universal.

Se em muitas realidades as instituições públicas são vistas como as principais zeladoras pelo património cultural, as permanentes necessidades da sociedade

⁵¹³ Haspel, 2011: 909. Referência bibliográfica: HORCHLER, Dieter (2000) - *Craft trades and heritage conservation*. in "Heritage Conservation and Employment" – International Conference within the Framework of the German EU-Presidency, 15 - 16 April 1999, Publication Vol. 62, German Cultural Heritage Committee, pp. 38-43.

⁵¹⁴ Martelo, 2013.

contemporânea em acelerado desenvolvimento, demonstram que esse costumado papel *conservador*, requer agora novos compromissos, na forma de parcerias com a própria sociedade civil, seja na comunidade seja nos *stakeholders* privados. O fenómeno das parcerias, na vertente economicista das parcerias público-privadas associadas a programas de conservação do património, segundo Susan MacDonald, começou no final da década de 1960 em contextos de regeneração urbana, uma prática que desde então se disseminou a outras áreas como a gestão de sítios arqueológicos e áreas naturais, valorização de monumentos ou usufruto de coleções móveis com valor cultural⁵¹⁵.

Este conceito de parcerias procurou ser explorado em Sesimbra nos dois anteriores quadros comunitários de apoio, no QCA III com a operação de requalificação do espaço público no núcleo central na perspetiva de fomentar um urbanismo comercial mais próximo de todos os utilizadores, com benefício para os agentes locais, que porém não logrou alcançar tal meta pois a completiva participação privada não foi inteiramente avocada, pois só alguns, mormente na área da restauração, realização *a posteriori* benfeitorias nos seus equipamentos, enquanto a maioria se limitou a expandir a sua área de esplanadas para o espaço público, então libertado para o giro pedonal. No QREN 2007-2013, foi continuada a requalificação no espaço público, agora também em edifícios com interesse histórico, de modo a valorizar as apetências turísticas, em que dois desses edifícios, eram sedes associativas, as quais se limitaram a reedificar os edifícios, o que teve reflexo minimalista nos objetivos do programa global, pese embora tenha permitido beneficiar ações desenvolvidas por cada uma dessas associações.

O conceito de *parcerias* deve assim envolver níveis que se querem efetivamente partilhados, o que demarca a disponibilidade do interesse público bem como o intento da privatização do investimento, através de compromissos de longo prazo indutores de cadeias de ativos e de passivos em períodos prolongados. Medir o sucesso das parcerias é tão importante quanto o intento de as realizar, mensurar não só resultados, mas refletir nas oportunidades para futuros envolvimento.

Assim, a avaliação, pese embora possa diferir face aos objetivos específicos de cada interveniente, deve ser coetânea com os objetivos conjuntos quanto às medidas de intervenção no edificado e às ações de integração na comunidade, leituras implícitas às práticas de financiamento alcançadas, e aos resultados em termos económicos, aos projetos de eficiência ambiental, aos programas de promoção e fruição cultural ou à

⁵¹⁵ MacDonald, 2011: 893.

aplicação de uma teia de governança local. A identificação dos objetivos a alcançar e a definição dos indicadores a atingir, assume-se relevante fator para o sucesso, pois ajuda a esclarecer as metas e os recursos, ao mesmo tempo que responsabiliza os parceiros.

Aumentar o valor da propriedade no espaço urbano reflete a expressão tipificada de sucesso económico, porém, a ausência de similitude ambiental ou de limitação do espaço público, a migração de residentes e a *gentrification*⁵¹⁶ do núcleo habitacional, implicam constrangimento à fruição social, por onde emanam fatores de diferenciação que tornam a regeneração urbana um móbil frustrado. O património material e imaterial presente em edifícios e objetos, tradições e atividades, deve ser considerado como um ativo produtivo e uma vantagem estratégica dentro do espaço urbano, ao contribuir para criar valor económico evidente na reabilitação urbana ou na fruição turística. Analogamente, este deve consolidar o argumento social ao promover a inclusão, favorecer a multiculturalidade e propiciar benefício ambiental através do usufruto de áreas comuns partilhadas, medidas identicamente associadas a fatores de governança que inspiram o património como função no ambiente urbano.

Neste encadeamento, recupera-se sob princípios técnicos e económicos, a noção de capital e de imobilizado, uma reflexão que David Throsby⁵¹⁷ explana sobre o princípio de que como os imobilizados são poucos sustentáveis, é a noção de capital na sociedade que reforça a coerência do património como via para o crescimento, com uma economia que preserva os recursos socioculturais para as gerações futuras. O investimento na área patrimonial não dispensa pois uma avaliação económica, pela qual se compreenda a natureza dos benefícios e dos custos, diretos e indiretos, e na qual se estabeleça a importância da utilização e da não-utilização, ao envolver valores de existência reconhecida e de herança legada através do conhecimento do património, a par do entendimento de que o mesmo, deve ser legado à geração seguinte.

Assim, para que se possa considerar o crescimento integrado do património urbano, há que existir a repartição equitativa de benefícios e de custos. Como reiterado por Jean-Louis Luxen, “é importante comparar os diferentes tipos de despesas com as potenciais fontes de financiamento e estabelecer as relações mais lógicas e mais operacionais”⁵¹⁸, o

⁵¹⁶ Termo associado a um fenómeno que marca as cidades através da alteração das suas dinâmicas de vivência com a criação de novos recintos comerciais ou de áreas residenciais que valorizam a cidade, mas ameaçam excluir as populações de baixas rendas com o aumento de custos e a pressão imobiliária.

⁵¹⁷ David Throsby in AAVV, 2008: 25.

⁵¹⁸ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2008: 50. *Es importante confrontar los diversos tipos de gastos con las fuentes de financiación posibles y establecer las relaciones más lógicas y más operacionales.*

que requer atempada análise do investimento a realizar, para que se promova consistência à intervenção, face a esse investimentos associado.

Noutro plano, apartado de sofismas urbanos embora racional para a cidade, expressa Dinu Bumbaru que, “o património cultural intangível está presente na maioria das cidades, especialmente na forma de festas religiosas, artesanato e atividades tradicionais ou eventos associados à vida dos habitantes e das suas comunidades”⁵¹⁹, um enquadramento onde as atividades tradicionais são mais-valias diretas para a comunidade. Esta leitura decorre não só da parentalidade identitária social, mas em igual sentido, pela repercussão económica e comercial supletiva ao espaço urbano, no suprimento das suas necessidades pontuais, presentes nas atividades locais.

Por esta via se reitera a necessidade de garantir um efetivo conhecimento, devidamente interpretado com a precisada sensibilidade, quanto às realidades existentes do património urbano, estruturado em bases informativas sobre os bens patrimoniais e as realidades culturais, de edifícios e paisagens urbanas a tradições e eventos, de modo a constituir níveis de conhecimento que apoiem a interpretação das necessidades e a sustentação das decisões, quanto ao quotidiano do recinto histórico. Para Sesimbra, assegurar a existência destas ferramentas de gestão, e divulga-las junto do público, facilita a tarefa de comunicação como de relacionamento, pois propicia princípios de governança, o que facilita a compreensão e a própria aceitação das normas de convivência e coerente utilização do espaço urbano, que se torna necessário afirmar.

Esta será igualmente uma forma de ultrapassar a burocracia e afirmar a transparência de procedimentos, através da compreensão sobre qual a responsabilidade compartilhada, contributo integrado para a formação cívica dos cidadãos e das entidades locais. A consulta realizada à comunidade, às empresas ou aos órgãos educativos e sociais, facilita o estabelecimento dos mecanismos que acabam por evoluir para medidas permanentes, implementadas e controladas de forma partilhada por todos os agentes envolvidos, o que permite assegurar o modelo de gestão urbana. Neste prisma, a criação de organizações vocacionadas para a gestão do espaço urbano e seus núcleos patrimoniais, surge como requisito imprescindível para reunir os diferentes interesses e assegurar a coerência das medidas de gestão.

⁵¹⁹ Dinu Bumbaru in AAVV, 2008: 54. *El patrimonio cultural intangible está presente en la mayor parte de las ciudades, sobre todo bajo la forma de festivales religiosos, de artesanos y de actividades tradicionales o de eventos asociados a la vida de los habitantes y de sus colectividades.*

Esta proposta, reportada num conjunto de ideias expostas por Alfredo Conti⁵²⁰, pode variar entre uma só organização centralizadora ou várias organizações vinculadas a aspetos específicos, em que para qualquer dos dois, requer-se a capacidade de coordenação integrada face a situações de sobreposição ou de conflito quanto aos interesses urbanos. Ressalta daqui o risco da ausência de acordos e da falta de entendimento entre interesses, o que imputa à entidade gestora, uma multifacetada capacidade de gerir e sobretudo negociar, compromissos entre todas as partes envolvidas, em que o arbítrio e o consenso entre os agentes económicos e os atores sociais, é a base para mitigar os conflitos de interesse em torno do património urbano, pelo que a comunicação, consulta, conscientização e participação, são critérios indispensáveis. Neste âmbito, Alfredo Conti⁵²¹ destaca a pertinência em garantir a participação da comunidade, distante das pressões ou dos tempos e prazos políticos, então focada no tema que é o próprio espaço, e o quotidiano urbano.

Um plano integrado de gestão vai assim permitir definir as oportunidades para atenuar pressões e propiciar vias de comunicação entre os intervenientes, onde a implementação de mecanismos favoráveis a pequenas empresas e a empréstimos bonificados, ou a compra e venda de direitos, surgem como complemento à obtenção de recursos financeiros transferidos do investimento privado para a execução das intervenções. Capacitar no espaço histórico urbano a diversidade de usos, como o incentivo à habitação e a promoção da atividade comercial, ou a eco-eficiência energética e a animação cultural, são princípios basilares da estratégia 2020, essenciais para um crescimento integrado de longa duração, capaz de reduzir conflitos e lidar com as incertezas do futuro. Conservar edifícios e recuperar ambientes urbanos, consolidar tradições e apoiar práticas sociais, enfatiza a pertinência do programa de regeneração urbana integrada, através de propostas que tenham em conta a continuidade dos valores tradicionais face às prioridades de desenvolvimento local.

Num momento em que os desafios urbanos são mais complexos, e quando os recursos públicos e privados diminuam significativamente, há que procurar extrair o máximo de valor potencial de cada interessado e de cada interveniente. O desafio reside na captação de novas formas de pensar, e de inovadoras vias para o alcançar, mais eficientes e sustentáveis, onde os efeitos assumem escalas sinérgicas e multiplicadoras a partir de uma gestão partilhada, que permite a coordenação e evita a duplicação,

⁵²⁰ Alfredo Conti in AAVV, 2008: 60.

⁵²¹ Alfredo Conti in AAVV, 2008: 60-61.

mediada por uma gestão de conflitos que maximiza as parcerias. As prioridades vão incidir na criação de territórios policêntricos e equilibrados, estimulados pela capacidade de competitividade local além do seu perímetro territorial, onde se incentivam, a partir da contextura urbana, a conceber redes inovadoras capazes de melhorar o desempenho local numa escala cada vez mais global. Promove-se por esta via o ambicionado crescimento e prosperidade, acautelam-se os riscos da polarização entre cidades e áreas metropolitanas, pois todas têm devido papel interventivo, como contributo, para reduzir as disparidades no território europeu.

Em Sesimbra, afigura-se fundamental a aplicação de matrizes assentes nestes conceitos de *governação administrativa* e da *governança societária*, em que o espaço urbano surge na sua capitação patrimonial como modelo holístico de equilíbrio e de diferenciação do território. São assim requeridas estruturas rigorosas de governação e teias flexíveis de governança, imputadas a metas e visões comuns mediadas numa estrutura vertical de patamares horizontais, apoiada num grupo de ação local efetivo, também como meta para a valorização do capital social, pois o espaço urbano já não se limita aos seus marcos administrativos e territoriais. Para o futuro, requer-se uma complementaridade funcional a diferentes níveis, sejam económicos e urbanísticos ou sejam sociais e culturais, através de maior participação nas metas a alcançar e na corresponsabilização das decisões a tomar, proposta de inovação nas políticas e nas iniciativas de administração municipal.

A gestão do espaço urbano converge para o interesse da paisagem histórica urbana, através da aplicação de um conjunto de mecanismos de gestão coerentes com o contexto local e com a vivência da sua comunidade. O desenvolvimento desses mecanismos assume-se como parte integrante da capacidade de governança que se deve compreender, num quadro que integre a conservação do património urbano na governação local e no crescimento. Fomenta-se uma abordagem estratégica assente na construção de consensos, projeção de medidas, implementação de ferramentas e avaliação dos impactos suscitados pela abordagem do programa integrado de gestão.

Alcançar estas metas, resulta de um processo complexo, no qual, são abordadas as questões sociais, a viabilidade económica, os impactos ambientais, as convergências culturais e as competências de governança, num plano de longo prazo e numa perspetiva multidisciplinar. Aí, o aspeto estratégico da integração da conservação do património urbano surge como uma plataforma de *interface*, parcela cada vez mais importante no processo de administração do território e das suas potencialidades.

A criação de uma estrutura de governação sólida e inclusiva, que garanta a participação e o direito de decisão ocorre como fundamental na construção da *visão 2020* para Sesimbra, pelo que se congreguem todas as partes interessadas e se definam os diferentes níveis de participação. São aí envolvidas as entidades públicas, os agentes empresariais e as associações de génese local, através de um modelo de administração assente na sociedade e sustentado nos cidadãos, profícua exploração da experiência já acumulada com o «Orçamento Participativo», também como forma de garantir que todos os interessados partilham a estratégia. A estrutura de governação deve sustentar-se numa liderança colaborativa, em que as escalas de decisão tendem a ser flexíveis para permitir que cada interveniente esteja presente, seja incluído e possa assumir responsabilidade direta, consonante com as suas capacidades.

Esta proposta permite democratizar as tradicionais *pirâmides* de governação com a inclusão da sociedade, qual *partenon* de concertação governativa, limite ao ascendente de grupos de interesse específicos que se exprime no envolvimento de mediadores, intervenientes com conhecimento interdisciplinar e experiência de moderação. A produção de uma visão partilhada sobre o futuro, permite delinear um cenário abrangente das realidades locais, partilhado por todos os intervenientes e reflexo dos seus interesses, para a constituição das bases para o crescimento integrado.

A seleção limitada das prioridades, entendidas como pontos de encontro num processo de identificação de cima para baixo, abrange os objetivos gerais alinhados face às políticas Comunitárias, os quais podem também ser alinhados de baixo para cima, apenas à identificação dos eixos de especialização inteligente presentes no espaço urbano e nas áreas de ação dos seus intervenientes.

O estabelecimento de uma política local adequada, assente num programa de regeneração urbana integrada e coerente num plano integrado de gestão, vai permitir incluir um grau de experimentação como dimensão preliminar que aproxima as intervenções das realidades urbanas, detalhadas e organizadas em consonância com as normas de conduta e as ferramentas de trabalho essenciais para que se alcancem as metas prioritizadas no Portugal 2020. Esta perspetiva propicia a compilação, e sobretudo, a perceção dos objetivos estratégicos, prazos de concretização, fontes de financiamento e recursos técnicos a alocar, enquanto componentes fundamentais.

Nesta estratégia e face ao contexto de Sesimbra, o turismo assume-se como um dos seus vetores de maior preponderância a considerar, pois a realidade do fenómeno turístico será cada vez mais expansível pela internacionalização das suas atividades,

pelo que suscita um duplo entendimento das preferências de investimento. Assim, quando os operadores turísticos agem no contexto local sob diretrizes, muitas das vezes não coincidentes com os interesses autóctones, induzem o risco da imposição de alterações às predisposições de fruição local dos recursos disponíveis, o que faz pender o interesse não em favor do sítio e da comunidade, mas dos proveitos na cadeia de valor da economia turística. Face a tal quadro, há que objetar o risco pela consolidação dos atores locais e pela perceção dos seus pontos fortes, e também as suas oportunidades, de modo a que por estes se possa capacitar a oferta local.

Os fluxos turísticos evidenciam igualmente tendências principais, que segundo Augusto Mateus ⁵²², sucedem da própria sociedade contemporânea, como o envelhecimento demográfico, o aumento do rendimento dos mais jovens, o aumento dos níveis de escolaridade, a redução do tempo disponível para o lazer nos trabalhadores ou o aumento da preferência por períodos mais frequentes e curtos. Associa-se a esta relação a globalização do negócio turístico, a maior disponibilidade de circulação e viagem ou os melhores canais de informação, o maior interesse pelas questões culturais e a maior ênfase às questões da saúde e do bem-estar que valorizam a vivência de experiências e uma maior consciência ambiental.

A crescente expansão destas tendências conduz à difusão de novos interesses e de novos grupos turísticos que, assentes numa procura mais diversificada, induzem renovadas fórmulas de atratividade, estas associadas à redução dos riscos da concentração excessiva de fluxos e da sazonalidade, através da afirmação positiva de novos segmentos de mercado, do turismo cultural ao turismo sénior, do turismo de saúde ao turismo acessível, do turismo jovem ao turismo ambiental, do turismo de eventos ao turismo de negócios, do turismo religioso ao turismo urbano.

Segundo os dados de base à análise do Plano Estratégico de Turismo para Sesimbra, com base na Organização Mundial de Turismo, torna-se exetável que o volume de chegadas internacionais alcance em 2020 cerca de 1 bilião e 560 milhões de turistas, em que as três principais regiões de interesse são a Europa com 717 milhões, a Ásia Oriental/Pacífico com 397 milhões e a América com 282 milhões, o que deixa os restantes 164 milhões, repartidos entre África, Médio Oriente e Ásia do Sul. A Europa assume expressiva quota que, no entanto, regista queda face ao índice de chegadas de

⁵²² CMS, 2009: 20.

60% registado em 1995, que passa agora para os 45% em 2020⁵²³. Não obstante, no espaço europeu o turismo emerge como atividade de futuro em resultado do aumento dos seus fenómenos de atratividade, suscitados pelo aumento da procura como pela oferta de destinos, realidades associadas a políticas especificamente focadas na qualidade dos produtos e na diversidade dos mercados.

Emerge um fenómeno de marcante presença no quotidiano dos espaços históricos urbanos, e com decisivos efeitos no seu crescimento, não só pela sua escala indutora de riqueza ou pela sua capacidade de fruição global, mas também, pela sua apetência como veículo de intercâmbio cultural. Os sítios que refletem maior relevo patrimonial são dos destinos turísticos mais procurados. Nesse alinhamento surgem os espaços urbanos como recintos privilegiados pelo seu potencial de oferta, o qual determina a preferência da visita por conjugar os recursos de estímulo à avocação turística, em que a cidade histórica se constitui como um destino onde se conseguem conjugar variados elementos de interesse. Criar produtos e serviços que envolvam os visitantes, e que ao mesmo tempo garantem renovada capacidade competitiva, requer um cada vez mais amplo espectro de abrangência em termos económicos e sociais, ambientais e culturais.

Não obstante, o investimento turístico deve porém acautelar a sua dupla relação, pois se este é potencial gerador de riqueza económica e de incremento cultural, pode também ser elemento desestabilizador de contorno sociais e ambientais, pelo que se apresenta como atividade de inter-relação onde a sua dependência económica excessiva implica potenciais fatores de depreciação da identidade local. Nesta duplicidade de realidades no espaço histórico urbano, o turismo deve ser enquadrado sob um conjunto integrado de critérios inclusivos, os quais permitam com consciência afetar os recursos disponibilizados pela comunidade e as apetências identificadas no território.

Os processos de monitorização são pois fundamentais na gestão local dos ativos e dos recursos despendidos, seja pela indução de realidades transversais como de impactos estruturantes que a influência do turismo tem no quotidiano, e por tal, na gestão do espaço histórico urbano. Um fenómeno turístico mal interpretado e pensado, preconcebido ou executado, tem consequências não só nos visitantes e nas incidências diretamente suscitadas, mas também, no próprio funcionamento da cidade e no enquadramento de progresso que se pretende incutir, com base no património e na sua valorização cultural. São criadas expetativas que não podem ser alcançadas, ou são

⁵²³ CMS, 2009: 25.

promovidos investimentos que não vão gerar retorno, o que força a alocar recursos importantes, e potencialmente necessários noutras áreas, em tarefas onde o custo de oportunidade será muito superior, não só ao que a comunidade local pode suportar mas ao que o espaço urbano pode beneficiar.

Em Sesimbra, relação privilegiada da vila com o turismo resulta da sua proximidade ao mar e da intrínseca associação de recursos humanos, essenciais para o benefício da atividade turística. Porém, estas são áreas que requerem uma nova abordagem quanto às suas condições de operacionalização, sobretudo, através do reconhecimento da necessidade de melhorar as conjunturas para a prática de atividades marítimas, desde as provas desportivas à náutica de lazer ou da pesca desportiva ao mergulho, a que se associam vetores de qualificação no que respeita ao potencial humano. Pretende-se um entrosamento próximo aos setores tradicionais, como a pesca e o pequeno comércio, de modo a criar laços de interesse partilhado com a comunidade residente, mote para prover competências através de novas perspetivas inovadoras suscitadas como a conservação ambiental ou o empreendedorismo da inovação social. Tal evidência consubstancia-se no facto de que, “é preciso gerir a afluência de turistas e considerar como preocupação social, os habitantes dos lugares visitados”⁵²⁴, de modo a conferir valor e importância à comunidade, entendida como um dos mais importantes elos na cadeia de valor turístico.

Definir pontos de encontro e identificar áreas potenciais de clivagem, é uma das formas de definir na estratégia local a promoção do fenómeno turístico, o qual enquadrado pela apensa distribuição temporal dos fluxos de visitantes face à capacidade de os acolher no espaço urbano. Preconiza-se a preposição de atividades com os interesses partilhados em correlação para resultados concretos, não como forma de limitar usos, mas como ensaio para alcançar condições de acolhimento. Este ocorre como um dos desafios que se pressagia para Sesimbra, assente numa perspetiva intersectorial, centrada no objetivo partilhado da qualificação do território e na perspetiva da sua rentabilidade como destino turístico, através da organização de produtos como mais-valia e de serviços mais qualificados.

Apostar no desenvolvimento de novas áreas de atração, face às potencialidades dos vários segmentos de mercado, promover ações que valorizam alternativas viáveis ao fenómeno da sazonalidade, sobretudo estival, envolver os ativos locais como a orla

⁵²⁴ Soares & Neto, 2013: 154.

costeira ou o património comunitário para fomentar ações de empreendedorismo e de inovação, ou apoiar novos projetos com maior projeção e dimensão. Estas são algumas propostas balizadas para as opções de parceria e para as decisões de investimento, onde a salvaguarda da ambiência natural e a conservação do património identitário são esteios fundamentais para focalizar a oferta turística em Sesimbra como destino diferenciado. Como reflete Augusto Mateus, o património é um efetivo valor diferenciado enquanto o produto turístico são experiências, o que confere aos sítios e aos conjuntos patrimoniais, a prioridade na definição de serviços e na clareza de qualidades que permitem vivências nas experiências turísticas⁵²⁵.

Se o património urbano não deve ser entendido como uma singular especificidade mundial, mas um conjunto de especificidades disseminadas por todo o mundo, o seu maior benefício reside então no entendimento de que este património, não existe para ser venerado mas para ser utilizado, um bem ativo por usufruído, útil para o progresso da sociedade. Como exemplo, adota-se a abordagem proposta pelo projeto «HerO – Heritage as Opportunity», qualificado no programa Comunitário URBACT II⁵²⁶, no qual, “as cidades históricas são moldadas em particular pelos seus bens de património cultural – monumentos, grupos de edifícios, sítios históricos, valores e tradições sociais – que apresentam uma infinidade de oportunidades e benefícios económicos, sociais e ambientais”⁵²⁷. A sofisticação com que a sociedade contemporânea vive e a exigência que cada cidadão requer a essa sociedade, propícia ao espaço urbano oportunidades de qualificar a sua afirmação diferenciada, fluído pela sua existência societária. Concebe-se em si mesmo, condições de excelência para o crescimento 2020 numa assertiva perspetiva de sustentabilidade, onde o património cultural assume-se como pretendido eixo fundamental de desenvolvimento.

6.2. O plano integrado de gestão

Pelas suas competências institucionais e legais, como pela sua génese eletiva popular e proximidade ao residente, a Câmara Municipal é a entidade com maior

⁵²⁵ Augusto Mateus in AAVV, 2013b.

⁵²⁶ O projeto HerO envolve nove cidades europeias, Regensburg (Alemanha), Graz (Áustria), Nápoles (Itália), La Valeta (Malta), Sighisoara (Roménia), Lublin (Polónia), Vilnius (Lituânia), Liverpool (Reino Unido) e Poitiers (França), aprovado no âmbito do Programa Operacional URBACT II para o período 2007-2013, medida para promover a troca de experiências entre cidades e fomentar o desenvolvimento urbano sustentável, na sequência da estratégia de Lisboa (2000) revista no conselho de Gotemburgo (2001).

⁵²⁷ AAVV, 2011d: 12.

legitimidade para providenciar a reflexão, estudo, elaboração e aplicação de um plano orientador para gestão do espaço urbano. Mais que uma medida intervencionista, este deve ser encarado como uma dimensão regulamentar de gestão desse espaço comum, onde se cruza a utilização pública com o interesse privado. Superno a um compêndio de autocracia de ideias e burocracia de procedimentos, este plano deve ser um tratado de governo participado e de convivência partilhada, onde a governança e a eficiência concorrem para a eficácia dos princípios e para a inclusão de todos os intervenientes.

Em termos de forma, como de conteúdo, a visão estratégica que norteia a elaboração desse plano tende a envolver um conjunto de metas objetivas refletidas na produção de um documento génese. Se a visão tende a ser estabelecida por um elemento, ou por um núcleo fundador, que expressa aspirações muito próprias e desígnios muito pessoais, o planeamento estratégico que se lhe segue, tende a ser um processo organizado através da reflexão, do debate e da discussão, onde a tomada de decisões se converte numa das fases mais importantes, pelo elevado grau de partilha.

A formulação de um plano estratégico para o núcleo histórico urbano prefigura-se um dos apoios centrais de ordenamento e vitalidade da cidade, pois contribui, através de uma missão, de objetivos a alcançar e de recursos a alocar, como incentivo ao progresso da própria cidade. Promove-se aí a fruição integrada do espaço sobre os primados da criação de projetos e da formação de ativos humanos, ou da promoção de estudos e programação de eventos, com apoio dos consórcios locais por onde fluem os incentivos à regeneração urbana.

Este processo de planeamento relaciona o desígnio do crescimento com a finalidade do desenvolvimento do território, ao estabelecer os seus princípios orientadores mediante a definição de bases de análise às condições locais, tanto naturais e humanas como internas e externas, através da caracterização de todos os interesses envolvidos pela devida ponderação das linhas de avaliação para o sucesso.

São assim integradas áreas de atuação face aos objetivos a alcançar, às estratégias a prosseguir, às ações a implementar e aos recursos a alocar⁵²⁸. A especificidade patrimonial passa também pela territorialidade, pela centralidade do recinto cultural e pela difusão do evento, os quais beneficiam de acessibilidades e da disponibilização de espaços, como de temporalidade social e de disponibilidade dos intervenientes em afetar meios, sinónimo da melhoria do nível de vida propiciado pela multiculturalidade, e

⁵²⁸ Martelo, 2013.

transposta na dedicação de tempo individual e coletivo à participação. Neste contexto, retoma-se uma ideia base propostas por Augusto Mateus⁵²⁹, de que os estudos sobre a cultura devem ser entendidos como estudos, e nada mais que estudos. Trata-se de abordagens de convergência e não imposições de decisão que justificam os investimentos, pois no contexto real, só as atividades criativas subsistem enquanto as não criativas sucumbem, pois o progresso económico e social, não reside na criação de valor mas na eficaz utilização do valor criado.

Todas as indústrias culturais são consumidoras, e é aí que a criatividade e a inovação devem ser focadas rumo ao crescimento inteligente, onde o efeito dos multiplicadores, sejam infinitos ou truncados, permite decompor custos e proveitos, ao mesmo tempo que estimam o investimento necessário e os ónus futuros da sua manutenção. O estímulo à criação cultural ascende como um campo que envolve a comunidade local, mediada por uma política de controlo de custos e de benefícios, sustento de equilíbrio e ascendente para evolução futura.

Para Sesimbra, o desafio reside na capacidade de formação especializada e de apoio à valorização profissional, de modo a promover a cultura através da sua matéria-prima, com menores custos de exploração e maior interesse participado da comunidade, para que se transforme vontade em ação, através de medidas de incentivo aos ativos culturais que a programação cultural potencia, desde o emprego à venda de bens e disponibilização de serviços. A ação local para a implementação destes princípios passa assim por duas áreas importantes de contratualização, entre o sector público e os agentes privados.

A primeira pelas parcerias com o associativismo, trazer o cidadão de casa para a rua através de grupos organizados motivadores para o investimento público, uma forma pragmática de envolvimento social pela utilização do espaço urbano como valência cultural, numa sociedade ativa e interveniente, provida de capacidade de governação gradual pelo alcance de metas de interesse comum. A segunda com a agregação de uma rede de infraestruturas e equipamentos culturais, com posição emblemática e objetividade utilitária, numa abordagem consentânea com as realidades locais de proximidade, apostada na inclusão de participantes, na promoção de criadores e na compensação do retorno de investimento que a economia cultural propicia.

⁵²⁹ Augusto Mateus *in* AAVV, 2013b.

A governança assume aqui uma atribuição primordial na programação municipal em qualquer das suas fases, desde a reflexão à elaboração, execução e avaliação de resultados. Este emerge porquanto exemplo acabado do que deve ser entendido, no contrato social entre o poder político e a comunidade local que, mais que procurar a homogeneidade de interesses, promove a inclusão de fatores de cidadania.

No que respeita à gestão urbana, instrumentos como os Planos de Pormenor, as Áreas de Reabilitação Urbana ou as Operações de Reabilitação Urbana, devem decorrer dos estudos do Plano Diretor Municipal, o qual entendido como um plano estratégico onde o município regulamenta todas as questões identificadas para a coerência territorial, baseado em estudos multidisciplinares que abrangem várias temáticas, detentor de princípios formais e definições precisas quanto à conservação ou à valorização do recinto urbano. O núcleo histórico carrega em si um conjunto de situações que se tornaram universais, independentemente da localização geográfica ou da incidência administrativa e societária associada, as quais, passam pelas necessidades de alojamento dos residentes, pela modernização dos serviços, pelas disposições relacionadas com o tráfego e pela precisão de assegurar a autenticidade local⁵³⁰.

Atualmente é aceite que a preservação do património histórico não tem que ser entendido como problema face ao crescimento urbano, mas sim como pilar consolidado para o desenvolvimento sustentável de génese ambiental, com repercussões sociais e benefícios económicos. Se um edifício não pode ser visto como uma mera construção por enquadrar uma leitura de espaço, uma visão de função, uma proposta arquitetónica, uma preocupação estrutural, uma matriz de técnica de trabalho ou uma resenha de histórias, também a cidade não pode ser vista como um mero aglomerado por nesta existirem vários edifícios, diferentes entendidos de espaço, distintas visões de funções, inúmeras propostas arquitetónicas, múltiplas preocupações estruturais, uma ampla universalidade de técnicas de trabalho e uma interminável teia de histórias.

Em termos concretos de medidas a implementar na urbe, e de modo a fazer prevalecer a génese histórica sobre o interesse imobiliário, por exemplo, deve ser evitada a demolição de um edifício antigo para construção de um novo. A opção não passa pelo *fachadismo* mas pela sua refuncionalização, através de correções na distribuição funcional que permitam manter as volumetrias antes concebidas, o que em

⁵³⁰ Soares & Neto, 2013: 136-137.

termos arquitetónicos, zela pela salvaguarda da integridade do edifício e suscita ponderada reflexão quanto aos usos a prever nessa intervenção.

Nesta perspetiva, a aplicação de técnicas nas intervenções de reabilitação dos edifícios urbanos, atende também à sua especificidade no que se reporta às práticas operativas a implementar que, pese embora seja entendível que as metodologias de trabalho atuais são mais produtivas e céleres, em termos de resultados, que outras mais antigas, a certeza de que os edifícios foram criados com recursos a essas técnicas mais antigas, e será sobre estas que se deve operar, de modo a incluir, sempre que possível e de jeito compatível, as novas tecnologias. Igualmente, há que ponderar a questão dos materiais a utilizar, através de estudos às preexistências e de compatibilidades com os materiais mais modernos que se podem aplicar, de forma a identificar os que foram adicionados ao longo dos tempos noutras campanhas de intervenção, pelo que este critério tende a ser uma medida de continuidade e não de anulação pois, “em casos limite, os produtos utilizados nas intervenções referidas, que deveriam fazer parte da solução, podem chegar a constituir, eles próprios, a origem de novos problemas”⁵³¹.

No caso de intervenções de caráter estrutural, apresenta-se por fundamental assegurar a prévia verificação da eficácia das medidas idealizadas, apoiadas em estudos e análises dinâmicas baseados em planimetrias e operações de cálculo, mas também, com expediente a modelos de escala feitos a partir da informação obtidas na documentação histórica e pela avaliação das condições atuais do edifício, quanto às suas propriedades e existências visíveis. Constroem-se moldes virtuais e maquetas reduzidas onde se pode estudar o desempenho da futura intervenção, desde logo, numa abordagem *ex ante* do resultado final, em que a definição de algumas das áreas que podem ser suscetíveis a futuras alterações e medidas corretivas, são identificadas.

Os gestores locais devem ser encorajados nesta metodologia diligente, embora também preocupados com a capitalização de investimentos no património, não só de engenharia financeira mas também de benefícios de imagem. A capacitação de gestão requer aptidão profissional e formação de competências, pois sobre o gestor pendem milhares de decisões individuais que tornam essencial, a existência de uma estratégia ampla e com regras de ação, as quais permitam afetar ferramentas para facilitar a descentralização na tomada de decisões e, propiciam junto de todos os envolvidos consensos às decisões regulamentadas.

⁵³¹ Córias, 2007:232.

O processo de análise para uma gestão coerente requer a utilização de estudos preliminares, a definição de indicadores ponderados, a afetação de programas para tratamento de dados, a implantação de modelos SIG para gestão geográfica, a aplicação de análises SWOT para determinar pontos fortes e fracos ou potencialidades e riscos, a formalização de modelos de inquérito que permitam medir a utilização e a não utilização, a implementação do conceito de *preços* a instituir e a ponderação da sua eficácia. A pertinência deste modelo requer, de igual modo, a existência de um documento institucional, formativo e informativo, um guia de gestão do espaço urbano que apresente a todos os interessados as normas e condutas de vivência, onde o domínio cultural prima no modelo de gestão, presente em todos os campos temáticos do quotidiano da cidade. Trata-se de um documento que enquadre a ARU, como já prevista em Sesimbra, mas que ultrapasse a sua conceção material de planificação de espaços para usos, e permita focar os usos que os espaços propiciam alcançar.

O plano de gestão será assim o documento fundamental para o espaço urbano, pois proporciona consensos que especificam, com maior precisão, as estratégias a formalizar e os instrumentos a dinamizar na política local de conservação do património urbano, de modo a orientar a ação de regeneração e, em símile, acolher as valências coetâneas de uso. Como elemento de reflexão estratégica, a sua programação deve ser flexível à adaptação e estímulo à renovação, orientada para os resultados como para a eficiência organizacional enquanto base de trabalho exequível, passível de ser gerida, controlada, monitorizada e avaliada. Pelo seu caráter basilar, deve ser elaborado de modo a sustentar um modelo eficaz de gestão, coerente com as características da cidade e com a identidade da sua área histórica, onde o cenário previsto para o futuro, está definido com base no posicionamento que a comunidade, em conjunto e de forma partilhada, pretende alcançar face ao território, como perante os seus utilizadores.

Considerado como instrumento de planeamento, apoia-se no conhecimento e na valorização dos recursos locais disponíveis, através da compilação de dados e de metodologias operativas, sejam provenientes da administração pública como da gestão privada, o que leva a que a implementação do plano de gestão, enquanto instrumento de planeamento local, deva ser feita através de um processo assertivo. Na sua conceção, a perspetiva de avaliação é um dos pilares mais qualificados, pois as linhas estratégicas e a tomada de decisões devem surgir com o máximo de informação e sua correta interpretação. Assim, se a vertente teórica e de conceção de conceitos resulta importante, a capacidade para concretizar, materializar e mensurar, criar metodologias

de controlo e de avaliação, são importantes vetores para o sucesso do programa, pois através desta capacitação consegue-se conceber, dentro de padrões e sob moldes legíveis, uma avaliação social, económica e cultural do património urbano.

Como refere Eduardo Rojas⁵³², um eficaz programa de intervenção urbana cumpre um conjunto de condições essenciais. Contribui para a coordenação das intervenções que acompanham o investimento público, nas infraestruturas ou nos espaços públicos, e o privado no parque imobiliário, igualmente acompanha as medidas conjuntas dirigidas à inclusão social, apostadas em intervenções adaptadas que permitam cobrir maiores frações e distintas realidades no espaço urbano, onde se evidenciam questões internas e se promovem mais-valias atrativas, quer para novos investidores quer para renovados utilizadores, mediante uma sequência ordenada.

Nesta perspetiva, o património urbano acentua-se como núcleo gerador da gestão integrada, o qual reflete nos custos da conservação não um cunho de despesa, mas um carácter de investimento. A aposta reside na excecionalidade dos edifícios e dos registos históricos, o valor do todo que constitui a paisagem urbana na sua escala construtiva, seja para a orientação de investimentos ou para a consecução de metas socioculturais, no lidar das pressões e no afirmar de soluções concertadas, para o crescimento da cidade e da sua comunidade. Em Sesimbra, o núcleo urbano apresenta um elemento que se torna fundamental no processo de elaboração de um plano de gestão, a preexistência.

A preexistência sente-se, quer no património ameaçado ou arruinado quer no património consolidado e usufruído, o que leva a que a gestão do espaço urbano consubstancie, “o planeamento de conservação no seu melhor é mais semelhante a um ato de equilíbrio, em que interesses conflitantes são geridos e recursos valiosos mantidos e regenerados para o futuro previsível”⁵³³.

Aqui, cabe todo o tipo de questões ao espaço urbano, desde deficiências da organização urbana aos problemas sociais, dos potenciais económicos às ambiências naturais, das medidas de reabilitação do edificado às necessidades de salvaguarda das tradições. Refletem-se em analogia, soluções traduzidas em políticas públicas e em mecanismos de financiamento, concretizados em projetos suportados pelo envolvimento misto, como por ações multidimensionais com efeitos direcionados para o lugar.

⁵³² Eduardo Rojas in AAVV, 2008: 42.

⁵³³ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 33. *As such, conservation planning at its best is more akin to a balancing act, in which conflicting interests have to be managed and valuable resources maintained and regenerated for the foreseeable future.*

A concretização do plano de gestão, enquanto fórmula metodológica, requer a aplicação de instrumentos de planeamento, ferramentas de governança, mecanismos financeiros e sistemas de regulação, que permitam em articulação operacionalizar a regeneração integrada. Os instrumentos de planeamento ajudam a proteger a integridade da identidade urbana, pois assimilam a diversidade dos seus significados numa rede de compromissos monitorizados que permitem, com equidade e consciência, acompanhar a gestão da mudança como forma integradora para qualificar a vida no espaço urbano. Esta premissa é vocacionada pela integração de estudos, utilização de documentação e elaboração de mapas de intervenção, que identificam as realidades patrimoniais ao projetar, sob plena perceção, os desfechos daí resultantes em termos sociais, económicos, ambientais e culturais, o que permite sustentar a futura tomada de decisões como fator de crescimento. Desta forma, as ferramentas de governança envolvem um cosmos com todos os interessados, capacitados a identificar os valores fundamentais presentes na área urbana, através do desenvolvimento da visão pela sua diversidade.

Definir metas comuns e ações partilhadas em torno do património, surge como modelo integrador da dinâmica de vivência urbana, a qual dinamiza a capacidade intrínseca de promover o diálogo intercultural através da comunidade e da sua história, tradições, valores, necessidades e aspirações, mediados face aos eventuais interesses e potenciais conflitos. Exemplo desta prática surge em Sesimbra com o *Orçamento Participativo*, e mais tarde *Opções Participadas*, cuidadas em promover a participação dos munícipes nas decisões de investimento do Município pois, após vários ciclos de sessões públicas de trabalho e de esclarecimento sobre o orçamento público para o ano seguinte, a população, através dos seus delegados, é ouvida em relação a um conjunto alargado de projetos para os quais contribuiu na definição das prioridades de ação e das propostas para novos projetos. Este formato propicia protagonismo aos cidadãos e valoriza uma lógica territorial em que a comunidade apresenta à autarquia, as áreas e as ações concretas que considera serem as mais necessárias.

Nas questões do financiamento da intervenção de regeneração urbana integrada, a implementação de mecanismos financeiros deve promover as capacidades locais, ao apoiar as bases de crescimento através da afetação de fundos financeiros e de mecanismos ao alcance do crédito local, os quais, propícios a investimentos inclusivos ou a modelos de parceria centrados na valorização sustentável da paisagem histórica urbana. Estes, também enquanto sistemas de regulação, refletem em si a perceção das condições locais, conexas a medidas legislativas ou a regulamentos destinados à gestão

do património urbano em todas as suas escalas de interpretação, por conferir coerência à sua utilização partilhada.

Como enuncia Nili Shchory e Leah Shamir-Shinan, “o plano de ação de gestão baseado numa administração estratégica para o desenvolvimento económico local é uma ferramenta poderosa para o trabalho prático, permitindo lidar com os problemas locais simultâneos da conservação e do desenvolvimento económico”⁵³⁴. Delinear este plano, implica a perceção de todas as linhas de intervenção para uma gestão social de génese económica, com consciência ambiental, interesse cultural e de fortalecimento da governança como base para o planeamento urbano. Este ascende enquanto um processo de lógica metódica, de consensos e de decisões partilhadas, focado num plano temporal de longo prazo, e sustentado em modelos de cooperação que suscitam a participação da comunidade e de todos os agentes ativos no quotidiano urbano.

O roteiro para as medidas a projetar uma estratégia de desenvolvimento de índole local, como se preconiza para Sesimbra, assenta num conjunto de patamares de entendimento, etapas fundamentais no processo reflexivo para implementação da estrutura de ação. Considera-se uma análise ao contexto local e aos seus intrínsecos potenciais de *crescimento*, essenciais para elaborar a visão, partilhada por todos os intervenientes, como para decidir o sistema de competências a implementar. Define-se por aí o misto de objetivos e de linhas de prioridade a esboçar, sob o patamar interativo da diversidade de agentes envolvidos, dos planos de ação e dos mecanismos de monitorização e avaliação, conjugação de todas as sinergias para o sucesso.

Como advogado na Estratégia Europa 2020, o conceito intrínseco à afetação de uma estratégia para a Especialização Inteligente (EPI^{El}), enfatiza a necessidade de se desenvolverem planos de ação sustidos nas características próprias da região, em que se exploram as suas áreas de excelência em contextos de fomento social, de estrutura económica, de sustentabilidade ambiental, de coerência cultural e de constituição de mecanismos de governança. Pelo envolvimento desta massa crítica permite-se tornar o processo de especialização um afinar de escolhas, definição de prioridades e afetação coerente, quer de recursos ativos quer de investimentos reprodutivos.

O crescimento pode ser assim alcançado como um processo empreendedor de descoberta e de aperfeiçoamento, conduzido pela comunidade em domínios que lhe são

⁵³⁴ Shchory & Shamir-Shinan, 2011: 923. *The management action plan based on strategic management for local economic development is a powerful tool for practical work, enabling effective coping with local problems of simultaneous conservation and local economic development.*

próximos, explorados através de uma estratégia muito própria que traduz a perceção dos ativos regionais, plasmados na oportuna utilização das condições de progresso, na futura integração em novos mercados ou por novas realidades de inovação, cálculos orientados para o exterior do território e para a sua evolução competitiva no cenário regional como também Comunitário. A adoção de uma abordagem integrada permite reunir ampla base de objetivos comuns entre todos os intervenientes, focados na concertação para as metas do crescimento integrado a envolver o património urbano, seja pela identificação de perspetivas e realidades de extensão patrimonial, seja pela estruturação de ações concretas direcionadas a concretizar, sob bases tangíveis e reais, a diversidade de ações a promover.

Este posicionamento requer a integração dos agentes operacionais, com interesses e competências multinível, por onde se alinha o entrosamento para uma relação construtiva entre as autoridades públicas, os mediadores de financiamento e os atores socioeconómicos, de modo a que a salvaguarda do património urbano seja equilibrada como premissa de desenvolvimento territorial.

O património tende a ser entendível como um mote transversal à vivência quotidiana, um elemento singular que, além de conferir identidade, como fundamento sociológico, também gera benefícios económicos e financeiros, diretos à cidade e induzidos ao seu progresso, em termos da habitabilidade como de competitividade dos agentes locais. Decorrem daqui políticas de programação setoriais relevantes para a concretização das dimensões de conservação do legado urbano, orientadas para o benefício das existências locais.

A recuperação de imóveis históricos cria ambiente para a instalação de novas empresas com valor económico, a requalificação de áreas públicas potencia o aumento do número de utilizadores e de visitantes, a revitalização urbana e o comércio de proximidade facilita a instalação de novos moradores e de famílias mais jovens com positivos efeitos demográficos. As necessidades dos moradores, dos visitantes ou dos agentes sociais e económicos que gravitam na cidade, têm que ser harmonizadas com as necessidades de salvaguarda, conservação e coerente utilização da paisagem urbana.

O mercado imobiliário pode aumentar os capitais de negócio e de valor, os agentes locais podem intentar novos espaços e superfícies para bens e serviços, o comércio local pode afetar as fachadas e o espaço público para autopromoção, os moradores podem alterar habitações na ótica do conforto ou da estética, os visitantes e turistas podem conduzir ao redimensionar das unidades residenciais e áreas de estacionamento ou de

novos recintos para comércio. Porém, e apesar de todas estas vontades, cabe ao plano integrado de gestão solidificar as condições para adequar as disponibilidades do mercado imobiliário face à realidade da estrutura urbana.

Propicia-se deste modo a definição da escala de ocupação dos espaços públicos, pela consubstanciação dos critérios que caracterizam a integridade visual dos edifícios no núcleo histórico e as condições de mobilidade suave nas vias de circulação, o que contextualiza os usos no espaço urbano e os limites à alteração do seu património, face à paridade da paisagem histórica urbana, legitimação das necessidades locais como da sua capacidade de acolhimento. Enquadrá-la como uma visão integrada, requer o diálogo entre todas as partes interessadas, pelo qual se formalizam consensos, os mais abrangentes possíveis, através da valorização de uma abordagem participativa sustida na implementação de uma estratégia de conservação pensada para o lugar urbano, através da afirmação equitativa e gregária de uma conspeção conjunta, e de conjunto.

No plano integrado de gestão, a sua consecução não depende em exclusivo das políticas definidas ou dos programas específicos de envolvimento de parceria, mas assenta numa estrutura metodológica de intervenção com modelos de ação concretos, metodologias de trabalho efetivas e procedimentos consequentes, para que a rotina diária seja passível de criar, em vez de compromissos limitados por interesses temporâneos, vivências consentâneas com o espaço urbano e o seu quotidiano. Só assim se torna possível promover o acompanhamento da sua evolução, pelo qual se avaliem consequentes adaptações em benefício da vitalidade urbana, enquanto sinónimo de uma abordagem de gestão eficaz da área histórica.

Esta abordagem assenta num sistema de monitorização, com mecanismos de análise e de avaliação, onde se definem parâmetros de melhoria como de adaptação num processo contínuo não só perante ganhos alcançados ou mais-valias criadas, mas em resposta a novas necessidades e a desafios emergentes. Como se define nas metodologias de ação do projeto HerO, “o sistema de gestão facilita a lida contínua do aumento das áreas urbanas históricas e sua herança cultural na rotina de trabalho”⁵³⁵, assim, a perceção do interesse e do valor dessa rotina de trabalho é um vetor elementar de sucesso para o programa integrado de gestão. O caráter pragmático que essa rotina operacional confere à estratégia, e a perceção de que esta, bem como a *visão* de missão prevista, são realizações humanas com resultados expetáveis e com óbvias limitações,

⁵³⁵ AAVV, 2011d: 21. *The management system facilitates dealing continuously with the enhancement of historic urban areas and their cultural heritage in the daily work routine.*

decorre do empenho de todos os intervenientes através da eficaz aplicação dos recursos por estes disponibilizados em benefício do recinto histórico.

Se a estratégia prevista relaciona as expetativas a alcançar com o tempo necessário para o fazer, se correlaciona o contexto interno controlável com as ambiências externas não controláveis, se rege as capacidades intrínsecas com as competências adquiridas e com os recursos disponíveis, essa mesma estratégia, deve porventura respeitar os princípios e os valores da preexistência urbana.

Confia-se numa análise rigorosa do seu contexto e ambiências extrínsecas, de modo a que seja exequível e plenamente compatível com as competências e com os recursos disponíveis. Só desta forma se promove o compromisso partilhado por todos os parceiros face às suas disponibilidades e às suas expetativas, o que requer que a estratégia tenha não só uma abordagem criativa mas também uma propensão própria para a inovação e o empreendedorismo, ao aproveitar as oportunidades e ao minimizar as ameaças, através do desenvolvimento das forças e do confinamento das fraquezas⁵³⁶.

Em Sesimbra, a senda deste percurso pode ser obviada pela tabela de propostas já concretizadas, seja pelo PDM ou pela ARU, seja pela experiência no QCA III e no QREN quanto a intervenções urbanas, no entanto, requer-se uma maior reflexão, no sentido de orientar a programação para os resultados. Há pois que os entender como um binómio fundamental para o sucesso, este constituído por regras e procedimentos a nortear a implementação da visão proposta, de modo a permitir encaminhar todos os esforços para alcançar os objetivos delineados, requisito para equilibrar a conservação do património urbano face às expetativas de progresso.

A rede de trabalho HerO, com base na prática acumulada pelos seus parceiros ao longo de vários anos de experiências de gestão do espaço urbano, delineou uma metodologia para constituição de um plano integrado de gestão, a qual, contempla eixos diferenciados de ação.

A preparação do plano integrado de gestão, num primeiro patamar, requer a constituição de um grupo de apoio local, no qual se prepara a análise prévia para a elaboração do roteiro de trabalho. Em fase posterior, procede-se ao envolvimento do grupo de apoio local, como de todos os interessados no desenvolvimento da *visão*, na definição dos objetivos e na projeção das ações necessárias face às metas complementares, à clareza das estruturas funcionais e dos procedimentos de trabalho. A

⁵³⁶ Martelo, 2013.

que sucede a implementação da estrutura do programa de ação local, através da consecução dos seus procedimentos de trabalho e da concretização das ações, fase operativa que vai marcar a implementação da regeneração urbana integrada. Por fim a avaliação de resultados, a revisão da visão estratégica e dos objetivos táticos, onde a monitorização de desempenhos e a dimensão dos resultados obtidos, permite avaliar a execução do plano e definir quais as linhas de adaptação a prover⁵³⁷.

Qualquer que seja a metodologia adotada para a preparação do plano integrado de gestão, um princípio fundamental perpassa desse momento, apenso à definição do seu programa de ação local, o qual surge como o cômputo de projetos e de ações a desenvolver na programa da intervenção de regeneração urbana integrada, o modelo estruturado de intervenção no espaço urbano e sua ambiência histórica.

Um dos momentos fulcrais na projeção do plano integrado prende-se com a constituição do grupo de ação local, onde se identificam os atores sociais e os agentes de interesses e, como os motivar a participar e a estarem envolvidos em todo o processo, ao longo de vários níveis de interesse internos e externos, diretos e indiretos, positivos e negativos. O eixo central cinge-se à interpretação de quais as instituições públicas, entidades privadas e agentes do terceiro setor a envolver, refletidas as suas origens funcionais, as suas competências ou as suas capacidades de afirmação no espaço urbano. Um dos fatores que influencia este campo reside na capacidade de representação, e sobretudo de nomeação de competências, para a tomada de decisões, ao assumir não só um mandato de responsabilidade decisória mas, um contributo essencial para conferir confiança assertiva a todos os parceiros.

Outro campo de atenção na elaboração do plano integrado de gestão prende-se com a sua clareza como projeto, documento que caracteriza a situação e define o rumo a seguir, face ao destino a alcançar, no qual reside a génese do plano de gestão. Neste percurso são identificados os propósitos e os objetivos concretos a alcançar, onde se descrevem as metas, as tarefas operacionais e as fases de trabalho. Por aqui se delineia a visão, a missão e os objetivos face aos valores do sítio, refletidos nos princípios de crescimento a alcançar e traduzidos na coordenação de intervenção na cidade.

O roteiro permite elencar os temas de reflexão e as áreas de ação para o plano de gestão, mercê da análise atual em que se identificam os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças, quais as necessidades e os desafios ou, quais as

⁵³⁷ AAVV, 2011d: 25.

potencialidades e os recursos disponíveis. Desenha-se aí a futura estrutura operativa de gestão, os momentos de decisão e os procedimentos de monitorização, os campos de trabalho esperados e quais as garantias evidenciadas para a sua concretização face às áreas temáticas, como à perceção dos responsáveis de missão, num processo *ex ante* de definição dos próprios canais de comunicação.

Pela perceção de que o plano integrado de gestão assume-se como um processo multinível, de múltiplas facetas, com diferentes interesses e distintas vontades, há que, na génese do processo, definir a instituição que assumirá a sua coordenação. Preferencialmente, uma entidade com carácter de referência do espaço urbano que, por norma, se associa em primeira instância ao município local.

Por este se inicia o processo, o qual transparente junto de todos os intervenientes, também como forma de objetivar as metas, focadas e partilhadas, súmula das condições básicas para que este plano seja um momento real, consciente do espaço urbano e da sua comunidade, não baseado em expetativas ou em ideias difusas que suscitam frustrações e enganos, mas em carências claras e em compromissos concretos associados a um modelo de planeamento e a uma efetiva gestão do tempo. Este tempo não deve ser o suficiente mas, o necessário, para projetar e materializar todo o processo não entendido como uma oportunidade de momento, mas como uma efetiva precisão a alcançar.

Neste entrecho, desenvolver uma visão implica definir não um modo de ver o sítio, entender a sua orgânica funcional e compreender a sua existência, mas sobretudo, uma rota partilhada num percurso de objetivos e de realizações, os quais visam promover a regeneração do património urbano como fator de crescimento integrado, motriz de aperfeiçoamento em todas as dimensões que emergem na rotina do quotidiano. Da visão advém os princípios de reflexão e os objetivos intuitivos, constituintes da estratégia para o espaço urbano, na qual, transparecem as realidades que a cidade sente e que a comunidade aspira. Quem quer ser? O que quer ser? Como quer ser? Por estas se confirmam áreas de interesse e campos de ação, que a definição conjunta dos objetivos concentra, para que no rumo traçado se encontrem as decisões mais consensuais com o mínimo de conflitos e o máximo de soluções exequíveis.

A visão torna-se o ponto de partida para a aprovação do percurso seguinte, onde a sua definição face ao núcleo histórico urbano, concretiza um processo envolvente de desafios, materialização de necessidades e convergência de oportunidades, propiciadas pelo debate com todos os interessados, de modo a definir uma mensagem positiva para a

constituição da missão, expressão do desígnio a implementar, definida de forma sintética, expressivamente clara e de uma eficácia objetiva.

No fenómeno de cascata que estrutura o plano integrado de gestão, a jusante da missão surgem os objetivos, metas refletidas dos princípios de geração de todo o processo e que vão acompanhar a sua progressão no tempo pelo seu carácter de materialidade face às aspirações do espaço urbano. A definição dos objetivos torna-se também um método formal de pensar a cidade, pois estes, na sua conceção SMART⁵³⁸, permitem desenvolver metas realistas, e realizáveis, pela sua nomeação concreta e descrição materializável que permite clarificar o seu fim, simplificar a sua realização e garantir o seu conhecimento.

Raramente consubstanciam algo novo, uma invenção *ex nihilo* ou uma percepção *ex abrupto*, estes tendem a ser reposição de ideias conhecidas com singularidade pela sua relação com o espaço urbano e a sua vivência. Como fator de rigorosa análise das realidades locais e de evolução progressiva da visão, os objetivos são o entendimento coerente do futuro com consistência teórica e coerência programática, por onde se projetam as consequentes ações a desenvolver. Os objetivos tendem assim a ser metas concisas a alcançar para que a concretização da estratégia seja materializada, de modo a divisar a visão definida através de indicadores mensuráveis e concretizáveis para todos os participantes. Se os objetivos ajudam a satisfazer a visão e a missão, são as ações que ajudam a cumprir os objetivos, materialização executória no sítio com todos os agentes e recursos envolvidos, o que as transforma num extenso roteiro de progressão faseada temporalmente, concretizada na execução da estratégia local de crescimento.

Os objetivos tendem pois a ser focados nos resultados a alcançar, e não nos meios para os alcançar, o que leva a que sejam definidos em dois grandes grupos. Os objetivos estratégicos, na concretização da missão e suas prioridades sob uma natureza geral, não limitada em termos de dimensão e de tempo, mas que por eles concretiza o registo da estratégia seguida. Os objetivos operacionais, materialização das prioridades subjacentes à missão e assentes nos resultados dimensionados, em termos materiais e temporais, os quais vão permitir identificar os indicadores qualitativos e quantitativos que os tornam mensuráveis à monitorização e avaliação⁵³⁹.

⁵³⁸ SMART: Specific, Measurable, Achievable, Relevant, Time-bound; Específicos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes, Limite temporal.

⁵³⁹ Martelo, 2013.

Tal como os objetivos face à visão, as ações são programadas em direta relação face aos objetivos, desenvolvimento concreto de cada um destes através da sua projeção, planificação e execução. Materializar esta estratégia através de planos de ação, torna-se um processo em espiral que requer consistente definição face às metas a alcançar, com a sua clarificação não só para efeitos de divulgação, mas para a sua eficaz operacionalização, face às condicionantes *ex ante* como aos necessários recursos a disponibilizar, garantia para alcançar os resultados previstos como meta de realização dos objetivos e por estes, do alcance da visão.

Integradas neste agrupamento estratégico, as ações são uma sequência de atividades em rede que se desenrolam num plano de circunstâncias únicas, com relação lógica e sob um cômputo de regras num dado período temporal, com um conjunto delimitado de recursos técnicos e financeiros consoante a especificação dos resultados a alcançar. O seu carácter multidisciplinar torna este, um processo organizacional complexo, com uma rede de tarefas e de meios, face à limitação de recursos e de tempo, o que suscita risco, face às expetativas a alcançar, e propicia potenciais conflitos perante a incerteza dos resultados, pelo que, a execução das *ações* deve assentar na definição de decisões e na dinamização de procedimentos, metodologias operativas de sequência específica diretamente apenas à estratégia de crescimento integrado. A sua gestão requer um processo de conceção, como de planeamento, que congregue recursos para a sua implementação e consequente monitorização, a que por fim, se sucede a avaliação não só dos resultados alcançados, mas também dos conhecimentos aplicados, das metodologias e técnicas adotadas, e das ferramentas utilizadas para se alcançarem os objetivos perante os prazos delineados e os recursos alocados.

Como conjunto de evidências para identificar as possibilidades de melhoria e as adaptações de mais-valia, a implementação de um grau de eficiência quanto ao cumprimento dos objetivos, promove uma mais eficaz administração de recursos para gestão do espaço urbano. Identificar as necessidades e reconhecer as oportunidades, conceber as metas a divisar e planear os objetivos para as alcançar, permite desenvolver o melhor plano de ações de modo a obter os efeitos projetados no propósito de alcançar o sucesso. O plano integrado de gestão será, em si, um documento onde se combina a salvaguarda do património cultural com o desenvolvimento económico, social e ambiental, pelo qual são geradas áreas históricas urbanas multifuncionais e equilibradas, capazes de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores.

Neste, são geridas as necessidades e os interesses das partes entre si, face às exigências do património urbano, mediadas por uma abordagem integrada aditada a uma perspetiva articulada entre os diferentes setores participantes. Todas as partes interessadas são abraçadas por uma trama de coordenação apta a formalizar decisões e a implementar procedimentos, na qual, se monitorizam os processos de melhoria contínua orientados para os objetivos a alcançar e para as ações a implementar, onde se privilegia a valorização de todos os ativos e de todos os bens patrimoniais, sejam tangíveis ou sejam intangíveis⁵⁴⁰.

6.3. As ações e a programação de eventos

O ano de 2007 marca uma etapa decisiva para a Europa, quando sob a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, foi assinado o Tratado de Lisboa⁵⁴¹ e formulada a «Agenda Europeia para a Cultura». Com esta agenda passou a adotar-se nova orientação estratégica para o setor da cultura, na qual, são fixados objetivos a prosseguir, delineadas linhas de identidade e definidos mecanismos de ação para valorização da riqueza e da diversidade cultural europeia. Aí, o património evidencia-se como fator de coesão e de atratividade para o benefício social, pelo qual se enaltece a diversidade das regiões como oportunidade para o desenvolvimento de soluções empreendedoras e para o crescimento equilibrado e sustentável.

Nesta ligação, e como refere a Comissão Europeia⁵⁴², as indústrias culturais e criativas surgem em muitas regiões europeias como campos de investimento, com reflexos significativos em termos sociais e económicos, plataformas inovadoras para o crescimento integrado de génese local. Por estas são suscitadas novas oportunidades de trabalho, com peso económico e potencial de melhoria da qualidade de vida, contributos para a integração social e promoção da sua plena coesão, o que torna as indústrias culturais catalisadores de mudanças estruturais, estímulos ao empreendedorismo e de atração à criatividade, comunicativas na captação de novos públicos e interesses de investimento num mercado de rápida expansão, como o potenciado pela cidade.

Na piscosa Sesimbra, a distinção entre urbe antiga e novas áreas urbanas dificilmente se realiza, pois nas últimas décadas, a sua expansão além dos tradicionais

⁵⁴⁰ AAVV, 2011d: 60.

⁵⁴¹ Soares & Neto, 2013: 9.

⁵⁴² CE, 2012: 88.

limites ganhou em áreas através dos recentes bairros e modernos condomínios, porém, não foi contributo tão marcante como as novas construções no núcleo mais tradicional, realidade que alterou a ambiência tradicional urbana sobre o areal atlântico. Se as novas construções periféricas não formaram bairros diferenciados, mas antes bairros continuados acima do agregado fundador, foram as avenidas com os espaços comerciais virados ao mar e os edifícios de segunda residência contíguos, que conferiram dramática diferenciação no contexto funcional da vila.

Ao partir desta percepção, e para reflexão sobre o futuro programa de regeneração urbana integrada, a perspectiva de abordagem tende a considerar a leitura de um contínuo urbano, que se revê na atualidade, como uma sequência funcional de recintos arquiteturais mais tradicionais, o qual requer assim a prevalência de leitura sobre o espírito associado à *cultura arquitetural*.

Exemplos podem ser apresentados na construção, como nas potenciais propostas, de reafecção do devoluto Fórum de Sesimbra no limite a norte ou do menosprezado centro comercial Atlântico no extremo nascente em plateia à marginal, espaços reutilizáveis para indústrias criativas e de comércio ligado à identidade local. É também plausível assumir a reutilização da antiga fábrica conserveira Francesa, no centro da vila, como oficina cultural para projetos de maiores dimensões, como igualmente os remanescentes edifícios de habitação social piscatória a poente para temporárias residências artísticas e bairro cultura, porém recentemente demolidos em grande parte da sua área. Paralelamente a estas observações de revitalização do anel histórico urbano, a coeva modernidade, através do automóvel ou dos estabelecimentos hoteleiros, exigiu a abertura de recintos projectos e a criação de novas infraestruturas que moldaram os movimentos populacionais e imputaram recentes dinâmicas funcionais na vila.

A tendência para esta modernidade impôs traçados em percursos que limitam usos por apropriação, caso dos estabelecimentos comerciais ou das habitações em que as tradicionais residências individuais e coletivas que coabitavam num arruamento, qual fenómeno de osmose social da vivência coletiva, foram substituídas por áreas de habitação individual e por avenidas de atividades comerciais e de serviços, ou de segunda habitação em salientes edifícios. Abordar nos núcleos urbanos a temática dos bairros antigos, como dos novos espaços residenciais, das antigas funções comunitárias às atuais necessidades cosmopolitas, requer a compreensão da sua história, da sua estrutura como da sua coerência, o entendimento do *spiritus loci*.

Ter consciência de que o espaço urbano não pode ser entendido sem se identificar a presença do que foi a sua função ancestral, implica respeitá-lo no seu conjunto de existências, ao não imputar uma conceção de paisagem artificial que encobre a rua e o edifício, limites à sua fruição. Este conceito também se aplica às questões imateriais, e em particular, às de génese cultural, na qual um dos mais singulares esteios prende-se com o conceito de *festa*, algo que marca de forma indelével a relação entre as distintas comunidades da Europa mas que, no seu fundamento, será das mais antigas e ao mesmo tempo atuais, formas de socialização com relevante expressão no recinto da cidade.

Em Portugal, as condições climatéricas, a génese multicultural das comunidades, a ancestralidade pagã e a firme tradição católica, criaram um panorama único para a contínua realização de festas durante todo o ano. A festa assume uma missão própria, e comum, de socialização, momento excecional que justifica a cíclica vivência comunitária ou momento evocativo da diferença face às normas do quotidiano, esta assume-se como um consignado momento de singularidade, marcado pela participação num tempo excecional da vivência coletiva. Porém, também evidencia outro lado muito forte, o da territorialidade, pois em si, marca um evento e um espaço pela sua apropriação, primeiro pelos naturais e depois pelos forasteiros, promovida na regulação das normas sociais de horizontalidade inclusivas ou de estratificação exclusivas, pelas quais emerge o sentimento de paridade individual, como de pertença coletiva.

Por isso se diz que no espaço urbano, a festa assume uma cíclica apropriação do lugar, expressa no roteiro tradicional das procissões que percorrem antiquíssimas ruas de primeira fundação, como nos terreiros e largos que acolhem as celebrações mais plebeias e nos edifícios onde a solenidade marca momento presencial. No âmagô, é essa particularidade territorial que marca a exclusividade de cada festa, singular e única para a sua comunidade, plena representação coabitada da grei local.

Trata-se de um acontecimento singular na vida da comunidade que o município não pode olvidar, ou abster-se de se envolver, não só na logística de preparação mas também no apoio à sua perpetuação, expressão da coesão social através de hábitos culturais enraizados na memória coletiva. A sua programação seja religiosa, etnográfica, temática ou simplesmente evocativa, depende de muitas condições extrínsecas a si, desde logo, as condições atmosféricas, a vitalidade demográfica da comunidade, as realidades socioeconómicas vigentes, a predisposição comunitária para celebrar ou o calendário extrínsecos de outras celebrações concorrentes, pelo que a sua vivência assume-se como um evento de preponderância local e, por tal, de carácter único.

Daqui também decorre o típico conceito de *bairrismo*, peso de socialização elevado e fenómeno basilar para o entendimento sensorial da identidade de muitos espaços urbanos, pois prende a comunidade no território também como premissa de existência coletiva, embora num contexto não formal, mas imbuído em profundos laços de socialização enraizados, que suscitaram ideológicas apropriações como no Estado Novo, quer na filmografia que aludia ao carácter pitoresco das comunidades e dos seus espaços de quotidiano, quer na construção dos bairros sociais comunitários de índole profissional ou das escolas primárias de ascense regionalista.

Em Sesimbra, e até há poucos anos, era vincada a diferenciação entre *pexitos*, os residentes da vila, e *camponeses*, os residentes nas povoações rurais, a qual também trespassava nas designações de *moradores da vila* frente à *gente do campo*. Por esta conceção incorporada de materialidade passa a ocupação das ruas e dos largos no equilíbrio da vivência quotidiana entre o dia e a noite, entre os mais novos e os mais velhos, entre os residentes e os forasteiros, mas que efetivamente torna relevante a sua existência. A imaterialidade do conceito assume-se assim como consciência corpórea do lugar, algo de comum que une a sociedade na delimitação como na vivência no espaço urbano, em que a rua se assume como rua e a vizinhança é mais vizinhança. Desta esfera emanam aptidões societárias e arquétipos de comunicação singulares ao espaço e interiores à comunidade, realidade marcante na dialética local do *pexito* que, no seu idioma português materno, acresce significados e experiências de oralidade que lhe aditam hábitos de apropriação muito próprios, em palavras, fonemas e expressões.

Será pois à Sesimbra de todas estas especificidades que, sob a premissa do crescimento 2020, se revê a cultura e os seus sectores produtivos, nos quais, se destacam as Industrias Culturais e Criativas (ICC), como trunfos capazes de cativar estas especificidades locais enquanto ativos de referência na estratégia de crescimento. Como refere a Comissão Europeia, “o desafio é integrar ainda as ICC nesse contexto, promover o surgimento de ‘ecossistemas criativos’ na UE, através do desenvolvimento de um ambiente criativo que promove bens tradicionais culturais (património cultural, destinos turísticos, instituições culturais e de serviços dinâmicas), estimula o desenvolvimento de negócios criativos, e suporta riscos de contágio para as indústrias locais existentes”⁵⁴³. Neste contexto, enfunado pela criatividade, passa-se do bairrismo e

⁵⁴³ CE, 2012: 89. *The challenge is to further integrate CCI in this context, promoting the emergence of 'creative ecosystems' throughout the EU, i.e. via the development of a creative environment that promotes traditional cultural assets (cultural heritage, touristic destinations, dynamic cultural*

do *pexit* para as orientações de investimento no património urbano, unificadas pelos fundos de financiamento decorrentes da estratégia 2020, assentes na criação de polos de qualificação e de competência, associados a produtos e a serviços, ou no empreendedorismo económico e na inclusão social.

A concretização destas metas reclama a definição de um mapa de ativos territoriais onde se identifiquem padrões de especialização, condições específicas e fatores de atratividade, constituintes do denominado ecossistema criativo, pelo qual se definem as dinâmicas e se caracterizam os potenciais na perspetiva do crescimento integrado, em que por esta via são identificadas as entidades com vantagem para o estabelecimento de plataformas de parceria e de redes de decisão.

A perspetiva da União Europeia materializa esta proposta através dos instrumentos de investimento e recursos financeiros definidos na programação 2020, os quais preveem para o período de 2014 a 2020 cerca de 500 a 600 programas de ação para todas as regiões e cidades da Comunidade, consubstanciados numa gestão de aproximadamente 400 mil milhões de euros em fundos e instrumentos financeiros⁵⁴⁴.

Nesta megaestrutura, a cultura entende-se como uma das áreas transversais que desponta, ponderada através de iniciativas como a «Juventude em Movimento» ou em programas como o «Europa Criativa», o «PME e Competitividade Empresarial» ou a «Pesquisa e Inovação», pelo que cabe a cada Estado-Membro, às autoridades locais e aos investidores privados, desenvolver as linhas programáticas de ação que asseguram o cofinanciamento nacional para estes investimentos, com os apoios 2020 entendidos como uma alavanca, que consolida as ligações e as políticas de apoio à cultura, fundamentais para o desenvolvimento das comunidades e para a cooperação territorial.

Nas últimas décadas, a participação da sociedade nos temas do património têm passado por novas competências traduzidas, por exemplo, na animação sociocultural, que mais que um curso académico ou que um serviço de museu e de biblioteca, é forma expedita de o património se aproximar das pessoas pela sua oportuna maneira de ver o mundo. O propósito conceptual e a multitude de áreas de intervenção permite-lhe crescer como uma nova árvore no seio da floresta cultural, ao valorizar o empirismo da expressão e da criação, com conteúdos cada vez mais pedagógicos, por novas plataformas de divulgação e pela exploração dos contextos sociais enquanto inclusão.

institutions and services), stimulates the development of creative businesses, and supports spill-over effects into the local existing industries and fuel development.

⁵⁴⁴ AAVV, 2012a: 4.

O património histórico urbano tem identicamente sido associado aos denominados produtos turísticos tradicionais, onde o edificado histórico é o exemplo mais recorrente, mercê da sua multiplicidade de motivos de atração e de recursos de fruição, apensos a eventos temáticos como animação cultural, provas gastronómicas e mostras de arte contemporânea⁵⁴⁵. A animação surge como extensão do envolvimento dos visitantes através das ofertas, as quais aproveitam as potencialidades anímicas que o território e a comunidade podem oferecer, vistas como fenómenos de atração diferenciada. Em Sesimbra, as opções de animação face ao tradicional *sol e praia* têm passado, embora de modo débil, por ofertas na área do turismo cultural, onde mostras gastronómicas, temporadas escultóricas, ciclos de cinema ou espetáculos musicais, são eventos espalhados que não configuram uma estratégia anual integrada.

A animação sociocultural possui porém as necessárias competências para apostar em nova programação cultural em torno do espaço urbano, no conciliar a conceção de projetos temáticos para além do ente cultural, pensados nas pessoas e na comunicação assertiva de conteúdos. Permite-se ultrapassar potenciais dificuldades de expressão como de acesso à participação, modo de obstar ao absentismo de públicos ou a limites de sectarismo dos participantes, através da relação de educação contínua e de formação presencial no próprio contexto que o animador sociocultural consegue estimular. Pelo seu potencial diferencial, mas igualmente inclusivo no entorno comunitário urbano, a animação sociocultural pode deambular por diferentes espaços e incluir-se em distintas realidades, ao circunscrever num só momento diferentes participantes.

Neste primado de discrepantes espaços, distintas realidades e diversificados participantes, um outro campo a explorar, quanto a estratégias culturais, e pela sua acrescida responsabilidade, prende-se com o associativismo local, o mote de construção social e de refletida urbanidade. Longe de ser uma realidade difusa, o associativismo local é um profundo paradigma da capacidade gregária do género humano enquanto conjunto de grupos, pequenos ou grandes, em redor de uma ideia ou de uma intenção.

Em si, o associativismo local reflete a própria sociedade, pois encontra-se em crise quando esta também o está, floresce quando as gerações mais novas assumem o seu papel de protagonistas sociais, institucionaliza-se quando a estabilidade se torna mote de vivência, ou perpetua-se na subsidiodependência quando as condições económicas fazem perigar a própria disponibilidade para participar. Consubstancia-se aqui um novo

⁵⁴⁵ Soares & Neto, 2013: 138.

patamar para o envolvimento, da iniciativa privada, no combate ao permanente ciclo psicológico de escassez de ações por parte de agentes privados e da sociedade civil, entre projetos e interesses singulares, os quais configuradas em ações de interesse público congeminados pela própria sociedade civil.

Outra área relevante prende-se com o artesanato, sua criação e comércio, a qual suscita repercussões positivas sobre a atividade económica local, não só pela sua capacidade inovadora de conciliar competências criativas com a identidade local e capacidades produtivas endógenas, mas também por mobilizar a comunidade para a receção e promoção da cidade em termos quantitativos e qualitativos.

Este tende a evoluir como uma indústria e não como uma mera loja de fregueses ou um espaço de tempos livres, o que requer empreendedorismo para inovar, conhecimentos sobre o legado patrimonial local e capacidade financeira para investir no processo de produção, fundamentos que só quando conjugados permitem sustentar a existência de um artesanato valorizado pela qualidade. Os agentes económicos têm que estar capacitados a ir além da sua oficina e da sua loja, não só para conquistarem mercados exteriores ao territorial de génese mas, por nessa mesma extensão, estreitarem parcerias que lhes permita expandir a capacidade negocial e de produção, integrados em dinâmicas económicas que lhes potenciam a difusão da sua atividade.

Porém, em muitas situações no núcleo histórico urbano, sobretudo no *centro histórico*, a ânsia de assegurar a sua identidade acaba por tornar este um espaço onde se reinventam tradições, muitas das vezes por quem as nunca viveu ou das quais não percebe a sua manifestação. O cuidado assiste-se na venda de um produto cultural e de uma memória de quotidiano que, no essencial, será a folclorização de uma ideia que muitas vezes não abona o folclore local mas o desígnio do benefício económico.

Se na comunidade piscatória de Sesimbra enaltece-se a imagética da descarga e da *lota* do peixe no areal, convém explicar que esse não era momento de festa mas de faina em que os pescadores viam o peixe ser escoado em venda e os réditos abonarem sobretudo aos administradores, ou, se as crianças na Páscoa queimam um espantalho em figuração de Judas Iscariotes e lhe batem com varapaus, essa é uma tradição remanescente da exposição pública de alguém não grato, assim entendido pela população local. Ambas as tradições ainda se perpetuam como momentos de identidade, embora não permanentes mas que merecem novo enquadramento cultural pela sua direta assunção ao núcleo histórico.

Não obstante o peso que o fator humano tem seja na animação e no artesanato ou no associativismo e no folclore, no contexto patrimonial urbano, o turismo assume-se como evidente realidade que deve ser amplamente benéfica e por tal, devidamente acolhida. Há que procurar maximizar todos os aspetos positivos que esta atividade transcende para o património urbano e para a vida quotidiana da comunidade residente, entender a importância do turista para a cidade quanto a bens que adquire e a serviços que usufrui, refletido no número de noites que permanece, nos roteiros de visita que procura, nos equipamentos de restauração e de artesanato que encontra disponíveis.

Procura-se assim que a planificação turística seja abordada no plano integrado de gestão, conferir expressão, tal como Jean-Louis Luxen⁵⁴⁶ consubstanciou, à “gestão da procura” coordenada ao nível regional através da orientação de operadores e visitantes em termos temporais e espaciais, à “gestão do destino” associada às entidades locais intervenientes na relação de capacidades e de estruturas de acolhimento, e à “gestão dos sítios” pelo operador local que assume os investimentos para acolher os visitantes.

Para comportar o melhor acolhimento aos turistas ou aos visitantes de *day-tripper*, as linhas de ação devem ser orientadas para cativar os que optam pela permanência no local, o que em termos do núcleo urbano será um fator de supra importância como forma de assumir presença face aos centros urbanos maiores e mais hodiernos, na sua área de envolvimento. Resultam daqui efeitos positivos na economia local pela confluência de interesses e partilha de investimentos que, potenciados por um grupo de ação local, envolvem a administração e todos os parceiros, de modo a reunir motivos que permitam prolongar a permanência no local. Como exemplo, indica-se o modelo adotado na cidade de Granada (Espanha), em que foi definido um acordo local que permite a disponibilização privilegiada de acesso a visitas ao conjunto arquitetónico de *Alhambra*, a par de outros benefícios para quem esteja hospedado na cidade⁵⁴⁷.

Por outro lado, evidente risco do turismo reside não tanto na contínua procura, mas na excessiva procura num curto período de tempo, resultado da realização, normalmente pontual no tempo e isolada no espaço, de grandes eventos quase sempre direcionados para públicos externos. Associados a evocações comemorativas e a acontecimentos com elevado grau de encenação, agrupam perfis de realização indutores de elevada afluência de visitantes com imediato impacto no aumento das necessidades, inclusive, podem levar à construção efémera de novas estruturas, à criação temporária de empregos e a

⁵⁴⁶ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2008: 49-50.

⁵⁴⁷ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2008:49.

rápidos, mas tangíveis, retornos económicos com repercussões que marcam indelevelmente os espaços urbanos para o melhor como para o pior.

No entendimento de Francesco Siravo⁵⁴⁸, reside aqui o cerne da questão, pois os grandes eventos de curto prazo incorrem consequentes impactos de longo prazo, embora aliciem rápido retorno e imediato benefício para os envolvidos, porém, algo que se tornou um figurino internacional pode acabar por deixar vincado um rasto de deslocação social, associado a sentimentos de fracasso económico ateados por iniciativas incompletas quanto ao futuro. Caso emblemático encontra-se no mesmo tipo de evento, embora de duplo resultado, a Expo Universal de Sevilha (1992) e a Expo Universal de Lisboa (1998), onde os projetos de reconversão urbana, atração social e promoção económica promovidos com, e após o evento, tiveram resultados diametralmente opostos, para o que contribui o caso positivo de Lisboa com a criação do Parque das Nações, que redimensionou e revitalizou a faixa nascente da cidade.

Requer-se assim a definição de políticas coerentes de gestão consentâneas com as realidades locais, de modo a permitirem definir áreas prioritárias para o espaço urbano através de um programa integrado e de longo prazo, sustentado em linhas de ação coerentes com as áreas prioritárias e face aos desafios suscitados pelos agentes envolvidos, o que permite potenciar modelos de ação e instrumentos de execução. Aqui encontra-se ressaltada a importância do programa de regeneração urbana integrada, pois dentro das metas de resultado alinhadas face aos objetivos específicos, traduz-se uma metodologia racional de coesão territorial na abordagem horizontal entre os interesses e os interessados, entre as necessidades e os resultados, conexão de ativo de valor para a cidade ao conjugar diferentes mecanismos que contribuem, de modo específico e direcionado, para a sua orientação de crescimento.

Neste enlace, as universidades apesar da sua multidiversidade e áreas de domínio específicas, geram e comunicam entendimentos que permitem aos intervenientes locais projetar o enfoque de planificação de modo mais prospetivo. A participação das universidades como agentes pró-ativos pode evoluir do estímulo à participação junto dos seus colaboradores para a definição das metas estratégicas locais, às quais se associam estudos e análises de contextos, elaboração de planos de aconselhamento, áreas de preparação da especificidade profissional face aos potenciais mercados,

⁵⁴⁸ Francesco Siravo *in* AAVV, 2009: 23.

orientação para equipamentos temáticos ou o patrocínio inclusivo em redes de parcerias internacionais que facilitam uma perspectiva transterritorial.

A decomposição do contexto regional e a exploração das suas potencialidades, surge como uma das bases fulcrais para a diferenciação do território e da comunidade no contexto urbano, pois permite explorar a sua dimensão como vantagem competitiva, aposta sintomática nessa exclusividade como identidade de saberes acumulados e de especialização que permite conceber combinações inovadoras através dos ativos existentes e dos atores regionais capacitados para a sua integração. Neste registo incidem as metas de ação temáticas e a orientação para os resultados, o princípio de programação integrada e a maior simplificação, e flexibilidade de políticas, em contexto condicionado às realidades económicas e sociais, teia onde se reforça a presença do património urbano como condutor para o crescimento integrado, sua diferenciação competitiva e capacitação de atratividade enquanto cidade de futuro.

Os requisitos necessários à especialização inteligente requerem uma visão clara e a plena perceção de compromisso quanto à relevância das causas potenciais para a implementação de uma especialização inteligente, mediadas pela mobilização de redes de conhecimento e de experiências de ação que propiciam criar mais valor e elevar os seus níveis de prosperidade. Há que observar, e definir, as condições específicas para o seu fortalecimento sustentado nesses padrões de especialização, beneficiadas por atividades de *benchmarking* para perceção da sua posição no contexto setorial e de dados estatísticos que propiciem análises quanto à dinâmica existente e à sua vocação de futuro. Estes são elementos essenciais de síntese para entender a especialização como fator de competitividade no contexto regional europeu emergente.

O quadro estratégico do Portugal 2020 representa menos investimento em infraestruturas e mais em recursos humanos, impulsos à cultura e apoio à sua inovação transversal patente no universo patrimonial, em que a aposta reside no incentivo ao crescimento pelo qual se potenciam exportar produções e não produtores. Esta meta pode ser alcançada através das novas tecnologias, mas também, pela concretização de mudanças organizacionais que reduzem o ciclo de desperdícios resiliente de fundos financiadores, através da aposta em modelos simbióticos e da afetação de medidas integradas com pendor transversal a vários setores, em que a cadeia de interesses e de valores assenta em produtos e em serviços efetivamente sustentados nas capacidades do território, e onde se valoriza o espaço urbano como origem, mas também como destino.

Conceber o turismo como dos principais enfoques para o futuro de Sesimbra, leva a retomar as propostas de Augusto Mateus quanto à definição de “atividades centrais” estruturantes na cadeia turística, “atividades conexas” em direta relação com a oferta existente, “atividades potenciadas” por relação indireta e “atividades da órbita da oferta turística” enquanto áreas com influência na cadeia turística⁵⁴⁹. No seu todo, Sesimbra apresenta um circunscrito nível de internacionalização como destino, em que cerca de 53% das dormidas são de origem nacional⁵⁵⁰, assim, para cativar a renovação dos índices de afluência de visitantes e turistas, sobretudo de origem estrangeira, a estrutura de atividades a dinamizar deve ser revista também numa perspetiva regional, de modo a valorizar a proximidade geográfica ao grande centro Lisboa.

Uma das potenciais propostas de captação de turistas estrangeiros reside na planificação de eventos internacionais com periodicidade, e sobretudo continuidade, enquanto guias de promoção deste destino, caso do festival internacional de filmes turístico, «Finisterra Arrábida Film Art & Tourism Festival», que ao não diferenciar o lugar Sesimbra face à região Lisboa, consegue porém induzir singularidade a uma escala global que prima pelo desenvolvimento das competências intrínsecas e próprias do sítio associadas a perspetivas de empreendedorismo cultural. Dos tradicionais produtos e serviços ligados ao sol, praia e mar, dos eventos de animação cultural às rotas temáticas culturais e percursos de observação paisagísticos e natural, da gastronomia e vitivinicultura aos eventos desportivos federados ou às atividades de lazer marítimas como as náuticas de recreio, o mergulho ou o *windsurf*, propostas que podem recentrar o fulcro de atividades para novos projetos, complementares entre si ou face a outras já existentes, mas que propiciam uma orientação de afirmação territorial.

Trata-se de um movimento de espiral positiva que rentabiliza as atividades existentes e permite potenciar novas atividades, apostadas em eventos de dimensão global como novel universo de possibilidades, em que a conservação e a divulgação do património urbano surgem como das medidas mais simbólicas pela qual se propõem a inovação do crescimento integrado ao nível territorial.

Notórias intenções são sugeridas na proposta para a regeneração urbana integrada, da disseminação de infraestruturas culturais à conceção de ativos criativos, da planificação de medidas de inovação social à qualificação do fator humano e apoio a novos modelos de negócio. Sustenta-se por esta via uma cadeia de valores assentes no

⁵⁴⁹ CMS, 2009: 12.

⁵⁵⁰ CMS, 2009: 56.

ecossistema cultural, de génese patrimonial, em torno da mais-valia que representa a identidade europeia no seu todo histórico, fator de sofisticação e aliança estratégica que permite a significação de um contexto urbano assente na tecnologia, na inovação e na inteligência, o qual beneficia agora de ativos, singular oportunidade de especialização.

As perspetivas da Estratégia Europa 2020 procuram retomar a vantagem competitiva da Europa que, na perspetiva de Pier Sacco⁵⁵¹, aposta na consolidação de um macro setor cultural, sustentado pela relação entre o turismo e a cultura. Explora-se a singular capacidade de envolvimento dos vários agentes que constituem a sociedade, numa rede de entendimentos e de ações integradas, onde as cidades, com os seus núcleos históricos, são das mais promissoras plataformas de regeneração.

6.4. Do acompanhamento à monitorização e à avaliação

Em séculos anteriores, a arquitetura e a construção urbana evoluíam lentamente, permeio de unidade do saber experimentado do construtor artífice e do artesão, que recorriam a materiais de construção, extraídos nas proximidades, e a saberes empíricos de legado local. Atualmente, o mundo contemporâneo encontra-se marcado pelo urbanismo de régua e de regra, sem preocupações pelas traças de saberes ancestrais com os seus modelos de construção, justificado nas habilitações arquitetónicas e nas técnicas de engenharia, na distribuição industrial de coevos materiais ou nas novas regras de eficiência e conforto funcional do edificado.

Contudo, esta realidade considera outra abordagem enquanto método de equilíbrio urbano, ao considerar a escala dos aglomerados territoriais, sejam metrópoles ou cidades. Em ambos são aplicados os mesmos princípios dinâmicos de desenvolvimento, com o propósito de fixar os habitantes e de enquadrar as populações limítrofes, acautelar o risco de despovoamento de zonas menos desenvolvidas e prevenir a migração excessiva para os grandes aglomerados. Esta gestão, conciliada nas premissas metodológicas de um plano integrado de gestão, deve ser sustentada num sistema de informação que permita monitorizar o contexto urbano num plano de análise sobre os seus distintos eixos, da cultura à economia e à sociedade, do ambiente à governança.

A criação de uma base de dados, um todo do espaço urbano, com informação que permita conciliar o registo da herança patrimonial com os diversificados campos de ponderação no quotidiano atual, dos ativos económicos aos impactos sociais e

⁵⁵¹ AAVV, 2013a.

ambientais, torna-se uma ferramenta imprescindível de trabalho. Nessa base, são ponderados dados como o passado histórico ou o estado de conservação, o interesse de fruição e os impactos ambientais, os planos de acessibilidade ou a relação humana com o território, campos informativos numa rede de conteúdos para suporte à interpretação da realidade local, na análise estratégica e avaliação de indicadores. A percepção da singularidade do património urbano requer, em qualquer intervenção e para qualquer das suas fases, o estabelecimento de políticas de qualidade técnica e de responsabilidade profissional, as quais conexas a orientações de trabalho sistemáticas e partilhadas por todos os intervenientes, de modo a traçar uma estratégia de intervenção integrada.

Requerem-se assim instrumentos estruturados a partir das componentes em presença na cidade, afetos a um sistema de monitorização que envolve três tipos de indicadores, de *contexto* face à pontuação média da região perante outras similares, de *resultado* em cada componente da estratégia face aos objetivos globais, de *produção* no progresso das ações empreendidas para alcançar as metas previstas. O acompanhamento à realização, caso do programa de regeneração urbana integrada ou do plano integrado de gestão, permite aferir o alcance dos objetivos e das metas previstas de forma evolutiva e constante, propósito onde se objetiva a avaliação dos efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre o espaço urbano, de modo a elencar, e sobretudo a interpretar, os resultados alcançados.

Monitorizar e avaliar, são fases indissociáveis às propostas de crescimento que requerem o envolvimento dos atores sociais na fase da monitorização e a participação de agentes externos na avaliação, uma lógica de intervenção clara sobre objetivos e programas de ação concretos. Assumir a qualificação do interesse público torna de todo displicente que, na abordagem analítica aos resultados, se promova a sua manipulação, seja objetiva no falsear das unidades ou subjetiva na interpretação de indicadores, em que na perspetiva definida por Christian Ost, “os indicadores são utilizados atualmente como uma abordagem integrada para medir e monitorar cidades. Considerados como ferramenta perfeita para testar o desempenho da cidade, os indicadores são utilizados para comunicar informações e prever o desempenho futuro. A utilização de indicadores não substitui o uso de bancos de dados, mas é uma abordagem muito eficaz e pragmática quando a documentação direta é cara e de tempo intensivo”⁵⁵². Assim, nas

⁵⁵² Christian Ost in AAVV, 2012b: 150. *Indicators are consistently used these days as an integrated approach for measuring and monitoring cities. They are considered a perfect tool to test city performances. Indicators are used to communicate information and to make predictions on future*

idades com relevante presença patrimonial, a gestão do planeamento e a tomada de decisões, num contexto micro e muito específico, tem que adotar uma postura mais macro e integrada ao nível do impacto.

Cabe ao Município, entidade institucional de governo local, a responsabilidade dessa gestão perante a sua proximidade ao espaço urbano, pêndulo de equilíbrio para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, de modo a valorizar o património numa dialética entendida não como forma de restrição à expansão da cidade, mas como oportunidade de progresso. A implementação da intervenção de regeneração e dos propósitos de gestão no espaço urbano, deve ser promovida com ponderação e coerência, assumidos os primados do método e do rigor, compatíveis com uma abordagem multidisciplinar onde se prefigura possível determinar os componentes, os valores e os interesses da realidade urbana.

Assume-se por fundamental ter conhecimento profundo do lugar para assegurar o sucesso do seu crescimento, em que no planeamento, a fase de monitorização e de manutenção, se torna substancial para assegurar a devida valorização do núcleo histórico urbano. O programa de regeneração urbana integrada será assim um paradigma em constante atualização, mediante a análise dos contextos e das abordagens de diferentes escalas que permitem compilar os resultados da intervenção sobre o perímetro histórico da cidade, através de fatores em que a consulta direta, o diálogo com a população ou a opinião dos grupos interessados, é fundamental.

São valorizadas as oportunidades de consenso que uma governança forte permite assegurar, e por essa via, promove-se a salvaguardar da urbe histórica por a respeitar conjuntamente com os seus habitantes. Enquanto a avaliação de impacto se realiza em fase avançada do processo, a monitorização acompanha a sua evolução, através de leituras em contínuo com determinada utilidade, por exemplo, em termos financeiros para os comerciantes e negócios locais face às mudanças ou flutuações de mercado ou às questões de emprego e de reinvestimento de lucros, leitura que permite num prazo mais dilatado, o escopo efetivo do impacto do programa a nível comunitário.

A obtenção de informação, e a sua transformação em registo, cria um conjunto de instrumentos de acesso universal que medem os impactos arrolados pelo programa de regeneração, como pelo plano de gestão, ao tratar a informação sobre o exclusivo impacto no sítio, focado como um local único articulado a uma estrutura patrimonial.

performance. The use of indicators does not substitute the use of databases. But it is a very effective and pragmatic approach when direct documentation is costly and time intensive.

Nas diferentes métricas passíveis de utilizar, a definição do tipo de visitante é um dos registos mais importantes e pertinentes de obter. Podem-se caracterizar os visitantes quanto ao seu número, ao tempo de permanência, aos meios de transporte, aos locais de hospedagem, ao destino de origem, ao contexto etário e demográfico, às áreas de interesse ou ao agrupamento de tipologia.

De igual modo, pode-se também medir o impacto económico na determinação da sua diária, das despesas em serviços adquiridos ou em bens obtidos, nas incidências dessas receitas em termos de impostos ou nas despesas de viagem até ao local. Associa-se sobre a experiência de visita face às suas expectativas, o seu entendimento quanto às oportunidades de aprendizagem, à perceção do estado dos equipamentos ou ao trato das equipas de acolhimento, em que conjuntamente, os indicadores associados ao visitante fornecem informações valiosas sobre o impacto da sua presença, pauta fundamental para estabelecer medidas e firmar decisões de gestão quotidiana.

Estas métricas de abordagem também permitem observar outros indicadores com reflexos na urbe pela sua incidência direta, do valor do investimento público ou privado às tipologias de investimento, do volume de negócios induzidos aos negócios existentes ou novos a criar, dos resultados de tributação e impostos em propriedades e bens às taxas de utilização de serviços, dos portes de construção aos valores de arrendamento de edifícios. Sob a análise destas métricas permite-se abordar a realidade local através de indicadores fidedignos, modelos e padrões que evoluem com o tempo sobre o espaço urbano, qual desenho de imagem consciente da situação local, contributo para a sua melhor gestão, e conservação do património histórico.

Quando estes números não são passíveis de aferir, através dos dados concretos ou de trabalho de campo, a opção passa para outro patamar de análise, subjacente às metodologias estatísticas decorrentes de dados similares de outros locais, embora, transpostos para indicadores concretos da cidade. Também aqui, e como elementos complementares, os levantamentos fotográficos surgem como elementos de trabalho no potencial de manchas de avaliação e de áreas utilizadas de imóveis ou de serviços. Igualmente as opiniões expressas pelos residentes, quanto à utilização e à não utilização dos seus recursos patrimoniais, permitem obter uma perspetiva qualitativa com um detalhe assinalável, pese embora seja questionável a utilização deste tipo de métrica como padrão face à cidade, pois a sua aplicação permite uma perceção geral, e de objetividade lata, quanto à importância e ao interesse local.

Outra das métricas a aprofundar, sob a proposta de Donovan Rypkema e Caroline Cheong⁵⁵³, prende-se com o valor da propriedade no espaço urbano, em que se permitem utilizar valores mensuráveis, como também recorrer a estimativas e dados não cifráveis, determinantes para taxas de valor de propriedade como de quantificação de usos, que no entanto, requerem uma unidade de comparação prevalecente ao longo do tempo. Estudar os valores de propriedade repercute elevado interesse por permitir aferir a situação da cidade, o reflexo da sua proximidade a outras áreas congéneres, situação que motiva não só a flutuação de valores diretos em torno do imobiliário, mas também, de valores indiretos em termos da residência, serviços de educação, infraestruturas ou referências de mercado.

A implementação do plano integrado de gestão, conducente do programa de regeneração urbana integrada, surge como fase relevante na gestão do recinto histórico da cidade, concretização do processo de reflexão e de programação estratégica onde visão, objetivos, ações e intervenientes, materializam-se nos indicadores de observação quanto à sua consecução. Reavaliam-se aqui os critérios de classificação da análise SWOT do plano integrado de gestão, de modo a avaliar os valores da cidade, as perspetivas de crescimento e os índices de monitorização urbana, o que permite, igualmente, rever a estratégia implementada e as ferramentas que sustentam as decisões para a sua governação, através da conversão de dados estatísticos em mapas descritivos da paisagem urbana, quanto aos impactos esperados e aos efetivamente surgidos, das opções às soluções e relações de compromisso entre utilizadores.

No entanto, a perspicácia dos objetivos a alcançar e a execução das ações propostas, só são mensuradas face à definição dos resultados e sucessos, ou à identificação dos custos e benefícios, o que requer um acompanhamento a todo o processo, onde a fase de monitorização permite uma abordagem pragmática às medidas dinamizadas e aos resultados alcançados, o que propicia por essa via, medir o sucesso da estratégia de regeneração urbana integrada. Acompanhar esta execução, monitorizar a sua evolução e mensurar o seu grau de realização, permite em tempo útil corrigir desvios, rever procedimentos e adaptar medidas, que vão contribuir para que o plano integrado de gestão seja um instrumento de trabalho útil por permanente atualização.

Em termos formais, estas práticas permitem regular a possibilidade de aumento das capacidades públicas, através da apresentação de empréstimos ou da concessão de

⁵⁵³ Rypkema & Cheong, 2011: 758.

subvenções específicas, as quais inspiram novos investimentos numa perspetiva de gestão futura de continuação de financiamentos. Tal suporte entende-se como parte da grelha de avaliação, a qual em termos de administração financeira, permite capacitar as medidas de incentivo local de modo a ponderar menores esforços e assegurar maiores aptidões de prolongamento do capital de investimento, pese embora se considere que esse investimento imponha uma compósita agregação de meios públicos e de mérito privado, informação que supera a mera leitura dos indicadores.

Os poderes públicos têm assim a possibilidade de estarem informados quanto à definição condicional das linhas de intervenção a seguir, um primado assumido numa postura positiva de incentivo de benefícios, ou numa postura negativa de restrição de custos. Muitas vezes, estes dados assumem maior sentido de responsabilidade para sustentar a governação local e o provimento de maiores recursos financeiros, o que obriga no seu tratamento a uma maior capacitação, como igual responsabilidade, face ao que a integração dos dados recolhidos possa induzir. Porém será aqui que a estrutura de descentralização de competências, e de responsabilidades, permite distintas tramas de tratamento de informação a envolver todos os interessados, por exemplo no grupo de ação local, que potencia a redução dos riscos e de erros de análise.

Como momento complexo, a fase de execução tem associada uma prévia, e prolongada planificação, inerente à definição dos objetivos a alcançar e de quais as ações a dinamizar para esse fim. Trata-se de um momento de projeção onde se discutem princípios e se coordenam os responsáveis e os recursos a envolver, subjacentes a uma estrutura organizada onde se define cada ação e se elencam os aspetos positivos e negativos da sua preparação, onde se concebem e onde se garantem todos os recursos necessários e disponíveis para a implementação do conjunto de ação a galvanizar. Todas as planificações, quando se materializam na cidade real, acabam por ser alteradas, reformuladas ou mesmo corrigidas, como parte do processo de humanização que a intervenção pretende suscitar no espaço histórico urbano. Em Sesimbra, a experiência acumulada ao longo de todo o processo regista que as situações mudam no momento, e os momentos mudam ao longo do tempo, com o arrastar de dificuldades não esperadas e de necessidades não acauteladas, mas que também, fazem singrar novas potencialidades de intervenção e inovadoras hipóteses de solução.

São assim fundamentais as fontes documentais e as bases de análise que vão apoiar a tomada de decisões, de forma informada e em tempo útil, fundamentais para o acompanhamento do processo de regeneração e para a monitorização da sua execução.

Nesta conjugação de valores, “a monitorização é um pré-requisito capaz para se rever e adaptar o plano de gestão, mantendo-o atualizado num processo de melhoria contínua”⁵⁵⁴, onde a capacidade de recolher dados, refletir sobre os mesmos, proceder à sua interpretação e comunicar evidências, permite aumentar não só a consciencialização da valorização do património urbano, como a eficácia dessa consciência e a relevância da sua partilha, no modelo de gestão de todo o espaço urbano.

A aplicação de um processo de monitorização implica que, na elaboração do plano integrado de gestão, sejam definidos os objetivos da monitorização, ou seja, o que pode e o que se requer que seja alcançado, qual o tipo de informação e consecutivamente de conhecimento que se pretende ter, como se constroem as ferramentas e as metodologias para observar, registar e analisar a evolução progressiva de todo o processo. Através da monitorização, os resultados obtidos vão muito mais além da simples avaliação do grau de satisfação e das necessidades dos utilizadores, pois alcançam a medição dos custos e dos benefícios da salvaguarda do património, e contribuem para medir as motivações e as ocorrências inerentes à urbe patrimonial.

Analisar e avaliar este potencial de inovação, orientado e diferenciado, assume-se como crucial para firmar uma base real de crescimento que se evidencia na priorização da estratégia de Especialização Inteligente (EPI^{EL}), a qual pondera as necessidades dos agentes locais e identifica as medidas infraestruturais de apoio. Assim, são vários os métodos utilizados para reunir e tratar toda a informação necessária a esta análise, desde a investigação documental a questionários, entrevistas e monitorização de casos concretos, o que conduz à identificação de potenciais nichos de especialização e à definição de uma abordagem inclusiva que proporciona diferentes opções, onde se combinam probabilidades numa base de análise adequada. Distintos são os contributos que uma eficaz monitorização propicia, da revisão do desempenho dos agentes ao grau de realização dos objetivos, através da atualização de dados como contributo positivo para controlar o progresso das ações e a mensuração dos impactos.

Permite-se por esta via adequar a planificação de forma mais eficaz face aos objetivos, ao patentear a eficiência de funcionamento dos procedimentos e ao aferir do envolvimento de todos os interessados no cumprimento das orientações estratégicas. Para tornar funcional a monitorização, é fundamental a definição de quais os indicadores a prever para se conseguir compilar e tratar todo o fluxo de informação, e

⁵⁵⁴ AAVV, 2011d: 53. *Thus, monitoring is a prerequisite to being able to revise and adapt the management plan, keeping it up-to-date in a continual improvement process.*

manancial de observações, que são evidenciadas. Através dos indicadores, são projetados elementos específicos que permitem aferir, com exatidão, o estado dos objetivos a alcançar, e como deve o mesmo ser configurado com atenção sobre a definição de um tempo, e a delimitação de um espaço.

Por exemplo, no património construído, há que identificar quantos edifícios existem no espaço urbano, quantos foram demolidos ou estão arruinados por ação humana e por fatores ambientais, quantos necessitam de reabilitação, qual o índice de investimentos requerido ao setor público ou ao setor privado, quantos estão ocupados ou quantos estão vagos e qual a funcionalidade registada para estes, em que todos os aspetos são fundamentais como informação. Outro exemplo advém da promoção de iniciativas através do seu impacto local, regional, nacional e internacional, quais as tipologias de eventos realizados, qual a sua sazonalidade e tempo de duração, quais as parcerias estabelecidas, quais os projetos partilhados com agentes locais ou com agentes externos, quais as ações de divulgação realizadas e quais os programas de atração dinamizados, qual o número de utilizadores e qual o número de visitantes, anuais e sazonais, quais os eventos a envolver a comunidade, quais os equipamentos de usufruto público ou quais os equipamentos privados de interesse público.

A compilação e o tratamento de toda esta informação têm uma simples lógica de existência, a de informar. Informar os decisores políticos, os investidores económicos e os agentes sociais, os parceiros locais ou o público em geral, através de diferentes canais de comunicação e mediante diferenciados patamares privilegiados de instrução. Essa informação, para além da sua função noticiosa, repercute-se porquanto elemento essencial na estratégia de regeneração, onde a análise, mercê dos competentes destinatários a que se dirige, permite alinhar a evolução do programa de ação e sensibilizar os agentes a intervir, sobretudo em áreas que requerem maior atenção, de modo a possibilitar ao longo do processo, identificar necessidades e calibrar procedimentos para que as ações em curso alcancem os objetivos ambicionados.

Neste processo assume-se também como proveitoso contar como envolvimento do grupo de ação local, seja na definição dos critérios de acompanhamento ou na interpretação dos resultados apurados, o que facilita a análise mediante o envolvimento dos agentes locais no acesso às fontes de análise, o que melhora os indicadores e propicia abordagens mais completas face aos resultados, mediante uma coerente política de informação. A identificação destes grupos de intervenientes compreende os interesses existentes e as competências agregadas ao território urbano, através da definição das

oportunidades para a sua motivação e dos riscos para o seu desinteresse. Residem aqui alguns dos fatores que moldam o entendimento e as expectativas que cada parceria terá da estratégia, e de qual pode ser o seu contributo para a mesma.

Para que o sistema de monitorização atinja os melhores resultados, afigura-se importante na fase de conceção dos documentos programáticos prever a existência de uma estrutura orgânica e de uma planificação de procedimentos para a implementação do sistema de acompanhamento. São aí definidos os critérios e as metodologias de observação para a recolha de dados e análise de informação, como para a comunicação de resultados e a competência assertiva de influenciar os dados inventariados.

A avaliação enquadra-se num modelo teórico de cariz formal, suscetível de medir os desvios patenteados face ao alcance dos fins previstos, sob a perspetiva da eficácia e da relação registada, entre os recursos utilizados e os objetivos alcançados, o que permite comparar a eficiência através de um leque de indicadores previamente definidos⁵⁵⁵. O processo desenvolve-se pela administração local de acordo com a sua capacidade de coordenação de recursos e de análise de dados. Esta administração pode recorrer a serviços especializados externos para a definição dos indicadores temáticos, face às realidades locais, ou dos marcadores temporais de trabalho em intervalos regulares, através da definição de critérios objetivos, de resultados a expectar e do tratamento da interpretação dos resultados.

Considera-se neste âmbito a presença de uma estrutura conceptual na perspetiva dos objetivos alcançados, sob uma abordagem diversificada e o mais abrangente possível, que pende sobre uma rede de malha mais fina que consegue capturar o máximo de informação para uma seleção mais estreitada. O aperfeiçoamento dos planos de ação requer a capacidade de adaptação dos recursos através de credíveis canais de informação, os quais influentes sobre as fases operacionais, em que a capacidade de resposta será melhorada ao recentrar as necessidades, e os índices de participação dos intervenientes, como forma de fundamentar as mais prementes e assertivas decisões, coordenadas com a calendarização de etapas mais relevantes do ciclo de desenvolvimento da própria programação.

Porém estas abordagens, conducentes em si ao primado da especialização inteligente, requerem no contexto local a capacidade de compreender, e por aí empreender, algumas mudanças estruturais no sentido da conectividade quanto às metas

⁵⁵⁵ Martelo, 2013.

da estratégia 2020. Por tal, aperfeiçoa-se a capacidade de formalizar decisões face à redefinição de metas objetivas e à redistribuição de recursos que evidenciam essa responsabilidade, perante todos os intervenientes e diante da própria comunidade, ao valorizar a publicitação da informação mais pertinente sobre o desenvolvimento do plano de ação, seus impactos e seus resultados. Permitem-se pois, e por esta via, gerar níveis de conhecimento e condicentes graus de interação que contribuem para melhorar o desempenho de futuros projetos e parcerias, os quais, capacitam os intervenientes ao ampliar e qualificar as suas competências face à experiência acumulada em anteriores planos de ação⁵⁵⁶.

Quanto à fase de avaliação, esta pode ser interna ou externa, analítica face aos impactos ou face aos resultados, mas sobretudo pragmática para entender a importância e conferir sucesso ao plano integrado de gestão, simples, “quando novos desafios, problemas e necessidades aparecem e ações, estruturas e procedimentos não trazem o sucesso prometido, é necessário adaptar o conteúdo do plano de gestão a fim de o deixar responder às novas exigências”⁵⁵⁷. A capacidade de entender e a relevância de empreender as necessárias revisões e os devidos ajustes no plano de gestão, permite tornar este, um documento imprescindível enquanto instrumento de intervenção integrada no espaço urbano, pela sua contínua oportunidade de adaptação face às realidades locais, como pelas oportunidades que suscita em incorporar novos elementos e inovadores contributos, os quais enriquecem o documento e fortalecem a implementação da sua estratégia junto de todos os interessados.

A bem-sucedida aplicação desta orientação proporciona a coerente aplicação da estratégia local de crescimento, sustida na aposta no contexto de competitividade dos agentes locais e na capacidade de multifuncionalidade da própria urbe, apoiada nos princípios da conservação e da valorização do património urbano. Beneficiar de uma abordagem integrada, onde se coordena a salvaguarda do património com as premissas do progresso contemporâneo, afigura-se como metodologia que permite interagir áreas conflituantes e articular campos convergentes.

A Comissão Europeia incentiva este tipo de abordagens integradas para o desenvolvimento territorial, através de estratégias locais lideradas pela comunidade, das estruturas de Investimentos Territoriais Integrados e Ações Integradas de

⁵⁵⁶ Martelo, 2013.

⁵⁵⁷ AAVV, 2011d: 57. *When new challenges, problems and demands appear and actions, structures and procedures do not bring the promised success, it is necessary to adapt the contents of the management plan in order to make it respond to the new requirements.*

Desenvolvimento Urbano Sustentável ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária, e dos documentos programáticos de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e às Estratégias de Desenvolvimento Local. Todas exigem à Política de Coesão da União Europeia uma abordagem ascendente que envolve as regiões e as cidades nas etapas do processo político, desde a definição do Quadro Comunitário de Apoio aos Contratos de Parceria, dos Programas Operacionais aos Pactos Territoriais, através de formulações mais qualificadas em termos de composição como de conteúdos.

Para Luc Van de Brande⁵⁵⁸, *funcionalidade e flexibilidade* são as palavras-chave e os princípios fundamentais para uma governação eficiente a vários níveis, sustentada numa geometria variável adaptada às realidades administrativas de cada território, o que requer o reconhecimento, consubstanciado na monitorização, da estrutura de intervenção e dos resultados por esta alcançados, no sentido de assegurar uma melhor coordenação dos FEEL, através de medidas basilares de profundo contexto local, sustida numa política de gastar menos e obter mais, onde se valoriza a aplicação eficiente dos recursos disponíveis. Esta abordagem expressa-se na capacidade de comunicar, e por aí, envolver os agentes locais habilitados para atrair novos benefícios para valorização do histórico espaço urbano, de modo a garantir que os propósitos de salvaguarda do seu património, respondem com concordância às necessidades da comunidade local.

Tal facto torna toda a programação de regeneração urbana integrada, um conceito instrumental insubstituível enquanto abordagem íntegra, que logra alcançar o equilíbrio entre o passado e o presente, pois valoriza nas áreas urbanas a sua ancestralidade através da promoção da cidade contemporânea, como uma substrução de progresso em direta relação com a melhoria da qualidade de vida da própria sociedade.

⁵⁵⁸ EU, 2012: 9.



Foto 265 – A relevância do património cultural construído é na atualidade assumida como um ativo para a visitação turística. 2013 | Lisboa.



Foto 266 – É o contexto societário da comunidade local que, no seu quotidiano ou em momentos evocativos, confere sentido ao edificado. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 267 – A gestão coerente do núcleo histórico urbano tende assim a confluir as apetências do local com o seu interesse de visitação, num modelo coerente e sustentável. 2014 | Óbidos.



Foto 268 – O espaço público deve antes valorizar atrativos de encontro dos seus utilizadores. 2014 | Beja.



Foto 269 – Criar áreas e vias que permitam assegurar a universal acessibilidade a todos os seus utilizadores. 2015 | Beja.



Foto 270 – Voltar a conferir à cidade um carácter de permanente inovação, por exemplo, recentrando os espaços verdes no perímetro urbano construído. 2015 | Beja.



Foto 271 – Nos percursos de visita há que procurar integrar os tradicionais meios de transporte, agora com vocação turística. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 272 – A utilização de outros meios complementares de mobilidade para o visitante deve procurar não descaracterizar o quotidiano local. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 273 – Nos grandes centros metropolitanos, o autocarro ainda é transporte panorâmico privilegiado. 2012 | Madrid | Espanha.



Foto 274 – As intervenções de reabilitação do património urbano são fundamentais, sobretudo nos edifícios de referência. 2006 | Cracóvia | Polónia.



Foto 275 – Nos espaços públicos, a capacidade de comunicar essa reabilitação é também motivo de interesse. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 276 – A constância na manutenção do edificado privado deve ser apoiada para a conservação do contexto da cidade. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 277 – Como exemplo de intervenção patrimonial integrada, a fortaleza de Santiago acolheu estudos prévios, caso de sondagens geotécnicas às fundações. 2010 | Sesimbra.



Foto 278 – Estudos de teste à resistência e capacidade de sustentação das paredes exteriores. 2010 | Sesimbra.



Foto 279 – Testes à couraçada pétrea exterior, quanto à sua composição como à sua resistência. 2011 | Sesimbra.



Foto 280 – Noutros contextos de restauro, foi identificada e conservada a antiga pintura interior de algumas das salas da fortaleza. 2012 | Sesimbra.



Foto 281 – Na Casa do Bispo, foi reconstruído o primitivo arco interior, embora com materiais estruturais modernos. 2012 | Sesimbra.



Foto 282 – No exterior da couraça da fortaleza, foram refechadas as juntas do aparelho pétreo exposto à ação do mar. 2013 | Sesimbra.



Foto 283 – A vila na última década tem acolhido muitas ações de reabilitação do edificado, as quais incidiram em intervenções de conservação de imóveis. 2014 | Sesimbra.



Foto 284 – Realizaram-se também intervenções de requalificação de edifícios integrais, com preservação dos seus traços arquitetónicos. 2014 | Sesimbra.



Foto 285 – Algumas intervenções proveram a demolição do antigo e a construção de novo edifício, embora com preocupação arquitetónica quanto ao conjunto envolvente. 2014 | Sesimbra.



Foto 286 – Registam-se também situações mais dissonantes, como as passadas intervenções na década 1970, com latente distinção arquitetónica. 2015 | Sesimbra.



Foto 287 – Outras intervenções mais recentes induziram evidentes diferenciações de volumetria construtiva. 2015 | Sesimbra.



Foto 288 – Outras intervenções ainda mais atuais, assumiram a quebra com o antigo através de volumetrias e fachadas bem diferenciadas. 2015 | Sesimbra.



Foto 289 – Na teia tradicional foi possível alcançar consensos sob propostas de conservação mais comedidas. 2015 | Sesimbra.



Foto 290 – Noutros espaços, a arquitetura com novos modelos conseguiu conjugar-se com a mais proveta. 2015 | Sesimbra.



Foto 291 – Em exemplos mais recentes, a arquitetura procurou harmonizar o edifício com o espaço envolvente. 2015 | Sesimbra.

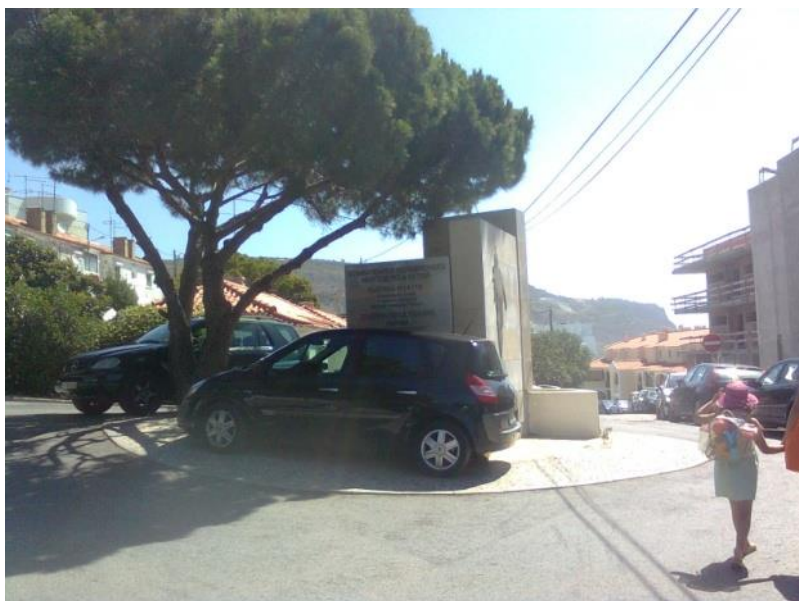


Foto 292 – Na atualidade, a presença do automóvel é reflexo do paradigma de utilização abusiva do espaço público, aqui na ocupação de perímetro do monumento aos Combatentes. 2012 | Sesimbra.



Foto 293 – No lugar de um antigo parque infantil surge um amplo largo calçadado utilizado como estacionamento, sem ordenamento traçado. 2015 | Sesimbra.



Foto 294 – Noutros casos, a necessidade do estacionamento automóvel ocupa a rua, restrição à sua universal fruição por todos os utilizadores. 2015 | Sesimbra.



Foto 295 – A solução mais recente passou pela concessão do estacionamento a uma empresa, a qual adotou uma política de lucros que, aqui, utiliza o passeio como área complementar de estacionamento. 2014 | Sesimbra.



Foto 296 – Noutro caso o passeio pedonal é utilizado como lugar de estacionamento em plataforma desnivelada. 2014 | Sesimbra.



Foto 297 – Porém, a solução tende a passar pela criação de parques de estacionamento distantes da tradicional teia de arruamentos, na entrada da vila. 2015 | Sesimbra.



Foto 298 – O estacionamento abusivo tem assim marcado a ocupação indevida do espaço público. 2015 | Sesimbra.



Foto 299 – Porém, o espaço público também tem sido algo descurado, quanto a parques verdes. 2015 | Sesimbra.



Foto 300 – Tal situação é também evidente nos recintos que já foram parques infantis. 2015 | Sesimbra.



Foto 301 – Alguns desses antigos recintos de brincadeira são hoje espaços totalmente devolutos. 2015 | Sesimbra.



Foto 302 – Outros dos espaços permanecem em termos físicos, mas disfuncionais na teia urbana. 2015 | Sesimbra.



Foto 303 – Alguns porém ainda subsistem, embora necessitem de maiores cuidados quanto à manutenção. 2015 | Sesimbra.



Foto 304 – Na limpeza do espaço público, os tradicionais varredores tem acolhido novos sistemas operativos mais eficientes. 2015 | Sesimbra.



Foto 305 – Também a recolha a partir de contentores seletivos, tem reflexos positivos no espaço urbano. 2015 | Sesimbra.

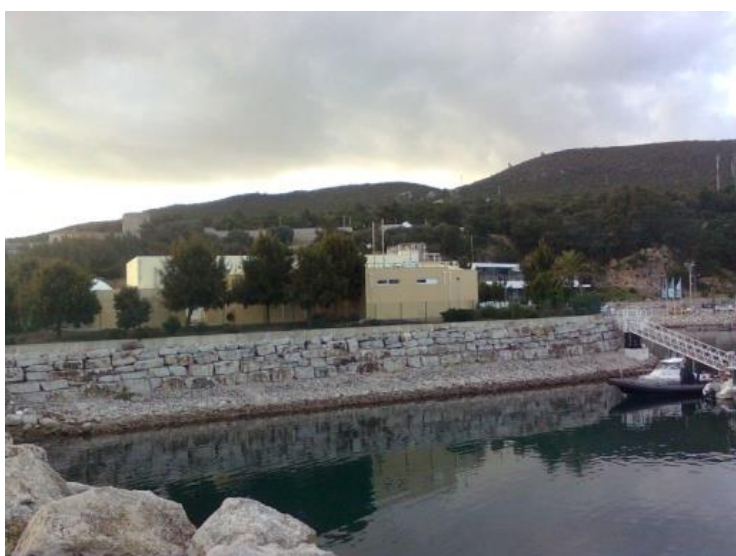


Foto 306 – Tal como a ETAR, que no extremo poente da baía, permite o tratamento de águas residuais antes do envio para o mar. 2014 | Sesimbra.



Foto 307 – É no período noturno que se compreende melhor a incerteza do futuro de Sesimbra, na marginal iluminada e com continua vida. 2014 | Sesimbra.



Foto 308 – Nas ruas e largos principais, mas mais interiores, são as celebrações ou as utilizações urbanas que ainda conferem vivência. 2014 | Sesimbra.



Foto 309 – Nas ruas secundárias de grande parte da teia urbana, é a solidão difusa da iluminação pública que suscita incertezas. 2013 | Sesimbra.



Foto 310 – Na cidade, cada vez mais o património edificado é utilizado como tela de fundo a celebrações e eventos. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 311 – É um recinto privilegiado para a promoção de apontamentos culturais contemporâneos. 2013 | Sines.



Foto 312 – E em si, é a principal fonte de memória histórica da sua comunidade. 2013 | Peniche.



Foto 313 – A iluminação do núcleo histórico permite vivenciar na noite, iniciativas sob o cenário patrimonial. 2014 | Beja.



Foto 314 – Também as recriações históricas suscitam na cidade histórica uma outra vivência. 2009 | Óbidos.



Foto 315 – A festa é o momento que merece destaque no momento noturno da cidade, oportunidade de luz e de convivência. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 316 – Os espaços públicos são recintos privilegiados para a realização das tradicionais feiras, as quais permitem acolher os produtores locais. 2014 | Setúbal.



Foto 317 – Sob o contexto patrimonial, as feiras e mercados são espaços de pertinente atratividade turística. 2014 | Óbidos.



Foto 318 – Atualmente, mais que meros espaços económicos, as feiras são também locais de promoção da cultura urbana. 2015 | Lisboa.



Foto 319 – Nas cidades contemporâneas os espaços verdes são cada vez mais espaços a preservar, conscientes do uso urbano. 2015 | Lisboa.



Foto 320 – São de igual modo importantes pontos de encontro da comunidade com os seus visitantes, o que lhes confere certa ambiência cénica. 2015 | Lisboa.



Foto 321 – São efetivos espaços de lazer que permitem valorizar ainda mais o património histórico edificado. 2013 | Lisboa.



Foto 322 – A manutenção dos espaços verdes é missão cada vez mais relevante no quotidiano dos serviços urbanos dos municípios. 2013 | Lisboa.



Foto 323 – É também nos espaços verdes que se desenvolvem novos lugares de encontro, caso de áreas desportivas no centro da urbe. 2013 | Lisboa.



Foto 324 – Como na sua periferia emergem áreas de carácter mais rústico, caso do fenómeno recuperado das hortas urbanas. 2014 | Lisboa.



Foto 325 – A preocupação pelos espaços verdes é também resultado de políticas mais assertivas de tratamento dos resíduos urbanos, caso da ETAR de Alcântara. 2014 | Lisboa.

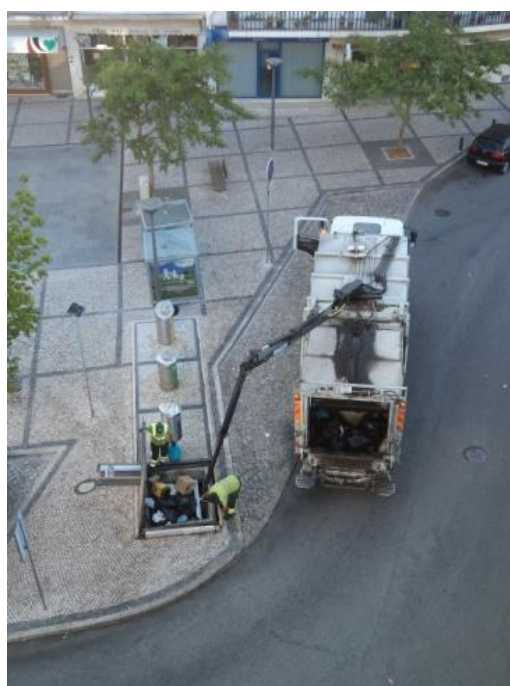


Foto 326 – De processos mais consciente de seleção e recolha dos RSU. 2012 | Fátima.



Foto 327 – Potencia-se a reutilização de águas tratadas de afluentes urbanos em espaços partilhados como na fonte do jardim do baluarte. 2014 | Peniche.



Foto 328 – Em termos da comunidade local, são propícias as campanhas de sensibilização por esta dinamizadas para valorização do espaço público. 2014 | Lisboa.



Foto 329 – Também a preocupação pelo uso indevido do espaço público tende a ser mais acautelada junto de todos os potenciais utilizadores. 2013 | Lisboa.



Foto 330 – Também promocionais e inovadores ações de redução da pegada ecológica tem marcado o quotidiano urbano, como o *carsharing*. 2013 | Palmela.



Foto 331 – Nas cidades do futuro, a utilização de meios sustentáveis de mobilidade, como o elétrico, será a aposta a acolher. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 332 – A utilização de meios de mobilidade suave implica sistemas de apoio, caso de recolha de bicicletas e áreas de estacionamento. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 333 – A utilização de veículos elétricos é uma solução adotada em muitas cidades para reduzir a poluição urbana. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 334 – Na mobilidade urbana, a aplicação de vias partilhadas tem permitido melhorar as soluções de circulação interna. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 335 – Porém, também as bicicletas podem suscitar o excesso de impacto em termos de utilização do espaço público. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 336 – No tradicional núcleo histórico urbano, é fundamental reduzir a intromissão do automóvel em ruas e espaços que não foram planificados para essa utilização. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 337 – Nos grandes espaços abertos, a realização de feiras e mercados de ruas são eventos de atratividade no quotidiano urbano. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 338 – A realização de feiras é valorizada quando associada a espaços e recintos patrimoniais. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 339 – Os espaços de mercado de rua quando integrados, são relevantes para a valorização do próprio património urbano. 2012 | Madrid | Espanha.



Foto 340 – Os espaços comerciais, devem lograr manter a sua função plenamente integrados na preexistência dos edifícios. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 341 – A refuncionalização dos imóveis face às necessidades deve também ser conciliada, no caso, como forma de alojar o automóvel. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 342 – A reutilização das preexistentes passa assim a ser um ativo de atratividade na cidade. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 343 – A realização de eventos temporários é mais apelativa nos espaços urbanos pequenos, com o enlevo dos monumentos. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 344 – A utilização das praças públicas para a realização de espetáculos tem assumido cada vez mais uma vertente turística. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 345 – A utilização do património urbano para a realização de eventos temporários, é assim um fator de valor acrescido. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 346 – Os artistas de rua nos espaços urbanos com maior incidência turística permitem conferir novéis motivos de interesse. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 347 – A animação de rua por atores ambulantes, é um contexto que requer atenção quanto à sua relação com os visitantes. 2012 | Madrid | Espanha.



Foto 348 – A animação de rua é um fenómeno de interesse a acolher no quotidiano dos visitantes, como dos residentes. 2014 | Lausanne | Suíça | Ana Ferreira.

Capítulo 7. Propostas de intervenção de base patrimonial

7.1. Os espaços e a relação com os recursos

Com a afirmação da democracia em Portugal, o reforço dos poderes e competências dos municípios foi dos mais paradigmáticos marcos da transição para o século XXI, quando estas entidades públicas assumiram a liderança quanto a investimentos no património cultural, material ou imaterial, mediadas por políticas de afirmação local não limitadas pelo tamanho do município, mas reflexo do seu interesse na valorização do património cultural como meta de desenvolvimento de um território e de uma população, orientados por estratégias políticas. Nesta contextura associaram os municípios, desde a década de 1980, a reestruturação de serviços que conduziu à criação de áreas funcionais inteiramente ligadas à cultura, a par do aumento da disponibilidade financeira nos planos plurianuais de investimento municipal, os quais, com reflexos na contratação pública, ao ponto de influírem no surgir de novos prestadores de serviços e fornecedores de bens, norteados pela contratação municipal.

No entanto, o paradigma geral de ação tem-se centrado numa intervenção enquadrada, ou por vezes não, em planos de médio prazo que enlevam as administrações locais em torno do património a balancearem entre distintos entendimentos quanto ao conceito de *conservação*, enquanto prioridade de atuação municipal na área cultural. Assume-se como fundamental a pertinência de delinear um plano de intervenções, materiais em edifícios e atividades como igualmente imateriais em vivências e em iniciativas, pois não obstante todo o valor patrimonial urbano que se possa antever, a condição obrigatória para o sucesso reside em, localmente, existir cultura. Existam públicos interessados, investidores intervenientes, criadores inovadores e grupos organizados, predisposição para que se conjuguem potencialidades culturais em que o apoio público cumpre o seu objetivo universal de progresso.

Numa abordagem mais focada na conceção geral da cultural, uma das formas em que esse patrocínio se tem alicerçado, resulta do apoio direto aos agentes de produção cultural, como as companhias teatrais e os produtores cinematográficos, os grupos musicais e os organismos de estudos ou outras coletividades de génese cultural. O primado da abordagem passa para o apoio à produção cultural local e à promoção da capacitação cultural dos públicos, sob o pressuposto da valorização da cultura como fator de competitividade e de criação de mais-valias económicas e sociais.

Porém em muitos casos, os apoios prestados serviram para manter os agentes mas não foram utilizados para difusão da sua missão no contexto social, pelo que o conceito de *subsídio* deverá ser revisto. Proveniente de fundos de financiamento público, o subsídio tem que assegurar a missão de interesse coletivo, e não a subsistência de interesses privados, pelo que deve ser visto por quem providencia, como por quem aufere, enquanto uma concessão de recursos notórios e não uma compensação por serviços, pois como utilização de recursos institucionais, tende a requerer maior coerência na atribuição e igual controlo na realização, face ao fim a que se destina e não à premissa da sua utilidade. A política de subsídios não pode ser errónea, esta requer alinhamento com o mecenato através de linhas de incentivo diretas e indiretas, apoios não ao grupo mas ao seu trabalho, não à instituição mas à sua missão na sociedade.

No que respeita aos apoios diretos, considera-se o fomento à produção e à criação pela disponibilização de espaços, cedência de meios logísticos ou aquisição de recursos, e quanto aos apoios indiretos, considera-se a promoção e divulgação institucional, as deslocações para eventos ou o envolvimento na consolidação de parcerias institucionais externas. Este apoio institucional centra-se pois na disponibilidade de equipamentos e de espaços para a realização de eventos, recintos de referência no espaço urbano destinados a acolher a realização dos grupos profissionais como dos elencos amadores, átrios de promoção de eventos culturais em benefício da comunidade e palcos de incentivo à continuidade dos próprios projetos locais, os quais na maioria das vezes, com escasso potencial inicial, mas que incentivados podem ter ascendente positivo.

Nas propostas veiculadas para o caso de estudo de Sesimbra, a municipalização, mais que um plano de afirmação de política cultural, acaba por ser um dínamo promotor de competências locais ao assumir que uma gestão consciente não passa só pelo interesse público, mas pela adoção de estratégias muitas das vezes nascidas da experiência privada, com distinta gestão de recursos, espaços e vontades, tal como já, em termos empíricos, se tem vindo a desenvolver com o envolvimento de projetos conjuntos com a Cultrede. No mundo contemporâneo, a cultura tornou-se economia e a diversão um proveito comercial, incentivos ao consumismo que suscitem movimentos de arrasto de opiniões e manipulação de interesses, pelo que a programação estratégica do município deve articular princípios de ação profissionalizantes, ao assumir ofertas estáveis em termos quantitativos e qualitativos como temporais e temáticos, versadas em áreas comerciais e apostada em projetos amadores, com equipamentos qualificados

por boas condições de acesso e conforto, a preços acessíveis de ingresso e com um *marketing* criativo que fidelize públicos e propicie parcerias de investimento.

Por aqui se propicia a autonomia de proveitos face aos elevados custos habitualmente associados à estrutura cultural municipal, pelo que o plano de intervenções se torna relevante por comportar o legado do passado com o interesse do futuro no usufruto do presente, prefiguração do mote que nos núcleos históricos urbanos prevalece nas apetências naturais e nos valores de identidade face ao *crescimento sustentável, inteligente e inclusivo*. Muitas são as cidades históricas que da sua ancestralidade conseguem erigir pontos de comunicação com as realidades contemporâneas, através do acréscimo não só das suas temáticas de interesse, mas por lograrem criar plataformas de partilha.

Em Óbidos (Portugal), no núcleo mais tradicional da vila medieval surgiram galerias de arte contemporânea como a *Casa do Pelourinho* e a *Nova Ogiva*, emergiu o *Centro de Design de Interiores Maria José Salavisa* com influência positiva para a realização de mostras artísticas contemporâneas com alguns dos mais importantes artistas nacionais⁵⁵⁹. Em Segóvia (Espanha), os limites naturais e murallados no plano urbano são um amplo anfiteatro desta cidade cultural que acolhe distintos eventos de cariz internacional como o festival de marionetas *Titirimundi*, a mostra musical de raiz *Folk Segovia* ou a *Mostra de Cinema Europeu Cidade de Segóvia*⁵⁶⁰. Em Chartres (França), o evento anual da *Festa da Luz* ilumina toda a urbe histórica ao projetar nos edifícios monumentais, jogos de luz e de discursos multimédia associados a eventos de animação cultural, com sessões teatrais de rua e concertos musicais, que cativam milhares de visitantes⁵⁶¹. Em Münster (Alemanha), a atividade *Projeto Escultórico de Münster* acolhe desde 1977 um evento de génese artística de escala mundial, em que diferentes artistas criam para as ruas da cidade peças escultóricas de arte efémera, contributos para criar sinergias únicas e de singular experimentação entre a arte contemporânea, o espaço urbano e os seus utilizadores⁵⁶².

Assume-se nestes compromissos um contexto social onde a assertiva utilização continuada do espaço urbano confere à comunidade uma sensação de pertença e de identidade, valorizada pela sua própria fruição enquanto fator de lazer e fenómeno de desfrute educativo. Esta assume-se como a razão para a plena cidadania, pois se a

⁵⁵⁹ Soares & Neto, 2013: 141-142

⁵⁶⁰ Arahuetes Garcia in Hernando, 1986: 5.

⁵⁶¹ Richemont, 2008.

⁵⁶² Regatão, 2010: 109-114.

cultura é inata ao género humano mas não nasce em nós, o seu património cultiva-se e aperfeiçoa-se à medida que crescemos e assumimos a nossa posição na sociedade.

A utilização de equipamentos de génese cultural com fins comerciais ou por agentes sem fins lucrativos, tenderá a ser sustentada pela administração municipal através de um normativo contratual de utilização, o qual, se assume como uma das formas setoriais apenas ao programa integrado de gestão. Por seu permeio são regulados aspetos técnicos e condições de uso, definidos os retornos financeiros expetáveis e sua fruição orientada com a estratégia da cidade histórica.

Este normativo não deve ser entendido como mote para a aplicação de taxas, mas como plano contratual de usufruto do equipamento, o qual contempla medidas de redução de tarifas aos agentes culturais ou qual o tipo de atividade prevista, de modo a consubstanciar o aperfeiçoamento da relação dos intervenientes culturais com a cidade. Esta premissa já se explora em Sesimbra com a utilização de equipamentos culturais para eventos como a mostra de teatro escolar, ou a sua inclusão em redes de programação conjunta como a Cultrede, princípios que podem ser replicados pela extensão deste tipo de projetos a outros espaços na urbe, caso de estabelecimentos de hotelaria ou cafés, de modo a tornar mais abrangente a visão cultural no espaço urbano.

Outra das potencialidades que urge dinamizar, de modo a conceber o valor da cidade patrimonial e da urbe cultural, prende-se com a criação de uma escola, ou de uma oficina, um centro de formação no campo cultural que permita a preparação profissional e potencie o envolvimento quer de agentes locais quer de entidades externas com recursos de financiamento, de modo a apoiar a capacitação dos ativos humanos apensos à política de fomento cultural local. No caso de Sesimbra, em 2013 foi inaugurado na vizinha povoação de Santana, a aproximadamente três quilómetros da vila, um polo escolar profissional⁵⁶³ vocacionado para a formação na área turística, com programas curriculares adaptados às exigências do mercado de trabalho e orientados pela ambiência local nas áreas do turismo e da restauração.

Em ambos os casos, trata-se de eventos pontuais que embora imbuídos nas necessidades locais, porém, não são replicáveis no tempo e no espaço, não pela sua coerência mas pela ausência de uma prospetiva estratégica de visão de longo prazo que, com o tempo e com a sua inovação, lhes conferia resultados positivos de continuidade. Por igual plataforma de entendimento se concebe a área do património, campo propício

⁵⁶³ Associado à rede de escolas profissionais Agostinho Roseta, instituídas em 1989.

que porém, ainda não foi realmente acolhido, pelo que a proposta para este novo espaço promoveria uma estrutura de modelos inclusivos de formação, estabelecidos com consecutiva progressão de níveis de habilitação complementares aos currículos, em que a perceção da realidade local e a sua dimensão sociocultural são pilares de tirocínio para os formandos em áreas como a animação cultural na fruição de distintos públicos, nas áreas da conservação do património material e imaterial, à divulgação e à promoção através das tecnologias de informação e de comunicação. Esta proposta coopera com outro equipamento, a “fábrica cultural, designação significativa daquilo que se pretende, e que combina os aspetos culturais e económicos”⁵⁶⁴, agregado de espaços e de serviços para projetos que reforcem a cultura como ativo com valor económico, promotor da urbe como um foco gerador, e atrativo potencial de promover futuras parcerias e de motivar agentes culturais.

Se pode ser dúbia a utilização do termo *fábrica*, no sentido de o interpretar como face da industrialização da cultura, o seu conceito pode também ser entendível num sentido funcional de oficina, ateliê, parque, mercado, loja ou armazém. Assim se *fábrica* está associada à imagem direta da missão que desempenha na cidade, a locação a *oficina* confere-lhe sentido de proximidade com o núcleo urbano mais tradicional. Em Sesimbra vários são os espaços que, em evidente abandono ou devolutos, podem acolher este projeto, não só por terem condições espaciais propícias a tal, numa localidade onde o espaço livre não se torna abundante e tem associado o ónus do elevado valor imobiliário, mas por a sua origem histórica ter um legado de memória local que, para além de salvaguardar, confere identidade a estas novas iniciativas.

Como exemplos de espaços a utilizar há o complexo da antiga fábrica Francesa de conservas, atualmente transformada em armazéns e lojas de companhia de diferentes grupos de pescadores em instalações degradadas, e que próximo de si tem o velho Dispensário Tuberculoso, edifício também abandonado mas que potencia proximidade física ao núcleo central urbano. No extremo nascente surgem as instalações do FORMAR, edifício para formação profissional de pescadores e que devidamente apetrechado será sem dúvida um local propício para a formação cultural, tal como no extremo poente, as instalações do abandonado Fórum de Sesimbra, implantado em anfiteatro frente ao mar e com uma enorme área de devolutos apartamentos, nunca utilizados, potencial local de acolhimento para uma *oficina cultural*.

⁵⁶⁴ Aguilera, 2000:261. [...] *fábrica cultural*, denominación significativa de lo que se pretende, y que combina los aspectos culturales y los económicos.

Tratar-se-ia este equipamento de um espaço com boas condições de trabalho face à pluralidade de potencialidades culturais criativas, das ainda tradicionais às mais inovadoras, uma matriz de áreas temáticas, tal como consubstancia o Ministério da Cultura⁵⁶⁵ para as *atividades culturais nucleares* como as artes performativas ou as artes visuais, para algumas das *indústrias culturais* como o cinema e vídeo ou o *software* educativo e de lazer, e para as *atividades criativas* com o *design* e a publicidade ou os serviços de *software*. A sua filosofia não exclui a articulação entre distantes áreas, mas requer coerente enquadramento de temáticas e de funções, quanto à implantação espacial da *oficina*. Boas acessibilidades e redes de infraestruturas estáveis, edifícios adaptados à missão oficial, arejados e iluminados, áreas específicas para depósito de matérias-primas e armazém para os trabalhos, recolha seletiva de desperdícios e sistemas de gestão energética, áreas de reunião com salas de exposição e de trabalho, são algumas das funcionalidades pretendidas que urge desde logo considerar.

Nesta perspetiva, e a título exemplificativo, a Câmara Municipal de Sesimbra, proprietária de um provecto edifício no núcleo mais tradicional, a Casa do Bispo, no âmbito do QREN procedeu à sua recuperação arquitetónica como premissa de valorização do casco urbano, ao que lhe destinou ser sede associativa com missão cultural. Para tal foi firmado protocolo com duas associações⁵⁶⁶ em março de 2013, para o que cedeu o imóvel destinado à promoção conjunta destas associações junto da população, através da dinamização de tertúlias e colóquios, cursos e exposições, lançamentos de obras literárias ou apresentações de artes plásticas e de palco.

Pese embora o compromisso firmado, este acordo acabou por não lograr as ambições previstas, cerceado pela difícil articulação entre as associações ou pela exiguidade do edifício, mas sobretudo, pela vacuidade de planificação de eventos, reflexo da ausência de uma orientação autêntica ou de uma política cultural local. Serve este exemplo como alerta para a necessidade de se valorizar a participação sociável e inclusiva com o meio associativo, a qual porém só pode ser elegível quando, existe uma concreta missão cultural na comunidade local.

Esta concretização só é possível quando a estratégia local de facto incidir no envolvimento de todos os potenciais parceiros, o que também não é avesso a Sesimbra

⁵⁶⁵ GPEARI, 2011: 7.

⁵⁶⁶ O *Círculo António Telmo*, associação para valorização do legado do filósofo António Telmo Carvalho Vitorino através da difusão da cultura literária, histórica e filosófica, e a *Casa das Artes*, associação envolve cerca de três dezenas de artistas nas áreas das artes plásticas, de escultura e cerâmica, à pintura, joalharia e desenho, e das artes de palco como a música, dança e teatro.

pelas boas experiências já formuladas, por exemplo na associação a escolas e estabelecimentos de ensino, o que permitiu alcançar diferentes níveis de educação e contribuir para que a formação das gerações futuras, como pelo apoio a cadeiras letivas ou pelo acolhimento de estágios curriculares, se fomentem experiências pedagógicas mais consonantes com as realidades locais. Também o exemplo passa no apoio aos grupos de teatro das escolas ou no envolvimento de todos os estabelecimentos de ensino numa mostra de teatro escolar, algo que já existe e que cada vez mais se estende além da comunidade letiva para toda a população, ou pelo apoio, na vila de Quinta do Conde, ao ensino musical como medida pedagógica complementar de combate ao insucesso escolar através do projeto *Orquestras Sinfónicas Juvenis - Orquestra Geração*⁵⁶⁷, dedicado à inclusão social de crianças e jovens oriundos de bairros desfavorecidos com situações de insucesso e abandono escolar, através da música e da cultura.

O plano de intervenções vai permitir valorizar a relação efetiva com projetos concretos, algo já considerado na atual política educativa como previsto na Carta Escolar de Sesimbra, de modo a promover propostas integradas de inovação social pela interação entre a cultura e o património com a sociedade. No caso da investigação histórica, como já explorado nos projetos *Cempsus* de investigação arqueológica, através do envolvimento direto em atividades de investigação que aproximam o património da comunidade, ou no caso da escrita e da leitura através da realização de iniciativas como as atividades de *Hora do Conto*, os serões de contos e os *ateliers* de escrita criativa na biblioteca municipal, às próprias *Bibliotecas de Praia* que contam já com três décadas de promoção da leitura na época balnear nas praias de Sesimbra, propostas que tem contribuído para complementar a aprendizagem pela participação.

A fruição facilitada pela animação cultural pode também incidir na valorização do espaço urbano como parque temático, através da recriação de ambiências cenográficas associadas a momentos históricos, envolvidos não só nas características locais e na disponibilidade de animação da comunidade, mas também, no crescente interesse de visitantes que buscam experiências estimulantes e no benefício que essa atividade temporal cria, enquanto atrativo para visita ao núcleo histórico urbano. Do mesmo modo que se promove o *empowerment* da comunidade face às políticas culturais, deve ser fomentada a participação, sobretudo de jovens, em circuitos paralelos de intervenção, tal como já se pratica com a *Assembleia de Jovens*, a qual leva à reflexão

⁵⁶⁷ Este projeto foi galardoado como exemplo de boas práticas pela Comissão Europeia.

de modo assertivo sobre a ambicionada evolução cultural geracional ao incentivar uma postura mais participativa na vida pública.

Todas estas possibilidades têm também outro elo de ligação, o qual passa pelo envolvimento direto dos equipamentos culturais locais, algo que ainda carece de melhor concretização em termos do museu ou do arquivo, mas mais assertivo na biblioteca, no cineteatro ou no auditório, a que no futuro se podem associar a *oficina cultural*. Acresce complementar, numa perspetiva mais abrangente, a ampliação desta inter-relação pelo envolvimento dos agentes económicos locais, associados à missão do grupo de ação local, o que permitiria consolidar as suas experiências com as novas estruturas produtivas, por onde se foca o empreendedorismo como relevante fator de inovação e de orientação para resultados objetivos e concretos.

Esta capacidade de renovação, e as vantagens competitivas daí emergentes, não só das especificidades do território e da sua identidade, mas também da perceção e da inteligência dos agentes locais para dinamizar rotas para o crescimento, será acima de tudo um processo de motivação coletiva inerente a uma governança implantada e com um empreendedorismo socioeconómico forte. Porém, num território como Sesimbra, que apresenta condições de baixa densidade demográfica, reduzida expressão empresarial e mínima capacidade de ligação ao exterior, esta dinâmica terá que ser ainda mais inovadora, muito estruturada em parcerias com outros agentes como as universidades ou parceiros de *benchmarking* externos.

Identificar os sectores com massa crítica e capacidade de intervenção proactiva, surge como fundamento no qual os intervenientes locais tem peso preponderante, pelas suas condições socioeconómicas e enquanto potenciais forças produtivas, que se devem capacitar para acolher novas formas de cooperação em projetos comuns de risco, como de benefícios partilhados face à vulnerabilidade das condições económicas.

A capacidade de apostar numa economia mais especializada, que se sustenta na concentração temática de áreas produtivas, bem como em processos de produção inovadores ligados a iniciativas empreendedoras integradas com base numa estratégia local, permite desenvolver apetências e fortalecer competências. Reforça-se a capacidade de conetividade do território, desde logo à região metropolitana, ao ligar operações instaladas com atividades emergentes, percursos de oportunidades que se propiciam com um potencial efetivo de interação empreendedora enquadrável na estratégia regional 2020, que concebe o capital social e a criatividade no *crescimento*.

Como refere a União Europeia, “políticas sectoriais isoladas não geram a necessidade de ligação entre diferentes intervenções”⁵⁶⁸, pelo que, e na continuidade desta reflexão, o aumento do capital humano será fator fundamental para o futuro de Sesimbra, enquanto forma programada de melhorar as competências num mundo atual em permanente mudança, e no qual, emergem rapidamente novas realidades. Esta assume-se como forma de promover a atratividade do lugar para investidores atentos às questões não só económicas mas também sociais, ambientais ou culturais, o que gera uma efetiva vantagem competitiva pela expetável renovação demográfica da população local e pela sua afirmação plenamente integrada no território metropolitano.

A análise da capacidade de especialização da economia local de Sesimbra é outro fundamento a reter no plano integrado de gestão, numa análise qualitativa como quantitativa, quanto ao grau das atividades ou do emprego, à capacidade de interação ou à aglomeração de polos criadores, à sua localização e à disponibilidade de acessibilidades. Trata-se de metas que conduzem à perceção das potencialidades competitivas, inerentes à abordagem estratégica local, inclusive, com reflexos políticos face às prioridades do investimento público e de controlo dos ativos locais. O delinear do plano de intervenções permite mapear e avaliar a capacidade de desempenho das infraestruturas existentes, a capacitação dos recursos humanos, ou a atratividade das condições de trabalho e de conciliação da vida profissional com a vida privada, a par da existência de uma estrutura societária dotada de elevados padrões de serviço e plenamente coesa com as realidades locais, são reflexos desse crescimento.

Aprofunda-se por esta via o conceito de *serviço público*, pela capacidade de promover investimentos equilibrados e sustentáveis, mediados por políticas educativas e de fomento à formação profissional até ao ensino superior, benefícios de competências enquanto fatores inclusivos para abraçar a inovação e o empreendedorismo. Conjugam-se igualmente condições favoráveis ao investimento num ambiente de negócios favorável, ultrapassadas as limitações que atualmente se evidenciam no próprio concelho, através do incentivo à criação de PME e da expansão para novos mercados, resultado da aposta em domínios de atividades que emergem da iniciativa especializada local. Pretende-se uma cadeia de valor que se imprime pela sua consolidação, e onde realidades como o património cultural urbano, o Atlântico, a serra da Arrábida, as

⁵⁶⁸ CE, 2012: 15. *Sector-based policies alone do not address the need for links between different interventions.*

tradições marítimas, a economia do mar ou o turismo inclusivo, são ativos a explorar de forma integrada.

Esta especialização basear-se-á, quer em termos regionais quer em termos europeus, no reconhecimento da capacidade local para interação com outras regiões especializadas, através de interesses partilhados e da afinidade de competências identitárias, de cada uma, pela partilha de semelhanças de contextos e sobretudo de interesses. Em termos de objetivos estratégicos permite-se a transferência de conhecimentos através de medidas de *benchmarking* como de mobilidade de pessoas e de locuções socioculturais, o que fortalece parcerias e consolida competências na capacidade produtiva através da dimensão paralela de intervenientes.

Neste entendimento, as pequenas e médias empresas são fundamentais pela sua capacidade de criação de emprego como pela expressão criativa, através de novos produtos ou de novos serviços, que fomentam a diversidade produtiva e integram-na em projetos maiores, componentes de um sistema inteligente pela sua capacidade intrínseca de empreendedorismo e de dedicação do fator humano. Por estas se garante a fusão de investimentos e a renovada capacitação face à estratégia de crescimento integrado ao potenciar novas respostas às necessidades sentidas, o que tonifica as empresas já existentes e alarga as capacidades de orientação num mercado cada vez mais global.

Uma das principais medidas tendentes a tornar acessível este desafio, reside na existência de infraestruturas, caso de um parque de incubação, projeto que atualmente o município explora, não na vila mas na vizinha povoação de Santana, as quais conciliam no território instalações e recursos, alocam sistemas e serviços ou conduzem à inovação das iniciativas em articulação com as competências locais. Emerge assim um contexto, qual ecossistema de inovação, que caminha para a sustentabilidade através da especialização, sustida por condições adequadas à troca de experiência e à pesquisa, baseadas numa rede multinível de elevado capital social também como contributo para dar visibilidade ao território em estratégias de cariz metropolitano.

Estes contextos procuram promover uma componente multisetorial assente na singularidade territorial através de serviços especializados, do desenvolvimento de produtos e da criação de redes de parceria. Com os fundos financeiros disponíveis no Portugal 2020 e, com a eficiente afetação de recursos, podem-se potenciar produtos e serviços inovadores pelos quais se alcançam novos nichos de mercado, e por tal, promover o emprego e reforçar o papel dos agentes económicos, de modo a consolidar a responsabilidade social para com o património urbano.

Um dos grandes desafios que se colocam a Sesimbra prende-se com a sua proeminência ambiental, onde as condições resultantes das alterações climáticas e a preservação dos espaços naturais requerem consciente planificação face às necessidades, como às oportunidades que patenteiam.

Como refere a Comissão Europeia⁵⁶⁹, “a natureza e seus recursos devem ser integrados nas abordagens regionais para o crescimento sustentável e nas estratégias de inovação nacionais/regionais de especialização inteligente”, pelo que se exige uma gestão sustentável dos recursos naturais, assente no conhecimento como na aplicação de operações com resultados práticos assertivos. A afetação dessa relação deve ser entendida no âmbito do plano integrado de gestão e indissociada de práticas de ação que entendem os recursos naturais como importantes ativos locais, em que se valoriza a preservação do ecossistema marinho e as apetências da *serra*, se promove o estudo das espécies em benefício de uma ainda mais consciente utilização dos solos e do mar.

O subjacente plano de intervenções requer apertada monitorização e avaliação dos impactos, de modo a fortalecer, em igual modo, o firmar de parcerias que permitam envolver distintos intervenientes na preservação dos recursos naturais locais como fatores de excelência. Afigura-se credível que a concretização destas ações, materiais e infraestruturais, sociais e ambientais, permita implementar, quanto à conservação da identidade local e ao seu desenvolvimento sustentável, um conjunto articulado de teias de intervenção e de governança, sustentadas nas rotinas estabelecidas, em que as diferentes áreas de interesse, quanto à fruição do espaço histórico urbano, têm uma intrínseca limitação associada à existência da própria cidade.

De reduzidas dimensões e delimitada geograficamente como um fator positivo de interesse, em Sesimbra, a sua definição territorial pode tornar-se uma vulnerabilidade face à dificuldade em lograr aumentar a sua capacidade de acolhimento para os visitantes, como de instalação de novos recursos, face ao seu potencial de atratividade.

Como registam Clara Soares e Maria Neto⁵⁷⁰, o acentuado interesse e o incremento de visitas, devem ser áreas de particular atenção na proposta de regeneração urbana, o que motiva a adoção de um conjunto de medidas que permitem não só espriar os impactos resultantes no espaço urbano, como envolver os recursos e as disponibilidades locais de forma sustentada. Advêm daqui resultados positivos, transpostos na

⁵⁶⁹ CE, 2012: 111. *Nature and its resources need to be fully integrated in the regional approaches to sustainable growth and the national/regional innovation strategies for smart specialization.*

⁵⁷⁰ Soares & Neto, 2013: 154.

organização diversificada de eventos direcionados para distintos públicos, em que se valoriza a distribuição ao longo do ano e se privilegiam os melhores espaços para os acolher, não de modo a centralizar nem dispersar, mas a promover empatia dentro e em redor do espaço urbano, o que contribui para criar interesse no território.

Em termos locais assume-se, como de maior interesse, o envolvimento da comunidade em todos os setores económicos, sociais e culturais, produtores de bens e promotores de serviços. Em paralelo, deve-se beneficiar as infraestruturas básicas, desde o saneamento e eletricidade às ligações solicitadas pelas novas tecnologias e a soluções de circulação suave em espaço urbano, medidas complementares à reabilitação do parque habitacional, à requalificação das áreas comerciais e à revitalização dos equipamentos de utilização coletiva. Permitir-se-á avançar para a demanda de preferências, dinamização de atividades e concretização de soluções que resolvam faseadamente as necessidades e as incertezas sentidas localmente.

Mais que simples estruturas administrativas e metodologias de processos, surgem as pessoas e as organizações como intervenientes diretos, e responsáveis, pela implementação do modelo de crescimento integrado numa perspetiva de sustentabilidade do espaço histórico urbano e do seu perímetro partilhado. Humaniza-se assim todo o processo e contribui-se, decisivamente, para o integrar na comunidade real, contributo assertivo para a redução de conflitos e de atritos na abordagem às questões de salvaguarda do património cultural urbano, o que de igual modo, permite consolidar mecanismos mais próximos, e melhores procedimentos de interação entre todos os intervenientes, sejam instituições públicas ou sejam agentes privados e membros do *terceiro setor*, no universo da génese societária local.

7.2. As dialéticas de usufruto e o evento turístico

Cada vez mais a conservação do património urbano surge como um sector de mercado específico, crescente no seio das atividades económicas e do emprego associadas à construção, situação que tem reflexos diretos no mercado imobiliário, na afetação de fundos financeiros por entidades bancárias, e no interesse empresarial nos imóveis históricos. Como indica Susan MacDonald, face a esse entendimento cada vez mais unanime, “as companhias multinacionais desempenham papel na conservação, como meio de demonstrar a responsabilidade corporativa e meio de envolvimento no

processo de conservação para proteger ou melhorar interesses próprios”⁵⁷¹. Cumpre assim objetivar um plano de investimento, em que a responsabilidade social e o mecenato assumem primado, o qual irmana em vanguarda o interesse dos agentes turísticos igualmente na conservação do património pelo enorme atrativo que suscita, pese embora os conflitos inerentes a tais interesses mas que a clareza de objetivos, a definição de estratégias como de critérios de cooperação, permitem ultrapassar.

Pretender que seja o sector público a financiar os custos da conservação e da qualificação da cidade, é insustentável e contraproducente em termos de um desenvolvimento local empreendedor. Em igual escala, intentar que seja o sector privado o maior garante dos investimentos de conservação também será incoerente, e sobretudo improvável, pelo elevado risco que suscita aos investidores, nomeadamente aos pequenos investidores locais. São aconselháveis análises de custo-benefício para identificar como chegar à valia do património urbano porquanto valor económico, o que permite prever estimativas e conceber avaliações para comparar o valor das categorias de benefícios líquidos face aos custos de investimento iniciais, mediante a aplicação de conceitos de *viabilidade* e de *atratividade* dos espaços urbanos.

Na sua especificidade, o núcleo histórico urbano de Sesimbra mede-se através de elementos tangíveis, de espaços públicos a infraestruturas e estruturas arquitetónicas, mas também pelas características intangíveis expressas na identidade local, tradições do comércio de proximidade ou criatividade social. Neste contexto, nas últimas décadas o fenómeno turístico tem-se assumido como uma indústria atrativa de atividades económicas produtivas, associadas a um processo evolutivo de estímulo económico plenamente reconhecido num contexto mais global pois, “todos os estudos preveem que o turismo cultural vá ocupar uma área constante e crescente no mercado europeu”⁵⁷². A promoção deste recinto patrimonial passa muito pela sua atratividade turística, face à notoriedade cultural, pois nos últimos anos, a afetação do núcleo urbano para fins residenciais, de serviços e comerciais associados ao turismo, assumiu formas de interesse nos investimentos públicos e privados quanto ao contexto patrimonial.

Tal enlace potencia mecanismos que mobilizam recursos e adaptam planos de financiamento que, para além de reabilitarem edifícios, proporcionam a refundação da

⁵⁷¹ MacDonald, 2011: 896. *Multinational companies have played a role in conservation both as a means of demonstrating corporate responsibility and as a means of engaging in the conservation process to protect or improve their own interests (Eirinber 1998).*

⁵⁷² Haspel, 2011: 908. *All studies predict that cultural tourism will occupy a steady and growing area in the European market.*

vivência urbana. Ao aprofundar mais o assunto, Jörg Haspel enuncia o estudo publicado pelo Instituto de Turismo Europeu da Universidade de Trier⁵⁷³, sobre as oportunidades e os riscos da comercialização do património cultural para o turismo. Conclui-se que o turismo cultural surge como um sector de trabalho intensivo, e com boas oportunidades de emprego, no qual, contribuem os turistas com o seu poder de compra para a criação de valor nessa região, porém, será necessário investir em novos edifícios, pois o que estes procuram decorre do potencial das preexistências históricas, para o que o turismo contribui decisivamente enquanto promoção positiva dessa mesma imagem.

Atualmente, não são só os locais com monumentos e os sítios patrimoniais que são visitados, pois a universalização da cultura aumentou a procura de lugares com expressões singulares de identidade, inclusive, associadas à evolução cosmopolita e à história contemporânea, ao refletirem dialéticas emblemáticas de comunicação com valor patrimonial que justificam os fluxos de interessados. A afetação do turismo ao património, surge assim como uma balança que ocasiona profundos debates e imensa bibliografia sobre os seus reflexos positivos e negativos.

Das potencialidades de emprego extensíveis a setores transversais como os transportes à restauração e hotelaria, aos efeitos contraditórios do tráfego que altera a orgânica urbana, ao aumento da criação de resíduos e de consumos energéticos, às clivagens socioeconómicas. Porém, é efetivamente o fluxo, desmesurado e inadequado de visitantes, que se torna suscetível de originar danos no património urbano seja para a comunidade nos recursos locais seja para os próprios visitantes na fruição.

A frequência excessiva e sem controlo prejudica o desfrute da visita, e leva à ocorrência de conflitos não só entre as existências locais e os visitantes, mas na equidade que os visitantes tem entre estes, em posturas sociais e culturais ou educacionais e de cidadania como financeiras e comerciais ou ambientais e de lazer, em que o espaço urbano se torna uma arena de luta entre diferentes culturas sociais, alheias à identidade local mas com consequências nefastas e incisivas na cidade.

Assim, não só no planeamento das visitas como na comunicação da imagem do local, há que desde logo ordenar os canais de acolhimento dos visitantes, pois neste universo existem os que procuram a monumentalidade histórica e os que procuram os pontos gastronómicos, outros privilegiam a participação em eventos culturais e alguns procuram um sítio sereno para passar tempo de gozo. Por aqui se pode também

⁵⁷³ Haspel, 2011: 908.

ponderar a diferença entre custos gerados pelos visitantes e receitas movidas pelos mesmos, de modo a diferenciar esses visitantes face à capacidade de acolhimento, como também de usufruto do espaço urbano.

O turismo representa com clareza, potencial positivo no crescimento e na regeneração do espaço urbano de Sesimbra, quando o fluxo de visitantes se basear na promoção do património edificado e seus espaços de partilha, e quando estes contribuírem ativamente para preservar as características da singularidade local e da identidade da comunidade, através do respeito pelo quotidiano. Embora seja aceitável que o turismo suscite interferência, essa deve porém ser controlada de modo a limitar o risco de rutura, e assim minimizar as repercussões excessivas do afluxo de intervenientes. Como se evidencia, “apesar de sua popularidade como o veículo de desenvolvimento económico, o turismo é uma das categorias mais nebulosas de medir em termos de definição de metodologias de impacto económico”⁵⁷⁴, situação que decorre da dificuldade de obter dados face ao enorme volume de agentes intervenientes ou à pedante capacidade de selecionar a informação por parte das entidades coletoras.

No que se reporta em específico ao turismo cultural, a obtenção de dados através de bilhetes de ingresso, receitas em estabelecimentos ou dormidas em hotéis, entendidos como rápidos coletores informativos, porém, não refletem o potencial que este tipo de turismo representa na sua incidência na relação social com a comunidade. Do entendimento de Juan Lasagabaster⁵⁷⁵, regista-se vantagem na capacidade da administração pública em investir um montante no turismo que será plenamente usufruído pela comunidade em dobro, através do seu usufruto e do retorno da visita turística, esferas de realização do património urbano.

Da mais-valia económica associada à capacidade de visita, da acuidade quanto à gestão ambiental, o investimento nos fenómenos de expressão patrimonial em ações de envolvimento partilhadas, são características propiciadas pelo turismo cultural, uma conjugação de fatores que se encontram no «Plano Estratégico de Turismo para Sesimbra», o qual pela sua dimensão programática, surge para o espaço urbano como proposta relevante na sua relação com o turismo, embora tal destaque tenha até ao momento tido parca concretização.

⁵⁷⁴ Rypkema & Cheong, 2011: 757. *Despite its popularity as the go-to vehicle for economic development, tourism is one of the more nebulous categories to measure in terms of defining economic impact methodologies.*

⁵⁷⁵ Juan Lasagabaster in AAVV, 2013b.

Como regista Anna Mignosa⁵⁷⁶ para as existências locais, há que diferenciar entre receber visitantes, que podiam ir a esta cidade como a outra qualquer, ou acolher visitantes, de modo a privilegiar os que especificamente procuram esta cidade. Na realidade, cada vez mais os operadores e agentes intermediários têm papel reduzido em toda a cadeia, o que torna comum que seja o turista a impor-se sobre a cadeia de valor, pois no cliente final reside o novo poder de interferência sobre os outros setores, através do impulso para novos destinos e serviços ou pelo declinar de produtos preconcebidos e estâncias costumadas. É o turista que decide, e de certo modo contribui, para definir o perfil da oferta, num momento em que as tradicionais associações de visita são substituídas pelos pequenos grupos auto-organizados, e onde o antigo folheto obtido na marcação com o operador substituiu-se pela informação recolhida na internet.

A ocorrência de novas áreas de interesse e a afirmação das desiguais motivações de fruição por parte dos turistas, tem condicionado não só a definição das ofertas no mercado turístico, mas particularmente, a enunciação de novos segmentos num processo de contínua evolução dificilmente controlável. Para Kerstin Manz, o turismo é das mais importantes fontes de progresso dos sítios patrimoniais, contínuo de incentivo à economia local que porém, para além de marca promocional qualificada, requer antecipadamente que esses locais sejam identificados, conservados e divulgados⁵⁷⁷.

Outra área de ação prende-se com a animação cultural, onde emerge a criatividade e as industriais culturais, ao envolver agentes, associações e grupos organizados na realização de eventos em distintas áreas como a escrita e a música, o teatro e a dança, as artes plásticas e a *street art*, momentos de um ambiente de inovação social e cultural. Consolida-se o princípio do visitante espetador, o qual avoca serviços de apoio como transportes, alojamentos ou refeições, ativos para a conceção de plataformas como o turismo inclusivo ou o turismo de natureza, à organização de atividades com o contributo da comunidade local, caso do programa de visitas guiadas a Barcelona realizadas por sem-abrigo⁵⁷⁸, já replicado no Porto⁵⁷⁹ com o projeto «Welcome HOME», que envolve estratos desfavorecidos embora ainda ativos no seio comunidade, que irradiam a identidade local através do seu percurso de vida no próprio espaço urbano.

Propiciam-se novas oportunidades de empregabilidade nos setores locais, uma dinâmica de animação que também favorece o apoio às franjas da comunidade mais

⁵⁷⁶ Anna Mignosa in AAVV, 2013b.

⁵⁷⁷ Kerstin Manz in AAVV, 2013b.

⁵⁷⁸ Reportagem na edição digital do jornal «Expresso», de 9 de outubro de 2013.

⁵⁷⁹ Reportagem na edição digital do jornal «Expresso», de 1 de agosto de 2014.

desfavorecidas, pois propiciam olhares assertivos quanto a serviços prestados, caso de transportes ou à restauração, a espaços públicos, como jardins e equipamentos partilhados, mas também a áreas transversais como os serviços de saúde ou a segurança da ordem pública, contributos regrados que em primeira linha são direcionados para o usufruto da comunidade. Nesta perspetiva, o plano de investimento propicia-se a tornar as apetências imateriais do património urbano em ativos corpóreos de capacitação económica, o que valoriza a cultura como modelo de inclusão, da comunidade como dos agentes económicos, ao promover dinamismo no incentivo à vivência gregária.

Num contexto mais economicista, a par da valorização do tecido empresarial, a génese habitacional da cidade assume uma nova áurea de popularidade, pois a reabilitação de edifícios históricos reflete prestígio social para os seus promotores como para os seus utilizadores, o que permite aumentar as potencialidades da regeneração de áreas degradadas e de comunidades desamparadas, outra faceta benéfica inscrita pelo entrecho cultural que se perfilha para Sesimbra. Por Donovan Rypkema e Caroline Cheong, sugere-se a leitura da aplicação de conceitos económicos no património cultural⁵⁸⁰, que para o caso de estudo importa apropriar, de *produção* como a quantidade de bens ou serviços produzidos, a *impacto* como o conjunto de consequências resultantes da produção, *efeitos diretos* associados ao emprego e ao lucro ou a outras variáveis diretas, *efeitos indiretos* com os estímulos indiretos no contexto económico, e *efeitos induzidos* nas atividades económicas que daí resultam.

Em termos históricos, desde meados do século XX que a dependência da cultura face ao financiamento da economia registou evolução, pois se o motor económico suporta a fruição cultural, será porém através da cultura, e da sua difusão mundial, que se amplia a hegemonia económica, em que o melhor exemplo está na exposição internacional dos EUA após esse marco cronológico, realidade que persistirá no horizonte futuro mais próximo. Se a cultura reproduz relações sociais para o desenvolvimento da economia, o progresso assenta na procura das cidades e suas estruturas funcionais como recurso mobilizador do século XXI, o qual inteira a cultura no crescimento europeu como se delineia na estratégia Comunitária.

Assim, e como registam Clara Soares e Maria Neto, “as receitas provenientes da ‘mercantilização’ da cultura e da fruição massificada e de museus e monumento são hoje consideradas pelos conservadores, gestores de património e economistas como

⁵⁸⁰ Rypkema & Cheong, 2011: 756.

indispensáveis à sua própria sobrevivência”⁵⁸¹, pelo que o empreendedorismo, a criatividade e a inovação cultural, reveem no património um pilar sustentável para as comunidades como para os territórios diferenciados que constituem a Europa.

Cada vez mais se assiste à ascensão da competição entre cidades, e entre metrópoles, por um lugar de relevo como destino cultural, o qual, procuram rentabilizar em todas as suas competências e capacidades de comunicação, de modo a facilitar a mobilidade de pessoas, de imagens e de conteúdos. Essa competitividade está alicerçada, independentemente da ordem, na qualificação da oferta e no entendimento da procura, onde o primado da fruição se sobrepõe como dialética entre o património e o seu usufruto, um processo de reconhecimento da identidade e de validação de valores que, no espaço urbano, tem amplo entendimento em conceitos como *evolução*, *autenticidade*, *existência* ou *singularidade*.

A conservação do património urbano requer, de princípio e como paradigma, a participação dos vários intervenientes afetos ao sector público e ao domínio privado, pois como enuncia Susan MacDonald, “a conservação do meio ambiente histórico urbano apresenta desafios específicos e urgentes que requerem uma abordagem multidisciplinar, onde as ações de conservação estão inseridas no âmbito de estratégias de desenvolvimento económico, social e ambiental”⁵⁸², espaço onde as parcerias estabelecidas para cumprir este desígnio são fundamento substancial. Face a este propósito, as medidas promovidas pela União Europeia centram-se no incentivo ao aperfeiçoamento das cidades, como preconizado na carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis, ou nas declarações de Marselha e de Toledo sobre o desenvolvimento urbano, as quais, apoiam todos os esforços para tornar as cidades motores de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, lugares atraentes para se viver, trabalhar, visitar e investir⁵⁸³.

Na perspetiva de Augusto Mateus⁵⁸⁴, face ao encontro das políticas liberais do mundo desenvolvido e industrializado com as políticas mercantilistas do mundo emergente, o que vai realmente interessar não são as condições, mas sim a obtenção de resultados. O fator empreendedor reside na competitividade, na capacidade de

⁵⁸¹ Soares & Neto, 2013: 9.

⁵⁸² MacDonald, 2011: 893. *The conservation of the historic urban environment poses specific and urgent challenges that require a multidisciplinary approach, where conservation actions are embedded within economic, social and environmental development strategies.*

⁵⁸³ EU, 2011: 6-7.

⁵⁸⁴ AAVV, 2013a.

internacionalização e na obtenção de elevados níveis de vida, onde a cultura e o conhecimento são base fundamental para esse progresso. O plano de investimento vai permitir tornar mais legível o entendimento económico fundado na tradicional estrutura de soluções entre a oferta e a procura, entre a produção e o consumo, evolução para uma realidade adaptada às apetências atuais onde o essencial assenta na promoção da internacionalização e da competitividade, fatores ativos na construção europeia, para a orientação dos esforços de mercado para jusante e não para montante, transpondo a aposta nos resultados e não nas condições, no valor e não no custo.

Para Sesimbra, todas estas dimensões devem ser integralmente extensíveis aos apoios à atividade económica, sobretudo no incentivo a um renovado setor empresarial motivado pelas apetências locais e regionais, um manancial que urge cativar e sobretudo apoiar, como expresso no contexto do Portugal 2020. Valoriza-se neste campo a concretização de programas enquadradores de condições de segurança aos comerciantes e incentivos à presença dos consumidores, seja pela simplificação de acessibilidades e estacionamento em circuitos organizados, pelo apoio a empréstimos, subsídios ou outras medidas de financiamento para adaptação funcional de edifícios comerciais e de serviços, ao apoio técnico e consultadoria empresarial vocacionada para o empreendedorismo, a inovação e a promoção de novas oportunidades de negócio. A meta não incide na mera criação de empresas, produtos ou serviços, a meta tende a ser orientada para o apoio a expansão dessa mesma criação.

Esta definição tende a ser examinada à luz das estruturas de governança local, matizadas na seleção das prioridades e focadas nos pontos fortes existentes, os quais direcionados para oportunidades emergentes de forma a catalisar as necessárias mudanças estruturais e apoiar o empreendedorismo de novas áreas. Incentiva-se por essa via uma economia de escala direcionada para o mercado exterior, através de um adequado quadro dimensional, e de uma ampla visão de especialização territorial. Face às limitações conhecidas sobre as disponibilidades estatais para o apoio à cultura e ao património cultural, há que promover respostas que permitam assegurar esse património, respostas que passam pelo envolvimento de políticas públicas destinadas a estimular o investimento privado e que sejam, em termos da relação custos e benefícios, justificáveis face ao investimento privado.

Assumir as parcerias locais propicia-se efetivo, como necessário preceito, que em Sesimbra vai permitir à administração municipal criar planos de ação e disponibilizar mecanismos de intervenção, propícios a captar o interesse privado e a afetar outros

fundos públicos para alavancar esse interesse. No contexto de recente crise financeira, com pesadas repercussões económicas e sociais que assolaram o quotidiano, as cidades, tornaram-se os primeiros campos de disputa face aos desafios estruturais que se tem avolumado. No entanto, este momento de desafios é igualmente novel oportunidade para um distinto rumo, alicerçado no crescimento urbano integrado inteligente, inclusivo e sustentável, expressão de maior competitividade económica, eco-eficiência, união social e progresso cívico que garantem a qualidade de vida e de bem-estar⁵⁸⁵.

Reforçar a economia e a política laboral é um imperativo que decorre das realidades locais, talhadas à medida das necessidades do espaço urbano, o qual, apresenta instrumentos específicos para esse efeito onde o objetivo de criar emprego ou garantir o acolhimento a empresas, requer a identificação de novas oportunidades e a promoção de medidas defensáveis de apoio que se vão consubstanciar no plano de investimento. Os objetivos económicos da Estratégia Europa 2020 propõem essas metas, o aumento do emprego e do investimento na inovação, através de estratégias para regenerar o sistema urbano de apenso a uma economia competitiva apta a ultrapassar o progresso dissociado do consumo, estímulo ao conhecimento e à criatividade, à excelência e à inovação.

Reforçar o apuro intrínseco, diversificar os sistemas de produção locais ou organizar o mercado de trabalho através da educação e formação contínua dos seus agentes, são fatores basilares para essa renovação. Surgem assim oportunidades significativas para a regeneração urbana integrada, através da valia ambiental como estímulo à eficiência energética nos edifícios e instalações, à mobilidade sustentável ou às energias renováveis, campos introdutórios que pressagiam excelentes oportunidades para novas empresas e postos de trabalho, contributos replicados para a inovação e a consolidação da liderança europeia nesta realidade emergente.

No âmbito das medidas Comunitárias vislumbra-se o conceito de *ações urbanas inovadoras*, associadas a projetos de demonstração ou presentes em estudos com interesse europeu, associada aos objetivos temáticos e às áreas prioritárias de investimento com realce no argumento urbano. São os contratos nacionais de parceria, caso do Portugal 2020, que definem os acordos para concretizar a utilização dos FEEI no crescimento integrado, através da definição das abordagens que asseguram a estreita ligação das regiões geográficas com as comunidades envolventes. Aqui, a adoção de políticas ativas em matéria de educação e de formação, tende a assegurar melhores

⁵⁸⁵ EU, 2010: I.

resultados face às necessidades da comunidade, junto de crianças e jovens ou direcionadas para desempregados e idosos, no propósito de contribuir para assegurar a inclusão e melhorar a participação coletiva na estratégia comunitária.

A Estratégia Europa 2020 elege como metas a empregabilidade, a redução do abandono escolar precoce e a diminuição dos riscos de pobreza, pilares fundamentais de ação que suscitaram na Comissão Europeia a elaboração de políticas abrangentes direcionadas para as capacidades de intervenção, e de inclusão ativa dos cidadãos, em risco de exclusão, enquadradas por medidas estruturais que facilitam a integração em empregos e que promovam a participação social.

Combinam-se modelos de apoio de rendimentos com a criação de mercados de trabalho inclusivos, acessibilidade a serviços de qualidade, igualdade de oportunidades na educação ou de programas de habitação socialmente equilibrada⁵⁸⁶. Pretende-se assim contribuir para reduzir a polarização social na comunidade, ao nível de vizinhança, uma meta recomendada no encontro de Roterdão⁵⁸⁷, de modo a tornar os programas integrados de ação nos espaços urbanos mais eficazes, sobretudo em aglomerados mais desfavorecidos.

Também do ponto de vista ambiental, as áreas urbanas são fundamentais para a sustentabilidade do território, e um dos principais terrenos de liça quanto às alterações climáticas, pois são locais com elevado consumo de meios e recursos, e de maior produção de resíduos e emissões. Propõem-se nas cidades a redução da pegada ecológica através de medidas como a redução de transportes pela aposta na proximidade e na mobilidade suave, o aumento da eficiência energética nos edifícios, a redução dos recursos materiais e fluxos de consumos no metabolismo urbano, a promoção de medidas de reciclagem de terras e de reconversão de áreas devolutas, a criação de áreas verdes e a proteção de paisagens florestais e de recursos hídricos.

Neste contexto, e no caso de Sesimbra, as mudanças climáticas, a limitação dos recursos naturais e os impactos suscitados pela subida do nível do mar, são perigos que exigem diferentes respostas na gestão territorial, através da coordenação de políticas vocacionadas para as questões climáticas, energéticas e hídricas, de habitação e de transportes. Aqui os desmesurados desafios energéticos ameaçam a competitividade territorial pelo aumento induzido do preço da energia e pelo maior dano das emissões

⁵⁸⁶ EU, 2010: 2-3.

⁵⁸⁷ Adotadas na Reunião Informal de Ministros de Política Regional e da Política Urbana, realizada em novembro de 2004 em Roterdão (Holanda), sobre a coesão territorial e a política urbana.

poluentes, o que requer urgente atenção na procura de soluções sustentáveis associadas a medidas de gestão eficiente como de exploração de recursos renováveis.

A vulnerabilidade natural desta paisagem e o desuso do património edificado, são identicamente riscos que afetam o espaço urbano, pois o património, natural e cultural, são intrínsecos ao capital territorial onde os valores ecológicos e os bens históricos são cruciais para o bem-estar e para a melhoria da qualidade de vida da urbe e da sua comunidade, pois as alterações no uso da terra e no benefício do mar, a ameaça da urbanização desregrada ou o turismo de massas, são circunstâncias que conduzem à fragmentação do habitat e dos seus corredores ecológicos.

Entende-se a pontualidade da administração local em aplicar normativos e tarifas que, para além de gerarem receitas próprias, propiciam intenções de equilíbrio quanto à gestão dos recursos, casos conhecidos nas taxas para recolha e tratamento de resíduos de origem comercial, na tributação do abastecimento de água, na condução de águas residuais ou na circulação e no estacionamento automóvel, em que neste último caso podem ser indicativos os exemplos adotados em Paris⁵⁸⁸ e em Lisboa⁵⁸⁹, quanto à restrição de acesso de viaturas automóveis às áreas centrais urbanas. A componente ambiental do espaço urbano tende assim a beneficiar destas balizas objetivas, pois a manutenção, e a própria reutilização da estrutura preexistente, em particular dos edifícios históricos e das áreas funcionais, passa a ser articulada com medidas de eficiência energia, de uso sustentável de recurso e de organização seletiva de resíduos, o que contribui de modo eficaz para a valorização da ambiência citadina.

A regeneração do espaço histórico urbano permite minimizar o impacto de novos usos na superfície e reduz o consumo de materiais nas novas construção, o que potencia não só o retorno de vias tradicionais de circulação que minimizam a circulação automóvel e propiciam meios mais sustentáveis de circulação com redução da poluição. Em igual sentido, também contribui para retomar ancestrais métodos de construção que, no contexto da reabilitação do edificado, pode contribuir para promover a empregabilidade local como, para reduzir os custos inerentes ao trabalho de construção.

No âmbito da Estratégia Europa 2020, uma das prioridades definidas para a Política de Coesão reside na maior assertiva de ligação das universidades ao crescimento regional. Promove-se o designado *triângulo do conhecimento*, com a educação, a

⁵⁸⁸ Reportagem na edição digital do jornal «Expresso», de 17 de março de 2014.

⁵⁸⁹ Reportagem na edição digital do jornal «Expresso», de 24 de março de 2015.

pesquisa e a inovação⁵⁹⁰, no qual cabe às universidades, a missão crucial na construção e na divulgação do conhecimento, pela sua apetência em mobilizar competências inteligentes com os recursos de parceria para estratégias construtivas, embora também se evidencie a influência da cultura contemporânea na restrita seleção de medidas a apoiar, de acordo com a ponderação de notoriedade do mecenas quanto ao retorno, como pela diferenciação de setores culturais na procura dos públicos.

Não obstante, pesa o valor da imagem sobre o interesse do conteúdo, gera-se como que um contrassenso face ao sentido tradicional de mecenas, pois na atualidade, interessa mais o mecenas à obra que a obra ao mecenas. Sob esta realidade deve a participação dos privados ser fundada, não por lhes proporcionar a substituição aos poderes públicos no apoio à cultura, nem por os desresponsabilizar face à pertinência do seu apoio, mas por lhes cometer outra responsabilidade, de carácter social, não de apoiar num momento de imparcialidade mas de partilhar como sentimento de pertença cultural, em que o privado, como o público, são agentes participativos no processo social da cultura, consentâneo com os criadores e conterrâneo das políticas locais.

Envolver os agentes privados no apoio à cultura, com capacitação económica para investir, requer que as regras de fruição contemplem a perspetiva do mecenas através de dimensão económica da cultura, a sua mensuração e a sua definição como benefício. Há que procurar entender o património como ativo económico e capital financeiro, numa altura em que, face à recente crise financeira e económica, mas também social e ideológica, a Europa, mais que em estado de negação sobre a sua realidade, se depara com um novo período de mudança civilizacional.

A nomeação das *cidades 2020* resulta assim dessa avaliação quanto ao seu projeto enquanto dimensão europeia de identidade urbana, em que cada cidade tende a valorizar o seu estilo numa perspetiva de comunhão face à identidade europeia de inspiração, tida como contributo propício a envolver agentes e a promover a geminação, elementos de mobilização e de participação das comunidades. A estruturação desta relação está associada à conexão entre a cultura e a economia, consciente da especificidade da composição dos seus elementos intrínsecos inerentes à cultura desde os tempos do fenómeno beneditino medieval, e perdura até aos dias de hoje assumida como coluna dorsal da sociedade europeia.

⁵⁹⁰ CE, 2012: 79.

No espaço histórico urbano que constitui a vila de Sesimbra, há que com coerência procurar assumir a melhoria, qualitativa e quantitativa, da realidade patrimonial, tanto na produção como no consumo, através da afetação de recursos e da programação de ações, linha de valorização positiva consistente com as metas e com os instrumentos da política de coesão da União Europeia, no que em específico se reporta à promoção do crescimento integrado. Promove-se neste entrecho a universalidade desde a sua base local como afirmação territorial, conceito suportado na investigação e na inovação ou na criação e na produção, metas de competitividade para novos modelos de negócio e matrizes para criação de riqueza. Alcança-se assim uma massa crítica com capacidade de escolha e apetência promotora de vantagens competitiva através da mobilização de campos de interesse e do desenvolvimento de grupos de ligação, com um maior leque de conectividade intersectorial face ao território, orientados para um processo construtivo ascendente de liderança assente num sistema inclusivo de inovação e de eficiência.

Reside aqui a estruturação da estratégia de Especialização Inteligente (EPI^{EI}) local, agregada por um conjunto de passos que permitem desenhar uma organização capacitada para as realidades locais⁵⁹¹, em que esses passos consideram desde a análise do contexto territorial e potencial de inovação à criação de teias de governança para a produção de uma visão partilhada sobre o futuro, à qual se assacam limitadas, mas bem definidas, prioridades para o seu crescimento, favoráveis a uma política mista.

Esta perspetiva analítica redefine a orientação de inteligência, pois a análise do contexto local e o seu potencial de inovação, assentam na compreensão das realidades económicas e sociais, das oportunidades propícias à inovação e das perspetivas coletivas de progresso futuro. Em Sesimbra, a diferenciação do núcleo urbano e do respetivo contexto natural pressagia uma intenção de especialização inteligente, que requer a construção de vantagens competitivas face a outros territórios, através da diversificação da sua exclusividade combinada em parcerias e na contínua inovação propiciada pela exploração da experiência dos seus vários gentes, de modo a conseguir, de forma integrada, envolver todos padrões de diferenciação que se manifestam num necessário plano de investimento a conceber, face às realidades locais.

Trata-se de um processo contínuo em constante renovação, que associa sucessos e desaires como experiências que podem ser interpretadas enquanto modelos, aperfeiçoamento do presente rumo ao futuro, traduzido em objetivos de longo prazo e

⁵⁹¹ CE, 2012: 17-24.

em medidas específicas para o momento. Por essa via se concretiza uma prática de gestão onde a tomada de decisões arroga-se como fator de criatividade, a alocação de recursos surge como modelo de integração, a monitorização exemplo de inovação e o acompanhamento pela comunidade, método de trabalho.

Conjugam-se fatores para as almejadas vantagens competitivas, direcionadas para o crescimento de génese local, através da melhor eficácia e igual transparente do processo de regeneração do espaço urbano. O desígnio proposto sustenta-se numa gestão coerente tecida em convénios como a comunicação e a inclusão, a orientação ou a participação, linhas partilhadas para o entendimento do conceito de *intervenção integrada*, transversal em termos temáticos por distintas tramas setoriais, as quais urdidas pela conceção da paisagem histórica urbana.

7.3. As relações de convivência local

De modo a otimizar as potencialidades de investimento, é importante incentivar no contexto local uma ambiência positiva, sustentada numa ótica planeada do património urbano, quer em termos de enquadramento normativo com disposições legais que favorecem a partilha de interesses como a gerência de custos e benefícios, quer na plena disponibilidade para a sua utilização através da sensibilização da opinião pública e da motivação da comunidade local para a conservação do património urbano. A comunidade local está assim posicionada para compreender e comunicar o espírito do lugar, o qual marca indelevelmente a cidade como ente patrimonial.

Será a génese societária que acolhe mais apetência criativa para fruir o património urbano na sua vivência quotidiana, pelo que esta deve ser dotada de ferramentas e de meios para, sem protagonismo exacerbado, exercer esse dom natural transmemorial que envolve diferentes gerações, como constituinte da visão rumo ao crescimento. Aqui existem desafios a superar, para que estas intenções não ameacem comprometer a integridade do património urbano, através de abordagens quanto aos depositários com direito a serem ouvidos independentemente da sua opinião, ao concílio de pontos de vista divergentes ou exame da evolução das opiniões com o tempo, compendio de opinião que vai permitir determinar a vulnerabilidade dos elementos patrimoniais e a suscetibilidade dos seus valores face às mudanças de contexto socioeconómico⁵⁹².

⁵⁹² Mona Serageldin in AAVV, 2008: 32.

Partir do princípio de que os estilos e os modos de vida podem mudar, sem que tal altere de forma irremediável a identidade de uma comunidade, só será possível se, em paralelo, se considerar a preservação dos valores culturais fundamentais como interação social, algo que um *plano de parcerias* permita concretizar. É pois essencial conciliar os interesses dos intervenientes para se partilhar os benefícios da regeneração urbana, como forma assertiva para retirar pressão sobre o património, suscitada pelo progresso. Apreende-se a materialização económico da cultura, em que se pode mensurar não a conservação mas a fruição, enquanto indicador de fluxos financeiros, os denominados, “valores de uso e de não uso [que tem] como objetivo desenvolver abordagens simultaneamente quantitativas e qualitativas para a conservação do património”⁵⁹³, em que a aplicação de diferentes conceitos de análise económica permite a definição de ativos e de valores económicos no património com todas as potencialidades associadas.

Nessa dupla condição, a conceção de parcerias entre público e privados afigura-se importante linha a traçar para Sesimbra, por considerar o potencial de interesses partilhados e a consequente criação de sinergias, propícias a linhas de investimento sólidas e regulares no tempo, por onde se estruturam redes de financiamento e se permite moderar os interesses imobiliários, ao assegurar as responsabilidades públicas nas infraestruturas e na habitação social, ou até mesmo potenciar a requalificação de espaços comerciais e o impulso demográfico. Cabe ao município assumir-se como fiel de equilíbrio na coordenação das intervenções e sua coerente prioridade face à sua missão de interesse público, de modo a, com maior assertividade, construir os necessários consensos para a implementação de medidas de gestão.

Noutro campo também de índole local, a regeneração do núcleo histórico requer uma estrutura institucional com condições favoráveis para o investimento privado. No exemplo, embora de contexto extra europeu, de estudo de Pretória⁵⁹⁴, foi demonstrado que o investimento privado também promove a intervenção pública, ao capitalizar o valor icónico das existências patrimoniais como potenciais de desenvolvimento. Nesse modelo, os estudantes de arquitetura da universidade local participaram numa abordagem ao centro histórico da cidade que foi mapeado e fotografado, avaliado e o seu programa projetado, o que permitiu traçar a evolução espacial da cidade e, em paralelo, formular uma orientação para o seu desenvolvimento a partir das suas

⁵⁹³ Christian Ost in AAVV, 2012b: 90. [...] *use and non use values* [...] *aims to develop simultaneously quantitative and qualitative approaches to heritage conservation.*

⁵⁹⁴ Clarke & Corten, 2011: 881.

características históricas, através de um mapa estratégico com avaliação de riscos e oportunidades de expansão, apresentado às entidades e aos agentes locais.

Assim os municípios, quer pelas suas competências institucionais quer pela sua génese eminentemente comunitária, são as entidades constituídas com mais apetências para compreender e valorizar o património histórico urbano. Em Sesimbra, este desafio está recentrado no financiamento e na habilitação de recursos técnicos, quer para intervenções concretas quer para as componentes imateriais, associadas à consolidação da teia urbana e do tecido comunitário, que ultrapassa limites sociais e económicos, algo que não sucedeu nas últimas intervenções públicas de requalificação, mas que a perceção e a proximidade desses valores, encontram o fundamento para nova, e necessária, intervenção da entidade municipal.

O programa de regeneração urbana integrada requer, além de investimento na recuperação da estrutura edificada, na valorização dos espaços públicos, na criação de soluções de estacionamento, na modernização de infraestruturas ou nas medidas de eficiência energética, uma evidente evolução, agora direccionada para componentes menos de obra e mais de convivência societária, em que o plano de parceria, ascende como uma coluna de sustentação indispensáveis. Essa aposta passa pela atração de novos contextos comerciais, fixação da residência de jovens e de casais, incentivo a medidas de inclusão entre os naturais e os novos atores sociais, criação de áreas de serviços e de interesse a visitantes, promoção de dinâmicas de inovação cultural, ampla conjugação de formas propícias à dimensão humana no processo de regeneração.

Preconiza-se implementar uma política de gestão do processo de conservação do património urbano, com a criação de zonas inclusivas e de mecanismos que garantam habitação para a comunidade mais desfavorecida, não como óbice aos promotores e proprietários, mas como compromisso de locação residencial em edifícios reabilitados, através da complementaridade e do consenso social muito além das questões urbanísticas. A meta está em concretizar o plano integrado de gestão como que, “um serviço de património acessível ao público que permita uma comunicação permanente com a comunidade local, apresentação de projetos municipais, a disponibilização de conselhos práticos, incluindo a assistência na elaboração de processos de financiamento”⁵⁹⁵, uma estrutura que, a título de exemplo como identificado por Jean-

⁵⁹⁵ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2008: 49. *Un servicio del patrimonio accesible al público que permita una comunicación continua con la comunidad local, la presentación de proyectos municipales, la*

Louis Luxen no *Bureau Unique* holandês, que aconselha os proprietários nos aspetos técnicos, nos apoios financeiros e nos procedimentos administrativos.

O desafio reside na capacitação de uma governação multinível, através da coordenação setorial que permita sincronizar as agendas locais com as melhores práticas experienciadas por outras cidades e outras regiões. Neste ambiente formal advém a pertinência de uma estratégia de Especialização Inteligente (EPI^{EI}), instrumento baseado nas agendas do crescimento, decorrentes de políticas de intervenção priorizadas face às necessidades e aos desafios dos territórios, com os seus pontos fortes e vantagens competitivas, áreas de excelência ou boas práticas de inovação e estímulos para o investimento local, mediante uma abordagem de coordenação horizontal associada a um sistema de informação e a áreas subsidiárias de ação direcionadas à criação de ativos, contributos para a competitividade enquanto soluções de longo prazo.

Como refere a Comissão Europeia, “especialização inteligente não é a criação de tecnologia monocultural e de uniformidade; pelo contrário, é suscetível de promover maior diversidade”⁵⁹⁶, tal premissa permite sustentar, em cada região, a sua diferenciação através de linhas de especialização inteligente como meta proveniente das estratégias locais, capaz de envolver a capacidade de transição dos setores existentes para novas atividades.

A diversidade do território de Sesimbra afigura-se como influência positiva, onde a identidade distintiva da comunidade local torna-se ativo complementar plasmado no plano de parceria, pois territórios com potenciais similares, e com desafios comuns, tornam-se ótimos campos de colaboração e de partilha de experiências, pois permitem explorar estas características como vantagens comparativas. A utilização inclusiva, sustentável e eficiente do território partilhado entre a serra e o mar, assume-se como primordial para uma melhor fruição da região, pois contribui positivamente para o progresso económico, acesso equitativo aos serviços de interesse geral, às infraestruturas e aos bens públicos, e a uma gestão equilibrada dos recursos naturais e culturais⁵⁹⁷, em que a capacidade de relacionamento da sociedade com a sua paisagem urbana, avoca-se fundamental para assegurar que a valorização do património histórico seja um momento presente no quotidiano.

dispensación de consejos prácticos, incluso la asistencia para la elaboración de expedientes de financiación.

⁵⁹⁶ CE, 2012: 14. *Smart specialisation is not about creating technology monoculture and uniformity; on the contrary, it is likely to promote greater diversity.*

⁵⁹⁷ EU, 2011: 4.

Todo o processo tende a ser interativo ao reunir indivíduos e grupos num esforço social coletivo para alcançar os melhores resultados, através de uma estratégia inclusiva que envolva a sociedade local, e onde esse esforço deve ser entendido como um empreendimento assumido numa rede de compromissos. O conjunto de intervenientes envolve instituições públicas a entidades educativas ou formadoras e empresas, a que se acresce o associativismo da sociedade civil como os grupos de cidadãos, inclusos no denominado *eixo quadruplo*⁵⁹⁸, garante para que o processo seja um avolumar de competências inovadoras de espírito empreendedor, consentâneas com as realidades locais e com a perspetiva de centrar as políticas de ação nos destinatários. Confere-se maior flexibilidade à própria adaptabilidade do espaço urbano, não só pelo agregar de apetências e de competências, como pela redistribuição dos esforços e das decisões, fator decisivo quando no ambiente urbano se abordam contextos de minorias, as quais e por norma, surgem quase sempre isoladas e amarradas a áreas bem delimitadas.

Esta é outra realidade que marca as cidades contemporâneas, o que requer pontes de diálogo entre as culturas minoritárias e a cultura urbana dominante, através de abordagens multiculturais e interculturais. Os primeiros a considerar a defesa da diversidade cultural e acautelar os riscos excessivos de uma homogeneização imposta, enquanto os segundos expressam práticas de interação entre as diferentes culturas num permanente diálogo em que quem comunica, não são as culturas mas sim as pessoas⁵⁹⁹.

Em resultado da crescente consciência sobre a conservação do património urbano, esta questão tornou-se um dos principais pontos de agenda nas políticas das autoridades locais. Como evidenciam Nili Shchory e Leah Shamir-Shinan, “a situação é particularmente grave para as autarquias locais localizados em áreas periféricas, que têm dificuldade em promover o desenvolvimento local e a economia municipal para começar”⁶⁰⁰. Por tal, a Comissão Europeia entendeu, através da Estratégia Europa 2020, criar as condições para o desenvolvimento integrado das regiões ao apoiar a promoção do investimento social como alicerce para o crescimento, o que requer um efetivo modelo de liderança formalizado numa estrutura eleita entre os participantes, que permita assumir um programa de regeneração urbana integrada, consolidado num posterior plano de gestão e num modelo de governação participada.

⁵⁹⁸ CE, 2012: 37.

⁵⁹⁹ Martelo, 2013.

⁶⁰⁰ Shchory & Shamir-Shinan, 2011: 922. *The situation is particularly severe at local authorities located in peripheral areas, which find it difficult to advance local development and municipal economy to begin with.*

Esta realidade varia com as circunstâncias e com as existências de governança local, pelo que se preconiza a adoção de patamares funcionais numa estrutura piramidal, com competências transversais e horizontais desde o patamar de administração ao de gestão e ao de execução. O patamar de direção, compreende o núcleo gerador da estratégia, constituído por elementos da administração pública e do universo empresarial, cabe-lhe a atribuição de impulso no processo de agregação de parceiros como de definição das linhas iniciais de orientação. O patamar de gestão, representa os parceiros que validam a transição das metas teóricas para os planos de ação práticos, agentes que apreendem os princípios de ação e definem os métodos de trabalhos, em que se consideram os serviços públicos e empresas, universidades e instituições educativas, associações locais e grupos de cidadãos, próximas dos processos de gerência e monitorização. Por fim o patamar de execução, abrange os membros das equipas de trabalho que materializam as medidas no terreno, os quais promovem contacto com os interessados e executam as ações na diversidade de dimensões sectoriais.

Numa distintiva comparação arquitetural, é antevista uma similar coluna em que a *base* congrega os recursos e os meios necessários à execução operacional, o *fuste* alonga todos os fatores formais para a eficiente gestão, e o *capitel* no seu topo compreende a cúpula de governança. O plano de parceria permite, neste contexto, estimular uma estrutura operativa escorada numa estratégia de liderança colaborativa entre os vários patamares, que propicia medidas de articulação face aos limiares de trabalho, através de consensos perenes e de inter-relação horizontal mediada pela sensibilização de papéis como pela elaboração de prioridades, para a aferição tangível de resultados.

Se cada interveniente tem interesses próprios, será a aceitação de um compromisso partilhado de vantagens que permitirá que os pontos fracos de uns sejam os fortes de outros, que os riscos de uns sejam as oportunidades de outros. Consubstancia-se um processo encadeado em que os pontos fracos individuais são tornados pontos fortes do grupo, os riscos isolados passam a ser oportunidades coletivas, onde a abordagem às áreas de conflitos e aos momentos de atrito, propendem a ser delimitados e geridos através de políticas setoriais que resolvem situações e geram consensos, em vez de se deslocalizarem realidades e de se protelarem conflitos.

Aqui encontram-se os principais promotores de uma prospetiva integrada, onde a consciência patrimonial coaduna-se com as oportunidades de crescimento, numa aproximação participativa onde, sob um processo de génese eminentemente comunitária, são reconhecidas as necessidades dos diferentes agentes locais e são

definidas soluções para essas necessidades, através de um equilíbrio de interesses. Na sua essência, e como refere a União Europeia⁶⁰¹, esta esfera, entendida como inovação social, assenta num novo paradigma de organização, o qual proposta para Sesimbra face às atuais questões que envolvem o seu contexto local, e que, face à premência de renovados contributos para enfrentar os desafios vigentes, se preconiza um modelo assente na participação ativa e numa mais assertiva aprendizagem inclusiva, como já vislumbrado em termos de experiências de governação local.

Os agentes desta expressão de inovação advêm de todas as esferas do quotidiano social, seja da ação pública e do interesse privado ou da pro-atividade do interesse cívico, o que permite conceber uma maior objetividade nos modos de entender, e sobretudo, enfrentar os desafios societários que surgem diariamente. Em potência permitir-se-á reduzir o espaço entre as necessidades e os recursos, facto propício a atuações capacitadas a promover crescimento, assim assumido como fonte de especialização inteligente. A inovação social estende-se à missão pública no espaço urbano, através da melhoria dos serviços coletivos, da interação organizacional do sistema social ou da renovação conceitual da própria sociedade e dos seus atores.

Nesta ambiência o grupo de ação local afigura-se insubstituível, pois flui o envolvimento dos intervenientes locais face ao plano integrado de gestão, focado no núcleo urbano em todas as suas dimensões, sejam sociais e económicas, ambientais, culturais e de governança, em que o envolvimento destes atores permite coordenar os meios necessários para uma efetiva regeneração urbana. A sua mobilização propende ao envolvimento atempado no processo de criação e a oportunidade de incorporar a diversidade de interesses e de atores locais. Tal tempo permite constituir um fórum formal de partilha facilitado pela sua interdisciplinaridade, de modo a concretizar uma efetiva capacitação de decisão por parte da comunidade local, móbil de participação integradora face às evidências quotidianas do espaço urbano.

Nesse sentido, o grupo e ação local deve ser um espaço onde os intervenientes beneficiam da sua participação, e contribuem para melhorar a ação dos restantes, ao não veicular expectativas inviáveis ou opiniões inconclusivas nem por promover a restrição de informação ou a opacidade de procedimentos, mas por permitir, pela sua participação, a construção de uma base participada e partilhada de confiança entre todos. Há que, e antes de mais, identificar os participantes no grupo, pelo que se retoma

⁶⁰¹ CE, 2012: 112.

a experiência colhida pelo projeto HerO com os seus distintos modelos de parcerias locais no contexto regional europeu, através da aplicação de diferentes métodos de abordagem como de identificação de interesses.

No caso de Liverpool, promoveu-se a avaliação dos interessados através da identificação das pessoas e dos representantes das instituições com potenciais interesses, os quais com posição de poder local capazes de apoiar, ou bloquear, o desenvolvimento do programa de intervenção, o que deu origem a um mapa de poderes no espaço urbano que permitiu definir o grupo com base na capacidade de influência, pelo qual se constituiu um grupo forte. Em Regensburg foi seguido outro método, em que as principais entidades ligadas à gestão patrimonial urbana, indicaram os participantes para o grupo e assim constituíram o núcleo de trabalho que, após debate interno, veiculou propostas para a inclusão de novos parceiros de modo a tornar o grupo mais equilibrado pelo envolvimento de todos os agentes relevantes no espaço urbano, de instituições a grupos de cidadãos. Em Lublin foi adotada outra técnica, através da análise do tecido imobiliário urbano e dos seus proprietários constituído como núcleo de interessados, a que se associaram outros parceiros provenientes das atividades da cidade relacionados com o núcleo histórico, o que permitiu identificar outros interessados, e constituiu o grupo numa estrutura de parceiros *líderes* e parceiros *secundários*⁶⁰².

Em termos operativos, no grupo de ação local, o núcleo central de trabalho, e órgão competente de decisão, deverá ser composto por cerca de uma dezena de representantes, embora em número ímpar, a partir do qual são cativados outros parceiros num fórum mais aberto ao debate ou à execução das ações pertinentes. Aqui pondera-se juntar intervenientes públicos, privados e do terceiro setor, o que concretiza uma estrutura estável em termos de capacidade de decisão, um modelo algo similar à orgânica institucional de órgãos deliberativos e de órgãos executivos, o que assim, pode ser um contributo para viabilizar no quotidiano essa estrutura de Grupo.

Uma das principais ações de trabalho deste agregado reside na construção do programa de regeneração integrada para o património urbano, momento despoletado pela administração municipal que, para tornar mais operacional a construção desse documento programático, opta por envolver uma entidade externa, o denominado consultor que interpreta o contexto do sítio e transpõe em plano as principais linhas de ação. Este exemplo foi seguido em Sesimbra na elaboração do Plano Estratégico de

⁶⁰² AAVV, 2011d: 29.

Turismo, com o envolvimento de uma empresa de consultadoria, a qual, mediante os objetivos formulados pelo município e após recolher contributos junto dos agentes locais, estruturou o documento final.

Deste ponto e para a fase seguinte, a da elaboração do plano integrado de gestão, o envolvimento dos parceiros, bem como de todos os interessados locais, prefigura-se fundamental pela mediação de duas abordagens distintas a esta fase de trabalho. A primeira que considera o desenvolvimento de conteúdos sob estreita cooperação entre o dinamizador e o Grupo, embora extensíveis a outros interessados em certas etapas da construção até à versão final do documento, e a segunda, que requer maior participação do Grupo através de diretos contributos para a formulação do plano, onde cabe ao dinamizador elaborar o documento para discussão subsequente, de modo a acolher contributos até que se reescreva a versão final⁶⁰³.

Retomamos os exemplos providos pelo projeto HerO na abordagem a esta metodologia de elaboração, através da interpretação de diferentes abordagens concretizadas⁶⁰⁴.

Em Liverpool foi formado um corpo técnico, constituído por representantes públicos, para elaborar o plano de gestão, os quais reportavam os avanços à entidade pública que se tornou assim, participante em fases cruciais do processo de produção do Plano. Todos os interessados foram entrevistados na fase inicial, recolhidos os contributos que foram revistos ao longo da produção do documento, a que se seguiu a sua publicação em boletins informativos disponíveis a todos os interessados, e que num desses boletins, foi anexado um questionário de sondagem sobre as questões mais relevantes a abordar, pelo qual e face às informações recolhidas, foi afinada a versão final do documento submetido a consulta pública.

Em Regensburg, a entidade pública de gestão conjuntamente com um consultor externo, elaboraram o plano de gestão, com os seus conteúdos trabalhados em cooperação com o grupo de ação local através de oficinas de trabalho, moderadas pelo consultor externo, onde se discutiram os conceitos base do plano, o que contribuiu para definir a visão e os domínios de ação a abordar. Seguiram-se então reuniões de trabalho com núcleos reduzidos do grupo, consoante os domínios de ação, onde se debateram os assuntos com maior detalhe e se definiram propostas de objetivos e de ações, o que estruturou o trabalho que retomou as reuniões plenárias onde se projetou o sistema de

⁶⁰³ AAVV, 2011d: 39.

⁶⁰⁴ AAVV, 2011d: 39-42.

gestão e a versão final do documento, preparada pelo consultor externo, o qual foi então submetido a consulta pública para acolher derradeiras opiniões, e por fim posteriormente aprovado pela entidade pública de gestão.

Em Lublin, a entidade pública de gestão, apoiada por um consultor externo, elaborou o plano de gestão iniciado com um questionário sobre as realidades locais, enviado aos membros do grupo de ação local e, com base nos dados colhidos, delineado o plano que foi debatido em público e completado em reuniões de trabalho temáticas, contributos para o documento final que foi apresentado à entidade pública de gestão.

Nas propostas explanadas para Sesimbra, e pela utilidade que o plano integrado de gestão confere ao grupo de ação local, torna-se importante e por demais evidente, que este grupo de base comunitária deve ser mais que uma reunião de participantes ou que um fórum de debate. Este aspira a ser uma base de governança capaz de influenciar a governação da cidade, o que requer pragmatismo na sua constituição e uma restrita estrutura de funcionamento, para que debates e discussões, discórdias e consensos, não sejam assuntos de *praça pública* mas momentos decisivos na gestão urbana.

Não como ocorrência normal no contexto português, é porém notória a necessidade de existir neste núcleo histórico urbano uma entidade que apoie a sua gestão, dotada de autonomia suficiente para gerir metodologias e coordenar intervenções, não por se substituir ao município, mas para complementar pela posição de governança, a própria capacidade de mediação da administração pública local. Estas entidades, constituídas a partir da génese municipal, devem ter assento nos momentos de decisão nas competências locais, desde associações comerciais a grupos organizados de cidadãos, resultado de uma relação de proximidade mais consonante.

Será sobre este prisma que se estrutura a inovação social entre agentes privados, sejam empresas e associações ou cidadãos, e a entidade municipal com competências administrativas no espaço urbano, pois só com o encontro de ideias e a partilha de ações que o plano de parceria em si propicia, se logra concretizar uma regeneração integrada.

Assim, o investimento no património não pode ser encarado como um custo, sempre esporádico, mas como um investimento que propicia ganho. Tende-se a suplantir o mero valor de mercado que define grandeza no espaço urbano, o qual, de modo muito simples, se pode definir como “o preço mais provável, em dinheiro ou equivalente, pelo qual uma determinada propriedade se venderá num mercado competitivo, sob todas as

condições necessárias para a venda, com o comprador e o vendedor atuando prudentemente, conscientemente e defendendo livremente os respetivos interesses”⁶⁰⁵.

Para além desta óbvia, como distinta, definição de valor de mercado aplicada aos imóveis no espaço urbano, a denominação do valor do imóvel com interesse histórico, pese embora esteja obviamente dependente das condições de mercado, tal como todo o património cultural, tem uma outra linha de ponderação. Esta ultrapassa a perspetiva material presente na sua arquitetura, área de implantação e antiguidade na teia urbana, uma observância imaterial explanada no seu interesse histórico, na sua presença no quotidiano e nas potencialidades que encena face aos tempos vindouros.

Pela sua abertura ao público como marco do século XX, e pela sua capacidade de divulgação a uma escala global que marca o início do século XXI, a cultura urbana, mais que um fenómeno, entende-se como um acontecimento de capacitação que envolve recursos materiais e apetências intelectuais, vontades emocionais com competências gregárias muito além dos géneros e dos estilos. Assim, e como enuncia a UNESCO, “a mudança de ênfase principalmente em monumentos arquitetónicos no sentido do reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e económicos na conservação dos valores urbanos, devem ser acompanhados por um ânimo de adaptação das políticas existentes e de criação de novas ferramentas para lidar com tal visão”⁶⁰⁶. Tal visão requer uma efetiva abordagem territorial que identifique e conserve os núcleos históricos através da relação das formas arquitetónicas com as funções vivenciais, das necessidades quotidianas com os recursos dedicados, de modo a envolver todos os interessados como participantes no processo de crescimento.

7.4. Comunicar a imagem do espaço urbano

A abordagem comunicativa da cultura assenta em duas prioridades, as ideias com os símbolos e a imagem com a promoção, pois como refere Iñaki Aguilera, “em sentido amplo, a cultura é comunicação”⁶⁰⁷. Na atualidade, com a inovação tecnológica na comunicação e pela forma como globalmente as sociedades interagem, há maior

⁶⁰⁵ Córias, 2007:36.

⁶⁰⁶ UNESCO, 2011: 5. *However, the shift from an emphasis on architectural monuments primarily towards a broader recognition of the importance of the social, cultural and economic processes in the conservation of urban values, should be matched by a drive to adapt the existing policies and to create new tools to address this vision.*

⁶⁰⁷ Aguilera, 2000:22. *En un sentido amplio, la cultura es comunicación.*

impacto sobre as pessoas e os espaços urbanos que, ao deixarem de ser locais associados à inter-relação de ideias, mantêm porém a legação enquanto recintos onde comunicar, é a materialização de decisões e veiculação de opiniões, demorada no entendimento ou simplesmente apelativa no cosmopolitismo.

No entendimento da sua valorização, a unidade da vila de Sesimbra, até há poucas décadas atrás, era um agregado de edifícios com tipologias contíguas, embora com pormenores de variação que lhes conferiam peculiaridade, mas que traçavam a unidade do espaço arquitetural nos materiais e nas técnicas de construção, na forma e na composição da fácies arquitetónica. A estrutura urbana apresentava uma teia bem conservada, valorizada pela combinação de modelos arquitetónicos como leitura singular entre o espaço urbano e o seu contexto natural, entre a vila no sopé do vale e o vale e a baía que a acolhiam no seu regaço. Porém, o carácter pitoresco do edificado e a nostalgia da sua vivência foi subjugada pela modernidade, não só na expansão de valia imobiliária e atratividade turística, mas também, pela chegada de novos utilizadores que, de distintas origens culturais, estamparam novas feições de vivência.

Por mais rápido que a compreensão humana intente destrinçar a informação e sua sequência de acontecimentos, cabe ao património cultural, pela sua inalterável longevidade, criar condições que amainem a torrente de comunicação. Prover paz de espírito e contribuir para que a sociedade crie tempo para si, não que procure ou arranje, mas que crie tempo, para disfrutar de si própria e da sua evolução, enaltece o património urbano que, em si, propícia a ambiência e enquadra o espaço para concórdia.

Cada vez mais se divulga a cultura como uma vaga de difusão uniformizadora, a *cultura musical pop*, a *cultura do fast food*, a *cultura desportiva do futebol*, a *cultura da internet*, todas formas de cultura mas não bases de cultura. Até ao século XX persistiam fatores culturais intrínsecos a sociedades com passado muito recuado, mas que em cada região, logravam manter a sua paridade, fosse de índole expansiva como a portuguesa além-mar nos séculos XVI ou a inglesa intercontinental no século XVIII, ou sujeita a retração como as sociedades ameríndias no século XVI ou as comunidades africanas no século XIX. Pese embora as imposições geoestratégicas, económicas e políticas, cada cultura convivia entre si no seu tempo e no seu espaço, as sociedades conseguiam encontrar pontos de partilha para a sua convivência, e por estes perpetuar a sua herança cultural até à atualidade.

Hoje em dia, a evolução analógica proporciona a globalização da comunicação e da inter-relação modal na civilização, o que torna mais impositivas as culturas maioritárias,

por motivos políticos ou económicos, sob primados da geoestratégia militar ou de mercados financeiros, com a intenção de dominação face às culturas minoritárias, consideradas retrogradadas ou em desestruturação. Porém, as culturas arcaicas são culturas locais que por moldes próprios lograram a sua perpetuação através da alteração de paradigmas e da renovação de princípios de identidade face às investidas da globalização, mas em que a evolução dos estilos de vida, das necessidades e das práticas do quotidiano contemporâneo, são fatores de risco que escondem a ambição de quebrar a consistência tradicional do tecido urbano, pese embora no nosso tempo a preocupação pela preservação dos testemunhos do passado tenha maior consciência.

Nesta relação, a primeira leitura quanto à unidade do espaço urbano prende-se na sua apresentação enquanto unidade ou, na desarmonia de fachadas em distintos edifícios sequências, onde o seu porte reflete a vitalidade do espaço público, com atividade comercial ou afetação habitacional, com coesão social ou com paridade cultural, reflexo de acrescida importância que ultrapassa os limites físicos ao entrar na observância dos utilizadores. É neste contexto que se deve preconizar um *plano de comunicação*, pelo qual, sejam delineadas de forma partilhada entre todos os intervenientes no espaço urbano, as principais linhas de comunicação subjacentes ao mesmo.

No núcleo histórico, a harmonia quanto ao espaço e à simplicidade da sua utilização depende menos de sinais externos de conveniência e mais da sua localização. Em muitos casos, a singularidade que advém do património concede sustento face às culturas dominantes, pois se as menores não existissem e se todo o mundo fosse das culturas maioritárias, estas acabariam por se canibalizar e terminar no vazio, o que sustenta um primado impossível de suceder pois o ser humano, por si, é diversidade, resistência, resiliência, inovação e capacidade de adaptação.

Em tal trama cultural, o património emerge como alicerce da identidade dessa comunidade como cidadã do mundo, pois se a arte, a arquitetura, os princípios religiosos ou as criações materiais circulam a uma escala mundial, a relação singular de paridade de uma comunidade, a um tempo e a um espaço, não, pois esta é finita conquanto seja perpétua. O património urbano surge como aurato desta convicção, e é sobre ele que a comunicação da cultura se deve centrar, na memória das cidades e da sociedade humana através da sua conservação e da sua fruição.

O trabalho de divulgação, no que respeita ao património urbano de Sesimbra, passa pela interpretação da conservação e pela promoção das suas potencialidades de fruição, diretamente junto da comunidade residente e indiretamente junto de visitantes. Com a

população residente expiram as ideias preconcebidas de que os moradores já conhecem o local onde habitam diariamente, que, por terem noção do que se passa, não geram adicionais aos ativos económicos nem suscitam alterações evolutivas assertivas. Pelo contrário, são os moradores os primeiros agentes da conservação pela sua vivência, os quais conseguem verter apetências em competências, marca das rotinas diárias e dos momentos de diferenciação que acabam por cativar o visitante.

Aqui são gerados ativos económicos importantes, em resposta às necessidades que surgem, como potenciais empreendedores que criam novas ofertas na relação com o exterior, através do conhecimento único das realidades locais e do seu entendimento. Permite-se assim questionar se o que vêm de fora suscita mudança positiva ou, é mera passagem de atenção menor face à preexistência? Junto dos visitantes há que superar ideias redutoras quanto à parecença local de que os que vem de fora trazem a aptidão da sapiência, a inovação e o empreendedorismo progressista de direto benefício que motivam condições de evolução socioeconómicas e culturais, sinónimos de progresso.

Há que encarar que os visitantes vêm em busca de novos conhecimentos e experiências, ávidos por compreender como vive e como evoluiu a sociedade local, de modo a enriquecerem-se, pela conceção de padrões de comparação com os seus, para o que se predispõem a transmitir os seus próprios valores como benefícios, embora subjacentes a custos económicos que podem suplantar os benefícios locais, pois os custos são por natureza efetivos ao antecederem as condições, enquanto os benefícios são sempre potenciais por sucederem do usufruto das circunstâncias. Assim, se a relação sociocultural com o visitante motiva novas abordagens, também se torna verdade que os visitantes vêm porque procuram novas experiências, pelo que o plano de comunicação do património urbano deve começar na comunidade local, e em todos os seus degraus de ação, das escolas aos agentes económicos, das instituições sociais às coletividades culturais, a perspetiva do grupo como do indivíduo.

Esta perspetiva deve ser entendida para os residentes enquanto forma inclusiva de governança, expressão que se replica em alguns projetos de plataformas comunicacionais *online*, casos do portal do cidadão intitulado «a minha rua» ou do portal do GEOTA denominado «o meu município», onde os cidadãos reportam diretamente situações que requerem rápida intervenção de reparação no espaço urbano. Também na perspetiva do viajero, orientado em périplo de descoberta pela cidade, regista-se o exemplo na cidade de Edimburgo (Escócia), através de *QR code* aplicativo para telemóvel, de um guia digital acessível via internet no *Edinburgh – World*

*Heritage*⁶⁰⁸, o qual permite organizar individualmente a melhor visita. Em Sesimbra, foi apresentado em março de 2015 um serviço de audioguias multilíngue com um circuito temático de visita pelo núcleo urbano ao longo de 38 pontos de informação.

Neste contexto, entram igualmente vetores de animação sociocultural, pela sua natural competência de comunicação com os públicos, a canais de difusão institucional como periódicos impressos ou acessos *online*, às plataformas de comunicação mais abrangentes como a rádio e a televisão ou a *internet*. Não obstante, a utilização de roteiros de visita assume-se como uma das melhores medidas para a orientação no espaço urbano, seja dirigida a grupos constantes como as escolas ou a grupos ocasionais como turistas, mediados por programas didáticos e itinerários de caracterização que tornam os participantes protagonistas por um dia na vivência do espaço comum, pois os mesmos nesse momento marcam igualmente o quotidiano do lugar.

Nesse contexto se recobra o entendimento de Clara Soares e de Maria Neto⁶⁰⁹ quanto ao uso seletivo e contínuo dos recursos patrimoniais que, ao invés de permitir uma ordenação parcelada da gestão dos impactos no património e, ao focar todo o interesse nos locais mais mediatizados, pode contribuir para aumentar o denominado problema de fadiga do património. Há que salvaguardar o conjunto através de roteiros alternativos, temáticas complementares em diferentes pontos ao longo do espaço urbano, não só equipamentos e monumentos mas áreas associadas a situações históricas, arruamentos típicos, edifícios emblemáticos ou espaços projectos memoráveis. Valoriza-se o percurso pela teia histórica para garantir ampla fruição suscitada por potenciais de interesses, ao mesmo tempo que se promove a sua qualificação enquanto atrativo, ao acomodar a urbe e orientar o visitante para os recursos disponíveis, mediados no acolhimento pela valorização das realidades locais, sem as defraudar, e ao garantir a todos os visitantes um usufruto adaptado em exclusivo para si.

A aposta no lúdico e no lazer ajusta-se com a aprendizagem e a consciência patrimonial, metas a alcançar nos guias através de visitas organizadas e de périplos em percursos autónomos pelo perímetro urbano, os quais despertam pormenores e expõem experiências de envolvimento do conjunto edificado com a presença humana, traduzidas em momentos históricos, *ex libris* arquitetónicos, em histórias e lendas de fundo local ou em ocupações atuais de origem ancestral. Combinam-se antigas e novas formas de transmissão de conteúdos, consideradas de modo a completar os tradicionais mapas e

⁶⁰⁸ Kerstin Manz in AAVV, 2013b.

⁶⁰⁹ Soares & Neto, 2013: 156.

plantas com folhetos multilíngue, placas informativas e sinalética orientadora de percursos, em itinerários disponíveis *online*, aplicativos a descarregar nos equipamentos pessoais ou complementos virtuais e discursos multimédia *in loco*.

Este assume-se como contributo positivo para criar recintos multifuncionais, aptos à inovação num espaço urbano que acolheu, ao longo dos tempos, sentidos de harmonia expressos em novas linhas construtivas mas que porém, e pela sua preexistência, logram manter as características de cada uma por igualmente matizar a diversidade de formas e de cores, que passaram a caracterizar a trama da cidade e permitiram perpetuar a sua paridade peculiar. Exemplo desta combinação surge bem explícita em dois eventos, um programa de relevância europeia e uma profícua ação de âmbito mundial, atualmente, significantes do que se pode entender por promoção patrimonial.

Em 1984 o Ministério da Cultura de França instituiu o *Journées Portes Ouvertes*, evento para aproximar a sociedade do património, o qual foi em 1985 apresentado na 2.^a Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Património, com o objetivo de ser um projeto internacional, então sob desígnio do Conselho da Europa, intenção alcançada na década seguinte até que em 1991 se conceituou o *European Heritage Days*, as *Jornadas Europeias do Património*, evento anual realizado em Setembro, e que tem evoluído de forma criativa por toda a Europa sob inovadores eventos e com novos públicos, que partilham o gosto pelo património cultural. Já a preocupação pelo património havia surgido em 1982, na conferência do ICOMOS, para criação de um dia evocativo, a génese do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* aprovado no ano seguinte, e ratificado na 22.^a sessão da Conferência Geral da UNESCO, declarado o 18 de abril como *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, proposta para promoção de todas as formas de expressão patrimonial como contributo para a transmissão de valores, mas também de alerta junto da opinião pública face às ameaças ao património.

O património surge assim como renovada forma de *marketing*, associado às modernas tecnologias através de bases de dados e de plataformas de correspondência mundial, com ampla capacidade de transmissão e de difusão, com mínima afetação de custos, o que permite promover um sítio ou uma forma de património de maneira nunca antes vista. Neste contexto, a definição do plano de comunicação, devidamente estruturado e orientado para os objetivos comuns a alcançar, efetiva-se fundamental, pois a aposta na promoção da cidade assume-se como um processo de longo prazo, enquanto a gestão das visitas tende a ser um problema diário, expresso no sítio com o

que este de melhor divulgou, enquanto oferta, seja em edifícios e monumentos históricos ou seja em serviços e detalhes da vivência comunitária.

Em si, a cidade é mais que um mero postal de visita, pois resulta de séculos de mitigação face aos fenómenos naturais, de convivência social e de desenvolvimento económico, de história cultural e de partilha de moldes de governação, realidades diacrónicas que deixaram a sua marca no espaço edificado enquanto palco de memórias coletivas que concedem feição ao lugar e carácter às pessoas. Esta transmissão do espírito do lugar apela às mensagens corpóreas e ao desfrute imaterial, numa linha da transmissão que progride em cada visita como renovado potencial para a sua conservação, a qual na atualidade mediada pela comunicação interativa, indutora de participação efetiva pese embora virtual, e não só pela distância física mas pela efemeridade dos temas na *world wide web*.

No tempo contemporâneo tudo se baseia na adoção de estratégias de informação e de comunicação em intervalos regulares, as quais se concretizam no território em distintos canais de comunicação que consubstanciam um contexto, onde eventos como as *Jornadas Europeias do Património* e o *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, ou acontecimentos do tipo *Aberto para obras* ou *A escola adota um monumento*, são veículos de promoção do património enquanto fator de inovação social ao permitirem mensurar o recurso que este representa, e o quão importante se torna a sua conservação. Incentivar o uso de tecnologias de informação e comunicação, assume-se como uma opção inovadora e eficaz para documentar, compreender e apresentar a complexa teia de áreas e de paisagens históricas urbanas onde a compilação, tratamento e análise de dados, são essenciais tanto para o conhecimento como para a gestão da cidade.

Suscitam-se assim formas complementares de comunicar o espaço urbano com a sociedade, mormente as faixas menos envolvidas na gestão quotidiana, caso de jovens, idosos, minorias étnicas ou desempregados, em benefício da sua inclusão. Exemplo desta perspetiva de assertividade encontra-se em Sesimbra na iniciativa *Assembleia Municipal de Jovens*, promovida pela Assembleia Municipal de Sesimbra desde 2003, nos projetos de investigação arqueológica *Cempsus* que, entre 1998 e 2009, proporcionaram o envolvimento de jovens em vários projetos de investigação arqueológica, ou na recente iniciativa de 2013 para dinamização do edifício n.º 1 da rua Dr. Aníbal Esmeriz, recuperado no âmbito do QREN, com a *Galeria em Projeto* que envolve os jovens em propostas de arte urbana.

A comunicação evidencia-se enquanto campo fundamental a explorar, seja em métodos ou em formas e canais, seja pelos interlocutores, pelos públicos e pelos não-públicos, métodos que atuam na comunicação como ferramentas, ativas e oportunas, face às realidades e às inovações que diariamente surgem no campo da comunicação e da circulação de informação. Podem-se considerar das mais básicas como logotipos, acrónimos ou *spots* publicitários, à produção de materiais em suportes tradicionais como folhetos, cartazes, boletins ou brindes, a sessões públicas de apresentação em conferências, seminários, ações de formação ou *workshops*, como à promoção de inovadoras formas de interatividade de conteúdos com campanhas na comunicação social, jornadas de *marketing* ou encontros bilaterais, à conceção de plataformas dinâmicas no espaço *web*, produções multilíngue e aplicativos nas plataformas digitais.

Entender o turismo como setor económico de crescente rentabilidade, abraçado pelas comunidades locais, suscita a necessidade da sua articulação perante as cadeias de valor, não só pela aparente duplicação mas pela capacidade que cada mercado turístico detêm, em tornar simples produtos e serviços em pontos de interesse que geram multiplicadores de benefício para as economias locais. Aqui, as tecnologias de informação têm um papel fundamental na afirmação do espaço histórico urbano, pois facilitam o grau de ofertas acessíveis, de forma indireta a potenciais públicos e de forma direta a todos os interessados, fundamentais para o reconhecimento da capacidade de oferta enquanto fator de competitividade do território e das suas mais-valias.

Estas metas podem ser alcançadas através do *marketing*, que no caso particular de Sesimbra, tiveram em época recente vários exemplos, da campanha *Sesimbra é Peixe* à consolidação de produtos alimentares como a *Farinha Torrada*, da certificação de ativos promocionais como as campanhas gastronómicas *Semana do Peixe-espada* às produções tradicionais como as conservas *Nero*, até à divulgação científica com as edições *Prémio Científico Sesimbra*.

Se por norma a divulgação era apoiada em formatações impressas em papel, as novas tecnologias suscitam de uma forma cada vez mais criativa, e logo comunicativa, conteúdos e fatores de interesse. Esta perspetiva reside não só em painéis digitais locais ou nas informações disponíveis na *internet*, mas na transposição da rede global para a individualidade de cada visitante, através dos aplicativos *android* em *smartphones* e *tabletes*, ou em roteiros virtuais carregados para *mp3*, diferentes pacotes de visita mediante o interesse, a custos reduzidos e orientados para épocas sazonais ou períodos de férias, como para eventos e percursos temáticos fora desses calendários.

A aposta na notoriedade do território passa pela conceção de um plano de comunicação, amplo programa de ações em que se definem propostas objetivas e campanhas temáticas eficazes, mobilizador do interesse em visitar, e sobretudo conhecer, também como investimento no território. A definição de logotipos, de *slogans* ou de marcas comerciais, o progresso de produtos de *merchandising* e de serviços disponíveis, os canais de comunicação e o recurso às TIC, são metas agrupadas no plano de comunicação. Neste plano propicia-se o maior envolvimento da comunidade local, através do incentivo à integração que potencia o espaço como ponto de referência e de visita na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, em que o benefício de novos campos de interesse em Sesimbra considera-se meta positiva na intervenção no espaço urbano tradicional, por permitir o acesso mediado pela identidade cultural sustentada na fruição do património como fonte de estímulo.

Impulsionar o envolvimento da sociedade, dos cidadãos e das instituições pela sua associação participada, é fator de promoção para a identidade cultural numa perspetiva esclarecida, a qual valoriza os processos de decisão no domínio da ação municipal enquanto modo de governança e de inovação social. Identificam-se os utilizadores do espaço urbano com o plano de gestão através das parcerias, capazes de focar empenhos e congregar recursos face a metas comuns com resultados positivos. Para que todos os interessados tenham conhecimento esclarecido, e sejam envolvidos na estratégia de regeneração do espaço urbano, há que apostar na qualificação dos agentes através da adoção de medidas de eficiente ligação entre as instituições públicas e os cidadãos.

Em termos de orientação, há que considerar como eixos básicos de comunicação, o divulgar e o informar, o sensibilizar e o participar, o harmonizar e o uniformizar, o disponibilizar e o aceder, conjunto de apostas estruturantes destinadas a fomentar a promoção e a divulgação ao permitirem mobilizar energias criadoras e gerir confianças no estabelecimento de uma boa imagem. A aposta reflete um horizonte cultural de interatividade entre atores sociais e instituições, a *networking society*, na construção de uma região moderna e competitiva ancorada nas pessoas e no território⁶¹⁰.

Esta é uma perspetiva pugnada para a região de Lisboa há cerca de uma década, entendida “Lisboa, Metrópole de Turismo, Património, Desporto e Cultura”⁶¹¹, em que o turismo surge como fator de internacionalização, induzido pelo património, mediante dinâmicas e projetos nos domínios da programação cultural, a que se associam novos

⁶¹⁰ CCDRLVT, 2007: 91.

⁶¹¹ CCDRLVT, 2007: 117.

segmentos turísticos que alargam a capacidade de oferta e propiciam produtos inovadores, apostados na imagem, na marca e na organização de eventos à escala internacional. Outras orientações estratégicas, como o PROT-AML ou a Estratégia Lisboa 2020, valorizavam a relação entre a metrópole e as cidades, as quais no território regional desempenham papel crucial na redução da polarização demográfica e no fomento de traços próprios que favorecem um desenvolvimento diferenciado.

Os propósitos descritos, quanto ao património urbano, são envolvidos nas metas da promoção turística, onde o valor do que se pode apresentar surge como fonte económica, então mais relevante face ao que se preconiza salvaguardar patrimonialmente. Sobrepõem-se o usufruir face ao conservar, o que requer consciente reflexão do papel do património cultural no espaço da cidade, como nas próprias metas do crescimento integrado urbano em termos metropolitanos. A definição da metodologia de trabalho face ao plano de comunicação, e as consequentes iniciativas de divulgação, passam pela planificação continuada, e de forma sistemática, em plena sintonia com o programa de regeneração, de modo a permitir, por antecipação, estabelecer princípios de ação e linhas de atuação para alcançar os objetivos definidos.

Requer-se assim a organização dos recursos disponíveis, sejam humanos e técnicos ou materiais e financeiros, para alcançar as metas hierarquizadas através da gestão ética das práticas de ação empreendidas, mediante trajetos sólidos e com o mínimo de custos, de modo a suscitar uma monitorização crítica da relação entre os princípios previstos e as metas alcançadas, de modo a promover, sempre que necessário, medidas corretivas. Através desta estratégia concertada, objetiva-se equitativamente envolver a comunidade local nesta dinâmica de comunicação, mediada pela realização assertiva de projetos que envolvem a população, enquanto agente ativa de intervenção informada, ou como parte interessada incluída nas redes de informação. Propicia-se o envolvimento por canais de divulgação que facilitam um lógico conhecimento e evitam duplicações de agendas noticiosas, e logo desperdício de recursos, no alinhamento de sinergias comunicacionais e condições de acessibilidade universal.

Na proposta para Sesimbra, a missão e os objetivos do plano de comunicação são desenhados também pelos interesses dos destinatários, fator relevante para alimentar fluxos multipolares contínuos de comunicação, em que se desperta o interesse e se chama a atenção de diferentes públicos numa realidade heterogénea cuidada com a diligente implementação do programa de regeneração urbana integrada, como do plano de gestão. Estas diretrizes incidem na perspetiva do controlo da forma de comunicar

como da estruturação das mensagens distribuídas, através de canais pré-definidos, de modo a que todas as comunicações sejam divulgados só após o conhecimento das equipas técnicas, o patamar de coordenação do programa de intervenção, competente à adaptação face às necessidades de resposta dos intervenientes, o que se concretiza através da elaboração de um indispensável plano de comunicação.

As ênfases da comunicação e os canais de entrega da mensagem devem conter a descrição pormenorizada de cada ação e a identificação dos seus objetivos, a forma de os alcançar e o calendário temporal, o plano de custos e os resultados exetáveis. Nessa perspetiva, definem-se dois grupos privilegiados de público, os internos, que requerem ações de natureza direta e detalhada o quanto possível, e os externos, que requerem ações de acordo com a sua própria natureza e necessidades, em que as mensagens devem ser embebidas num contexto de palavras, imagens e sonoridades de discurso, mobilizadoras e afirmativas, a explorar o espaço urbano e as suas peculiaridades enquanto sítio privilegiado, numa expressão de qualidade ou numa equação de crescimento inteligente apostado na inclusão e na inovação.

Pretende-se constituir o que a União Europeia definiu como “método aberto de coordenação social” ⁶¹², vocacionado para a proteção social mediada pelo desenvolvimento de uma estratégia que resulte da coordenação de políticas instituídas entre os Estados-Membros em torno de temas relacionados com a pobreza e a exclusão social, cuidados de saúde, cuidados de longa duração e pensões, os quais envolvem indicadores comuns que permitam mensurar os progressos. A escolha dos meios, como dos veículos de comunicação, deve versar não só as possibilidades que nos nossos dias são quotidianamente oferecidas mas, sobretudo o equilíbrio entre capacidade de investimento e resultados a alcançar, de forma a otimizar os recursos disponíveis. Exemplo disto encontra-se na problemática da sinalética, pontual ou contínua, neutra ou abusiva, que por norma, no espaço urbano, está associada à prática económica dos agentes locais, o primeiro efetivo sinal da sua existência, mas também, o primeiro indício de risco da ausência de planeamento.

As premissas de uma sinalética coerente com a identidade patrimonial urbana devem prover a sua eficácia, quanto à identificação da atividade que identifica, ao mesmo tempo que suprime o desnecessário e o supérfluo, ou promove a simplicidade na conceção da sua marca face à leitura dos contextos históricos.

⁶¹² EU, 2012: 50.

Na atualidade, as opções passam por quatro áreas bem definidas de comunicação, nas quais se considera a aposta nas novas tecnologias, campo relevante na criação de um *website* ou de um *link* em *sites* preexistentes, de modo a conceber uma rede universal de informação atualizado sobre o espaço urbano e o seu programa de regeneração, a que se somam informações de cariz mais geral, em temas ligados à geografia e ambiências naturais, à história e tradições culturais, à gestão do espaço e das infraestruturas urbanas, às competências económicas e estruturas empresariais, às realidades sociais e medidas institucionais de apoio.

Para permitir uma relação de comunicação efetiva, há que instituir uma *drop-box* para sugestões e informações, ligações ao *twitter*, ao *facebook* ou a outros planos de socialização em rede. Neste alinhamento pretendem-se criar agendas digitais locais, baseadas numa perspetiva de utilização otimizada onde se valoriza o *e-governo*, e o aperfeiçoamento de novas aplicações de *e-serviços*, *e-learning* ou de *e-administração*, o que contribui para promover as valências digitais do conhecimento inteligente como elemento fulcral, através de projetos pioneiros, inovadores e inclusivos, que promovam o acesso à banda larga e permitam liderar iniciativas criativas.

As outras duas áreas a privilegiar residem no acompanhamento executório, através da promoção de reuniões técnicas com os vários agentes, do grupo de ação local às instituições locais ou aos núcleos específicos de moradores, a que se somam sessões públicas de apresentação das medidas a implementar ou de esclarecimentos sobre o evoluir das ações em curso, para por fim e em complemento, numa perspetiva de terreno, associar-se a colocação de sinalética específica, placas informativas, placares de execução ou telas de cobertura nos edifícios, como reporte da evolução dos trabalhos, e ao mesmo tempo como registo do espaço histórico urbano com propostas de fruição.

A comunicação individualizada torna-se também um campo de pertinente interesse, expressa nas campanhas de informação dirigidas a residentes e comerciantes na área de intervenção, antes de se iniciarem eventuais atividades no espaço urbano, através de ações porta a porta e de entrevistas com diferentes intervenientes, em que outro espetro pode incidir em atividades mais direcionadas na componente temática, como palestras e apresentações sobre as iniciativas a dinamizar, ou a promoção diferenciada dos produtos e das criações locais. Um campo de cariz mais tradicional ainda está associado à informação institucional, em sessões formais de apresentação, fóruns de debate ou campanhas de comunicação, a par dos canais oficiais de divulgação como boletins, avisos, comunicados e placares informativos em locais de estilo, à produção de

materiais específicos como panfletos, guias e programas, brochuras, *flyers* e cartazes, a que se podem somar *dossiers* de imprensa e *kit* de comunicação.

As fases de monitorização e posterior avaliação do plano de comunicação, tem repercussões no programa de regeneração urbana integrada, pelo que o plano de comunicação tende a ser um instrumento igualmente de avaliação dos resultados obtidos na execução estratégia das ações no espaço urbano, mensuradas em termos qualitativos e quantitativos. Assim, a monitorização do plano pode ser equacionada através de entrevistas e inquéritos aos agentes diretamente envolvidos e aos atores locais afetados, o que em constância permite avaliar a perspicácia e a clareza das mensagens emitidas, a que acresce, por também pertinente, empreender o *media scanning* como análise quantitativa e qualitativa da cobertura promovida pela comunicação social, ferramenta que avalia a eficácia das ações com pendor eminentemente mediático.

E quanto aos indicadores, estes são agrupados por duas fases de trabalho, os indicadores de preparação e os indicadores de resultado. Os indicadores de preparação expressam as condições *ex ante*, e incidem nos eventos promocionais, nos documentos técnicos e nos comunicados distribuídos, nos materiais informativos e nos materiais promocionais produzidos ou nas bases de dados definidas, com afetação de contatos e registo de utilizadores. Os indicadores de resultado, por sua vez, valorizam os *outputs*, e incidem nas visitas ao *website* e nos *downloads* realizados, nos contributos colocados na *drop-box*, nos *post's* e nos *like's* colocados no *twitter* e no *facebook*, nas notícias na comunicação social, nos artigos de opinião e estudos suscitados, nos participantes em eventos e sessões públicas, na realização de entrevistas ou na elaboração de formulários de opinião e inquéritos estatísticos preenchidos.

A implementação do plano de comunicação atende às realidades locais e às melhores metodologias de promoção para a identificação e caracterização dos ativos locais, seus recursos e competências, como das mais-valias e disponibilidades, elementos e fatores suscitadores de atratividade e elementos fundamentais para identificar os pontos negativos, os malefícios à fruição e os riscos de exposição.

A formulação do plano prossegue a continuidade dos objetivos a alcançar e a definição dos públicos a conhecer, o *targeting* turístico, cultural, ambiental, social ou até económico, nacional ou estrangeiro, de faixas etárias e de especificidade de géneros, que permite criar segmentos direcionados face às necessidades de diferenciação identificadas. Paralelamente preconizam-se estudos para linhas de *marketing*, de *merchandising*, de públicos ou de acessibilidades, os quais se complementam com a

definição dos canais de divulgação a seguir, mais tradicionais ou mais inovadores, determinados no envolvimento dos intervenientes na divulgação pela perspetiva de cativar parcerias hábeis e de estabelecer acordos de interesses comuns, o que permite promover estratégias de promoção diferenciadas face aos *targets* definidos.

O plano de comunicação afigura-se como a janela para a interpretação do espaço urbano, pois por este são definidas as áreas-chave de comunicação que emanam de uma identidade e de uma imagem muito própria, rematadas por medidas de promoção mediática e publicitária como por ações de divulgação em que as suas mensagens pretendem veicular o conhecimento da cidade numa ótica de favorecimento, de modo a tornar produtiva a compatibilização de apetências endógenas e de interesses exógenos, como fatores de coesão e de competitividade. A plataforma comunicacional favorece assim a identificação do âmbito de ação do programa de regeneração, focado na valorização do espaço histórico urbano e do seu consequente alcance programático, por contribuir com mensagens marcadas pela exclusiva identidade de Sesimbra.

A comunicação acompanha a sua evolução, ao divulgar as potencialidades e oportunidades num discurso ajustado em consonância com as diferentes fases de execução, onde a seleção das mensagens e dos canais de circulação, tende a obedecer a um exercício rigoroso, em que se cruzam informações sobre os objetivos a atingir, os agentes a envolver e os recursos disponíveis, através da apresentação de informação útil, fidedigna, consistente e harmonizada. Em Sesimbra, o ilustre ascendente pitoresco do agregado urbano e a relação de proximidade histórica com uma certa ancestralidade da vida do pescador até meados do século XX, conferiam à piscosa um caráter de próximo museu ao ar livre. Apartado dos conceitos de âmbito patrimonial enquanto mera classificação, a sua fisionomia enquanto espaço urbano era, e ainda é, possível de vivenciar nos edifícios, nas gentes e nas atividades, conjugação que permite de modo integrado comunicar o sentimento de identidade intemporal.



Foto 349 – Hoje em dia, é o património edificado que suscita a leitura da paisagem no percurso de visita urbana. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 350 – A sua implantação é não só fator de identidade mas também de interesse de visita. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 351 – É a construção do quotidiano, alcançada ao longo dos tempos, que repercute a ambiência do núcleo histórico urbano. 2014 | Gruyère | Suíça | Ana Ferreira.



Foto 352 – Na cidade histórica há que propiciar percursos de visita pelos seus espaços de vivência rotineira. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 353 – Há que valorizar os largos e recintos amplos também como pontos de organização e orientação da visita. 2006 | Cracóvia | Polónia.



Foto 354 – Nos espaços históricos, a realização de visitas deve assegurar a própria ambiência dos locais com menor perturbação. 1997 | Mérida | Espanha.



Foto 355 – A coerência dos usos face aos visitantes vai no sentido de dignificar os pontos de identidade local. 2014 | Óbidos.



Foto 356 – Há que também privilegiar as ambiências singulares suscitada em percurso pelo espaço urbano. 2014 | Óbidos.



Foto 357 – A receção aos visitantes não deve criar áreas distintas de *gentrification* e de afastamento dos residentes. 2014 | Óbidos.



Foto 358 – No espaço urbano, os percursos de visita pelo seu património são atrativos de interesse. 2014 | Beja.



Foto 359 – A existência de percursos requer a concretização de um programa de sinalética e de apoio informativo. 2014 | Setúbal.



Foto 360 – Essa informação deve ser centrada nos imóveis de relevo, mas também nos pormenores intrínsecos do edificado e das funções tradicionais. 2014 | Óbidos.



Foto 361 – Os detalhes são importantes, caso da heráldica em fachadas, como no antigo hospital da Misericórdia, com pedra de armas de causa quinhentista. 2015 | Sesimbra.



Foto 362 – Num edifício, apontamento azulejar perpetua memórias mais antigas, como um painel de São Marçal, associado ao fogo e ao cataclismo de 1755. 2015 | Sesimbra.



Foto 363 – Na toponímia local, a sua matriz identitária consegue, no mesmo espaço, apresentar diferentes tipologias de placas como testemunhos da evolução urbana. 2015 | Sesimbra.



Foto 364 – Alguns edifícios apresentam placas evocativas da sua presença em momento histórico, aqui associado a uma personalidade local. 2015 | Sesimbra.



Foto 365 – Noutros casos a mais recentes momentos festivos, como esta rua que foi vencedora nos concursos de ruas enfeitadas nos santos populares. 2015 | Sesimbra.



Foto 366 – A este edifício que durante décadas acolheu um estabelecimento comercial de venda de máquinas de costura, encerrado há vários anos. 2015 | Sesimbra.



Foto 367 – A vila apresenta alguns espaços atualmente desamparados, mas que são potenciais para novos usos, caso da fábrica *Francesa*. 2015 | Sesimbra.



Foto 368 – Novo exemplo encontra-se nas instalações, ainda funcionais, do centro de formação FORMAR. 2015 | Sesimbra.



Foto 369 – Outro exemplo encontra-se na galeria comercial, entretanto encerrada, do edifício Atlântico, na frente marginal nascente. 2015 | Sesimbra.



Foto 370 – Registo para outros espaços que pese embora a sua presença urbana, estão atualmente devolutos, caso da unidade hoteleira «Villas de Sesimbra». 2015 | Sesimbra.



Foto 371 – Igual situação no complexo do «Fórum de Sesimbra», no extremo poente da vila. 2015 | Sesimbra.



Foto 372 – Igual referência ao espaço do antigo «Dispensário Tuberculoso», localizado antes dos bairros sociais a nascente da vila. 2015 | Sesimbra.



Foto 373 – Na época alta de veraneio, os estabelecimentos de comércio local ocupam o espaço público, com esplanadas de restaurantes e bares. 2015 | Sesimbra.



Foto 374 – Bancas de artigos promocionais, alguns associados à identidade local mas muitos totalmente desenquadrados e de âmbito generalista. 2015 | Sesimbra.



Foto 375 – A extensão de exposição da loja para o exterior, em ocupações por vezes desmedidas do espaço de passeio. 2014 | Sesimbra.



Foto 376 – Quanto a vendedores ocasionais, as festas do Senhor das Chagas acolhem nos meses de abril e maio um arraial de feirantes, junto do parque rodoviário. 2014 | Sesimbra.



Foto 377 – Nessa festividade e no dia da procissão, como na época do carnaval, circulam nas diversas ruas outros vendedores ambulantes. 2014 | Sesimbra.



Foto 378 – São estes vendedores ambulantes que contribuem para criar uma diferente ambiência nas épocas de festa. 2014 | Sesimbra.



Foto 379 – Também os mercados de ruas ainda persistem, desde o ancestral mercado de rua no largo Eusébio Leão, composto sobretudo por produtores rurais. 2013 | Sesimbra.



Foto 380 – Ao mais recente “mercado dos ciganos”, realizado no terreiro do lugar Calvário, composto por feirantes de vestuário, calçado e outros produtos similares. 2014 | Sesimbra.



Foto 381 – Com os recentes trabalhos de requalificação do mercado municipal, os seus feirantes tem realizado a venda no largo do Município, o que suscita caráter pitoresco à vila. 2015 | Sesimbra.



Foto 382 – No contexto da mobilidade urbana e quanto a circuitos de visita, a carreira pública acaba por ser um recurso a explorar. 2015 | Sesimbra.



Foto 383 – Alguns visitantes utilizam a tradicional forma pedonal, mas outros trazem maior inovação com a utilização de *segway*. 2013 | Sesimbra.



Foto 384 – No recente verão de 2015, surgiu uma empresa que utiliza *tuc-tuc* para visitas ao espaço urbano e outros recintos limítrofes. 2015 | Sesimbra.



Foto 385 – Na fruição do património urbano, tem sido valorizadas as preexistências como atrativos de visita, caso do ancestral pórtico da igreja Matriz de Santiago. 2009 | Sesimbra.



Foto 386 – Referência ao circuito de audioguias multilingue criado em 2015, com pontos de interesse em edifícios de relevo como os Paços do Concelho. 2015 | Sesimbra.



Foto 387 – Registo também à marcação no novo pavimento calcetado em 2013, dos antigos topónimos e limites dos imóveis demolidos na década de 1950-1960 para abertura da nova avenida vinda de norte. 2015 | Sesimbra.



Foto 388 – Após a requalificação da marginal de Sesimbra, em 2013, foram criadas placas interpretativas da paisagem. 2014 | Sesimbra.



Foto 389 – Com a requalificação urbana de 2008, foi criado painel interpretativo do alinhamento urbano suscitado pela nova avenida de 1950-1960. 2010 | Sesimbra.



Foto 390 – No lugar da descoberta da muralha quinhentista, foi criada uma estrutura para preservação *in situ* e respetiva placa com informação interpretativa da mesma. 2010 | Sesimbra.



Foto 391 – No âmbito do QREN, foram criados suportes de informação sobre os trabalhos então dinamizados, suportes de informação promocional. 2012 | Sesimbra.



Foto 392 – Na própria vila e durante as festas das Chagas, foi produzida uma exposição exterior com o programa das intervenções. 2013 | Sesimbra.



Foto 393 – Na marginal, foram elaboradas faixas informativas para a comunidade, com as propostas dos projetos a implementar. 2012 | Sesimbra.



Foto 394 – As mais recentes intervenções urbanas têm suscitado a formulação de cidades cada vez mais iguais, sobretudo nos arruamentos. 2014 | Beja.



Foto 395 – A ligação do espaço com a função útil no quotidiano passa algo despercebida face à intenção do embelezar. 2014 | Peniche.



Foto 396 – A própria ligação dos edifícios com os espaços públicos fica desfasada pela imposição de modelos arquiteturais similares. 2013 | Sines.



Foto 397 – No quotidiano do núcleo histórico urbano, a coerência da sinalética deve ser alcançada. 2014 | Óbidos.



Foto 398 – A preocupação pelo alinhamento e limpeza do espaço público é um cuidado permanente. 2014 | Óbidos.



Foto 399 – A regulação dos pontos de venda ambulante deve também ser procurada. 2014 | Óbidos.



Foto 400 – No entanto, é o continuado estado devoluto de habitações e quarteirões, que afeta negativamente a urbe. 2014 | Peniche.



Foto 401 – O abandono do edifício reflete efeitos negativos no espaço público envolvente que urge sanar. 2013 | Palmela.



Foto 402 – A ruína seguinte dos imóveis é por vezes consequência do desamparo como do desinteresse dos proprietários para a necessária manutenção. 2014 | Óbidos.



Foto 403 – Algumas das medidas a prover no edificado devoluto passam pela sua consolidação estrutural e de fachadas. 2013 | Palmela.



Foto 404 – Por vezes são requeridas maiores intervenções em termos estruturais, já no princípio da sua reabilitação. 2013 | Sines.



Foto 405 – A fase seguinte deve passar pela manutenção do próprio edificado, o que permite conferir um caráter de proteção ao seu próprio contexto. 2014 | Óbidos.



Foto 406 – Nas cidades e nos recintos de interesse patrimonial, o automóvel assume presença, por vezes abusiva, impondo-se ao lugar. 2013 | Sines.



Foto 407 – Algumas soluções adotadas passam sobretudo pelo afastar das áreas de estacionamento do campo visual do edificado. 2014 | Peniche.



Foto 408 – Porém e por norma, é sempre ambicionada a maior proximidade de áreas estacionamento face ao local relevante de visita. 2014 | Beja.



Foto 409 – Soluções de mobilidade tem passado pela utilização da bicicleta em percursos de ciclovias. 2014 | Lisboa.



Foto 410 – Outras soluções passam por vias partilhadas entre automóveis e bicicletas. 2015 | Setúbal.



Foto 411 – Ressaltam também as políticas municipais de incentivo à utilização de modos de mobilidade suave, caso das “petras”. 2015 | Beja.



Foto 412 – Nas áreas de maior incidência turística, sobrevêm a utilização de modos de uso quotidiano, caso dos elétricos. 2013 | Lisboa.



Foto 413 – Promove-se igualmente outras opções mais pessoais e de menor impacto no lugar, como o aluguer de *segway*. 2013 | Lisboa.



Foto 414 – Também o aluguer de pequenos veículos elétricos permite novas opções de gerir os percursos no núcleo histórico urbano. 2014 | Óbidos.



Foto 415 – A presença da comunidade é fundamental na vivência da urbe, muito sentido nos distintos eventos evocativos locais, desde a preparação, como nas celebrações do Santo Cristo. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 416 – A responsabilidade partilhada cresce nos últimos pormenores antes do acontecimento emotivo. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 417 – E atinge o seu momento maior quando a celebração sociológica sai para a rua e o momento solene é por todos vivenciado. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 418 – A festa é momento *sui generis* de promoção mas também de envolvimento da comunidade com o espaço urbano. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 419 – A promoção do artesanato local é igualmente relevante não só como atrativo turístico, mas como apoio ao empreendedorismo. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 420 – A animação provida pela reconstituição histórica é na atualidade um dos mais procurados atrativos turísticos. 1998 | Medina | Malta.



Foto 421 – Na cidade histórica, os espaços de receção para acolher os visitantes são espaços centrais de chegada. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 422 – A apetência da comunidade para interagir com o visitante é também um fator fundamental. 1998 | Medina | Malta.



Foto 423 – Cabe porém ao património edificado enquadrar os espaços de encontro e acolher as iniciativas de fruição. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 424 – A cidade é em si espaço de memória, sobretudo de monumentos que associam à comunidade a sua história nacional. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 425 – Noutros casos, a ausência de espaços é relembra em monumentos que apelam à consciência do passado. 2006 | Varsóvia | Polónia.



Foto 426 – Em si e na urbe, o monumento é sobretudo marca de identidade intrínseca que se alicerça no quotidiano. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 427 – No espaço histórico urbano é de todo pertinente a existência de mapas de interpretação da paisagem. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 428 – Os pontos de informação patrimonial devem também acompanhar os percursos na cidade histórica. 2006 | Varsóvia | Polónia.



Foto 429 – Os centros de interpretação do espaço urbano são equipamentos também fundamentais na visita e orientação do visitante. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 430 – A capacidade de conservação dos traços arqueológicos no espaço urbano é sinónimo de interesse. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 431 – A reintegração da preexistência de ruína histórica com o novo edifício funcional urbano é outro aspeto essencial. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 432 – São as apetências memoriais que permitem conciliar o antigo com o novo em coerente inclusão no quotidiano atual. 1997 | Mérida | Espanha.

Capítulo 8. Condições e condicionalismos locais

8.1. A concretização da urbe histórica

Uma das áreas de trabalho que mais importância tem sobre o património, mas que é das menos visíveis, provem da investigação, momento de encontro multidisciplinar essencial para a interpretação de todos os aspetos que caracterizam um bem cultural. Das memórias históricas aos registos arqueológicos, dos traços arquitetónicos às realidades estruturais, das exigências de conservação às potencialidades de fruição, a investigação emerge como um todo interligado que ultrapassa a materialidade do espaço urbano pelo conhecimento da sua ancestralidade, pela valorização da sua vivência e por, em consciência, contribuir para acautelar a sua conservação.

Neste contorno, em Sesimbra o papel do município tem um ambivalente significado de competências e de funções, pois pese embora não tenha sido instituído com fins de investigação, cabe-lhe promover a sua produção através de recursos próprios ou mediante parcerias com entidades externas, de modo a prover o inventário do seu património cultural. Organizado e divulgado, assume-se como mais uma ferramenta elementar para a gestão do espaço histórico urbano, em que a aptidão para inventariar as memórias da cidade, é princípio basilar para a validação do seu valor cultural, o qual volúvel ao longo do hábito geracional, pelo que a significação de critérios e a cientificidade da análise criam uma baliza segura de abordagem. Por esta leitura pode o município e a comunidade documentar a sua presença e impulsionar medidas para uma gestão integrada da urbe, mesmo perante doutrinas legais estabelecidas quanto ao património cultural, numa perspetiva em que não se privilegia o regionalismo mas incentiva-se a identidade local, condição de progresso confiado na inscrição cultural.

Lidar com o património cultural nas vertentes económicas ou sociais, na sua materialidade ou imaterialidade, e na sua fruição ou salvaguarda, requer sempre o argumento básico da diversidade de categorias que o próprio enquadra. Induz-se uma interpretação, o mais específica possível, sobre o que se pretende intervir, seja um objeto museológico, uma tradição antropológica, um equipamento de leitura, uma coleção artística ou a paisagem natural de uma cidade. Assim e como questiona Anna Mignosa⁶¹³, estamos perante o *estado da arte* ou perante os *estados da arte*?

⁶¹³ Anna Mignosa in AAVV, 2013b.

A resposta inclina para os estados da arte, percepção que discorre da diferença que o conceito de *património cultural* suscita, através de diferentes abordagens entre património material e imaterial, tangível e intangível, entre a conservação e a sustentabilidade, a pacatez do antigo e a inquietude do moderno, entre o radicalismo de preservar tudo e o risco de não admitir a criação das novas gerações. Se é certo que o conceito mundialmente apreciado para o património, embora difuso de interpretações teóricas por ser inciso de conteúdos ao envolver diferentes categorias, em que umas, mais privilegiadas à interpretação do que outras, mas que em conjunto refletem o estado civilizacional da sociedade que as enquadra.

Como afirma Samir Abdulac⁶¹⁴, não é estranho que o “centro negocial” seja mais enfatizado pelos contributos dos responsáveis nas áreas de investigação arqueológica, da conservação de monumentos ou da gestão museológica, porém, outras entidades como os poderes locais, as universidades ou a sociedade civil, cumprem igualmente uma missão de valor acrescentado nesta abordagem ao património. A definição de uma política de intervenções cuidadas no património urbano requer o primado de que, “uma política de conservação integrada visa revitalizar os bairros da cidade em ruínas ao reutilizar o parque edificado existente e as infraestruturas. Isso significa adaptá-los à sociedade de hoje em termos sociais e económicos”⁶¹⁵, paradigma que define a base de vários textos orientadores para o espaço urbano enquanto património histórico.

Nesta fieira de ideias, flui o entendimento da cidade histórica pela percepção de que a cidade, como a UNESCO aclara, afigura-se uma paisagem histórica com condições sociais, económicas, ambientais e culturais próprias. Para Juan Lasagabaster⁶¹⁶, a cidade reflete em si profundo sentido de humanidade em contínua regeneração, pese embora sobre as cidades históricas penda a ameaça de perda de vitalidade, pois a expansão de novas infraestruturas ou de serviços, coage ao abandono do casco histórico. Também a intervenção arquitetónica e as novas incidências estéticas, as quais eximem as preexistências edificadas ao longo dos anos, podem conduzir ao dano no tecido urbano.

Galvanizar o “fomento ao desenvolvimento”, como regista Robert Pickard⁶¹⁷, segue uma perspetiva mais coerente com a integração, reportado à sua experiência no Reino

⁶¹⁴ Samir Abdulac in AAVV, 2012b: 37. *Core business*.

⁶¹⁵ Clarke & Corten, 2011: 882. *A policy on Integrated Conservation aims at revitalising dilapidated city quarters by reusing the existing building stock and infrastructure. This means adapting them to today's society in a solid social and economic way.*

⁶¹⁶ Juan Lasagabaster in AAVV, 2013b.

⁶¹⁷ AAVV, 2012b:77

Unido, onde este conceito entende a nova construção não como oposição a um planeamento urbano mais conservativo mas, como potencial de benefício público, em que o promotor privado, por permuta da nova construção, beneficia a comunidade ao assumir o compromisso da conservação patrimonial. Evidencia-se maior assertiva na gestão urbana, em que o promotor não se compele a ressarcir o domínio público de uma construção desordenada, mas encontra-se incluído por contribuir com uma nova construção, enquadrada no espaço urbano, associada a uma política de preservação da identidade local. Promover a alteração funcional de um edifício histórico, comportar a construção contígua a um imóvel de interesse arquitetónico, estabelecer a nova construção mas comprometer-se na conservação da preexistência identitária, são alguns dos desafios que o promotor privado contratualiza através de um acordo formal, o que ao mesmo tempo assegura a reabilitação de imóveis devolutos, um similar fundo de doações que acolhe na causa pública o interesse privado.

Cabe neste contexto ao município considerar, após a ratificação formal nos órgãos locais, a definição do conjunto de medidas de apoio público a esta política, através da redução de impostos e de taxas de licenciamentos, da agilização dos processos administrativos ou, de eventuais subsídios para a recuperação do edificado antigo, os quais porém não assentes nas empreitadas de obra mas na posterior fruição, seja comercial, de serviços, social ou de habitação.

Estas são algumas das premissas que, por exemplo, na definição da Operação de Reabilitação Urbana, após a ARU constituída em Sesimbra, pode abraçar com assertividade, pois se o retorno do investimento para o promotor privado alcança-se a médio prazo com a utilização da nova construção, para o interesse público, este atinge-se a curto prazo pela via de impostos sobre o uso do imóvel, mas também a longo prazo pela consolidação de políticas de gestão urbana plenamente sustentadas.

Assim, para além do retorno direto, também o retorno indireto apresenta-se apelativo para ambos os interesses, no setor público através do fomento à atividade económica local como potencial gerador de emprego, aquisição de bens e serviços, aplicação de impostos e a dinamização dos agentes locais, e no setor privado na responsabilidade social pela qual obtêm apoio público na redução de taxas, na inclusão de relacionamento com a comunidade ou na criação de condições promocionais para a sua evolução futura. A parceria público-privada é em Sesimbra um caminho a explorar em termos económicos, com proveitos privados e em termos sociais com ganhos públicos e interesse cultural, onde o património edificado constitui invocação única,

pelo seu carácter distinto e pela sua exclusividade, resultado perpetuado ao longo de tempos e de gerações que lhe conferem originalidade, fenómeno apreciado na sociedade contemporânea em que o imóvel, mais que um bem patrimonial, ascende como afirmação do estatuto de quem neste investe, particularmente, em termos financeiros.

As cidades enquanto eternos átrios históricos são uma composição de elementos tangíveis e intangíveis, em que os seus aspetos materiais vão da teia de arruamentos às parcelas edificadas, paisagens naturais humanizadas e testemunhos construídos, enquanto os aspetos imateriais abraçam as atividades simbólicas e os usos tradicionais, as práticas de vivência em comunhão social ou os testemunhos imagéticos que se tornam adágios da vida quotidiana.

Neste contexto, o núcleo histórico apresenta-se como estrutura espacial que expressa a plenitude da evolução da sociedade com a sua génese cultural, “um testemunho vivo do passado que as moldou”⁶¹⁸, parte do quotidiano de residentes e de visitantes, o que torna a sua salvaguarda fator de governança no planeamento urbano. Novas intervenções devem assim ser coerentes com a organização da área histórica ao revestirem particular respeito pela sua morfologia peculiar, pese embora sem capitular nos extremos da renúncia dos novos modelos ou na perspetiva de claudicar a mudança como evolução no espaço urbano.

Parte fundamental da urbe reside no seu espaço público, teia de circulação e de vivência interna, um dos marcos mais atrativos das áreas históricas urbanas onde se observa, sente e se usufrui, toda a vivência das relações humanas, do convívio de ideias ao embate de intenções, traduções presentes no legado perene erigido em edifícios, intrincados percursos de circulação, equipamentos coletivos ou espaços partilhados de relacionamento. Nesta relação tende a residir o principal desafio, e o conseqüente ponto de equilíbrio, face às novas intervenções, pois os espaços públicos são inquestionáveis reflexos das necessidades do espaço urbano.

Se, como se refere na Carta de La Valeta, “a instalação de novos equipamentos em edifícios históricos é um desafio que os responsáveis da cidade não podem ignorar”⁶¹⁹, apoiar a reabilitação histórica e promover a conservação do património, consubstancia-se como fator integrante na agenda do crescimento integrado. As cidades, com a sua identidade, ostentam não só a riqueza do seu valor cultural mas também as feições de

⁶¹⁸ ICOMOS, 2011: 2. *[Las poblaciones y áreas urbanas históricas son] un testigo viviente del pasado que las ha modelado.*

⁶¹⁹ ICOMOS, 2011: 10. *La instalación de nuevos equipamientos en edificios históricos es un reto que los responsables de la ciudad no pueden obviar.*

valorização da comunidade, propícias a circunstâncias ambientais apropriadas e propensas à inclusão de estratos sociais desfavorecidos, o que estimula a iniciativa económica em medidas de governação diferenciadas. Ter a capacidade de associar o património cultural, denota repercussões positivas na compreensão social dos residentes e no enquadramento dos estratos mais segmentados, sobretudo idosos e grupos marginais, ao mesmo tempo que promove a atividade económica ao nível do emprego, do dinamismo comercial e do incentivo ao empreendedorismo.

No âmbito mais económico, Guido Licciardi regista, “o papel positivo do património cultural no desenvolvimento económico local surgiu na década de 1960 como parte do debate sobre as relações entre as políticas culturais e o desenvolvimento económico”⁶²⁰, momento em que a universalidade do património teve incidência económica à escala global, com a aplicação à cultura de teoremas económicos como os conceitos de *capital* e de *bem*, pois, “a definição de capital cultural permite assegurar trajetos em que os ativos patrimoniais podem contribuir para a produção de bens e serviços”⁶²¹. A evolução internacional das temáticas sobre o património cultural, do seu reconhecimento à sua salvaguarda, emana da noção de *conjunto* definida numa Europa renascida da devastação de muitos núcleos históricos, acirrada pela II Grande Guerra, a qual se plasmou em 1964 na carta de Veneza⁶²², “a noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural, que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”⁶²³.

Quanto à vertente social, e sob os princípios da carta de Cracóvia e da experiência europeia das últimas décadas, a afirmação do património cultural está consolidada pela democracia nas diferentes regiões europeias, onde se respeita a “autonomia cultural de cada povo”⁶²⁴, afirmação da sua singular identidade, em que o património é amado pelo seu passado, mas também, pelo seu legado para o futuro da sociedade, quando a herança histórica envolve a cidade como um todo morfológico, onde os edifícios e os recintos, independentemente do seu valor arquitetural, são preservados pela sua peculiaridade

⁶²⁰ Licciardi, 2011: 834. *The positive role of cultural heritage in local economic development emerged in the 1960s as part of the discussions about the links between cultural policies and economic development.*

⁶²¹ Licciardi, 2011: 834. *The definition of cultural capital allows capturing ways in which heritage assets can contribute to the production of goods and services.*

⁶²² Adotada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizada em maio de 1964 em Veneza (Itália), dedicada à conservação e restauro dos monumentos e dos sítios.

⁶²³ Soares & Neto, 2013: 93.

⁶²⁴ Neto, 2002: 94.

como conjunto, com dimensão própria e características particularidades na configuração do que é a cidade. Nas últimas décadas, este património tem sido citado como uma causa ativa para o desenvolvimento económico, fonte geradora de receitas em muito sustentada no turismo cultural. Não obstante, a experiência tem demonstrado que quanto maior for esse ativo, maior terá que igualmente ser o investimento para a sua conservação, pois a pluralidade de valores presentes e a sobreja de interesses associadas, torna-se evidência de elevada complexidade.

A cidade histórica, com o aperfeiçoamento da sua gestão e com a perspetiva da sua integridade, tem sido reinterpretada em termos identitários, tanto urbanos e económicos como espirituais e sociais, legitimada pelo seu intrínseco pecúlio de valores que permitem melhor perceção do passado, numa benéfica relação no presente que envolve o espaço urbano com a sua vivência.

Como caracteriza Mona Serageldin, “desde os antigos oráculos até às peregrinações medievais, as cidades materializaram-se através do seu património cultural e natural muito antes de os governos entenderem o potencial como catalisadores do desenvolvimento económico nacional” ⁶²⁵, ao qual se aplica um conceito multidimensional que incorpora dimensões económicas e sociais, institucionais e culturais. Comportam-se mudanças inspiradas em visões de grande determinação, com graus de continuidade que definem a identidade e os seus valores, algo que na década de 1980, entre vários organismos internacionais, foi assomada na perspetiva do património como ativo a fomentar em termos financeiros ⁶²⁶, premissa sustida na expansão económica impulsionada pelo turismo, uma ideia adotada nos países em desenvolvimento para atração de divisas estrangeiras.

Esta perspetiva acabou por evoluir num sentido menos positivo, resultado da sobre-exploração dos sítios patrimoniais, e dos novos, mas constantes, fatores de risco, que começaram a transfigurar os sítios e as comunidades no seu entorno. No caso do património urbano de Sesimbra, esta situação assume outros contornos, pois a mudança sempre foi uma das premissas da sua expansão ao longo da história, o que torna as tipologias de património realidades em permanente evolução, que se sobrepõem ou que se incluem, nas preexistências enquanto fator de identidade. É esta diversidade, multiculturalidade e mudança em permanente contínuo, que quando devidamente

⁶²⁵ Mona Serageldin in AAVV, 2008: 30. *Desde los oráculos antiguos hasta los peregrinajes medievales, las ciudades se han materializado gracias a su patrimonio cultural y natural mucho antes de que los gobiernos comprendieran el potencial como catalizadores del desarrollo económico nacional.*

⁶²⁶ Serageldin, 2008: 30.

enquadrada com os contextos locais, contribui para enriquecer o património urbano numa dialética valorizada quando os fluxos de intercomunicação aumentam.

Um dos principais problemas que aflige as áreas históricas no espaço urbano prende-se com a sua comercialização excessiva, seja em termos do imobiliário como das atividades quotidianas, onde se valoriza a atração turística em detrimento das necessidades da comunidade. Estas realidades contribuem para a redução do papel dos residentes e para o aumento da influência dos utilizadores externos, o que suscita a afirmação negativa dos fatores de não-utilização como das condições de não-sustentabilidade, que infletem na relação do património com a experiência urbana.

Em oposição, os valores de preservação e os conceitos de *conservação* do património urbano validam a integração das realidades locais, e por essa via estimulam esforços destinados à salvaguarda e investimentos dirigidos à utilização, pois as utilizações mais eficazes dos bens patrimoniais sucedem com um nível custeado de conhecimento quanto à sua salvaguarda, o que permite uma fruição coerente associada a um contexto de reutilização adaptativa face às limitações, como às potencialidades, dos valores patrimoniais urbanos.

Estas medidas requerem a afirmação de um programa de conservação do espaço histórico, um contrato de parceria mas, mais que uma mera rúbrica, uma parceria social, económica, ambiental e cultural, perfeita sintonia alcançada através do acordo entre as partes interessadas para benefício comum. Como refere Françoise Descamps, “a revitalização das cidades históricas vai além da preservação e conservação do seu tecido físico”⁶²⁷, a qual acaba por envolver um amplo processo quanto aos valores dimensionáveis do espaço urbano, envoltos por um universo máximo de interessados.

Desde os finais do século XVIII com o advento da revolução industrial, as cidades tornaram-se os principais polos de atração civilizacionais, ao acolherem mais população e ao promoverem mais desenvolvimento, num rumo que se seguiu quotidianamente até se alcançar a globalização, principal contributo para a contemporaneidade do século XXI. Na abordagem recuperada por Francesco Siravo, define-se este como um *século urbano*⁶²⁸, o qual se patenteia quando em 2007 metade da população mundial, cerca de 6 biliões e 770 milhões de pessoas, viviam em cidades, numa tendência que aparenta amplificar-se até ao ano de 2030, quando o número estimado de pessoas que viverão em

⁶²⁷ Françoise Descamps in AAVV, 2009: 11. *The revitalization of historic cities goes beyond the preservation and conservation of their physical fabric.*

⁶²⁸ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 15.

cidades será superior a 63% da população mundial. Porém a expansão das cidades não equivale à expansão dos seus núcleos históricos, pois ao invés, tem-se assistido à retração desses núcleos, confinados a espaços urbanos limitados e sujeitos a permanentes fatores de compressão externa, fenómeno que entendido a uma escala mundial, apresenta leituras muito próprias das realidades locais que, muitas vezes tidas por parciais, acabam por encerrar uma perspectiva de cariz universal inerente ao planeamento do espaço urbano.

A rápida urbanidade cosmopolita de Sesimbra e do seu perímetro envolvente, a afirmação de ideários políticos expressa na ocupação de áreas emblemáticas, a abertura de novas vias de tráfego à circulação rodoviária, as alterações demográficas e a criação de disparidades residências *versus* funcionais, ou as dicotomias que se criam entre a riqueza acumulada e a capacidade de inclusão, são exemplos de primados da denominada renovação urbana, que na atualidade, se esgotam na perceção das suas reais consequências. Numa época em que a crise económica retira a aureola do permanente desenvolvimento, em que as situações de exclusão e de diferenciação social se agudizam, em que os impactos ambientais desmedidos tem agora as suas consequências visíveis, em que a cultural se torna cada vez mais um agregado de importações embora mais desarticuladas com as realidades locais, e em que o espaço urbano deixou de ser gerido pelas e para as pessoas e passou a ser servido pelas pessoas, é nesta época, que a regeneração urbana se torna âncora de futuro.

Em muitos casos, o planeamento urbano realizado não considerou a perspectiva da sustentabilidade urbana como objetivo coerente, mas antes, a necessidade de progresso num determinado momento e para um fim específico. Daqui resultaram processos de alteração que, se nesse momento promoveram o espaço urbano, após o fausto do instante, conduziram a realidades debilitantes com a deterioração da sua vivência, profundos reflexos irreversíveis nos núcleos de relevância histórica. Da expansão demográfica ao abandono por zonas periféricas com menores custos de habitação, da abertura de vias de tráfego à necessidade de infraestruturas complementares, da afetação de áreas económicas de serviços que expulsam os espaços tradicionais de comércio, e que recentemente se tornaram vazios de rentabilidade económica, ou da edificação de novos edifícios e amplos recintos com valência cultural que acabam por não serem usufruídos por públicos suficientes para garantir a sua existência.

Conjugam-se assim fatores negativos na cidade, do *fachadismo* à *gentrification*, fenómenos de especulação imobiliária ou de *elitização* social, que preservam as

fachadas dos edifícios e as vivências da comunidade sob a máscara do passado refundado, envolto em demolições, reutilizações e novas afetações de construções seletivas. A associação potencia a mutação comercial, demográfica e social da realidade urbana preexistente, o que conduz ao êxodo dos moradores tradicionais e das atividades económicas típicas, com consequências nefastas não só na vivência urbana mas, sobretudo, no decréscimo da própria identidade urbana.

Uma das vias para ultrapassar esta conjuntura de desamparo dos espaços históricos urbanos tem residido no turismo, sob o auspício da revitalização das áreas históricas urbanas para usufruto de novos visitantes. Trata-se de uma perspectiva com reflexos em termos económicos expressa nos novos consumidores, ou no contorno social com os benefícios da empregabilidade, o que repercute no global, contributos pertinentes para a reabilitação do espaço urbano edificado e para a renovação dos seus serviços, enquanto oportunidades de investimento revertíveis para a população.

Esta realidade recupera uma reflexão, a qual Francesco Siravo retrata com devida precisão, quanto ao conceito de *cidade histórica*, ou mais difundido na Europa, de *centro histórico*⁶²⁹. Este autor regista uma configuração recente que nasce não da funcionalidade da cidade mas da perceção da sua origem, pois durante muitos séculos a cidade não viveu de um centro e de uma periferia, mas de um todo em si própria, a *cidade* face ao *campo*, o *perímetro urbano* face ao *espaço rural*. Somente com a revolução industrial se assistiu ao advento do centro histórico, influenciado pela expansão demográfica das novas funções produtivas e sistemas de transporte, em que a expansão da cidade surgia para fora de si, para a nova periferia que ocupou o espaço rural qual espectro urbano não limitado ao seu perímetro mas extenso na sua sucessão, a *periferia* como continuidade das rotinas citadinas impostas nos territórios rurais.

Foi aqui concebida a metrópole, um complexo que no entanto, necessita de um núcleo de identidade, um centro de criação histórica que admita entender o espaço urbano, pois a periferia tornou-se paradoxo do seu progresso, parco de memória legada entre gerações, o que levou a que o centro histórico surgisse como repositório da cultura, identidade e memória coletiva. “Na verdade, a memória está no centro da construção urbana, sem dúvida, o artefacto humano mais complexo, produzido pelos

⁶²⁹ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 25.

esforços cumulativos de inúmeros indivíduos através de muitas gerações”⁶³⁰. Será esta memória o elemento fulcral do espaço histórico urbano, feita de monumentos, edifícios e lugares, concretizada em eventos, rituais e vivências, um perpetuo ciclo geracional que une a urbe à comunidade, fenómenos paralelos por padronizados noutros espaços urbanos mas que em cada, coexistem experiências urbanas únicas.

A ausência deste entendimento sobre a importância da memória coletiva na cidade contemporânea, tem consequências profundas que por não serem perceptíveis no imediato, ou pela sua profundidade nas raízes comunitárias, acabam por emergir em reações de explosão social completamente fora da cidade e diretamente no seu quotidiano, expressas na tensão social, no confronto de gerações, no absentismo de participação, na decadência económica ou na ruína do edificado. Como refere Dinu Bumbaru, “por séculos se não milénios, povoações humanas, aldeias, vilas, cidades e agora metrópoles foram o habitat das nossas sociedades”⁶³¹, uma presença que não se pode olvidar nem restringir.

As cidades são em si contextos de coexistências e sistemas de relacionamento humanos que se afirmam, e se distinguem, na sua configuração territorial, o que justifica a existência da diversidade patrimonial do espaço urbano no que se pode definir como o seu habitat cultural. Na atualidade, o conceito de *centro histórico*, mais que o conceito de cidade histórica, reflete a aspiração social do que se pensa que seria a cidade imaginada face ao que esta realmente é, na qual se cristalizam aspirações, num espaço urbano confinado e sob um princípio ideário de sacralização, não como uma campânula, mas como uma ideia universal que justifica tal circunscrição.

Na reflexão suscitada por Paulo Peixoto⁶³², o centro histórico tem sido assumido como o mote principal de sustentabilidade cultural das cidades contemporâneas, sinónimo de projeção das políticas de intervenção urbana onde se conjugam os fluxos turísticos com o lazer e a coabitação social. Pela sua marca se define o êxito das medidas e se infere a sua acomodação na cidade, porém, este ‘barómetro’ não acompanha a totalidade da cidade nem permite compreender a sua ampla abrangência socioeconómica, ambiental ou cultural. O núcleo histórico na cidade contemporânea,

⁶³⁰ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 26. *Indeed, memory lies at the core of the urban construct, undoubtedly the most complex human artifact, produced by the cumulative efforts of countless individuals across many generations.*

⁶³¹ Dinu Bumbaru in AAVV, 2009: 68. *For centuries if not millennia, human settlements, villages, towns, cities and now metropolises have been the habitat of our societies.*

⁶³² Peixoto, 2003: 211.

apesar da sua génese patrimonial, tem implícitos conceitos bem para além da estrutura edificada, em termos económicos como espaço de comércio e de relação com o visitante, sobretudo o turista, como paisagem de fundo de uma cidade romanesca, delicada e convidativa, ou em termos sociais na premissa do progresso da comunidade local enquanto símbolo de uma capacidade coletiva.

Todas são no entanto interpretações dúbias, pois por mais que a economia assuma valorizar o património, é o património que é utilizado para valorizar a economia, e por mais que a sociedade promova a conservação do património, será o mesmo que é usado para conservar a sociedade. Em muitas situações, assiste-se à criação cristalizada do espaço histórico, a qual termina na rua após o seu marco urbano, onde a realidade da cidade atual sucede na passagem do empedrado para o alcatrão. Por aqui se discorre a contraposição concetual do *centro histórico* face à *cidade histórica*, através das dinâmicas de um todo espacial com sequência histórica que não se estagnou no seu núcleo geracional, mas ousou continuar a crescer até à atualidade, ao proliferar a sua história e ao valorizar a sua contínua renovação enquanto legado patrimonial, fenómeno de coesão da identidade da cidade.

Há que mobilizar a imagem da cidade histórica, ultrapassar a parangona do *centro* como limite perimétrico patrimonial, fronteira e espaço de tensão, para que esta possa ser entendida como um contínuo patrimonial, mutável mas consolidado. Se a cidade cresceu no tempo e no espaço, condicionada pelo seu aglomerado fundador, este crescimento foi de igual modo limitado pela disponibilidade geográfica, pelas necessidades quotidianas, pelos ascendentes económicos, por cataclismas naturais, por devaneios bélicos e por tantas outras causas que influenciaram a criação de tantos *centros*, consoante os momentos históricos que nos são mais apelativos.

Em Sesimbra, a cidade histórica ultrapassa o conceito de *centro histórico* e do seu carácter limitativo no espaço urbano, pois assegura a prioridade a uma identidade urbana, livre de adicionais pressões e especulações imobiliárias, obras de reabilitação revivalista que esventram estratos arqueológicos e testemunhos históricos, ou crescentes ondas de oportunismo comercial que alteram as dinâmicas de vivência quotidiana em busca do benefício particular mas que, no ocaso, deixam as ruas desertas.

Esta abordagem, face ao núcleo histórico urbano, reflete uma positiva evolução marcada pelas duas últimas décadas, com a perceção da cultura e do património, seus desafios e suas oportunidades, como elementos relevantes na decisão de gestão da cidade. Igualmente foram apoiadas as apetências intrínsecas da comunidade, na

manutenção das suas características e valores identitários, amparados na memória histórica. Todavia, o contínuo aumento da população urbana mundial, a grandeza da sua escala e a velocidade da sua evolução, imprimem permanentes momentos de conflito e de mudança no espaço urbano onde os centros do crescimento económico, as áreas demográficas e as pressões sociais, as coações ao ambiente natural e a imposição de políticas avessas às realidades das comunidades, sucedem da incapacidade de diálogo entre o progresso ambicionado e a salvaguarda do património cultural.

Na realidade, “o crescimento urbano está a transformar a essência de muitas áreas urbanas históricas”⁶³³, através de processos a uma escala global com profundos recontros nas realidades locais, suas comunidades e formas de vida, o que conduz ao confronto de residentes com utilizadores, no preciso momento em que essas novas realidades se materializam no espaço urbano, e como tudo o que hoje sucede, os seus efeitos são imediatos. Se o processo cosmopolita promove oportunidades de benefício económico, potencia a progressão social, fomenta o interesse ambiental, induz a fruição cultural ou concretiza a ascensão da cidadania, por outro lado, em momentos paralelos, suscita a exagerada dependência de mecanismos financeiros, a contenda nos estratos sociais e a excessiva densidade de construção, estratifica o acesso à cultura e constrange a participação ativa das minorias.

Na perspetiva de capitalizar as oportunidades que surgem e travar as situações que minam a estabilidade do espírito do lugar, a integração do progresso no tecido urbano deve ser, desde a sua génese, formulada em concordância com a identidade das comunidades, propícias condições para a melhoria da qualidade de vida que asseguram medidas de preservação do seu património tradicional, através da gestão das alterações e por se assegurar o valor das funcionalidades, uma perspetiva que a plena interpretação da paisagem histórica urbana ajuda a mitigar.

Este processo de mudança, e consequentemente de desenvolvimento, deve ser considerado não como uma medida política mas como a concretização da promoção da comunidade, pois destina a inovação e combate a pobreza, beneficia as práticas construtivas e preserva as condições naturais, universaliza a educação e a cultura e apoia a assertividade societária. Tal meta requer capacidade de planeamento e inteligência de comunicação no abordar da cidade, seus núcleos urbanos e a sua paisagem humana, entendida como um todo, em que o quotidiano se gere em prol das funções urbanas em

⁶³³ UNESCO, 2011: 7. *Urban growth is transforming the essence of many historic urban areas.*

consonância com o bem-estar e com os interesses partilhados da comunidade, o que capacita os aglomerados urbanos numa das suas mais marcantes características, a capacidade da adaptação, seja a adaptação às condições climáticas e ambientais ou às realidades políticas e sociais.

Assume-se assim que o património desponta como dos mais presentes recursos da herança e do futuro dos espaços urbanos, em que a sua conservação, entendida como parte integral e de permanente responsabilidade, resulta do empenho da sociedade consignado nas normas e nas práticas implícitas às decisões partilhadas por todos os interessados, em prol do *crescimento* dos núcleos históricos urbanos.

O princípio, originário da carta de Burra⁶³⁴ e das suas orientações para a conservação de sítios com importância patrimonial, define os conceitos que identificam o *património* e a *paisagem urbana* como ativos importantes no processo de conservação integrada, o qual contínuo e refletido na gestão diária do sítio⁶³⁵. Estas mesmas bases programáticas surgem no projeto *HerO – Heritage as Opportunity*, concebido em 2008 como uma rede de intercâmbio e partilha de boas práticas em torno dos desafios e oportunidades comuns que envolviam nove cidades históricas europeias⁶³⁶, em que por este se promoveram diferentes, e partilhadas experiências entre os seus parceiros, para programas positivos de gestão do espaço histórico urbano.

O desafio que hoje se coloca às metrópoles e às cidades europeias, na sua génese histórica, reside na capacidade de articular, num espaço urbano cada vez mais partilhado e sujeito à novidade, a herança histórica com as expectativas da vida atual, transpostas nas relações sociais e nas dinâmicas económicas, nas preocupações ambientais, na valorização cultural ou na integração da participação cívica. Capitalizar o legado cultural para conceber cidades habitáveis, sustentáveis e atrativas, implica aceitar a utilização desses núcleos históricos em benefício dos residentes e dos utilizadores, onde a promoção da qualidade de vida torna-se tão prioritária quanto a necessidade de assegurar a conservação do património urbano.

A inovação que se procura dotar os núcleos urbanos não deve residir nas antigas abordagens localizadas, ou na perspetiva de administrações isoladas em termos setoriais no quotidiano urbano. Ao invés, há a necessidade de uma abordagem incorporada de gestão do espaço urbano como recinto partilhado, na qual se concebe a cidade mais que

⁶³⁴ Documento elaborado pelo Comité Nacional Australiano do ICOMOS com orientações para a conservação dos sítios com significado cultural, o qual foi revisto em outubro de 2013.

⁶³⁵ Shchory & Shamir-Shinan, 2011: 921.

⁶³⁶ AAVV, 2011d: 9.

uma área, como uma plataforma onde a salvaguarda do património cultural desponta, como regra de ação transversal, para o crescimento como delinear do seu porvir. O espaço histórico urbano com a sua identidade e com o seu património cultural vivenciado, assume-se como exemplo singular do que é a paisagem histórica urbana no contexto de desenvolvimento da Europa, capítulo da sua história e fator de paridade num continente de amplas diversidades regionais.

Como áreas residências, os núcleos históricos são recintos multifuncionais consolidados ao longo dos tempos, consubstanciados numa teia de usos e num emaranhado de vivência que, em muitos casos, se tornaram tradicionais com fenómenos rentáveis de atração, motivadores de coexistência social e de promoção económica, onde realidades como o profissionalismo, a educação, a higiene e a participação coletiva, ascendem como eixos costumados de vivência. Por estes se promovem, e concretizam, planos de ação que valorizam os serviços públicos, a igualdade do género, a inclusão das minorias, a importância do emprego, a relação de vizinhança, a criação cultural, o empreendedorismo social, a dinâmica de serviços ou a cativação de recursos financeiros, fatores que reconsideram a urbe histórica como modelo de *crescimento* baseado na estrutura urbana, embora densa, mas proporcional à escala humana.

8.2. A reorganização do espaço e das existências

Quando se aborda o espaço urbano, aporta-se inevitavelmente a questão da centralidade e da periferia, no que concerne ao crescimento ou ao abandono habitacional, à disseminação ou à concentração de serviços, ou mesmo quanto à expansão ou à limitação de acessibilidades, latente dicotomia entre agrupar as funções urbanas no seu centro e estabelecer a periferia em mero dormitório, ou relocar essas mesmas funções também pela periferia sob o risco de abandono do núcleo central, situações de extremo que se tornam tangíveis no crescimento urbano. Estes contextos são, no entanto, muito ténues em Sesimbra, onde a periferia já enuncia, desde a sua génese, função residencial de segunda habitação, ao passo que o seu centro acolhe funções que dificilmente desapareceriam para a periferia. Porém, este continua um espaço que carece de um consenso quanto à concertação útil desses serviços de referência, face ao abandono demográfico e funcional, de modo a permitir a sua difusão utilitária associada não a uma assimetria urbana entre centro e periferia, mas, a uma confluência de utilização e de habitação no centro urbano.

Esta relação de equilíbrio torna-se essencial para a valorização do núcleo tradicional de ascendência histórica que subsiste, capaz de gerar legados e de criar sociedade, produzir riqueza e fomentar o aperfeiçoamento como uma meta de identidade coletiva. Assim, a cultura, com as suas existências patrimoniais, será o legado de afirmação num espaço físico onde confluem diferentes pessoas e formas de agremiação, onde se gera a produção económica e se criam excedentes, onde se permite afetar o tempo intelectual de cada um em iniciativas que pelo seu carácter gregário, contribuem para gerar o sentimento de vivência, e logo de existência, enquanto espaço urbano.

É neste contexto de espaços e de edifícios, muitas das vezes centros de interesse no recinto urbano, que a cultura assume a sua mais profunda marca, seja em jardins e coretos, cineteatros, bibliotecas, museus e centros culturais. A *ágora*, o *fórum*, o *largo*, a *plaza maior*, a *place royale* ou a *main square*, são etapas na evolução histórica urbana, marcados pela afirmação de áreas de confluência e de encontro, de pessoas ou de atividades, de ideias e de cultura. Porém, a cidade sempre foi e será algo mais.

Em Sesimbra esse algo traduz-se na presença exterior ao recinto central, preservada ao longo do tempo como afirmação do espaço urbano, onde se logram também encenar uma artificialidade de vivência. Ao invés, o centro urbano imaculado e preservado, convidativo à imagética que a patine do passado nos deixa, no reverso, no ocaso do dia revela o vazio, a solidão e o abandono que tem nas últimas décadas marcado a sua evolução, fenómeno em tudo coincidente com a solidão dos centros históricos.

Aqui divisa-se o conceito de *paisagem cultural*, em que mais que a definição de um território, compreende os recursos e os traços distintivos que transmitem a relação da cidade com a sua ambiência natural e, consecutivamente com a sua vivência humana. Esta perceção intensifica-se na Convenção Europeia da Paisagem⁶³⁷, instituída pelo Conselho da Europa, na qual se revela a importância da paisagem nos campos cultural e ambiental, ecológico e social, contributo que urge acolher para a promoção de qualidade de vida das comunidades e dos territórios, “conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais e que é um componente básico do património natural e cultural europeu, contribuindo para o bem-estar e a consolidação da identidade europeia humana”⁶³⁸.

⁶³⁷ Adotada pelo Conselho da Europa em outubro de 2000 na cidade de Florença (Itália), destinada à proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias através de cooperação transnacional.

⁶³⁸ CnE, 2000: 2. *Acknowledging that the landscape is an important part of the quality of life for people everywhere: in urban areas and in the countryside, in degraded areas as well as in areas of high quality, in areas recognised as being of outstanding beauty as well as everyday areas.*

A relação que a cidade proporciona, definida como “a condição prévia para o exercício da cultura: a possibilidade de inter-relação, do cara a cara, do encontro do cidadão nos espaços e equipamentos de uso comum”⁶³⁹, está efetivamente na praça, no largo e nas ruas, onde a vivência perdura com um dote especial em redor dos espaços e dos edifícios, os constituintes construídos do núcleo histórico. Não se pretende aqui encerrar Sesimbra na redoma da sua ancestralidade, mas permite-se apresentá-la ao longo da sua evolução, por se lhe conferir o duplo sentido de unidade e de inclusão que em potencial a tornam única.

O esquema urbano assume-se como circunstância de encontro e de evolução, de cidadania e de inclusão social onde se alcançam direitos e se definem deveres, que inspiram na urbe, nas suas gentes e nas suas instituições, a conceção da cidade através da humanização do espaço físico como rastro de premeditação urbana. Como refere Iñaki Aguileta, “a principal ferramenta para a conservação do património está localizada no campo do urbanismo e não na cultura”⁶⁴⁰, pelo que compete ao urbanismo criar os instrumentos e executar as metodologias que vão conferir a necessária coerência ao perímetro e usos citadinos, enquanto materialidade cultural.

Neste contexto programático a conservação do núcleo histórico da cidade passa pela definição de um plano integrado de gestão, o qual considera o todo do perímetro urbano, pese embora, reveja no seu tradicional núcleo histórico uma perspetiva muito característica de salvaguarda. Se nas cidades mais pequenas esse programa pode ser implantado de modo assertivo, nas grandes metrópoles a sua realização implica um plano específico para o núcleo histórico, no qual se reconheça a notabilidade da sua identidade nas existências arquitetónicas e nas funções urbanas.

Por essa notabilidade reitera-se a presença de uma governação ponderada de perspetiva integrada, mais que um simples plano de ordenamento urbanístico, em que incidem as condicionantes do potencial económico face à sustentabilidade de usos, a produção de resíduos e a definição de metas ambientais, as medidas para a inclusão social e as práticas de cidadania, conjugação que permite consolidar a cultura como quotidiano e assegure a sua identidade através da governança dos intervenientes locais suscitada pela ação dos agentes públicos e privados.

⁶³⁹ Aguileta, 2000: 57. [...] *la condición previa para el ejercicio de la cultura: la posibilidad de interrelación, del cara a cara, del encuentro ciudadano en los espacios y equipamientos de uso común* [...].

⁶⁴⁰ Aguileta, 2000: 93. *La principal herramienta para la conservación del patrimonio se ubica en el campo del urbanismo y no en el de la cultura.*

Esta componente mais social da regeneração urbana integrada tem reflexos na ascese crítica quanto à gestão das dinâmicas culturais, da reabilitação do edificado ao propósito de utilização, simbiose entre a justificação e a adaptação de usos. Trata-se de uma das mais desventuradas situações da requalificação urbana, afeta a projetos e a intervenções sem prévios programas de utilização, onde se sobrepõem o edifício à função, em vez de enquadrar o edifício com a função, indutoras de um destino que afeta o património urbano. Para além das subsequentes alterações de projeto em fase de obra, das más opções de intervenção no edificado, na disfuncionalidade de soluções projetadas com a conclusão dos trabalhos, ou das adaptações desgarradas dos usos previstos face às limitações que cingem o edifício, várias são as situações que tornam os programas de reabilitação muitas vezes mais que uma hipótese de diálogo, um campo de liça intelectual e de desencontro de potencialidades para um pretenso futuro.

Um edifício, tal como o todo que constitui o espaço histórico, foi criado num determinado tempo para uma área dimensionada e com uma missão definida. Quando hoje se pretende nesse mesmo espaço dotar novas funcionalidades, e quando a realidade contemporânea se sobrepõe aos vestígios do passado, uma das primeiras, e mais refletidas iniciativas, deve assentar ainda antes do projeto de arquitetura, na definição dos futuros usos e das evidências que o espaço tem para os acolher. A aplicação coerente de princípios de intervenção assenta na sua requalificação funcional, com uma missão efetiva e uma ocular utilização, epílogo para o eterno fim de que edifícios requalificados servem preferencialmente para instalações socioculturais públicas.

Para que a intervenção de reabilitação seja um sucesso, há que certificar a utilização que emana desse esforço, pois se o conhecimento se entende como o melhor garante da salvaguarda do património cultural, a efetiva garantia para a sua conservação passa pela sua utilização com a integração de novos usos que incentivem o devido enquadramento com o espaço urbano. Neste contexto, mais que funcional, o edifício passa a ser referência no contínuo do espaço urbano, paralelo de características que o tornam exemplo assinalado para outras intervenções, face ao benefício da sua localização ou ao sucesso da sua funcionalidade, plenamente integrada no quotidiano e marca de boas práticas construtivas e de potencial criativo de utilização como ativo partilhado.

Assim, as políticas locais a adotar em Sesimbra, quanto ao crescimento integrado, requerem uma abordagem com efetivo impacto territorial, que para além da delimitação da ARU ou da organização do ORU, requer a proposta transversal da regeneração urbana integrada, a envolver a utilização do solo com o planeamento urbanístico e os

programas de habitação, pois as intervenções em espaços urbanos de inegável valor histórico estão cobertas por um conjunto de potenciais riscos de dimensão societária desde a especulação imobiliária à elitização residencial, da desertificação social à museificação arquitetónica. No pressuposto definido por Jean-Louis Luxen, “os programas para reabilitar bairros históricos permitem avançar em direção a vários objetivos de uma só vez: a melhoria da habitação para benefício da população local, o reforço dos centros urbanos tornando-os atraentes aos visitantes, e o apoio à economia local (empresas, artesanato, profissões tradicionais, etc.)”⁶⁴¹. O efetivo sucesso da intervenção no espaço urbano, depende assim de uma abordagem metódica, em que cabe ao município papel central em todo o processo.

O município, pela sua génese saída da eleição popular, pela sua proximidade institucional aos setores económicos e sociais, ou pela vinculação dos seus recursos à comunidade, será o melhor agente para motivar um programa de regeneração urbana integrada. Tal programa deverá propiciar o envolvimento de todos os intervenientes interessados, de modo a assegurar uma governança construída sobre compromissos e responsabilidades, o que permitirá propor opções integradas de participação financeira, inclusão social, coerência ambiental e participação cultural.

Na sua faceta mais formal, o município proporciona o necessário equilíbrio legal no âmbito da sua competência, através de regulamentação específica, na forma do Plano Diretor Municipal, de Plano de Pormenor ou de Regulamento Específico para o espaço urbano, a que se associa uma análise a outros programas de incentivo, sejam nacionais ou Comunitários, abrangentes a dinâmicas nas áreas económicas, na coesão social ou no incentivo à eco-eficiência, na criatividade e na identidade cultural.

O núcleo histórico urbano, sob o propósito da sua conservação e requalificação, não pode ser entendido como espaço propenso ao progresso mas intocável na sua manifestação. Antes de se promoverem zonas de proteção e regras de intervenção, devem ser criados canais de comunicação que permitam, antes das regras e restrições, captar interesses e conciliar propostas para a elaboração de ferramentas de gestão, coerentes e realistas com as realidades locais, pois por si, cada espaço urbano é único e requer uma epístola muito própria. Depois, há que promover a realização de estudos em áreas propícias à criação de informação que vai fortalecer o envolvimento dos agentes

⁶⁴¹ Jean-Louis Luxen in AAVV, 2012b: 23. *Programmes to rehabilitate historic quarters make it possible to advance towards several objectives at once: the improvement of housing for the benefit of the local population, the enhancement of urban centres to make them attractive to visitors, and support for the local economy (businesses, crafts, traditional professions, etc.).*

locais, com estudos que consideram não só a génese histórica ou os testemunhos arquitetónicos, mas igualmente as potencialidades económicas, as necessidades sociais, as acessibilidades, a gestão de espaços públicos, as medidas de gestão de resíduos ou as potencialidades de criação cultural.

Todos estes temas são campos de investimento, e por tal, desafios a escalar para criar ativos face à futura intervenção. Mais que a paixão de intervir no passado, a requalificação dos espaços históricos nas cidades afigura-se, acima de tudo, uma posição de pragmatismo. Nesse sentido, o diálogo e a coerência são méritos que urge implementar pois, nos últimos anos seja pela crise financeira que afetou irremediavelmente os estados europeus seja pela consciência pública de que o princípio da governança deve ser retomado como forma representativa do interesse dos cidadãos, o valor do bem cultural, já não corresponde ao sentido que a realidade política coetânea propõem, mas sim, ao novo arbítrio cívico que a sociedade e os cidadãos lhe conferem.

Exemplo deste paradigma traduz-se no proposto por Marc Guillaume⁶⁴², na alusão ao conceito de *património* como um *bem público*, puro mas não tutelar, ideia suportada pelo pensamento do economista norte-americano Paul Samuelson, o qual demonstrou que se pode projetar um *mercado potencial* se cada virtual utilizador do bem público assentir na utilidade que esse bem representa para si, e ao disponibilizar-se a pagar um contributo, como *preço potencial*, em que a soma dessas contribuições estabeleceria o orçamento disponível para cada função coletiva e, em particular, para o património.

Um modelo de benefícios fiscais aplicados à gestão dos espaços históricos urbanos provêm de França, desde a primeva Lei n.º 62-903 de 4 de agosto de 1962, a denominada Lei Malraux, criada para proteção do património histórico e estético nacional, quando na transição das décadas de 1950 e 1960, os centros urbanos arcavam com processos de expansão de acessibilidades e de introdução de novas áreas funcionais, sobretudo espaços de comércio e de serviços, que alteravam a costumada vitalidade urbana e perigavam a integridade dos bairros históricos. A lei promoveu então mecanismos de proteção na gestão das cidades, através da definição de áreas onde a presença histórica e a riqueza estética aconselhavam medidas especiais de salvaguarda quanto ao património edificado, ao apoiar os esforços dos proprietários que intervissem através de benefícios fiscais à recuperação de imóveis, sua posterior dedução e até plena isenção face à valia imobiliária.

⁶⁴² Guillaume, 1997: 42.

A vertente economicista do património tem igualmente indicadores que, além da imaterialidade do mesmo, tornam o seu cálculo concreto e permitem obter informações sobre a procura e a oferta, sobre os custos e os benefícios, sobre qual a sua capacidade de fruição enquanto fator de sustentabilidade financeira. Por exemplo, através dos ingressos em eventos e locais de interesse cultural, seja um espetáculo ou a admissão num monumento, aos objetos de *merchandaising* comercializados. Porém há neste tipo de indicadores que observar a realidade concreta dos bens patrimoniais face à sua dimensão, não só física do evento ou do sítio, mas da sua localização enquanto fruição, ou seja, não se pode comparar um museu nacional com um museu municipal, nem se pode comparar um megaevento musical com um concerto local.

As decisões de análise devem ponderar o caso concreto, balizado pelo seu contexto, para que a criação de rácios seja baseada em pontos de interpretações para efetivas leituras. Por essa abordagem, uma gestão coerente deve encontrar os fundamentos para definir o valor dos seus ativos culturais, os recursos que aos mesmos se podem alocar, os benefícios que dos mesmos podem advir, e qual o seu impacto na realidade local. A salvaguarda equilibrada das cidades, e das suas áreas históricas, busca proporções espaciais e ambientais, sociais e económicos, culturais e de governança, intercedidas por medidas de gestão urbana que envolvem os residentes, não como modelos de constrangimento mas como premissas de evolução. A rapidez e o impacto da mudança conjugam um parâmetro que pode ser coordenado com os valores identitários da cidade, observado em escalas coerentes com os necessários tempos para integrar a mudança e acolher os seus contributos no quotidiano.

Uma das realidades com maior impacto no caso de Sesimbra decorre da circulação, das vias de acesso, das áreas de trânsito, dos espaços de paragem e dos recintos de estacionamento, pois o núcleo urbano foi construído num determinado tempo e consoante um espaço definido para as necessidades coevas, algo que a atualidade ultrapassou pelo maior interesse na sua utilização. Hoje em dia, os veículos motorizados invadem o recinto, tomam ruas, avenidas, largos e praças, forçam à criação de áreas próprias para circular, perímetros dificultados ao peão, espaços ocupados com estacionamento, congestionamento de utilização de certas áreas urbanas e condicionamentos de utilização diária.

Pese embora os recentes esforços empreendidos para recuperar a tradicional vida pedonal urbana, uma das principais preocupações prende-se ainda com as infraestruturas de mobilidade e a sua implantação face ao tecido urbano, pois para além

das atuais restrições à circulação automóvel, da fronteira do *alcatrão* para a *calçada* com benefício da circulação pedonal, à limitação de estacionamento pago ou ao condicionamento de percursos de circulação automóvel, outras dimensões alternativas podem ainda evoluir, seja nos transportes coletivos de pequeno curso, em novas propostas de modos suaves com veículos menos poluentes e dimensionados para a teia urbana, à planificação de percursos que expandam a mobilidade pedonal. A redução do tráfego beneficia o ambiente urbano, seja na menor poluição atmosférica como na liberdade de circulação, o que potencia criar espaços verdes e confinar as áreas de estacionamento ao perímetro exterior, em que não se concebem zonas tampão ao automóvel, mas definem-se estações de interligação.

De igual modo, também no contexto da governação participada, as associações locais potenciam interesses em torno do património, ao permitirem catalisar parcerias e promover assertivas medidas de ação, inclusive capazes de suplantar as apetências da administração pública, pois o envolvimento da comunidade gera um modelo proactivo capaz de promover um desenvolvimento mais inclusivo, e logo sustentado. As parcerias público-privadas nascem desta génese de empoderamento local, resultado de informação orientada capaz de envolver interessados e cativar disponibilidades para a concretização de usos mais coerentes face às necessidades locais. Exemplo deste método, no contexto europeu, foi indicado por Susan MacDonald na Holanda com a associação *Monumentenwatch*, a qual desenvolve a sua ação através da participação ativa do que definiu como *organizações do terceiro setor*, entidades da própria sociedade interessadas na conservação dos edifícios históricos⁶⁴³.

Também neste alinhamento surge a interpretação da *reutilização adaptativa* dos edifícios históricos, proposta integral que assegura a preservação através da aplicação de denominadores importantes como o envolvimento do setor público, diferentes fontes de financiamento, distintos compromissos sociais na sua utilização ou a melhor articulação de recursos a afetar. A ênfase recai na compreensão de algumas regras, as quais estruturadas por Donovan Rypkema⁶⁴⁴, no envolvimento dos agentes defensores do património no processo de planificação, à aplicação de alterações reversíveis que permitam olhar a preexistência do edifício, ao envolvimento de profissionais experientes e à perceção de que o imóvel tem valor patrimonial, pelo que a sua gestão não deve ser eclipsada pelo interesse imobiliário.

⁶⁴³ MacDonald, 2011: 896.

⁶⁴⁴ Donovan Rypkema in AAVV, 2008: 18.

Os bens constituintes do património cultural são, em si, bens imobilizados com pecúlio para os seus proprietários, sejam públicos ou privados, porquanto bens com propriedade. Porém, o valor atribuído ao património cultural ultrapassa a mera valia económica pois inclui valores incorpóreos, como o espírito, a tradição ou a emoção, materialização do próprio bem através de uma importância muito própria. À medida que o tempo passa e o bem persiste, maior será o seu porte cultural, até que ultrapassa a soma corpórea e eminentemente económica do imobilizado, e passa a incorporar o provento da sociedade que o acolhe e confere simbolismo, uma memória coletiva.

No espaço urbano, esta simbologia coletiva deve guiar o investimento na conservação ou na refuncionalização do património, através da sua adaptação ao modo de vida em que a sua qualificação assume-se porquanto fator de competitividade. Na cidade, sob a perspetiva de Mona Serageldin, “o património perde-se por causa de problemas de manutenção e por negligência”⁶⁴⁵, onde os estorvos burocráticos, as práticas incuriais de conservação, os interesses do uso inapropriado ou as opiniões que o associam à estagnação, são causas de risco presentes no seu testemunho patrimonial.

Sob esta reflexão, “em muitos aspetos, a capacidade de uma cidade para promover o desenvolvimento económico com base no seu património reside na sua capacidade de salvaguardar a sua identidade face à mudança”⁶⁴⁶, pelo que o seu apuramento envolve diferentes intervenientes e distintas gerações, associadas a renovados princípios e técnicas comprometidas com o crescimento integrado, sustentado face à incorporação de modelos de convivência consentâneos com a preservação da identidade, embora se considere que essa identidade pode ser apreciada de diferentes maneiras.

Em Sesimbra, são vários os impactos negativos que se avolumam sobre o património, das utilizações desregradas de espaços públicos ao excesso de circulação e ocupação rodoviária, das medidas poluentes ao avolumar de resíduos urbanos, da pressão social por novas áreas residenciais à especulação imobiliária e comercial, ou à construção descontinuada face às preexistências. Em todos estes, as mudanças sugeridas infletam para a satisfação da nova procura, com risco de anulação dos testemunhos históricos, seja em espaços seja em atividades, o que conduz ao egresso do património face ao quotidiano, memória fotográfica pitoresca a vender aos visitantes.

⁶⁴⁵ Mona Serageldin in AAVV, 2008: 33. *El patrimonio se pierde a causa de problemas de mantenimiento y por negligencia.*

⁶⁴⁶ Mona Serageldin in AAVV, 2008: 35. *De muchas maneras, la capacidad de una ciudad para promover el desarrollo económico basado en su patrimonio descansa en su capacidad de salvaguardar su identidad ante el cambio.*

É neste contexto que o programa de regeneração urbana integrada se traduz no elemento basilar, compêndio de regulamentos urbanísticos e de regras de convivência comunitária, qual caixa de ferramentas eficaz para os interesses dos agentes locais e móbil para dinamizar os recursos numa ótica partilhada, coerente com os valores patrimoniais quanto à escala e à utilização. Alinham-se, de maneira positiva, investimentos e competências concertados, aos quais já se associaram mecanismos de gestão que minimizam custos e maximizam ganhos numa prévia qualificação, a qual sustentada por estudos multidisciplinares, por assembleias de representantes ou por modelos de monitorização.

Como regista Francesco Siravo, “renovação e reabilitação não garantem beleza”⁶⁴⁷, o que torna inegável que as vantagens de uma gestão atempada representa um valor inestimável não só para a administração municipal, como para todos os intervenientes, ao conciliar as necessidades sentidas com a busca de soluções, momento participado que permite gerir a mudança no quotidiano local e na vitalidade urbana, pela salvaguarda do seu património.

Siravo aborda o caso da cidade de Veneza⁶⁴⁸, um registo patrimonial singular e destino turístico por excelência que no entanto, regista perda de população residente na zona histórica, de 136.000 habitantes em 1978 para 60.000 em 2009, diminuição agravada pelo envelhecimento, onde mais de 1/4 dos residentes estão acima dos 65 anos e mais de 1/3 das famílias não tem filhos. Em oposto, o turismo registou um aumento expressivo, de 1 milhão e 100 mil visitantes anuais em 1951 para 8,2 milhões de visitantes em 2009, a que se associa a estimativa de futuros visitantes anuais de 19 a 20 milhões, o que balizava em 1998, uma presença diária de 40 turistas por cada 100 habitantes que, em 2009, se balanceou nos 86 turistas por 100 habitantes, realidade com consequências drásticas no quotidiano local, pela redução de espaços comerciais e serviços sociais, e consequente aumento de espaços de apoio a turistas e viajantes.

O estudo foi mais longe quanto ao grau de satisfação dos residentes, onde se aferiram elevados graus de insatisfação, 71% reportados aos serviços médicos e sociais, 50% à falta de mercados alimentares, instalações culturais, desportivas e áreas verdes, 80% face ao elevado custo de vida, 57% sobre a falta de habitação a preços acessíveis, e 55% à presença excessiva de turistas.

⁶⁴⁷ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 20. *Renewal and rehabilitation do not guarantee beauty.*

⁶⁴⁸ Francesco Siravo in AAVV, 2009: 21-22. Baseado no estudo: PEREGO, F. ; SBETTI, F. (1998) - *Vivere a Venezia: vita quotidiana e qualita dei servizi*, Fondazione Cassa di Risparmio di Venezia.

Este exemplo alerta para o elevado potencial de risco que as cidades, com relevantes núcleos históricos, enfrentam em conjunto com a sua comunidade, as quais se arrogam como museu a céu aberto e não como lugar habitacional, o que lhe retira o substrato social e a base económica que permite amparar a sua conservação. Mais que o debate entre o interesse do desenvolvimento *versus* a intenção de inércia, ou entre a vontade contemporânea *versus* a valorização das preexistências, trata-se de uma questão de maior profundidade, a concordância do futuro das cidades com o porvir do legado cultural. O reconhecido modo de vida europeu, embora atualmente sujeito a vários fatores de mudança e de resistência, tem na resposta a essa questão, com assertividade, valorizado a cultura e a salvaguarda do património urbano como um modelo de planificação estável, e uma ferramenta vantajosa para o crescimento.

Os indicadores de expansão de uma cidade expressos quanto à demografia, à área construída, ao produto económico, aos valores sociais ou aos programas culturais, são medidas positivas de progresso por transmitem coerência entre si, isto é, quando o aumento demográfico não cria problemas de salubridade, quando a produção económica não promove desigualdades sociais, ou quando a programação cultural se torna acessível a todos. O crescimento sobrevém não como imposição mas como jornada coletiva, proposta, planeada, realizada e acompanhada como um todo no espaço urbano, o qual, se torna lar de uma sociedade real, com os seus próprios padrões e regras como elementos empreendedores, onde o núcleo histórico, mais que corporizar um sentido de apetência turística ou um sentimento de perda de vitalidade urbana, entende-se como galvanizador do património coletivo da cidade e, por essa via, depositário dos seus valores fundamentais para o futuro.

Esta aposta, transcorrida para o caso de estudo de Sesimbra, vai recentrar-se na abordagem a políticas locais capazes de conciliar diferentes interesses nesse espaço urbano, através de uma base viável de consenso entre todos os interessados, pela qual, se conjugam as competências com os recursos disponíveis, de forma mais eficaz e coordenada face aos investimentos que se pretendem realizar.

Um dos campos a incentivar prende-se com a valorização de espaços de partilhada utilização pública, recintos qualitativos atrativos para residentes como para visitantes, apelativos a novas atividades, a recursos humanos mais qualificados e a projetos inovadores. Deve-se por esta via expressar uma dialética que favoreça a arquitetura dos edifícios com as infraestruturas urbanas e as funções de vivência quotidiana, perspectiva onde a cultura arquitetural emerge como via para a qualificação de todos os aspetos que

influenciam a conceção urbana, os quais ultrapassam os edifícios e os recintos, e permitem entender todos os valores associados.

A modernização das redes de infraestruturas e a melhoria da eficiência energética são fatores importantes, as redes de transporte sustentáveis e acessíveis a preços razoáveis com ligações modais às redes metropolitanas, são essenciais face às exigências atuais, os sistemas de saneamento e tratamento de resíduos urbanos apenas os padrões de recolha seletiva para reciclagem adaptados são fundamentais. Todos estes fatores são campos de trabalho além do património urbano, essenciais na gestão da cidade e com reflexos nas evidências de fruição, pelo que requerem uma abordagem apostada numa visão global. Para Sesimbra, há que procurar a melhoria do desempenho quotidiano na relação do espaço urbano com os seus utilizadores, através da redução de virtuais fenómenos de polarização económica, *gentrification* social, degradação ambiental, expropriação cultural ou de insucesso de governança, em que o carácter do espaço urbano determina-se pela qualidade da sua construção e pela eficiência das sua função, requisitos básicos para um ambiente agradável e atrativo para a urbe.

A eficácia do planeamento urbano, enquanto alavanca política, torna-se essencial para a integração dos objetivos estratégicos de um modelo urbano mais inteligente, sustentável e inclusivo, onde a regeneração urbana integrada é meta capital, pela qual se move uma abordagem interventiva de incidência holística, onde substituem abordagens unidimensionais e se alinham metas de ação em diferentes domínios que lidam com o espaço urbano como um todo. A complexidade do seu crescimento aborda-se na sua própria função, onde distintas ações suscitadas têm reflexo positivo sobre o conjunto, o que evita contradições e promove respostas convergentes.

Pôr em prática esta abordagem em Sesimbra, significa resolver conflitos, superar discrepâncias e ultrapassar interferências entre os efeitos de cada uma das dimensões. Encontrar compromissos e definir princípios de ação, movidos por uma coordenação transversal implementada na tradicional estrutura administrativa, permite moldar abordagens convergentes por meio de novas fórmulas de governança que envolvam todos os intervenientes numa gestão assertiva⁶⁴⁹.

A requalificação urbana de Sesimbra tem passado pela reabilitação muito centrada nos espaços e nos edifícios públicos, mas, tenderá a ter maior relevo quando essa revitalização transitar para os edifícios privados, realidade que atualmente sucede

⁶⁴⁹ EU, 2010: 5.

embora, ainda algo desregrada face aos interesses patrimoniais. Torna-se assim prioritário constituir, como condição fundamental para o envolvimento dos agentes privados nas políticas públicas de crescimento, um eficaz equilíbrio entre a tradição e a modernidade, de modo a compor a densidade construtiva com a requalificação do perímetro urbano, em direto benefício das acessibilidades, da qualificação comercial ou da aposta em novas modalidades de fixação residencial.

8.3. A cultura no crescimento integrado

Em Portugal, a cultura converteu-se próxima do cidadão, seja este criador ou espectador, sinónimo de liberdade e ao mesmo tempo de integração na sociedade, um direito consubstanciado na Constituição da República Portuguesa⁶⁵⁰ e na sua aspiração da democracia cultural, para a qual, os municípios são dos seus mais relevantes agentes, um dos sustentáculos basilares. Termos como *política cultural*, *difusão cultural*, *património cultural* e *programação cultural*, mais que parangonas de comunicação, transformaram-se em eixos de ação nas atribuições municipais e na sua relação com as comunidades locais enquanto entidades públicas.

Numa leitura, proposta por Iñaki de Aguilera quanto ao contexto espanhol, “em política cultural já se fez muito, pensou-se menos e quase nada foi escrito. Em muitos casos foi através da intuição, e por vezes num sistema de tentativa e erro, o único mecanismo que permitiu o sucesso dos programas”⁶⁵¹. Em Portugal, se é certo que a evolução da sociedade se baseou na intuição e no erro, na experiência e no sucesso, a cultura nas últimas décadas tem feito deslaçar muitas opiniões, pese embora as ações de sucesso não tenham sido equivalentes na continuada relação quantitativa e qualitativa.

No mundo atual, a dinâmica cultural atingiu patamares que a convertem num processo complexo, e de campos contraditórios, pois se na sua génese a cultura simboliza a identidade do coletivo, o fomento da indústria cultural suscita campos de discussão que conduzem a interpretações ambíguas sobre a colocação da cultura na sociedade. Balanceada entre a continuidade social ou a rutura geracional, a sua

⁶⁵⁰ AAVV, 2004. Expressa no art. 2.º respeitante ao estado de direito democrático, no art. 9.º quanto às tarefas fundamentais do estado, art. 42.º na liberdade de criação cultural, e no capítulo III respeitante aos direitos e deveres culturais, mais aprofundado no art. 73.º quanto à educação, cultura e ciência, e no art. 78.º na fruição e criação cultural.

⁶⁵¹ Aguilera, 2000: 16. *En política cultural se ha hecho mucho, se ha pensado menos y no se ha escrito casi nada. En muchos casos ha sido la intuición, cuando no un sistema de ensayo-error, el único mecanismo que ha permitido el éxito de los programas.*

dualidade assomou na Europa difusos valores porquanto comunidade de nações, em que muita dessa incerteza sucede de uma vivência cada vez mais dependente do paradigma da industrialização, produção quantitativa e padronização qualitativa, onde se aplicam lógicas em que a comunicação global requer tempo de reflexão, o qual difícil de encontrar no dia-a-dia. Produzir em quantidade, padronizar modelos, minimizar custos e universalizar a lógica, têm sido os campos de incremento cultural notórios nos espaços urbanos cosmopolitas, modelo de políticas de propensa menorização das resiliências sociais, fenómeno muito perceptível nos centros históricos.

Na cidade, o conceito de *democracia cultural* encontra-se mais vincado, pois o espaço urbano surge como palco, onde os cidadãos podem ser criadores e ao mesmo tempo público, um direito adquirido e um modo de vida inclusivo. Este arquétipo decorre da oferta e da procura cultural, permanente pendulo de tirocínio onde a ênfase recai sobre a pessoa e não sobre o teor, pese embora, se considere que a criatividade para criar não advém de competência inata, pois a expansão da noção de cultura não olvida a diferença de valores como de intensidade na sua fruição. Os efeitos positivos da cultura são vários, da criação de emprego ao consumo de bens e serviços, do fomento ao empreendedorismo à capacidade acrescida de comunicação, da melhoria do nível de vida à propensão de investimentos multiplicadores.

Entende-se aqui a importância que o incremento económico e a demografia registam na valorização da cultura, pois como regista Augusto Mateus com o modelo de financiamento cultural seguido nos EUA, evidencia-se uma partilha equitativa entre a proveniência de impostos, o mecenato e a obtenção de receitas próprias, em que a economia da procura supera a economia da oferta, o que torna a cultura fator de densidade necessário à economia⁶⁵². Pela propensão que gera no sector público, a cultura tem sido utilizada como princípio de legitimação política, uma realidade igualmente marcante em Sesimbra na era da urbanidade, mercê da capacidade simbólica que se lhe comete junto da sociedade, seja a comunidade local ou os visitantes, pelo seu potencial de mensagens e conteúdos. Esta realidade tem pautado decisivamente o património cultural na perspetiva da sua incorporação na esfera de ação do município.

No entanto, para prestígio dos poderes locais e para atração de público, tem sido priorizados grandes eventos com impacto mediático, e elevados custos, alvitre para um estatuto de centralidade cultural evidente no fenómeno das *capitais de (...)*, imagem de

⁶⁵² Augusto Mateus in AAVV, 2013b.

progresso equiparada à afirmação de uma vontade política. A busca pelo reconhecimento e a obsessão pela cobertura mediática, pende assim para a espetacularização que privilegia o ato de comunicar sobre o conteúdo da comunicação, o contido sobre o conteúdo. São criadas representações estereotipadas em que a cidade, não o espaço urbano em si mas a sua imagem de urbanidade, é alusão de localização e fator de envolvimento sem que sejam devidamente considerados os custos e benefícios que tal apropriação suscita. Vive-se a imagem mas dissipa-se a origem, promove-se a afirmação competitiva mas relega-se a realidade endógena, como que um “halo de triunfalismo que leva a minimizar os custos e a exagerar os benefícios”⁶⁵³.

Se na transição das décadas de 1940 e 1950 a Europa assistiu a uma elevada vaga de intervenção no espaço urbano, direcionada para a recuperação e o restauro no rescaldo da última grande guerra, nas décadas de 1970 e 1980, patenteou-se no mesmo panorama geográfico a materialização de programas de regeneração de espaços e de requalificação da paisagem urbana, os quais enquadraram a urbe no engrandecimento económico onde a cultura, no entendimento contemporâneo da sua génese histórica, era contributo basilar. Como se constatou na realidade portuguesa das décadas seguintes, a afirmação da cultura e dos seus espaços de referência cursou atrás da viabilização económica do espaço urbano, o que secundou o absentismo social e proferiu a criação de lugares comuns que, no entanto, tornaram quase todas as cidades iguais.

Os centros culturais, os museus ou as bibliotecas públicas, foram equipamentos fundamentais que se tornaram modelos repetidos de cidade em cidade, o que contribuiu para confluir escalas mas igualmente, minimizar singularidades locais. A mais recente época de requalificação urbana influenciada pelo QREN 2007-2013 repetiu essa mesma fórmula, seja em Sesimbra, em Sines ou em Peniche⁶⁵⁴, quando o investimento foi direcionado para a criação de centros culturais, museus, arruamentos e infraestruturas, porém, faltou a capacidade, e a sagacidade, por parte de muitos poderes municipais, para entender a sua singularidade, a qual advém estritamente das pessoas e do seu legado comunitário. Daqui se entende que a missão do município sesimbrense não deve assentar no pretexto, mas sim no objetivo, ou seja, não valorizar a cultura na

⁶⁵³ Aguilera, 2000:44. [...] *halo de triunfalismo que lleva a minimizar los costes y exagerar los beneficios*.

⁶⁵⁴ Foram visitados estes três núcleos para efeitos de comparação de evidências empíricas, os quais com características similares nos recintos urbanos e tradições societárias de génese marítima, e que estavam afetos a distintos programas regionais de financiamento e diferentes abordagens estratégicas quanto aos territórios, em Sesimbra o *PORLisboa*, em Sines o *InAlentejo* e em Peniche o *Mais Centro*.

comunidade mas valorizar a comunidade com a cultura, uma meta mais estrutural e implicitamente estratégica para o que se pretende que seja o crescimento local.

A reabilitação dos núcleos históricos assume-se como questão de elevada complexidade perante a multitude de aspetos divergentes, agentes e interesses envolvidos, à qual se afetam processos e se implicam elevados recursos financeiros e confinantes calendários temporais. Neste contexto, de elevada complexidade, a criação de programas de apoio técnico ou de fundos de financiamento, apoiados ou suportados por parceiros externos, torna-se uma das mais pertinentes medidas para o sucesso da intervenção urbana, a qual apensa ao conceito de *regeneração urbana integrada*.

Com o Portugal 2020, pretende-se mobilizar parcerias e suscitar investimentos produtivos através do princípio da subsidiariedade e da focalização nos resultados, orientados para as prioridades temáticas, suportadas por fontes de financiamento comunitárias e de participações nacionais. Evidencia-se aqui o potencial dos aglomerados urbanos, basilares para o crescimento integrado mas que requerem investimentos de qualificação dos territórios, de coesão social com suas populações e de novas dinâmicas de competitividade económica. Projetam-se cidades mais consolidadas e eficientes no uso do solo, suscetíveis de menores deslocações pendulares e de mais qualificada oferta de serviços, onde o património, surge como ideário estruturante na identidade social e no potencial económico regional, galvanizador de setores como o turismo e o comércio, a hotelaria e os transportes, e onde as indústrias culturais são ensejo para atividades produtivas geradoras de emprego, para redes de modernização e plataformas de internacionalização.

A territorialidade de Lisboa como região europeia, central no eixo atlântico mas periférica face ao continente, confere-lhe um cosmopolitismo transcontinental benéfico enquanto destino apelativo, onde a cultura se prefigura como grandeza de competitividade. Enleva-se o turismo e a hospitalidade como setores de expansão pela sua base ecológica e histórica, mas também os meios criativos e as indústrias culturais como esferas diferenciadoras de valor. A promoção do património cultural aspira à sua distinção como identidade regional, favorável a atrativos turísticos e um território de competitividade dotado de fortes recursos na cadeia de valor, pelo que se requer o entendimento quanto à conservação desse mesmo património, como impulso à criação de riqueza e geração de emprego, com projeção internacional associada à refuncionalização de espaços e à inovação de usos.

Outra das orientações evidenciada no diagnóstico regional prende-se com a qualificação urbana e da rede de aglomerações, meta sustentada em dois anéis de regeneração, o primeiro associado a instalações industriais abandonadas, contributo para a qualidade ambiental e eliminação de passivos ambientais propícios a novas dinâmicas de competitividade, o segundo em zonas urbanas deprimidas, na génese socioeconómica e na coesão territorial mediante modelos de governação participados em áreas urbanas desfavorecidas. Para Sesimbra e em termos superlativos, a cultura e o património representam um pilar fundamental para o crescimento integrado, o qual pode ser coeso em épocas de recessão ou divergente em períodos de expansão, pois que, para além de todo o peso económico e financeiro que comporta, tem na componente social e criativa, eixos de empreendedorismo e de desenvolvimento.

Ao contrário da indústria, o património não necessita de ótimas condições geográficas, de fundamentais vias de comunicação, da proximidade a centros extrativos e de matérias-primas, ou de contínuo consumo de recursos. O património necessita de ser conhecido para ser preservado, preservado para ser divulgado e divulgado para ser um ativo com valor universal, fenómeno de identidade coletiva, de inclusão social e incentivo ambiental, fonte de lazer e sinónimo de atração económica. A regeneração urbana integrada sobrevém como a via para concretizar este contexto, pois considera a valorização da cidade sob uma estratégia em que a interpretação do seu valor como da sua importância, emerge na salvaguarda do património urbano enquanto benefício da qualidade de vida dos residentes no seu quotidiano.

No quadro europeu a carta de Cracóvia alicerça esta noção, através da diversidade de valores que emana da pluralidade de comunidades que constituem as regiões europeias, espaço comum onde cada vez mais, se enaltece a identidade regional com os seus traços próprios, constituintes de um acervo *sui generis* que se pode entender como a *memória coletiva europeia*⁶⁵⁵. Neste alinhamento, e em específico para a região de Lisboa, merece particular menção no PORL 2020 as operações previstas nos eixos prioritários 4 e 8, respetivamente para a promoção do património natural e cultural, e para o desenvolvimento urbano sustentável.

Com o eixo prioritário 4 pretende-se valorizar o património cultural e natural da região, afirmada como destino turístico de excelência mediante projetos inovadores de

⁶⁵⁵ Neto, 2002: 94.

gestão integrada e com potencial de visibilidade internacional ⁶⁵⁶, em que as intervenções são centradas em edifícios classificados ⁶⁵⁷, associados a projetos de relevância cultural e de promoção turística, e apenas as ações de conservação e de reabilitação de edifícios, de interpretação de bens histórico-culturais, de programação cultural associada à visitação e acesso ao conhecimento, a medidas de valorização do património e em ações de qualificação de áreas com elevado valor ecológico.

Por sua vez o Eixo Prioritário 8 assume o primado do desenvolvimento urbano sustentável, fator estratégico para as *ciudades sustentáveis 2020* como contributo para ordenar a estrutura urbana e melhorar a qualidade de vida das populações, reforço dessa dimensão no âmbito da Europa 2020 ⁶⁵⁸, em que se promove a mobilidade ecológica e a qualidade ambiental através da regeneração de áreas industriais obsoletas e de zonas urbanas com comunidades desfavorecidas, através da redução das emissões de CO₂ e de sistemas de mobilidade suave, de revitalização das cidades através da qualificação do espaço público e do recinto edificado, de intervenções junto das comunidades para dinamização económica e inclusão social.

No mundo contemporâneo, o legado patrimonial histórico do espaço urbano assume-se como elemento diferenciador na evolução da cidade em várias perspetivas de abordagem. Da reestruturação económica provocada pela emergência de um mercado global, à contínua migração de população e de novas maneiras de encarar a sociedade nas cidades e suas periferias, dos crescentes impactos ambientais que a expansão de cidades e metrópoles tem nos territórios e no consumo energético, ao aumento da diversidade cultural em todas as suas formas de representação, confere-se precedência à economia de serviços e à promoção do capital humano centrado nas cidades, enquanto áreas de inovação. A aposta nas *ciudades inteligentes* é essencial para o crescimento, pois enleva a tecnologia no quotidiano e promove o funcionamento dos sistemas urbanos associados a um ambiente saudável, atrativos para a residência e a competitividade económica, ordenados por infraestruturas sustentáveis.

Ao redor de Lisboa, cidade capital e centro regional, estrutura-se um arco patrimonial, na margem norte fundado nas rotas naturais e históricas como os parques naturais do Tejo e da Serra de Sintra ou a rede dos Grandes Mosteiros Património Mundial da Humanidade, na margem sul de menor provento mas de continuidade

⁶⁵⁶ Ao EP 4 está alocada uma dotação FEDER de 15.000.000,00 €.

⁶⁵⁷ Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Público com as respetivas zonas de proteção.

⁶⁵⁸ Ao EP 8 está alocada uma dotação FEDER de 74.000.000,00 €.

patrimonial com o parque natural da Serra da Arrábida/Sado e os circuitos temáticos pelo património edificado. A região oferece argumentos de atratividade consolidados neste arco patrimonial que conecta o contexto histórico às ambiências naturais, elementos de sustentabilidade e elos de uma imagem de qualidade de vida.

Recuperada a leitura da EIDT Lisboa 2020, dos seus três eixos prioritários, de valorização do património ambiental e cultural da costa atlântica e da frente ribeirinha, de regeneração de áreas industriais degradadas e fomento da capacidade de inovação da base empresarial, e de reabilitação urbana na transição para a eficiência energética e adaptação às alterações climáticas, merece particular detalhe o primeiro. Dedicado à valorização do património ambiental e cultural da costa atlântica e frente ribeirinha, em parques naturais e centros históricos, têm como primeiro objetivo valorizar a base ecológica como atrativo de visita, promotora da qualidade de vida mercê de investimentos em produtos turísticos e hierarquização dos valores patrimoniais. Inspira-se a integração de experiências de visita com a conservação patrimonial, articulação entre a reabilitação urbana e a proteção de ecossistemas, apoio às indústrias criativas e qualificação dos serviços turísticos, numa gestão de cooperação em termos económicos e sociais, com programas ambientais e de eficiência energética.

Numa perspetiva mais ampla, e como cita Mona Serageldin, a Europa assume a primazia da ação quanto à integração da valorização do património cultural como pilar elementar no desenvolvimento sustentável, “a maioria dos países europeus oferecem programas de apoio e subsídios para a preservação do património compreendendo tanto os monumentos como o tecido histórico não monumental, tanto paisagens culturais como o artesanato tradicional e as expressões culturais intangíveis”⁶⁵⁹. Porém, todos os esforços para a conservação dos núcleos históricos urbanos só serão perduráveis se os bens preservados, forem utilizados em coerência face às necessidades sociais, às expectativas económicas ou à sustentabilidade ambiental, através do equilíbrio entre interesses legítimos onde a participação de todos os agentes locais, os *stakeholders*, é fundamental para o processo de reflexão como para a tomada de decisões, momentos axiais na legitimação do processo de regeneração do património urbano.

Se o património urbano desponta como um importante fator para o crescimento integrado do espaço urbano, a sua mera inscrição como património histórico não se

⁶⁵⁹ Mona Serageldin in AAVV: 2008, 30. La mayor parte de los países europeos ofrecen programas de apoyo y de subvenciones para la preservación del patrimonio que comprende tanto los monumentos como el tejido histórico no monumental, tanto los paisajes culturales como la artesanía tradicional y las expresiones culturales intangibles.

divisa suficiente, por si própria, para assegurar a sua sustentabilidade. Na atualidade, o conceito de *património* têm uma outra característica expressiva, a da representação de um momento e da definição de um conceito que muitas vezes, não concebe a cidade como um todo, deturpação da vivência dentro e fora da redoma espacial do âmbito histórico, algo muito visível na relação do centro histórico com a cidade.

O centro histórico tornou-se dos principais produtos culturais de venda, seja por interesses comerciais ou por intenções políticas, marca de um momento ténue de anástrofe ao progresso sustentável apostado em imagens, marcas e mensagens, não focadas na paridade local mas que demandam uma identidade fadada aos visitantes, onde os residentes não são prezados como agentes indispensáveis. Decorre a moda de criar centros históricos, sem que muitas vezes se perceba porque se cria ou como se institui, pois a vida na cidade antiga, claudica a preocupação pela sua génese histórica perante a pretensa imagem de musealização com que esta se brinda.

A preeminência de impulsionar um crescimento mais inteligente, sustentável e socialmente inclusivo nas atuais urbes europeias, suscita a abordagem agregadora do que se pretende que seja o seu desenvolvimento, entendido como meta para a reabilitação mas também como coesão para o território, contexto onde, pela sua dimensionalidade, a *regeneração urbana integrada* é móbil catalisador. As regiões com particularidades geográficas e ambientes peculiares, como as áreas montanhosas, ilhas e zonas costeiras, têm em si um caráter fronteiriço suscitado pelas suas apetências mas que também, lhes comete limitações específicas de consequências permanentes, caso da baixa densidade populacional ou dos limites físicos ao progresso no território.

Nas zonas costeiras europeias, como apurado no programa Espaço Atlântico 2020, as suas particularidades residem num património natural de dimensão marítima, rede de cooperação e forte identidade cultural, embora com um padrão geográfico maioritário de zonas rurais intermediárias, de circunscritos espaços urbanos e áreas metropolitanas, onde se evidencia a disparidade na transição litoral para o interior e no desenvolvimento de norte para sul. No seu quarto eixo prioritário, este programa orienta a ação para a proteção do ambiente e para a promoção da identidade cultural, de modo a tornar os territórios mais atrativos para residentes e visitantes, mediante a proteção do ambiente e a preservação dos ecossistemas naturais, onde a capitalização do património cultural surge como base de valorização pelo seu impacto positivo nas comunidades.

Estas premissas são assumidas em Portugal nas orientações do programa Mar 2020, o qual define como quarta prioridade o progresso das zonas costeiras pelo sustento

económico e inclusão social, apostas na empregabilidade e na diversificação de atividades pelo alargamento da área territorial ou de modelos de liderança. Assume-se a promoção do património atlântico, antítese à sazonalidade e impulso à diversificação turística, com investimentos nos desportos marítimos, marinas e atividades de lazer, serviços portuários e cruzeiros, mas também de promoção das atrações naturais e culturais da orla costeira, da pesca artesanal à gastronomia e ao património marítimo. A integração geográfica destas regiões, nas quais se aborda o caso de estudo de Sesimbra, repercutem potenciais de singularidade que se expressam nos valores ambientais e suas paisagens ou no património cultural e suas comunidades, ambição para a constituição de redes de parceria, potenciais para soluções transterritoriais mediadas, seguras na governança local como anteparo à fragmentação económica e social, através da construção de um sistema de confiança mútua.

Este será um princípio que coteja a cidade histórica, a qual pela sua antiguidade não se propícia a desmedidas proporções estruturais nem denota capacidades excepcionais de concorrência com aglomerados contemporâneos. No entanto, todas estas urbes são confins de encontro do passado com livre franquia de passagem, o que lhes permite sair fora dos limites físicos da sua ancestralidade, em que a pertinência de adequar as necessidades e os progressos no espaço urbano, face à preservação dos seus próprios valores, requer reflexão tal como suscitado pelo memorando de Viena⁶⁶⁰, onde se ressalva a importância da assertividade na equidade entre a conservação e a evolução da arquitetural, integradas harmoniosamente na paisagem histórica urbana⁶⁶¹.

Os modelos associados à gestão do espaço urbano tendem a interpretar o território e as populações sob a noção afeita do centro histórico e da periferia, zonas especiais que induzem à minoração da cidade, vista através da limitação do entrecho espacial, porém a conservação do património urbano é algo mais, o cunho indelével na atenção pública para o benefício partilhado da sua fruição. A falta de eficiência na identificação de prioridades e a ausência de estruturas de cooperação regional em políticas de inovação que envolvam os Estados-Membros da União Europeia, assume-se como uma situação agudizada com a recente crise financeira e económica, geração de um contexto onde a cultura foi compelida a agir para inovar, a explorar a inclusão e a dinamizar iniciativas face aos atuais contextos restritivos, onde os recursos públicos e privados são escassos.

⁶⁶⁰ Adotado na Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em maio de 2005 em Viena (Áustria), sobre património mundial, arquitetura contemporânea e gestão da paisagem urbana histórica.

⁶⁶¹ UNESCO, 2005.

Pier Sacco reitera uma relação própria que se estabelece entre a cultura e a economia, assente em estádios evolutivos. Inicialmente, na transição do século XIX-XX, a cultura era apoiada pelo mecenato numa sociedade industrializada onde as inovações tecnológicas permitiam uma produção cultural de génese industrial, provocada pelo aumento de grupos culturais e pela evolução societária, em que a cultura surgia como atalho social num crescente progresso até à atual era digital. Agora redescobre-se a criação da cultura, pois a era global permite a cada um criar, e sobretudo difundir, novas formas culturais até um público tão específico como universal, próximo e ao mesmo tempo distante. Assim, face ao risco da reduzida participação cultural, uma realidade também portuguesa, há que apostar na criatividade para sustentar a cultura como vetor de empreendedorismo, onde a participação torna os cidadãos mais aptos, e atentos, a agir com assertividade, em que a cultura surge como condição para a melhoria da qualidade de vida e eficaz contributo para a cidadania.

Um estudo elaborado por Augusto Mateus em 2010⁶⁶², relacionado com setor cultural e criativo em Portugal, identificou três sectores âncora. As *atividades culturais nucleares* que compreendiam as artes performativas, as artes visuais e a criação literária, o património histórico e cultural, as *indústrias culturais* como o cinema e vídeo, a edição, a música, a rádio e a televisão, o *software* educativo e de lazer, e as *atividades criativas* com a arquitetura e o *design*, a publicidade, os serviços de *software* e as componentes criativas noutras atividades. Na análise dos valores obtidos entre os anos de 2000 e 2006, registou-se para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) o incremento acumulado das atividades culturais nucleares na ordem dos 86,0%, com taxa média de crescimento anual de 10,9%, enquanto nas indústrias culturais o incremento acumulado foi de 14,7% com taxa média de crescimento anual de 2,3%, e nas atividades criativas um incremento acumulado de 18,6% com taxa de crescimento anual de 2,9%.

No seu cômputo, este setor registou um incremento acumulado de 18,6% e uma taxa média de crescimento anual de 2,9% face ao VAB⁶⁶³. Tal contexto influenciou, no ano seguinte, a orientação do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Cultura quanto às áreas estratégicas no setor cultural e criativo⁶⁶⁴, que consideraram as *atividades nucleares* com as artes performativas e as visuais, a criação literária e o património cultural, as

⁶⁶² GPEARI, 2010.

⁶⁶³ GPEARI, 2010: 84.

⁶⁶⁴ GPEARI, 2011: 7.

indústrias culturais com a música, o cinema e o vídeo, a edição, e as *indústrias criativas* com a arquitetura e o *design*, a publicidade e os serviços de *software*.

Mais tarde, a Secretaria de Estado da Cultura, através do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), promoveu entre 2013 e 2014 a elaboração do «Plano de Estudos Cultura 2020»⁶⁶⁵. A iniciativa consistiu em nove estudos temáticos do contexto nacional, embora norteados pelas orientações Comunitárias quanto aos modelos de governação e à aplicação dos FEEI, com base na estratégia Europa 2020, de modo a constituir uma plataforma de preparação para a programação do QEC 2014-2020, associado à Cultura. Como áreas de estudo foram consideradas no tema 1 o mapeamento dos recursos, o levantamento da legislação, a caracterização dos atores e a comparação internacional, no tema 2 os instrumentos financeiros de investimentos no património e nas indústrias culturais e criativas, o tema 3 abordou a cooperação territorial europeia e o tema 4 os fundos estruturais, no tema 5 a cultura e o desenvolvimento enquanto o tema 6 foi dedicado à formação e cidadania, o tema 7 refletiu a cultura e a criatividade na internacionalização da economia, o tema 8 abordou o património e o território, e por fim o tema 9 foi dedicado à *e-coesão*.

A elaboração destes estudos ficou a cargo de diferentes equipas que incluíram institutos universitários, consultores, *stakeholders* e organizações do terceiro setor⁶⁶⁶, com os trabalhos a decorrer entre 2013 e 2014, o que permitiu constituir uma base de trabalho e conceber um apurado diagnóstico às realidades nacionais passíveis de serem vertidos na programação do Portugal 2020, quanto às orientações das futuras políticas culturais. Assim, entender a cultura como um valor transversal, e não setorial, conduz a que a sua inovação seja foco de empreendedorismo para a sociedade através da cidadania e da governança, promoção do emprego e do bem-estar, incentivo à educação e a formação contínua como capital de transição rumo ao crescimento.

Será por este rumo que Sesimbra deve cursar, reclamar a compreensão das pessoas como agentes culturais onde a importância do capital social, emerge das competências vindas da educação e das apetências empreendedoras, com capacidade de autopromoção e de progresso através da responsabilidade, onde saber conciliar a impaciência dos

⁶⁶⁵ GEPAC, 2014.

⁶⁶⁶ O tema 1 pelo Instituto de Ciências Sociais (UL), pela Faculdade de Letras (UP) e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (IUL); o tema 2 pela We Consultants, Lda.; o tema 3 pelo Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (UM); o tema 4 pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (UL); o tema 5 pelo Gabinete de Análise Económica (UNL); o tema 6 pelo Centro de Estudos Sociais; o tema 7 pela Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados; o tema 8 pela Universidade do Algarve; o tema 9 pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano.

produtores culturais com a pesquisa social, se ajusta na tolerância de ideias e na dialética da livre comunicação como virtuosidade para o futuro. Através dos agentes culturais, torna-se possível colocar os problemas em perspetiva, hermenêutica por onde fluem soluções sociais e potencialidades económicas onde, a tarefa do criador, é iluminar a falha ao consumir a capacidade de olhar para nós próprios, e daí, cativar a participação de cada cidadão como agente participante na construção da sociedade.

Exemplo deste desígnio revê-se no projeto europeu *Cidade Europeia da Cultura*, mais tarde rebatizado como *Capital Europeia da Cultura*. No âmbito de resolução do Conselho de Ministros da União, a 13 de junho de 1985 na cidade de Atenas, foi proposto celebrar-se a *Cidade Europeia da Cultura*, com a escolha anual de uma cidade como centro de valorização cultural europeu⁶⁶⁷ através de várias iniciativas, fatores de diálogo intercultural como de compreensão dos valores fundamentais na exploração do património histórico urbano, capaz de acolher todos os cidadãos e a cidadãs europeias. Residia aqui a centralidade da cultura no modelo de desenvolvimento europeu como fator de diferenciação, inclusive nos mercados económicos, ao promover a criação e a produção cultural como materialização da identidade histórica urbana, equilibrada entre a produção e o consumo, entre a oferta e a procura.

Ao explorar o entendimento de António Pinho⁶⁶⁸, também quanto à perceção da cultura como paradigma de desenvolvimento, esta representa um recurso endógeno recuperável que, quanto mais se usa, mais próspera. Esta conceção expressa uma abordagem multidimensional da identidade patrimonial, por meio da sua singularidade e da forma como através desta somos vistos pelos outros. A realidade do núcleo urbano de Sesimbra prevê abordagens de progresso equilibradas, entre a exploração económica dos ativos e a salvaguarda dos recursos naturais, entre a promoção de políticas culturais e a inclusão das faixas sociais, em que a sua importância, porquanto fator de crescimento mercê do seu intrínseco capital inteligente, sustentável e inclusivo, é suportado por abordagens de estudo e por potencialidades de usufruto, medidas consolidadas de promoção da identidade e da coesão social.

A natural relação com o Atlântico e com a Serra da Arrábida, fenómenos paisagísticos e ecossistemas duais, tornam-se contributo fundamental para a promoção

⁶⁶⁷ O primeiro ciclo de candidaturas foi concluído em 1990, volvidos dois anos foi definido que poderiam passar a indicar-se *Cidades Europeias da Cultura* em qualquer país europeu democrático, abrangido no âmbito Comunitário, e selecionadas anualmente mais que uma cidade. Em 1999 a designação oficial foi alterada para *Capital Europeia da Cultura*.

⁶⁶⁸ AAVV, 2013a.

do conhecimento em ligação com o desfrute de visita neste território, um *hinterland* privilegiado. A aposta territorial de Sesimbra centra-se no mar, seja na *cultura do mar*, na *economia do mar* ou no *património do mar*, condão decisivo para o *spiritus loci* enquanto potencial de enlace com outras áreas de similares características, mais contíguas como Sines ou Peniche, ou mais desviadas no contexto europeu.

Neste âmbito, Sesimbra tem privilegiado acesso na *Douzelage*, porém pouco aproveitado na geminação com outras cidades onde o mar surge como mote de união⁶⁶⁹, pois nos seus objetivos estratégicos, mais que as oportunidades de valorizar a amizade entre cidades, a aposta centra-se nas áreas culturais, económicas e sociais, vertidas na promoção cultural, ao *benchmarking* económico ou na investigação social, através da implementação de projetos inovadores apostados não nas características comuns de cada uma, mas nas suas diferenças para benefício mútuo das suas comunidades.

Esta potencialidade territorial representa igualmente um ativo importante ao nível de vizinhança, pois Setúbal e Palmela exibem tradicionais características históricas que se apegam a Sesimbra, e que permitem definir potenciais projetos comuns, caso da recente candidatura da Arrábida a património mundial da UNESCO, embora reprovada. Na ERTLVT, este território partilhado acolhe áreas naturais classificadas e contextos paisagísticos autênticos, propícios a distintas iniciativas como percursos de visita ou ensinamento equestre, desportos náuticos e mergulho, que se complementam com tradições locais como a enologia, a gastronomia e a produção artesanal de produtos exclusivos como o queijo ou o licor moscatel, relevantes elementos de identidade e de atratividade. Tal influência territorial espalha-se até Lisboa, região multipolar de incidência europeia com amplo leque de oportunidades pela sua declarativa metropolitana, plena afirmação da Estratégia Europa 2020.

Na urbe de Sesimbra, a cultura deve ser um sustentáculo materializado do aumento das áreas de importância económica, através de edifícios requalificados que alberguem as instalações ou pela criação de produtos e serviços. Revitaliza-se o comércio e os prestadores de génese pela diferenciação dos produtos, pela qualificação das ofertas, pela renovação de conteúdos ou pela formulação de massa crítica inovadora e empreendedora. Dotar a cultura de ferramentas para o apoio à economia e às atividades geradoras de riqueza, deve ser o caminho a prosseguir onde, para além da reabilitação

⁶⁶⁹ Casos de Altea (Espanha), Granville (França), Sherbone (Reino Unido), Bundoran (Irlanda), Holstebro (Dinamarca), Oxelösund (Suécia), Karkila (Finlândia), Sigulda (Letónia), Preveza (Grécia), Marsaskala (Malta) e Argos (Chipre).

do património edificado, da adaptação de imóveis devolutos a novas funcionalidades, ou da recuperação do património móvel e da divulgação das tradições imateriais locais, a preocupação pela consolidação, pelo incremento económico da vila e pela sua comunidade, tende a ser uma prerrogativa das políticas e dos programas de ação, pois só assim se concretiza a coincidência de interesses partilhados que permitem o almejado desenvolvimento integrado e sustentado.

No núcleo histórico urbano tende-se a potenciar conflitos que suscitam debate e acolhem divergentes interesses, onde o património se vê confrontado com tal progresso. Uma gestão equilibrada e uma conservação consciente da realidade local propendem a ultrapassar esta subsistência sob a orientação da *regeneração urbana integrada*, onde os conflitos se tornam em debates por onde despontam soluções, em que se acolhem as divergências como pontos de melhoria, onde a articulação de interesses e de recursos aumenta a coesão local e propicia áreas mais competitivas e de baixo valor.

Mais que consolidar uma identidade cultural, uma imagem distinta do espaço urbano e uma sensação de pertença única da comunidade, “o património cultural bem conservado serve também para desenvolver uma imagem positiva para forasteiros como fator local único na competição global para atrair empresas, força de trabalho qualificada, habitantes e turistas”⁶⁷⁰, o qual tem por expoente a relação que o espaço urbano desenvolve com a sua identidade patrimonial. Trata-se de uma relação que deve ser entendida como benefício, um fator integrado para o *crescimento* da cidade por assegurar a majoração do que lhe pertence.

8.4. A premência de uma nova missão urbana

A ausência de um plano estratégico cultural e a necessidade de suprir necessidades pontuais, pese embora permanentes, que o município afiança face ao contexto urbano de Sesimbra, refletem no espaço urbano um conjunto de riscos com reflexões em diferentes níveis da sua realidade. Tal contextura motivou opções de grandes projetos mais mediáticos, e o olvidar de propostas menores embora sustentáveis, em que se assumiu elevados custos, diretos e indiretos, que não estão orçamentados mas que fazem pender a balança, o que conduziu à depreciação do envolvimento social e à formalização de barreiras invisíveis ao usufruto dos eventos.

⁶⁷⁰ AAVV, 2011d: 14.

Neste contexto aborda-se o conceito de *engenharia reversa*⁶⁷¹, na capacidade de juntar todos os intervenientes na preparação futura de projetos antes de se iniciarem as intervenções. Contribui a determinação do valor peculiar da inclusão como fenómeno de governação local, interpretada como valor e não como custo, na procura de soluções para ser mais benefício com menos desperdício, embora seja certo que não existem modelos absolutos, e que todo, e qualquer arquétipo, têm aspetos positivos e negativos, riscos e oportunidades. Por tal, o consenso entre os intervenientes é fulcral ao prover o alinhamento do interesse público com as capacidades da iniciativa privada, em que o património urbano surge como forma de promoção da excelência e de participação afirmativa dos cidadãos, na definição das políticas locais que se constroem diariamente.

Não há que inventar nada, basta trabalhar sob modelos já existentes e acolher as experiências com resultados firmados, aplicar o *benchmarking* ao património, adotar as melhores práticas pelo contacto com o exterior, alcançar vantagens competitivas ou promover um desempenho superior como método estruturado. Identificar o que há a aperfeiçoar, aprofundar as oportunidades de melhoria e disseminar os processos de aprendizagem⁶⁷² com a determinação necessária, são bases para um plano de ação firmado com uma missão, métodos e objetivos, que em conjunto valorizam a perspetiva para uma execução equilibrada entre expectativas e resultados, custos e benefícios.

Exemplo positivo encontra-se em Óbidos, onde a ancestral vila medieval lidera, desde 2008, a rede europeia de *Clusters Criativos em Áreas Urbanas de Baixa Densidade*, integrada no Programa Operacional Europeu URBACT II, o qual envolve oito parceiros de vários Estados-Membros, com o objetivo de promover o desenvolvimento de indústrias criativas em áreas urbanas de baixa densidade, através do concílio entre a criatividade e a inovação para a promoção da diversidade cultural⁶⁷³.

Todos os núcleos históricos urbanos, quando identificados e caracterizados, constituem notáveis testemunhos que perpetuam os registos materiais urbanísticos, arqueológicos ou tecnológicos, bem como os imateriais históricos, antropológicos ou funcionais, que cotejam particular estatuto patrimonial. Em todas as regiões europeias com um proeminente património, o turismo cultural surge como realidade de enorme relevância no âmbito económico, pese embora seja necessário adotar precauções, sobretudo de índole social, para evitar efeitos demagógicos. Estas medidas assentam no

⁶⁷¹ Augusto Mateus in AAVV, 2013b.

⁶⁷² Martelo, 2013.

⁶⁷³ Soares & Neto, 2013: 157.

controlo do volume de visitantes, na afetação de instalações e equipamentos de apoio ou na aplicação de medidas de controlo quanto à preservação, na transmissão dos benefícios económicos para a comunidade, na redução das ameaças ao modo de vida ou na valorização da sua identidade intrínseca, fatores distintos que permitem minimizar os impactos de diferenciação social e financeira, ao mesmo tempo que conferem base às atividades comerciais de origem local e ao fomento de práticas interculturais.

Por norma, o investimento nos bens culturais prende-se muito com o seu usufruto, particular ênfase à sua valorização conjugada com o turismo cultural, universo que permite rápidos retornos sobre o património em termos económicos ou culturais, pela venda de bens ou pela promoção da empregabilidade, o que suscita contínuos investimento e sequentes retornos enquanto o interesse cultural perdurar. No entanto, e para o caso concreto de Sesimbra, o usufruto da cultura em si, presente na sinergia do património urbano com o turismo cultural, não será uma via unidirecional, pois a cultura não tem como fim o seu usufruto, nem o património tem como fim o turismo, pelo que ambos devem estar entrosados por outros elos na corrente urbana onde a conservação do património, a identidade cultural da comunidade e as apetências sociais para o seu usufruto são importantes, quando em conjunto, garantem a sua robustez.

Ver a cultura, a economia e o património através do turismo, sobrevém de uma perspetiva minimalista, pois o ativo societário que a cultura e o património representam é bem maior⁶⁷⁴ quando a valorização da cidade, e a conservação do seu património histórico, permitem arreigar a cultura à criatividade e inovação ao conhecimento, enlace no seio gregário dos jovens e das novas famílias, reflexo do círculo importante de crescimento que se auspicia para a Europa. Ao falar do usufruto do património, o turismo surge como um dos seus principais adjetivos, pese embora existam outros, tanto ou mais prementes, quando o património se assume na silhueta do espaço urbano, como contributo para a formação da comunidade.

No atual contexto, rescaldo da crise económica que se abateu de forma marcante na sociedade, e quando as prioridades de investimento se afastam cada vez mais da construção material, há que compreender o impacto dos mecanismos de financiamento no património. Requer-se aqui a perceção de quais os custos e benefícios que tal trará, pois desta leitura, e devida reflexão, se podem aprender boas práticas e experimentar novas soluções para uma gestão mais proficiente do espaço urbano.

⁶⁷⁴ Augusto Mateus *in* AAVV, 2013b.

Estabelecer prioridades de investimento, promover ações concertadas de desenvolvimento, fomentar a sustentação da conservação, complementar a requalificação em termos de imóveis com a regeneração em termos de vivências, criar mecanismos para gerir a mudança no ambiente da cidade ou criar estratégias integradas de intervenção são fatores imprescindíveis para o crescimento, que tem na regeneração urbana integrada, uma proposta efetivação de intervenção na cidade contemporânea. Para a urbe piscosa frente ao Atlântico, é inevitável a criação de uma plataforma de entendimento entre o património urbano e a sua conservação face aos mecanismos económicos, impactos sociais e recursos ambientais, pois só desta análise, que ultrapassa o nível meramente teórico, se pode alicerçar no espaço um sistema de governança que, de incerto, se torna fundamental por essa ordem de progresso.

O ordenamento do território e as transformações contemporâneas suscitadas em Sesimbra, devem ser reorientadas não só para cativar mas para atrair pessoas, criar mais emprego e propiciar a qualificação dos espaços públicos, promover a reabilitação da urbe numa perspetiva de alargamento além dos limites do núcleo central, de modo a afirmar a cidade histórica. Renovar do centro para a periferia, permite estender a malha histórica à própria evolução do recinto habitado, algo que Paulo Pais revê na cidade de Lisboa, com o alargamento do PDM e com o centralismo suscitado pelo novo edifício Champalimaud enquanto motor privado para a reabilitação do espaço público, ou com a instalação do Centro de Artes da EDP na frente ribeirinha⁶⁷⁵.

O programa de regeneração urbana integrada, na perspetiva da valorização da identidade, considera como eixos complementares as intervenções em áreas públicas como ruas, parques e largos, em edifícios com marcante presença ou em quarteirões e agregados com valor identitário. Estas, complementares às intervenções de parceria com os agentes locais no apoio à habitação, no incentivo à modernização do comércio, à promoção de artes tradicionais ou de apoio a programas de inclusão intergeracionais, potenciam a articulação de investimentos públicos e privados no usufruto do património urbano, através de planos de divulgação, da captação de visitantes ou de utilizadores, ao fomento do empreendedorismo empresarial ou à criação de produtos comerciáveis em granjeio local, que igualmente contribuem para a composição de serviços de apoio.

Pese embora numa leitura muito genérica este tipo de programas integrados aparente ser de enorme complexidade em termos de reflexão, planeamento, execução e

⁶⁷⁵ Paulo Pais *in* AAVV, 2013b.

avaliação, pois requerem a percepção dos efeitos diretos e indiretos sobre os potenciais problemas e pertinentes soluções, o seu principal mérito reside contudo no facto de consubstanciar em orientação para sistematizar práticas, as quais, permitam encarar o património urbano como um grande projeto viável. A sua complexidade passa a ser um contributo positivo para a socialização da conservação patrimonial, pois as ameaças de descaracterização do espaço histórico urbano são mais acentuadas em áreas onde a comunidade residente se tornou minoritária, ou propende a reduzir a sua presença, pelo que a conservação do património passa indelevelmente pelo fortalecimento dessa mesma comunidade, através do seu sentimento humano que marca o *spiritus locci*.

Sob a perspetiva da *regeneração urbana integrada*, há que diagnosticar em Sesimbra a realidade local num determinado momento, identificar os aspetos positivos que a caracterizam e os aspetos negativos que a condicionam, análise equacionada numa abordagem interior, como também de enquadramento exterior, interpretada sob a perspetiva de projeção para o futuro mediante uma análise que privilegia as dimensões e os fatores que afetam, ou podem vir a afetar, a realidade local e a sua visão de *crescimento*⁶⁷⁶. Em tal alinhamento deve o plano integrado de gestão do espaço urbano considerar a inclusão do social como um dos principais fatores de empenho para preservação da autenticidade, e da integridade da cidade, cujo carácter decorre da coerência entre elementos materiais e imateriais que expressam a sua especificidade.

Da estrutura urbana ao seu enredo quotidiano, das relações entre diferentes espaços à apreensão da aparência dos edifícios, das suas volumetrias e estilos, usos e funções, da escala e dimensão do quarteirão ao apanágio dos seus residentes, todas são relações dialéticas que se expressão entre as existências do passado e os contextos contemporâneos, na percepção das diferentes funções que o espaço urbano logrou incorporar e nas tradições que a vivência comunitária conseguiu alicerçar na sociedade enquanto forma de apropriação do lugar.

Esta promoção da salvaguarda do património como fulcro à essência da cidade suscita uma profunda abordagem em termos da monitorização urbanística, em que a interpretação não reside só nos espaços e edifícios, mas na exegese da sua génese arqueológica e evolução histórica, soluções de intervenção edificativa e funcionalidades sociológicas. São estes os eixos determinantes para a regeneração urbana integrada convergente com a definição de objetivos e de metas, pela qual se normalizam

⁶⁷⁶ Martelo, 2013.

contributos enquanto regras de ação e padrões de conduta que explicam a realidade da cidade e enquadram a análise dos resultados, sujeitos a modelos de interpretação predispostos numa abordagem interdisciplinar, participada por todos os interessados.

Na atualidade, as tecnologias de informação e de tratamento de dados potencializam novas competências de operacionalidade, propícias a melhorar a gestão dos espaços e das dinâmicas urbanas. Porém, a sua incorreta abordagem ou implementação, levam ao entendimento de planos de ação reativos que acentuam os problemas críticos, em vez de prepararem estratégias de desenvolvimento. A formalização do equilíbrio entre a preservação dos lugares e a funcionalidade urbana, assume-se como uma missão trabalhosa que exige o nivelar dos usos quotidianos e das funções simbólicas, com valores de integridade e interesses de conservação.

Mona Serageldin revê a experiência das cidades e das comunidades que conseguiram rentabilizar a cultura e o património como pedra angular da sua estratégia de desenvolvimento económico, ao identificar aí dez aspetos fulcrais para o sucesso da conservação patrimonial no espaço urbano⁶⁷⁷. Da constituição de um programa de sensibilização apoiado num processo de participação adequado aos interesses locais, à definição de um espírito que valorize os bens patrimoniais até à perceção de que a manutenção adequada do sítio é fundamental, ou das estratégias baseadas na compreensão das dinâmicas de expansão local, a um quadro institucional de interação horizontal entre os colaboradores à avaliação realista do potencial de progresso, e à incidência económica da reabilitação através de linhas diretrizes para a renovação do património. Avaliar a contribuição de cada um destes elementos para o contexto, e promover uma campanha de sensibilização geradora de consensos quanto aos usos apropriados, consolida-se através de um sistema de monitorização que avalie o impacto sobre o património, de modo a agir com celeridade perante ameaças incidentes.

O sucesso da conservação do núcleo urbano de Sesimbra, pode ser empiricamente mensurado através dos investimentos realizados, ou mediante a procura que este recinto urbano passa a ter⁶⁷⁸. Não obstante, entende-se por relevante nesta ocasião uma abordagem peculiar à complementaridade das ações e das medidas implementadas, ao considerar as possibilidades propiciadas pela cidade através de programas integrados, em vez de medidas isoladas com efeitos limitados. Tal predicado favorece a definição

⁶⁷⁷ Mona Serageldin in AAVV, 2008: 35.

⁶⁷⁸ Eduardo Rojas in AAVV, 2008: 43.

de estratégias e a afirmação de políticas assentes em investimentos que entendem a relação do núcleo histórico com a cidade, um todo orgânico e funcional.

Neste quadro, a prioridade da salvaguarda do edifício e da autenticidade do recinto passa por operações de regeneração integrada incindíveis no património arquitetónico, mediadas por regulamentos que enquadram a consciência de intervenção nos edifícios, que igualmente apreciam a sua utilização e que mantem a originalidade da sua génese edificada. Esta concretização é entendida pela União Europeia quando revê nessas dificuldades, motivos positivos para encontrar soluções que permitam valorizar a diversidade urbana, por meio da sua evolução de perspetiva histórica como fator de competitividade alicerçada em bases intrinsecamente locais, que permitem conciliar competências com recursos numa perspetiva inclusiva.

O potencial socioeconómico tem profundas ramificações culturais e geracionais, capazes de tornar as urbes, e em particular Sesimbra, “simultaneamente ‘amigas dos idosos’ e ‘amigas das famílias’, e também lugares de tolerância e de respeito”⁶⁷⁹, onde se estima a inclusão espacial e a universalidade energética, melhores habitações, profícuos espaços de encontro, mobilidade multimodal, coerência ambiental ou outros aspetos de atração do espaço urbano, onde se entende o *crescimento* como modelo racional que melhora a qualidade de vida, através de menor gasto de recursos e por medidas equitativas aplicadas pelo interesse da comunidade no seu quotidiano. As ideias de planeamento ultrapassam o esforço idealista ao assumirem-se como práticas de convivência, contributos para traçar cursos razoáveis de ação pelos quais se define o conceito *bem* como os *limites* do património urbano, porquanto identificam riscos de destruição e se fomentam medidas de conservação numa visão integradora.

Na ótica do planeamento urbano integrado sobre o valor patrimonial sesimbrense, o principal objetivo vai residir na identificação, como na interpretação, das camadas de evolução ocorridas, incorporação dos seus elementos materiais e abrangência da sua relevância imaterial no contexto histórico da cidade. Enunciar correntes e avaliar edifícios, encontrar os espaços e interpretar as suas relações de interdependência, constituem os vínculos essenciais para entender essa cadeia, onde a memória coletiva, embora enraizado no passado, continua a imaginar o presente.

Mais que a mera imposição de vontades políticas que fomentam a mudança como um modelo de rápida progressão, e de certo modo infinito, ou o favorecimento de

⁶⁷⁹ AAVV, 2011a: 7.

medidas insipidas de instância com o propósito de incrementar o progresso como necessidade, uma intervenção de regeneração urbana integrada implica uma gestão sustentável do núcleo histórico mediada entre o respeito pela preexistência da comunidade e a melhoria da sua qualidade de vida.

A aposta reside na sua identidade, diversidade de opções de vitalidade e que ao mesmo tempo minimiza os impactos face aos recursos patrimoniais, pois capacita a ação coletiva patente em atitudes e em decisões, sustentadas num quadro de governança adequado face à integração dos objetivos da conservação com as metas do crescimento. Recomenda-se a elaboração do programa de regeneração para a cidade no seu conjunto, instrumento de planeamento focado nas medidas que identifiquem pontos fortes e fracos e que contribua para definir objetivos concretos com o fim de desenvolver uma visão para a cidade, algo mais que a simples ARU ou que a reflexão da ORU.

Coordenam-se aí diferentes planos setoriais e vela-se para que os investimentos agendados contribuam para um desenvolvimento equilibrado, através da coordenação de fundos comunitários e nacionais, públicos e privados, a par do estabelecimento de parcerias equitativas para pacificar o isolamento entendido como freio ao desenvolvimento da urbe no contexto da coesão metropolitana da região de Lisboa. Para a execução desta política integrada, podem-se encontrar nos princípios dispostos por Nili Shchory e Leah Shamir-Shinan⁶⁸⁰, algumas linhas basilares para a sua planificação, mediante mecanismos de gestão, órgãos de decisão e uma rede de participantes, estrutura onde se definem procedimentos e mecanismo de ação a par de estratégias de gerência de interesses ou de parcerias, onde se delinea o plano de ação e a sua visão integrada no sítio urbano. Estes autores revelam as fases fundamentais de planeamento a ponderar para o sucesso dessa política integrada⁶⁸¹, retratadas com base nos padrões de prospetiva estratégica que considera a identificação de realidades, a definição de metas, a elaboração de planos de ação e a avaliação de resultados.

O reconhecimento destas apetências requer a caracterização das realidades locais, da conceção do espaço urbano à compreensão da comunidade e do seu *spiritus loci*, através da identificação das áreas de ação e dos locais de intervenção, das necessidades, dos riscos e das oportunidades, dos interesses, dos agentes e das potencialidades de entendimento ou de desacordo. Esta perceção tende a ser fase complexa num processo de conhecimento global que não se esgota no contexto local de Sesimbra, pois recai em

⁶⁸⁰ Shchory & Shamir-Shinan, 2011: 923.

⁶⁸¹ Shchory & Shamir-Shinan, 2011: 922.

questões externas, das configurações suplementares de financiamento às metodologias de atuação, um conjunto de paradigmas de abordagem científica e de inovadoras linhas programáticas de desenvolvimento urbano que incutem, desde cedo, a percepção do papel capital que a globalização tem nas cidades atuais.

A definição de metas e o traçar de objetivos, são resultado dos consensos apensos à capacidade de governança local, concílio de interesses na especificação de metas comuns assumidas por todos os interessados, o que desde logo, consolida o seu envolvimento na afetação de recursos públicos e privados, num processo interventivo de longo prazo. A consolidação de interesses comuns projeta no planeamento soluções que, ultrapassados os potenciais pontos de conflito, sustentam os processos de decisão e consolidam a eficiência das estratégias e a eficácia dos seus planos de ação, plenamente coerentes com as realidades locais. A elaboração de programas de ação, a execução dos projetos de trabalho e a afetação de mecanismos de financiamento, permitem conciliar as apetências anteriormente definidas quanto à dinamização das atuações que concretizam a intervenção integrada no espaço urbano.

São assim consideradas, além das realizações físicas, o aperfeiçoamento de ferramentas legislativas, a implementação de processos de empoderamento ou de envolvimento social, a aplicação de estratégias prospetivas de custos e benefícios, a preparação de medidas para o sustento das ações e resultados implementados, ou o reforço das políticas de parcerias para o interesse coletivo. Nesta abordagem, a avaliação de resultados a contemplar, a monitorização de processos e o controlo de efeitos, traduz-se no culminar do programa mas não na conclusão do processo de intervenção no espaço urbano. Através desta avaliação podem-se analisar os resultados positivos ou negativos, mas igualmente ponderar os factos e a interpretação dos resultados que permitem promover os necessários acertos no processo de regeneração.

O processo de avaliação deve ser *modus* assertivo de participação dos agentes locais, reforço da cooperação no processo de intervenção como meta duradoura de cadeia geracional, não por baliza parcelar mas como forma de conviver na cidade. Aumentar os índices de eficiência e promover a expansão geográfica numa lógica de valores suscitada pelos ativos locais, requer não só o estabelecimento de parcerias, como igualmente a promoção de ligações entre os vários atores, e a vários níveis, o que potencia uma rede de interesses a uma escala de progressão geométrica, uma rota que em Sesimbra ainda se encontra por traçar, pois como enunciou Séneca, “se um homem não sabe a que porto se dirige, nenhum vento lhe será favorável”.

Há que optar na escolha desse caminho, de entre os muitos existentes e alternativos que se apresentam, qual deverá ser o melhor que nos possa levar da posição atual para aquela que se pretende alcançar, no mais curto espaço de tempo e com a menor afetação de recursos possível, pese embora seja entendível que neste roteiro, as necessidades são internas e as oportunidades são de origem sobretudo externa.

Será neste espírito de empreendedorismo, mas acima de tudo de pragmatismo, que emerge a associação ao conceito de *regeneração*, não de promoção do produto turístico ou do potencial económico, mas do próprio património urbano como economia e como produto, aptos a congregar diferenciadas atividades económicas de produção num mesmo território, e com objetivos de crescimento coincidentes. A análise aos contextos locais torna-se relevante para a construção da visão que se ambiciona para o nosso caso de estudo, através do entendimento do sítio em termos não só culturais e patrimoniais, mas sociais e de coletivo, económicos e ambientais, primado fundamental para a constituição de um plano integrado de regeneração urbana que envolva todos os ativos e fatores de investimento, e consiga conectar um grupo coeso de ação local firme na identificação das necessidades, dificuldades e oportunidades, orientado para a ação como para a participação e para a obtenção de resultados.

A identificação desta abordagem analítica constitui-se com base num conjunto de dúvidas, mas também de reflexões conscientes face aos fenómenos de identidade local, pelos quais, se combinam áreas de reflexão. Como proposto pelos parceiros da rede HerO⁶⁸², estas são inerentes à própria definição da herança cultural e de qual o seu valor, quais as suas necessidades de salvaguarda, quais as condições de preservação e, quais os desafios para o seu desenvolvimento. Este mesmo cômputo de questões também se coloca no patamar das aspirações dos utilizadores, pela definição de quais as suas necessidades face à fruição do sítio, quais os possíveis pontos de sinergia e quais as áreas de potencial conflito face à salvaguarda patrimonial, perante uma fruição equilibrada que permita projetar orientações quanto ao próprio sítio.

Acresce ainda neste âmbito avaliar quais as políticas públicas existentes, quais os conceitos de abordagem ao sítio como património, quais os *planos de ação* implementados e quais os *objetivos* a alcançar, quais os *instrumentos de planeamento* e *ferramentas de ação* implementadas, ou a implementar, quais as *regras e procedimentos de gestão* aplicados para assegurar a conservação do seu património, quais as *áreas de*

⁶⁸² AAVV, 2011d: 33.

conflito e linhas de oportunidade, quais as *metodologias de trabalho* delineadas face às que tenham efetiva concretização. A definição de metodologias analíticas baseadas na recolha de documentação ou na elaboração de guiões de entrevista, inquéritos e estudos complementares para o consequente cruzamento de informações, são propostas básicas para alcançar o desiderato de resposta às questões vinculadas.

Não obstante, a grande aposta de sucesso passa sempre pelo envolvimento da comunidade local, o qual em convergência com a criação de um grupo de ação local, que em si carrega a génese para um futuro acordo de parceiros, o qual, tende a ser a primeira etapa para o *crescimento integrado* a partir de um dos mais fortes eixos de desenvolvimento, a comunidade e a sua capacidade de governança. Este grupo, mais que a fonte de obtenção de informação ou de afirmação de parceiros, traslada sobretudo o local primevo onde se discutem, e se constroem, as bases de sustentabilidade intermediada para o futuro programa de regeneração urbana integrada, pois para além de se partilharem dúvidas e desafios, diagnosticam-se necessidades e debatem-se soluções sobre uma mesma base de entendimento comum.

É neste entrecho que se esboça a definição de uma construção singular, uma analogia ao ancestral *pártenon* como símbolo da cultura patrimonial urbana. A definição do programa de regeneração prefigura-se como o primeiro degrau de estabilidade, sobreposto pela identificação da estratégia de intervenção e pela proposição inclusiva do grupo de ação local, a que se adita novo degrau de definição das linhas estratégicas de intervenção nas áreas sociais e económicas, ambientais, culturais e de governança, por onde se erigem as quatro colunas do *plano de intervenção*, *plano de investimentos*, *plano de parcerias* e *plano de comunicação* que no seu entablamento acolhem os frisos do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, encimados como cornija de legado para o futuro na forma do programa integrado de gestão.

Considera-se neste faseamento de contributos reconhecidos, a definição das responsabilidades dos vários intervenientes na planificação e execução sequencial de todo o processo, através da clareza dos necessários recursos financeiros mediante uma análise pragmática, e subsequente elaboração de estimativas para os meios necessários. Esta complementa-se pela definição dos instrumentos e das fontes de financiamento a utilizar, orçamentos públicos, fundos comunitários ou investimentos privados, como pela definição do plano temporal de realização, concretizado nos anos económicos de investimento através de um cronograma programado pelos vários intervenientes, a que

não convém olvidar a análise de possibilidade de ligação a outros projetos, numa perspetiva de rede de parceria.

Através de uma atempada programação, e coerente execução, o plano integrado de gestão torna-se a ferramenta essencial para a efetiva governação do espaço histórico urbano, seja pela sua repartição de responsabilidades como pela assertividade de conjugação de interesses e de recursos. Tal arquétipo permite identificar as ameaças e os conflitos, como igualmente as oportunidades e os recursos, o que permite acompanhar o evoluir das situações e controlar, não só as ansiedades, mas também a eficaz afetação de meios e de recursos concertados em direto benefício do património.

Prever esta dimensão para a urbe de Sesimbra, requer desde logo uma análise interpretativa para além da identificação das dificuldades ou das fragilidades locais, a qual propicie uma mais demorada reflexão sobre as causas que estão na base dessas dificuldades e dessas fragilidades. É assim indispensável fundamentar, de forma sólida, o que se identifica como forças intrínsecas e aspetos positivos, pois na escala evolutiva, as dificuldades despoletam novas ideias, as novas ideias galvanizam projetos inovadores, dos projetos inovadores emergem empreendedoras soluções que fazem fluir todo um processo, sustentado na coordenação de planos e de políticas de intervenção.

No seu contexto global, cidades concentram grande parte do capital humano, social, cultural e económico, o que conduz à necessidade de otimizar o espaço urbano como vetor estratégico de competitividade, onde o “modelo tradicional da cidade europeia” se apresenta como um dos seus ativos principais⁶⁸³. A sua capacidade como centros de *crescimento* sustenta-se no facto de que a cidade enquadra na sua estrutura distintos núcleos, desde o núcleo histórico ao núcleo industrial ou ao núcleo habitacional, todos porém englobados na missão, e sobretudo na função da cidade. Convergem assim vias paralelas através da comunidade como um contínuo entre gerações, o que confere ao espaço histórico urbano uma consolidada identidade própria que lhe permite tomar posição, e sobretudo, marcar presença no mundo contemporâneo.

⁶⁸³ EU, 2010: 3.



Foto 433 – A regeneração integrada assenta assim na reabilitação funcional dos edifícios. 2014 | Beja.



Foto 434 – Na valorização dos traços identitários de génese arquitetónica. 2014 | Beja.



Foto 435 – No princípio de promover a sua plena integração no contexto urbano envolvente. 2014 | Beja.



Foto 436 – A cidade é um campo de multiculturalidade e de interculturalidade, exemplo da iniciativa «Palavras Andarilhas» que reúne contadores de estórias de todo o mundo. 2014 | Beja.

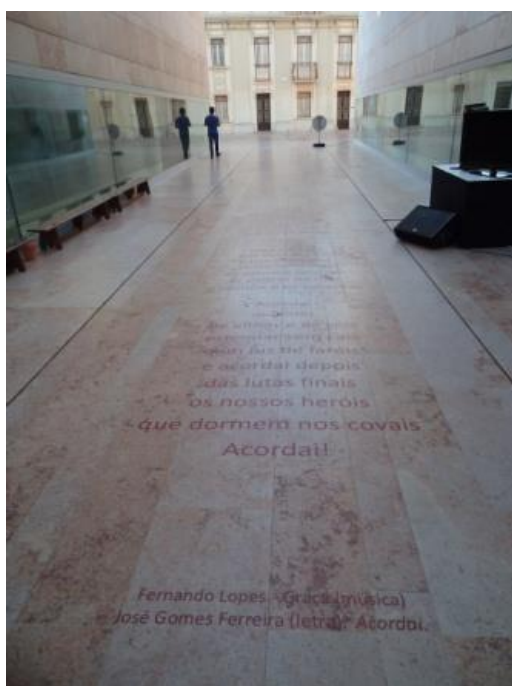


Foto 437 – No seu legado, a cidade é também espaço que honra a própria palavra, atributo civilizacional perdurável. 2013 | Sines.



Foto 438 – Como palco cultural, é também átrio de novas ideias e de diferentes maneiras de encarar o mundo. 2014 | Beja.



Foto 439 – Também os equipamentos públicos devem assegurar a coerência da sua missão no quotidiano urbano. 2015 | Setúbal.



Foto 440 – A integração dos testemunhos arqueológicos deve ser entendida como mais-valia, caso do posto de turismo da ERTLVT incluso num conjunto de *cetárias* romanas. 2015 | Setúbal.



Foto 441 – A comunicação das tradições comunitárias é outro ativo que valoriza a utilização do espaço público, exemplo do mercado do Livramento. 2015 | Setúbal.



Foto 442 – Em si, as povoações marítimas mantém traços de tipicidade a uma escala territorial mais ampla, casos dos bairros de habitação social para pescadores, da década de 1950. 2014 | Peniche.



Foto 443 – A mesma realidade encontra-se noutras póvoas marítimas em que essas habitações ainda perduram na sua função residencial. 2013 | Sines.



Foto 444 – Outros traços típicos das póvoas e comunidades marítimas logram persistir, casos dos estendais de peixe seco nas ruas. 2014 | Peniche.



Foto 445 – Na atualidade de Sesimbra, a faixa a nascente da baía ancestral, é eminente espaço de atração eminentemente turística. 2014 | Sesimbra.



Foto 446 – O espaço central da baía acolhe o núcleo principal do espaço urbano. 2015 | Sesimbra.



Foto 447 – A faixa a poente da baía, via de ligação ao porto de abrigo e espaço maior do areal, ainda preserva alguns dos traços edificadas mais antigos. 2014 | Sesimbra.



Foto 448 – A singularidade das gentes de Sesimbra, presentes na regata evocativa realizada em 1940 nas celebrações do «Mundo Português», com a equipe da armação Cova. Lisboa| AMS|EFHAM.E.B.02.03. foto 8.



Foto 449 – O acolhimento ao presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em agosto de 1960, que em Sesimbra embarcou no cruzador *Almirante Barroso*. Sesimbra. AMS |EFHAM.B.A.02.02.foto 32.



Foto 450 – A presença da imagem do Senhor Jesus das Chagas em evento dedicado às comunidades marítimas na Expo 98. Lisboa. AM S|FF.10.06.04.foto 2.



Foto 451 – A vila também guarda pormenores menores mas apelativos, como o portal lateral de feição maneirista do templo da Misericórdia. 2015 | Sesimbra.



Foto 452 – Recinto onde confluem modelos arquitetónicos que atestam a diacronia da vila, como estes portais, o ogival de transição dos séculos XV-XVI, e um mais solene do século XVII. 2014 | Sesimbra.



Foto 453 – Igualmente, registo para outro portal de decoração quinhentista, a conferir identidade ao edifício. 2015 | Sesimbra.



Foto 454 – Nos dias de hoje ainda se perpetuam alguns locais místicos, caso do cruzeiro de memória da epidemia de 1857, no lugar do Calvário. 2015 | Sesimbra.



Foto 455 – Outro exemplo encontra-se na praia com a “pedra alta”, local onde foi encontrada a imagem do Senhor Jesus das Chagas. 2015 | Sesimbra.



Foto 456 – Também no extremo nascente do areal, ainda é visitável a fonte da Califórnia, onde à noite surgiam “mouras encantadas”. 2015 | Sesimbra.



Foto 457 – A festa continua a ser momento de encontro da comunidade, caso da preparação das ruas para a passagem da procissão das Chagas. 2013 | Sesimbra.



Foto 458 – De igual forma, a vizinhança ainda se reúne para ajudar a decorar os edifícios, ruas e largos para os santos populares. 2015 | Sesimbra.



Foto 459 – Particular referência à ação da Câmara Municipal que tem provido apoio financeiro e logístico a esses momentos de festa, aqui na organização do desfile dos palhaços. 2014 | Sesimbra.



Foto 460 – Menção igualmente positiva às iniciativas culturais municipais dirigidas às famílias, sejam as atividades de animação da leitura na biblioteca. 2014 | Sesimbra.



Foto 461 – Como igualmente as atividades de animação na praia em época estival, com as bibliotecas de praia. 2014 | Sesimbra.



Foto 462 – No que respeita ao património, têm sido realizadas distintas iniciativas, caso de exposições temporárias dedicadas à identidade local, que procuram envolver diferentes gerações. 2008 | Sesimbra.



Foto 463 – As recentes obras de requalificação urbana, no âmbito do QREN, permitiram valorizar a avenida atlântica como área pedonal. 2014 | Sesimbra.



Foto 464 – Foram igualmente criadas soluções para acesso universal nos principais arruamentos e largos. 2015 | Sesimbra.



Foto 465 – Nas zonas de maior interesse comercial, foram criadas bolsas de cargas e descargas que facilitaram a circulação viária. 2015 | Sesimbra.



Foto 466 – O contributo do património para a urbe decorre não só da regeneração do edifício, como a Casa do Bispo, mas da sua utilização. 2015 | Sesimbra.



Foto 467 – A recuperação da memória história e a possibilidade da sua fruição é essencial, como evidente no exterior da igreja Matriz. 2009 | Sesimbra.



Foto 468 – Os espaços culturais, caso do núcleo museológico do *esprital* do Espírito Santo, devem seguir essa orientação como vias para interpretar o espaço urbano. 2015 | Sesimbra.



Foto 469 – A ambiência intrínseca da vila é valorizada em eventos noturnos, caso de eventos culturais com o edificado em fundo. 2014 | Sesimbra.



Foto 470 – A baía é palco privilegiado para eventos pirotécnicos e de jogos de luminância. 2014 | Sesimbra.



Foto 471 – Também o areal é amplo espaço propício a atividades familiares, como desta campanha solidária com lançamento de balões. 2014 | Sesimbra.



Foto 472 – Os contínuos arranjos no espaço público tem condicionada a relocalização de vários registos de arte pública, como no monumento aos Pescadores em 2008. Sesimbra.



Foto 473 – Na estátua evocativa dos mareantes de Sesimbra, mudada em 2013 do centro atlântico para o extremo mais ocidental, fora do espaço urbano. Sesimbra.



Foto 474 – Mais recentemente o pelourinho, desmontado e remontado em nova posição, porém análoga, na requalificação do largo do Município em 2013. Sesimbra.



Foto 475 – Em termos da inovação cultural e social junto dos jovens, surgiram novos projetos que têm suscitado o embraço do espaço urbano, caso da «Galeria em Projeto». 2013 | Sesimbra.



Foto 476 – Particular referencia a ações de *street art* em paredes e edifícios devolutos, com base na identidade cultural local. 2013 | Sesimbra.



Foto 477 – Em recente evento foi promovida, sob a temática “Sesimbra é peixe”, a pintura de portas e janelas como proposta de inclusão cultural. 2014 | Sesimbra.



Foto 478 – Também uma imagem de promoção é importante, aqui com a colocação em 2015, de uma embarcação típica no limite setentrional do concelho na Estrada Nacional 378. 2015 | Sesimbra.



Foto 479 – Na vila, a promoção da sua gastronomia e a associação a uma exposição temporária de escultura, pretende associar a tradição com a modernidade. 2014 | Sesimbra.



Foto 480 – O património urbano é efetivo fator de inovação que urge consolidar, ao ligar edifícios a ações, espaços a inovadoras vivências. 2014 | Sesimbra.



Foto 481 – A valorização da herança cultural deve começar logo junto da comunidade e das suas vivências, caso da “queima do Judas” na época pascal. 2013 | Sesimbra.



Foto 482 – Há que acolher as gerações mais antigas detentoras de saberes tradicionais, aqui numa reconstituição de trabalhos com rendas de bilros. 2010 | Sesimbra.



Foto 483 – A própria valorização económica desse legado deve ser assumida, caso da reparação naval como com esta réplica de caravela quinhentista, nos estaleiros navais de Sesimbra. 2012 | Sesimbra.



Foto 484 – A regeneração urbana integrada é assim uma conjugação de vivências do passado, como a reconstituição da *lota* no areal. 2008 | Sesimbra | CMS-DCB.



Foto 485 – A que se soma a conservação do património edificado, uma porta para o entendimento da riqueza urbana. 2015 | Sesimbra.



Foto 486 – Confere-se maior resiliência à urbe histórica tal como simbolizado na fortaleza, que exposta ao mar consegue manter a sua firmeza. 2014 | Sesimbra.



Foto 487 – É a paridade das comunidades que confere importância a uma região, como na valorização do cante alentejano. 2014 | Alentejo.



Foto 488 – É também a comunidade que se valoriza nos seus momentos esforçados, como no monumentos aos emigrantes. 2014 | São Miguel | Ana Ferreira.



Foto 489 – É a consciência da paridade da comunidade que permite prover pontes para o futuro do espaço urbano, exemplo do centro de ensino de rendas de bilros. 2014 | Peniche.



Foto 490 – Na cidade, a sua presença nos marcos históricos nacionais é compromisso relevante de uma tradição consolidada em meados do século XX, caso da memória do *Lidador*. 2014 | Beja.



Foto 491 – A toponímia, marco de memória local, dignifica a ancestralidade cultural urbana, caso do nativo Al-Mutamid, rei poeta do *Al-andalus*. 2015 | Beja.



Foto 492 – A arte pública é fator de alusão, caso da «Escultura ao prisioneiro político desconhecido», de Jorge Vieira datada de 1953, na criação de um museu. 2015 | Beja.



Foto 493 – Tradicionalmente o edificado urbano acolhe memórias históricas da comunidade, caso do edifício onde se reuniu o grupo que retomou a elevação do concelho. 2013 | Palmela.



Foto 494 – Em si também documenta em presença todo o valor que lhe é conferido enquanto elementos construído de relevo, de identidade e de interesse cultural. 2015 | Beja.



Foto 495 – No seu uso quotidiano, é o reconhecimento da particularidade da comunidade que construiu ao longo dos tempos a mnemónica das suas próprias tradições. 2014 | Peniche.



Foto 496 – A capacidade de confluência tradicional da urbe deve ser valorizada na relação entre edifícios. 2014 | Setúbal.



Foto 497 – As áreas públicas de passagem devem ser assumidas como efetivos espaços cómodos e abertos para partilha. 2015 | Beja.



Foto 498 – Os recintos e áreas de encontro devem ser privilegiadas pelo seu potencial de integração societária. 2014 | Beja.



Foto 499 – O espaço urbano apresenta-se dotado de infraestruturas amigas do ambiente, caso de postos de abastecimento para viaturas elétricas. 2015 | Beja.



Foto 500 – São também mais frequentes pontos de apoio ao quotidiano urbano, ativos por energia solar. 2015 | Setúbal.



Foto 501 – E cada vez mais a cidade se torna plataforma para as novas tecnologias com redes livres e *hotspots* Wi-Fi. 2015 | Beja.



Foto 502 – Em si, a cidade é inovação na partilha do espaço. 2014 | Setúbal.



Foto 503 – Como ponto de encontro, a urbe é também precinto de mensagem que molda o modo como vemos o quotidiano. 2015 | Beja.



Foto 504 – O recinto urbano é universo nuclear para a culturalidade, capaz da adaptação e da renovação em torno do património humano. 2014 | Óbidos.



Foto 505 – Na cidade, a cultura está sempre presente, no caso associada à saga pátria de D. Quixote e Sancho Pança. 2012 | Madrid | Espanha.



Foto 506 – A palavra surge também como monumento à memória cultural coletiva urbana. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 507 – Nos espaços de encontro e de partilha, as personagens criadas pela literatura são acrescidos motivos de interesse. 2014 | Montreux | Suíça | Ana Ferreira.



Foto 508 – A *street art* é na atualidade uma outra forma de explorar a cidade. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 509 – A conjugação da produção artística contemporânea com as áreas de lazer urbano é uma solução de plena inclusão. 2014 | Lausanne | Suíça | Ana Ferreira.



Foto 510 – A arte pública é também reflexo interventivo na rotina urbana como elemento de diferenciar o quotidiano. 2012 | Madrid | Espanha.



Foto 511 – O núcleo histórico urbano é em si recinto de vivência quotidiana que se perpetua pela sua ancestralidade. 2014 | Bruges | Bélgica.



Foto 512 – No espaço urbano, deve ser primeiro objetivo assegurar condições de habitabilidade e de utilização para os seus residentes. 2012 | Segóvia | Espanha.



Foto 513 – As cidades históricas vivem muito dos seus visitantes, pelo que urge prover o seu encontro com o quotidiano da cidade. 2012 | Toledo | Espanha.



Foto 514 – A vivência no quotidiano da cidade prende-se com a sua coerente rotina de fruição diária. 2012 | Ávila | Espanha.



Foto 515 – A vivência na cidade histórica deve também, em consciência, conseguir fruir o espaço urbano no período noturno. 2014 | Bruxelas | Bélgica.



Foto 516 – Em si, o núcleo histórico urbano é momento único da relação do passado com o presente que urge conservar e viver. 2014 | Lausanne | Suíça | Ana Ferreira.

Conclusão

1. Síntese do projeto de investigação

A afirmação contemporânea da cultura como potencial de progresso e do Património como recurso estratégico, estimula a busca de soluções inovadoras face às necessidades quotidianas do histórico núcleo de Sesimbra. Aí, a primeira linha de ação emerge da comunidade, na salvaguarda da sua autenticidade e na promoção da sua vitalidade face às pressões externas, contributo próprio perante o paradigma *sustentar para inovar*. Perpetuar o património urbano como fator de progresso, compromisso firmado na conservação da sua peculiaridade, propícia o envolvimento de recursos que solucionam carências, favorecem a identidade coletiva e promovem a coesão social.

Capacitar a génese histórica como dialética de crescimento integrado garante singularidade no quotidiano, pois equilibra a ligação dos aspetos arquitetónicos e das experiências sociológicas sobre o enfoque gregário da sociedade, epílogo pelo qual se revê a questão preambular: Que futuro nestas ruas cheias de memórias?

A resposta encontra-se na *regeneração urbana integrada*, a qual assume o primado da identidade urbana num mundo globalizado, mas de desafios locais, em que Sesimbra, detentora de atributos arquitetónicos exclusivos, com uma tradicional apetência para a multiculturalidade e depositária de potenciais particulares para a inovação, acolhe oportunidades para um rumo mais inteligente, sustentável e inclusivo.

De todos os pontos tratados ao longo do projeto de investigação, e de todas as propostas assumidas no alinhamento da dissertação, a pertinência do caso de estudo levou a procurar concretizar uma visão integrada para o núcleo histórico urbano de Sesimbra, mediante proposta de um roteiro teórico que procurou ser coerente e, concretizável. Para tal, este ensaio ponderou duas linhas centrais de interpretação, ambas pertinentes não só pela sua singularidade como pela sua interseção para a estruturação da resposta. A primeira, associada à formulação de padrões de intervenção no espaço urbano coerentes com a sua identidade, evidenciados no estudo histórico e na conspeção da cultura como fator de crescimento, a segunda, inerente à conceção de estratégias e ao detalhe de ações direcionadas para a regeneração urbana, sustentadas em modelos replicados e em propostas de resultados.

As urbes europeias contemporâneas, núcleos agregadores de diversidade, são focos de problemas mas também laboratórios de soluções, reside aí o desafio para o porvir.

Sesimbra apresenta-se como exemplo desse anfiteatro de modernidade, com áreas económicas produtivas mas também de comércio concorrencial, com recintos propícios à inovação mas suscitadores de exclusão social, com contextos de consciência ambiental e fontes de elevado consumo energético, arenas onde se digladiava a vontade de preservar o passado com os interesses do progresso para o futuro.

Trata-se de um cenário que supera o recinto edificado e influi na preservação do seu património, evidente na salvaguarda de edifícios e na revitalização de espaços públicos, pertinente dialética entre o ordenamento urbanístico e as necessidades dos utilizadores, exegese de uma vera cultura arquitetural, porquanto soma dos aspetos culturais, económicos, tecnológicos, sociais e ecológicos que influenciam a urbe. Estas são bases para a regeneração urbana integrada, onde a cultura e o património são esteios consolidados que se revêm na arquitetura urbana e se redescobrem na sua comunidade, tela de paisagens e paleta de vivências, requisitos essenciais para o reconhecimento da génese histórica da cidade contemporânea, os quais se podem também encontrar delineados na Estratégia Europa 2020.

O desenredo desta solução cursou as linhas do crescimento integrado concebidas no cerne da Europa, um todo gerador de doutrinas com reflexos nas realidades nacionais onde, a diversidade de valores que emana da pluralidade de comunidades que constituem as diferentes regiões, tende a valorizar a identidade regional com traços próprios, os quais, na sua amplitude, constituem o acervo de uma memória coletiva europeia. Esta leitura está repercutida nas metas tecidas para a região de Lisboa, onde no quadro temporal do horizonte 2020 são previstas abordagens integradas de desenvolvimento territorial, bases para o modelo de crescimento apoiado na intervenção pública com uma escala de financiamento multifundo direcionada a assegurar a coesão face às dimensões sub-regionais.

No instante contemporâneo que se verifica em Sesimbra, o seu núcleo histórico mais virtuoso, apesar de não pender geograficamente excêntrico face à teia do perímetro urbano, perdeu gradualmente a sua substância, e viu-se como, diminuído, no seu papel de núcleo dinâmico. Por tal, para afirmar a salvaguarda desta urbe histórica, há que interromper a propensão para a destruição do bem material ou para a privação da sua identidade imaterial por comodidade urbanista, cenários estéticos apensos à imposição contemporânea sobre a preexistência patrimonial, em que a notoriedade cosmopolita tende a sobrepor-se ao memorial vetusto, qual espelho do seu próprio desenraizamento, quando confronta anos de prosaísmo a centúrias de tradição.

Mais que a proeminência de causas imobiliárias ou de conjunturas económicas, de medidas condutoras à eficiência energética ou de ações dispersas de fruição cultural, a vivente paisagem memorial de edifícios e de arruamentos, recita um sistema frágil de arcaica coexistência que se alicerça no tempo espaçado, e na qual, as mudanças que se impõem no quotidiano têm efeitos coibitivos. Exemplos surgem na desafetação de ruas à circulação rodoviária ou na sua libertação condicional à circulação pedonal pela imposição de barreiras ao estacionamento, no espaço edificado mais vetusto perante a obrigação de normativas de insonorização, sistemas climatéricos e redes de infraestruturas que afetam a sua probidade estrutural, ou na aposição de programas *fachadistas* a justificar uma nova construção disfuncional que substituiu antigos espaços comerciais e residenciais por habitação sazonal.

Estas evidências suscitam reflexão quanto à expansão do recinto urbano, o qual sempre ajustado à escala territorial da pequena urbe que é Sesimbra, mercê do entendimento da existência de áreas funcionais geograficamente apartadas, mas que, repercutem uma conexão espacial de intrínseca dinâmica, a qual refunda novos recintos de centralidade, onde se identificam funções como a administração e o comércio, áreas confinantes de residências, serviços e culturais, periferias laborais, de habitação social e de residências turísticas. Neste contexto foi também perceptível identificar que dificilmente o financiamento exclusivamente público, ou somente privado, são suficientes para assegurar intervenções ajustadas com efeitos positivos no património. Será na conjugação de esforços, empenhos e interesses entre o sector público e os agentes privados, que se torna possível concretizar intervenções integradas no espaço urbano e na sua teia patrimonial, mediadas pela constituição de investimentos de cooperação que, além de repartirem os esforços, criam condições e fomentam ativos para a permanência de princípios de intervenção como para a replicação de resultados.

Esta é a perspetiva que o Acordo de Parceria *Portugal 2020* consubstancia na abordagem multinível e na gestão multifundo dos FEEI, afetas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação ou para a competitividade das empresas e a eficiência energética, o que potencia medidas ativas para promoção do património cultural e para o crescimento integrado na perspetiva urbana, sustentados na qualificação do emprego e na inclusão social, na aposta na educação e na formação de competências.

A perceção da salvaguarda do património urbano, ou da vivência profícua da urbe histórica, reside em áreas que merecem um novo olhar mais atento, como a redução do transporte e a promoção de alternativas de mobilidade, o aumento da eficiência

energética nos edifícios e a melhor gestão de recursos para reduzir o metabolismo urbano, a consolidação da vivência comunitária na promoção da saúde e no apoio aos mais carenciados, novos momentos de inovação social para resolução das necessidades locais, ou planos proactivos consolidados de parcerias locais. Firma-se o reconhecimento do potencial intrínseco da cidade através do seu legado histórico, usufruído em consciência e pilar para a construção de uma sociedade mais dinâmica e competitiva, sustentada na veracidade do seu quotidiano, onde a proteção do património urbano ou de modos de vida ancestrais, não se cinge à salvaguarda da sua existência mas flui na conservação da sua vivência.

Nas premissas que unem a regeneração urbana integrada, há que valorizar o espaço urbano em benefício da sua fruição com a atratividade a novos usos, da afirmação da identidade dos moradores a empreendimentos económicos, fortalecimento da governança local ou ao intercâmbio multicultural. No contexto territorial europeu, e no momento em que as cidades portuguesas são convocadas para uma dimensão metropolitana, com padrões de génese histórica e arquétipos de identidade alinhados na política 2020, propõem-se para Sesimbra uma visão para revitalização da sua essência urbana como de requalificação do seu quotidiano, através da conjugação de diferentes binómios, da inteligência e competitividade, à sustentabilidade e eficiência, da inclusão e capital humano, à territorialização e governança.

Do que se pode ambicionar para o futuro das ruas cheias de memória da piscosa urbe, será pelo conhecimento da sua ancestralidade patrimonial como pelo entendimento da sua existência cultural, que se mitigam as necessárias competências para um programa de regeneração urbana, quer na conceção do espaço histórico do recinto edificado quer no entendimento das potencialidades da cidade contemporânea, ao que se procurou conferir transversalidade na abordagem seguida na presente preleção, onde a génese histórica da cidade surge como um efetivo, e consolidado, fenómeno de sustentabilidade para o ambicionado *crescimento integrado*.

2. Orientações sobre o caso de estudo

O anseio de preservar o espaço urbano é um fenómeno historicamente recente, originado pela expansão cosmopolita que marcou a modernidade sob a evolução de um arquétipo que, em décadas mais recentes, foi assomado pelo paradigma da forma como usufruímos a cidade e o seu património, a fruição do lazer. Este, com novas realidades

económicas e sociais, influencia a partir de fora a vivência das dinâmicas locais, caso do turismo nos lugares mais antigos com ocorrências de elevado interesse.

A costa meridional que acolhe Sesimbra, encerra um conjunto de particularidades ambientais e biológicas que confere animação à *civitāte*, abrigada no sopé de um vale aprofundado pelo mar e rodeado pela serra da Arrábida, com uma climatologia amena e uma paisagem convidativa. A origem do sítio remonta à antiguidade, centro atlântico de preparados piscícolas e comércio oceânico, que na época medieval se tornou numa póvoa de bancos pesqueiros e comércio de cabotagem, recinto urbano que se expandiu até ao estatuto quinhentista de vila, sede de concelho, evolução traçada na relação oceânica de onde proveio o perigo da pirataria seiscentista, mas também, o impulso da atividade piscatória e das oligarquias empresariais do final de novecentos.

No momento contemporâneo, o veraneio turístico ateou novos ativos económicos, como o proveito imobiliário, que alteraram a malha urbana e recentraram o quotidiano no *duplo T*, fronteiro à marginal atlântica e transversal ao edificado. O progresso impôs a desmaterialização da tradicional povoação e aos poucos eclipsou a sua identidade, com o decréscimo demográfico e envelhecimento dos residentes, com a refuncionalização do parque urbano em moradias nucleares que maximizam a sua exiguidade, com um tecido económico cada vez mais dependente dos serviços e da sazonalidade do turismo, em que a sua centralidade histórica esteia porém a sua marginalidade face a novas áreas urbanas, uma cidade habitada por uma população de faixas sociais exauridas e com modos de vida avelados, envoltos num passado tradicional de modelos projectos de socialização, realidade ainda comprovada mas que se vê suplantada pela influência imobiliária e consequente *gentrification*.

Tal como em muitos sítios de interesse histórico, a vila permanece como um espaço erigido num dado período e com uma missão oportuna, capaz de albergar um certo número de utilizadores, mas que na atualidade, se vê suplantado pelo seu interesse público, pela sua atratividade como espaço de lazer e de visitaçāo. A interpretação do caso de estudo suscitou um roteiro de proposiçāo teórica, mas igualmente de observaçāo empírica, baseado em indicadores dirigidos aos objetivos de investigaçāo. À questāo de partida, estabelecida na introduçāo, a resposta proferida salientou com assertividade a pertinência da *regeneraçāo urbana integrada*, transposta na salvaguarda da urbe pela qualificaçāo dos seus padrōes de edificaçāo arquitetónica como pela valorizaçāo do relacionamento das suas funçōes, orientadas para um futuro plano de gestāo de harmonizaçāo das utilizaçōes face aos valores patrimoniais.

Ao longo deste ensaio foi evidenciado a indispensabilidade de uma perspetiva estratégica de intervenção patrimonial, uma perceção estruturada a partir do conceito de *regeneração urbana integrada*, no qual se consubstancia a identificação de um transversal programa de ação e a inseparável união de um grupo de ação local, conjugação que vai permitir operacionalizar os distintos planos de ação, do *plano de intervenção* e *plano de investimentos*, ao *plano de parcerias* e o *plano de comunicação*. Por aqui se auspicia concretizar as metas do *crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, por onde intervêm distintas facetas desde a qualificação de espaços públicos partilhados ou do edificado com a coerência de novos usos, a percursos de mobilidade favoráveis, iniciativas de dinamização económica ou projetos de conciliação da vida profissional com uma vivência sociável, dinâmicas que conferem expressão à elaboração de um prometido *plano integrado de gestão* para o espaço urbano, pelo qual, se confere coerência à visão de futuro para a urbe histórica.

De argumentos de sensibilização patrimonial e ambiental, a propostas de empreendedorismo ou iniciativas de divulgação, de parcerias de envolvimento de indivíduos a agregados familiares e instituições locais, as metas traçadas contribuíram para enquadrar o potencial de Sesimbra, propenso a projetos de inovação mais próximos da comunidade urbana. Todas as informações recolhidas e opiniões formadas, permitiram uma abordagem mais racional quanto à compreensão da totalidade da cidade histórica, pela sua pluralidade de realidades como de valores, bem além do entendimento quanto à mera definição de um *centro histórico*, o qual carrega o risco de ser uma conceção dissonante quando, pelo seu usufruto, se estimulam duas distintas leituras quanto ao património, quando dentro ou quando fora do seu *limes* espacial.

O enredo contemporâneo da trama urbana emerge como um todo onde os traços do passado apoiam a orientação para o futuro, enredo tecido a partir de diferentes linhas de construção e sobretudo, a *cidade patrimonial*, enquanto recinto de memórias materiais e de identidades incorpóreas poupadas na avidez do progresso, a *cidade gregária* como o lugar de encontro e de permanência quotidiana, ou a *cidade consolidada* porquanto construção estruturada no território e com uma dinâmica própria.

Outras das observações que se corporizou está apensa à significação do património urbano no contexto do futuro da Europa, não tanto na preocupação quanto à salvaguarda da génese histórica, mas, da sua comparência no progresso cultural da cidade cosmopolita. A leitura do espaço urbano, onde as origens ou o perímetro e a identidade não se limitam à existência do *centro histórico*, leva a que sejam ultrapassados os

limites físicos da urbe, também um processo de continuidade cultural intercedido pela constante aprendizagem política, no que respeita à demanda de consensos ou à definição das metas de matriz local. Estas metas emanam da leitura da própria *visão 2020*, baseada na análise territorial e na capacitação das comunidades para a governança, modelo de inspiração para políticas integradas transcorridas nos planos nacionais, com orientações muito específicas quanto à agenda de financiamento como aos programas de investimento, os quais refletidos nas iniciativas locais para uma melhor utilização dos fundos estruturais e de coesão, cingidos pelo acordo de parceria formalizado entre a União Europeia e o Estado Português, no qual se divisam as orientações estratégicas da programação 2014-2020 e os programas temáticos para a sua execução.

Esta dialética foi também explorada no caso de estudo de Sesimbra, ao abordar a absoluta necessidade não só da definição de orientações e da adoção de medidas para a qualidade de vida e identidade local, mas também, da concretização de uma plataforma de recursos eficiente apostada numa maturada reflexão quanto às propostas de crescimento. A consecução deste entendimento teve em si profunda conceção, partilhada investigação ao longo deste estudo, de delinear uma nova missão integrada para o território, não limitada ao recinto urbano mas extensível às funções urbanas, com enfoque na promoção de um modelo de gestão face aos seus potenciais intrínsecos, móbil para os agentes socioeconómicos adotarem comportamentos empreendedores, fomento à inovação das capacidades de governação, ou propícia base para parcerias entre distintos atores intervenientes.

Uma das considerações teóricas de base que, desde o início, se entendeu expressar como matriz de entendimento face ao estado de questão, residiu no entendimento de que, se uma construção isolada suscita a leitura enquanto obra de arquitetura, uma construção da arte humana com o seu porte de beleza e fenómeno de apropriação de um espaço antes vazio. Porém, quando se observa um grupo de construções, a forma material da cidade, a leitura que se suscita encontra-se bem diferenciada, pois em si liberta a noção de um génio gregário de consciência humana, agregado de elementos com uma ambiência própria e utilidade civilizada apenas a uma identidade e a uma capacidade intrínseca de relacionamento.

A cidade ascende como a concretização mais expressiva da existência humana, expressa no conjunto de elementos que lhe conferem ambiência própria, desde edifícios a fluxos de movimentação e espaços verdes, em que a unicidade e a utilidade no espaço partilhado de construção, reflete uma singular condição que só a cidade logrou alcançar.

Em Sesimbra, a implementação de estratégias que combinam a inovação com as dinâmicas específicas da região, oferecem maiores hipóteses de sucesso, pois não valorizam a imitação de experiências ou de utopias de outras regiões, o denominado *crescimento milagroso*, mas apostam na especialização inteligente. Reforçam-se as capacidades locais intercedidas pela geração de ativos distintivos, os quais galvanizam os agentes locais a demonstrarem que a capacitação socioeconómica será uma das áreas mais promissoras para o crescimento integrado de matriz regional.

Mais que a patrimonial valorização da economia, é a económica valorização do património que permite ultrapassar a versão cristalizada do centro histórico, o qual finda na rua após o edifício histórico, mas onde as realidades sucedem, qual onomatopeia de passagem do empedrado para o alcatrão, onde os residentes assistem à imposição aculturada sem porém, entenderem o seu significado. Seja no núcleo, no centro ou na cidade histórica, a concretização de políticas de salvaguarda patrimonial coerentes com o ideário da *regeneração urbana integrada*, tende a refletir abordagens de comunicação quanto a áreas como o turismo cultural, a integração social ou a partilha de benefícios económicos, os quais integrados em estratégias locais.

Tecer novas abordagens a partir da visão 2020 ou do futuro das cidades europeias, procurar validar evidentes premissas de salvaguarda patrimonial ou o benefício turístico nas existências culturais cosmopolitas, requer o início de outro estudo que aprofunde o legado patrimonial nas *cidades inteligentes*, um ensaio de contínua renovação. Esta assume-se como epístola para um novo desafio, o qual, exige a aplicação de diferentes indicadores e a criação de distintos paradigmas analíticos, pelos quais se permita delinear os contextos de entendimento quanto ao próprio valor geracional dos recursos capitais disponíveis na cidade contemporânea face ao futuro cosmopolita.

3. O legado cultural nas cidades inteligentes

No atual estado de questão quanto ao património histórico urbano, a relevância de sustentar para inovar, renova o seu legado para o futuro, onde o património herdado, existência durável e compromisso social, expressão de todas as comunidades urbanas declaradas na diversidade das sociedades ao longo da História, facto corporizado no espírito do lugar, que logra conferir uma singular feição de paridade. Esta perceção reforça a salvaguarda universal do património, quando o espaço urbano se tornou um palco de princípios, objetivos e métodos específicos de conservação, forma

incomparável de harmonizar a vida em sociedade e incentivar a preservação das suas propriedades culturais. As intervenções nos espaços urbanos de relevância histórica procuram, pela regeneração, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, materializada no conforto dos edifícios, na fruição dos espaços públicos ou na organização do recinto urbano.

A visão futura para a cidade, uma *cidade inteligente* enquanto estrutura funcional sistémica, resulta de um processo de construção urbana como um centro de recursos que, perante novos objetivos, impõem uma gestão disciplina de exigência ao seu processamento, pelo que a mudança requer alteração de pensamento e a perceção de pontos de rutura face às práticas instaladas. Mapear a dinâmica urbana, parametrizar as suas atividades e analisar os seus enfoques, são elementos capitais que a conceção da cidade cosmopolita, projetada e monitorizada, tem como indissociáveis, pelos quais o enquadramento encontra-se organizado em função do quotidiano e das ambiências de interação suscitadas nos seus utilizadores.

Quanto à estratégia de programação cultural adotada, há que procurar ver a floresta mas também a árvore, ter o dom para perceber a singularidade mas acolher a visão de conjunto, ao considerar as condições e as perspetivas, os custos e os benefícios, os ativos e os passivos, o antes e o depois, para no centro de tudo evoluir a cultura, pela qual se confere uma missão proactiva e inclusiva ao património histórico urbano.

Como sugestões para replicação futura de algumas das linhas focadas no presente estudo, mais que promover a unidade cultural, há que apostar na orgânica cultural, acionada por múltiplas propostas de intervenção mediadas pela aplicação do mérito na seleção das políticas locais, como igualmente, nos programas de ação, o que valoriza a integração de conteúdos e sistematiza a complementaridade de realização, de modo a evitar o clientelismo de intervenientes, a sobreposição de intenções, a incoerência de conteúdos e o desperdício de recursos.

Neste contexto, a regeneração urbana integrada passa a acolher novos desafios, ao creditar nos núcleos históricos uma teia de investimentos em áreas sensíveis, como bairros degradados ou zonas de inadequadas infraestruturas, formas de sustento económico e medidas de inovação social, não pensadas numa perspetiva de foco local, mas numa intenção assumida de globalização, tal como a cidade do futuro se predispõe a assumir. Na especificidade de urbes como Sesimbra, requerem-se novas experiências de engajamento da paridade de inovação da cidade, um compromisso único para o crescimento, onde a cultura repercute criatividade e a qualificação do fator humano

inflete potencial, através de investimentos no empreendedorismo, premissas para a qualificação dos processos urbanos e promoção de uma governação informada.

As cidades europeias do futuro tendem a ser internacionais nas suas redes de bens e serviços, com capitais e com recursos mais complexos pela interação das suas funções, resilientes e ambientalmente sustentáveis, equilibradas na demografia porquanto atrativas à população jovem e inclusivas no envelhecimento, sempre mais mobilizadoras para uma governação participada. Nos núcleos históricos urbanos, sem perder o sentido da contemporaneidade nas benfeitorias de usufruto e na melhoria da qualidade de vida, urge salvaguardar a cidade patrimonial na sua efetiva escala humana, onde as estratégias de crescimento devem ir além dos espaços construídos, almejar à especialização na procura das condições vantajosas e na promoção das dinâmicas urbanas, permissão para implementar investimentos apensos a uma *visão* estratégica de continuidade.

Como plenitude humana, a cidade representa um valor e evidencia uma conceção que na atualidade, resulta da sua transmissão geracional e da sua expansão territorial que, requer capacidade regulada de entendimento quotidiano entre o passado e o futuro. Suscita-se a premência na capacitação para articular programas de observação e operações de qualificação, demonstrações da capacidade local para afirmar o seu futuro pela exequibilidade da ação, sob um nível de complementaridade entre programas de ação e instrumentos de gestão, por onde se definem normas de intervenção e de reciprocidade entre a cidade histórica e os seus utilizadores.

4. O ensaio da contínua renovação

A concretização de conceitos como *desenvolvimento sustentável* e *crescimento integrado*, requer a qualificação do espaço urbano onde o ambiente e o património, são fatores de competitividade. Compreendem-se aqui ações para a requalificação de áreas degradadas, promoção habitacional em planos de ordenamento e modelos de construção, estímulo à mobilização para as áreas centrais, ou incremento turístico e motes de lazer, pelos quais se confere responsabilidade acrescida às cidades e ao património histórico urbano.

Ao nível local, antevê-se a coordenação de ações de expansão equilibrada da cidade como um todo, as quais, num nível regional, agregadas a estratégias de relação metropolitana baseadas na diversidade territorial, com sequente expansão, ao nível nacional, na coordenação de políticas promotoras do desenvolvimento policêntrico

equitativo e potenciador de competitividade internacional, pois os desafios na Europa 2020, colocam-se às regiões e ao seu envolvimento participado na estratégia de vocação para a competitividade do território. Como um dos principais pilares identitários europeus, a qualificação do espaço urbano surge não só na reabilitação de recintos desqualificados e revitalização de comunidades desfavorecidas, mas também na promoção da cultura e da criatividade, elementos indutores de inovação e de empreendedorismo, atrativos à fixação de pessoas e de empresas, dinamos de especialização e de valor diferenciador. A caracterização padronizada quanto ao recinto urbano, mas também no que reflete quanto à comunidade, associa-se à leitura de dados particulares enquanto base para futuros estudos, onde se regista a informação que será interpretada, em similitude, com outros casos no contexto territorial europeu, para então, se poder construir um modelo de análise à estância urbana.

Afigura-se entendível que a observação da vivência diária na cidade cosmopolita seja medida, já não tanto pela afinidade da sua génese cultural, face aos padrões de apropriação do quotidiano, enquanto fenómenos propícios a compromissos coletivos e a propostas de intervenção integrada, mas, pela interpretação dessas condições, embora a enquadrar as relações entre os potenciais utilizadores e o perímetro construído, na perspetiva de valorizar os recursos disponíveis mediante perspetivas de reflexão e linhas de consenso, as quais, impulsionam estratégias de desenvolvimento e de crescimento. Um novel programa de gestão, com consciência cultural e coerência urbana, permitirá identificar as condições necessárias e os recursos disponíveis para o usufruto do legado urbano, seja pela observação das realidades como das soluções identificadas noutros contextos urbanos similares, onde se definem convergências de ação.

Em muitos casos, a preocupação pela globalização metropolitana do espaço tem conduzido as atenções para planos e projetos de grande escala, em detrimento das operações pensadas, planificadas e estruturadas, num círculo mais local. Há que no futuro retomar o princípio do alicerce civilizacional, isto é, construir do pequeno para o grande, continuidade de legado geracional que se consolida no tempo, consignação das premissas de aperfeiçoamento que permitem integrar espaços e usos, como acolher pessoas e funções, valorizar as vivências e não as estatísticas.

Neste alinhamento podem ser criadas inovadoras linhas de abordagem quanto ao tema que nos focou neste trabalho, a vila de Sesimbra, então, na perspetiva de analisar práticas concretizáveis e de propor condições de experimentação numa ambiência de excelência histórica, mas que no momento, se encontra numa encruzilhada quanto às

metas de futuro propostas pela Europa das comunidades. Permitir-se-á identificar as cidades onde o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, possibilitou reforçar a maturidade do espaço urbano através das ações de desenvolvimento urbano sustentável, consubstanciados nos atuais programas políticos europeus, mediadas por modelos de gestão delegada e por plataformas de ação concertadas, vocacionadas para a definição de estratégias em resposta aos complexos desafios societários para sociedades mais inclusivas, inovadoras e reflexivas, contextos mais seguros e de suma liberdade a partir do modelo das *smart cities and communities*.

Como proposta para encarar o futuro, as políticas de coordenação territorial vão tender a tomar em consideração as especificidades locais, traduzidas em intervenções talhadas face às singularidades do território e da comunidade, modo de potenciar abordagens multidimensionais no planeamento e na fruição do capital urbano, onde o seu memorável património, material e imaterial, tangível e intangível, é fundamental. A conservação e a valorização da génese histórica do espaço urbano requerem essa gestão consciente e consensual, capaz de harmonizar funções díspares como a residencial, a comercial ou a turística, com intrínsecos valores de singularidade e de identidade, qualidades peculiares que congregam pessoas e usos, o que permite, com convicção, afirmar o ascenso da evolução histórica na cidade contemporânea.

Fontes documentais

Fundos de documentação escrita

Arquivo Histórico e Militar (AHM)

3.^a Divisão, 9.^a Secção, Caixa n.º 48.

Arquivo Municipal de Sesimbra (AMS)

CMS/D/01/Lv_02 | *Treslado do tombo da vila 1728* | N.º 0187

FCMS/L/A/01/Cx_01 | *Correspondencia planos de urbanização 1938-1975* | N.º 1156

FCMS/L/A/01/Cx_02 | *Processo plano diretor correspondência 1960-1970* | N.º 5473

FCMS/L/A/01/Cx_03 | *Plano de expansão de Sesimbra 1960-1961* | N.º 3009

FCMS/L/A/01/Cx_04 | *Anteplano de Urbanização de Sesimbra 1964* | N.º 2225

FCMS/L/B/01/Cx_01 | *Projeto de matadouro municipal s/ data* | N.º 5253

FCMS/L/B/01/Cx_02 | *Projeto de lavadouro 1896-1922* | N.º 5230

FCMS/L/B/01/Cx_08 | *Estudos/projetos para edifícios municipais 1973* | N.º 2402

FCMS/L/B/02/Cx_02 | *Projetos para igrejas e misericórdia 1961* | N.º 5224

FCMS/L/B/03/Cx_01 | *Projetos de cemitérios 1906-1907* | N.º 5431

FCMS/L/B/03/Cx_03 | *Projetos de cemitérios 1971* | N.º 5252

FCMS/L/B/04/Cx_01 | *Projetos edifícios de GNR 1922-1958* | N.º 5238

FCMS/L/B/04/Cx_02 | *Projeto do posto de Guarda Fiscal 1964* | N.º 3142

FCMS/L/B/05/Cx_01 | *Projeto escolas colónias balneares infantis 1906-1930* | N.º 5284

FCMS/L/B/05/Cx_02 | *Projeto construção banhar colónia infantil 1959-1962* | N.º 3312

FCMS/L/B/05/Cx_04 | *Projeto escolas colónias balneares infantis 1972-1973* | N.º 5410

FCMS/L/B/06/Cx_01 | *Projetos de parques de campismo 1960-1965* | N.º 5248

FCMS/L/B/06/Cx_03 | *Projetos de parques de campismo 1971* | N.º 5360

FCMS/L/B/06/Cx_04 | *Projetos de parques de campismo 1971-1972* | N.º 5374

FCMS/L/B/07/Cx_01 | *Projetos de bairros sociais s/ data* | N.º 5464

FCMS/L/B/07/Cx_02 | *Projetos de bairros sociais s/ data* | N.º 5250

FCMS/L/B/07/Cx_03 | *Projetos de bairros sociais 1905/1947 [1955]* | N.º 5259

FCMS/L/B/07/Cx_04 | *Projetos de bairros sociais 1933 [1951]* | N.º 5260

FCMS/L/B/07/Cx_05 | *Projectos bairros sociais 1946-1951* | N.º 5333

FCMS/L/B/07/Cx_06 | *Projectos bairros sociais 1947-1961* | N.º 5347

FCMS/L/B/07/Cx_07 | *Projectos bairros sociais 1954-1956* | N.º 5245

FCMS/L/B/07/Cx_11 | *Projectos bairros sociais 1966-1973* | N.º 5460

FCMS/L/B/09/Cx_01 | *Projectos de estradas s/ data* | N.º 5234
 FCMS/L/B/09/Cx_02 | *Projectos de estradas s/ data* | N.º 5239
 FCMS/L/B/09/Cx_03 | *Projectos de estradas 1896-1924* | N.º 5287
 FCMS/L/B/09/Cx_04 | *Projectos de estradas 1917* | N.º 5278
 FCMS/L/B/09/Cx_05 | *Projectos de estradas 1943* | N.º 5235
 FCMS/L/B/09/Cx_06 | *Projectos de estradas 1952-1957* | N.º 5229
 FCMS/L/B/10/Cx_01 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1914-1953* | N.º 5228
 FCMS/L/B/10/Cx_02 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1930-1935* | N.º 5233
 FCMS/L/B/10/Cx_03 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1934-1958* | N.º 5227
 FCMS/L/B/10/Cx_04 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1961-1966* | N.º 5376
 FCMS/L/B/10/Cx_05 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1962-1966* | N.º 5286
 FCMS/L/B/10/Cx_06 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1962-1970* | N.º 5450
 FCMS/L/B/10/Cx_07 | *Pequenos arranjos urbanísticos 1963-1966* | N.º 5231
 FCMS/L/B/11/Cx_01 | *Urbanismo, infraestruturas e outros assuntos séc. XIX* | N.º 2141
 FCMS/L/B/11/Cx_02 | *Urbanizações, infraestruturas 1895-1972* | N.º 2161
 FCMS/L/B/11/Cx_03 | *Infraestruturas 1904-1960* | N.º 2142
 FCMS/T/A/01/Cx_01 | *Turismo 1895-1973* | N.º 2162
 FCMS/T/D/02/Cx_01 | *Correspondência da Comissão Turismo 1933-1952* | N.º 2296

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

PATTO, António (1759) – *Respostâ que dê Antonio José Patto Prior do habito de Santiago aos interrogatórios que lhe-remeteu o Seu Sñor Dezembargador Vigario Geral da Villa de Setubal Henrique Henriques da Maya*. In “Diccionario geográfico”, vol. X, m. 285, rolo 321.

Hemeroteca Municipal de Lisboa (Hemeroteca Digital - HDML)

AA.VV (jun. 1880) – «Occidente». Ano 3, Vol. III, 59, pp.84.
 AA.VV (out. 1884) – «Occidente». Ano 7, Vol. VII, 208, pp.219, 221.
 AA.VV (out. 1890) – «Occidente». Ano 13, Vol. XIII, 424, p.218, 221.

Fundos cartográficos e ilustrados

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Cod-7445_0079_37_t24-C-R0150; cod-7445_0081_38_t24-C-R0150 | *Desenhos-Plantas de todas as praças do Reyno de Portugal, pelo Tenente General Nicolau de Langres Francez, que servio na guerra da aclamação. 1661.*

PT/AHM/FP/38/9/557/174 | *Planta das Antigas Muralhas que serviam a Fortificação de Sesimbra. 1832.*

Arquivo Municipal de Sesimbra (AMS)

FCMS/L/B/01/Cx_03 | *Projeto de lavadouro municipal 1901-1924* | N.º 5300

FCMS/L/B/01/Cx_04 | *Projeto remodelação paços do concelho 1920-1969* | N.º 5240

FCMS/L/B/01/Cx_05 | *Projeto de sanitários 1922-1923* | N.º 5301

FCMS/L/B/01/Cx_06 | *Projeto de biblioteca municipal 1947* | N.º 5299

FCMS/L/B/01/Cx_07 | *Projeto mercado municipal de Sesimbra 1970-1972* | N.º 5212

FCMS/L/B/07/Cx_08 | *Projectos bairros sociais 1954-1965* | N.º 5244

FCMS/L/B/07/Cx_09 | *Projetos bairros sociais 1960* | N.º 5249

FCMS/L/B/07/Cx_10 | *Ante projeto da Casa dos Pescadores / Posto Guarda Fiscal / Alfandega 1963-1965* | N.º 5459

FCMS/L/G/01/Cx_03 | *Plantas diversas do concelho de Sesimbra (vila Amália 1943) s/ data* | N.º 3013

FCMS/M/A/06/Cx_01 | *Processos diversos 1910-1950* | N.º 1323

FCMS/M/B/01/Cx_03 | *Obras em estradas Santana/Corredoura 1892-1953* | N.º 5297

FCMS/M/B/01/Cx_04 | *Obras em estradas municipais 1894-1903* | N.º 5276

Arquivo Horizontal Metálico – Gaveta 15 | *Planta da Vila de Cesimbra 1905*

Arquivo Horizontal Metálico – Gaveta 15 | *Planta da Vila de Sesimbra 1929*

Arquivo Horizontal Metálico – Gaveta 15 | *Planta Geral da Rede de Canalizações da Vila de Cezimbra* [s.d]

Arquivo Horizontal Metálico – Gaveta 15 | *Planta Geral da Vila de Sesimbra* [s.d]

Arquivo Horizontal Metálico – Gaveta 15 | *Projecto do Saneamento da Villa de Cezimbra* [s.d].

Carta Topographica Militar do Terreno da Peninsula de Setubal. Construida por ordem do Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Marechal e Command^{te} em Chefe do Exercito, Marquez de Campo Maior. Pelo Major do Real Corpo de Engenheiros Joze Maria das Neves Costa. Copiada no Real Archivo Militar pelos Capitães do Real Corpo de Engenheiros Joze Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca. 1816.

Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

Cart1079073 | *A Vila de Sezimbra. Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegiados por Diogo Barbosa Machado.*

Fundos fotográficos e filmicos

Arquivo Municipal de Sesimbra (AMS)

EFHAMS/A/A/01 | Acidentes | *Acidentes Naturais Terrestres*
EFHAMS/A/A/02 | *Acidentes* / *Acidentes Rodoviários*
EFHAMS/A/A/03 | *Acidentes* / *Acidentes Marítimos*
EFHAMS/A/B/01 | *Temporais* / *Vendavais*
EFHAMS/A/B/02 | *Temporais* / *Mar Revolto*
EFHAMS/A/B/03 | *Temporais* / *Ciclones*
EFHAMS/B/A/01 | *Actividades de Relevo* / *Comemorações*
EFHAMS/B/A/02 | *Actividades de Relevo* / *Visitas Oficiais*
EFHAMS/B/A/03 | *Actividades de Relevo* / *Inaugurações*
EFHAMS/B/B/01 | *Mocidade Portuguesa* / *Festas Mocidade Portuguesa em Sesimbra*
EFHAMS/B/C/01 | *Obras Públicas* / *Obras de Abastecimento de água*
EFHAMS/B/C/02 | *Obras Públicas* / *Obras nas Vias Públicas*
EFHAMS/B/C/03 | *Obras Públicas* / *Obras em Campos Desportivos*
EFHAMS/B/C/04 | *Obras Públicas* / *Obras em Escolas*
EFHAMS/B/C/05 | *Obras Públicas* / *Obras em Igrejas*
EFHAMS/B/C/06 | *Obras Públicas* / *Obras no Sector da Pesca*
EFHAMS/B/C/07 | *Obras Públicas* / *Obras em Edifícios Municipais*
EFHAMS/B/C/08 | *Obras Públicas* / *Obras no Sector da Habitação*
EFHAMS/B/C/10 | *Obras Públicas* / *Obras Diversas*
EFHAMS/B/C/11 | *Obras Públicas* / *Início dos Trabalhos*
EFHAMS/C/A/01 | *Actividades Económicas* / *Estabelecimentos e Espaços Comerciais*
EFHAMS/C/A/02 | *Actividades Económicas* / *Estabelecimentos Fabris*
EFHAMS/C/A/03 | *Actividades Económicas* / *Estabelecimentos Hoteleiros*
EFHAMS/C/A/04 | *Actividades Económicas* / *Estabelecimentos de Serviços*
EFHAMS/C/B/01 | *Lota Antiga* / *Exposição de Peixe*
EFHAMS/C/B/02 | *Lota Antiga* / *Venda de Peixe*
EFHAMS/C/B/03 | *Lota Antiga* / *Transporte de Peixe*
EFHAMS/C/B/04 | *Lota Antiga* / *Captura de Golfinhos*
EFHAMS/C/B/05 | *Lota Antiga* / *Captura de Tubarões Martelo*
EFHAMS/C/C/01 | *Pescas* / *Pesca Tradicional*
EFHAMS/C/C/02 | *Pescas* / *Pesca Desportiva*

EFHAMS/D/A/02 | *Zonas Rurais / Edifícios Zonas Rurais*

EFHAMS/D/B/01 | *Vistas da Baía / Vista sobre a Falésia*

EFHAMS/D/B/02 | *Vistas da Baía / Vista sobre o Forte do Cavalo*

EFHAMS/D/B/03 | *Vistas da Baía / Vista sobre a Praia*

EFHAMS/D/B/04 | *Vistas da Baía / Vista sobre a Baía*

EFHAMS/D/B/05 | *Vistas da Baía / Aspectos detalhados da Baía, pormenores da Baía*

EFHAMS/D/C/02 | *Património Cultural e Artístico / Património Religioso*

EFHAMS/D/D/02 | *Museus / Museu de Arqueologia*

EFHAMS/D/D/03 | *Museus / Museu Etnográfico*

EFHAMS/D/D/04 | *Museus / Museu do Mar*

EFHAMS/D/D/05 | *Museus / Exposições*

EFHAMS/D/E/01 | *Monumentos / Largo Municipal - Pelourinho*

EFHAMS/D/E/02 | *Monumentos / Largo do Calvário*

EFHAMS/D/E/03 | *Monumentos / Igreja*

EFHAMS/D/E/04 | *Monumentos / Casa do Bispo*

EFHAMS/D/E/12 | *Monumentos / Monumento ao Pescador*

EFHAMS/D/F/01 | *Edifícios e Espaços / Escolas*

EFHAMS/D/F/02 | *Edifícios e Espaços / Quartel dos Bombeiros Sesimbra*

EFHAMS/D/F/03 | *Edifícios e Espaços / Cinema de Sesimbra*

EFHAMS/D/G/01 | *Aspectos de Sesimbra / Arquitectura e Urbanismo*

EFHAMS/D/G/02 | *Aspectos de Sesimbra / Aspecto do quotidiano*

EFHAMS/D/G/03 | *Aspectos de Sesimbra / Pormenores da Vila*

EFHAMS/E/B/02 | *Desporto / Regatas Marítimas*

EFHAMS/E/B/04 | *Desporto / Futebol*

EFHAMS/E/B/06 | *Desporto / Motociclismo – Prova de Motociclismo*

EFHAMS/E/B/07 | *Desporto / Natação – Travessia da Baía*

EFHAMS/E/C/01 | *Actividades Submarinas / Foto aquáticas*

EFHAMS/E/C/02 | *Actividades Submarinas / Actividades na Baía*

EFHAMS/E/C/03 | *Actividades Submarinas / Actividades Aquáticas*

EFHAMS/E/C/04 | *Actividades Submarinas / Instalação de Equipamentos*

EFHAMS/E/C/05 | *Actividades Submarinas / Caça Submarina*

EFHAMS/E/D/01 | *Exposições / Exposições sobre o Mar*

EFHAMS/E/D/04 | *Exposições / Exposições Diversas*

EFHAMS/E/E/01 | *Turismo / Pesca Turística*

EFHAMS/E/E/02 | *Turismo / Verão em Sesimbra*

EFHAMS/E/F/01 | *Associações e Colectividades / Bombeiros Voluntários de Sesimbra*

EFHAMS/E/F/02 | *Associações e Colectividades / Sociedade Musical Sesimbrense*

EFHAMS/E/F/03 | *Associações e Colectividades / Grupo Desportivo de Sesimbra*

EFHAMS/E/F/04 | *Associações e Colectividades / Casa dos Pescadores*

EFHAMS/F/A/01 | *Carnaval / Baile de mascaras*

EFHAMS/F/A/02 | *Carnaval / Desfiles de Carnaval*

EFHAMS/F/D/01 | *Festas Religiosas / Procissões e missas*

EFHAMS/F/E/01 | *Santos Populares / Aspectos das ruas enfeitadas*

EFHAMS/F/E/02 | *Santos Populares / Caldeiradas*

EFHAMS/F/E/03 | *Santos Populares / Concurso de Montras*

EFHAMS/G/A/01 | *Actividades Piscatórias / Preparação de apetrechos de faina*

EFHAMS/G/A/02 | *Actividades Piscatórias / Desembarque de pescado*

EFHAMS/G/A/03 | *Actividades Piscatórias / Homenagem António Cunha Soromenho*

EFHAMS/G/D/01 | *Trajes Típicos / Pescadores*

EFHAMS/G/E/01 | *Embarcações / Barcos em Sesimbra*

EFHAMS/G/F/01 | *Jogos Populares / II Jogos Populares*

EFHAMS/G/F/02 | *Jogos Populares*

Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM)

201850-Bobine | MENDES, Hélder (dir.) (1975) - *Big Game Fishing Sesimbra - Portugal*. Comissão Nacional de Turismo.

203990-Bobine | MACEDO, Bourdain (dir. prod.); CABRAL, Jorge (real.) (1976) - *Portugal Holiday Land*. Direcção Geral de Turismo & Instituto Português de Cinema.

204777-Bobine | PASCAL-ANGOT, Jean (1970) - *Agar – Agar*. Fundo de Fomento de Exportação.

8000002-VHS.1/1 | RIBEIRO, António (dir.) (1959) - *Faina do Rio e do Mar*. Secretariado Nacional de Informação, Cultura Portuguesa e Turismo & Serviços Técnicos de «Imagens de Portugal».

8000062-VHS.1/1 | FONSECA, Teixeira da (1970) - *A Cidade do Rio Azul*. *Quinzenário de informação e cultura patrocinado pelo Secretariado Nacional de Informação*. Produtores Associados & Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.

- 8000116-VHS.1/1 | SPAC (1958) - *Imagens de Portugal 133. Quinzenário de informação e cultura patrocinado pelo Secretariado Nacional de Informação*. Produtores Associados & Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.
- 8000172-VHS.1/1 | BRECHIGNAC, Jean-Vicent (titres) (s.d) - *Le Portugal, Terre de Lumière*. Comissão de Propaganda do Turismo Português no Estrangeiro.
- 8000230-VHS.1/1 | VERÍSSIMO, António (1958) - *Acção Social ao Pescador. Documentário da obra Assistencial à gente do Mar / Lar – instrução – amparo*. Patrocinado pelo armador capitão José Maria Vilarinho.
- 8000249-VHS.1/1 | SPAC (1953) - *Imagens de Portugal 14. Quinzenário de informação e cultura patrocinado pelo Secretariado Nacional de Informação*. Produtores Associados & Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.
- 8000255-VHS.1/1 | SPAC (1954) - *Imagens de Portugal 32. Quinzenário de informação e cultura patrocinado pelo Secretariado Nacional de Informação*. Produtores Associados & Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.
- 8000269-VHS.1/1 | SPAC (1956) - *Imagens de Portugal 86-B. Quinzenário de informação e cultura patrocinado pelo Secretariado Nacional de Informação*. Produtores Associados & Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.
- 8000284-VHS.1/1 | SPAC (1957) - *Imagens de Portugal 117. Quinzenário de informação e cultura patrocinado pelo Secretariado Nacional de Informação*. Produtores Associados & Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas.
- 8000317-VHS.1/1 | Tobis Portuguesa (prod.) (1964) - *Imagens de Portugal 299. Quinzenário de actualidades*. Secretariado Nacional da Informação.
- 8000320-VHS.1/1 | Tobis Portuguesa (prod.) (1964) - *Imagens de Portugal 295. Quinzenário de actualidades*. Secretariado Nacional da Informação.
- 8000778-VHS.1/1 | ESCUDEIRO, António (1973) - *Portugal 530 miles of beaches*. Francisco de Castro.
- 8000790-VHS.1/1 | ROSA, Baptista (dir. prod.) (1974) - *Rivus Pathé Magazine N.º 4*. Produção Telecine.
- 8000883-VHS.1/1 | Desconhecido (1932) - *Passeio do Clube Nacional de Natação*.
- 8000894-VHS.1/1 | Desconhecido (1973) - *VIP 87 (90) – O Magazine da Mulher. A Produção Quinzenal VIP 87*. Mundial Filmes & Cinegra.

Diversos

- CASTRO, Francisco de (prod.); COSTA, José (real.) (1966) - *Era o Vento... E o Mar... Sesimbra*.

- PROENÇA, Maria (coord) (2010) - *Educar. Educação para todos. O ensino na I República*». Exposição virtual in <http://educar.centenariorepublica.pt>.
- SANCTIS, Vítor de (1958) – *Mondiali in Atlantico. Caça submarina - campeonato do mundo*.

Repositório de fontes diversas

Estudos de procedência local (documentos não publicados)

- ALDEIA, João (2012) – *Turismo em Sesimbra (2000 – 2010)*. Informação n.º 13.164 de 31/03/2012, Câmara Municipal de Sesimbra.
- ALDEIA, João (2013) – *Algumas ideias para a elaboração de uma Estratégia Económica para Sesimbra*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- FERREIRA, Luís; FERREIRA, Nathalie (2002) – *Trabalhos Arqueológicos na Estrada Panorâmica de Vila Pinto – Sesimbra. Intervenção de Emergência. Relatório dos trabalhos. 27 de Agosto a 7 de Setembro de 2001*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- FERREIRA, Luís (2010a) – *URBCOM Sesimbra 1.ª Fase – 2007/2008. Acompanhamento de Obra. Trabalhos Arqueológicos no Centro Urbano da Vila de Sesimbra. Relatório Final: Outubro de 2007 a Dezembro de 2008*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- FERREIRA, Luís; CONCEIÇÃO, Andreia (2010) – *Trabalhos arqueológicos no centro urbano da vila de Sesimbra. Relatório Final: Outubro de 2007 a Dezembro de 2008*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- FERREIRA, Luís (2010b) – *URBCOM Sesimbra 1.ª Fase – 2007/2008. Acompanhamento de Obra. Trabalhos Arqueológicos no Centro Urbano da Vila de Sesimbra. Relatório Final: Outubro de 2007 a Dezembro de 2008. Anexo informativo sobre troços de Muralhas*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- FERREIRA, Luís (2011) – *Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra – QREN 2007/2013. Requalificação da Fortaleza de Santiago. Acompanhamento Arqueológico ao Estudo Estrutural do Edifício. Relatório Final: Dezembro de 2010 a Janeiro de 2011*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- RODRIGUES, Walter (coord); AMOR, Teresa; MATIAS, Carla (março 2005) - *Diagnóstico Social do Concelho de Sesimbra*. Centro de Estudos Territoriais.

Sítios pesquisados na Internet

<http://books.google.pt>

<http://debates.parlamento.pt>
<http://educar.centenariorepublica.pt>
<http://expresso.sapo.pt>
<http://hdl.handle.net>
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>
<http://objdigital.bn.br>
<http://onesearch.library.utoronto.ca>
<http://en.wikipedia.org>
<http://pt.wikipedia.org>
<http://purl.pt>
<http://sol.pt>
<http://tronco-em-flor.blogspot.pt>
<http://whc.unesco.org>
<http://www.aar.edu.pt>
<http://www.aicomos.com>
<http://www.archive.org>
<http://www.bnportugal.pt/>
<http://www.ccdr-lvt.pt>
<http://www.cm-sesimbra.pt>
<http://www.douzelage.org>
<http://www.eurocid.pt>
<http://www.europa.eu>
<http://www.ewht.org.uk>
<http://www.expresso.sapo.pt>
<http://www.gac.culture.gov.uk>
<http://www.gepac.gov.pt>
<http://www.icnf.pt>
<http://www.icomos.org>
<http://www.ine.pt>
<http://www.jcyl.es>
<http://www.ligacombatentes.org.pt>
<http://www.ordens.presidencia.pt>
<http://www.orquestra.geracao.aml.pt>
<http://www.ovpm.org>

<http://www.porlisboa.qren.pt>
<http://www.portaldahabitacao.pt>
<http://www.portugal2020.pt>
<http://www.sec-geral.mec.pt>
<http://www.unesco.org>
<http://www.urbact.eu>
<http://www.usmm.org>

Encontros de divulgação (anotações de referência)

- AA.VV (2013a) – *Perspectivas para a Cultura no Quadro Estratégico Europeu 2014/2020*. Encontro realizado em Lisboa a 13/02/2013, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura & Secretaria de Estado Adjunta da Economia e do Desenvolvimento Regional.
- AA.VV (2013b) – *Seminário internacional “Património, Economia, Turismo: Um caminho de futuro”*. Encontro realizado em Lisboa a 18/10/2013, SPIRA Revitalização Patrimonial & Fundação Millennium BCP.
- MARTELO, Vítor (2013) – *Conceção e Gestão de Projetos*. Formação realizada em Palmela 6-8/05/2013, Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Referências bibliográficas

Documentação de leitura formal

Abordagens metodológicas

- AA.VV (1997) - *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. Segunda edição, Texto Editora, p.96.
- AA.VV (2004) – *Constituição da República Portuguesa. Versão 2004*. “Coleção Legislação”, 11, Porto Editora.
- ALMEIDA, António (coord.) (2009) - *Dicionário de Latim Português*. Terceira edição, Porto Editora, pp.60-61.
- ÁLVARES, Pedro (2009) – *O Tratado de Lisboa e o futuro da Europa*. Comissão Europeia.
- AVELAR, Mário (2006) – *Ekphrasis. O poeta no atelier do artista*. Edições Cosmos.
- CARDOSO, Jerónimo (1570) - *Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanico latinu[m]*. Coimbra, p. 13v. <<http://www.bnportugal.pt>>.

- DIAS, José (2006) – *O municipalismo em Portugal, Brasil e Cabo Verde*. Edições OD & F.
- ECO, Umberto (1989) – *Obra Aberta*. Difel.
- GIL, Inês (2005) – *A atmosfera no Cinema*. Fundação Calouste Gulbenkian; pp.17-33.
- JORGE, Virgolino (2000) – «Património e identidade nacional». *Engenharia Civil*, N.º 9, Setembro 2000, Universidade do Minho.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria (1998) – *Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas*. Actas do «VII Encontro Nacional - Museologia e Autarquias». Câmara Municipal do Seixal, pp.97-112.
- LEROI-GOURHAN, André (1987) – *O gesto e a palavra. Memória e ritmos*. Edições 70, pp.121-176.
- MONTEIRO, Nuno (1995) – «Os poderes locais no Antigo Regime». in OLIVEIRA, César (dir) – *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*. «Grandes Temas da Nossa História», Círculo de Leitores, pp. 16-175.
- NABAIS, José (2004) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Livraria Almedina.
- NETO, Maria (2002) – «Carta de Cracóvia. Os princípios de restauro para uma nova Europa». *Património Estudos*, n.º 3, Instituto Português do Património Arquitetónico, pp. 93-99.
- PESSOA, Fernando (2001) – *Reflexões sobre Ecomuseologia*. «Viver é preciso». Edições Afrontamento.
- SALVA Y PÉREZ, Vicente (1841) - *Diccionario de la Lengua Castellana*. Paris, segunda edicion, Academia Española, p.61. <<http://books.google.pt>>.
- TOMMASEO, Nicolò; BELLINI, Bernardo (1865) - *Nuovo dizionario della lingua italiana*. Torino, Volume primo, Parte prima, p.417. <<http://books.google.pt>>.
- VALBUENA, Manuel (1829) - *Diccionario Universal Latino – Español*. Madrid, sexta edicion, Imprensa Real, p.48. <<http://books.google.pt>>.

Documentação institucional

- A.D.R.E.P.E.S (2014) – *Estratégia de Desenvolvimento Local para a Península de Setúbal 2014-2020*. Setembro de 2014, Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal.

- A.M.L (2014a) – *Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020. Relatório final*. Janeiro de 2014, Área Metropolitana de Lisboa & Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- A.M.L (2014b) – *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020*. Dezembro de 2014, Área Metropolitana de Lisboa & Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- A.M.R.S (2014) – *Península de Setúbal. Plano Estratégico de Desenvolvimento Quadro Estratégico Comum 2014-2020*. Junho de 2014, Associação de Municípios Região de Setúbal & Manual - Estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitectura, Lda.
- C.C.D.R.L.V.T (2004) – *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- C.C.D.R.L.V.T (2007) – *Lisboa 2020. Uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa*. 2.^a edição, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- C.C.D.R.L.V.T (2013) – *Especialização Inteligente de Lisboa 2014-2020. RIS3 Lisboa 2014-2020*. Dezembro de 2013, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- C.C.D.R.L.V.T (2014a) – *Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020*. Janeiro de 2014, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- C.C.D.R.L.V.T (2014b) – *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020*. Agosto de 2014, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- C.C.D.R.L.V.T (2014c) – *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020*. Dezembro de 2014, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- C.E (2011) – *Desenvolvimento Urbano Sustentável. Política de Coesão 2014-2020*. Ficha Informativa, Comissão Europeia.
- C.E (2012) – *Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations (RIS 3)*. Luxemburgo, Comissão Europeia.
- Cn.E (2000) – *European Landscape Convention*. “European Treaty Series”, N.º 176, Florença, Conselho da Europa.

- C.M.S (1999) – *Museu Municipal de Sesimbra. Proposta de desenvolvimento*. Setembro de 1999, Câmara Municipal de Sesimbra.
- C.M.S (2006) - *Carta Educativa do concelho de Sesimbra*. Dezembro de 2006, Câmara Municipal de Sesimbra.
- C.M.S. (2009) – *Plano Estratégico de Turismo do Concelho de Sesimbra. Relatório de Diagnóstico e Proposta Preliminar de Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico*. Julho de 2009, Câmara Municipal de Sesimbra & Augusto Mateus & Associados - Sociedade de Consultores, Lda.
- C.M.S (2014) – *Proposta da área de reabilitação urbana do “núcleo antigo da vila de Sesimbra”*. Dezembro de 2014, Câmara Municipal de Sesimbra.
- D.G.P.M (2013) – *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*. Maio de 2013, Direção-Geral de Política do Mar.
- E.R.T.R.L (2014) – *Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019. Posicional a região de lisboa num novo patamar de excelência turística*. Outubro de 2014, Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, Turismo de Lisboa & Roland Berger Strategy Consultants.
- E.U (2007) – *Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis*. Leipzig, Maio de 2007, adotada na Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial, European Union.
- E.U (2010) – *Toledo Declaration on integrated urban regeneration*. Toledo, Junho de 2010, adotada na Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento Urbano, European Union.
- E.U (2011) – *Territorial Agenda of the European Union 2020 – Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*. Gödöllő, Maio de 2011, adotada na Reunião Informal de Ministros do Ordenamento Espacial e Desenvolvimento Territorial, European Union.
- E.U (2012) – *Delivering on the Europe 2020 Strategy. Handbook for Local and Regional Authorities*, European Union.
- E.U (2014) – *Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico 2014-2020*. Junho de 2014, European Union & Atlantic Area Transnational Programme.
- G.E.P.A.C (2014) – *Plano de Estudos Cultura 2020*. Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. [Os vários estudos temáticos estão disponíveis em <<http://www.gepac.gov.pt>>].

- G.P.E.A.R.I (2010) - *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*. Janeiro de 2010, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais & Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Lda.
- G.P.E.A.R.I (2011) – *Guia de apoios à Cultura e Criatividade*. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.
- I.C.O.M.O.S (1987) – *Charter for the conservation of Historic Towns and Urban Areas*. 8.^a Assembleia Geral, Washington (E.U.A.), International Council on Monuments and Sites.
- I.C.O.M.O.S (1993a) – *Historic towns*. 10.^a Assembleia Geral, Colombo (Sri-Lanka), International Council on Monuments and Sites / International Scientific Committee on Historic Towns.
- I.C.O.M.O.S (1993b) – *Tourism at world heritage cultural sites: the site manager's hand book*. 10.^a Assembleia Geral, Colombo (Sri-Lanka), International Council on Monuments and Sites / International Scientific Committee on Cultural Tourism.
- I.C.O.M.O.S (2008) - *Declaração sobre a preservação do “Spiritu Loci”*. 16.^a Assembleia Geral, Québec (Canadá), International Council on Monuments and Sites.
- I.C.O.M.O.S (2011) – *Principios de La Valeta para la salvaguardia y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas*. 17.^a Assembleia Geral, La Valeta (Malta), International Council on Monuments and Sites.
- O.W.H.C (1997) – *Appel d'Évora*. 4.º Colóquio Internacional de Cidades Património Mundial / 3.^a Assembleia Geral, Évora (Portugal), Organization of World Heritage Cities.
- O.W.H.C (1999) – *Manifeste de Santiago*. 5.º Colóquio Internacional de Cidades Património Mundial / 4.^a Assembleia Geral, Santiago de Compostela (Espanha), Organization of World Heritage Cities.
- PRO.MAR (2014) – *Programa Operacional Mar 2020*. Novembro de 2014, Programa Operacional Pesca 2007-2013.
- S.E.D.R (2014) – *Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020*. Julho de 2014, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.
- U.N.E.S.C.O (1982) – *Declaração do México sobre as Políticas Culturais*. México, Agosto de 1982, adotada na Conferência Mundial, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

- U.N.E.S.C.O (2002) – *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Novembro de 2001, adotada na 31.^a Conferência Geral, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- U.N.E.S.C.O (2005) – *Memorando de Viena sobre «Património Mundial e Arquitetura Contemporânea – Gestão da Paisagem Urbana Histórica»*. Viena, Maio de 2005, adotado na Conferência Internacional, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- U.N.E.S.C.O (2008) – *Proposal by the Director-General for the preparation of a revised recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*. Março de 2008, Comissão Executiva, 179.^a sessão, item 25 da agenda, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- U.N.E.S.C.O (2011) – *Intergovernmental Meeting of Experts (category II) related to a Draft recommendation on the conservation of the Historic urban landscape*. Maio de 2011, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

A ambiência da cidade

Perspetivas sobre o urbanismo

- AA.VV (2011a) – *Cidades do Futuro. Desafios, visões e percursos para o futuro*. Outubro de 2011, European Union.
- AA.VV (2011b) – «Panorama 40. *Cohesion Policy 2014-2020: Investing in Europe's regions*». Winter 2011/2012, European Union.
- AA.VV (2012a) - *Regions and cities for integrated territorial development. A Common Strategic Framework for cohesion policy, rural development and fisheries funds for the period 2014-2020*. Maio de 2012, adotada no Fórum, European Union.
- CULLEN, Gordon. (1996/1971) – *Paisagem urbana*. “Arquitectura & Urbanismo”, Edições 70.
- LOPES, Ernâni (coord) (2009) – *O papel das cidades no desenvolvimento de Portugal*. “Os grandes desafios de Portugal nos alvoreces do século XXI”, 2, Sol.

A paisagem histórica

- AA.VV (2008) – *Actas. IX Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial – “Património e Economia”*. Junho de 2007, Kazan, J. Paul Getty Trust.

- AA.VV (2009) – *Proceedings. X World Congress of the Organization of World Heritage Cities. “Revitalization of Historic Centers: How to involve all the social actors?”*. Setembro de 2009, Quito, J. Paul Getty Trust.
- AA.VV (2011c) - *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*. Porto, Faculdades de Letras da Universidade do Porto.
- AA.VV (2011d) - ‘*The Road to Success*’. *Integrated Management of Historic Towns. Guidebook*. HerO – Heritage as Opportunity, European Union & URBACT.
- AA.VV (2012b) - *Proceedings. Workshop: Heritage Economics and Conservation Funding*. Junho de 2010, Damascus, Euromed Heritage Programme & Directorate of Antiquities and Museums of Ministry of Culture - Syria.
- ABREU, Pedro (2009) – «O destino do Monumento». *Memória e Artificio – Matéria do Património II*, Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 255-262.
- AGUILETA, Iñaki (2000) – *Cultura y ciudad. Manual de política cultural municipal*. Gijón, «Biblioteconomía y administración cultural - 36», Ediciones Trea.
- CÓIAS, Vítor (2007) – *Reabilitação estrutural de edifícios antigos. Alvenaria / Madeira – Técnicas pouco intrusivas*. 2.^a edição, Argumentum & Gecorpa.
- FILIFE, Graça (1998) – *Ecomuseu Municipal do Seixal. Das realizações aos problemas actuais, na perspectiva do desenvolvimento local*. In “Actas do «VII Encontro Nacional - Museologia e Autarquias»”. Câmara Municipal do Seixal, pp.3-95.
- GUILLAUME, Marc (1997) – «Économie et patrimoine». *Science et Conscience du patrimoine - Actes des Entretiens du Patrimoine*, Paris, Caisse Nationale des Monuments Historiques et des Sites, pp.39-47.
- HASPEL, Jörg (2011) - «Built heritage as a positive location factor – Economic potentials of listed properties», *Heritage, Driver of Development*, Paris, Tema 4 - Sessão 3, International Council on Monuments and Sites, pp.905-919.
- LICCIARDI, Guido (2011) - «Supporting Economic Growth and Poverty Reduction in Developing Countries: The Contribution of Historic City Rehabilitation and Cultural Heritage Conservation», *Heritage, Driver of Development*, Paris, Tema 4 - Sessão 2, International Council on Monuments and Sites, pp.834-835.
- LUXEN, Jean-Louis (2008) - «Herramientas prácticas para la promoción conjunta del patrimonio y de la economía en las ciudades históricas», in *Actas. IX Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial – “Património e Economia”*. Junho de 2007, Kazan, J. Paul Getty Trust, pp.46-51.

- MACDONALD, Susan (2011) - «Leveraging Heritage: Public-Private, and Third-Sector Partnerships for the Conservation of the Historic Urban Environment», *Heritage, Driver of Development*, Paris, Tema 4 - Sessão 3, International Council on Monuments and Sites, pp.893-904.
- PEIXOTO, Paulo (2003) - «Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades». *Sociologia*, Série I, vol. 13, Faculdade de Letras da Universidade Porto, pp.211-226.
- REGATÃO, José (2010) - *Arte Pública e os novos desafios das intervenções no espaço urbano*. 2.^a edição, Bond - Books on Demand.
- RYPKEMA, Donovan; CHEONG, Caroline (2011) - «Measurements and Indicators of Heritage as Development», *Heritage, Driver of Development*, Paris, Tema 4 - Sessão 1, International Council on Monuments and Sites, pp.755-762.
- ROJAS, Eduardo (2008) - «El equilibrio en la gestión de las presiones del desarrollo en los sitios del patrimonio urbano: los múltiples valores de los sitios del patrimonio urbano», in *Actas. IX Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial – “Património e Economia”*. Junho de 2007, Kazan, J. Paul Getty Trust, pp.38-45.
- SANTOS, Paula (2003) - «Territórios patrimonializados: Centros históricos e metapolarização». *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.257-266.
- SERAGELDIN, Mona (2008) - «El desarrollo sostenible basado en la valorización de la estructura urbana histórica», in *Actas. IX Congresso Mundial da Organização das Cidades Património Mundial – “Património e Economia”*. Junho de 2007, Kazan, J. Paul Getty Trust, pp. 28-37.
- SHCHORY, Nili; SHAMIR-SHINAN, Leah (2011) - «Integrating the Conservation of the Built Heritage Urban Site into the Local Economic Development (LED) Policy & Management Processes. Outline for an Interface Program», *Heritage, Driver of Development*, Paris, Tema 4 - Sessão 3, International Council on Monuments and Sites, pp.920-924.
- SIRAVO, Francesco (2009) - «Historic Cities and their Survival in a Globalized World», in *Proceedings. X World Congress of the Organization of World Heritage Cities – “Revitalization of Historic Centers: How to involve all the social actors?”*. Setembro de 2009, Quito, J. Paul Getty Trust, pp.14-35.
- THROSBY, David (2008) - «El Patrimonio y la Economía: Algunos Conceptos de Base», in *Actas. IX Congresso Mundial da Organização das Cidades Património*

Mundial – “Património e Economia”. Junho de 2007, Kazan, J. Paul Getty Trust, pp.22-27.

VAN OERS, Ron (2009) - «Sleeping With the Enemy? Private Sector Involvement in World Heritage Preservation», in *Proceedings. X World Congress of the Organization of World Heritage Cities – “Revitalization of Historic Centers: How to involve all the social actors?”*. Setembro de 2009, Quito, J Paul Getty Trust, pp.54-65.

Estudos sobre espaços históricos urbanos

Contextos nacionais

AA.VV (1999) – *O Vale de Campanhã na Memória da Gente*. Fundação para o Desenvolvimento do Vale da Campanhã.

LAMAS, José (coord.) (2003) – *Manual de restauro e recuperação. Guia do construtor para a Zona Histórica da Cidade da Horta*. Horta, Câmara Municipal da Horta & José Lamas e Associados.

MARTINS, Artur; ALVES, Helena (2005) – *Aljustrel. Um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*. Câmara Municipal de Aljustrel.

PACHECO, Paula; TEIXEIRA, Paula (1998) – *Projectos museológicos da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana. O Fado, a Festa e as Marchas Populares*. In “Actas do «VII Encontro Nacional - Museologia e Autarquias»”. Câmara Municipal do Seixal, pp.137-140.

SOARES, Clara; NETO, Maria (2013) – *Óbidos. De «vila museu» a «vila cultural»*. *Estudos de gestão integrada de património artístico*. Caleidoscópio.

Abordagens internacionais

CHIBLI, Maan (2009) - «Micro-finance Programmes in the Old City of Aleppo», in *Proceedings. X World Congress of the Organization of World Heritage Cities – “Revitalization of Historic Centers: How to involve all the social actors?”*. Setembro de 2009, Quito, J. Paul Getty Trust, pp.36-45.

CLARKE, Nicholas; CORTEN, Jean-Paul (2011) – «Regenerating Pretoria's Historical Core. Heritage as an asset for inner city development», *Heritage, Driver of Development*, Paris, Tema 4 - Sessão 3, International Council on Monuments and Sites, pp.881-892.

- COUSSY, Bruno; MARTIN-LAVAL, Sylvane; ROZE, Thierry; CARRIÉ, Benoît (1998) – *Charte architecturale de Rochefort*. Rochefort, Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme.
- DELAS, Bruno (2004) – *Vivre ensemble dans le vieux Lyon: Une charte pour valoriser l'occupation de l'espace public*. Ville de Lyon.
- DIAZ, José (2001) – *Ávila contemporânea*. Ediciones Beta.
- HERNANDO, José (1986) – *La ciudad de Segovia*. Ayuntamiento de Segovia.
- RICHEMONT, Xavier (2008) – *Fête de la lumière 2008*. Ville de Chartres.
- VILLALÓN, Augusto (2009) - «Manila Intramuros: An Island of Heritage». in *Proceedings. X World Congress of the Organization of World Heritage Cities – “Revitalization of Historic Centers: How to involve all the social actors?”*. Setembro de 2009, Quito, J. Paul Getty Trust, pp.46-53.

Monografias para o caso de estudo

O entrecho local

- AA.VV (2004) – *Capela e hospital do espírito santo dos mareantes de Sesimbra. Roteiro de visita e catálogo da exposição de arte sacra*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- ANDRADE, José (1996) – *Mar nosso*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- BERNARDO, Hernâni (1941) – *Monografia de Sesimbra. Estudo Geo-económico do Concelho*. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra.
- CARDOSO, João (2009) – «Outeiro Redondo». In AA.VV - *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*, Câmara Municipal de Sesimbra, pp.154-155.
- CARVALHO, António (2009) – «A antiguidade tardia e a islamização na costa sesimbrense». In AA.VV - *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*, Câmara Municipal de Sesimbra, pp.172-191.
- COELHO, Cristina (coord. ed.) (2013) – *Arrábida. al-rábita*. Associação de Municípios da Região de Setúbal, Setúbal.
- CONCEIÇÃO, Andreia; FERREIRA, Luís (2009) – «Vestígios da ocupação romana, na frente marítima da vila de Sesimbra». In AA.VV - *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*, Câmara Municipal de Sesimbra, pp.164-165.
- CONDE, Manuel (2004) – *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa*. Câmara Municipal de Sesimbra.

- CHORÃO, Maria (2001) – *Forais de Sesimbra. Memórias de um Concelho*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- CALLIXTO, Carlos (dez. 1979) – «Uma mapa de Sesimbra anterior à Restauração (2)». In “*Raio de Luz*”. Ano IV, n.º 43, p. 4.
- CALLIXTO, Carlos (jan. 1980) – «Sesimbra no tempo da Restauração (3)». in “*Raio de Luz*”. Ano V, n.º 44, p. 3.
- CRUZ, Maria (2009) – *Pesca e Pescadores em Sesimbra. Contributo para a Narrativa do Concelho*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- FERREIRA, Luís (2009) – *Da pedra ao acorde. O Castelo de Sesimbra*. Sextante Editora.
- FERREIRA, Luís; CONCEIÇÃO, Andreia (2011) – «URBCOM Sesimbra. Intervenção arqueológica na frente marítima da vila de Sesimbra». *Encontro Arqueologia e Autarquias*, Câmara Municipal de Cascais & Associação Profissional de Arqueólogos, pp.293-310.
- GÉRIN-LAJOIE, Denyse (2008) – *Sesimbra. Retrato de uma vila piscatória*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- GUERRA, Joaquim (2006) – *Estudos históricos e outros escritos*. Sesimbra, «Coleção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
- GRAÇA, Odete; FELGUERIAS, Maria (2009) – *Escolas Conde de Ferreira. Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*, Assembleia Municipal de Sesimbra.
- MARQUES, António (2003a) – *O Clube Sesimbrense. Contributos para a sua história (1853-2003)*, «Coleção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
- MARQUES, António (2003b) – *Bombeiros Voluntários de Sesimbra. Origem, formação e percurso (1903-2003)*, «Coleção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
- MARTINS, Luís (org.)(2013) – *Mares de Sesimbra. História, memória e gestão de uma frente marítima*. «Coleção Novos Mares», Âncora Editora.
- MONTEIRO, Rafael (2001) – «*Alguns mareantes desconhecidos da terra de Sesimbra e outros textos*». Sesimbra, «Coleção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
- MOREIRA, Rafael (1997) – «Uma planta de Sesimbra de cerca de 1568-1570». In SERRÃO, Eduardo; SERRÃO, Vítor – *Sesimbra monumental e artística*. Câmara Municipal de Sesimbra, pp.188-194.

- PIEDADE, Carla (2008) – *Sebastião Rodrigues Soromenho. Um navegador de Sesimbra*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- RODRIGUES, Raul (2003) – *Artes & Ofícios em Sesimbra (1925-1950)*. Sesimbra, «Coleção Livros de Sesimbra», Câmara Municipal de Sesimbra.
- SARGEDAS, Carlos (ed.); CAETANO, Paulo; FERREIRA, Luís (ori. cient.) (2014) – *Cabo Espichel. Em terras de um mundo perdido*. Edição de Carlos Sargedas.
- SERRÃO, Eduardo; SERRÃO, Vítor (1997) – *Sesimbra Monumental e Artística*. Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra.

Referências distintas

- AA.VV (nov. 1936) – «O Cezimbrense». Ano XI, n.º 540.
- AA.VV (abr. 1982) – «Boletim Informativo», n.º 41, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (maio 1982) – «Boletim Informativo», n.º 42, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (jul. 1982) – «Boletim Informativo», n.º 44, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (set. 1982) – «Boletim Informativo», n.º 46, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (abr. 1985) – «Boletim Municipal», n.º 77, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (mar. 1987) – «Boletim Municipal», n.º 99, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (abr. 1987) – «Boletim Municipal», n.º 100, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (set. 1987) – «Boletim Municipal», n.º 105, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (mar. 1988) – «Boletim Municipal», n.º 111, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (dez. 1988) – «Boletim Municipal», n.º 120, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (mai. 2007) – «Sesimbra Município», n.º 98, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (jun. 2007) – «Sesimbra Município», n.º 99, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (mai. 2008) – «Sesimbra Município», n.º 109, Câmara Municipal de Sesimbra.
- AA.VV (jun. 2010) – «O Sesimbrense». Ano LXXXIV, n.º 1138.
- AA.VV (out. 2010) – «O Sesimbrense». Ano LXXXIV, n.º 1143.
- AA.VV (1909) – *Inventario dos Livros das Portarias do Reino*. Volume I, Real Archivo da Torre do Tombo, Lisboa, Imprensa Nacional. <<http://onerearch.library.utoronto.ca>>.
- ALEXANDRINO, Filipo (1670) - *Lexicon Geographicum, in quo universi orbis oppida, Urbes, Regiones, Provinciae, Regna, Emporia, Academiae, Metropoles, Flumina, & Maria antiquis & recentibus nominibus appellata, súsq; distantis descripta recensentur*. Vol II, Paris, Franciscum Muguet, Regis & Illustrissimi Archiepiscopi Parisiensis Typographum. <<http://books.google.pt>>.

- AVIENO; FERREIRA, José (1992) – *Orla Marítima*. Coimbra, “Textos Clássicos” - 23, 2.^a edição, Instituto Nacional de Investigação Científica, linhas 182-183, p.22.
- BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; SALDANHA, Isabel (1990) – *Muitos anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*. Volume I, Lisboa, Ministério da Educação – Direcção-Geral de Administração Escolar.
- BRANDÃO, Raul (s.d) – *Os Pescadores*. Editora Ulisseia, pp. 146-153.
- CALEJA, Pedro (mar. 2005) – «Numancia». *Planetad’agua*, Ano II, Planeta-Sub, pp.45-50.
- CARDOSO, Luiz (1751) - *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas, Que escreve, e offerece ao muito alto, e muito poderoso Rey D. João V. Nosso Senhor*. Tomo II, Lisboa, Regia Officina Sylviana e Academia Real. <<http://www.bnportugal.pt>>.
- COSTA, Leonildo (1913) – *Manual do viajante em Portugal*. Lisboa, 4.^a edição, Typographia da «Gazeta dos Caminhos de Ferro»
- DIAS, João (org) (1998) – *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. Volume I, Tomo I, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp.259-261.
- DUARTE, Luís (1991) – «Crimes do mar e justiças da terra», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, Vol. VIII, Universidade do Porto, pp. 43-73.
- ESTRABÃO; PEREIRA, Gabriel (1878) - *Descrição da Peninsula Iberica. Livro 3.^o da Geographia de Strabão (1.^a parte)*”. Évora, capítulo III, p. 25. <<http://books.google.pt>>.
- GALVÃO, Duarte (1995) – *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. 2.^a edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GUERRA, Jacinto (2005) - *JK. Triunfo e exílio*. 2.^a edição, Brasília, Thesaurus, pp. 26-27. <<http://books.google.pt>>.
- LEÃO, Duarte (1610) – *Descrição do Reino de Portugal. Dirigida ao illistrissimo & muito excelente snr Dom Diogo da Sylua, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riuadeo, Presidente do conselho da coroa de Portugal*. Lisboa, Iorge Rodriguez. <<http://www.bnportugal.pt>>.

- LINK, Henry [Heinrich] (1801) – *Travels in Portugal, and through France and Spain*. London, T. N. Longman and O. Rees, Paternoster Row. <<http://www.bnportugal.pt>>.
- MAGALHÃES, Joaquim (1993) – «As estruturas políticas de unificação. A guerra: Os homens e as armas». in MATTOSO, José (dir) - *História de Portugal*. “Terceiro volume: No alvorecer da modernidade (1480-1620)”. Círculo Leitores, pp. 105-113.
- MAMEDE, Suleiman (trad.) (1989) – *Alcorão*. Parte II, 2.^a edição, “Livros de Bolso”, 187, Publicações Europa-América.
- MARQUES, Luís (2007) – *O paraíso no «fim do mundo». O culto de Nossa Senhora do Cabo*. Sextante Editora, pp. 20-21;
- MONTEIRO, João (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa, Edições Colibri & Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 29
- MORENO, Humberto (1986) – *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: Estudos de História*, «Colecção Métodos», n.º 22, Lisboa, Editorial Presença, p.129.
- OCAMPO, Florián de (1791) - *Coronica General de España, que recopilaba el maestro Florian de Ocampo. Coronista del Rey Nuestro Señor Don Felipe II*. Tomo II, Libro III, Madrid, *Oficina de Don Benito Cano*. < <http://books.google.pt>>.
- OPPENHEIM, Michael (1913) – *The naval tracts of sir William Monson - Vol. IV, Publications of the Navy Records Society*, vol. XLV. <<http://onesearch.library.utoronto.ca>>.
- ORTIGÃO, Ramalho (1876) – *As praias de Portugal*. Porto. Magalhães & Moniz Editores. <<http://onesearch.library.utoronto.ca>>.
- PEREIRA, José (2009) – *Grandes batalhas navais portuguesas*. Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 45-71.
- PINTO, Fernão (1614/1994) – *Peregrinação*. «História da Literatura», n.º 62, RBA Editores, p. 14.
- PINTO, José (set./out. 2006) - «O Almirante Oliveira Muzanty», *Revista da Armada*, n.º 401, Marinha Portuguesa, 19-21.
- PINTO, José (2008) – *Viagem de La Spezia para Lisboa. Dos Submersíveis: “Foca”, “Golfinho” e “Hidra”. Escoltados pelo Vapor “Patrão Lopes” (15 de Dezembro de 1917 a 10 de Fevereiro de 1918)*. Lisboa, «Colecção Documentos», II Série, N.º 3, Edições Culturais da Marinha, Marinha Portuguesa.

- RESENDE, Andreae (1593) – *Libri Quatuor. De Antiquitatibus Lysitaniae. à Lucio Andrea Resendio olim inchoati, & à Iacobo Menoetio Vasconcello recogniti, atq[ue] absoluti.* Évora, Martinus Burgensis academia typographus.
<<http://www.bnportugal.pt>>.
- RIBEIRO, Orlando (2004) – *A Arrábida. Esboço geográfico.* Fundação Oriente & Câmara Municipal de Sesimbra.
- RUBIM, Nuno (2011) – *A defesa costeira dos estuários do Tejo e do Sado desde D. João II até 1640.*
- TADEU, Viriato (1984) – *Quando a Marinha tinha asas. Anotações para a história da Aviação Naval Portuguesa (1916-1952).* Lisboa, Edições Culturais da Marinha, Marinha Portuguesa.
- VIANA, Mário (2012) - «*O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média*». in TELLECHEA, Jesús.; BOCHACA, Michel; AGUIAR, Amélia (ed.), *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 313-344. Comunicação apresentada nos VIII Encuentros Internacionales del Medievo - “*Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*”, Centro Cultural de la Fundación Caja Rioja, 26 a 29 de Julho de 2011.

Índice de imagens

Tabelas

Tabela 1 – Quadro censitário com os habitantes no território de Sesimbra. Referência ao espaço administrativo do Concelho, continuidade do território Concelho e Termo, e à Freguesia, continuidade administrativa do lugar Póvoa e Vila, são abaixo registadas as fontes por onde se conjugou no quadro a informação utilizada.....	199
Tabela 2 – Quadro financeiro referente à execução das operações do «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra». Intervenção no âmbito do QREN 2007-2013, em que a identificação dos investimentos realizados foi elaborada com base nos dados disponibilizados na plataforma do PORL <www.porlisboa.qren.pt>.....	309
Tabela 3 – Quadro com a realização cronológica das operações do «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra». Intervenção no âmbito do QREN 2007-2013, em que a identificação dos calendários temporários foi elaborada com base nos dados disponibilizados na plataforma do PORL <www.porlisboa.qren.pt>.....	309
Tabela 4 – Quadro com a identificação dos valores de financiamento comunitário previstos no âmbito do Quadro Estratégico Comum 2014-2020. Quadro indicativo para o Portugal 2020 com a afetação dos cinco principais Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), com identificação dos 11 Objetivos Temáticos (OT) associados às prioridades nacionais de intervenção e com as três ações complementares previstas, que estruturam o cumprimento nacional da Estratégia Europa 2020, com base nos dados tratados a partir da informação disponibilizada no Acordo de Parceria in SEDR, 2014: 181.....	383
Tabela 5 – Quadro com definição dos nove Eixos Prioritários de intervenção alocados ao Programa Operacional Regional de Lisboa (PORL 2020) no âmbito do Portugal 2020. Associação aos OT e aos FEEI, com a identificação dos investimentos quanto ao Fundo Comunitário, à Contrapartida Nacional e ao Investimento total a alcançar até 2020, com base nos dados disponibilizados no portal 2020 <www.portugal2020.pt>.....	384
Tabela 6 – Quadro de execução do PORL 2020 com a definição dos nove Eixos Prioritários em associação aos respetivos Objetivos Temáticos, aos FEEI e aos Mecanismos de Execução Territorial. Os Mecanismos de Execução Territorial são a base institucional para a execução da Estratégia 2020 no contexto territorial metropolitano de Lisboa, abordagem com base nos dados disponibilizados no PORL 2020 in CCDRLVT, 2014b.....	384

Gráficos

Gráfico 1 – Gráfico de colunas com a caracterização dos registos censitários associados aos índices de habitantes no território de Sesimbra. Abordagem que considera desde o mais antigo registo de recenseamento identificado até aos mais recentes censos nacionais, nos quais se reviu a direta referência do número de habitantes quanto ao espaço administrativo do Concelho, continuidade do território Concelho e Termo, e da Freguesia, continuidade administrativa do lugar Póvoa e Vila. Gráfico elaborado com base nos dados compilados na Tabela 1.....	200
Gráfico 2 – Gráfico de barras com a execução das operações do «Programa Integrado de Valorização da Frente Marítima de Sesimbra». Gráfico elaborado com base nos dados tratados na Tabela 2.....	310
Gráfico 3 – Gráfico circular com a relação percentual de execução do PIVFMS de acordo com a definição das tipologias de intervenção concretizadas.....	310

Gráfico 4 – Gráfico de barras com o financiamento do Fundo (FEDER) e da Contrapartida Nacional face às tipologias de intervenção.....	310
Gráfico 5 – Gráfico de barras com o financiamento do Portugal 2020. São alocados os principais Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEL) e associados os Objetivos Temáticos e ações complementares, dados trabalhados com base na informação tratada na Tabela 4.....	385
Gráfico 6 – Gráfico de barras com o financiamento previsto para executar no âmbito do PORL 2020. São identificados os montantes do Fundo Comunitário e da Contrapartida Nacional, associados aos nove Eixos Prioritários, gráfico elaborado com base nos dados tratados na Tabela 5.....	385
Gráfico 7 – Gráfico circular com a relação percentual de financiamento a afetar aos Mecanismos de Execução Territorial do PORL 2020. Gráfico elaborado com base na Tabela 6.....	386
Gráfico 8 – Gráfico de barras com a alocação dos financiamentos a afetar aos Mecanismos de Execução Territorial do PORL 2020. Gráfico elaborado com base na Tabela 6.....	386

Fluxogramas

Fluxograma 1 – Plano estruturado para construção do modelo de intervenção proposto no caso de estudo. Este assenta num programa de regeneração urbana integrada que se desenvolve até alcançar um futuro plano integrado de gestão, concretização dos princípios da estratégia Europa 2020 quanto ao crescimento inteligente sustentável e inclusivo.....	386
Fluxograma 2 – Correlação da metodologia de trabalho do caso de estudo, em comparação com os princípios de planeamento estratégico e com os princípios de elaboração de projeto.....	387
Fluxograma 3 – Modelação, a partir do modelo de intervenção proposto no caso de estudo, para a interpretação do espaço urbano como construção cultural de génese patrimonial.....	387

Mapas

Mapa 1 – Plano parcial de mapa elaborado em finais do século XVI (c. 1580). Disposição das principais linhas de defesa da península de Setúbal, onde surge a leitura paleográfica do forte de <i>Ancua</i> , ou forte de <i>Ancon</i> (letra V). Callixto, 1979: 4.....	105
Mapa 2 – Pormenor do mapa elaborado em 1816 pelo maj. Joze Costa sobre a península de Setúbal. Vislumbra-se no extremo setentrional a natural angra da baía e do vale, recortado na serra da Arrábida, onde surge a povoação de <i>Cezimbra</i> . AMS <i>Carta Topographica Militar do terreno da Peninsula de Setubal</i> , 1816.....	105
Mapa 3 – Mapas gerais de identificação no território do concelho da predominância do espaço urbano da vila de Sesimbra, de finais da década de 1980 e associados aos trabalhos do Plano Diretor Municipal. A vila apresentava então posição central, embora excêntrica no território, quanto às infraestruturas de saneamento básico, equipamentos coletivos e linhas de deslocações para aquisição de bens e serviços. PDM, 1991, caderno diagnóstico: 19-21.....	140
Mapa 4 – Mapa de implantação topográfica do vale e da baía de Sesimbra, com indicação mais detalhada das principais condutas de saneamento básico que infletiam para o agregado urbano. Vislumbrava-se igualmente a sua extensão até à zona de ampliação	

da estrutura portuária, a nascente da baía. PDM, 1991.....	140
------------------------------------------------------------	-----

Plantas

Planta 1 – Apresentação modelada da atual vila de Sesimbra. São identificados os principais equipamentos de uso público e pontos de referência no contexto de edifícios e de arruamentos, consonante com uma leitura de interesse turístico. Câmara Municipal de Sesimbra, 2015.....	36
Planta 2 – O primevo debuxo de planta conhecido quanto ao núcleo urbano de Sesimbra. O debuxo de autor desconhecido, encontra-se datado para finais do século XVI (década de 1570), compilado no atlas de mapas elaborado por Diogo Machado. FBN cart1079073.....	106
Planta 3 – Perspetiva de localização da fortaleza de Santiago face à baía e à vila de Sesimbra. Debuxo elaborado por Nicolau de Langres em 1661, incorporado no seu compêndio de plantas das praças militares do reino. AHM cod-7445_0081_38_t24-C-R0150.....	106
Planta 4 – Projeto do eng. Joaquim Chagas para um caminho pedonal entre as praias a poente. 1930 AMS FCMS/L/B/10/Cx_02.....	122
Planta 5 – Planta de implantação associada ao projeto para prolongamento do muro de defesa atlântica do largo Miguel Bombarda (largo de Bombaldes). Apresenta rampas para varadouro das embarcações a nascente, e de construção de um outro muro de defesa a poente, projeto de março de 1930 da autoria do eng. Joaquim Chagas. AMS FCMS/L/B/10/Cx_02.....	124
Planta 6 – Planimetria do projeto da «Explanada do Atlântico». Da autoria do eng. Joaquim Chagas em 1934, criava a sul uma plataforma frente ao mar. AMS FCMS/L/B/10/Cx_03.....	125
Planta 7 – Proposta do eng. Carvalho Mourão para reconstrução de parte da esplanada do Atlântico destruída pelo Ciclone de 1941. 1947 AMS FCMS/L/B/10/Cx_03.....	125
Planta 8 – Planimetria do projeto para a nova avenida 1.ª de Dezembro que rodeava a vila a norte e a poente. Do eng. José Abecassis, data de março de 1917. AMS FCMS/L/B/09/Cx_04.....	127
Planta 9 – Planta do terreno para a implantação da praça para carroças próxima da estrada real n.º 79. Projeto datado de agosto de 1897. A.MS FCMS/L/B/09/Cx_03.....	130
Planta 10 – Projeto para a construção de um varadouro no extremo nascente da baía. Datado de maio de 1924, destinava-se a facilitar a recolha das embarcações então dispostas em desabrigo na baía e no areal. AMS FCMS/L/B/01/Cx_03.....	130
Planta 11 – Plano para um novo cemitério no sítio do Calvário. Na cumeada a leste da vila, projeto do eng. José Abecassis de janeiro de 1906. A.MS FCMS/L/B/03/Cx_01.....	130
Planta 12 – Planta de disposição ortogonal do projeto para o novo cemitério. 1906 AMS FCMS/L/B/03/Cx_01.....	131
Planta 13 – Planta e respetivos cortes do projeto para reparação do madeiramento e reconstrução do telhado da escola do Conde de Ferreira. Projeto de abril de 1906. AMS FCMS/L/B/05/Cx_01.....	132
Planta 14 – Planta com proposta da fachada do novo quartel da Guarda Nacional Republicana em Sesimbra. Anteprojeto datado de agosto de 1920. AMS FCMS/L/B/04/Cx_01.....	132
Planta 15 – Plano de implementação do projeto para construção e pavimento de nova rua, a rua Amélia Frade. Projeto de setembro de 1905. AMS FCMS/L/B/09/Cx_03.....	133

Planta 16 – Proposta para reconstrução do pavimento e organização do espaço associado ao largo do Caldeira (largo José António Pereira), de maio de 1906. AMS FCMS/L/B/09/Cx_03.....	133
Planta 17 – Projeto para construção de um jardim no largo do Caldeira. Frente ao Clube Sesimbrense e da autoria do eng. José Abecassis de fevereiro de 1910. AMS FCMS/L/B/09/Cx_03.....	133
Planta 18 – Planta com disposição geral destinada a prover o enquadramento espacial ao projeto para construção de um tanque com repuxo. Projeto a implementar no espaço central do jardim público de Cezimbra, da autoria do eng. José Abecassis e apresentado em março de 1914. AMS FCMS/L/B/10/Cx_01.....	134
Planta 19 – Projeto para a construção de um lavadouro público. O projeto data de agosto de 1922, em que este é dos recintos públicos que a vila mais carecia, pois o lavadouro existente junto ao ribeiro e ao hospital da Misericórdia já era insuficiente. AMS FCMS/L/B/01/Cx_02.....	135
Planta 20 – Planta com disposição dos iniciais bairros de habitação social para a classe piscatória junto do lugar do Calvário, na cumeada a nascente, nas décadas de 1940-1950. AMS FCMS/L/A/01/Cx_01.....	201
Planta 21 – Planta com a implantação da 1.ª fase do bairro de habitação social para trabalhadores, com indicação dos terrenos a afetar. Déc. 1950 AMS FCMS/L/B/11/Cx_01....	201
Planta 22 – Proposta para urbanização da 3.ª fase do bairro de casas para as classes pobres no vale e cumeada a poente, em setembro de 1956. AMS FCMS/L/B/07/Cx_06.....	201
Planta 23 – Proposta apresentada, em dezembro de 1947 por João Gouveia, como base de um estudo para adaptação da antiga capela do Espírito Santo dos Mareantes a biblioteca pública. Integrada no conjunto de intenções quanto à organização do espaço interior, decoração e disposição do mobiliário para melhor comodidade dos utilizadores e funcionalidade do novo equipamento de génese cultural. AMS FCMS/L/B/01/Cx_06.....	217
Planta 24 – Planta da vila de Cesimbra datada de início do século XX (1905). Registo da disposição topografia de implantação da vila no fundo do vale, fronteira ao areal e ponto de confluência de várias ribeiras, com a identificação da teia urbana, seu casario e sua toponímia, pese embora se registem pontuais incorreções de identificação em alguns dos arruamentos. AMS AHM_Gaveta 15.....	293
Planta 25 – Planta da vila de Cezimbra assente numa abordagem espacial geral do aglomerado urbano, em termos de arruamentos e de quarteirões construídos. A planta encontra-se incorporada no projeto de saneamento planificado na década de 1920, onde se visualiza como principal orientação o encaminhamento da rede de saneamento para o troço final de confluência da ribeira da Misericórdia com a ribeira do Caninho, a nascente da fortaleza de Santiago. AMS AHM_Gaveta 15.....	294
Planta 26 – Planta geral da vila com a disposição da rede de canalizações transposta ao longo dos principais arruamentos. Apresenta uma solução de intervenção para o limite sul no lado nascente da vila, a qual se incorpora na planificação projetada para o espaço urbano na década de 1920. AMS AHM_Gaveta 15.....	295
Planta 27 – Planta da vila datada de 1929 e onde já se antevia, no extremo a norte, a constituição de um novo alinhamento de expansão do espaço urbano. Encontra-se representada uma avenida a criar por sobre a ribeira da Misericórdia desde o limite então vigente do perímetro urbano, e consequente organização do espaço confinante	

a essa área, inclusive com proposta de construção de novos arruamentos, escadarias e blocos edificadas a poente. AMS AHM_Gaveta 15.....	296
Planta 28 – Planta da vila com a disposição urbana vigente na transição das décadas de 1930-1940 (1939-1941). Repercutia-se a primazia da nova frente marítima a sul organizada com a criação da grande avenida marginal de nascente para poente, com as novas rampas para varação das embarcações e direto acesso ao areal, com proposta de extensão desta linha ainda mais para nascente. Bernardo, 1941: 280-281.....	297
Planta 29 – Planta da vila com a trama de arruamentos e quarteirões edificados. Os traçados predispõem-se face às principais vias de acesso vindas do vale e paralelas ao areal, com a delimitação da marginal atlântica e a identificação, a nascente, das primeiras habitações sociais para a classe marítima. Déc. 1950 AMS AHM_Gaveta 15.....	297
Planta 30 – Planta da vila na década de 1960 (1964-1966), com identificação dos principais espaços de referência no quotidiano da comunidade marítima. Cruz, 2009: mapa apenso.....	298
Planta 31 – Proposta de extensão espacial da vila articulada com o «Plano de Urbanização da Vila», da responsabilidade do arqt. Paulo Cunha em 1941. Bernardo, 1941: 272-273.....	298
Planta 32 – Planta global de trabalho associada ao «Plano Geral de Urbanização de Sesimbra», apresentada pelo arqt. Carlos Negrão em 1950. Surge aí a definição das principais propostas de intervenção no espaço urbano, sobretudo, em termos de novas imposições de traçado quanto a arruamentos e avenidas, como de reconversão de quarteirões edificados, de construção de blocos funcionais e de novas áreas de interesse turístico. AMS FCMS/L/A/01/Cx_01.....	299
Planta 33 – Proposta de projeto, da autoria de Ruy Borges, de inícios da década de 1950, com planta geral para a nova «avenida da Bôa-esperança». A avenida expandia para norte, através do vale e do ribeiro da Misericórdia, o espaço urbano da vila. AMS FCMS/L/B/09/Cx_02.....	300
Planta 34 – Planta parcelar dos edifícios a expropriar para demolição, no âmbito de um projeto apresentado pelo eng. Joaquim Júnior, em janeiro de 1958. Preconizava-se a abertura de nova avenida a ligar a esplanada atlântica com o vale a norte. AMS FCMS/L/B/09/Cx_06.....	301
Planta 35 – Proposta em planta geral do traçado final da nova avenida no espaço urbano, na qual se privilegiava a sua ligação até à esplanada atlântica. 1958 AMS FCMS / L/B/09 / Cx_06.....	301
Planta 36 – Planta parcelar com planimetria da nova avenida, associado ao projeto apresentado pelo eng. Joaquim Júnior em janeiro de 1958. Esta estava conforme o plano de urbanização da vila, ao subir o vale rumo a norte, por sobre o traçado do ribeiro da Misericórdia. AMS FCMS/L/B/09/Cx_06.....	302
Planta 37 – Proposta associada ao projeto do eng. Joaquim Júnior, com o esquema dos trabalhos associados à abertura da nova avenida. Disposta ao longo do vale e por sobre a ribeira da Misericórdia, no extremo setentrional contornava o vale em direção à estrada nacional. 1958 AMS FCMS/L/B/09/Cx_06.....	302
Planta 38 – Planta com o plano de situação do arranjo da avenida Salazar. Proposta do construtor Virgílio Lopes da Sociedade de Construções ERG, Lda., de inícios da década de 1960, quanto à organização e construção de novos edifícios e consequentes utilizações em torno da avenida central. AMS FCMS/L/B/11/Cx_01.....	303

Planta 39 – Planta geral do estudo imobiliário, com plano de urbanização turística no vale poente. Previa no aldeamento várias valências urbanas, de edifícios públicos a espaços comerciais, hotel e pousada, igreja e áreas arbóreas. 1962 AMS FCMS/L/B/11/Cx_03.....	304
Planta 40 – Plano de arranjo no extremo da marginal nascente. Projeção de blocos de apartamentos, hotel e apart-hotel de vocação turística, datado de outubro de 1967. AMS FCMS/L/B/10/Cx_06.....	304
Planta 41 – Proposta de projeto para intervenção na marginal de Sesimbra, datado de abril de 1956. Da autoria do arqt. António Lino, apresenta perspetiva focada nas cérceas e divisões dos lotes dos edifícios a construir na esplanada do Atlântico, com identificação do espaço físico e da imposição em altura do novo edificado projetado. AMS FCMS/L/B/10/Cx_03.....	305
Planta 42 – Planta de implantação do projeto de prolongamento e arranjo da esplanada do Atlântico ao longo de todo o seu extremo a nascente, datado de março de 1978. Focado na atratividade turística, enquadrava novos equipamentos como cafés, restaurantes e lojas a instalações hoteleiras, desportivas e recreativas. AMS FCMS/L/B/10/Cx_03.....	305
Planta 43 – Planta da intervenção de requalificação urbana, zona A, da operação cofinanciada no âmbito do URBCOM, entre 2007 e 2008. Ferreira, 2010a: 59.....	308
Planta 44 – Planta da intervenção de requalificação urbana, zona B, da operação cofinanciada no âmbito do URBCOM, entre 2007 e 2008. Ferreira, 2010a: 59.....	308
Planta 45 – Planta da intervenção de requalificação urbana, zona C, da operação cofinanciada no âmbito do URBCOM, entre 2007 e 2008. Ferreira, 2010a: 59.....	308
Planta 46 – Planta da fortaleza de Santiago com os pontos de sondagens geotécnicas e estruturais ao edifício, com acompanhamento arqueológico. Realizadas no âmbito da requalificação urbana cofinanciada no QREN 2007-2013. Ferreira, 2011: 53.....	324

Planos

Plano 1 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XIV.....	107
Plano 2 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XV.....	107
Plano 3 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XVI.....	108
Plano 4 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XVII.....	108
Plano 5 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XVIII.....	109
Plano 6 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra no século XIX.....	109
Plano 7 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1900.....	110
Plano 8 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1920.....	110
Plano 9 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1940.....	111
Plano 10 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1960.....	111
Plano 11 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 1980.....	112
Plano 12 – Planimetria do espaço urbano de Sesimbra na década de 2000.....	112
Plano 13 – Perspetiva global da continuidade de evolução do espaço urbano da vila de Sesimbra, desde a sua génese até à atualidade. Elaborado com a sobreposição das diferentes propostas de planimetria.....	113
Plano 14 – Proposta de interpretação das fundações interiores identificadas na fortaleza de Santiago durante a recuperação do edifício, no âmbito do PIVFMS. Suscita esta proposta o entendimento da demolição de antigo quarteirão do agregado urbano quinhentista para construção da praça setecentista. Leitura a partir da conjugação dos Planos 3 e 4.....	324

Ilustrações

Ilustração 1 – Conjunto de plantas e de corte com registo arqueológico do núcleo de <i>cetárias</i> da época romana. Identificadas durante os trabalhos de requalificação urbana, no âmbito da operação cofinanciada pelo URBCOM entre 2007 e 2008, no limite sul da zona C. Ferreira, 2010a: 77, 79-80.....	114
Ilustração 2 – Conjunto de alçados do troço de muralhas do século XVI. Identificadas no largo de Bombaldes, durante a requalificação urbana de 2007 e 2008, zona A, com a definição do troço intervencionado e sua reconstrução com o objetivo da sua fruição museológica. Ferreira, 2010b: 12.....	114
Ilustração 3 – Pintura a óleo do artista neerlandês Hendrick Vroom intitulada «Ataque a galera de tesouro espanhola». Representação da incursão naval de Sir Richard Levenson e de Sir William Monson ocorrida em junho de 1602 e conhecida como «A batalha da baía de Sesimbra». GAC 6501 in <www.gac.culture.gov.uk>.....	117
Ilustração 4 – Visão <i>oeil de oiseau</i> da baía de Sesimbra, com a vila e a proeminente imposição atlântica da fortaleza de Santiago. Elaborada por Nicolau de Langres em 1661 para o compêndio de praças militares do reino. AHM Cod-7445_0079_37_t24-C-R0150.....	117
Ilustração 5 – Aspetos de observância militar elaborados em 1832 sobre as fortificações de Sesimbra. Vista desde o castelo no cume do vale à praça de Santiago e muralha atlântica. AHM <i>Planta das Antigas Muralhas que serviam a Fortificação de Sesimbra</i>	117
Ilustração 6 – Visão panorâmica do vale, da baía e da vila de Sesimbra em finais do século XIX. Registo das embarcações fundeadas frente ao areal, com o casario disposto pelas cumeadas. HDML AAVV, 1884: 221.....	118
Ilustração 7 – Imagem do primevo pelourinho, figuração iconográfica do quotidiano. Próximo dos Paços do Concelho com o fontanário oitocentista e um pescador que conserta redes. HDML AAVV, 1890: 221.....	118
Ilustração 8 – Olhar bucólico da baía e do areal de Sesimbra na década de 1880. Em fundo surge o forte de S. Teodósio, algumas embarcações ancoradas na baía e varadas no areal. HDML AAVV, 1880: 84.....	118
Ilustração 9 – Projeto para ampliação do largo a nascente da fortaleza, o largo Miguel Bombarda (largo de Bombaldes), datado de março de 1922. É apresentada a planimetria de implantação e se definem em corte os aspetos mais importantes, da consolidação da muralha atlântica à passagem das ribeiras que desciam o vale e passavam pela vila em direção ao mar. AMS FCMS/L/B/09/Cx_03.....	122
Ilustração 10 – Corte com perfis transversais do projeto para a conclusão do passadiço do Alcatraz, de ligação das praias a poente. S.d (déc. 1930) AMS FCMS/L/B/10/Cx_02.....	122
Ilustração 11 – Perspetiva em planta e em corte dos pormenores do prolongamento, a nascente, do muro de proteção da vila face ao Atlântico. Regista a identificação da condução de passagem das ribeiras da Misericórdia e do Caninho, com disposição dos varadouros e respetivos acessos ao areal. 1930 AMS FCMS/L/B/10/Cx_02.....	124
Ilustração 12 – Perspetiva em planta e em corte dos pormenores de construção, a poente, do novo muro para proteção da vila face ao oceano. Com construção da respetiva rampa para varadouro das embarcações e acesso ao areal. 1930 AMS FCMS/L/B/10/Cx_02.....	124
Ilustração 13 – Proposta do eng. Rogério Ferreira, de agosto de 1947, para reconstrução de parte da esplanada do Atlântico destruída pelo Ciclone de 1941. AMS FCMS/	

L/B/10/Cx_03.....	125
Ilustração 14 – Perspetiva de pormenor do projeto da nova avenida com cortes transversais associados à construção de um aqueduto para passagem da ribeira. 1917 AMS FCMS/ L/B/09/Cx_04.....	127
Ilustração 15 – Plano do perfil longitudinal do projeto da avenida 1.º de Dezembro, com as cotas do projeto e do terreno, e os elementos do traçado. 1917 AMS FCMS/L/B/09/Cx_04.....	127
Ilustração 16 – Perspetiva integral da fachada principal da capela então projetada como complemento para serviço interno do novo cemitério. A criar no lugar do Calvário, na cumeada a nascente da vila, com o novo templo a encontrar-se disposto em posição central no interior do recinto projetado pelo eng. José Abecassis. 1906 AMS FCMS/L/B/03 Cx_01.....	131
Ilustração 17 – Visão da fachada da proposta para construção de jazigo municipal e de ossário destinados ao novo cemitério. Apresentado em projeto de janeiro de 1906. AMS FCMS/ L/B/03/Cx_01.....	131
Ilustração 18 – Proposta com imposição da fachada do que seria o novo edifício dos Paços de Concelho. Projeto datado da década de 1920. AMS FCMS/L/B/ 01/Cx_04.....	132
Ilustração 19 – Proposta para criação de um marco fontanário para uso no jardim público da vila. Projeto da autoria do eng. José Abecassis, datado de janeiro de 1914. AMS FCMS/L/B/ 10/Cx_01.....	134
Ilustração 20 – Planos de pormenor do projeto de março de 1914 para a criação de um tanque com repuxo a localizar no jardim público de Sesimbra. Este projeto permitia conferir novo papel de centralidade do jardim no contexto urbano da vila, já considerado com a anterior proposta de colocação de um marco fontanário também apresentada à Câmara Municipal pelo eng. José Abecassis, uns poucos meses antes. AMS FCMS/L/B/10/Cx_01.....	134
Ilustração 21 – Proposta para criação de um chafariz de utilização pública no largo da Fonte Nova. Projeto da autoria do eng. José Abecassis, de fevereiro de 1914, em que à época este largo localizava-se no extremo poente da vila, então um dos pontos mais distantes na rede de abastecimento de água. AMS FCMS/L/B/10/Cx_01.....	135
Ilustração 22 – Proposta para a construção de um chafariz público para o largo do Município. Novo projeto do eng. José Abecassis datado de março de 1914, o qual substituiu o pelourinho e contribuía para resolver os problemas de abastecimento de água que então ainda grassavam na vila. AMS FCMS/L/B/10/Cx_01.....	135
Ilustração 23 – Visão de novo edifício projetado na marginal poente, para posto da Guarda Fiscal, Alfândega e a Casa dos Pescadores. Data de novembro de 1964, da autoria do arqt. Alexandre Bastos, que no último andar acolhia o museu da pesca. AMS FCMS/L/B/04 /Cx_02.....	139
Ilustração 24 – Proposta do arqt. Conceição Silva, de novembro de 1964, para arranjo do largo da Marinha. AMS FCMS/L/B/09/Cx_01.....	139
Ilustração 25 – Plano de vista geral de um estudo, datado de março de 1962, com interesse turístico para terrenos privados no vale a poente da vila. AMS FCMS/ L/B/11/Cx_03.....	139
Ilustração 26 – Proposta para a habitação modelo a construir no bairro social Infante D. Henrique, entre 1962-1965. Elaborada pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização-MOP, com a tipologia «litoral tipo A». AMS FCMS/L/B/07/Cx_08.....	202
Ilustração 27 – Proposta de habitação modelo destinada a outro bairro para as	

classes pobres, de 1954. Elaborada pelos serviços do Ministério das Obras Públicas. AMS FCMS/L/B/07/Cx_07.....	202
Ilustração 28 – Outra proposta de habitação modelo para construção em bairro social da classe piscatória mais desfavorecida. Modelo também projetado pelos serviços do MOP. Déc. 1960 AMS FCMS/L/B/07/Cx_07.....	202
Ilustração 29 – Perspetiva do interior da futuro biblioteca pública, na qual se identificação o mobiliário em madeira a criar propositadamente para o novo uso do espaço. Associava-se igualmente uma maior cuidado quanto a motivos decorativos de pintura nas paredes como forma de prover o melhor acolhimento. 1947 AMS FCMS/L/B/01/Cx_06.....	217
Ilustração 30 – No âmbito do projeto da nova «avenida da Boa-esperança», perfil tipo quanto à definição do traçado a seguir pela nova avenida. Talhada na leve encosta e por sobre a ribeira, com apontamento de arborização central. Déc. 1950 AMS FCMS/L/B/09/Cx_02.....	300
Ilustração 31 – No mesmo projeto de Ruy Borges, proposta para construção de habitações em elevação vertical com vários pisos e varandas com postura panorâmica, que ladeavam a nova avenida sobre o vale. Déc. 1950 A.MS FCMS/L/B/09/Cx_02.....	300
Ilustração 32 – Perspetivas de alçados laterais dos edifícios propostos por Ruy Borges a ladear a nova «avenida da Boa-esperança». Déc. 1950 AMS FCMS/L/B/09/Cx_02.....	301
Ilustração 33 – Esquízo com anotações elaboradas pelos serviços do Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa do MOP, de abril de 1963, quanto às soluções para construção na nova avenida (avenida Salazar). AMS FCMS/L/B/ 10/Cx_04.....	303
Ilustração 34 – Perfil com a implantação do projeto no vale, e sua associação ao ribeiro, com disposição em socacos ao longo das encostas. 1962 AMS FCMS/L/B/11/Cx_03.....	304
Ilustração 35 – Fachada principal para novos edifícios na marginal. Proposta associada ao projeto do arqt. António Lino. 1956 AMS FCMS/L/B/10/Cx_03.....	305

Fotografias

Foto 1 – Panorâmica da faixa nascente da Serra da Arrábida, com Setúbal e a península de Troia em fundo. 2007.....	29
Foto 2 – Panorâmica da faixa poente da Serra da Arrábida, na extensa plataforma até ao cabo Espichel. 2006.....	29
Foto 3 – O vale e a baía de Sesimbra, ponto meão de singular panorâmica na costa atlântica da Serra da Arrábida. 2012.....	29
Foto 4 – Na frente costeira de arribas calcárias, limite sul do concelho, são várias as grutas e algares que descem ao mar. 2012.....	30
Foto 5 – Perspetiva do interior da Serra com a sua flora e cobertura arbórea singular, marco dos limites norte e leste do concelho de Sesimbra. 2006.....	30
Foto 6 – Panorâmica geral da faixa costeira que limita o concelho a oeste, com áreas dunares e a lagoa de Albufeira na transição atlântica. 2013.....	30
Foto 7 – Trilho de pegadas de dinossáurios na jazida dos Lagosteiros (Cabo Espichel). 2012.....	31
Foto 8 – O santuário de Nossa Senhora do Cabo, no Espichel, um dos pontos de maior interesse no concelho. 2012.....	31
Foto 9 – O primevo burgo amuralhado de Sesimbra e o seu castelo, a génese de povoamento da região. 2012.....	31
Foto 10 – Perspetiva panorâmica da vila em inícios do século XX, aninhada no sopé do vale e de franca ligação ao areal. S.d (déc. 1920) AMS EFHAM.D.B.05.foto 2.	32

Foto 11 – A génese da comunidade assentava na faina do Atlântico, próxima da orla costeira e da riqueza dos seus mares. S.d (déc. 1920) AMS EFHAM.G.A.02.foto 24.....	32
Foto 12 – Na vila, a tipicidade do casario e a vivência do quotidiano dependiam da topografia disponível do vale. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.G.01.foto 5.	32
Foto 13 – Imagem da confluência das duas principais entradas, a norte, no antigo caminho até ao castelo e na mais recente estrada nacional. S.d (déc. 1930) AMS EFHAM.D.D.G.02.foto 1.	33
Foto 14 – Perspetiva do típico sistema de ruas de Sesimbra, muito inclinadas de norte para sul e intercaladas por escadarias. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.G.01.foto 11.....	33
Foto 15 – O largos e arruamentos próximos do mar, eram mais horizontais e acolhiam a maioria das vivências urbanas. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.D.G.02.foto 8.....	33
Foto 16 – O contínuo de ribeiras ainda hoje marcam o espaço urbano, aqui na entrada do ribeiro da Fonte Nova que atravessava a vila no seu limite occíduo. 2015.....	34
Foto 17 – O aqueduto de passagem da ribeira do Juncal até ao areal, no vale mais a poente do agregado urbano. 2015.....	34
Foto 18 – O ponto de confluência das ribeiras da Misericórdia e do Caninho, funcional passagem subterrânea sob o atual largo de Bombaldes. 2007.....	34
Foto 19 – Nos dias de hoje, o enquadramento natural da amena baía e do seu areal, são dos principais motivos de interesse na vila de Sesimbra. 2014.....	35
Foto 20 – A relação do mar com a angra abrigada do porto piscatório, é cada vez mais um atrativo para o lazer náutico. 2012.....	35
Foto 21 – A marginal atlântica da vila, na faixa a nascente, espaço de passeio e acesso privilegiado ao areal por sob o vale, com eminente feição turística. 2014.....	35
Foto 22 – A requalificação urbana de 2007-2008 identificou a génese militar da urbe de Sesimbra, desde logo com a muralha atlântica quinhentista. 2007.....	115
Foto 23 – Reforçou-se a proeminência da praça militar de Santiago no centro da baía, como elemento de influência na posterior construção urbana. 2014.....	115
Foto 24 – Registo da segunda muralha de início do século XVIII que anteviu o crescimento da vila para o mar, confirmado nos séculos seguintes. 2007.....	115
Foto 25 – No primitivo <i>espiritual</i> do Espírito Santo, a escavação arqueológica dos anos de 1970 ressaltou traços pictóricos do universo marítimo. Déc. 1970 AMS FF.15.07.foto 1..	116
Foto 26 – Pormenor de galeão debuxado a grafite numa das paredes do antigo <i>espiritual</i> . Déc. 1970 AMS EFHAM.D.B.02.03.foto 15.....	116
Foto 27 – Outro pormenor de caravela em coluna decorativa, existente na igreja matriz de Santiago. Déc. 1980 AMS EFHAM.D.C.02.03. foto 7.....	116
Foto 28 – Perspetiva do areal de Sesimbra, com restos do velho navio <i>Numância</i> , naufragado em 1916. S.d (déc. 1920) AMS EFHAM.A.03.01.foto 2.....	119
Foto 29 – Momento de embate das embarcações, uma lancha da armação, com a rebentação no areal. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.G.A.02.foto 13.....	119
Foto 30 – A chegada da faina com o varar das embarcações, pela companhia através do areal, até junto da póvoa. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.G. A.02.foto 7.....	119
Foto 31 – Trabalhos de construção do pontão do porto de abrigo às embarcações, na enseada poente da baía. C. 1947-1949 AMS EFHAM.B.C.06.foto 2.....	120
Foto 32 – Perspetiva geral do porto de abrigo construído em 1947 e que passou a acolher todas as embarcações. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.A.B.02.foto 13.	120
Foto 33 – Obras de ampliação do porto de abrigo em finais da década de 1980. AMS	

EFHAM.D.B.02.foto 25.....	120
Foto 34 – Perspetiva do acesso a poente até ao porto de abrigo. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.D.B.02.foto 24.....	121
Foto 35 – A praia a poente, utilizada pelos pescadores no espaço contíguo ao porto de abrigo. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.D.B.02.foto 23.....	121
Foto 36 – A mesma praia porém ocupada pelos banhistas nos meses estivais. S.d (déc. 1960) AMS E.E.02.03.foto 6.	121
Foto 37 – O espaço urbano na frente marítima no início do século XX, extenso areal exposto ao mar. S/d (déc. 1920) AMS EFHAM.D.G.01.foto 4.....	123
Foto 38 – Visão do impacto da ondulação marítima contra o paredão de proteção da vila e a fortaleza de Santiago. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.A.B.02.foto 8.....	123
Foto 39 – Obra de prolongamento da construção do muro de proteção da vila, no troço a nascente. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.B.C.02.foto 5.....	123
Foto 40 – Trabalho de alcatroamento das redes de armações, nos terreiros e nos limites do areal, antes da construção da muralha de proteção à vila. S.d (déc. 1930) AMS EFHAM. G. A.01.foto 47.....	126
Foto 41 – Em décadas mais recentes, na transição dos anos de 1980 e 1990 ainda se trabalhava no areal. Déc. 1980 AMS EFHAM.C.C.01.foto 12. Déc. 1980.....	126
Foto 42 – As ruas e os largos, por entre as habitações, eram também locais de labor dos pescadores na preparação das artes. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.G.A.01. foto 33....	126
Foto 43 – Obra de abertura da avenida por sobre o vale e ribeiro da Misericórdia, rumo a norte até à estrada nacional. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM. B.C.02.foto 13.....	128
Foto 44 – Trabalhos de demolição do casario para abertura da nova avenida de norte até à esplanada atlântica. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM. B. C. 10. foto 2.....	128
Foto 45 – A nova avenida Salazar que passou a ligar o interior do vale ao mar, ladeada por novos edifícios como o cineteatro e a escola, à esquerda, o entreposto com a cordoaria e edifícios de habitação à direita e ao fundo. S.d (déc. 1060) AMS FF.21.03.02.foto 1.....	128
Foto 46 – Na atualidade ainda persistem traços de ancestralidade, os quais contudo algo ocultos, caso do antigo percurso medieval de ligação ao castelo. 2015.....	129
Foto 47 – Igual realidade para o antigo bebedouro no extremo norte, a meio caminho no vale antes da entrada na vila. 2015.....	129
Foto 48 – Na cumeada nordeste uma antiga casa de água junto do percurso dos «sete caminhos» a calcorrear a crista da serra. 2015.....	129
Foto 49 – Imagem do chafariz projetado em 1914 para o largo da Fonte Nova, com posteriores alterações aduzidas. 2014.....	136
Foto 50 – O chafariz projetado em 1914 para substituir o pelourinho no largo do Município, mais tarde transladado para o largo Eusébio Leão onde se mantém, embora recentemente danificado. 2011.....	136
Foto 51 – Um outro ponto fontanário em ferro, localizado no extremo nascente da vila, fundamental no provecto abastecimento público de água. 2014.....	136
Foto 52 – A imagem de desamparo que marcava a comunidade marítima de Sesimbra no final da década de 1930. AMS EFHAM. G. A. 01.foto 52.....	137
Foto 53 – Construção dos primeiros fogos de habitação social na cumeada a nascente, na década de 1940. AMS EFHAM.B.C.08.01.foto 2.....	137
Foto 54 – Construção da 1.ª fase dos novos bairros de habitação social a poente da vila, na década de 1950. AMS EFHAM.B.C.08.01.foto 8.....	137

Foto 55 – Trabalhos da 2.ª fase de construção de moradias para a comunidade carenciada na cumeada a poente. C. 1955-1956 AMS EFHAM.B.C.08.01.foto 12.....	138
Foto 56 – Obra de construção da 3.ª fase de habitações sociais para as classes mais desfavorecidas a poente da vila. C. 1955-1956 AMS EFHAM.B.C.08.01.foto 5.....	138
Foto 57 – Visita oficial à 3.ª fase do bairro de habitação social em maio de 1960, com a presença do ministro do interior Arnaldo Schulz. CMS/DCB.....	138
Foto 58 – Na década de 1980, o aumento da capacidade de pesca da frota de Sesimbra trouxe novo ascendente económico e social. Déc. 1980 AMS FDCI.01.02.03.foto 3.....	141
Foto 59 – Em momento coevo, assistiu-se à afirmação de Sesimbra como estância balnear e local de atratividade turística ligada ao mar. Déc. 1990 AMS FF.21.03.01.foto 1.....	141
Foto 60 – O crescimento urbano das décadas mais recentes levou à substituição do tradicional casario e ao aumento do novo edificado e inerente especulação imobiliária, que porém não toldaram a pitoresca ambiência. Déc. 1990 AMS FF.21.03.01.foto 1.....	141
Foto 61 – No espaço urbano ainda se guardam testemunhos das antigas vivências, caso de edifício outrora anexo à fábrica conserveira da Caveira, desativada em meados do século XX. 2015.....	142
Foto 62 – Ruína de antiga construção com função de armazém, envolta por novo edifício em construção. 2012.....	142
Foto 63 – Pormenor de argola férrea numa rampa de varadouro, na avenida marginal nascente, utilizada no varar das embarcações para o espaço urbano. 2013.....	142
Foto 64 – Testemunho vivente das décadas de 1940-1950, associado à construção de bairros sociais, aqui o primevo bairro para pescadores a nascente. 2014.....	203
Foto 65 – Neste caso, o bairro dos Bombeiros no eixo a norte da vila. 2015.....	203
Foto 66 – O bairro social construída na 3.ª fase de habitações para os mais necessitados, inaugurado em 1958. 2015.....	203
Foto 67 – Visão do mais atual bairro da Misericórdia, no limite nascente da vila. 2015.....	204
Foto 68 – Na mesma área urbana de bairros, prédios mais recentes para pescadores edificados no último quartel do século XX. 2015.....	204
Foto 69 – Exemplo de outro dos edifícios que compõem o núcleo de bairros sociais a nascente da vila. 2015.....	204
Foto 70 – No limite poente, surge outro bairro com blocos de habitação social, da década derradeira de 1990. 2015.....	205
Foto 71 – No extremo norte do espaço urbano, surge o recente complexo de habitação a custos controlados, concluído em 2010. 2015.....	205
Foto 72 – No limite poente, no mesmo local do antigo bairro Infante D. Henrique, surge o novo bairro social, inaugurado em 2014. 2015.....	205
Foto 73 – A companhia de pescadores, um dos fenómenos identitários singulares da génese comunitária local. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.G.A.01.foto 16.....	206
Foto 74 – Membros da <i>companha</i> da armação Cova, vitoriosa na prova náutica realizada em Lisboa em 1940. AMS EFHAM.E.B.02.03.foto 1.....	206
Foto 75 – Bênção de uma barca após construção, momento de encontro de toda a comunidade. S.d (déc. 1970) AMS EFHAM.G.E.01.03.foto 2.....	206
Foto 76 – Encontro de mulheres na avenida marginal ao areal, espaço partilhado por toda a comunidade. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.G.A.01.foto 8.....	207
Foto 77 – Crianças a ajudar na preparação do aparelho para a pesca, uma função iniciada desde muito cedo. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.G.A.01.foto 37.....	207

Foto 78 – Grupo de velhos pescadores associados à Casa dos Pescadores de Sesimbra. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.E.F.04.foto 1.....	207
Foto 79 – No contexto atual, o fenómeno de envelhecimento da comunidade residente tem suscitado questões face à adaptabilidade do espaço urbano. 2015.....	208
Foto 80 – O facto de muitos idosos habitarem longe do núcleo central e a limitação de transporte público, constringe a acessível fruição da urbe. 2015.....	208
Foto 81 – Não obstante, perduram ainda alguns hábitos como a venda de pão ou de legumes porta a porta, sobretudo nos bairros sociais onde reside essa comunidade mais provecta. 2015.....	208
Foto 82 – No contexto educativo e assistencial, momento de refeição para as crianças carençadas no externato de Santa Joana. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.B.A.01.04.foto 3....	209
Foto 83 – A escola do Plano dos Centenários construída na vila na década de 1940, com a sua feição original. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.F.01.foto 4.....	209
Foto 84 – O novo colégio do dr. Costa Marques, no extremo norte da vila. S.d (déc. 1970) AMS EFHAM.D.F.01.foto 5.....	209
Foto 85 – Nas cerimónias mais importantes, sobretudo de índole política, as crianças das escolas eram presença assídua. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.B.A.01.06.foto 1.....	210
Foto 86 – Alunos de uma das últimas turmas que utilizaram a primeva escola do Conde de Ferreira em finais da década de 1980. AMS FF. 09.01.02.foto 1.....	210
Foto 87 – A nova escola do 3.º ciclo de Sesimbra, que desempenhou missão letiva desde 1973 até aos anos derradeiros da década de 1980. AMS FF.09.01.03.foto1.....	210
Foto 88 – Edifício da fábrica de gelo, localizada no terreiro do lavadouro próxima do hospital da Misericórdia. S.d (déc. 1930) AMS EFHAM.C.A.02.foto 5.....	211
Foto 89 – Trabalhos na cordoaria, próxima do ribeiro da Misericórdia, com extensão dos cabos em percurso de carris. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.C.A.05.foto 18.....	211
Foto 90 – Transporte braçal de barca pelas ruas, após construção num dos estaleiros localizados no seu extremo a norte. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.G.E.01.01.foto 31.....	211
Foto 91 – A rua Cândido dos Reis, uma das mais importantes artérias da vila e tradicional área comercial de lojistas. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.C.A.01.foto 11.....	212
Foto 92 – O tradicional mercado de rua das gentes que vinham do <i>campo</i> , no largo Eusébio Leão, próximo do largo do Município. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.C.A.01.foto 7.....	212
Foto 93 – Viatura de abastecimento de peixaria de Lisboa, que vinha comprar pescado na lota de Sesimbra. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.B.02.foto 19.....	212
Foto 94 – Em termos de recintos comerciais coevos, o mercado municipal é ponto de referência central na vila, o qual atualmente com obras de requalificação. 2015.....	213
Foto 95 – Persistem primevos estabelecimentos comerciais em edifícios antigos. 2015.....	213
Foto 96 – Em alguns dos estabelecimentos, ainda se logrou perdurar a utilização da rua como recinto do comércio local. 2015.....	213
Foto 97 – A valorização turística na economia de Sesimbra cresceu na década de 1950, na qual o hotel do Mar, construído entre 1963-1964, é um exemplo arquitetónico de Referência. 2015.....	214
Foto 98 – Na década de 1970-1980, as novas construções da Sociedade ERG, junto do porto de abrigo, refletiam a atratividade imobiliária da concha da vila. 2015.....	214
Foto 99 – A mais recente construção a nascente da vila, o complexo hoteleiro Sesimbra Hotel & Spa e o seu lateral conjunto de apartamentos, que consolidou a proeminência Turística. 2015.....	214

Foto 100 – A antiga capela do Espírito Santo dos Mareantes, no início do século XX com a sua farmácia e botica lateral. S.d (déc. 1930) AMS EFHAM.D.C.02.03.foto 5.....	215
Foto 101 – O primevo quartel dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, na entrada norte da vila junto à estrada nacional. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.F.02.foto 1.....	215
Foto 102 – O edifício do cineteatro de João Mota, ainda em funcionamento na década de 1990. AMS EFHAM.D.F.03.foto 14.....	215
Foto 103 – O coreto que se montava nos principais largos para eventos culturais. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.D.G.01.foto 65.....	216
Foto 104 – Perspetiva interior da sala de espetáculos do Parque de Recreio Popular, para sessões cinéfilas. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.F.03.foto 8.....	216
Foto 105 – Vista interior da primeira biblioteca pública localizada na capela do Espírito Santo dos Mareantes. Déc. 1960 AMS FF.GF.01.03.01.foto 1.....	216
Foto 106 – Prova de natação conhecida como a travessia da baía, importante evento desportivo de escala nacional. S.d (déc. 1930) AMS EFHAM.D.B.04.foto 32.....	218
Foto 107 – Prova de regata de celhas na baía, evento lúdico que envolvia os jovens frente à fortaleza. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.E.B.01.05.foto 5.....	218
Foto 108 – Tradicional regata de lanchas das armações realizada frente ao areal. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.E.B.02.01.foto 17.....	218
Foto 109 – Momento solene a envolver a comunidade na procissão do senhor Jesus das Chagas, nas ruas e largos da vila. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM. F. D. 01. foto 12.....	219
Foto 110 – Festividades dos santos populares com ruas enfeitadas e caldeiras organizadas pela vizinhança, no largo 1.º de Dezembro com o presidente da Câmara. AMS S.d (déc. 1960) FF.10.05.04.foto 2.....	219
Foto 111 – Baile noturno de mascarados no período do Carnaval, no salão do Hotel Espadarte. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.F.A.01.01.foto 18.....	219
Foto 112 – Iniciativa juvenil evocativa do 25 de Abril, a envolver associações locais, no caso, a Sociedade Musical Sesimbrense. S.d (déc. 1980) AMS FF.04.03.04.foto 2.....	220
Foto 113 – Política municipal de incentivo cultural na década de 1980, com recuperação de jogos tradicionais. AMS EFHAM.G.F.02.09.foto 2.....	220
Foto 114 – Seleção pelo executivo municipal da proposta vencedora para o monumento evocativo ao 25 de Abril, realizada em 1988. AMS EFHAM.B.C.17.01.foto 2.....	220
Foto 115 – As antigas tradições locais, como a regata de aiolas na baía, foram mantidas até aos dias de hoje. S.d (déc. 1980) AMS EFHAM.E.B.02.01.foto 12.....	221
Foto 116 – Na década de 1980, a política cultural municipal apostou na recuperação das antigas tradições como jogos tradicionais. AMS EFHAM.E.B.02.01.foto 13.....	221
Foto 117 – Em paralelo, nessa mesma época despontaram novas tradições como o cortejo carnavalesco pelas ruas da vila. Déc. 1980 AMS EFHAM.F.A.02.02.foto 7.....	221
Foto 118 – Exposição «Sesimbra e o Mar» realizada em 1982 no salão do externato Santa Joana, a qual pretendia valorizar as tradições locais. AMS EFHAM.D.D.05.02.foto 10.....	222
Foto 119 – Nova exposição etnográfica realizada em 1987 no salão do Grupo Desportivo, a qual seria a génese do Museu do Mar. AMS EFHAM.D.D.05.01.foto 1.....	222
Foto 120 – A exposição de 1987 procurou explorar mais as áreas pedagógicas associadas às tradições locais. AMS EFHAM.E.D.01.01. foto 32.....	222
Foto 121 – O antigo Museu Municipal de Arqueologia, que transitou em 1982 do castelo para a vila. C. 1982-1987 AMS EFHAM.D.D.02.01.foto 2.....	223
Foto 122 – A inicial coleção etnográfica recolhida com a exposição de 1982, associada ao	

museu arqueológico. C. 1982-1987 AMS EFHAM.D.D.03.01.foto 8.....	223
Foto 123 – O espaço do Museu do Mar constituído após a exposição de 1987, atualmente reserva etnográfica. Déc. 1990 AMS EFHAM.D.D.03.01.foto 2.....	223
Foto 124 – Um dos traços da identidade de Sesimbra e da sua comunidade reside nos momentos religiosos, seja na procissão noturna da via-sacra. 2013.....	224
Foto 125 – Na procissão, realizada em período estival pelas ruas, areal e baía de Sesimbra, da Senhora da Boa Viagem.2013.....	224
Foto 126 – À antiga celebração no esporão do Espichel, no final de setembro, das festas em honra de Nossa Senhora do Cabo. 2014.....	224
Foto 127 – O auge maior da festa urbana reside na evocação ao Senhor Jesus das Chagas, em maio, com a procissão solene iniciada com o primevo pendão dos Passos. 2013.....	225
Foto 128 – A festa reúne toda a comunidade marítima, e de outras localidades do concelho, a Igreja e as entidades oficiais e associativas, num momento de partilha único. 2013.....	225
Foto 129 – O trajeto da procissão recorda a ancestralidade do culto na póvoa quinhentista, hoje em edifícios adornados por colchas com pessoas que atiram pétalas ao cortejo. 2013.....	225
Foto 130 – As celebrações dos santos populares no mês de junho, momento de festa que perdura até à atualidade, patente em edifícios engalanados. 2014.....	226
Foto 131 – Igual evocação em ruas enfeitadas com decorações de papel e alecrim, com temáticas ligadas ao imaginário e ao quotidiano local. 2014.....	226
Foto 132 – Nessas ruas e largos, à noite, persistem os pequenos bailes e os jantares comunitários entre vizinhos, com caldeirada de peixe. 2015.....	226
Foto 133 – Nas últimas décadas o carnaval e o desfile das escolas de samba, assumiu uma novel posição cimeira na promoção do espaço urbano. 2015.....	227
Foto 134 – Em anos mais recentes, surgiu um novo desfile, dedicado só a palhaços, e que tem contribuído para atrair muitos visitantes. 2015.....	227
Foto 135 – O carnaval, pelo seu peso de promoção, tem sido replicado na época estival como proposta de animação noturna, na avenida atlântica. 2015.....	227
Foto 136 – Com as crianças e jovens, a articulação das escolas com a autarquia tem propiciado eventos positivos, como o desfile carnavalesco das escolas. 2011.....	228
Foto 137 – Igualmente a realização anual da «Mostra de Teatro Escolar» no cineteatro municipal, é outro exemplo positivo. 2012.....	228
Foto 138 – Acresce referir a extensão, que o agrupamento de escolas Sebastião Rodrigues Soromenho (Sesimbra) suscita, com algumas das suas atividades realizadas no espaço urbano. 2011.....	228
Foto 139 – Fase de construção de novos prédios e moradias no extremo norte da avenida Salazar (avenida da Liberdade), na transição de 1960-1970. AMS EFHAM. B.C.08.02.foto 1.....	306
Foto 140 – Nas décadas de 1960 e 1970, a expansão alcançou-se com a construção de novos prédios ao longo do vale, quer para a crescente população residente quer como segunda habitação para veraneantes. AMS FF.12.05.01.foto 1.....	306
Foto 141 – Nas mesmas décadas, os novos edifícios que surgiam na marginal eram reflexo do turismo e do fenómeno da segunda habitação. Déc. 1970 AMS EFHAM.B.C.08.02.foto4...	306
Foto 142 – Trabalhos de pavimento e calçada na extensão da avenida marginal atlântica para nascente, na transição das décadas de 1960-1970. AMS EFHAM.B.C.02.foto 19.....	307
Foto 143 – Construção do edifício Atlântico no extremo leste da avenida marginal, com	

apartamentos e lojas comerciais. S.d (déc. 1970) AMS EFHAM.B.C.08.02.foto 2.....	307
Foto 144 – Perspetiva da vila vista de mar na década de 1980, onde os empreendimentos marcam a frente atlântica. AMS EFHAM.D.B.03.foto 1.....	307
Foto 145 – A vila guarda primevos edifícios históricos, os mais antigos ainda do século XV, caso da capela de São Sebastião, com detalhes arquitetónicos ainda perduráveis. 2015.....	311
Foto 146 – Da mesma época surge a capela do Espírito Santo dos Mareantes, com característica fachada ondeada. 2015.....	311
Foto 147 – Tal como a posterior igreja da Misericórdia, do século XVI, mas que mantém a sua frontaria primeval. 2015.....	311
Foto 148 – Estes ancestrais recortes de fachadas ondeadas ainda se perpetuam em edifícios residenciais. 2013.....	312
Foto 149 – Alguns desses edifícios recuperados e que mantiveram esse traço. 2015.....	312
Foto 150 – Outros imóveis conservados também lograram manter essa identidade de frontaria. 2015.....	312
Foto 151 – A segunda metade do século XX evidenciou a dicotomia urbana, caso das habitações precárias de gente pobre, no extremo nascente da vila. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.D.G.03.03.foto 2.....	313
Foto 152 – Igual visão nos exíguos edifícios habitacionais e <i>lojas de companhia</i> , no núcleo urbano mais central. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.G.02.foto 5.....	313
Foto 153 – O ocaso das <i>armações à valenciana</i> deixou devolutos antigos edifícios na marginal, o que nas décadas de 1970 e 1980 influenciou a expansão urbanita da vila. S.d (déc. 1970) AMS FF.21.03.01.foto 1.....	313
Foto 154 – O surto industrial na transição dos séculos XIX-XX impôs novas habitações padronizadas em simetria, como as residências para os funcionários das fábricas conserveiras, estas perto da fábrica <i>Francesa</i> . 2015.....	314
Foto 155 – Este complexo residencial encontra-se próximo de onde esteve localizada a fábrica conserveira <i>Nacional</i> . 2015.....	314
Foto 156 – Este outro edifício encontra-se também contíguo à localização da antiga fábrica conserveira <i>Nacional</i> . 2015.....	314
Foto 157 – Dos testemunhos dos bairros para pescadores e para “gente pobre” da década de 1950, estes lograram persistir até há poucos anos. 2013 Joaquim Ferreira.....	315
Foto 158 – Em momento mais recente, os edifícios de piso térreo e os de primeiro andar, foram na sua maioria demolidos. 2015.....	315
Foto 159 – A substituir essa habitação social demolida, no momento, foi o espaço ocupado como área de parque automóvel. 2015.....	315
Foto 160 – O largo dos Valentes (largo da Marinha), principal recinto frente ao Atlântico e espaço de dialética societária. S.d (déc. 1940) AMS EFHAM.D.G.03.05.foto 2.....	316
Foto 161 – Era este o principal ponto de chegada dos autocarros com turistas e visitantes à vila. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.D.G.03.05.foto 7.....	316
Foto 162 – Era esta também a galeria onde se observava a chegada dos forasteiros que alteravam as rotinas quotidianas da póvoa. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.E.E.02.01.foto 4....	316
Foto 163 – Perspetiva da esplanada do Atlântico decorada para o evento promocional «Verão turístico». S.d (déc. 1930) AMS EFHAM.E.E.02.02.foto 3.....	317
Foto 164 – O hotel Espadarte, criado no final da década de 1950 no limite da esplanada do Atlântico, <i>ex-libris</i> da estância balnear. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.C.A.03.foto 2....	317
Foto 165 – Espadartes capturadas em evento de <i>big game fishing</i> , expostos frente ao	

Hotel Espadarte, na década de 1960. AMS EFHAM.E.E.01.01.foto 2.....	317
Foto 166 – Ocasional prova desportiva de motociclismo realizada nas ruas da vila, frente ao mar. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.E.B.06.foto 1.....	318
Foto 167 – A atratividade turística na década de 1960 levou à criação de novos estabelecimentos comerciais, destinados a turistas e visitantes. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.C.A.01.foto 2.....	318
Foto 168 – Momento festivo com a equipe italiana, vencedora do concurso internacional de pesca submarina ocorrido em Sesimbra no ano de 1958. AMS EFHAM.E.C.05.foto 4.....	318
Foto 169 – Empreitada para construção do novo mercado municipal, na década de 1970. AMS EFHAM.B.C.07.foto 4.....	319
Foto 170 – Trabalhos de alcatroamento nas ruas da vila realizados na década de 1980, para facilitar a circulação automóvel. AMS FF.12.07.01.foto 1.....	319
Foto 171 – Criação de parques infantis nas décadas de 1970-1980, como este no largo do Calvário, a nascente, face ao crescimento demográfico dessas décadas. AMS FF.12.02.05.foto 1.....	319
Foto 172 – No quotidiano persistem ainda aspetos ancestrais da génese marítima da póvoa, caso dos estendais onde se seca o peixe. 2012.....	320
Foto 173 – Também a adaptabilidade do comércio local permanece, como durante as obras de requalificação urbana de 2008.....	320
Foto 174 – Tal como evidenciou a própria comunidade nessa mesma época, na permanente utilização dos seus espaços de encontro. 2007.....	320
Foto 175 – O memorial espaço da loja de companhia, onde se reuniam os pescadores para preparar a faina. S.d (déc. 1960) AMS EFHAM.G.A.01.foto 38.....	321
Foto 176 – Nas décadas de 1980 e 1990, as lojas de companhia ainda eram fundamentais no quotidiano urbano. Déc. 1980 AMS EFHAM.C.C.01.foto 14.....	321
Foto 177 – Em muitas das lojas de companhia, a quantidade de funções e de homens obrigava a que o trabalho passa-se também da loja para a rua. Déc. 1990 AMS FDCI.01.02.03.foto 2.....	321
Foto 178 – A venda de peixe no areal, a lota, realizada a poente da fortaleza de Santiago. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.C.B.01.foto 13.....	322
Foto 179 – Realização da lota no areal durante o período da noite. S.d (déc. 1950) AMS EFHAM.C.B.01.foto 27.....	322
Foto 180 – Iniciativa de reconstituição da antiga lota noturna no areal, realizada no início da década de 1990. AMS FF.GF.01.02.04.foto 1.....	322
Foto 181 – Quotidiano da vila nos inícios do século XX, com o chafariz no paço do concelho e o primevo pelourinho. S.d (déc. 1910) AMS EFHAM.D.E.01.foto 3.....	323
Foto 182 – Imagem do largo do Município na década de 1930, sem o pelourinho substituído pelo chafariz da época republicana. Bernardo, 1941: 48-49.....	323
Foto 183 – Reprodução em madeira do pelourinho criada para a consulta pública realizada em 1988, com o fim da sua reedificação in loco. AMS EFHAM.D.E.01.foto 2.....	323
Foto 184 – Os recentes trabalhos arqueológicos tem contribuído para valorizar o legado patrimonial urbano, como o núcleo de <i>cetárias</i> , na frente marítima. 2008.....	325
Foto 185 – Os vestígios de fundações no interior da fortaleza, que induzem a hipótese de testemunho do primevo contexto urbano quinhentista. 2014.....	325
Foto 186 – O estudo da vala comum de enterramento situada no lugar de Vila Pinto, relembrou o trágico surto epidémico de 1857. 2001.....	325

Foto 187 – Alguns testemunhos do antigo sistema de saneamento de inícios do século XX, acabaram porém por ser debelados. 2008.....	326
Foto 188 – Noutros casos dentro de imóveis, caso de antiga calçada nas fundações do edifício que acolhe a «Galeria em Projeto», em que o registo foi ocultado. 2014.....	326
Foto 189 – E outros testemunhos, como este lajeado no largo de Bombaldes, foram incorporados na estrutura do novo edifício construído. 2014.....	326
Foto 190 – Registo da orientação dos monumentos na estruturação urbana, caso do busto ao Prof. Joaquim Marques Pólvora, de 1925, no jardim público. 2013.....	327
Foto 191 – O monumento de homenagem ao corpo de bombeiros, inaugurado em 2003 no centenário da corporação. 2014.....	327
Foto 192 – O recente monumento aos Combatentes, envolto num ambiente provisório suscitado por variações que tem pautado o espaço público. 2014.....	327
Foto 193 – O caráter filiado do monumento, aqui, dedicado aos pescadores, trabalho de arte pública de 1982 e marco iconológico da identidade local. 2014.....	328
Foto 194 – O monumento ao 25 de Abril, datado de 1985, é outro exemplo da afirmação política no espaço urbano, aqui na entrada principal de Sesimbra. 2014.....	328
Foto 195 – O pelourinho, coeva reintegração de 1988 do primevo elemento destruído em 1914. 2015.....	328
Foto 196 – No panorama europeu, a cidade expressa uma relação de identidade singular com o seu meio ambiente, aqui o mar enquanto fronteira. 1998 La Valeta Malta.....	381
Foto 197 – O contexto natural é assim fio condutor da própria evolução do espaço urbano, sobretudo nas urbes de pendor fluvial e marítimo, com as suas frentes de água. 2014 Bruges Bélgica.....	381
Foto 198 – São também esses espaços de fronteira que se tornam apelativos à visita e sobretudo à construção humana. 2014 Montreaux Suíça Ana Ferreira.....	381
Foto 199 – A manutenção dos traços pitorescos no edificado residencial é relevante contributo para a identidade urbana. 2012 Segóvia Espanha.....	382
Foto 200 – Os espaços verdes na cidade são recintos de encontro da comunidade com os visitantes, atrativos para desfrute de tempo de lazer. 2014 Bruxelas Bélgica.....	382
Foto 201 – A conservação do edificado em relação com o meio envolvente é fulcral para o futuro da cidade património. 2014 Bruges Bélgica.....	382
Foto 202 – As cidades são ancestrais espaços de confluência da sociedade, em que o espaço público é um dos seus principais legados. 2014 Setúbal.....	388
Foto 203 – Na cidade, o património edificado e o arranjo dos espaços envolventes são motes de atratividade à visita. 2013 Lisboa.....	388
Foto 204 – Porém cada espaço urbano tem as suas particularidades e histórica razão de ser, e aí reside a sua identidade. 2012 Fátima.....	388
Foto 205 – Até meados do século XX, Sesimbra manteve a sua estrutura de póvoa marítima, com espaços comuns partilhados pelo quotidiano da faina. S.d (déc. 1940) Sesimbra AMS EFHAM.G.E.01.01.foto 2.....	389
Foto 206 – Desde então, o crescimento do fenómeno balnear e turístico mudou o usufruto do espaço, desde logo o areal. S.d (déc. 1940) Sesimbra AMS EFHAM.E.E.02.03.foto 8....	389
Foto 207 – Com a década de 1960, o turismo carregou novas realidades na trama urbana, renovados edifícios e avenidas viradas para a marginal atlântica. S.d (déc. 1960) Sesimbra AMS EFHAM.D.G.01.foto 41.....	389
Foto 208 – Imagem de estaleiro temporário de construção naval frente ao Parque	

Recreio Popular. S.d (déc. 1950) Sesimbra AMS EFHAM.D.G.03.07.foto 3.....	390
Foto 209 – A relação de proximidade do areal dos banhistas com as áreas piscatórias a conferir, caráter pitoresco à vila. S.d (déc. 1950) Sesimbra AMS EFHAM.E.E.02.03.foto 24.....	390
Foto 210 – Os espaços comuns de ruas e largos, eram locais privilegiados para o labor dos pescadores em terra, sempre com o mar visível. S.d (déc. 1950) Sesimbra AMS EFHAM.G.A.01.foto 1.....	390
Foto 211 – Vestígios atuais do edificado de habitação tradicional de início do século XX, com dois pisos. 2015 Sesimbra.....	391
Foto 212 – Da mesma época, outra habitação com maior composição na volumetria de fachada. 2015 Sesimbra.....	391
Foto 213 – Em alguns arruamentos ainda persistem habitações arcaicas. 2015 Sesimbra.....	391
Foto 214 – Para vencer os declives naturais, nos arruamentos muitas vezes recorria-se a escadarias suaves. 2013 Sesimbra Joaquim Ferreira.....	392
Foto 215 – Noutras situações de inclinação mais íngreme, surgem escadarias acentuadas. 2015 Sesimbra.....	392
Foto 216 – Algumas das escadarias conferem nobre sentido estético ao espaço público. 2015 Sesimbra.....	392
Foto 217 – Um dos traços pitorescos da vila prende-se com a riqueza azulejar de muitos edifícios, realidade de finais do século XIX nas principais artérias urbanas, caso da rua da República, a nascente. 2015 Sesimbra.....	393
Foto 218 – Outro exemplo na rua da República, mais a poente. 2015 Sesimbra.....	393
Foto 219 – Outro exemplo da decoração azulejar na rua Cândido dos Reis (antiga rua do Espírito Santo). 2015 Sesimbra.....	393
Foto 220 – A arte de decoração em madeira logrou preservar alguns exemplos, como a fachada desta antiga cocheira. 2015 Sesimbra.....	394
Foto 221 – Chalé em madeira por sobre a marginal atlântica, no seu troço poente. Sesimbra. 2013 Joaquim Ferreira.....	394
Foto 222 – Recente espaço de madeira na esplanada sobrelevada do Hotel do Mar, na marginal mais a poente. 2015 Sesimbra.....	394
Foto 223 – Igualmente a arte decorativa do ferro mantém pormenores pitorescos, sobretudo em varandins associados a prédios azulejares. 2015 Sesimbra.....	395
Foto 224 – Alguns deles, testemunhos das antigas residências da classe económica ascendente em inícios do século XX. 2015 Sesimbra.....	395
Foto 225 – Outros em prédios de gente mais comedida, integrados em ruas secundárias. 2015 Sesimbra.....	395
Foto 226 – Também a estatuária a encimar edifícios, é foco de atratividade na observação evocativa dos edifícios. 2015 Sesimbra.....	396
Foto 227 – Caso presente no imóvel que acolhe o Clube Sesimbrense. 2015 Sesimbra.....	396
Foto 228 – Outro exemplo em edifício familiar, menos proeminente na atualidade, mas que o foi em décadas mais recuadas. 2015 Sesimbra.....	396
Foto 229 – A própria decoração azulejar propõe também alguns aspetos peculiares, como esta decoração evocativa de génese marítima presente numa habitação de veraneio. 2015 Sesimbra.....	397
Foto 230 – Painel de azulejos a retratar a maior atratividade turística da vila nas décadas de 1960 e 1970, o qual surge numa casa de veraneio. 2015 Sesimbra.....	397
Foto 231 – Este painel de azulejos com temática marítima, mais recente, está associada à	

residência de uma família ligada à atividade piscatória. 2015 Sesimbra.....	397
Foto 232 – Quanto aos edifícios públicos de relevância cultural em Sesimbra, o arquivo municipal no seu extremo norte junto à estrada nacional. 2015 Sesimbra.....	398
Foto 233 – O museu localizado no edifício da capela do Espírito Santo dos Mareantes. 2015 Sesimbra.....	398
Foto 234 – A biblioteca municipal confinante com a principal avenida vinda de norte, a avenida da Liberdade. 2015 Sesimbra.....	398
Foto 235 – O cineteatro municipal, fachada posterior do edifício da biblioteca municipal. 2015 Sesimbra.....	399
Foto 236 – O auditório, a funcionar também como sede da Assembleia Municipal, junto do jardim público e numa posição central. 2015 Sesimbra.....	399
Foto 237 – A galeria, provisoriamente ligada ao edifício reabilitado como «Galeria em Projeto», contíguo ao jardim municipal. 2015 Sesimbra.....	399
Foto 238 – A cidade histórica contem em si um conjunto de peculiaridades que são únicas, muitas expressas nos próprios arruamentos. 2014 Óbidos.....	400
Foto 239 – A relação da rua com o edifício é assim um fator de identidade local do espaço urbano. 2014 Óbidos.....	400
Foto 240 – As intervenções a realizar devem procurar preservar essa paridade local. 2014 Óbidos.....	400
Foto 241 – No espaço urbano também conflui o risco de abandono do património, sobretudo de propriedade privada. 2015 Setúbal.....	401
Foto 242 – Também as medidas incompletas de intervenção urbana suscita a ruína de edifícios, e sobretudo o abandono de funções. 2014 Peniche.....	401
Foto 243 – Igualmente o encerramento de recintos e lojas comerciais reflete o estado devoluto da vivência física no espaço urbano. 2013 Lisboa.....	401
Foto 244 – Nas cidades são desenvolvidas medidas de alerta quanto à necessidade de recuperação dos imóveis devolutos. 2014 Lisboa.....	402
Foto 245 – Igualmente existem programas de apoio financeiro à reabilitação de imóveis. 2013 Lisboa.....	402
Foto 246 – Há que apostar na afetação dos usos mais adequados no edifício reabilitado, seja em funções residenciais ou até comerciais. 2012 Amadora.....	402
Foto 247 – O espaço urbano acolhe em si os aspetos principais da sua história, caso de personagens ilustres. 2013 Sines.....	403
Foto 248 – Igualmente algumas preexistências edificadas assumem-se na atualidade marcos únicos da identidade local. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	403
Foto 249 – São os edifícios monumentais que no entanto, conferem imagens únicas que permitem identificar a cidade. 2014 Peniche.....	403
Foto 250 – Na atualidade, a fruição do património histórico é um dos principais pontos de atratividade turística. 2013 Lisboa.....	404
Foto 251 – É a conjugação de distintos legados que reforça a identidade urbana, aqui na evocação dos 120 anos do nascimento de Fernando Pessoa, no edifício que o acolheu. 2008 Lisboa.....	404
Foto 252 – Na cidade também se preservam memórias distantes da própria História, aqui num troço do muro de Berlim exposto em público. 2012 Fátima.....	404
Foto 253 – As urbes, num fenómeno mais vivenciado nas pequenas, acolhem comunidades com traços únicos, muitos deles avivados em momentos de festa, caso	

das “largadas de touros à corda”. 1997 Ilha Terceira - Açores.....	405
Foto 254 – São as festividades religiosas que porém conferem maior sentido de identidade local nas pequenas povoações, como nas festas do Império em honra do Espírito Santo. 2012 Vila de Porto - Açores Joaquim Ferreira.....	405
Foto 255 – De igual modo são as festividades religiosas que alteram a vivência das urbes maiores, como nas festas do Santo Cristo dos Milagres. 2012 São Miguel Ana Ferreira....	405
Foto 256 – A cidade continua a ser ponto de multiculturalidade que reforça a sua própria identidade. 2012 Toledo Espanha.....	406
Foto 257 – A capacidade de teatralização da ancestralidade urbana é importante para a validação da cidade histórica. 1998 Medina Malta.....	406
Foto 258 – As festividades religiosos são marcos de identidade com caráter singular, porquanto congregam toda a comunidade. 2006 Varsóvia Polónia.....	406
Foto 259 – A transposição da identidade urbana para o interior dos espaços comerciais é motivo de reforço da identidade local. 2012 Toledo Espanha.....	407
Foto 260 – A ocupação dos espaços públicos pelos estabelecimentos comerciais é resultado direto da proeminência turística. 2012 Toledo Espanha.....	407
Foto 261 – As lojas de comércio locais devem procurar privilegiar a produção e a venda de produtos coerentes com a identidade local. 2012 Toledo Espanha.....	407
Foto 262 – O peso dos visitantes no quotidiano urbano é um fenómeno a acompanhar com rigor. 2014 Lausanne Suíça Ana Ferreira.....	408
Foto 263 – Os espaços comerciais são recintos fundamentais na relação do sítio com os seus visitantes. 2012 Toledo Espanha.....	408
Foto 264 – As ruas e largos no espaço urbano são áreas partilhadas de usos, e por tal espaços privilegiados na relação com os visitantes. 2014 Bruxelas Bélgica.....	408
Foto 265 – A relevância do património cultural construído é na atualidade assumida como um ativo para a visita turística. 2013 Lisboa.....	461
Foto 266 – É o contexto societário da comunidade local que, no seu quotidiano ou em momentos evocativos, confere sentido ao edificado. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	461
Foto 267 – A gestão coerente do núcleo histórico urbano tende assim a confluir as apetências do local com o seu interesse de visita, num modelo coerente e sustentável. 2014 Óbidos.....	461
Foto 268 – O espaço público deve antes valorizar atrativos de encontro dos seus utilizadores. 2014 Beja.....	462
Foto 269 – Criar áreas e vias que permitam assegurar a universal acessibilidade a todos os seus utilizadores. 2015 Beja.....	462
Foto 270 – Voltar a conferir à cidade um caráter de permanente inovação, por exemplo, recentrando os espaços verdes no perímetro urbano construído. 2015 Beja.....	462
Foto 271 – Nos percursos de visita há que procurar integrar os tradicionais meios de transporte, agora com vocação turística. 2014 Bruges Bélgica.....	463
Foto 272 – A utilização de outros meios complementares de mobilidade para o visitante deve procurar não descaraterizar o quotidiano local. 2012 Ávila Espanha.....	463
Foto 273 – Nos grandes centros metropolitanos, o autocarro ainda é transporte panorâmico privilegiado. 2012 Madrid Espanha.....	463
Foto 274 – As intervenções de reabilitação do património urbano são fundamentais, sobretudo nos edifícios de referência. 2006 Cracóvia Polónia.....	464
Foto 275 – Nos espaços públicos, a capacidade de comunicar essa reabilitação é também	

motivo de interesse. 2014 Bruxelas Bélgica.....	464
Foto 276 – A constância na manutenção do edificado privado deve ser apoiada para a conservação do contexto da cidade. 2014 Bruges Bélgica.....	464
Foto 277 – Como exemplo de intervenção patrimonial integrada, a fortaleza de Santiago acolheu estudos prévios, caso de sondagens geotécnicas às fundações. 2010 Sesimbra.....	465
Foto 278 – Estudos de teste à resistência e capacidade de sustentação das paredes exteriores. 2010 Sesimbra.....	465
Foto 279 – Testes à couraçada pétrea exterior, quanto à sua composição como à sua resistência. 2011 Sesimbra.....	465
Foto 280 – Noutros contextos de restauro, foi identificada e conservada a antiga pintura interior de algumas das salas da fortaleza. 2012 Sesimbra.....	466
Foto 281 – Na Casa do Bispo, foi reconstruído o primitivo arco interior, embora com materiais estruturais modernos. 2012 Sesimbra.....	466
Foto 282 – No exterior da couraça da fortaleza, foram refechadas as juntas do aparelho pétreo exposto à ação do mar. 2013 Sesimbra.....	466
Foto 283 – A vila na última década tem acolhido muitas ações de reabilitação do edificado, as quais incidiram em intervenções de conservação de imóveis. 2014 Sesimbra.....	467
Foto 284 – Realizaram-se também intervenções de requalificação de edifícios integrais, com preservação dos seus traços arquitetónicos. 2014 Sesimbra.....	467
Foto 285 – Algumas intervenções proveram a demolição do antigo e a construção de novo edifício, embora com preocupação arquitetónica quanto ao conjunto envolvente. 2014 Sesimbra.....	467
Foto 286 – Registam-se também situações mais dissonantes, como as passadas intervenções na década 1970, com latente distinção arquitetónica. 2015 Sesimbra.....	468
Foto 287 – Outras intervenções mais recentes induziram evidentes diferenciações de volumetria construtiva. 2015 Sesimbra.....	468
Foto 288 – Outras intervenções ainda mais atuais, assumiram a quebra com o antigo através de volumetrias e fachadas bem diferenciadas. 2015 Sesimbra.....	468
Foto 289 – Na teia tradicional foi possível alcançar consensos sob propostas de conservação mais comedidas. 2015 Sesimbra.....	469
Foto 290 – Noutros espaços, a arquitetura com novos modelos conseguiu conjugar-se com a mais proveta. 2015 Sesimbra.....	469
Foto 291 – Em exemplos mais recentes, a arquitetura procurou harmonizar o edifício com o espaço envolvente. 2015 Sesimbra.....	469
Foto 292 – Na atualidade, a presença do automóvel é reflexo do paradigma de utilização abusiva do espaço público, aqui na ocupação de perímetro do monumento aos Combatentes. 2012 Sesimbra.....	470
Foto 293 – No lugar de um antigo parque infantil surge um amplo largo calcetado utilizado como estacionamento, sem ordenamento traçado. 2015 Sesimbra.....	470
Foto 294 – Noutros casos, a necessidade do estacionamento automóvel ocupa a rua, restrição à sua universal fruição por todos os utilizadores. 2015 Sesimbra.....	470
Foto 295 – A solução mais recente passou pela concessão do estacionamento a uma empresa, a qual adotou uma política de lucros que, aqui, utiliza o passeio como área complementar de estacionamento. 2014 Sesimbra.....	471
Foto 296 – Noutro caso o passeio pedonal é utilizado como lugar de estacionamento em plataforma desnivelada. 2014 Sesimbra.....	471

Foto 297 – Porém, a solução tende a passar pela criação de parques de estacionamento distantes da tradicional teia de arruamentos, na entrada da vila. 2015 Sesimbra.....	471
Foto 298 – O estacionamento abusivo tem assim marcado a ocupação indevida do espaço público. 2015 Sesimbra.....	472
Foto 299 – Porém, o espaço público também tem sido algo descurado, quanto a parques verdes. 2015 Sesimbra.....	472
Foto 300 – Tal situação é também evidente nos recintos que já foram parques infantis. 2015 Sesimbra.....	472
Foto 301 – Alguns desses antigos recintos de brincadeira são hoje espaços totalmente devolutos. 2015 Sesimbra.....	473
Foto 302 – Outros dos espaços permanecem em termos físicos, mas disfuncionais na teia urbana. 2015 Sesimbra.....	473
Foto 303 – Alguns porém ainda subsistem, embora necessitem de maiores cuidados quanto à manutenção. 2015 Sesimbra.....	473
Foto 304 – Na limpeza do espaço público, os tradicionais varredores tem acolhido novos sistemas operativos mais eficientes. 2015 Sesimbra.....	474
Foto 305 – Também a recolha a partir de contentores seletivos, tem reflexos positivos no espaço urbano. 2015 Sesimbra.....	474
Foto 306 – Tal como a ETAR, que no extremo poente da baía, permite o tratamento de águas residuais antes do envio para o mar. 2014 Sesimbra.....	474
Foto 307 – É no período noturno que se compreende melhor a incerteza do futuro de Sesimbra, na marginal iluminada e com continua vida. 2014 Sesimbra.....	475
Foto 308 – Nas ruas e largos principais, mas mais interiores, são as celebrações ou as utilizações urbanas que ainda conferem vivência. 2014 Sesimbra.....	475
Foto 309 – Nas ruas secundárias de grande parte da teia urbana, é a solidão difusa da iluminação pública que suscita incertezas. 2013 Sesimbra.....	475
Foto 310 – Na cidade, cada vez mais o património edificado é utilizado como tela de fundo a celebrações e eventos. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	476
Foto 311 – É um recinto privilegiado para a promoção de apontamentos culturais contemporâneos. 2013 Sines.....	476
Foto 312 – E em si, é a principal fonte de memória histórica da sua comunidade 2013 Peniche.....	476
Foto 313 – A iluminação do núcleo histórico permite vivenciar na noite, iniciativas sob o cenário patrimonial. 2014 Beja.....	477
Foto 314 – Também as recriações históricas suscitam na cidade histórica uma outra vivência. 2009 Óbidos.....	477
Foto 315 – A festa é o momento que merece destaque no momento noturno da cidade, oportunidade de luz e de convivência. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	477
Foto 316 – Os espaços públicos são recintos privilegiados para a realização das tradicionais feiras, as quais permitem acolher os produtores locais. 2014 Setúbal.....	478
Foto 317 – Sob o contexto patrimonial, as feiras e mercados são espaços de pertinente atratividade turística. 2014 Óbidos.....	478
Foto 318 – Atualmente, mais que meros espaços económicos, as feiras são também locais de promoção da cultura urbana. 2015 Lisboa.....	478
Foto 319 – Nas cidades contemporâneas os espaços verdes são cada vez mais espaços a preservar, conscientes do uso urbano. 2015 Lisboa.....	479

Foto 320 – São de igual modo importantes pontos de encontro da comunidade com os seus visitantes, o que lhes confere certa ambiência cénica. 2015 Lisboa.....	479
Foto 321 – São efetivos espaços de lazer que permitem valorizar ainda mais o património histórico edificado. 2013 Lisboa.....	479
Foto 322 – A manutenção dos espaços verdes é missão cada vez mais relevante no quotidiano dos serviços urbanos dos municípios. 2013 Lisboa.....	480
Foto 323 – É também nos espaços verdes que se desenvolvem novos lugares de encontro, caso de áreas desportivos no centro da urbe. 2013 Lisboa.....	480
Foto 324 – Como na sua periferia emergem áreas de carácter mais rústico, caso do fenómeno recuperado das hortas urbanas. 2014 Lisboa.....	480
Foto 325 – A preocupação pelos espaços verdes é também resultado de políticas mais assertivas de tratamento dos resíduos urbanos, caso da ETAR de Alcântara. 2014 Lisboa.....	481
Foto 326 – De processos mais consciente de seleção e recolha dos RSU. 2012 Fátima.....	481
Foto 327 – Potencia-se a reutilização de águas tratadas de afluentes urbanos em espaços partilhados como na fonte do jardim do baluarte. 2014 Peniche.....	481
Foto 328 – Em termos da comunidade local, são propícias as campanhas de sensibilização por esta dinamizadas para valorização do espaço público. 2014 Lisboa.....	482
Foto 329 – Também a preocupação pelo uso indevido do espaço público tende a ser mais acautelada junto de todos os potenciais utilizadores. 2013 Lisboa.	482
Foto 330 – Também promocionais e inovadores ações de redução da pegada ecológica tem marcado o quotidiano urbano, como o <i>carsharing</i> . 2013 Palmela.....	482
Foto 331 – Nas cidades do futuro, a utilização de meios sustentáveis de mobilidade, como o elétrico, será a aposta a acolher. 2014 Bruxelas Bélgica.....	483
Foto 332 – A utilização de meios de mobilidade suave implica sistemas de apoio, caso de recolha de bicicletas e áreas de estacionamento. 2014 Bruxelas Bélgica.....	483
Foto 333 – A utilização de veículos elétricos é uma solução adotada em muitas cidades para reduzir a poluição urbana. 2014 Bruxelas Bélgica.....	483
Foto 334 – Na mobilidade urbana, a aplicação de vias partilhadas tem permitido melhorar as soluções de circulação interna. 2014 Bruxelas Bélgica.....	484
Foto 335 – Porém, também as bicicletas podem suscitar o excesso de impacto em termos de utilização do espaço público. 2014 Bruges Bélgica.....	484
Foto 336 – No tradicional núcleo histórico urbano, é fundamental reduzir a intromissão do automóvel em ruas e espaços que não foram planificados para essa utilização. 2012 Toledo Espanha.....	484
Foto 337 – Nos grandes espaços abertos, a realização de feiras e mercados de ruas são eventos de atratividade no quotidiano urbano. 2014 Bruges Bélgica.....	485
Foto 338 – A realização de feiras é valorizada quando associada a espaços e recintos patrimoniais. 2012 Ávila Espanha.....	485
Foto 339 – Os espaços de mercado de rua quando integrados, são relevantes para a valorização do próprio património urbano. 2012 Madrid Espanha.....	485
Foto 340 – Os espaços comerciais, devem lograr manter a sua função plenamente integrados na preexistência dos edifícios. 2012 Segóvia Espanha.....	486
Foto 341 – A refuncionalização dos imóveis face às necessidades deve também ser conciliada, no caso, como forma de alojar o automóvel. 2012 Toledo Espanha.....	486
Foto 342 – A reutilização das preexistentes passa assim a ser um ativo de atratividade na cidade. 2012 Ávila Espanha.....	486

Foto 343 – A realização de eventos temporários é mais apelativa nos espaços urbanos pequenos, com o enlevo dos monumentos. 2012 Ávila Espanha.....	487
Foto 344 – A utilização das praças públicas para a realização de espetáculos tem assumido cada vez mais uma vertente turística. 2012 Toledo Espanha.....	487
Foto 345 – A utilização do património urbano para a realização de eventos temporários, é assim um fator de valor acrescido. 2014 Bruxelas Bélgica.....	487
Foto 346 – Os artistas de rua nos espaços urbanos com maior incidência turística permitem conferir novéis motivos de interesse. 2014 Bruges Bélgica.....	488
Foto 347 – A animação de rua por atores ambulantes, é um contexto que requer atenção quanto à sua relação com os visitantes. 2012 Madrid Espanha.....	488
Foto 348 – A animação de rua é um fenómeno de interesse a acolher no quotidiano dos visitantes, como dos residentes. 2014 Lausanne Suíça Ana Ferreira.....	488
Foto 349 – Hoje em dia, é o património edificado que suscita a leitura da paisagem no percurso de visita urbana. 2012 Ávila Espanha.....	537
Foto 350 – A sua implantação é não só fator de identidade mas também de interesse de visita. 2012 Segóvia Espanha.....	537
Foto 351 – É a construção do quotidiano, alcançada ao longo dos tempos, que repercute a ambiência do núcleo histórico urbano. 2014 Gruyère Suíça Ana Ferreira.....	537
Foto 352 – Na cidade histórica há que propiciar percursos de visita pelos seus espaços de vivência rotineira. 2014 Bruges Bélgica.....	538
Foto 353 – Há que valorizar os largos e recintos amplos também como pontos de organização e orientação da visita. 2006 Cracóvia Polónia.....	538
Foto 354 – Nos espaços históricos, a realização de visitas deve assegurar a própria ambiência dos locais com menor perturbação. 1997 Mérida Espanha.....	538
Foto 355 – A coerência dos usos face aos visitantes vai no sentido de dignificar os pontos de identidade local. 2014 Óbidos.....	539
Foto 356 – Há que também privilegiar as ambiências singulares suscitada em percurso pelo espaço urbano. 2014 Óbidos.....	539
Foto 357 – A receção aos visitantes não deve criar áreas distintivas de <i>gentrification</i> e de afastamento dos residentes. 2014 Óbidos.....	539
Foto 358 – No espaço urbano, os percursos de visita pelo seu património são atrativos de interesse. 2014 Beja.....	540
Foto 359 – A existência de percursos requer a concretização de um programa de sinalética e de apoio informativo. 2014 Setúbal.....	540
Foto 360 – Essa informação deve ser centrada nos imóveis de relevo, mas também nos pormenores intrínsecos do edificado e das funções tradicionais. 2014 Óbidos.....	540
Foto 361 – Os detalhes são importantes, caso da heráldica em fachadas, como no antigo hospital da Misericórdia, com pedra de armas de causa quinhentista. Sesimbra.....	541
Foto 362 – Num edifício, apontamento azulejar perpetua memórias mais antigas, como um painel de São Marçal, associado ao fogo e cataclismo de 1755. 2015 Sesimbra.....	541
Foto 363 – Na toponímia local, a sua matriz identitária consegue, no mesmo espaço, apresentar diferentes tipologias de placas como testemunhos da evolução urbana. 2015 Sesimbra.....	541
Foto 364 – Alguns edifícios apresentam placas evocativas da sua presença em momento histórico, aqui associado a uma personalidade local. 2015 Sesimbra.....	542
Foto 365 – Noutros casos a mais recentes momentos festivos, como esta rua que foi	

vencedora nos concursos de ruas enfeitadas nos santos populares. 2015 Sesimbra.....	542
Foto 366 – A este edifício que durante décadas acolheu um estabelecimento comercial de venda de máquinas de costura, encerrado há vários anos. 2015 Sesimbra.....	542
Foto 367 – A vila apresenta alguns espaços atualmente desamparados, mas que são potenciais para novos usos, caso da fábrica <i>Francesa</i> . 2015 Sesimbra.....	543
Foto 368 – Novo exemplo encontra-se nas instalações, ainda funcionais, do centro de formação FORMAR. 2015 Sesimbra.....	543
Foto 369 – Outro exemplo encontra-se na galeria comercial, entretanto encerrada, do edifício Atlântico, na frente marginal nascente. 2015 Sesimbra.....	543
Foto 370 – Registo para outros espaços que pese embora a sua presença urbana, estão atualmente devolutos, caso da unidade hoteleira «Villas de Sesimbra». 2015 Sesimbra.....	544
Foto 371 – Igual situação no complexo do «Fórum de Sesimbra», no extremo poente da vila. 2015 Sesimbra.....	544
Foto 372 – Igual referência ao espaço do antigo «Dispensário Tuberculoso», localizado antes dos bairros sociais a nascente da vila. 2015 Sesimbra.....	544
Foto 373 – Na época alta de veraneio, os estabelecimentos de comércio local ocupam o espaço público, com esplanadas de restaurantes e bares. 2015 Sesimbra.....	545
Foto 374 – Bancas de artigos promocionais, alguns associados à identidade local mas muitos totalmente desenquadrados e de âmbito generalista. 2015 Sesimbra.....	545
Foto 375 – A extensão de exposição da loja para o exterior, em ocupações por vezes desmedidas do espaço de passeio. 2014 Sesimbra.....	545
Foto 376 – Quanto a vendedores ocasionais, as festas do Senhor das Chagas acolhem nos meses de abril e maio um arraial de feirantes, junto do parque rodoviário. 2015 Sesimbra....	546
Foto 377 – Nessa festividade e no dia da procissão, como na época do carnaval, circulam nas diversas ruas outros vendedores ambulantes. 2014 Sesimbra.....	546
Foto 378 – São estes vendedores ambulantes que contribuem para criar uma diferente ambiência nas épocas de festa. 2014 Sesimbra.....	546
Foto 379 – Também os mercados de ruas ainda persistem, desde o ancestral mercado de rua no largo Eusébio Leão, composto sobretudo por produtores rurais. 2013 Sesimbra.....	547
Foto 380 – Ao mais recente “mercado dos ciganos”, realizado no terreiro do lugar Calvário, composto por feirantes de vestuário, calçado e outros produtos similares. 2014 Sesimbra.....	547
Foto 381 – Com os recentes trabalhos de requalificação do mercado municipal, os seus feirantes tem realizado a venda no largo do Município, o que suscita carácter pitoresco à vila. 2015 Sesimbra.....	547
Foto 382 – No contexto da mobilidade urbana e quanto a circuitos de visita, a carreira pública acaba por ser um recurso a explorar. 2015 Sesimbra.....	548
Foto 383 – Alguns visitantes utilizam a tradicional forma pedonal, mas outros trazem maior inovação com a utilização de <i>segway</i> . 2013 Sesimbra.....	548
Foto 384 – No recente verão de 2015, surgiu uma empresa que utiliza <i>tuc-tuc</i> para visitas ao espaço urbano e outros recintos limítrofes. 2015 Sesimbra.....	548
Foto 385 – Na fruição do património urbano, tem sido valorizadas as preexistências como atrativos de visita, caso do ancestral pórtico da igreja Matriz de Santiago. 2009 Sesimbra.....	549
Foto 386 – Referência ao circuito de audioguias multilingue criado em 2015, com pontos de interesse em edifícios de relevo como os Paços do Concelho. 2015 Sesimbra.....	549
Foto 387 – Registo também à marcação no novo pavimento calcetado em 2013, dos	

antigos topónimos e limites dos imóveis demolidos na década de 1950-1960 para abertura da nova avenida vinda de norte. 2015 Sesimbra.....	549
Foto 388 – Após a requalificação da marginal de Sesimbra, em 2013, foram criadas placas interpretativas da paisagem. 2014 Sesimbra.....	550
Foto 389 – Com a requalificação urbana de 2008, foi criado painel interpretativo do alinhamento urbano suscitado pela nova avenida de 1950-1960. 2012 Sesimbra.....	550
Foto 390 – No lugar da descoberta da muralha quinhentista, foi criada uma estrutura para preservação <i>in situ</i> e respetiva placa com informação interpretativa da mesma. 2012 Sesimbra.....	550
Foto 391 – No âmbito do QREN, foram criados suportes de informação sobre os trabalhos então dinamizados, suportes de informação promocional. 2012 Sesimbra.....	551
Foto 392 – Na própria vila e durante as festas das Chagas, foi produzida uma exposição exterior com o programa das intervenções. 2013 Sesimbra.....	551
Foto 393 – Na marginal, foram elaboradas faixas informativas para a comunidade, com as propostas dos projetos a implementar. 2012 Sesimbra.....	551
Foto 394 – As mais recentes intervenções urbanas têm suscitado a formulação de cidades cada vez mais iguais, sobretudo nos arruamentos. 2014 Beja.....	552
Foto 395 – A ligação do espaço com a função útil no quotidiano passa algo despercebida face à intenção do embelezar. 2014 Peniche.....	552
Foto 396 – A própria ligação dos edifícios com os espaços públicos fica desfasada pela imposição de modelos arquiteturais similares. 2013 Sines.....	552
Foto 397 – No quotidiano do núcleo histórico urbano, a coerência da sinalética deve ser alcançada. 2014 Óbidos.....	553
Foto 398 – A preocupação pelo alinhamento e limpeza do espaço público é um cuidado permanente. 2014 Óbidos.....	553
Foto 399 – A regulação dos pontos de venda ambulante deve também ser procurada. 2014 Óbidos.....	553
Foto 400 – No entanto, é o continuado estado devoluto de habitações e quarteirões, que afeta negativamente a urbe. 2014 Peniche.....	554
Foto 401 – O abandono do edifício reflete efeitos negativos no espaço público envolvente que urge sanar. 2013 Palmela.....	554
Foto 402 – A ruína seguinte dos imóveis é por vezes consequência do desamparo como do desinteresse dos proprietários para a necessária manutenção. 2014 Óbidos.....	554
Foto 403 – Algumas das medidas a prover no edificado devoluto passam pela sua consolidação estrutural e de fachadas. 2013 Palmela.....	555
Foto 404 – Por vezes são requeridas maiores intervenções em termos estruturais, já no princípio da sua reabilitação. 2013 Sines.....	555
Foto 405 – A fase seguinte deve passar pela manutenção do próprio edificado, o que permite conferir um carácter de proteção ao seu próprio contexto. 2014 Óbidos.....	555
Foto 406 – Nas cidades e nos recintos de interesse patrimonial, o automóvel assume presença, por vezes abusiva, impondo-se ao lugar. 2013 Sines.....	556
Foto 407 – Algumas soluções adotadas passam sobretudo pelo afastar das áreas de estacionamento do campo visual do edificado. 2014 Peniche.....	556
Foto 408 – Porém e por norma, é sempre ambicionada a maior proximidade de áreas estacionamento face ao local relevante de visita. 2014 Beja.....	556
Foto 409 – Soluções de mobilidade tem passado pela utilização da bicicleta em percursos	

de ciclovias. 2014 Lisboa.....	557
Foto 410 – Outras soluções passam por vias partilhadas entre automóveis e bicicletas. 2015 Setúbal.....	557
Foto 411 – Ressaltam também as políticas municipais de incentivo à utilização de modos de mobilidade suave, caso das “petras”. 2015 Beja.....	557
Foto 412 – Nas áreas de maior incidência turística, sobrevêm a utilização de modos de uso quotidiano, caso dos elétricos. 2013 Lisboa.....	558
Foto 413 – Promove-se igualmente outras opções mais pessoais e de menor impacto no lugar, como o aluguer de <i>segway</i> . 2013 Lisboa.....	558
Foto 414 – Também o aluguer de pequenos veículos elétricos permite novas opções de gerir os percursos no núcleo histórico urbano. 2014 Óbidos.....	558
Foto 415 – A presença da comunidade é fundamental na vivência da urbe, muito sentido nos distintos eventos evocativos locais, desde a preparação, como nas celebrações do Santo Cristo. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	559
Foto 416 – A responsabilidade partilhada cresce nos últimos pormenores antes do acontecimento emotivo. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	559
Foto 417 – E atinge o seu momento maior quando a celebração sociológica sai para a rua e o momento solene é por todos vivenciado. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	559
Foto 418 – A festa é momento <i>sui generis</i> de promoção mas também de envolvimento da comunidade com o espaço urbano. 2012 Toledo Espanha.....	560
Foto 419 – A promoção do artesanato local é igualmente relevante não só como atrativo turístico, mas como apoio ao empreendedorismo. 2012 Toledo Espanha.....	560
Foto 420 – A animação provida pela reconstituição histórica é na atualidade um dos mais procurados atrativos turísticos. 1998 Medina Malta.....	560
Foto 421 – Na cidade histórica, os espaços de receção para acolher os visitantes são espaços centrais de chegada. 2012 Segóvia Espanha.....	561
Foto 422 – A apetência da comunidade para interagir com o visitante é também um fator fundamental. 1998 Medina Malta.....	561
Foto 423 – Cabe porém ao património edificado enquadrar os espaços de encontro e acolher as iniciativas de fruição. 2014 Bruxelas Bélgica.....	561
Foto 424 – A cidade é em si espaço de memória, sobretudo de monumentos que associam à comunidade a sua história nacional. 2014 Bruxelas Bélgica.....	562
Foto 425 – Noutros casos, a ausência de espaços é lembrada em monumentos que apelam à consciência do passado. 2006 Varsóvia Polónia.....	562
Foto 426 – Em si e na urbe, o monumento é sobretudo marca de identidade intrínseca que se alicerça no quotidiano. 2012 Segóvia Espanha.....	562
Foto 427 – No espaço histórico urbano é de todo pertinente a existência de mapas de interpretação da paisagem. 2012 Segóvia Espanha.....	563
Foto 428 – Os pontos de informação patrimonial devem também acompanhar os percursos na cidade histórica. 2006 Varsóvia Polónia.....	563
Foto 429 – Os centros de interpretação do espaço urbano são equipamentos também fundamentais na visita e orientação do visitante. 2012 Segóvia Espanha.....	563
Foto 430 – A capacidade de conservação dos traços arqueológicos no espaço urbano é sinónimo de interesse. 2012 Segóvia Espanha.....	564
Foto 431 – A reintegração da preexistência de ruína histórica com o novo edifício funcional urbano é outro aspeto essencial. 2014 Bruxelas Bélgica.....	564

Foto 432 – São as apetências memoriais que permitem conciliar o antigo com o novo em coerente inclusão no quotidiano atual. 1997 Mérida Espanha.....	564
Foto 433 – A regeneração integrada assenta assim na reabilitação funcional dos edifícios. 2014 Beja.....	615
Foto 434 – Na valorização dos traços identitários de génese arquitetónica. 2014 Beja.....	615
Foto 435 – No princípio de promover a sua plena integração no contexto urbano envolvente. 2014 Beja.....	615
Foto 436 – A cidade é um campo de multiculturalidade e de interculturalidade, exemplo da iniciativa «Palavras Andarilhas» que reúne contadores de histórias de todo o mundo. 2014 Beja.....	616
Foto 437 – No seu legado, a cidade é também espaço que honra a própria palavra, atributo civilizacional perdurável. 2013 Sines.....	616
Foto 438 – Como palco cultural, é também átrio de novas ideias e de diferentes maneiras de encarar o mundo. 2014 Beja.....	616
Foto 439 – Também os equipamentos públicos devem assegurar a coerência da sua missão no quotidiano urbano. 2015 Setúbal.....	617
Foto 440 – A integração dos testemunhos arqueológicos deve ser entendida como mais-valia, caso do posto de turismo da ERTLVT incluso num conjunto de <i>cetárias</i> romanas. 2015 Setúbal.....	617
Foto 441 – A comunicação das tradições comunitárias é outro ativo que valoriza a utilização do espaço público, exemplo do mercado do Livramento. 2015 Setúbal.....	617
Foto 442 – Em si, as povoações marítimas mantém traços de tipicidade a uma escala territorial mais ampla, casos dos bairros de habitação social para pescadores, da década de 1950. 2014 Peniche.....	618
Foto 443 – A mesma realidade encontra-se noutras póvoas marítimas em que essas habitações ainda perduram na sua função residencial. 2013 Sines.....	618
Foto 444 – Outros traços típicos das póvoas e comunidades marítimas logram persistir, casos dos estendais de peixe seco nas ruas. 2014 Peniche.....	618
Foto 445 – Na atualidade de Sesimbra, a faixa a nascente da baía ancestral, é eminente espaço de atração eminentemente turística. 2014 Sesimbra.....	619
Foto 446 – O espaço central da baía acolhe o núcleo principal do espaço urbano. 2015 Sesimbra.....	619
Foto 447 – A faixa a poente da baía, via de ligação ao porto de abrigo e espaço maior do areal, ainda preserva alguns dos traços edificados mais antigos. 2014 Sesimbra.....	619
Foto 448 – A singularidade das gentes de Sesimbra, presentes na regata evocativa realizada em 1940 nas celebrações do «Mundo Português», com a equipe da armação Cova. Lisboa AMS EFHAM.E.B.02.03.foto 8.....	620
Foto 449 – O acolhimento ao presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em agosto de 1960, que em Sesimbra embarcou no cruzador Almirante Barroso. Sesimbra. AMS EFHAM.B.A.02.02.foto 32.....	620
Foto 450 – A presença da imagem do Senhor Jesus das Chagas em evento dedicado às comunidades marítimas na Expo 98. Lisboa. AMS FF.10.06.04.foto 2.....	620
Foto 451 – A vila também guarda pormenores menores mas apelativos, como o portal lateral de feição maneirista do templo da Misericórdia. 2015 Sesimbra.....	621
Foto 452 – Recinto onde confluem modelos arquitetónicos que atestam a diacronia da vila, como estes portais, o ogival de transição dos séculos XV-XVI, e um mais solene do	

século XVII. 2014 Sesimbra.....	621
Foto 453 – Igualmente, registo para outro portal de decoração quinhentista, a conferir identidade ao edifício. 2015 Sesimbra.....	621
Foto 454 – Nos dias de hoje ainda se perpetuam alguns locais místicos, caso do cruzeiro de memória da epidemia de 1857, no lugar do Calvário. 2015 Sesimbra.....	622
Foto 455 – Outro exemplo encontra-se na praia com a “pedra alta”, local onde foi encontrada a imagem do Senhor Jesus das Chagas. 2015 Sesimbra.....	622
Foto 456 – Também no extremo nascente do areal, ainda é visitável a fonte da Califórnia, onde à noite surgiam “mouras encantadas”. 2015 Sesimbra.....	622
Foto 457 – A festa continua a ser momento de encontro da comunidade, caso da preparação das ruas para a passagem da procissão das Chagas. 2013 Sesimbra.....	623
Foto 458 – De igual forma, a vizinhança ainda se reúne para ajudar a decorar os edifícios, ruas e largos para os santos populares. 2015 Sesimbra.....	623
Foto 459 – Particular referência à ação da Câmara Municipal que tem provido apoio financeiro e logístico a esses momentos de festa, aqui na organização do desfile dos palhaços. 2014 Sesimbra.....	623
Foto 460 – Menção igualmente positiva às iniciativas culturais municipais dirigidas às famílias, sejam as atividades de animação da leitura na biblioteca. 2014 Sesimbra.....	624
Foto 461 – Como igualmente as atividades de animação na praia em época estival, com as bibliotecas de praia. 2014 Sesimbra.....	624
Foto 462 – No que respeita ao património, têm sido realizadas distintas iniciativas, caso de exposições temporárias dedicadas à identidade local, que procuram envolver diferentes gerações. 2008 Sesimbra.....	624
Foto 463 – As recentes obras de requalificação urbana, no âmbito do QREN, permitiram valorizar a avenida atlântica como área pedonal. 2014 Sesimbra.....	625
Foto 464 – Foram igualmente criadas soluções para acesso universo nos principais arruamentos e largos. 2015 Sesimbra.....	625
Foto 465 – Nas zonas de maior interesse comercial, foram criadas bolsas de cargas e descargas que facilitaram a circulação viária. 2015 Sesimbra.....	625
Foto 466 – O contributo do património para a urbe decorre não só da regeneração do edifício, como a Casa do Bispo, mas da sua utilização. 2015 Sesimbra.....	626
Foto 467 – A recuperação da memória história e a possibilidade da sua fruição é essencial, como evidente no exterior da igreja Matriz. 2009 Sesimbra.....	626
Foto 468 – Os espaços culturais, caso do núcleo museológico do <i>espiritual</i> do Espírito Santo, devem seguir essa orientação como vias para interpretar o espaço urbano. 2015 Sesimbra.....	626
Foto 469 – A ambiência intrínseca da vila é valorizada em eventos noturnos, caso de eventos culturais com o edificado em fundo. 2014 Sesimbra.....	627
Foto 470 – A baía é palco privilegiado para eventos pirotécnicos e de jogos de luminância. 2014 Sesimbra.....	627
Foto 471 – Também o areal é amplo espaço propício a atividades familiares, como desta campanha solidária com lançamento de balões. 2014 Sesimbra.....	627
Foto 472 – Os contínuos arranjos no espaço público tem condicionada a realocação de vários registos de arte pública, como no monumento aos Pescadores em 2008. Sesimbra.....	628
Foto 473 – Na estátua evocativa dos mareantes de Sesimbra, mudada em 2013 do centro atlântico para o extremo mais ocidental, fora do espaço urbano. Sesimbra.....	628

Foto 474 – Mais recentemente o pelourinho, desmontado e remontado em nova posição, porém análoga, na requalificação do largo do Município em 2013. Sesimbra.....	628
Foto 475 – Em termos da inovação cultural e social junto dos jovens, surgiram novos projetos que têm suscitado o abraço do espaço urbano, caso da «Galeria em Projeto». 2013 Sesimbra.....	629
Foto 476 – Particular referencia a ações de <i>street art</i> em paredes e edifícios devolutos, com base na identidade cultural local. 2013 Sesimbra.....	629
Foto 477 – Em recente evento foi promovida, sob a temática “Sesimbra é peixe”, a pintura de portas e janelas como proposta de inclusão cultural. 2014 Sesimbra.....	629
Foto 478 – Também uma imagem de promoção é importante, aqui com a colocação em 2015, de uma embarcação típica no limite setentrional do concelho na Estrada Nacional 378. 2015 Sesimbra.....	630
Foto 479 – Na vila, a promoção da sua gastronomia e a associação a uma exposição temporária de escultura, pretende associar a tradição com a modernidade. 2014 Sesimbra..	630
Foto 480 – O património urbano é efetivo fator de inovação que urge consolidar, ao ligar edifícios a ações, espaços a inovadoras vivências. 2014 Sesimbra.....	630
Foto 481 – A valorização da herança cultural deve começar logo junto da comunidade e das suas vivências, caso da “queima do Judas” na época pascal. 2013 Sesimbra.....	631
Foto 482 – Há que acolher as gerações mais antigas detentoras de saberes tradicionais, aqui numa reconstituição de trabalhos com rendas de bilros. 2010 Sesimbra.....	631
Foto 483 – A própria valorização económica desse legado deve ser assumida, caso da reparação naval como com esta réplica de caravela quinhentista, nos estaleiros navais de Sesimbra. 2012 Sesimbra.....	631
Foto 484 – A regeneração urbana integrada é assim uma conjugação de vivências do passado, como a reconstituição da <i>lota</i> no areal. 2008 Sesimbra CMS-DCB.....	632
Foto 485 – A que se soma a conservação do património edificado, uma porta para o entendimento da riqueza urbana. 2015 Sesimbra.....	632
Foto 486 – Confere-se maior resiliência à urbe histórica tal como simbolizado na fortaleza, que exposta ao mar consegue manter a sua firmeza. 2014 Sesimbra.....	632
Foto 487 – É a paridade das comunidades que confere importância a uma região, como na valorização do cante alentejano. 2014 Alentejo.....	633
Foto 488 – É também a comunidade que se valoriza nos seus momentos esforçados, como no monumentos aos emigrantes. 2014 São Miguel Ana Ferreira.....	633
Foto 489 – É a consciência da paridade da comunidade que permite prover pontes para o futuro do espaço urbano, exemplo do centro de ensino de rendas de bilros. 2014 Peniche....	633
Foto 490 – Na cidade, a sua presença nos marcos históricos nacionais é compromisso relevante de uma tradição consolidada em meados do século XX, caso da memória do Lidador. 2014 Beja.....	634
Foto 491 – A toponímia, marco de memória local, dignifica a ancestralidade cultural urbana, caso do nativo Al-Mutamid, rei poeta do <i>Al-andalus</i> . 2015 Beja.....	634
Foto 492 – A arte pública é fator de alusão, caso da «Escultura ao prisioneiro político desconhecido», de Jorge Vieira datada de 1953, na criação de um museu. 2015 Beja.....	634
Foto 493 – Tradicionalmente o edificado urbano acolhe memórias históricas da comunidade, caso do edifício onde se reuniu o grupo que retomou a elevação do concelho. 2013 Palmela.....	635
Foto 494 – Em si também documenta em presença todo o valor que lhe é conferido enquanto	

elementos construído de relevo, de identidade e de interesse cultural. 2015 Beja.....	635
Foto 495 – No seu uso quotidiano, é o reconhecimento da particularidade da comunidade que construiu ao longo dos tempos a mnemónica das suas próprias tradições. 2014 Peniche.....	635
Foto 496 – A capacidade de confluência tradicional da urbe deve ser valorizada na relação entre edifícios. 2014 Setúbal.....	636
Foto 497 – As áreas públicas de passagem devem ser assumidas como efetivos espaços cómodos e abertos para partilha. 2015 Beja.....	636
Foto 498 – Os recintos e áreas de encontro devem ser privilegiadas pelo seu potencial de integração societária. 2014 Beja.....	636
Foto 499 – O espaço urbano apresenta-se dotado de infraestruturas amigas do ambiente, caso de postos de abastecimento para viaturas elétricas. 2015 Beja.....	637
Foto 500 – São também mais frequentes pontos de apoio ao quotidiano urbano, ativos por energia solar. 2015 Setúbal.....	637
Foto 501 – E cada vez mais a cidade se torna plataforma para as novas tecnologias com redes livres e <i>hotspots Wi-Fi</i> . 2015 Beja.....	637
Foto 502 – Em si, a cidade é inovação na partilha do espaço. 2014 Setúbal.....	638
Foto 503 – Como ponto de encontro, a urbe é também precinto de mensagem que molda o modo como vemos o quotidiano. 2015 Beja.....	638
Foto 504 – O recinto urbano é universo nuclear para a culturalidade, capaz da adaptação e da renovação em torno do património humano. 2014 Óbidos.....	638
Foto 505 – Na cidade, a cultura está sempre presente, no caso associada à saga pátria de D. Quixote e Sancho Pança. 2012 Madrid Espanha.....	639
Foto 506 – A palavra surge também como monumento à memória cultural coletiva urbana. 2012 Ávila Espanha.....	639
Foto 507 – Nos espaços de encontro e de partilha, as personagens criadas pela literatura são acrescidos motivos de interesse. 2014 Montreaux Suíça Ana Ferreira.....	639
Foto 508 – A <i>street art</i> é na atualidade uma outra forma de explorar a cidade. 2014 Bruxelas Bélgica.....	640
Foto 509 – A conjugação da produção artística contemporânea com as áreas de lazer urbano é uma solução de plena inclusão. 2014 Lausanne Suíça Ana Ferreira.....	640
Foto 510 – A arte pública é também reflexo interventivo na rotina urbana como elemento de diferenciar o quotidiano. 2012 Madrid Espanha.....	640
Foto 511 – O núcleo histórico urbano é em si recinto de vivência quotidiana que se perpetua pela sua ancestralidade. 2014 Bruges Bélgica.....	641
Foto 512 – No espaço urbano, deve ser primeiro objetivo assegurar condições de habitabilidade e de utilização para os seus residentes. 2012 Segóvia Espanha.....	641
Foto 513 – As cidades históricas vivem muito dos seus visitantes, pelo que urge prover o seu encontro com o quotidiano da cidade. 2012 Toledo Espanha.....	641
Foto 514 – A vivência no quotidiano da cidade prende-se com a sua coerente rotina de fruição diária. 2012 Ávila Espanha.....	642
Foto 515 – A vivência na cidade histórica deve também, em consciência, conseguir fruir o espaço urbano no período noturno. 2014 Bruxelas Bélgica.....	642
Foto 516 – Em si, o núcleo histórico urbano é momento único da relação do passado com o presente que urge conservar e viver. 2014 Lausanne Suíça Ana Ferreira.....	642